

9696

Public Disclosure Authorized

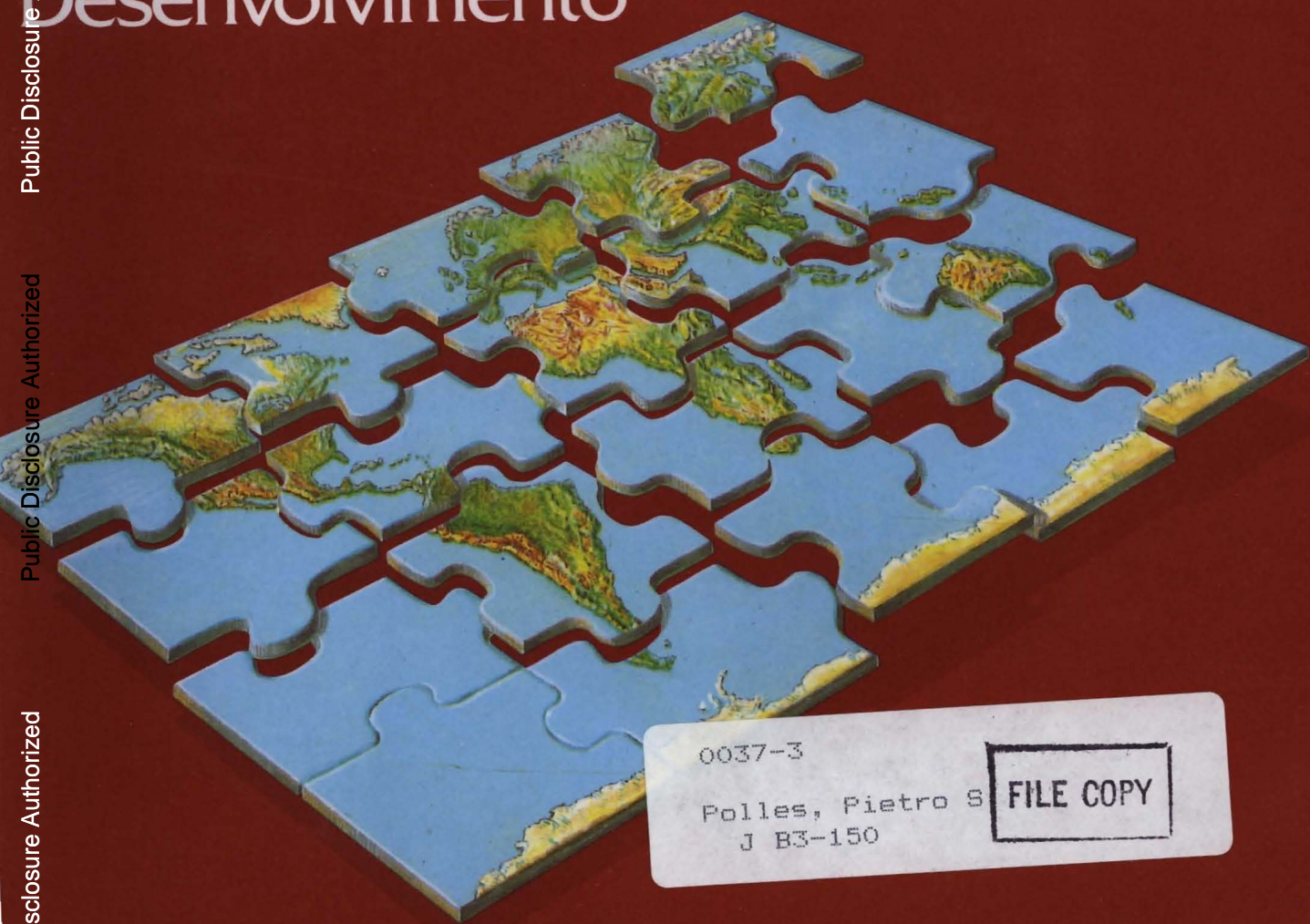
Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized

# Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991

## O Desafio do Desenvolvimento

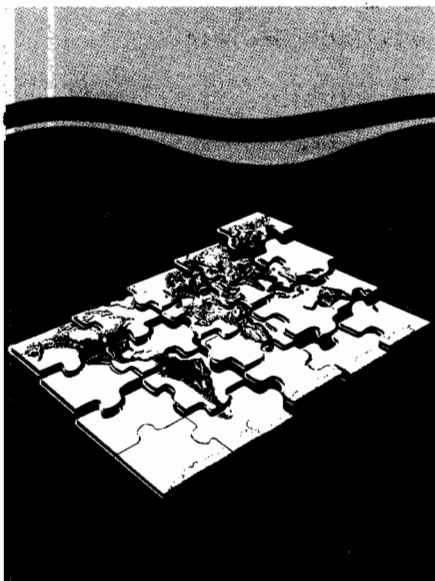


0037-3

Polles, Pietro S  
J B3-150

FILE COPY

INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO MUNDIAL



*Relatório sobre o  
Desenvolvimento Mundial 1991  
O desafio do desenvolvimento*

*Publicado para o Banco Mundial  
pela Fundação Getulio Vargas*

*Originalmente publicado em inglês, com o título World Development Report 1991 pela Oxford University Press, para o Banco Mundial.*

*Copyright © 1991 Banco Internacional  
de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial  
1818 H Street, N.W., Washington, D.C. 20433 U.S.A.*

*1ª edição em português — setembro 1991*

*Todos os direitos reservados. Nenhum trecho desta publicação pode ser reproduzido, armazenado em sistema de recuperação de dados ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou de outra natureza, sem prévia permissão do Banco Mundial.*

*As denominações, classificações, fronteiras e cores usadas nos mapas deste Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial não implicam, por parte do Banco Mundial e de seus afiliados, qualquer opinião quanto ao status legal de qualquer território, nem endosso ou aceitação de quaisquer fronteiras.*

*ISBN 0-8213-1802-0*

*A Biblioteca do Congresso dos EUA catalogou esta publicação  
seriada da maneira seguinte:*

*World development report. 1978-*

*[New York] Oxford University Press.*

*v.27 cm. annual .*

*Published for the World Bank.*

*1. Underdeveloped areas — Periodicals.*

*2. Economic development — Periodicals. I. International Bank for  
Reconstruction and Development.*

*HC59.7.W659      330.9'172'4      78-67086*

*Distribuído em Portugal pela Livraria Portugal,*

*Rua do Carmo, 70-74 1200 Lisboa*

*Distribuído no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas*

*Livrarias:*

*Rio de Janeiro - Praia de Botafogo, 188*

*São Paulo - Av. Nove de Julho, 2029*

# Prefácio

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991*, décimo-quarto dessa série anual, resume e interpreta o que se aprendeu em mais de 40 anos de experiência com o desenvolvimento. O presente Relatório, assim como o do ano passado, sobre pobreza, e o do ano que vem, sobre meio ambiente, procura dar uma ampla visão geral da agenda desenvolvimentista.

Os anos 90 tiveram início com mudanças drásticas. Começaram em vários países do Leste europeu e de outras regiões ambiciosas reformas nos sistemas econômicos e políticos. As reformas mostram indícios acumulados sobre políticas econômicas e mudanças fundamentais no contexto político. Não só no Leste europeu, mas também na África, na América Latina, na Ásia e no Oriente Médio, os povos tentam escapar da pobreza e da opressão, a fim de controlar seus próprios destinos e proporcionar uma vida melhor a si mesmos e suas famílias. A partir dessas transições, vinculam-se no Relatório deste ano debates históricos que levaram no passado os formuladores de políticas a tomarem suas decisões, lições da experiência e as idéias em evolução sobre a melhor maneira de proceder.

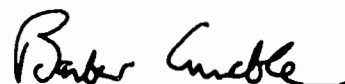
Uma das lições mais valiosas refere-se à interação do Estado e do mercado no estímulo ao desenvolvimento. A experiência mostra haver mais probabilidade de êxito na promoção do desenvolvimento econômico e na redução da pobreza quando os governos complementam os mercados; conflitos entre uns e outros geram fracassos dramáticos. O Relatório descreve uma abordagem favorável aos mercados, cujo bom funcionamento é permitido pelos governos, que por sua vez concentram suas intervenções em áreas onde os mercados se mostram inadequados.

O Relatório examina quatro aspectos principais do relacionamento entre governos e mercados. Primeiro, o investimento na população requer atuação pública eficiente. Em geral, os mercados não são capazes, por si sós, de garantir que as pessoas, especialmente as mais pobres, disponham adequadamente de educação, atendimento médico, nutrição e acesso ao planejamento familiar. Segundo, é essencial ao êxito das empresas um contexto que lhes seja favorável — no qual se incluam concor-

rência, boa infra-estrutura e instituições. Concorrência estimula inovação, difusão de tecnologia e uso eficiente de recursos. Terceiro, para o desenvolvimento econômico ter sucesso, os países precisam estar integrados à economia global. A abertura aos intercâmbios internacionais de bens, serviços, capital, mão-de-obra, tecnologia e idéias estimula o crescimento econômico. Quarto, uma base macroeconômica estável é essencial ao progresso sustentado. Restaurar a confiança do setor privado é hoje um grande desafio para vários países com um longo histórico de instabilidade macroeconômica.

Que perspectivas há, nos próximos anos, de desenvolvimento rápido? O Relatório faz ver que um clima internacional favorável é fator crítico para o desenvolvimento futuro. Ampliam-se os efeitos das políticas desenvolvimentistas dos países industrializados, à medida que um número maior de países em desenvolvimento se abre ao exterior e o mundo se torna cada vez mais interdependente. Mas o Relatório acentua, principalmente, que o futuro dos países em desenvolvimento a eles próprios compete. Está nas políticas e instituições nacionais a possibilidade de um desenvolvimento bem-sucedido. Se houver reformas firmes e sustentadas no nível nacional, conclui o Relatório, o ritmo do desenvolvimento pode ser bem mais acelerado — e no fim da década milhões de pessoas não viverão mais em condições de pobreza.

Como nos anos anteriores, o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991* inclui os Indicadores do Desenvolvimento Mundial, que mostram estatísticas sociais e econômicas selecionadas para 124 países. O Relatório é um estudo realizado pelo corpo técnico do Banco Mundial e os conceitos nele apresentados não refletem necessariamente a opinião de nossa diretoria ou dos governos que ela representa.



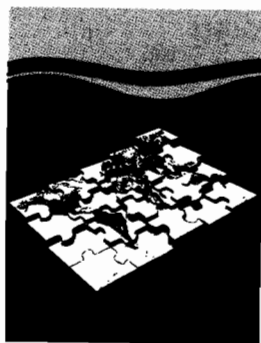
Barber B. Conable  
Presidente  
Banco Mundial

31 de maio de 1991

Este Relatório foi elaborado por uma equipe chefiada por Vinod Thomas e composta por Surjit S. Bhalla, Rui Coutinho, Shahrokh Fardoust, Ann E. Harrison, Daniel Kaufmann, Elizabeth M. King, Kenneth K. Meyers, Peter Petri e N. Roberto Zagher. T. N. Srinivasan, Mark Rosenzweig e Francisco Sagasti prestaram estreita colaboração e ampla assessoria. A equipe contou com a assistência de Sushenjit Bandyopadhyay, Fernando J. Batista, Marianne Fay, Jon Isham, Kali Kondury, Stefan Krieger e Yan Wang. Stanley Fischer teve importante participação na fase inicial de elaboração do Relatório. O trabalho foi executado sob a direção geral de Lawrence H. Summers.

Muitas outras pessoas, pertencentes ou não aos quadros do Banco, fizeram comentários e contribuições proveitosos (ver notas bibliográficas). O Departamento de Economia Internacional preparou os dados e as projeções apresentados no Capítulo 1 e no apêndice estatístico. Também é responsável pelos Indicadores do Desenvolvimento Mundial. Compõem a equipe de produção do Relatório Kathryn Kline Dahl, Connie Eysenck, Alfred Imhoff, Hugh Nees, Kathy Rosen, Walton Rosenquist e Brian J. Svikhart. O trabalho cartográfico ficou a cargo de Jeffrey N. Lecksell, Gregory George Prakas e Eric M. Saks. Iris Anderson e Jane Keneshea prestaram assistência em assuntos bibliográficos. A equipe de apoio foi chefiada por Rhoda Blade-Charest e incluiu Laitan Alli, Trinidad S. Angeles e Lupita Mattheisen. Clive Crook foi o editor principal.

Nosso profundo reconhecimento à assessoria e ao apoio prestados pelo Professor Bela Balassa (1928-91), cuja contribuição a este e a outros *Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial* foi inestimável para a compreensão do desenvolvimento. A equipe principal recorda com saudades de David A. Renelt (1964-91), que contribuiu para o Relatório.



# *Sumário*

**Siglas** ix

**Definições e notas sobre os dados** x

**Visão geral** 1

- A economia mundial em transição 2
- Os caminhos do desenvolvimento 4
- Elementos de uma abordagem favorável ao mercado 6
- Reconsiderando o Estado 10
- Prioridades de ação 12

**1 A economia mundial em transição** 14

- A perspectiva a longo prazo 15
- O cenário do desenvolvimento 16
- Perspectivas do desenvolvimento mundial 25
- Cenários quantitativos globais na década de 90 31

**2 Os caminhos do desenvolvimento** 36

- A evolução das abordagens do desenvolvimento 37
- Os determinantes do aumento da renda 48
- Componentes do desenvolvimento global 54
- O caminho daqui para a frente 56

**3 Investindo na população** 59

- Bem-estar e crescimento 60
- Os desafios do desenvolvimento humano 68
- Política governamental 73

**4 O clima para o empreendimento** 79

- Empresários à solta 80
- O empreendimento na agricultura 81
- Dando força à manufatura 88
- Fatos quanto à produtividade de projetos de investimento 92

<b>5</b>	<b>A integração na economia mundial</b>	<b>100</b>
	Canais de transferência de tecnologia	101
	Fluxos de mão-de-obra e investimentos externos diretos	106
	Política comercial e crescimento econômico	110
	Condições para o êxito da reforma comercial	115
	O clima mundial para o comércio	119

<b>6</b>	<b>A base macroeconômica</b>	<b>124</b>
	Medidas destinadas a promover estabilidade e crescimento	125
	Booms e depressões	127
	Da estabilização ao crescimento	129
	A arte da reforma	131
	Investimento e poupança	134
	Condições econômicas mundiais	139

<b>7</b>	<b>Reconsiderando o Estado</b>	<b>145</b>
	A economia política do desenvolvimento	145
	Curas: democracia e instituições?	150
	Igualdade e redistribuição	154
	Reformando o setor público	157

<b>8</b>	<b>Prioridades de ação</b>	<b>167</b>
	Tarefas para a ação mundial	169
	Medidas específicas que produziram resultados	171
	Um desafio ao mundo	177

	<b>Notas técnicas</b>	<b>178</b>
--	-----------------------	------------

	<b>Notas bibliográficas</b>	<b>186</b>
--	-----------------------------	------------

	<b>Indicadores do Desenvolvimento Mundial</b>	<b>213</b>
--	---	------------

## Boxes

1.1	Inovações que mudaram o mundo	17
1.2	A crise econômica da União Soviética	22
1.3	O clima para o desenvolvimento nos anos 90	24
1.4	Com que precisão os primeiros <i>Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial</i> previram o crescimento nos anos 80?	32
2.1	Modelos escandinavos de desenvolvimento	41
2.2	Qual o segredo do milagre japonês?	46
2.3	Produtividade total dos fatores no crescimento econômico	48
2.4	A medição informa a política — ou não informa?	51
2.5	A contribuição da ajuda externa	55
2.6	Componentes não-econômicos do desenvolvimento: liberdades	57
3.1	Nutrição e expectativa de vida	60
3.2	Educação feminina: uma das chaves do desenvolvimento	62
3.3	O pendur para a educação no Japão do período Meiji	65
3.4	População, agricultura e meio ambiente na África subsaariana	68
3.5	A AIDS nos países em desenvolvimento	71
3.6	O papel da ajuda internacional nos setores sociais	77
4.1	Um tipo diferente de empresa: Gurdev Khush cultiva super arroz no Instituto Internacional de Pesquisas do Arroz	84
4.2	A extensão e a iniciativa africana de serviços agrícolas	85



4.3	Instituições parastatais de comercialização e os preços ao produtor: prejudicando a competitividade e o incentivo aos agricultores	87
4.4	As vantagens da reforma normativa: Índia e Indonésia	89
4.5	Reforma fiscal	92
4.6	Incentivos inadequados fazem fracassar projetos do setor privado	95
4.7	A participação aumenta a eficiência de projetos e beneficia as populações pobres	96
5.1	Como se faz um exportador: duas experiências bem-sucedidas	102
5.2	Protecionismo em países industrializados: uma perspectiva histórica	111
5.3	Política comercial e crescimento: os fatos	113
5.4	Deve ou não o Estado intervir no comércio?	116
5.5	Variações de preços de produtos básicos	120
6.1	O que a avaliação dos programas de ajustamento revela quanto ao desempenho econômico	130
6.2	A velocidade da reforma	133
6.3	Determinantes da poupança familiar no Japão	138
6.4	Evasão de capital	141
6.5	O acordo da dívida mexicana de 1990	144
7.1	Combatendo a corrupção	149
7.2	Experiências populistas	150
7.3	A contribuição de inovações institucionais para o desenvolvimento	152
7.4	Estabelecendo as prioridades do desenvolvimento institucional: mais fácil dizer do que fazer	153
7.5	Aspectos políticos da assimilação: Malásia e Sri Lanka	156
7.6	Guerra e desenvolvimento	160
7.7	Da planificação centralizada à economia de mercado	164
8.1	Sete lições de reforma para autoridades em geral	172

## Figuras do texto

1	Renda <i>per capita</i> : países selecionados, 1988, em comparação com os EUA, 1830-1988	2
2	Expectativa de vida ao nascer: países selecionados, 1985, em comparação com o Japão, 1900-85	3
3	Distorção de políticas, educação e crescimento do PIB, 60 economias em desenvolvimento, 1965-87	5
4	Interações numa estratégia de desenvolvimento favorável às forças de mercado	7
5	Taxas de retorno de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI em condições e políticas econômicas diferentes	8
1.1	Períodos de duplicação da produção <i>per capita</i> , países selecionados	14
1.2	Aumentos na expectativa de vida, países e períodos selecionados	15
1.3	Crescimento da produção <i>per capita</i> na OCDE e nos países em desenvolvimento, e eventos mundiais importantes, 1918-88	18
1.4	Participação das exportações no PIB, grupos de países selecionados, 1900-86	19
1.5	Estimativas de crescimento do PIB, 1965-89	21
2.1	Distribuição setorial do contingente de mão-de-obra, países em desenvolvimento de renda média e baixa, 1965 e 1980	37
2.2	Renda <i>per capita</i> , países selecionados, 1960 e 1988	43
2.3	Crescimento anual estimado das exportações reais, grupos de países selecionado, 1965-89	43
2.4	Aumento médio anual da renda <i>per capita</i> e da produtividade, economias selecionadas, 1960-87	53
2.5	Escolarização feminina e redução da mortalidade infantil, economias selecionadas, 1960-87	56
3.1	Expectativa de vida ao nascer para o sexo masculino, países selecionados, 1855-1985	59
3.2	Alfabetização entre adultos, países selecionados, 1850-1985	63
3.3	Escolarização de empresários em cinco países em desenvolvimento	66
3.4	Variação populacional por região, 1850-2025	67
3.5	Distribuição de óbitos por <i>causa mortis</i> , c.1985	70
4.1	Taxas de retorno de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI a diferentes ágios cambiais, 1968-89	94
4.2	Taxas de retorno de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI a diferentes graus de restrição comercial, 1977-88	94
4.3	Participação do investimento público no investimento total e taxas de retorno de projetos agrícolas e industriais financiados pelo Banco Mundial e pela CFI, 1968-89	97
5.1	Fluxos líquidos anuais de capital para economias em desenvolvimento, 1970-88	109
5.2	Abertura e aumento de produtividade: correlações parciais para países em desenvolvimento, 1960-88	114
5.3	Parcela de importações afetada por todas as medidas não-tarifárias, 1966 e 1986	118
5.4	Medidas não-tarifárias <i>hard-core</i> aplicadas contra países industrializados e em desenvolvimento, 1986	119
6.1	Saldo de conta corrente e saldo fiscal da Coreia e do Marrocos, vários anos	125



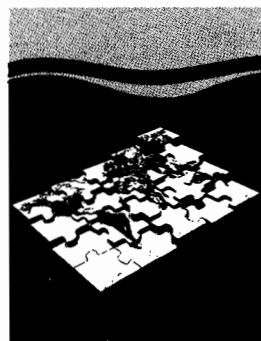
6.2	Taxas de inflação e saldo fiscal de Sri Lanka e da Tanzânia, vários anos	126
6.3	Crescimento do PIB e do investimento privado no Chile e na Turquia, 1970-88	129
6.4	Diferentes padrões de investimento público e privado em quatro países, 1970-88	137
6.5	Fluxos líquidos de recursos e transferências líquidas para economias em desenvolvimento, 1980-89	143
7.1	Estados-nação por tipo de governo, 1850-1987	146
7.2	Desigualdade de renda e o crescimento do PIB em economias selecionadas, 1965-89	155
8.1	Variação anual do PIB <i>per capita</i> em países da OCDE e em países em desenvolvimento, 1965-90	170

## Tabelas do texto

1	Crescimento do PIB real <i>per capita</i> , 1965-2000	4
1.1	Tendências históricas do PIB <i>per capita</i>	16
1.2	Poupança e investimento globais	25
1.3	Fluxos líquidos globais de recursos a longo prazo para países em desenvolvimento, 1980-95	26
1.4	O clima econômico internacional nos anos 90: comparação entre indicadores recentes e projetados	31
1.5	Taxas de crescimento do PIB real e do PIB real <i>per capita</i> para economias de renda baixa e média, 1965-2000	34
2.1	Aumento de produtividade agrícola e dos setores não-agrícolas, 1960-88	38
2.2	Crescimento do PIB, de insumos e PTF	50
2.3	Participação percentual do aumento de produção atribuível a crescimento de insumos fatoriais, amostra de economias mundiais, 1960-87	52
2.4	Interação de políticas com educação e investimento, 1965-87	54
3.1	Ônus econômico de doenças entre adultos, países e anos selecionados	61
3.2	Efeito de um ano a mais de escolarização nos salários e na produção agrícola, países e anos selecionados	64
3.3	Despesas governamentais com educação e saúde como percentual do PIB, 1975, 1980 e 1985	74
3.4	Participação do governo nas despesas totais com educação e saúde	76
4.1	Taxas de crescimento percentual anual de receita, emprego e produtividade da mão-de-obra reais na manufatura, economias e períodos selecionados	91
4.2	Políticas econômicas e taxa média de retorno econômico de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI, 1968-89	93
4.3	Taxas médias de retorno econômico de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI a ágios cambiais iniciais e finais diferentes, 1968-89	99
5.1	Desempenho relativo de firmas estrangeiras na manufatura, países e anos selecionados	107
5.2	Investimento, crescimento e fluxos líquidos de capital, 1970-89	109
5.3	Tarifas e barreiras não-tarifárias em países em desenvolvimento, 1987	112
5.4	Comércio intrabloco como percentual das exportações totais, 1960-87	121
6.1	Investimento e poupança, 1965-89	135
6.2	Indicadores de dívida externa para economias em desenvolvimento, 1970-89	142
7.1	Mudanças irregulares de governo: ocorrência média por país, 1948-82	146
7.2	O sucesso de economias com sistemas políticos diferentes na implementação de programas de ajuste do FMI	151
7.3	O sucesso de economias com sistemas políticos diferentes no controle da inflação acelerada	151
7.4	Participação percentual da despesa do governo no PNB ou no PIB, países industrializados, 1880-1985	158
7.5	Participação percentual da despesa e do consumo do governo no PNB ou no PIB, países industrializados e em desenvolvimento, 1972 e 1986	158
7.6	Despesa pública em setores militares comparada com sociais, 1986	161
8.1	Variações nas taxas de crescimento do PIB em relação ao caso central, 1990-2000	177

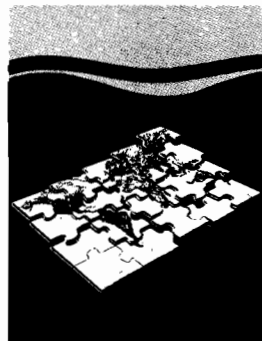
## Tabelas do apêndice estatístico

A.1	População (meados do ano) e aumento médio anual	201
A.2	PNB, população, PNB <i>per capita</i> e crescimento do PNB <i>per capita</i>	202
A.3	Composição do PIB	202
A.4	Consumo, investimento e poupança	204
A.5	Investimento, poupança e saldo em conta corrente antes de transferências oficiais	205
A.6	PIB e taxas de crescimento	206
A.7	Estrutura da produção	206
A.8	PIB por taxas de crescimento setorial	207
A.9	Crescimento do volume das exportações	207
A.10	Variação de preços de exportação e relações comerciais	209
A.11	Crescimento da dívida de longo prazo das economias de renda média e baixa	210
A.12	Composição da dívida pendente	211



## *Siglas*

<b>AID</b>	Associação Internacional de Desenvolvimento	<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia)
<b>AOD</b>	Assistência oficial ao desenvolvimento	<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>BIRD</b>	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	<b>ONG</b>	Organizações não-governamentais
<b>CAD</b>	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico	<b>PIB</b>	Produto interno bruto
<b>CE</b>	Comunidade Européia (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido)	<b>PNB</b>	Produto nacional bruto
<b>CFI</b>	Corporação Financeira Internacional	<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>ERI</b>	Economias recém-industrializadas	<b>PPC</b>	Paridade de poder de compra
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional	<b>PTF</b>	Produtividade total dos fatores
<b>G-7</b>	Grupo dos Sete (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido)	<b>TRE</b>	Taxa de retorno econômico
<b>GATT</b>	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio	<b>Unesco</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>IED</b>	Investimento externo direto	<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>LIBOR</b>	Taxa de oferta interbancária de Londres		



## Definições e notas sobre os dados

### Esclarecimento sobre a seleção de dados

Os dados utilizados neste *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* cobrem vários períodos de tempo e provêm de mais de 100 países (industrializados e em desenvolvimento). O principal critério para a utilização dos dados foi a disponibilidade; mas utilizaram-se critérios diferentes de capítulo para capítulo. Para maiores detalhes, consultar as notas técnicas ao fim do texto principal.

### Grupos de países

Para fins operacionais e analíticos, o Banco Mundial classifica as economias segundo seu produto nacional bruto (PNB) *per capita*. Cada economia está então classificada como de baixa renda, renda média (subdividida em média baixa e média alta), e alta renda. Além dessa classificação por renda, há outros grupos analíticos baseados em regiões, exportações e níveis de endividamento externo.

Nesta edição do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* e em seu anexo estatístico, os Indicadores do Desenvolvimento Mundial (IDM), foram introduzidas pequenas alterações na classificação dos países. São elas: (a) o grupo "não-membros e não-informantes" denomina-se agora "outras economias" e compreende apenas Albânia, Cuba, República Democrática Popular da Coreia e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); (b) "total de economias informantes" foi substituído por "mundo". Observe-se que a definição de "exportadores de petróleo" foi alterada (ver a definição mais

adiante, nos agrupamentos analíticos). Como nas edições anteriores, este Relatório se vale das estimativas mais recentes de PNB *per capita* para classificar os países. A composição dos países em cada grupo de renda pode, portanto, variar de uma edição para a outra. Uma vez determinada a classificação para uma edição, todos os dados históricos fornecidos baseiam-se no mesmo agrupamento de países. Os grupos de países adotados neste Relatório são assim definidos.

- *Economias de baixa renda* são aquelas com PNB *per capita* igual ou inferior a US\$580 em 1989.

- *Economias de renda média* são aquelas com PNB *per capita* superior a US\$580, mas inferior a US\$6.000 em 1989. Este grupo divide-se ainda em economias de renda média baixa e economias de renda média alta, a um PNB *per capita* de US\$2.335 em 1989.

- *Economias de alta renda* são aquelas com PNB *per capita* igual ou superior a US\$6.000 em 1989.

As economias de renda média e de baixa renda são por vezes chamadas de economias em desenvolvimento. O uso da expressão é conveniente; não se pretende com isso dizer que todas as economias desse grupo estejam em estágios semelhantes de desenvolvimento ou que as demais tenham atingido um estágio superior ou final. A classificação por renda não reflete necessariamente o nível de desenvolvimento. (Nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial, as economias de alta renda classificadas pelas Nações Unidas ou tidas por suas autoridades como em desenvolvimento são identificadas pelo símbolo ◇.) O uso do termo "países" com

relação às economias não implica opinião do Banco sobre o *status* legal ou de qualquer outro tipo de um território.

- “*Outras economias*” são Albânia, Cuba, República Democrática Popular da Coreia e URSS. As tabelas principais dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial só apresentam dados globais para este grupo, mas o Box A.2 das notas técnicas dos IDM contém indicadores-chave sobre cada um desses países.

- “*Mundo*” compreende todas as economias, inclusive aquelas com menos de 1 milhão de habitantes, que não figuram em separado nas tabelas principais. Consultar as notas técnicas dos IDM para os métodos de agregação usados a fim de manter o mesmo agrupamento de países ao longo do tempo.

### Grupos analíticos

Para fins analíticos, utilizaram-se também outras classificações sobrepostas, baseadas predominantemente nas exportações ou na dívida externa, além dos agrupamentos geográficos dos países. A seguir estão arroladas as economias incluídas nesses grupos e que têm mais de 1 milhão de habitantes. Os países com menos de 1 milhão de habitantes, apesar de não figurarem em separado, estão incluídos nos totais de grupo.

- *Exportadores de petróleo* são países cujas exportações de petróleo e gás, inclusive reexportações, representam pelo menos 50% das exportações de bens e serviços. São eles: Angola, Arábia Saudita,

Argélia, Barein, Brunei, Catar, Gibraltar, Iraque, Líbia, Nigéria, Omã, República Islâmica do Irã, República Popular do Congo, Trinidad e Tobago, União dos Emirados Árabes e Venezuela. Embora a URSS se enquadre no critério estabelecido, foi excluída deste grupo por limitações de dados.

- *Países de renda média muito endividados* (abreviado para “muito endividados” nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial) são os 20 países que tiveram sérias dificuldades com o serviço da dívida. São países em que três dos quatro coeficientes-chave estão acima de níveis críticos: dívida/PNB (50%), dívida/exportações de bens e serviços (275%), serviço acumulado da dívida/exportações (30%) e juros acumulados/exportações (20%). São eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa do Marfim, Costa Rica, Equador, Filipinas, Honduras, Hungria, Marrocos, México, Nicarágua, Peru, Polônia, República Árabe do Egito, República Popular do Congo, Senegal, Uruguai e Venezuela.

- *Membros da OCDE*, subgrupo das economias de alta renda, são os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, salvo Grécia, Portugal e Turquia, incluídos nas economias de renda média.

### Regiões geográficas (economias de renda média e de baixa renda)

- *África subsaariana* compreende todos os países ao sul do Saara, exceto a África do Sul.

- *Europa, Oriente Médio e Norte da África* compreende os países europeus de renda média —

Bulgária, Grécia, Hungria, Iugoslávia, Polônia, Portugal, Romênia, Tchecoslováquia e Turquia —, além de todas as economias do Norte da África e do Oriente Médio, e Afeganistão. Em algumas análises do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, o Leste europeu (Hungria, Iugoslávia, Polônia e Romênia) é tratado em separado.

- *Leste asiático* compreende todas as economias de renda média e de baixa renda do leste e sudeste da Ásia e do Pacífico, a leste de (e incluindo) China e Tailândia.

- *Sul da Ásia* compreende Bangladesh, Butão, Índia, Mianmar (antiga Birmânia), Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

- *América Latina e Caribe* compreende todos os países das Américas e do Caribe situados ao sul dos EUA.

#### Notas sobre os dados

- *Toneladas* são toneladas métricas, equivalentes a 1.000 quilos ou 2.204,6 libras-peso.

- *Dólares* são dólares norte-americanos correntes, salvo indicação em contrário.

- *As taxas de crescimento* baseiam-se em dados a preços constantes e, salvo indicação em contrário, foram calculadas pelo método dos mínimos quadrados. Para maiores detalhes sobre esse método,

ver as notas técnicas dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

- *O sinal / nas datas*, como em "1988/89" indica que o período de tempo pode ser inferior a dois anos, mas engloba dois anos civis e refere-se a um ano agrícola, um ano pesquisado ou um ano fiscal.

- *O sinal .. nas tabelas* significa "não-disponível".

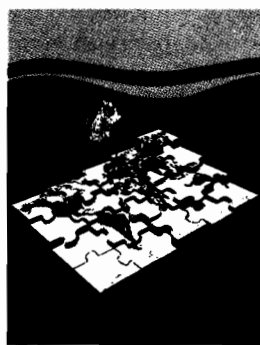
- *O sinal — nas tabelas* significa "não se aplica".

- *O número 0 ou 0,0 nas tabelas e figuras* significa zero ou uma quantidade inferior à metade da unidade indicada e não conhecida com mais precisão.

A data-limite para todos os dados dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial é 30 de abril de 1991.

Os dados históricos deste Relatório podem diferir dos apresentados em outras edições devido à constante atualização, à medida que se dispõe de dados mais confiáveis, devido à adoção de um novo ano-base para os dados a preços constantes e devido a alterações no tocante a renda e grupos analíticos na composição dos países.

Os termos econômicos e demográficos estão definidos nas notas técnicas dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial.



## Visão geral

O desenvolvimento é o mais importante desafio enfrentado pela raça humana. Apesar das enormes oportunidades criadas pela revolução tecnológica do século XX, mais de 1 bilhão de pessoas, um quinto da população mundial, vivem com menos de um dólar por dia — padrão de vida que a Europa Ocidental e os EUA já haviam atingido há 200 anos.

A tarefa é avassaladora, mas não há motivo de desespero. Nos últimos 40 anos, muitos países em desenvolvimento progrediram com rapidez impressionante. Muitos registraram ganhos notáveis em saúde e educação. Em alguns deles, a renda média mais do que quintuplicou — ritmo de progresso extraordinário pelos padrões históricos. Portanto, ainda que tudo mais fosse incerto, saberíamos que o desenvolvimento rápido e sustentado não é um sonho impossível, e sim uma realidade factível.

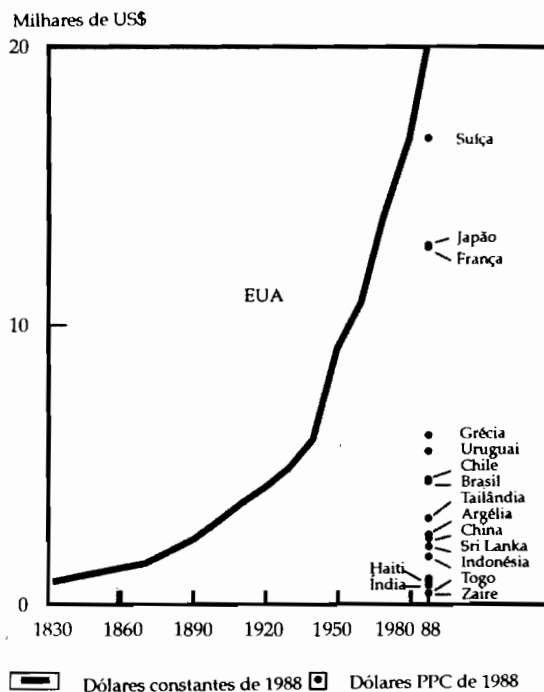
Contudo, muitos países progrediram muito pouco e, em alguns deles, os padrões de vida chegaram a cair nos últimos 30 anos. Por esse motivo, a pobreza continua a ser um terrível problema e, para milhões de pessoas, nenhum progresso econômico substancial ainda se fez sentir. A grande disparidade entre o sucesso e o insucesso constitui o ponto de partida do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991*. Por que as experiências nacionais têm sido tão diferentes? O que devem fazer os países em desenvolvimento para que a produtividade e o bem-estar de suas populações aumentem rapidamente na próxima década? O que pode fazer a comunidade internacional para estimular o desenvolvimento e aliviar a po-

breza? São perguntas que têm atualmente uma premência especial: mais de 95% do aumento do contingente mundial de mão-de-obra nos próximos 25 anos ocorrerão no mundo em desenvolvimento.

Os processos que impulsionam o desenvolvimento econômico não são, de modo algum, inteiramente compreendidos. Mas a experiência nos ensina muita coisa. Acima de tudo, a história nos mostra que as políticas econômicas e as instituições são de importância crucial — o que é animador, pois implica que os países que não prosperaram podem vir a ter melhor desempenho. Mas é também um desafio, pois obriga os governos de todo o mundo (e não somente dos países em desenvolvimento), bem como as agências multilaterais, a levarem em conta os fatores que têm promovido o desenvolvimento e colocá-los em ação.

Uma das questões centrais do desenvolvimento — e o tema principal deste Relatório — é a interação de governos e mercados. Não é uma questão de intervenção *versus* *laissez-faire* — dicotomia popular, porém falsa. Os mercados competitivos constituem o melhor meio encontrado até hoje de organizar eficientemente a produção e a distribuição de bens e serviços. A competitividade interna e externa proporciona os incentivos que desencadeiam o espírito empresarial e o progresso tecnológico. Mas os mercados não podem funcionar no vácuo — necessitam da estrutura jurídica e normativa que somente os governos podem oferecer. E, em muitas outras tarefas, os mercados às vezes resultam inadequados ou fracassam completamente. É por isso que os governos de-

**Figura 1 Renda *per capita*: países selecionados, 1988, em comparação com os EUA, 1830-1988**



Nota: Países selecionados com base na disponibilidade de dados.  
Fontes: Para os EUA, dados do Banco Mundial e Maddison, documento básico; para outros países, Summers & Heston, 1991.

vem, por exemplo, investir em infra-estrutura e oferecer serviços essenciais à população pobre. Não é uma questão de optar entre Estado ou mercado: ambos têm papéis importantes e insubstituíveis a cumprir. Hoje, começa a haver um consenso em favor de uma abordagem de desenvolvimento que seja "favorável às forças de mercado". O Relatório analisa os vários elementos dessa estratégia e sua implantação em grande variedade de contextos nacionais. E vai adiante: salienta os meios complementares pelos quais os mercados e os governos podem unir suas forças. Quando os mercados podem funcionar bem e têm a liberdade de fazê-lo, o progresso econômico tende a ser substancial. Quando os mercados fracassam e os governos intervêm cautelosa e judiciosamente, ocorre um progresso adicional. Mas quando os dois se unem, os fatos indicam que o todo é maior que a soma das partes. Quando o Estado e o

mercado funcionam de mãos dadas, os resultados têm sido espetaculares; mas, quando trabalham em oposição, os resultados têm sido desastrosos.

### A economia mundial em transição

O progresso tecnológico verificado neste século permitiu aos países utilizarem seus recursos com uma produtividade nunca vista. Os padrões de vida melhoraram incomparavelmente, não só nos países industrializados, mas também na maioria dos países em desenvolvimento. O ritmo desse progresso parece ter-se acelerado com a passagem do tempo. O Reino Unido levou 60 anos para dobrar sua renda real *per capita* a partir de 1780. Após a II Guerra Mundial, muitos países em desenvolvimento conseguiram fazer o mesmo em 20 anos.

A diferença de renda real entre os países industrializados e certos países em desenvolvimento, especialmente os do Leste asiático, diminuiu dramaticamente desde a II Guerra Mundial. Em outras regiões, porém, a diferença entre os países industrializados e os países em desenvolvimento aumentou. Os anos 80 foram uma década difícil para a maioria dos países — embora a renda *per capita* na China e na Índia, que são os países mais populosos, bem como na Ásia como um todo, tenha aumentado substancialmente. Nos últimos 25 anos, a renda *per capita* pouco cresceu em países como Argentina, Jamaica, Nigéria e Peru, e diminuiu na Nicarágua, Uganda, Zaire e Zâmbia. Em muitos países pobres, a renda real *per capita* é muito inferior à que vigorava nos EUA no início do século XIX (Figura 1). No entanto, as diferenças entre países ricos e pobres no tocante à mortalidade infantil e à expectativa de vida diminuíram mais rapidamente — graças a disseminação da tecnologia médica, saneamento ambiental, melhor alimentação e educação e as possibilidades naturais de progresso em tais indicadores (Figura 2).

Para o futuro, a questão crucial é se as políticas nacionais e internacionais permitirão desenvolver o potencial criado pelo progresso tecnológico. O desenvolvimento sustentável exige paz. A guerra no Oriente Médio e suas conseqüências lançaram uma sombra de incerteza sobre aquela região. Conflitos étnicos e guerras civis, bem como desastres naturais e conflitos internacionais, continuam a destruir a frágil base do desenvolvimento em muitas regiões do mundo. Segundo estimativas conservadoras, as guerras foram diretamente responsáveis por 20 milhões de mortes desde 1950.



Incluídas nessa cifra estão mais de 12 milhões de mortes causadas por guerras civis em países em desenvolvimento. A causa mais importante da fome em países em desenvolvimento em anos recentes foi, sem dúvida, o conflito militar, e não a pobreza ou insuficiência de produção agrícola.

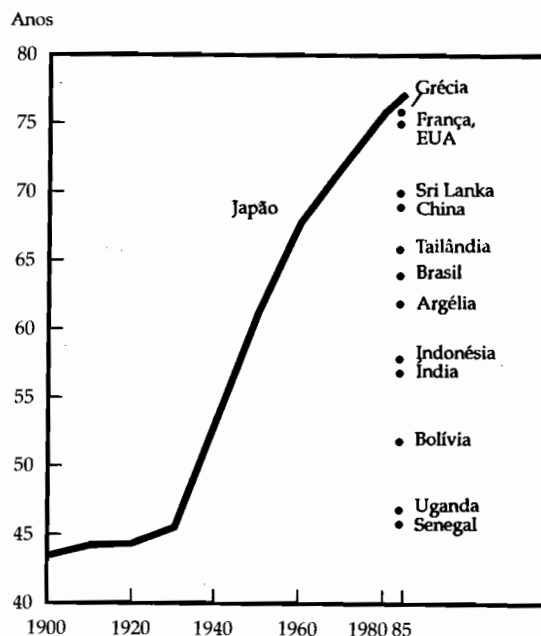
O rápido desenvolvimento exige também um aumento geral da integração econômica. A cada ano, diminuem mais as fronteiras que separam os mercados nacionais de bens, capital e mão-de-obra. O comércio mundial cresceu a uma taxa de mais de 6% ao ano de 1950 para cá — crescimento que é mais de 50% mais rápido que o da produção. A integração mundial nas áreas de comércio, investimentos, fluxos de fatores, tecnologia e comunicações tem contribuído para vincular as economias umas às outras. Resta saber se essa tendência continuará.

É verdade que a crescente exposição a influências externas coloca em risco os países em desenvolvimento. Elevados déficits fiscais nos países industrializados, taxas de juros internacionais potencialmente altas, sinais de fraqueza nas instituições financeiras dos EUA, deterioração de alguns aspectos da situação financeira do Japão, e negociações inconclusivas na Rodada do Uruguai terão, todos eles, efeito negativo. Mas a integração global do fluxo de produtos, serviços, capital e mão-de-obra traz também enormes benefícios. Promove a concorrência e a eficiência, permitindo aos países pobres o acesso a conhecimentos básicos nas áreas de medicina, ciência e tecnologia.

O desenvolvimento sustentado depende das condições globais — e especialmente das políticas nacionais. Recentemente, países do Leste europeu adotaram ambiciosos programas de reforma econômica. A URSS enfrentou problemas de transformação econômica e política. Vários países em desenvolvimento promoveram melhorias políticas semelhantes a outras adotadas no exterior. A democracia varreu como uma onda o Leste europeu, bem como outras regiões do mundo em desenvolvimento.

O pessoal técnico do Banco Mundial fez algumas projeções da economia mundial nos anos 90. Se não ocorrerem grandes choques adversos e as políticas adotadas forem geralmente boas, a renda média real *per capita* dos países industrializados pode crescer à taxa de cerca de 2,5% ao ano (Tabela 1). Isso será possível com uma inflação de 3% a 4% e taxas reais de juros de cerca de 3%. Se a expansão do comércio mundial ultrapassar 5% ao ano e as recentes reformas políticas perdurarem e

Figura 2 Expectativa de vida ao nascer: países selecionados, 1985, em comparação com o Japão, 1900-85



Nota: Países selecionados com base na disponibilidade de dados.  
Fontes: Dados do Banco Mundial; United Nations, 1991.

se consolidarem, a renda real *per capita* dos países em desenvolvimento pode crescer em cerca 3% ao ano. É possível que esses resultados apresentem uma diferença de 0,5-1 ponto percentual a mais ou a menos, caso as condições externas venham a ser melhores ou piores. Outros cenários mais extremos (por exemplo, taxas de crescimento substancialmente menores nos países industrializados) são plausíveis, mas não prováveis, especialmente durante toda uma década.

Os estudos nacionais em que se baseiam essas projeções sugerem que, adotadas reformas mais vigorosas e abrangentes, a renda dos países em desenvolvimento pode, a longo prazo, aumentar em outros 1,5-2 pontos percentuais — em média, cerca do dobro do aumento provocado por melhores condições internas. O assunto do corpo deste Relatório é o conteúdo detalhado dessas reformas. As projeções incluem também uma advertência: se as reformas recentemente adotadas vierem a ser revogadas, é bem possível que o resultado seja muito pior.

**Tabela 1 Crescimento do PIB real per capita, 1965-2000***(variação percentual anual média, exceto quando indicado)*

Grupo	População 1989 (milhões)	1965-73	1973-80	1980-89	Projeção para os anos 90 <sup>a</sup>
<i>Países industrializados</i>	773	3,7	2,3	2,3	1,8-2,5
<i>Países em desenvolvimento</i>	4.053	3,9	2,5	1,6	2,2-2,9
África subsaariana	480	2,1	0,4	-1,2	0,3-0,5
Leste asiático	1.552	5,3	4,9	6,2	4,2-5,3
Sul da Ásia	1.131	1,2	1,7	3,0	2,1-2,6
Europa, Oriente Médio e Norte da África	433	5,8	1,9	0,4	1,4-1,8
América Latina e Caribe	421	3,8	2,5	-0,4	1,3-2,0
<i>Países em desenvolvimento ponderados pela população<sup>b</sup></i>	4.053	3,0	2,4	2,9	2,7-3,2

a. Projetado com base nos dois cenários principais (básico e pessimista) apresentados no Capítulo 1.

b. Usou-se parcelas populacionais como ponderações ao se agregar o crescimento do PIB entre países.

Fontes: Dados do Banco Mundial; e World Bank, 1991a.

### Os caminhos do desenvolvimento

Em seu sentido mais amplo, o desafio do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida. Especialmente nos países pobres do mundo, uma melhor qualidade de vida geralmente requer uma renda mais elevada — mas envolve muito mais. Abrange, como fins em si mesmos, a melhoria da educação, padrões mais elevados de saúde e nutrição, menos pobreza, um meio ambiente mais limpo, maior igualdade de oportunidades, maior liberdade individual e uma vida cultural mais rica. Este Relatório trata principalmente do desenvolvimento econômico — por si, um conceito bastante amplo. Qualquer noção de progresso estritamente econômico deve, no mínimo, voltar-se para além das rendas *per capita* e visar a redução da pobreza e maior equidade, progresso nas áreas de educação, saúde e nutrição, e proteção ambiental.

O pensamento desenvolvimentista mudou repetidamente nos últimos 40 anos. O progresso não seguiu uma linha reta das trevas para a luz. Em vez disso, houve êxitos e fracassos e gradual acúmulo de conhecimentos e discernimento. Em algumas questões, surgiu um consenso bastante claro, mas muitas perguntas continuam controversas e sem resposta.

Há algum tempo, acreditava-se que o clima, a cultura e os recursos naturais eram as chaves do desenvolvimento econômico. O rápido processo de industrialização, mediante a tributação explícita e implícita da agricultura para financiar o investimento industrial, foi durante muitos anos uma estratégia muito em voga. Após a Grande Depressão e até a década de 60, a maioria dos dirigentes passou a preferir uma combinação de

substituição de importações e promoção de indústrias incipientes. Na época, esse modo de ver foi endossado — e a estratégia apoiada — por agências externas de ajuda e financiamento.

Essas idéias não resistiram à prova do tempo. Hoje, há indícios mais claros, tanto em países industrializados quanto em países em desenvolvimento, de que é melhor não se pedir aos governos que dirijam o desenvolvimento. Quase sempre, os impostos discriminatórios contra a agricultura constituem impostos sobre o crescimento econômico. O isolamento econômico por trás de barreiras comerciais tem-se mostrado oneroso. Retardar a concorrência ou interferir nos preços, deliberada ou acidentalmente, é quase sempre contraproducente.

À medida que se percebia a importância da abertura e da concorrência, aumentava a convicção de que estas, por si sós, eram insuficientes. O investimento em pessoas, quando corretamente conduzido, constitui a mais firme das bases para o desenvolvimento duradouro. E o papel econômico que cabe ao governo é mais do que meramente assumir a função dos mercados quando estes deixam de funcionar adequadamente. Definindo e protegendo os direitos de propriedade, oferecendo sistemas jurídicos, judiciais e normativos eficazes, aumentando a eficiência dos serviços públicos e protegendo o meio ambiente, o Estado constitui o próprio cerne do desenvolvimento. Ao contrário de uma opinião outrora popular, as liberdades políticas e individuais não são incompatíveis com o crescimento econômico.

Aritmeticamente, o aumento da produção pode ser expresso em termos do aumento de capital

e mão-de-obra e das variações da produtividade desses dois insumos. Nos países em desenvolvimento, a produtividade aumentou muito mais lentamente do que nos países industrializados. Nos quase 70 países examinados durante a elaboração deste Relatório, variações na utilização de capital e mão-de-obra contribuíram grandemente para a variação da produção. No entanto, a chave da explicação das diferenças de crescimento da produção entre países é o aumento da produtividade.

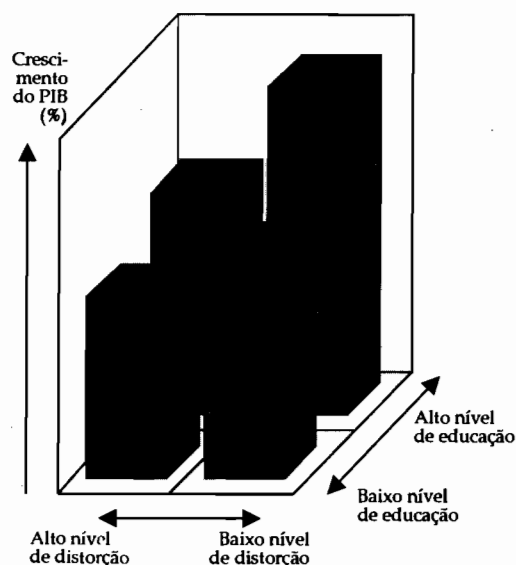
O aumento da produtividade é o motor do desenvolvimento. Mas o que faz aumentar a produtividade? A resposta é o progresso tecnológico, o qual, por sua vez, é influenciado por história, cultura, educação, instituições e políticas de abertura nos países em desenvolvimento e industrializados. A tecnologia é difundida através do investimento no capital físico e humano e através do comércio. Há fortes indícios de vínculos entre produtividade e investimentos no capital humano e a qualidade do contexto econômico — especialmente o grau de distorção dos mercados.

O Relatório examina vários índices de distorção do mercado, tais como o ágio cobrado no mercado paralelo sobre o câmbio de moedas estrangeiras e as restrições contra o comércio exterior. Sistemas de preços gravemente distorcidos são adotados com muito maior frequência do que sistemas moderada ou ligeiramente distorcidos. A maioria dos países com sistemas de preços gravemente distorcidos teve mau desempenho quanto ao aumento da produção e à produtividade.

No extremo oposto, as poucas economias nas quais os sistemas de preços eram relativamente não-distorcidos tiveram bom desempenho. No centro, os resultados são mais ambíguos: algumas economias foram bem-sucedidas, mas outras não se saíram tão bem. De modo geral, um sistema de preços relativamente não-distorcido tem, em igualdade de condições, mais chance de promover o crescimento que um sistema fortemente distorcido. Muitos fatos indicam também o que pode ser ganho quando se intervém menos no mercado. Por exemplo, diferentes reformas no Chile, China, Gana, Índia, Marrocos, México, República da Coreia e Turquia nos anos 80 foram geralmente seguidas de um melhor desempenho econômico.

Será esse conceito realmente coerente com as notáveis realizações das economias do Leste asiático ou com os sucessos anteriores do Japão? Por que motivo, nessas economias, certos atos de intervenção no mercado, tais como a proteção a

**Figura 3 Distorção de políticas, educação e crescimento do PIB, 60 economias em desenvolvimento, 1965-87**



*Nota:* Alto nível de distorção significa um ágio cambial superior a 30%; baixo nível de distorção, um ágio igual ou inferior a 30%. A educação é medida pelo número médio de anos de escolarização, excluído o ensino pós-secundário, da população na faixa etária dos 15 aos 64 anos. Alto nível de educação é aqui definido como mais de 3,5 anos; baixo nível de educação, como 3,5 anos ou menos. Para verificar como se obteve os dados, consultar Tabela 2.4.

*Fontes:* International Currency Analysis, Inc., vários anos; dados do Banco Mundial.

indústrias incipientes e os subsídios ao crédito, foram associados ao êxito, e não ao fracasso? Primeiro, esses governos fizeram com que suas intervenções fossem disciplinadas pela concorrência externa e interna. Isso significou que a intervenção teve de ser realizada de modo competente, pragmático e flexível; quando uma intervenção falhava, tendia a ser eliminada. Em vez de resistir à concorrência do mercado, os governos buscavam antecipá-la — e, quando percebiam que estavam errados, tratavam prontamente de corrigir o mal. Segundo, esses governos, de modo geral, cuidaram para que a intervenção não terminasse distorcendo indevidamente os preços relativos: no comércio, conseguiram neutralizar a discriminação contra as exportações, que geralmente é um subproduto do protecionismo. Terceiro, a intervenção foi mais moderada que na maioria dos outros países em desenvolvimento. Nesse particular, essas economias refutam os argumentos em

favor do completo dirigismo com o mesmo vigor com que refutam os argumentos em favor do *laissez-faire*.

Sob vários aspectos, a intervenção governamental é essencial ao desenvolvimento. Mas em que condições a intervenção do governo tende a ajudar, em vez de prejudicar? A teoria econômica e a experiência prática sugerem que as intervenções tendem a ajudar, contanto que sejam "favoráveis ao mercado". Isso significa:

- *Intervir relutantemente.* Deixar que os mercados funcionem por si mesmos, a não ser que se possa demonstrar que é melhor intervir. Certas medidas referentes a "bens públicos" são facilmente aprovadas nesse teste, em princípio porque geralmente não são tomadas pelo setor privado: gastos com educação básica, infra-estrutura, alívio da pobreza, controle populacional e proteção ambiental. Outras medidas são geralmente reprovadas no teste. Por exemplo, geralmente é um erro o Estado engajar-se na produção física ou proteger a produção interna de um bem que pode ser importado a preço mais baixo e cuja produção local traz poucos benefícios secundários.

- *Aplicar controles e contramedidas.* Colocar a intervenção continuamente a serviço da disciplina dos mercados interno e internacional. A República da Coreia deixou de ajudar sua indústria pesada de produtos químicos quando o desempenho do mercado demonstrou que essa política vinha fracassando.

- *Intervir abertamente.* Tornar a intervenção simples, transparente e sujeita a normas, e não ao arbítrio oficial. Preferir, por exemplo, tarifas a controles quantitativos.

A complementaridade entre um bom clima político e as intervenções favoráveis às forças do mercado é uma das lições mais animadoras da experiência do desenvolvimento. A análise sugere, por exemplo, que pode haver uma interação de diferentes formas de investimento (humano, físico e infra-estrutural) e a qualidade da política econômica (Figura 3). Em uma amostragem de 60 economias em desenvolvimento examinadas durante o período 1965-87, aquelas onde a política econômica era distorcida e o nível educacional era baixo cresceram, em média, 3,1% ao ano. As economias nas quais o nível de educação era mais elevado ou a política era menos distorcida tiveram melhor desempenho, crescendo à taxa de 3,8% ao ano. Mas os países que tinham ambos — ou seja, melhor educação e um número menor de distorções — cresceram à taxa de 5,5% ao ano.

Essa complementaridade parece também existir entre aumento de capital físico e política econômica. A pesquisa, por si só, não demonstra causalidade, mas sugere que o progresso em várias frentes ao mesmo tempo pode produzir resultados excepcionalmente bons.

### Elementos de uma abordagem favorável ao mercado

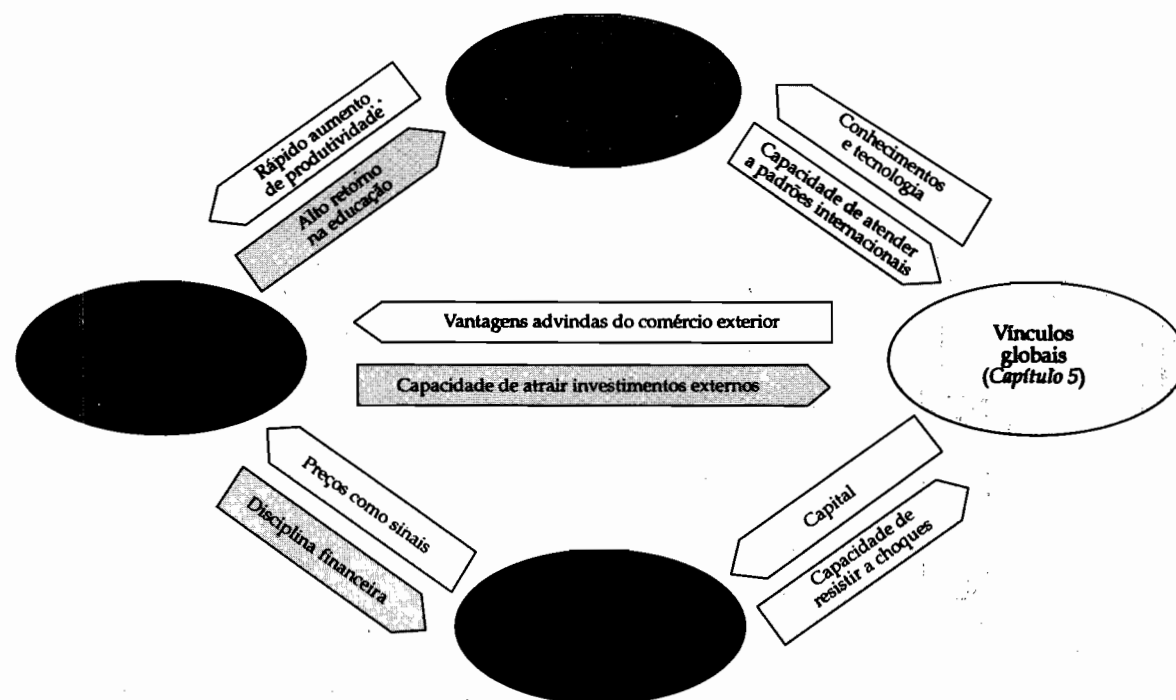
O Relatório examina a relação entre governos e mercados sob quatro aspectos gerais: desenvolvimento humano, economia interna, economia internacional e política macroeconômica — quatro áreas de atividade correlatas. Uma economia interna relativamente não-distorcida recompensa mais generosamente os países que desenvolveram o seu capital humano do que uma economia distorcida; ao mesmo tempo, a educação torna a economia interna mais produtiva por acelerar a adoção de novas tecnologias. Para dar mais um exemplo, uma macroeconomia estável ajuda o sistema de preços internos porque dissipa o nevoeiro da inflação. Mas a eficiência microeconômica também torna mais fácil manter baixa a inflação: com um número menor de empresas inviáveis, haverá menos necessidade de subsídios que agravam o déficit do setor público. Todas essas quatro áreas abrangem atividades que, por si, devem ser empreendidas; mas, devido a essas vinculações, é provável que os resultados sejam desproporcionalmente melhores quando empreendidas em conjunto (Figura 4).

#### *Investindo no ser humano*

O retorno econômico produzido pelos investimentos públicos e privados nos recursos humanos costuma ser extremamente alto. De modo geral, não se pode esperar que os mercados dos países em desenvolvimento ofereçam à população — especialmente às camadas mais pobres — os níveis adequados de educação (especialmente educação primária), saúde, nutrição e serviços de planejamento familiar.

O rápido aumento populacional constitui problema crucial em certos países, como Bangladesh, e em certas partes do mundo, como o Sahel. O aumento da população geralmente declina à medida que aumentam a educação e a renda das pessoas e estas se transferem para as cidades. Contudo, em muitos países, tem sido necessário, além do aumento da renda, investir em educação,

Figura 4 Interações numa estratégia de desenvolvimento favorável às forças de mercado



saúde e planejamento familiar a fim de reduzir a fecundidade e a taxa de aumento populacional.

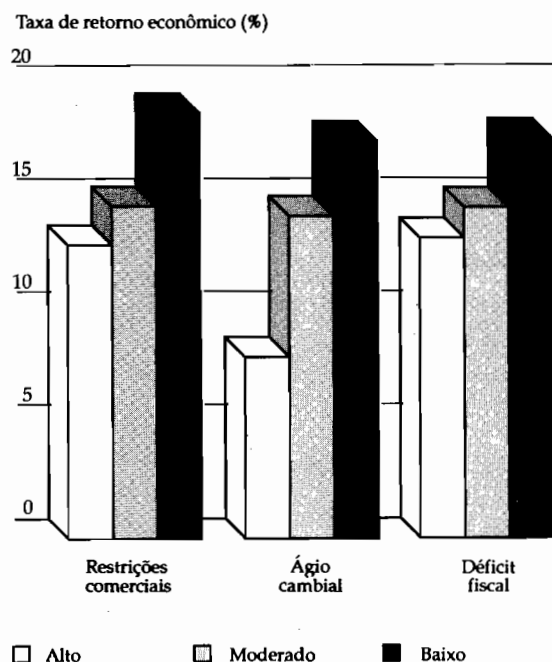
Programas eficazes de planejamento familiar informam as pessoas quanto aos custos individuais e sociais da alta fecundidade, estimulam os casais a terem famílias menores e ajudam a satisfazer a procura de contraceptivos. Esses programas têm dado melhor resultado em países que também adotam medidas para melhorar a educação da mulher e aumentar as oportunidades de trabalho das mulheres no setor moderno.

Muitos governos vêm investindo pouquíssimo no desenvolvimento humano. No Brasil e no Paquistão, o crescimento rápido, por si só, não foi bastante para melhorar substancialmente os indicadores sociais. No Chile e na Jamaica, porém, esses indicadores melhoraram mesmo em períodos de baixo crescimento. Entre os países de baixa renda, Guiné e Sri Lanka têm a mesma renda *per capita*, mas a expectativa média de vida é cerca de dois terços maior em Sri Lanka. Entre os países de renda média, Brasil e Uruguai têm rendas *per capita* semelhantes, mas a mortalidade infantil é dois terços menor no Uruguai. Certas estimativas indicam que Xangai tem uma taxa de mortalidade

infantil menor e expectativa de vida maior que a cidade de Nova York.

Além de aumentar a quantidade, os governos devem melhorar a qualidade dos investimentos humanos. Com demasiada frequência, os investimentos de capital são feitos sem provisão adequada para os gastos recorrentes que acarretam, o que leva a uma subutilização antieconômica. E os gastos são frequentemente mal direcionados, ocasionando grande número de "vazamentos". É preciso reduzir os pesados subsídios em favor da instrução superior, e gastar muito mais com a educação primária, que gera um retorno relativamente mais alto. Também na área da saúde há fortes argumentos em favor de gastar menos com dispendiosos sistemas de tratamento médico e mais com os sistemas básicos. Há necessidade de maior cuidado para que os programas públicos atinjam os beneficiários aos quais se destinam. Entre os exemplos de gastos sociais bem projetados e direcionados estão o programa de aumento de matrículas no nível escolar primário do Peru; a provisão de instalações rurais de saúde pública em Kerala, na Índia; os esforços no sentido de reduzir a mortalidade infantil na Malásia; e os programas

**Figura 5 Taxas de retorno de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI em condições e políticas econômicas diferentes**



*Nota:* Calculado para 1.200 projetos públicos e privados. Ágio cambial alto significa mais de 200%; moderado, 20-200%; baixo, menos de 20%. Considerou-se déficit fiscal alto mais de 8% do PNB; moderado, 4-8%; baixo, menos de 4%. Para a explicação de restrições comerciais, consultar a nota técnica do Capítulo 4 ao fim do texto principal.  
*Fonte:* Dados do Banco Mundial.

de saúde destinados a aumentar a expectativa de vida no Chile, na China e em Costa Rica. Existem também oportunidades de útil parceria com o setor privado. O envolvimento do setor privado permite que os serviços sejam prestados com maior eficácia, como ocorreu nas áreas da educação nas Filipinas, Quênia e Zimbábue; e da saúde em Ruanda e Zâmbia.

#### *O clima para o empreendimento*

Muito frequentemente, a concorrência interna e externa estimula a inovação, a difusão de tecnologias e a eficiência no uso dos recursos. Cingapura, EUA, Japão, República da Coreia e as economias européias mais bem-sucedidas estabeleceram sua vantagem competitiva no mercado mundial enfrentando os rigores da concorrência. Inversa-

mente, os sistemas de licenciamento industrial, as restrições contra abertura e fechamento de firmas, leis incongruentes nas áreas de falência e emprego, direitos de propriedade inadequados e controles de preço — todos eles fatores que reduzem as forças da concorrência — têm impedido o progresso tecnológico e o aumento da produtividade.

Entre os exemplos da aplicação dessas restrições em diferentes épocas estão a política da Argentina de favorecimento de firmas já existentes para novos investimentos industriais; barreiras contra a abertura e o fechamento de firmas em muitos países africanos, China, Índia e Leste europeu; a proteção de mercados nacionais em segmentos da indústria européia de computadores; ampla regulamentação de preços no Brasil, Egito e Indonésia; licenciamento de capacidade na Índia e no Paquistão; e o controle estatal de indústrias selecionadas em quase todos os países em desenvolvimento. Sempre que a regulamentação foi reformada para corrigir os obstáculos — como em Gana, Índia, Indonésia e, recentemente, em muitos outros países — os resultados foram compensadores.

Uma economia interna eficiente exige ainda bens públicos de qualidade correspondentemente alta. Esses incluem, principalmente, uma estrutura normativa que garanta a concorrência, bem como direitos jurídicos e de propriedade que sejam claramente definidos e conscienciosamente protegidos. Exige também investimentos na infraestrutura, tais como irrigação e estradas vicinais, que já demonstraram produzir alto retorno econômico. O retorno produzido pela pesquisa e desenvolvimento na agricultura, por exemplo, pode ser extremamente elevado — como no caso do milho no Peru, da borracha na Malásia, do trigo no Chile e no Paquistão, e do algodão no Brasil.

A política interna deve colocar os empresários diante dos dados contidos nos preços e, em seguida, dar-lhes as condições (mediante investimentos na infra-estrutura e em instituições) de reagir a esses dados. Um estudo detalhado de projetos de investimento do Banco Mundial em países em desenvolvimento confirma que os incentivos de mercado funcionam. A taxa de retorno sobre os projetos públicos e privados implementados em contextos políticos que pouco distorcem os preços é sistematicamente maior do que quando a política resulta em distorções maiores (Figura 5). Uma melhoria substancial na política é associada a um aumento de 5 a 10 pontos percentuais na taxa de retorno dos projetos, ou um aumento médio de



50% a 100%. Igualmente evidentes são os efeitos gerais positivos exercidos pelo aprimoramento das instituições e pelo investimento na infraestrutura sobre o retorno produzido pelos projetos. Novamente, isso confirma a complementaridade entre a boa política e os investimentos (inclusive o financiamento externo).

### *Integração na economia mundial*

Sempre que os fluxos internacionais de bens, serviços, capital, mão-de-obra e tecnologia aumentaram rapidamente, o ritmo do progresso econômico também foi rápido. A abertura ao comércio, aos investimentos e às idéias tem sido crucial para estimular os produtores internos a reduzir custos mediante a introdução de novas tecnologias e desenvolver produtos novos e melhores. Inversamente, um alto nível de protecionismo em favor da indústria interna provocou um atraso de décadas no desenvolvimento de muitos países. O efeito da concorrência das importações sobre firmas do Chile e da Turquia, por exemplo, e o efeito de maior competição nos mercados de exportação sobre firmas do Brasil, Japão e República da Coreia comprovam que a economia externa pode contribuir decisivamente para a eficiência.

O fluxo internacional de tecnologia tem assumido muitas formas: investimento externo; educação no exterior; assistência técnica; licenciamento de processos patenteados; transmissão de conhecimentos através de fluxos de mão-de-obra e exposição a mercados estrangeiros de mercadorias; e a tecnologia incorporada a importações de capital, equipamentos e insumos intermediários. Entre as medidas que promovem esses fluxos está a maior abertura ao investimento e ao comércio de bens e serviços. As barreiras não-tarifárias, que exercem um efeito especialmente distorcivo, devem ser gradualmente eliminadas, ao passo que as tarifas devem ser reduzidas, em muitos casos substancialmente.

Os governos devem também desempenhar um papel mais positivo. Para que a transferência de tecnologia produza o maior benefício possível, há necessidade de educação adequada e programas de estágios industriais. Como no Japão e na República da Coreia, os órgãos do governo e as associações de indústrias podem colaborar na coleta e disseminação de informações sobre tecnologias e ajudar a desenvolver o controle de qualidade na área das exportações.

Os governos dos países industrializados têm a responsabilidade — senão em relação ao mundo

em desenvolvimento, pelo menos em relação a seus próprios povos — de permitir que os exportadores dos países em desenvolvimento tenham acesso aos seus mercados. Sem esse acesso, as reformas dos países em desenvolvimento podem resultar inúteis. Durante várias décadas, os países industrializados vinham reduzindo suas tarifas; nos anos 80, porém, as barreiras não-tarifárias foram constantemente aumentadas. Calcula-se que, entre 1966 e 1986, a parcela das importações de países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que foi afetada por medidas não-tarifárias, dobrou. Em 1986, só as chamadas medidas não-tarifárias “básicas” (*hard-core*) afetaram mais de 20% das importações provenientes dos países em desenvolvimento. A liberação do comércio entre regiões — como no caso do Projeto 1992 da Europa, do Acordo de Livre Comércio EUA-Canadá de 1989 e da proposta de acordo de livre comércio entre Canadá, EUA e México — é desejável; mas resta ver se os blocos regionais serão capazes de promover ou prejudicar o objetivo de um sistema de comércio mundial mais aberto. Seja como for, um redobrado compromisso com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), juntamente com maior disposição, da parte de todos os países, no sentido de promover reformas comerciais unilaterais, é altamente desejável.

### *A base macroeconômica*

Uma base macroeconômica estável é um dos mais importantes bens públicos que os governos podem oferecer. A experiência demonstra que, quando as despesas públicas crescem demasiadamente, o resultado costuma ser grandes déficits, excessiva tomada de empréstimos ou expansão monetária, e problemas no setor financeiro, os quais são logo seguidos por inflação, supervalorização crônica da moeda e perda de competitividade nas exportações. A tomada excessiva de empréstimos pode também gerar problemas de dívida interna e externa e preterir os investimentos privados. Restaurar a confiança do setor privado é hoje um aspecto básico dos esforços que visam estimular a retomada do crescimento e gerar empregos em vários países com uma longa história de instabilidade macroeconômica, entre os quais Argentina, Bolívia, Costa do Marfim e Gana.

Às vezes, a instabilidade fiscal e financeira é parcialmente imposta aos governos por eventos externos — ou por choques internos como guerras civis ou desastres naturais. Mas os governos po-



dem decidir como reagir a tais pressões. Em países como Costa do Marfim, México, Nigéria e Quênia, a resposta a uma melhoria econômica temporária foi um aumento insustentável de gastos públicos. Países como Botsuana, Chile, Colômbia, Indonésia, Malásia, Maurício, República da Coreia e Tailândia conseguiram manter suas políticas macroeconômicas no rumo desejado, o que beneficiou o seu desempenho econômico geral.

O governo pode manter uma política fiscal prudente se examinar cuidadosamente a divisão de tarefas econômicas entre o Estado e o setor privado. Isso, como afirma o Relatório, é desejável em qualquer caso. Reavaliando suas prioridades de gastos, implementando reformas fiscais, reformando o setor financeiro, privatizando as empresas estatais e lançando mão de tarifas para reaver o custo de certos serviços prestados pelo Estado, os governos podem alcançar, ao mesmo tempo, os objetivos de eficiência microeconômica e estabilidade macroeconômica.

Os países em desenvolvimento são também afetados pelas políticas macroeconômicas dos *países industrializados*, especialmente quando essas políticas reduzem a oferta da poupança total em relação à procura e fazem subir as taxas reais de juros. Uma oferta adequada de capital externo (em condições subvencionais ou não) é essencial — o que exige esforços mais vigorosos por parte do Banco Mundial e de outras agências multilaterais, bem como de fontes bilaterais. É preciso inverter o declínio do volume de empréstimos privados voluntários feitos a países em desenvolvimento. A crise da dívida continua a opor um obstáculo ao crescimento. Transpor esse obstáculo requer a implementação de abrangentes programas de ajustamento e a recuperação da capacidade creditícia; extensão a um número maior de países da redução da dívida comercial e do serviço da dívida; maior reescalonamento subvencional para os países devedores mais pobres; expansão do perdão da dívida e aumento da subvencionalidade de outras medidas de alívio da dívida por parte de credores oficiais bilaterais; e aumento de investimentos em capital social e quase-capital.

### Reconsiderando o Estado

Entre os enfoques do desenvolvimento, aquele que parece mais confiável e promissor sugere uma reavaliação dos respectivos papéis do mercado e do Estado. Em poucas palavras, os governos

precisam fazer menos naquelas áreas em que os mercados funcionam ou podem funcionar razoavelmente bem. Em muitos países, seria útil privatizar grande número de empresas estatais. Os governos devem permitir o florescimento da concorrência interna e internacional. Ao mesmo tempo, devem fazer mais naquelas áreas nas quais não se pode depender apenas dos mercados. Isso significa, acima de tudo, investir em educação, saúde, nutrição, planejamento familiar e alívio da pobreza; construir uma infra-estrutura social, física, administrativa, normativa e jurídica de melhor qualidade; mobilizar os recursos para financiar as despesas públicas; e estabelecer uma base macroeconômica estável, sem a qual pouco se consegue realizar.

A intervenção governamental na área da preservação do meio ambiente é necessária para que o desenvolvimento seja sustentável. Tanto os países industrializados quanto os países em desenvolvimento enfrentam hoje graves problemas de degradação ambiental. Juntamente com a poluição do ar e da água, a destruição de florestas, solos, fontes locais de abastecimento de água e pastos ameaça o desenvolvimento sustentado. Entre as medidas necessárias estão o estabelecimento de preços adequados para os recursos naturais, leis mais claras quanto aos direitos de propriedade e à posse de recursos, tributação e controle da poluição, e investimento em alternativas de produção. A experiência de muitos países sugere que a reforma dos mercados pode também ajudar a proteger o meio ambiente. Mas há necessidade de medidas ambientais específicas. Encontrar a forma menos dispendiosa de enfrentar os problemas ambientais constitui alta prioridade.

O que poderia impedir essa revisão dos papéis do Estado e do mercado? Permitirão as estruturas políticas e sociais que ela venha a ser implantada? Seria ela mais factível ou menos factível sob regimes responsáveis perante o povo, os quais defendem as liberdades políticas e individuais? Já se disse muitas vezes que os regimes democráticos dificultam a realização do desenvolvimento econômico. Quase sempre as reformas ocorrem às custas de certos interesses adquiridos, e a estabilização macroeconômica geralmente significa um aumento, pelo menos temporário, do desemprego. Alega-se que somente um governo autoritário é capaz de fazer as escolhas difíceis.

Isso é patentemente falso. Os fatos colhidos em grandes amostras de países não chegam a demonstrar que as liberdades individuais, por si,

estimulem o crescimento econômico, mas não apóiam de modo algum a tese de que retardam o crescimento. Tampouco endossam a noção de que os governos autoritários sejam, em média, mais capazes de promover o crescimento rápido. E, para quem volta os olhos para além do crescimento e visa outros componentes do desenvolvimento econômico, a lição da experiência é ainda menos ambígua: as liberdades políticas e individuais — tais como a liberdade de imprensa e do fluxo de informações — parecem estar associadas ao progresso nas áreas da saúde e da educação em grandes grupos de países.

Há uma complexa interação de sistema político e política econômica. É claro que as políticas econômicas não são escolhidas no vazio. Todos os governos, exceto os mais repressivos, necessitam de certo apoio popular aos seus atos. Muitas vezes, esse apoio é comprado ao preço de uma série de intervenções danosas (tais como aumento de tarifas, supervalorização da moeda e licenciamento industrial), bem como corrupção e desperdício de gastos públicos. Os gastos militares permanecem elevados em muitos países industrializados e em desenvolvimento. Nestes últimos, excedem em muito a soma de gastos públicos com educação e saúde, como nos casos de Angola, Chade, Iraque, República Democrática Popular da Coreia, Uganda e Zaire. Os governos autoritários tendem, pelo menos tanto quanto os governos democráticos, a seguir por esse caminho — ao fim do qual está, muitas vezes, uma crise econômica e política que impõe ao desenvolvimento um retrocesso de anos.

Muitos países têm padecido de um círculo vicioso de intervenções nocivas que favorecem interesses particulares e levam à busca de lucros financeiros e à "captura" do Estado. Às vezes, o governo intervém no mercado para sanar alguma instabilidade política ou estorvo de natureza política. Mas o resultado é que, com demasiada frequência, a existência simultânea de distorções generalizadas e um Estado predatório é desastrosa para o desenvolvimento. Inverter esse processo requer vontade política e um compromisso político com o desenvolvimento. A implementação das reformas econômicas examinadas neste Relatório é um meio de enfrentar os obstáculos políticos ao desenvolvimento.

A reforma deve visar as instituições. O estabelecimento de um sistema jurídico e judiciário eficaz e um firme sistema de direitos de propriedade é um complemento essencial às reformas econô-

micas. A reforma do setor público é uma prioridade em muitos países — inclusive a reforma do serviço público, a racionalização dos gastos governamentais, a reforma de empresas estatais e a privatização. Entre outras reformas econômicas correlatas estão um melhor fornecimento de bens públicos, supervisão bancária e normas jurídicas para o desenvolvimento financeiro. O reforço dessas instituições melhora a qualidade do governo, torna o Estado mais capaz de implementar a política do desenvolvimento e permite à sociedade estabelecer controles e contramedidas.

A experiência sugere ainda que uma distribuição relativamente equitativa da renda e de bens amplia a base de apoio político a reformas difíceis. Mas certa cautela é necessária. A redistribuição baseada em distorções de preços (como no caso dos subsídios ao crédito) pode ser prejudicial e, de qualquer forma, geralmente beneficia os menos necessitados. Muitas das medidas recomendadas neste Relatório fariam pender a distribuição da renda em favor das camadas pobres. Reduzir o protecionismo na área do comércio exterior geralmente promove as exportações e conduz a um aumento da renda da população pobre, favorecendo atividades que fazem uso intensivo de mão-de-obra, por exemplo; o mesmo resultado é obtido através de maiores gastos com educação primária e assistência médica preventiva, melhor funcionamento dos mercados de trabalho e maior mobilidade da mão-de-obra. Certos países em desenvolvimento poderiam promover maior igualdade, reformando seus sistemas fiscais altamente regressivos. Também a reforma agrária pode ser benéfica, como o foi na China, no Japão e na República da Coreia, embora haja dúvidas quanto à sua viabilidade em muitos outros países. Os subsídios dirigidos para o consumo de alimentos básicos pelas populações pobres podem ser necessários. E em todos os países há necessidade de salvaguardas bem planejadas, capazes de proteger os mais vulneráveis contra os custos que a reforma impõe a curto prazo.

Não raro, a velocidade e a seqüência das reformas políticas são decisivas. Também nesse particular, qualquer generalização é arriscada. Uma reforma rápida pode ajudar a neutralizar a resistência dos grupos de interesses que se opõem à mudança; ou uma reforma mais gradual proporciona o tempo necessário à dissipação de ansiedades. Contudo, países como Gana, Indonésia, México, República da Coreia e Turquia parecem demonstrar que um pacote de reformas abrangentes

tes, no qual pelo menos algumas das mudanças mais ousadas são feitas no início do programa, tende a produzir melhores resultados. Uma reforma abrangente pode exigir muito da capacidade administrativa do governo. Há quem argumente que uma ação muito rápida pode fazer crescer o desemprego, distorcer a distribuição da renda e promover o rápido esgotamento dos recursos naturais. Mas o custo social de não reformar pode ser muito alto, como a Argentina, a Costa do Marfim, o Peru e os países do Leste europeu verificaram na década de 80. Uma reforma rápida e abrangente, com medidas destinadas a reduzir a pobreza e proteger diretamente o meio ambiente, é provavelmente o melhor caminho para o progresso.

### Prioridades de ação

O recente desaquecimento econômico em muitos países industrializados e a redobrada incerteza econômica lançaram uma sombra sobre as perspectivas mundiais de desenvolvimento. A tarefa é colossal: no caso de muitos dos países mais pobres do mundo, serão necessárias décadas de crescimento rápido para qualquer avanço contra a pobreza. E as prioridades e restrições variam muito entre países em diferentes estágios de desenvolvimento. Contudo, a oportunidade de promover um rápido desenvolvimento é hoje maior do que jamais foi na história. Os vínculos internacionais, sob a forma de comércio e fluxos de informações, investimento e tecnologia, são hoje mais fortes do que eram há 40 anos. A medicina, a ciência e a técnica fizeram, todas elas, grandes avanços; os benefícios estão ao alcance de todo o mundo. E os dirigentes conhecem hoje melhor do que antes as opções de desenvolvimento.

Para que tirem proveito dessa oportunidade, os países industrializados, os países em desenvolvimento e as agências externas de ajuda e financiamento precisam agir. Os *países industrializados* devem:

- Eliminar as restrições comerciais. Não se deve permitir que a Rodada do Uruguai de negociações comerciais venha a fracassar. É preciso revoagar as barreiras não-tarifárias. Os países em desenvolvimento se beneficiariam de um acesso irrestrito aos mercados dos países industrializados — cerca de US\$55 bilhões de receita extra de exportação, ou quantia igual à ajuda que recebem.
- Reformar a política macroeconômica. Menores déficits fiscais, sistemas financeiros estáveis, moedas estáveis, taxas de juros baixas e está-

veis e um crescimento constante e não-inflacionário transformariam o clima para o desenvolvimento no resto do mundo.

Os *países industrializados e as agências multilaterais*, inclusive o Banco Mundial, podem melhorar as perspectivas de desenvolvimento se aumentarem a quantidade e melhorarem a qualidade da assistência financeira externa. Cabe a eles:

- Aumentar a ajuda financeira. Um aumento do financiamento externo, tanto subvencional quanto não-subvencional, reforçaria em muito o esforço de desenvolvimento. Muitos países em desenvolvimento continuam vergados pela carga da dívida externa. Há necessidade de mais progresso na extensão do alívio da dívida a países de média e baixa renda.
- Apoiar reformas econômicas. Um aumento de financiamento será bem mais eficaz se vier em apoio a boas medidas internas. A experiência demonstra que convém a credores e mutuários assegurar que os investimentos sejam acompanhados de medidas favoráveis às forças de mercado.
- Estimular o crescimento sustentável. A comunidade mundial tem a grande responsabilidade de tomar medidas conjuntas de proteção ao meio ambiente do planeta e de apoio ao controle da degradação ambiental nos países em desenvolvimento.

Mas as perspectivas dos países em desenvolvimento dependem principalmente deles próprios. Reformas internas permitirão que eles se beneficiem de um melhor clima externo. Os *países em desenvolvimento* devem:

- Investir nos recursos humanos. Os governos devem gastar mais, e mais eficientemente, com a educação primária e com os serviços básicos de saúde, nutrição e planejamento familiar. Isso requer mudanças nas prioridades das despesas; maior eficiência e melhor direcionamento dos gastos; e, em alguns casos, maior mobilização de recursos.
- Melhorar o clima para o empreendimento. Os governos devem intervir menos nos preços industriais e agrícolas, abolir restrições contra a abertura e o fechamento de firmas e, em contrapartida, assegurar a existência de uma infra-estrutura e instituições adequadas.
- Abrir as economias ao comércio e ao investimento internacionais. Isso exige um número muito menor de restrições não-tarifárias contra comércio e investimentos, tarifas alfandegárias substancialmente mais baixas e o abandono definitivo de formas arbitrárias de controle.

- Corrigir a política macroeconômica. A política macroeconômica deve assegurar a redução dos déficits fiscais e o controle da inflação. Incentivos adequados, à base das leis de mercado, oferecidos à poupança e ao investimento são essenciais para que os recursos internos desempenhem o seu papel essencial no financiamento do desenvolvimento.

Em cada uma dessas áreas, o desafio com que se deparam os dirigentes é explorar as complementaridades entre Estado e mercado. Os governantes podem transformar as perspectivas de desenvolvimento econômico, fazendo com que o Estado intervenha menos onde pode (por exemplo, na produção) e mais onde deve (por exemplo,

na proteção ao meio ambiente); fortalecendo instituições e aptidões; encontrando meios não-distorcivos de promover a equidade; e promovendo controles e contramedidas no âmbito do governo.

Alcançar o desenvolvimento é realmente o mais premente de todos os desafios hoje enfrentados pela raça humana. Por mais incompletos que ainda sejam os nossos conhecimentos, já aprendemos o bastante nos últimos 40 anos para discernir o caminho. As estratégias nas quais o governo apóia os mercados competitivos, em vez de suplantá-los, constituem a melhor maneira de enfrentar o desafio do desenvolvimento.



## *A economia mundial em transição*

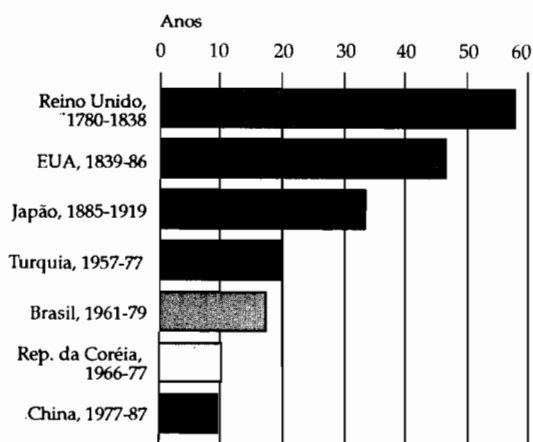
A economia mundial vem passando por mudanças radicais. Recentemente, mais de 12 países adotaram importantes reformas econômicas. A democracia varreu o Leste europeu e vem fazendo incursões no mundo em desenvolvimento. A Comunidade Européia aproximou-se mais da união

política e econômica. São eventos que justificam otimismo, mas não se pode dizer o mesmo de outros. Entre os reveses estão a guerra no Oriente Médio, crescentes dificuldades na transição econômica da URSS e a desaceleração do crescimento econômico mundial.

Como mostrará este Relatório, o que mais importa ao desenvolvimento econômico de um país é a postura adotada em relação a políticas e instituições econômicas. Mas também as condições econômicas mundiais são importantes. Por isso, enquanto grande parte do resto deste Relatório aborda o que os próprios países podem fazer para melhorar o seu desempenho, este capítulo examina o contexto global no qual as ações nacionais estarão inseridas.

Sob certos aspectos, a economia internacional será desfavorável ao desenvolvimento na próxima década. As taxas de juros podem permanecer elevadas e o crescimento econômico tende a permanecer lento em todo o mundo. Não há sinais de um fim próximo da crise da dívida — nem de qualquer restauração substancial dos fluxos de capital na direção Norte-Sul. A necessidade de proteger o meio ambiente lança um desafio adicional. No entanto, outros sinais são favoráveis ao desenvolvimento. O Leste europeu vem adotando reformas genuínas. Gana, Indonésia, México e outros países procuram preservar os seus programas de reforma anteriores; Peru, Tanzânia e Vietnã, por exemplo, adotaram programas novos. Se

**Figura 1.1** Períodos de duplicação da produção *per capita*, países selecionados



*Nota:* Ver critério da escolha dos períodos nas notas técnicas ao fim do texto principal.

*Fontes:* Para o Reino Unido, Crafts, 1981; para o Japão, Maddison, 1989; para os outros, dados do Banco Mundial.

um número maior de países fazer o mesmo — e se o seu comportamento encontrar o apoio de maior abertura no comércio e no financiamento mundiais — o progresso rápido será realmente possível.

### A perspectiva a longo prazo

A história econômica demonstra que é possível a um país desenvolver-se rapidamente e que, no caso de muitos países, o ritmo do progresso de fato aumentou. Ao mesmo tempo, demonstra que muitos países desenvolvem-se muito lentamente ou não chegam a fazê-lo. Compreender por que a experiência tem variado tanto é, sem dúvida, uma das chaves do desenvolvimento.

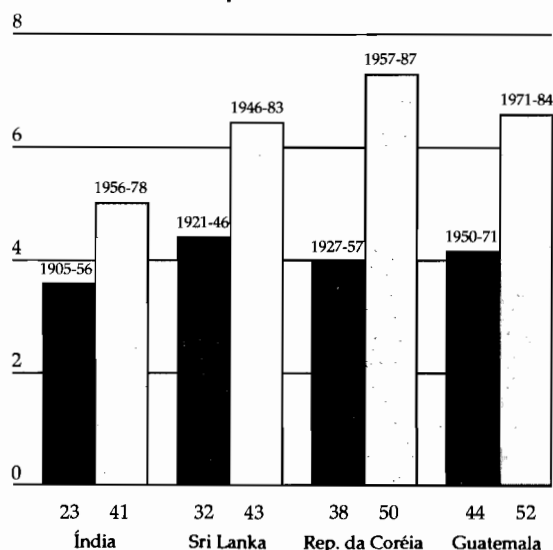
O tempo necessário a mudanças substanciais de qualidade de vida diminuiu constantemente ao longo dos séculos (Figura 1.1). A partir de 1780, o Reino Unido levou 58 anos para dobrar a sua produção *per capita*. A partir de 1839, os EUA levaram 47 anos para fazer o mesmo. A partir da década de 1880, o Japão fez o mesmo em apenas 34 anos. Após a II Guerra Mundial, muitos países dobraram a sua produção *per capita* ainda mais rapidamente que o Japão: o Brasil, por exemplo, o fez em 18 anos, a Indonésia em 17, a República da Coreia em 11 e a China em 10. Essa mudança de ritmo indica que foi preciso um longo período para que a revolução industrial ganhasse alento, ao passo que alcançá-la tem sido um processo cada vez mais rápido.

O ritmo do progresso vem aumentando não só quanto à renda e ao consumo material, mas também sob outros aspectos do bem-estar. Em muitos países em desenvolvimento, a expectativa de vida aproximou-se, em tempo notavelmente curto, dos níveis que prevalecem no mundo industrializado (Figura 1.2). Essas mudanças refletem melhor dieta, melhores condições de habitação e acesso a serviços médicos — os quais, por sua vez, se tornaram possíveis graças ao aumento da produção e distribuição de alimentos, aumento das rendas familiares, progressos da medicina, investimentos públicos em água potável de boa qualidade e tratamento de esgotos e, mais recentemente, o desenvolvimento de sistemas assistenciais de saúde.

Mais que qualquer outro fator isolado, foi o progresso tecnológico que alimentou esse progresso econômico. A introdução de inovações produziu maiores avanços nas áreas da agricultura, indústria e serviços. A fome foi debelada na Europa Ocidental em meados do século XIX, no Leste europeu na década de 30 e na Ásia na década

**Figura 1.2 Aumentos na expectativa de vida, países e períodos selecionados**

Aumento médio em anos por década



*Nota:* Os números abaixo de cada barra indicam a expectativa de vida ao nascer do início do período. Ver critério da escolha dos períodos nas notas técnicas ao fim do texto principal.

*Fontes:* Dados anteriores a 1978, Gwatkin, 1978; dados posteriores para todos os países, exceto a Índia, WHO, 1989; para a Índia, United Nations, 1989.

de 70. Na África, permanece ainda o desafio de erradicar a fome. Com o tempo, as nações tendem a convergir mais em relação a certos aspectos do desempenho do que outros. Tem havido uma tendência especialmente forte na direção da convergência em indicadores de saúde básica. Em muitos países — mesmo os de renda muito baixa — tem havido grande declínio da mortalidade infantil. Os países hoje classificados como em desenvolvimento têm melhores padrões de saúde básica do que tinham os países industrializados quando se encontravam no mesmo nível de renda. O mesmo se aplica, embora em menor grau, à alfabetização. No caso da renda *per capita*, a convergência tem sido muito mais decepcionante.

Apesar do dramático progresso alcançado por certos países, existem vastas diferenças de renda *per capita* entre países e regiões. A Tabela 1.1 mostra os grandes avanços que foram feitos no sentido de aumentar as rendas em todo o mundo. Mas mostra também as grandes diferenças de renda e a ausência de progresso em muitas regiões.

A teoria econômica sugere que, após certo tempo, a produtividade e a renda *per capita* tenderiam

**Tabela 1.1 Tendências históricas do PIB *per capita***  
(dólares internacionais de 1980)

Região ou grupo	1830	1913	1950	1973	1989	Taxa de crescimento	
						1913-50	1950-89
Ásia	375 (40)	510 (23)	487 (15)	1.215 (16)	2.812 (28)	-0,1	3,6
América Latina	..	1.092 (49)	1.729 (52)	2.969 (40)	3.164 (31)	1,2	1,2
África subsaariana	..	..	348 (11)	558 (8)	513 (5)	..	0,8
Europa, O. Médio e Norte da África	..	..	940 (29)	2.017 (27)	2.576 (26)	..	2,0
Leste europeu	600 (64)	1.263 (57)	2.128 (65)	4.658 (63)	5.618 (56)	1,4	2,0
Economias em desenvolvimento	..	701 (32)	839 (25)	1.599 (22)	2.796 (28)	..	2,7
Membros da OCDE	935	2.220	3.298	7.396	10.104	1,1	2,3

*Nota:* Os dados apresentados são médias simples de PIB *per capita*. Os números entre parênteses são o PIB *per capita* regional como percentual do PIB nas economias da OCDE. Os agrupamentos regionais incluem somente países cuja renda não é alta. A Hungria foi incluída no grupo do Leste europeu, e não em Europa, Oriente Médio e Norte da África.

*Fontes:* Para 1830-1965, Maddison, documento básico. Os dados referentes a 1950-65 para a África e o Oriente Médio provêm da OCDE; dados posteriores a 1965 baseiam-se nas taxas de crescimento constantes na base de dados do Banco Mundial. Os valores de referência são as estimativas do dólar internacional de 1980, de Maddison, documento básico, quando disponíveis; quando não, de Summers & Heston, 1984.

a convergir entre países supondo-se que os países hoje em desenvolvimento tenham acesso às novas tecnologias dos países industrializados (ver Capítulo 2). Há indícios de que isso tenha acontecido nos países industrializados. Com interrupções motivadas por guerras, a diferença de renda *per capita* entre esses países diminuiu constantemente no decorrer do último século. A convergência teve início com a revolução industrial. No século XIX, Austrália, Canadá, EUA, Europa Ocidental e Japão passaram a industrializar-se e a experimentar um crescimento econômico acelerado. A eles seguiram-se outros países em inícios do século XX. Mas, em 1945, a maior parte do mundo não havia feito muito progresso.

A Ásia, a região mais populosa do mundo, começou recentemente a ganhar terreno — em certos casos, a um ritmo espetacular. Mas a África subsaariana viu a sua renda *per capita* declinar em termos reais a partir de 1973. Em 1950, a renda *per capita* da região representava 11% da média dos países industrializados; hoje, é apenas 5%. A América Latina também foi ficando para trás, especialmente a partir de 1980. Há ainda disparidades entre grupos de países. Essas disparidades vêm aumentando entre o grupo de economias menos avançadas como um todo, e especialmente no Leste e no Sul da Ásia.

É possível haver progresso extraordinário mesmo em certos países que parecem condenados ao fracasso. Há 43 anos, um influente relatório governamental em importante país em desenvolvimento observou que os trabalhadores pareciam evitar empregos árduos e produtivos, preferindo trabalho mais leve, como o do comércio. O relatório demonstrava que a produtividade dos trabalhadores tinha diminuído, os salários eram altos demais e as empresas eram ineficientes e fortemente subsidiadas. O país fora virtualmente alijado dos mercados internacionais em virtude dos seus preços e enfrentava grave ameaça competitiva por parte da China e da Índia recém-industrializadas. Estava e tornava-se cada vez mais superpovoado. Aquela seria a última oportunidade, concluiu o primeiro-ministro em julho de 1947, para descobrir se o seu país seria capaz de manter-se de pé por si mesmo ou se passaria a ser uma carga permanente para o resto do mundo. Esse país era o Japão. A questão central deste Relatório é por que motivo certos países como o Japão registraram êxito tão espetacular, enquanto outros fracassaram.

## O cenário do desenvolvimento

O fator-chave do desenvolvimento mundial tem sido a difusão do progresso tecnológico. As novas



### Box 1.1 Inovações que mudaram o mundo

Nos últimos 200 anos, uma série de grandes progressos científicos e tecnológicos fez mudar o curso do desenvolvimento.

#### Saúde e medicina

No século XIX, a melhoria da nutrição foi a principal responsável pelo aumento da expectativa de vida e pela redução das taxas de mortalidade infantil. No século atual, o progresso foi motivado pelas ciências médicas. A vacina de Jenner contra a varíola (1790) abriu o caminho para as vacinas contra cólera, tifo e antraz. Em 1880, Pasteur determinou a relação entre micróbios e imunidade. Meio século depois, vieram a descoberta da penicilina por Fleming (1929), sua aplicação clínica (1941) e o desenvolvimento de outros antibióticos. O resultado foi que a taxa de incidência de tuberculose nos EUA, por exemplo, baixou de 70 por 100 mil em 1939 para 9 em 1988. Amplos programas de imunização contribuíram para reduzir dramaticamente as taxas de mortalidade infantil; calcula-se que, nas economias de baixa renda, essas taxas diminuíram de 124 por mil crianças nascidas vivas em 1965 para 72 em 1985.

#### Produção de alimentos

Aumentos constantes da produção de alimentos no século XIX, seguidos de dramáticos aumentos no século XX, possibilitaram alguns progressos notáveis na alimentação humana. A revolução verde dos anos 60 e 70 foi possível graças a variedades híbridas de alto rendimento de trigo e milho, variedades anãs de arroz e à introdução de fertilizantes e pesticidas químicos. A Índia dobrou o

seu rendimento médio de trigo poucos anos após a introdução dessas melhorias em 1966-67. Na China, onde reformas rurais trouxeram maior flexibilidade às práticas agrícolas, novas variedades de grãos e técnicas de cultivo tornaram possível alimentar 22% da população mundial com 7% da terra arável do planeta.

#### Transporte, energia e comunicações

A revolução industrial na Europa começou com invenções que aumentaram a capacidade da mão-de-obra com máquinas e novas fontes de energia. Depois do motor a vapor de Savery (1698) e do motor melhorado de Newcomen (1712), os motores mais eficientes inventados por Watt (em 1770 e 1796) generalizaram o uso do vapor. A produção e o transporte de carvão aumentaram rapidamente. Em seguida, vieram aperfeiçoamentos no refino do petróleo (década de 1850) e um novo método de perfuração de poços. O motor de combustão interna (1876) e as tecnologias de geração e transmissão de eletricidade (1886) foram parte do mesmo progresso, transformando velhas indústrias e lançando indústrias novas. Mais tarde, o transporte foi revolucionado com o advento do navio e da locomotiva a vapor (década de 1830), do automóvel (1885) e do avião (1903). Portos, estradas, ferrovias e aeroportos levaram o comércio aos lugares mais remotos.

O telégrafo (1844), o telefone (1876), o rádio (1895) e a televisão (1925) mudaram a comunicação entre as pessoas. Com o advento do computador eletrônico (1924), dos satélites de comunicações (1960) e das fibras óticas (1977), a informação é hoje transmitida e processada a uma velocidade espantosa, embora a um custo prático.

tecnologias permitiram que os recursos fossem usados de maneira mais produtiva, fazendo aumentar as rendas e melhorar a qualidade de vida. A inovação científica e médica progrediu a um ritmo espantoso no decorrer dos últimos 200 anos (Box 1.1)

O uso eficaz das novas tecnologias geralmente requer adaptação e inovação por parte das instituições econômicas e, vez por outra, também das instituições políticas e sociais. Novos meios de transporte ampliaram os mercados e, com isso, aumentaram a divisão do trabalho, gerando, como observou Adam Smith, maior especialização: produtos e mão-de-obra eram vendidos a dinheiro, em vez de serem trocados, e assim por diante. Hoje, criar e fortalecer as instituições do mercado é a maior tarefa que enfrentam os antigos países socialistas da Europa e muitos dos países em desenvolvimento.

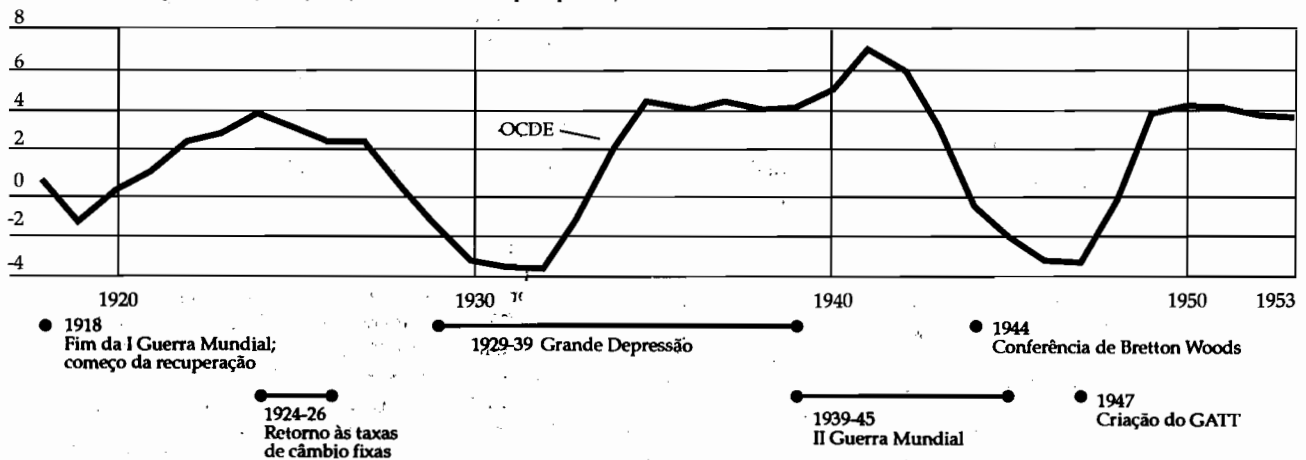
#### Integração global

O comércio foi de importância crucial para a disseminação da tecnologia. Quando participam da economia mundial, os países costumam desenvolver-se mais depressa do que quando isolados, embora o protecionismo tenha estimulado o crescimento econômico em alguns casos. Historicamente, as guerras comerciais têm retardado o desenvolvimento global.

A Grande Depressão e suas conseqüências são talvez o exemplo mais claro disso. O colapso do sistema comercial após a I Guerra Mundial não provocou a Grande Depressão — mas contribuiu para que esta fosse mais profunda, mais ampla e mais duradoura. O colapso do mercado de ações em outubro de 1929 provocou a queda brusca da procura e do comércio. Não tendo chegado a um acordo comercial cooperativo em 1929, os EUA aumentaram suas tarifas alfandegárias através da

**Figura 1.3 Crescimento da produção *per capita* na OCDE e nos países em desenvolvimento, e eventos mundiais importantes, 1918-88**

Crescimento da produção *per capita* (%; média móvel quinquenal)



Fontes: Para eventos, Pollard, 1990; para dados, consultar notas técnicas ao fim do texto principal.

Lei Smoot-Hawley de 1930. Os parceiros comerciais dos americanos retaliaram. O comércio mundial reduziu-se a um terço do que era, caindo de US\$3 bilhões em outubro de 1929 para US\$1 bilhão em julho de 1932. Parte dessa contração resultou da Depressão, mas a hostilidade em relação ao comércio causou danos que levaram décadas para serem reparados.

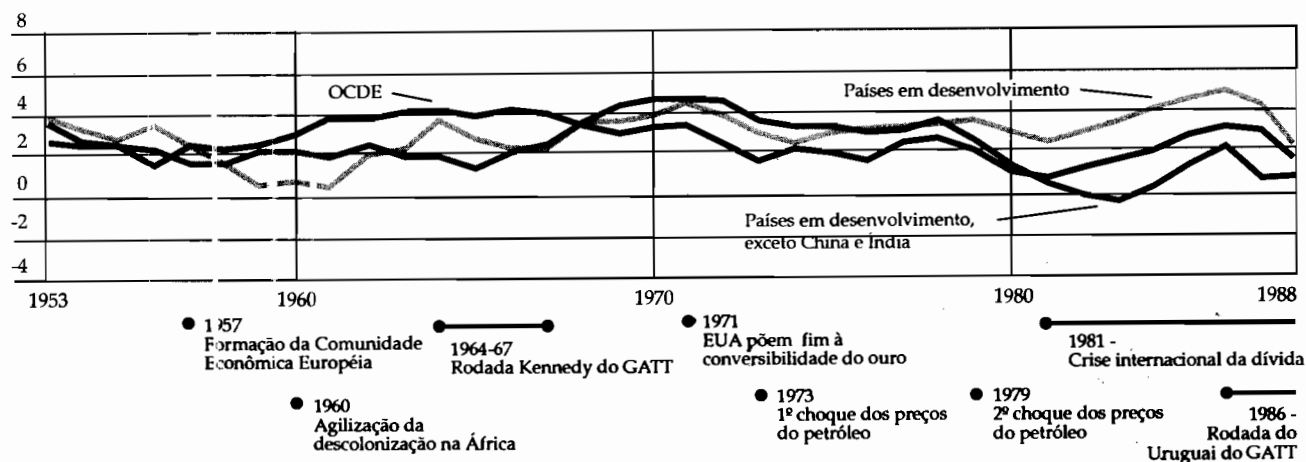
A deterioração do clima comercial em 1929 tinha-se seguido a um longo período de integração dos mercados em tempos de paz. Ao ingressar no século XIX, a Grã-Bretanha trazia consigo um volumoso sistema de tarifas e leis alfandegárias acumuladas ao longo de 500 anos. A transição para o comércio liberal não foi fácil. As pesadas tarifas impostas às importações de grãos (as Leis do Trigo) garantiam a relativa prosperidade dos proprietários de terra, mas os consumidores pagavam preços altos, enquanto a manufatura para exportação era sufocada. A quebra da safra das batatas na Irlanda em 1845 foi seguida pela fome em massa — desastre que abriu o caminho para a rejeição das Leis do Trigo. A Grã-Bretanha optou por um regime comercial mais liberal, no que foi seguida por outros países. A expansão dos mercados agrícolas aliviou as pressões protecionistas e o período de 1848 a 1873 foi de comércio mais livre em toda a Europa.

Esse processo de integração internacional foi reforçado pela integração dos mercados em vários

países. As inovações na área de transportes tiveram importância crucial. A aceleração da integração, juntamente com a adoção de novas tecnologias na manufatura, levou a rápidos aumentos de produtividade.

Embora tenha, sem dúvida, estimulado o desenvolvimento, essa transição na direção da integração internacional expôs também os países a choques econômicos externos e, conseqüentemente, a reveses ocasionais. Uma dramática redução das tarifas de frete marítimo aparentemente provocou um declínio de lucros e salários, mas os salários declinaram menos, de sorte que o custo da mão-de-obra aumentou em termos reais. Grãos a preços módicos foram trazidos para a Europa, provenientes da América do Norte, Argentina, Austrália e Ucrânia. Muitos países aumentaram suas tarifas, tanto sobre manufaturados quanto sobre alimentos. Em 1913, a tarifa média cobrada sobre manufaturados era de 20% na França, 18% na Itália e 13% na Alemanha. Ao mesmo tempo, porém, o primeiro grande *boom* mundial do comércio havia trazido em sua onda muitos países em desenvolvimento que exportavam produtos primários. A Argentina havia registrado um crescimento econômico tão rápido que, na década de 20, sua renda *per capita* era 80% da renda *per capita* da Grã-Bretanha.

O comércio exterior foi financiado em fins do século XIX por um surto de empréstimos euro-

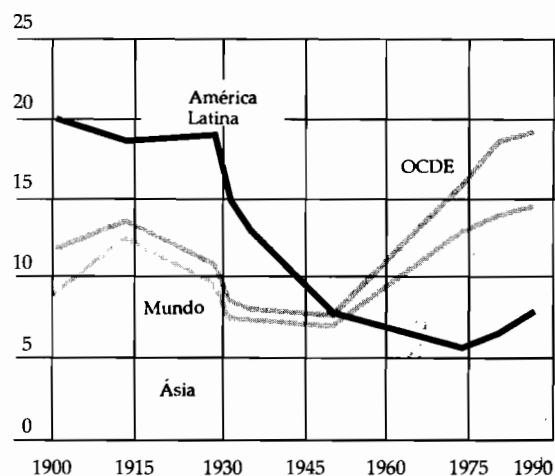


peus a países recém-criados em zonas temperadas e à Rússia czarista. A ocorrência de cruciais progressos tecnológicos na fabricação de produtos químicos, produtos elétricos e automóveis — às vezes chamada de segunda revolução industrial — gerou a procura de novos produtos nos mercados de importação. Em 1913, os empréstimos externos concedidos pela Grã-Bretanha constituíam metade da poupança nacional e 5% da renda nacional. A I Guerra Mundial custou à Europa continental grande parte da sua mão-de-obra produtiva e do seu capital físico (Figura 1.3). A produção agrícola tinha aumentado significativamente fora da Europa durante a guerra, e a gradual recuperação da agricultura europeia fez cair os preços a partir de 1925. Os preços despencaram após a crise de outubro de 1929. Os anos de 1918 a 1925 foram um período de grande instabilidade de taxas cambiais, tarifas, acordos comerciais e regulamentações.

A Grande Depressão e a II Guerra Mundial destruíram a economia mundial e abalaram fortemente a confiança dos países em desenvolvimento, especialmente os da América Latina, no comércio como motor do crescimento. A necessidade de acordos internacionais sobre comércio e moedas era maior do que nunca. A Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas e Associadas, realizada em Bretton Woods em julho de 1944, tratou de criar “um mundo no qual os países

não fechassem os olhos aos efeitos dos seus atos sobre os outros” (Robinson, 1975). A conferência gerou novas normas e instituições para as relações monetárias e cambiais internacionais (sob a égide

**Figura 1.4 Participação das exportações no PIB, grupos de países selecionados, 1900-86 (%)**



*Nota:* A participação das exportações no PIB pode ser tomada como um substituto de integração. Dados do PIB em dólares internacionais; exportações em dólares norte-americanos.  
*Fonte:* Maddison, 1989.

do Fundo Monetário Internacional), para os fluxos de capital a longo prazo destinados à reconstrução e ao desenvolvimento (sob a égide do Banco Mundial) e para o comércio internacional (mais tarde incorporadas sob a forma do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio — GATT). Mesmo antes que essas instituições fossem plenamente operacionais, o Plano Marshall veio em apoio à reconstrução do pós-guerra na Europa Ocidental; e missões de produtividade dos EUA foram à Europa e ao Japão, ajudando a desenvolver as relações comerciais e a disseminar informações tecnológicas.

A URSS decidiu não aderir à estrutura de Bretton Woods e instituiu um sistema internacional paralelo. Os países do Leste europeu nacionalizaram suas economias e adotaram o sistema soviético de planificação centralizada. O Conselho de Assistência Econômica Mútua (CMEA) foi criado para coordenar as atividades econômicas desses países.

O Plano Marshall patrocinou a formação da União Européia de Pagamentos, criando a base institucional do livre comércio na Europa Ocidental. O GATT estimulou a transição na direção de acordos comerciais multilaterais. A formação da Comunidade Econômica Européia (CEE) em 1957, a formação da OCDE e as sucessivas rodadas de negociações de acordos do GATT contribuíram no mesmo sentido. Em várias nações da Europa e no Japão, os investimentos atingiram níveis recordes, à medida que esses países procuravam igualar o progresso tecnológico dos EUA. O crescimento econômico entre a II Guerra Mundial e o início da década de 70 foi o mais rápido da história. Os países em desenvolvimento, muitos deles nações recém-criadas, aderiram a esse crescente sistema mundial, mas com diferentes graus de comprometimento. O Leste asiático aderiu com entusiasmo ao comércio, enquanto o Sul da Ásia, a África e a América Latina mostravam-se mais relutantes.

Tendo ajudado a promover um extraordinário aumento do comércio e da integração mundial durante quase três décadas (Figura 1.4), a estrutura internacional mudou na década de 70. As taxas de câmbio fixas tornaram-se impossíveis e os EUA suspenderam a conversibilidade do dólar em 1971. Em 1973, os governos da CEE decretaram a flutuação das principais moedas européias. O choque do petróleo, motivado pela decisão dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentar os preços desse produto, desorganizou o comércio interna-

cional e os fluxos de capital. O sistema de comércio exterior passou a sofrer grande pressão. Surgiu a tendência na direção do protecionismo que ainda hoje ameaça a ordem comercial liberal estabelecida a partir de 1945.

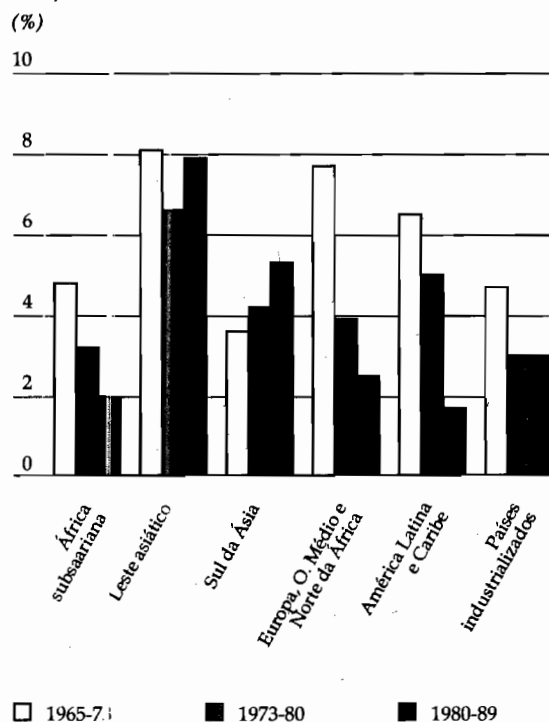
É esse o pano de fundo contra o qual os governos dos países em desenvolvimento terão de escolher suas políticas comerciais. Hoje, mais de 4 bilhões de pessoas, ou quase 80% da população do globo, vivem nos países em desenvolvimento. Sua parcela da produção mundial é inferior a 20%; no comércio exterior, participam com 17%. Como grupo, essas economias têm ainda um longo caminho a percorrer até que se integrem plenamente à economia mundial.

#### *O efeito global dos choques*

Apesar do protecionismo que ressurgiu a partir dos anos 70, a economia mundial permaneceu muito integrada. Essa integração, como a história demonstra, expõe os países a choques externos. Nas décadas de 70 e 80, ocorreram choques graves. O colapso do sistema de Bretton Woods, a forte elevação dos preços dos alimentos e de outros produtos básicos e o brusco aumento dos preços do petróleo em 1973-74 e 1979-80 afetaram quase todas as economias. Após o segundo choque dos preços do petróleo, os EUA adotaram um conjunto de medidas monetárias e fiscais no início da década de 80, as quais fizeram subir as taxas de juros em todo o mundo. Para os países em desenvolvimento que importam petróleo, a magnitude dos choques dos anos 70 variou mas, na maioria deles, representou menos de 10% do PIB. Contudo, os efeitos sobre as relações comerciais e as taxas de juros agravaram-se nos anos 80. Na África subsaariana e na América Latina, calcula-se que, em conjunto, esses efeitos custaram, em média, mais de 10% do PIB — ou mais do que em outras regiões em desenvolvimento.

Embora as medidas tomadas pelos países industrializados tenham contribuído para a rápida recuperação da recessão provocada pelo choque dos preços do petróleo de 1973-74, contribuíram também para as elevadas taxas de inflação verificadas em fins da década. Muitos países industrializados adotaram uma política monetária acomodatória que resultou em taxas de juros baixas e, em alguns países, até mesmo negativas nos anos 70. A reciclagem dos excedentes dos exportadores de petróleo gerou grandes fluxos internacionais de capital. Mas a recuperação deteve-se abruptamente com o segundo choque dos preços do pe-

**Figura 1.5 Estimativas de crescimento do PIB, 1965-89**



*Nota:* As estimativas do PIB são mínimos quadrados em termos reais.  
*Fonte:* Dados do Banco Mundial.

tróleo de 1979-80 e com a forte contenção da política monetária dos grandes países industrializados. Entre fins da década de 70 e começos da década de 80, a taxa de oferta interbancária de Londres (LIBOR) para operações em dólar aumentou de -1 para 6%; registrou-se acentuada desaceleração do crescimento econômico e do comércio e um declínio dos preços do petróleo e de outros produtos básicos. Os exportadores dessas categorias, bem como os que dependem das remessas de trabalhadores advindas dessas exportações, ficaram prejudicados. Entre os grandes países industrializados, havia pouca cooperação na formação da política.

Nos anos 70, sobreveio o problema da dívida que iria contagiar o mundo inteiro, uma vez que muitos países em desenvolvimento tomavam empréstimos para estimular o consumo, investir em projetos duvidosos e importar petróleo (que, na época, era subsidiado). O volume dos empréstimos bancários internacionais aumentou em quase

800% durante a década, atingindo cerca de US\$800 bilhões. A maioria dos credores comerciais dos países em desenvolvimento pouco fazia para investigar como os empréstimos estavam sendo utilizados, preferindo confiar em garantias soberanas. A produtividade dos investimentos em países de renda baixa e média pode ter caído em um terço entre as décadas de 60 e 70. A dívida externa desses países cresceu de US\$63 bilhões em 1970 para US\$562 bilhões em 1980.

A crise da dívida ocorreu em uma época em que a recessão mundial, as elevadas taxas reais de juros e os choques nas relações comerciais de inícios da década de 80 causavam sérios problemas de serviço da dívida para os países muito endividados. Os pagamentos dos juros devidos pelos países em desenvolvimento aumentaram em 40% no período 1980-83, atingindo US\$64 bilhões. Isso representava cerca de 3,2% do PIB desses países, em comparação com menos de 1% poucos anos antes. O México declarou a moratória da dívida em 1982. Muitos outros países foram forçados a fazer acordos para a reestruturação da dívida com credores oficiais e bancos comerciais. Em 1982, os bancos comerciais tinham virtualmente interrompido os empréstimos voluntários que faziam à maioria dos países em desenvolvimento. As transferências financeiras totais líquidas para os países em desenvolvimento (desembolso de empréstimos a longo prazo menos serviço total da dívida) passaram de uma entrada líquida de US\$36 bilhões em 1981 para uma saída líquida de US\$30 bilhões em 1989. Nos países muito endividados, os investimentos caíram acentuadamente — e isso enfraqueceu a recuperação quando o clima internacional melhorou mais tarde. Nos anos 80, o crescimento do PIB real diminuiu na África subsaariana, na América Latina e no Oriente Médio, Norte da África e Leste europeu (Figura 1.5).

O crescimento econômico voltou a acelerar-se nos países industrializados no decorrer da segunda metade da década de 80. Registrou-se um aumento da atividade em decorrência de menos regulamentação e impostos mais baixos, aliados a uma queda dos preços do petróleo em 1986, políticas monetárias expansionistas e maior cooperação no tocante a políticas. Uma baixa inflação, aumentos salariais moderados e altos lucros empresariais estimularam os investimentos privados, especialmente no Japão e na Europa. Nessa ocasião, vários países em desenvolvimento contavam com fortes laços comerciais na área de manu-

### Box 1.2 A crise econômica da União Soviética

Tendo dado o seu grito de alarme quando assumiu a liderança do país em 1985, Mikhail Gorbachov empregou repetidamente três palavras em sua exortação à reforma: *perestroika* (reestruturação), *uskoreniye* (aceleração do crescimento) e *glasnost* (abertura). A economia soviética estava abalada e as medidas corretivas vinham sendo adiadas há muito tempo. Gorbachov advertiu que a URSS produzia mais calçados e muito mais aço que os EUA, mas que a qualidade dos calçados era má e o uso do aço era antieconômico.

Seria essa uma crise de curta duração? Ou tinha raízes mais profundas? Certamente não era passageira, como o Presidente Gorbachov declarou recentemente: "Hoje, quando falamos de reestruturação radical da administração econômica, é vital lembrar qual era a situação real em nosso país em fins da década de 70 e começos da década de 80. Naquele tempo, as taxas de crescimento econômico tinham caído tanto que virtualmente significavam estagnação." Uma forte queda da produção industrial tinha sido acompanhada pela exaustão dos recursos naturais em regiões povoadas e pela crescente obsolescência de fábricas e equipamentos. As taxas de óbitos e de mortalidade infantil estavam aumentando.

Entre 1985 e 1987, a *perestroika* foi instalada a fim de reaparelhar e modernizar a indústria e promover o cuidado com o controle de qualidade. Entre as medidas tomadas concomitantemente estavam aquelas destinadas a aumentar a iniciativa dos trabalhadores e tornar a burocracia mais responsável. Apesar de certo êxito inicial, porém, as reformas não resolveram os problemas sistêmicos básicos.

A *uskoreniye* era difícil de ser alcançada. A produção real permaneceu estagnada e o déficit fiscal aumentou de 2,5% para 8,5% do PIB.

O fracasso do programa provocou esforços mais sérios de reforma econômica em 1987 e 1988. O sistema de alocação de matérias-primas foi abandonado. Permitiu-se que os preços variassem dentro de uma faixa negociada livremente. A fraca contenção do orçamento foi reforçada. Estimulou-se a criação de empresas cooperativas e as empresas familiares privadas foram legalizadas. O comércio exterior foi descentralizado e um esquema de retenção de divisas foi introduzido, juntamente com um sistema de taxas de câmbio diferenciadas e leilões limitados de moedas estrangeiras.

Por terem sido introduzidas aos poucos, as medidas tiveram um efeito oposto ao que se pretendia. As importações provenientes da área de moedas conversíveis aumentaram fortemente, enquanto as exportações de manufaturados permaneceram quase ao mesmo nível. O aumento da autonomia das empresas foi limitado pelo sistema de encomendas estatais, que abrangia a maior parte da produção industrial. O tradicional sistema de planejamento começou a ser desmontado, mas o inflexível e distorcido sistema oficial de preços — e a agência estatal de distribuição — permaneceram praticamente intactos. Nos últimos anos 80, o capital das empresas e o contingente de mão-de-obra diminuíram.

Em 1990, o produto material líquido — segundo estimativas oficiais — declinou em 4% e a inflação era de 12%. O sistema tradicional de planificação centralizada desaparecera em grande parte, mas ainda não tinha sido substituído por um sistema funcional de mercado.

Transformar a economia soviética será difícil. Exigirá muitas das medidas discutidas neste Relatório: estabilização da macroeconomia, reforma de preços em um contexto de maior concorrência interna e externa, e reforma dos direitos de propriedade e instituições governamentais.

faturados e um clima econômico interno relativamente estável. Esses países conseguiram tirar proveito da recuperação dos países industrializados e aumentaram suas taxas de crescimento.

Nos anos 80, o aumento da integração fez com que os fluxos comerciais e financeiros crescessem mais depressa do que a produção. Mas tratava-se de mais uma década sujeita a choques, dificultando ainda mais a tarefa de ajustamento da maioria dos países em desenvolvimento. As taxas de câmbio sofriam grandes oscilações e o comportamento das taxas de juros internacionais era errático. O saldo em conta corrente dos EUA passou de um superávit de US\$7 bilhões em 1981 para um déficit de US\$162 bilhões em 1986, que diminuiu gradualmente para cerca de US\$110 bilhões em 1989. (Os EUA absorveram cerca de 23% das exporta-

ções de mercadorias dos países em desenvolvimento em 1989 — mais do que a soma das exportações desses países para a Alemanha, a França e o Japão.) Calcula-se que, nos últimos anos, esse déficit tenha absorvido, em média, 4-5% da poupança mundial. Enquanto isso, a dívida pendente e o acentuado declínio dos fluxos financeiros para os países em desenvolvimento fizeram com que o déficit total nas contas correntes destes países baixasse de cerca de US\$70 bilhões em 1980 para US\$50 bilhões em 1989.

#### *Alcançando êxito em um mundo integrado*

Mesmo em face dos choques externos negativos dos últimos 20 anos, algumas economias tiveram um desempenho notavelmente bom — especialmente as do Leste asiático. A maioria delas, po-



rém, tem enfrentado dificuldades, especialmente nos últimos 10 anos. Em muitos casos, isso não se deveu à falta de esforços. Muitos países em desenvolvimento modificaram suas políticas econômicas quando os seus problemas de dívida aumentaram no início da década de 80. A necessidade de ajustamento aumentou em 1982, em face da profunda recessão nos países industrializados e do forte declínio dos preços reais dos produtos básicos. Muitos governos reduziram seus déficits orçamentários, alteraram certos preços relativos (taxa real de câmbio, taxa real de juros e relações comerciais internas entre agricultura e indústria) e reestruturaram suas atividades. Muitos deles substituíram certas restrições comerciais quantitativas por tarifas e reformaram suas estruturas tarifárias. Os déficits do balanço de pagamentos diminuíram acentuadamente. Apesar do muito progresso, porém, persistem desequilíbrios fiscais. A redução dos déficits foi, muitas vezes, obtida mediante o corte de investimentos públicos, e não mediante contenção de gastos correntes ou reforma fiscal destinada a aumentar as receitas.

O novo clima econômico trouxe desafios também para os países industrializados. Inflexibilidades estruturais, controles sobre o preço da energia, taxas de câmbio desalinhadas e barreiras comerciais impediram o ajustamento e retardaram a recuperação econômica na década de 70 e começos da década de 80. Foi então que as políticas começaram a mudar. A administração macroeconômica concentrou-se na luta contra a inflação (embora as políticas monetárias tenham se tornado mais acomodáticas à medida que as pressões inflacionárias cediam na última metade da década de 80). As medidas fiscais e reguladoras davam ênfase a incentivos no lado da oferta; os impostos sobre rendas familiares e lucros empresariais diminuíram. A maioria dos países passou a reduzir o papel do setor público. Entre as principais reformas estruturais estavam a privatização de empresas estatais e a liberalização dos mercados — de produtos, de trabalho e financeiros.

Nos anos 80, o atraso das economias dirigidas contrastava fortemente com o rápido avanço tecnológico das economias voltadas para o mercado na Ásia e no Ocidente. O desempenho econômico piorou na URSS (Box 1.2) e em outras economias do bloco oriental. Certos países, especialmente a ex-República Democrática Alemã e a Polônia, adotaram reformas extremamente ousadas. As condições econômicas em quase todas essas eco-

nomias são graves, e as projeções sugerem que o pior ainda está para vir.

#### *Eventos recentes*

Uma expansão de sete anos na economia mundial quase chegou ao fim em 1990. Os sinais de desaceleração da atividade econômica em alguns dos grandes países industrializados tornaram-se evidentes à medida que as políticas monetárias iam se tornando mais rígidas, em resposta à crescente inflação e ao fato de que a produção atingira níveis próximos da capacidade máxima. Essa desaceleração tornou-se mais difundida e pronunciada com a crise do golfo em agosto de 1990. A crescente incerteza teve efeitos adversos sobre a confiança dos consumidores e empresários; isso, por sua vez, levou a um aumento acentuadamente menor dos gastos com o consumo e dos investimentos empresariais nos países industrializados. As necessidades financeiras da unificação da Alemanha e da reconstrução no Oriente Médio após a guerra exerceram pressões altistas sobre as taxas de juros a curto prazo na Alemanha e no Japão, apesar do desaquecimento econômico de 1990 e começos de 1991. O crescimento do PIB real nos países industrializados caiu para cerca de 2,6% em 1990, em comparação com 3,3% em 1989 e 4,5% em 1988.

O Canadá, os EUA e o Reino Unido estão em recessão. O crescimento econômico foi também retardado em outros países da Europa Ocidental. No Japão, os preços das ações caíram em cerca de 50%; a qualidade das carteiras dos bancos comerciais diminuiu, tanto no Japão quanto nos EUA. Embora a desaceleração das economias industrializadas tenda a ser de curta duração e pouco profunda, a expectativa é que a recuperação será apenas gradual. Os problemas financeiros do setor privado em várias grandes economias continuarão a prejudicar o crescimento econômico. A tendência é de que a produção dos países industrializados cresça em menos de 2% em 1991.

Nos países em desenvolvimento, o crescimento do PIB real diminuiu de 4,3% em 1988 para 2,9% em 1989 e apenas 2,2% em 1990 — seu nível mais baixo desde 1982. Os principais motivos desse declínio — além da contínua instabilidade macroeconômica e debilidades de política interna — foram a queda dos preços dos produtos básicos (exceto o petróleo), altas taxas de juros internacionais (sobre outras moedas que não o dólar) e a desaceleração do crescimento do comércio mundial.



### Box 1.3 O clima para o desenvolvimento nos anos 90

	Pessimista	Otimista
<i>Comércio mundial</i>	As negociações do GATT fracassam; medidas tomadas unilateralmente pelos grandes países industrializados levam a guerras comerciais; há uma redução do comércio como um todo, embora essa redução seja menor dentro de blocos regionais.	O GATT faz progressos reais; acordos regionais, compatíveis com o GATT, produzem uma integração dramaticamente maior na Europa, na Ásia e no Hemisfério Ocidental; o comércio mundial aumenta rapidamente.
<i>Fluxos de capital</i>	Os mercados internacionais de capital mostram-se supercautelosos e as transferências para os países em desenvolvimento não voltam a aumentar.	O capital volta a fluir para os países em desenvolvimento; o aumento da confiança estimula os investimentos externos diretos.
<i>Finanças mundiais</i>	Importantes instituições vão à falência no Japão e nos EUA, provocando aumento das taxas de risco, queda dos investimentos, prolongada recessão econômica e possível aumento da inflação; a crise da dívida continua a dificultar o crescimento econômico nas regiões em desenvolvimento.	Importantes instituições conseguem superar a crise; reformas financeiras e mudanças de normas reduzem os riscos sistêmicos; a recuperação econômica é rápida; o Plano Brady e seus sucessores reduzem gradualmente a carga da dívida dos países em desenvolvimento.
<i>Política dos países industrializados</i>	Grandes países industrializados deixam de cooperar e adotam políticas macroeconômicas inadequadas, provocando instabilidade financeira e baixo crescimento econômico.	Medidas macroeconômicas tomadas pelos grandes países industrializados estabilizam os mercados financeiros, levando ao crescimento sustentável.
<i>Segurança</i>	O declínio das superpotências leva a crises regionais e conflitos étnicos entre países e dentro deles; corridas armamentistas desviam os recursos econômicos; terrorismo, drogas e pobreza solapam a segurança interna.	O fim da guerra fria reduz as tensões entre as superpotências; novos acordos de segurança internacional são desenvolvidos através de uma Organização das Nações Unidas fortalecida.
<i>Tecnologia</i>	As tecnologias necessárias a produtos competitivos tornam-se cada vez mais sofisticadas e mais tendentes a poupar mão-de-obra; os fluxos de tecnologia são limitados por medidas protecionistas e estratégias empresariais; as vantagens dos países em desenvolvimento nas áreas de mão-de-obra e matérias-primas baratas diminuem.	Novas tecnologias melhoram as condições de saúde e fazem aumentar a produtividade (especialmente na agricultura); as multinacionais desenvolvem redes globais de produção mais amplas; os computadores reduzem as vantagens dos grandes mercados; melhores comunicações tornam mais fácil aos países dotados de capital humano adequado alcançarem igual aumento de produtividade.
<i>Energia</i>	Os preços do petróleo permanecem voláteis dada a persistente instabilidade política e social no Oriente Médio, que continua a ser o principal fornecedor do produto.	Novos acordos políticos no Oriente Médio, juntamente com um diálogo construtivo entre produtores e consumidores de petróleo, levam a um período de inusitada estabilidade de preços reais do petróleo.
<i>Meio ambiente</i>	Aumentam os danos causados ao meio ambiente, com repercussões econômicas; os recursos mundiais diminuem; a frequência de desastres ambientais locais aumenta.	Impactos prejudiciais ao meio ambiente resultam menos dispendiosos e menos imediatos do que se previa; novas políticas nacionais e internacionais criam medidas destinadas a proteger os recursos escassos.

Os preços do petróleo subiram de menos de US\$20 o barril (do tipo Brent cru) em julho de 1990 para US\$35-40, após a invasão do Kuwait pelo Iraque, em agosto, e o subsequente embargo das Nações Unidas contra as exportações de petróleo do Iraque e do Kuwait. Ao fim da guerra e com a

libertação do Kuwait, no início de 1991, os preços do petróleo baixaram para cerca de US\$20 o barril. Se os preços permanecerem nessa faixa, o efeito do choque dos preços do petróleo sobre as economias industrializadas será pequeno e de curta duração. Calcula-se que, para o grupo de economias

industrializadas, a perda, em termos comerciais, decorrente do choque de 1990 será um terço daquela verificada com o choque de 1973-74 e apenas um sexto da perda resultante do choque de 1979-80.

Em contraposição, as consequências para o Leste europeu têm sido graves, porque os países da região passaram a pagar suas compras de petróleo com moedas fortes. Calcula-se que, para o grupo de países em desenvolvimento importadores de petróleo, o efeito do aumento dos preços do petróleo sobre o balanço de pagamentos tenha sido de cerca de 7% de suas exportações totais. Além disso, a Jordânia, a República Árabe do Egito e a Turquia vêm mantendo amplas relações econômicas com o Iraque e o Kuwait. Estes e outros países — Bangladesh, Filipinas, Índia, Marrocos, Paquistão, Sri Lanka e Sudão — têm de pagar taxas de juros mais altas sobre o serviço da dívida e sofreram perdas nas áreas de contratos comerciais, contratos de serviços e remessas de trabalhadores. As receitas do turismo também caíram acentuadamente.

A produção diminuiu consideravelmente no Oriente Médio, no Leste europeu e (devido a grave recessão no Brasil) na América Latina. O ritmo do crescimento econômico diminuiu também na África subsaariana. Contudo, nos países abrangidos pelo Programa Especial de Assistência à África, os quais vêm implementando reformas, a produção cresceu mais do que a população. Na Ásia, dado o melhor desempenho da China e de algumas das economias recém-industrializadas (ERI) da região, a taxa de crescimento acelerou para 3,5

pontos percentuais a mais do que a média para os países em desenvolvimento como um todo. Espera-se que o aumento da produção nos países em desenvolvimento volte a recuperar-se até certo ponto em 1991, atingindo cerca de 3%. Contudo, em inícios de 1991, as condições continuavam a agravar-se em muitos países — especialmente aqueles mais afetados pela Guerra do Golfo.

### Perspectivas do desenvolvimento mundial

Muitos fatores terão importante influência sobre o clima global para o desenvolvimento nos próximos anos: o crescimento do comércio mundial, as políticas adotadas pelos países industrializados, a situação dos mercados internacionais de capital etc. Em cada um desses casos, o grau de incerteza é elevado (Box 1.3). Para que se chegue a uma opinião quanto às perspectivas de crescimento econômico nos países em desenvolvimento, há necessidade de julgar (explícita ou implicitamente) cada um desses fatores externos. Mesmo que se ignore tudo o mais acerca das perspectivas, é claro que a flexibilidade econômica sempre será benéfica. O melhor desempenho será o daqueles países que puderem reagir com facilidade a uma série de eventos.

#### Comércio mundial

A Rodada do Uruguai de negociações do GATT, iniciada em 1986, continuava em andamento em 1991. Essas negociações são as primeiras a incluir países em desenvolvimento como principais

**Tabela 1.2 Poupança e investimento globais**

(% do PIB mundial, exceto quando indicado)

<i>Categoria e grupo</i>	<i>1970-73</i>	<i>1974-80</i>	<i>1981-85</i>	<i>1986-88</i>	<i>Nível em 1988 (bilhões de US\$)</i>
<i>Poupança nacional bruta</i>					
Países-membros da OCDE de alta renda (EUA)	16,5 (5,2)	16,2 (4,8)	14,6 (4,9)	16,3 (3,8)	2.997 (664)
Outras economias de alta renda <sup>a</sup>	0,8	1,3	1,2	1,0	175
Economias de renda baixa e média	4,1	6,1	6,3	5,0	875
Total mundial <sup>b</sup>	21,4	23,6	22,1	22,3	4.048
<i>Investimento interno bruto</i>					
Países-membros da OCDE de alta renda (EUA)	16,0 (5,0)	16,1 (4,6)	14,5 (5,0)	16,2 (4,4)	2.981 (740)
Outras economias de alta renda <sup>a</sup>	0,7	0,9	1,0	0,8	151
Economias de renda baixa e média	4,6	6,0	5,6	4,5	781
Total mundial <sup>b</sup>	21,2	23,0	21,1	21,5	3.913

a. Derivado como resíduo; países de alta renda menos a OCDE.

b. A poupança e o investimento mundiais diferem devido a discrepâncias nas contas correntes mundiais.

Fonte: Dado: do Banco Mundial.

**Tabela 1.3 Fluxos líquidos globais de recursos a longo prazo para países em desenvolvimento, 1980-95**

Componente	Nível (bilhões US\$)				Participação (%)		
	1980	1986	1989	1995 <sup>a</sup>	1980	1989	1995 <sup>a</sup>
<i>Fluxos líquidos<sup>b</sup></i>	82,8	51,2	63,3	103	100,0	100,0	100,0
<i>Doações oficiais</i>	12,5	14,0	18,6	25	15,1	29,4	24,3
<i>Empréstimos oficiais</i>							
<i>(líquidos)</i>	20,1	19,6	18,0	31	24,3	28,4	30,1
Bilaterais	12,2	6,3	6,1	10	14,7	9,6	9,7
Multilaterais	7,9	13,3	11,9	21	9,5	18,8	20,4
<i>Fluxos privados</i>	50,2	17,6	26,7	47	60,6	42,2	45,6
Empréstimos privados	41,1	8,1	4,3	12	49,6	6,8	11,6
Investimento externo direto	9,1	9,5	22,4	35	11,0	35,3	34,0

a. Projeções.

b. Exceto transferências do FMI.

Fonte: World Bank, 1990c.

participantes. Se tiver êxito, a Rodada do Uruguai levará a um maior acesso ao mercado, tanto para os países industrializados quanto para os países em desenvolvimento; tarifas mais baixas em todo o mundo; cortes significativos dos subsídios agrícolas; maior disciplina no uso de subsídios industriais; e extensão de acordos multilaterais a serviços, normas de investimento associados ao comércio exterior e direitos de propriedade intelectual. Dessas áreas, a mais difícil tem sido a agricultura. Existem grandes diferenças entre a posição adotada pelos EUA e pela Comunidade Européia durante as negociações quanto ao tamanho e rapidez dos cortes dos subsídios à exportação, medidas de apoio aos preços internos e barreiras contra a importação. Com exceção da agricultura, porém, tem havido progresso, especialmente nas áreas de têxteis e vestuário, serviços, reduções de tarifas, normas para o investimento associado ao comércio, direitos de propriedade intelectual e resolução de conflitos. Para o sistema de comércio mundial, é crucial que as negociações tenham êxito. Um bom acordo melhorará em muito as perspectivas para os países em desenvolvimento.

**INTEGRAÇÃO EUROPÉIA.** Quando desmontar suas barreiras nacionais contra o livre movimento de mercadorias, serviços, mão-de-obra e capital, a Comunidade Européia pode tornar-se o maior mercado do mundo. Dentro de cinco ou sete anos, segundo a Comissão Européia, o PIB conjunto da região pode registrar um aumento de 4,5-7%, graças unicamente à integração. O Projeto 1992 inclui ainda medidas na direção da união monetária, o que talvez leve à adoção de uma única moeda

para toda a Europa. Isso, aliado aos efeitos da unificação dos mercados, pode significar um aumento anual de cerca de um ponto percentual no crescimento econômico da Europa Ocidental a longo prazo.

**A ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO.** Entre 1965 e 1988, as economias do Leste asiático aumentaram sua participação no PIB mundial de 5% para 20% e nas exportações mundiais de manufaturados de 10% para 23%. O Japão surgiu como a segunda maior economia do mundo, enquanto várias economias em desenvolvimento da região ingressaram no grupo de economias de alta renda. Em fins da década de 80, as quatro ERI do Leste asiático respondiam por metade das exportações de manufaturados dos países em desenvolvimento. O poder financeiro da região aumentou proporcionalmente. A nível regional, houve um estreitamento das relações econômicas dentro do grupo da Associação de Nações do Sudeste Asiático. Um novo grupo de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, algo semelhante à OCDE, passou a promover reuniões ministeriais anuais; seus membros são EUA, Japão e 10 outras nações da bacia do Pacífico.

**COOPERAÇÃO NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL.** Tendo entrado em vigor o Acordo de Livre Comércio EUA-Canadá, os EUA lançaram a "Iniciativa Empresas para as Américas", destinada a melhorar as relações comerciais nas Américas. Os EUA e o México podem iniciar negociações urgentes em torno de uma área de livre comércio; qualquer

acordo a que cheguem será inédito para países com tão grandes diferenças de renda.

Até que ponto esses eventos prenunciam um desmantelamento da ordem de comércio aberto do pós-guerra? Como serão afetadas as perspectivas comerciais de muitos países de baixa renda? É difícil responder. Algumas das recentes iniciativas comerciais têm fortes dimensões regionais, mas nenhuma até agora incluiu a adoção de barreiras externas. O resultado final dependerá de o comércio adicional criado pela integração regional superar ou não o comércio que substituiu. Se a Rodada do Uruguai fracassar, o risco de que os grupos regionais se fechem será bem maior.

#### *Fluxos de capital e financiamento internacionais*

Nos anos 80, o capital internacional fluiu principalmente entre os países industrializados. Vários grandes países, inclusive os EUA, tornaram-se importadores líquidos de capital — isso é, os seus investimentos internos excediam a poupança nacional (Tabela 1.2). Os países em desenvolvimento foram evitados pelos credores e investidores internacionais, principalmente em virtude de suas elevadas dívidas externas e do agravamento das condições econômicas e políticas. Durante a década, o total de transferências líquidas de recursos para esses países passou de positivo para negativo. Nos países de renda baixa e média, o coeficiente investimento/produção diminuiu nos anos 80 e até hoje não se recuperou.

**SALDOS DE POUPANÇA-INVESTIMENTO.** O comportamento dos saldos de poupança-investimento entre amplos grupos de países provavelmente não se afastará, a médio prazo, da tendência geral estabelecida nos últimos anos. A redução do déficit de conta corrente dos EUA e o aumento das receitas do petróleo para os países que o exportam podem vir a ser contrabalançados pelo aumento das importações, custos de reconstrução e gastos militares no golfo. A redução da poupança privada e pública no Japão e a queda dos superávits de conta corrente das ERI asiáticas (em virtude da valorização da taxa de câmbio e da desaceleração do crescimento do comércio mundial) ajudarão também a reduzir os desequilíbrios dos anos 80. Na Alemanha, o superávit de conta corrente diminuirá à medida que a unificação fizer crescer a procura de investimentos. E a demanda de crédito internacional e de investimentos no Leste europeu e no Oriente Médio pode aumentar tão logo as economias industrializadas se recuperem do

desaquecimento de 1990-91. Tudo isso implica que as taxas de juros internacionais tenderão a permanecer altas a médio prazo.

O déficit de conta corrente de muitos países em desenvolvimento pode, portanto, aumentar a um ritmo muito moderado — de US\$51 bilhões ou 1,8% do PNB em 1989 para cerca de US\$ 70 bilhões em 1995 e cerca de US\$90 bilhões no ano 2000, perfazendo uma média de 1,5-2% do PNB na década de 90. Na medida em que a amortização da dívida contribua para reduzir os pagamentos de juros sobre a dívida existente, novos fluxos líquidos farão aumentar os pagamentos de juros. As saídas referentes a serviços atribuíveis a fatores também aumentarão, porque um montante maior de investimentos externos diretos fará crescer o fluxo de remessas. Em meados da década de 90, os países em desenvolvimento muito endividados podem estar ainda exportando mais mercadorias e serviços não atribuíveis a fatores do que importam, embora a diferença deva diminuir significativamente. O atual comportamento dos fluxos líquidos de capital — semelhante ao dos anos 60 quanto à importância relativa dos fluxos oficiais, investimentos diretos e empréstimos privados — pode prevalecer durante grande parte da década de 90. Taxas de juros internacionais altas, aliadas a um crescimento apenas modesto dos fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimento, durante muitos anos ainda, podem desacelerar o desenvolvimento. Mas as projeções básicas prevêem que as taxas de crescimento dos países em desenvolvimento se acelerem em relação às dos anos 80, em função do aumento da poupança interna e maior eficiência no investimento (Tabela 1.3).

**DÍVIDA EXTERNA.** A estratégia internacional de tratamento de um total de mais US\$1,3 trilhão de dívida pendente dos países em desenvolvimento (incluídas nessa cifra as dívidas do Leste europeu) atingiu um ponto decisivo em 1988 e 1989. A ênfase foi transferida do reescalonamento da dívida para a redução da dívida e do respectivo serviço. Recorrendo a recompras de dívidas, redução de taxas de juros, trocas de dívida, com desconto, por dívidas novas garantidas, e assim por diante, os acordos nos termos do Plano Brady, para redução da dívida comercial e respectivo serviço, já reduziram em US\$9,5 bilhões as dívidas da Costa Rica, Filipinas e México. Novos mecanismos de redução e reescalonamento da dívida oficial de países de baixa renda, adotados na reunião econômica

de cúpula de Toronto em junho de 1988, já foram aplicados a 19 países, abrangendo um total de US\$5,8 bilhões ou 11% da dívida oficial bilateral. Apesar dessa mudança de estratégia, a crise da dívida continua a prejudicar as perspectivas de muitos dos 46 países muito endividados (ver Capítulo 8).

**AJUDA EXTERNA.** A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) a termos altamente concessionais, que representa cerca de 90% de todas as doações e empréstimos líquidos de fontes oficiais, é a principal forma de transferência de recursos para os países mais pobres. Em 1989, a AOD foi responsável por quase dois terços dos novos fluxos de recursos para países de baixa renda e quatro quintos dos fluxos para os países mais pobres. Na África subsaariana, os fluxos líquidos de AOD foram equivalentes a 8% do PNB, ou US\$28 *per capita* em 1989 (IDM, Tabela 20).

O volume da ajuda oferecida pelos governos-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, bilateralmente e através de canais multilaterais, aumentou nos anos 80 a uma taxa média anual de cerca de 3% em termos reais. Esse aumento era compatível com o crescimento de suas economias. Em 1989, o coeficiente ajuda/PNB variou de 0,15 para os EUA a 0,32 para o Japão, 0,78 para a França e 0,94 para a Dinamarca e os Países Baixos (IDM, Tabela 19). Embora certos governos-membros do CAD (Dinamarca, França, Itália, Noruega, Suécia e Suíça) tenham aumentado sua assistência como percentual do PNB, o montante da ajuda diminuiu como percentual do PNB no caso de vários grandes contribuintes (Alemanha, EUA e Reino Unido). O resultado é que o coeficiente ajuda/PNB dos países do CAD permaneceu ao nível constante de 0,35% durante toda a década de 80. Contudo, à medida que os anos passavam e muitos países em desenvolvimento registravam dificuldades econômicas, o objetivo passou a ser o aumento da eficácia da ajuda. Houve crescente conscientização das limitações do governo quanto à promoção do crescimento econômico, o que levou os governos fornecedores de ajuda e os dos países em desenvolvimento a reconhecerem o papel do setor privado e enfatizar a importância de uma melhor política econômica interna. Um número crescente de países fornecedores de ajuda passará a levar em conta a eficácia ao estabelecer seus orçamentos de ajuda externa. Um volume adequado de ajuda é essencial.

**INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS.** Os fluxos de investimento externo direto (IED) tenderão a crescer em consequência de reformas de política econômica. Contudo, é provável que permaneçam concentrados em países de renda média que se integraram à economia mundial e possuem infra-estrutura bem desenvolvida. Em 1989, cerca de 70% do fluxo total de IED para países em desenvolvimento veio dos EUA (32%), Japão (18%) e Reino Unido (20%). Apenas 20 economias em desenvolvimento, especialmente na Ásia e na América Latina, foram responsáveis por 90% da entrada líquida de fluxos entre 1981 e 1990. A reconstrução econômica do Leste europeu e da URSS fará aumentar a concorrência pelos fluxos de IED. Contudo, para os países em desenvolvimento menores e em fase de reforma, até mesmo um modesto aumento dos fluxos de IED pode ter um efeito perceptível sobre o crescimento econômico.

**INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.** A situação financeira de alguns dos maiores bancos e companhias de seguros dos EUA e do Japão vem sendo abalada pelo aumento das taxas de juros, pela queda dos preços de ações e de imóveis, e por maus investimentos. Um coeficiente de 8% entre capitalização e ativos deverá ser aplicado a todos os bancos internacionais em dezembro de 1992, nos termos do Acordo de Basileia. No esforço de levantar capital, essas instituições vêm reduzindo o montante de novos empréstimos. Os EUA e o Japão parecem determinados a controlar o problema, reforçando o seguro de depósitos e reestruturando as instituições falidas. Mas os mercados de crédito, já influenciados pelas necessidades de financiamento do Leste europeu e do Oriente Médio, certamente serão afetados. A pressão altista sobre as taxas de juros persistirá a médio prazo.

**POLÍTICA DA OCDE.** As políticas macroeconômicas dos países industrializados afetam de várias maneiras o clima externo para o desenvolvimento. E, o que talvez seja mais importante, podem melhorar as perspectivas das exportações dos países em desenvolvimento, promovendo internamente um crescimento econômico constante e não-inflacionário.

As políticas macroeconômicas dos países industrializados também influenciam a procura e a oferta da poupança global e, portanto, o nível das taxas de juros no mundo. Por outro lado, a integração financeira tornou muito mais complicada

a tarefa de estabelecer políticas macroeconômicas nacionais. Políticas divergentes ou incoerentes têm, muitas vezes, provocado volatilidade nos mercados financeiros. Contrapondo-se a isso, o Grupo dos Sete países industrializados (G-7) atingiu, nos últimos anos, um grau mais elevado de cooperação no tocante a políticas, cooperação esta que pode ser creditada a alguns dos ajustes que, a partir de 1985, tornaram mais equilibradas as principais taxas cambiais. Mas a coordenação das variações das taxas de juros e a intervenção nos mercados de moedas nem sempre são bastantes e, em certas ocasiões, podem até ser contraproducentes. Seria conveniente coletar informações sobre aspectos mais amplos da política macroeconômica, especialmente sobre projeções de desequilíbrios fiscais.

#### *Um mundo incerto*

Os sistemas comercial e financeiro mundiais são os aspectos mais conhecidos e óbvios do clima econômico que os países em desenvolvimento terão de enfrentar. Mas há uma longa lista de outras incertezas. Em cada caso, é fácil imaginar resultados que podem ajudar grandemente o esforço de desenvolvimento — e os que podem frustrá-lo.

**SEGURANÇA.** As tensões políticas entre o Leste e o Oeste diminuiram. Por si, o fim da guerra fria deveria favorecer as perspectivas de crescimento econômico em todo o mundo. Mas oferece também uma oportunidade de reduzir significativamente os gastos militares dos EUA e da URSS. Novos tratados e alianças vêm rapidamente reduzindo as forças convencionais da Europa. Em 1994, o armamento dos membros do antigo Pacto de Varsóvia será, no máximo, um terço do que era em 1988. Poupança de gastos militares, os governos do Ocidente poderiam ser persuadidos de que agora podem cumprir o antigo compromisso com o aumento da ajuda aos países em desenvolvimento. Mas a ajuda da URSS aos seus amigos no mundo em desenvolvimento certamente sofrerá fortes restrições. As agudas dificuldades econômicas da URSS já causaram graves problemas ao comércio com alguns países em desenvolvimento, como a Índia. É possível imaginar uma desintegração política capaz de desencadear um dilúvio de refugiados nos países do Leste europeu, os quais já enfrentam os formidáveis problemas da transição econômica.

Os gastos militares representam cerca de 5% do PNB nos países industrializados e em desenvolvi-

mento. Mas, nos países industrializados, os gastos militares constituem cerca de metade do total gasto em saúde e educação, ao passo que os dois montantes são aproximadamente iguais nos países em desenvolvimento. Grandes gastos militares certamente vêm consumindo recursos escassos e provavelmente retardaram o crescimento econômico do mundo em desenvolvimento. Talvez haja agora, por um lado, menos conflitos decorrentes das ideologias da guerra fria. Por outro lado, o desengajamento das superpotências poderia estimular alguns países em desenvolvimento a adquirir e exercer maior poderio militar. Um número maior de Estados pode fazer valer suas ambições regionais. Em certos países, as tensões étnicas internas poderiam agravar essas tendências, juntamente com novos conflitos em torno de recursos naturais, como água e petróleo.

**CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS.** Em muitas partes do mundo, ocorreram reformas políticas e transição para formas participativas de governo durante a década de 80. Em obras recentes, acadêmicos e dirigentes dão ênfase redobrada à liberdade pessoal e ao governo pluralista, não apenas como valores em si mesmos, mas como fatores associados ao desenvolvimento. Qualquer que seja o mérito de tais argumentos, os países fornecedores de ajuda dão hoje maior importância à equidade e ao pluralismo em suas considerações da eficácia e das prioridades da ajuda externa.

**PROGRESSO TECNOLÓGICO.** Como a maioria das inovações tem origem nos países industrializados, e como a pesquisa tende a concentrar-se em problemas de interesse local, o progresso técnico pode sistematicamente favorecer os produtores e consumidores dos países industrializados. Estudos industriais sugerem que as novas tecnologias podem ter reduzido a desvantagem competitiva dos produtores dos países industrializados. Certas firmas que atuam em subsectores onde o uso de mão-de-obra é tradicionalmente intensivo (por exemplo, têxteis, confecções e calçados) começam a retomar suas operações em países onde os salários são altos.

Embora as diferenças entre produtores que pagam salários baixos e altos tenham diminuído em certas indústrias, o progresso nas comunicações e nos transportes dão hoje vantagem àquelas cadeias de produção que operam igualmente em países industrializados e países em desenvolvimento. O trabalho de montagem e outros proces-



tos de uso intensivo de mão-de-obra podem ser eficientemente instalados em países onde os salários são baixos. Novas tendências da automação, fábricas de múltiplas finalidades e o projeto modular de produtos vêm reduzindo o tamanho mínimo econômico das unidades de produção, tornando mais fácil instalar fábricas em mercados menores e especializados.

As novas tecnologias oferecem a possibilidade de produtos e processos inteiramente novos, inclusive alguns que podem melhorar dramaticamente a vida das populações pobres do mundo. Avanços importantes feitos no passado nas áreas da medicina e da genética agrícola tiveram precisamente esses efeitos; e o progresso da biotecnologia pode, dentro de pouco tempo, tornar os agricultores dos países em desenvolvimento muito mais produtivos. Ao mesmo tempo, porém, o progresso das ciências dos materiais pode substituir certas matérias-primas produzidas por países em desenvolvimento. A inovação pode reduzir a procura de petróleo, metais e matérias-primas para processamento, transferindo as necessidades de insumos para materiais cuja disponibilidade é maior.

**PERSPECTIVAS NA ÁREA DA ENERGIA.** Projeta-se para a década de 90 um aumento da procura global de energia de cerca de 2% ao ano. A procura aumentará mais rapidamente nos países em desenvolvimento, onde a continuidade do processo de urbanização fará aumentar a procura de derivados de petróleo para usos residenciais e geração de eletricidade. Aumentos da procura de petróleo nos países industrializados resultarão principalmente do uso de automóveis e outras formas de transporte. O consumo de gás natural como importante fonte de energia continuará a aumentar — especialmente nos países em desenvolvimento e na URSS, onde as preocupações com a segurança e com o meio ambiente farão com que essas regiões usem menos a energia nuclear.

A curto prazo, os preços do petróleo serão influenciados pela segurança e outros fatores na área do golfo e pela capacidade da OPEP de exercer a sua influência. A médio prazo, a produção de petróleo de fontes externas à OPEP atingirá um patamar estável em meados da década de 90. O golfo continuará a ser o principal fornecedor de petróleo; de fato, sua participação na produção mundial de petróleo aumentará de 36% em 1989 para 43% no ano 2000. Provavelmente haverá um aumento moderado do preço do petróleo a médio

prazo. Em alguns países, os preços internos podem aumentar mais rapidamente, caso as preocupações ambientais resultem em impostos energéticos mais altos. A faixa de preços internos de energia é extremamente ampla. Em 1989, os preços da gasolina nos EUA e em vários países em desenvolvimento eram apenas uma fração dos que prevaleciam na Europa Ocidental.

**DANOS AO MEIO AMBIENTE.** O abuso generalizado dos recursos naturais inclui desde a superexploração da pesca, terra e florestas até a poluição do meio ambiente local e internacional. Estudos realizados na Alemanha, EUA e Países Baixos constataram que os danos causados ao meio ambiente em decorrência da poluição do ar e da água e da poluição sonora somam entre 0,5 e 2,5% do PNB a cada ano. Essa cifra é mais elevada que o custo estimativo dos controles da poluição. Os danos (inclusive aquele causado pela mudança climática) talvez seja maior no mundo em desenvolvimento. Calcula-se que o custo anual do desmatamento é de 6-9% do PNB na Etiópia e de 5,7% do PIB em Burkina Faso. As estimativas dos custos da contenção da poluição geralmente são menores — tipicamente em torno de 1-2% do PNB nos países industrializados.

A longo prazo, o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente não precisam ser mutuamente excludentes, embora uma política ambiental bem projetada possa reduzir o crescimento econômico a curto prazo, tal como convencionalmente medido. Ainda assim, esse tipo de política faz sentido. Aumentaria o bem-estar econômico e seria muito mais eficiente do que as estratégias destinadas expressamente a limitar o crescimento econômico. Algumas atividades prejudiciais, porém, não são passíveis de monitoração. E, em outros casos, uma solução técnica direta é eliminada por considerações políticas; entre os exemplos disso estão a proteção dos oceanos e da atmosfera.

A experiência de aliar um maior respeito pelo meio ambiente ao crescimento econômico duradouro é limitada mas animadora. Os países industrializados reduziram suas necessidades de energia por dólar de PNB em 23% entre 1970 e 1987. A adoção de controles conseguiu reduzir muitos tipos de poluição às custas de uma pequena (ou nenhuma) redução do crescimento econômico, tal como convencionalmente medido. As emissões de óxidos de enxofre por dólar de PNB, por exemplo, foram reduzidas a menos da metade



em praticamente todos os países industrializados. Mas ainda resta muito a fazer. Nos EUA, onde os preços da energia são baixos, o consumo *per capita* é mais do dobro do consumo japonês. Reduzir a procura de energia exigirá a transição para produtos energeticamente eficientes e a conservação de energia através de preços mais altos. Não resta dúvida de que há necessidade de maiores esforços para a proteção do meio ambiente, mas a escala exata do empreendimento é e provavelmente permanecerá incerta. Assim, essa é mais uma das variáveis da situação que se oferece aos países em desenvolvimento nos próximos anos.

### Cenários quantitativos globais na década de 90

As projeções a longo prazo ressentem-se de graves limitações. Isso é especialmente verdadeiro hoje em dia, quando o número de incertezas na economia mundial é tão grande. Por isso, as projeções publicadas nos *Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial* tornaram-se mais cautelosas nos últimos anos (Box 1.4). Os dois cenários centrais apresentados neste Relatório refletem algumas das dúvidas relativas ao pano de fundo econômico mundial. O cenário básico pressupõe condi-

ções externas moderadamente favoráveis, e o cenário pessimista pressupõe condições moderadamente desfavoráveis (Tabela 1.4). (Cenários extremos, resultantes de crescimento muito alto ou muito baixo na economia mundial durante 10 anos, são plausíveis, mas improváveis.) O cenário pessimista não prevê grandes eventos adversos — uma crise financeira, um forte aumento dos preços da energia ou uma guerra comercial. O caso básico adota a premissa de que a reforma da política interna fará progresso moderado em muitos dos países em desenvolvimento. Variantes desse caso básico são também consideradas, pressupondo-se que o ambiente externo permanecerá fixo e explorando diferentes hipóteses acerca da política interna dos países em desenvolvimento (ver Capítulo 8). Como seria de esperar, políticas muito boas produzem taxas de crescimento econômico muito mais altas, ao passo que os retrocessos levam a um crescimento muito mais lento do que no caso básico.

O cenário básico adota as seguintes premissas. O preço médio do petróleo seguirá uma trajetória de ligeira elevação em termos reais. Os EUA reduzirão o seu déficit fiscal estrutural. A recessão nos EUA e em alguns outros países industrializados

**Tabela 1.4 O clima econômico internacional nos anos 90: comparação entre indicadores recentes e projetados**

(variação percentual anual média, exceto quando indicado)

Indicador	Tendência 1965-89	Experiência recente		Projeções para os anos 90					
		1980-89	1990	Banco Mundial básico, 1990-2000	Banco Mundial pessimista, 1990-2000	FMI básico, 1991-96	Projeto LINK, 1991-95	Grupo WEFA, 1991-95	DRI, 1991-95
<i>Países-membros da OCDE de alta renda</i>									
PIB real	3,1	3,1	2,6	2,9	2,2	3,1	2,8	3,2	3,1
Inflação <sup>a</sup>	6,6	3,8	3,7	3,6	4,3	3,4	3,4	4,4	3,3
Taxas de juros (%)									
Nominal <sup>b</sup>	8,6	10,2	8,4	7,4	9,6	..	7,7 <sup>c</sup>	8,6	7,9 <sup>c</sup>
Real <sup>d</sup>	3,1	5,8	4,3	3,4	5,1	3,9	4,0 <sup>c</sup>	4,3	4,9 <sup>c</sup>
Comércio mundial <sup>e</sup>	4,1	4,1	5,0	5,8	4,5	..	5,6	4,3	..
Preço real do petróleo <sup>f</sup>	9,3	-10,1	22,2	-0,6	0,9	-3,0	0,9	0,8	-2,0

a. Deflatores do PIB em moeda local para projeções do Banco Mundial e do FMI; para as demais, a inflação é medida pelo deflator de preços ao consumidor.

b. Taxa LIBOR semestral sobre depósitos em dólar.

c. Taxa trimestral de letras do Tesouro dos EUA; a taxa real é a taxa de letras do Tesouro deflacionada pelo deflator do PNB dos EUA; as projeções de DRI são feitas para o rendimento a longo prazo de títulos governamentais dos EUA, deflacionado pelo deflator do PNB dos EUA.

d. Taxa LIBOR deflacionada pela taxa de inflação dos EUA (variação percentual do deflator do PNB).

e. Volume mundial de exportações.

f. Preços médios de petróleo da OPEP deflacionados pelo valor unitário das manufaturas exportadas por países industrializados; o preço do Projeto LINK é o preço médio para os exportadores da Arábia Saudita, deflacionado pelo deflator do PNB.

Fontes: Dados do Banco Mundial; IMF, 1991; WEFA Group, 1991; DRI/McGraw-Hill, 1990; Project LINK, 1991.

### Box 1.4 Com que precisão os primeiros *Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial* previram o crescimento nos anos 80?

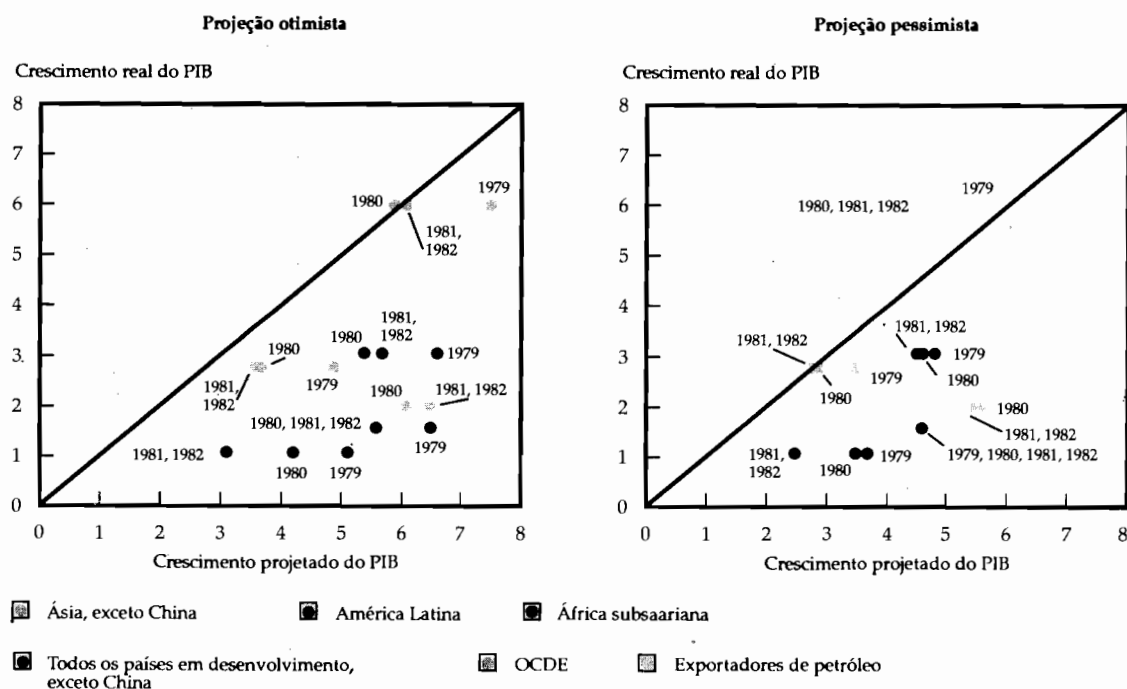
Há uma década, as previsões dos *Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial* — bem como os vaticínios do resto da comunidade internacional — demonstravam um excesso generalizado de otimismo quanto ao crescimento econômico nos anos 80. O cenário mais favorável dos Relatórios — que previa boas políticas econômicas e um retorno generalizado ao bom desempenho registrado no período 1960-78 — resultou otimista demais. O caso menos favorável ficou bem mais perto da realidade, tanto para o grupo de economias industrializadas quanto para o grupo de economias em desenvolvimento.

As projeções para os anos 80, feitas pelos Relatórios de 1979 a 1982, revelam duas tendências (Figura de box 1.4). Primeiro, quando a economia mundial entrou em profunda

recessão, as projeções otimista e pessimista para os anos 80 foram revisadas e reduzidas. As revisões referentes à África subsaariana foram bastante significativas, o que refletia especialmente o agravamento da situação econômica na região. Segundo, mesmo as previsões pessimistas mostraram-se otimistas demais para a América Latina e para os países exportadores de petróleo, mas um tanto pessimistas no caso da Ásia.

Por que os erros? O comércio mundial cresceu a uma taxa de 4,7% ao ano na década de 80, e não à taxa de 5,7% como previsto no caso otimista. Esperava-se que as taxas reais de juros, altas em 1979-81, caíssem rapidamente (não caíram) e que grandes influxos de capital fossem registrados nas regiões em desenvolvimento (não o foram). Tampouco as pro-

**Figura de box 1.4 Projeções de longo prazo do Banco Mundial para o crescimento médio do PIB nos anos 80 em comparação com a realidade (%)**



*Nota:* Os anos referem-se à edição do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* em que a projeção foi publicada. Quando a realidade e as projeções coincidem exatamente, os dados caem na linha diagonal. Os pontos abaixo da linha indicam projeções otimistas; os pontos acima, pessimistas. Para mais informações sobre as projeções e os dados reais, consultar as notas técnicas ao fim do texto principal.

*Fonte:* Dados do Banco Mundial.

nômico na Europa e no Japão, após uma moderada desaceleração a curto prazo, permanecerá rela-

tivamente forte na medida em que as reformas políticas levem a um aumento mais rápido da

jeções previam um acentuado declínio dos preços do petróleo.

O Relatório de 1982 pressupunha que, em 1990 (no caso pessimista), o financiamento externo total dos países de renda baixa e média como um grupo fosse de US\$147 bilhões — sendo US\$19,5 bilhões de investimentos externos diretos, US\$ 4,5 bilhões de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) e US\$74 bilhões de fluxos comerciais. Em vez disso, o financiamento externo líquido estimado para 1990 (excetuando-se a China) foi de US\$63 bilhões, ou 43% do volume estimado. E a AOD ficou em apenas cerca de 0,35% do PIB dos países da OCDE, não atingindo a meta de 0,7% estabelecida 10 anos antes.

Essas premissas acerca dos fluxos de capital para os países em desenvolvimento nos anos 80 baseavam-se em uma projeção otimista da poupança mundial para 1990. Esperava-se que a OCDE registrasse um superávit de US\$55 bilhões em conta corrente em 1990, e que os exportadores de petróleo de alta renda tivessem, em conjunto, um grande superávit durante toda a década de 80. Em vez disso, a OCDE registrou um déficit de US\$90 bilhões em 1990, ao passo que os países em desenvolvimento que exportavam grandes quantidades de petróleo registraram déficits durante grande parte da década de 80, só recentemente passando a ter um pequeno superávit. Embora os primeiros Relatórios reconhecessem a gravidade potencial da crise da dívida, não previram as grandes transferências negativas de recursos dos países em desenvolvimento após meados da década.

Talvez o mais importante é que muitas premissas a respeito de políticas internas que serviam de base às projeções dos países em desenvolvimento não se realizaram. Por exemplo, uma das causas do mau desempenho da América Latina em meados da década de 80 foi a debilidade das políticas internas — provocando grandes déficits fiscais. Em contraposição, a qualidade melhor das políticas internas das economias asiáticas na década de 80 fez com que o desempenho econômico das mesmas fosse bem mais próximo do caso otimista.

Os Relatórios têm o cuidado de advertir que suas projeções não devem ser vistas como "previsões exatas do futuro". Não raro, porém, essas projeções são tomadas como indicativas da capacidade do Banco Mundial de mostrar a trajetória do crescimento econômico dos seus países-membros.

produtividade. As taxas de juros reais permanecerão elevadas a médio prazo. A Rodada do Uru-

guai fará progresso substancial em áreas importantes das negociações, mas não na agricultura. O Projeto 1992 proporcionará um significativo crescimento para a Europa a longo prazo. Os fluxos líquidos de capital para os países em desenvolvimento aumentarão gradualmente. A maioria dos países em desenvolvimento continuará a implementar reformas políticas.

As premissas do cenário pessimista são outras. O preço do petróleo será ligeiramente maior. A Rodada do Uruguai arrastar-se-á inconclusivamente, deixando de produzir quaisquer benefícios a médio prazo em termos de expansão do comércio exterior. Dificuldades financeiras nos EUA e no Japão farão aumentar as taxas de risco mais do que no caso básico. Isso, juntamente com maior percepção de riscos financeiros e incertezas, fará diminuir os investimentos privados e reduzirá o aumento da produtividade nos países-membros do G-7. Os fluxos líquidos de capital para os países em desenvolvimento aumentarão mais lentamente, sendo que os fluxos privados desempenharão papel insignificante. A maioria dos países em desenvolvimento continuará a adotar reformas econômicas, mas a um ritmo mais lento do que no caso básico.

É óbvio que os dois cenários permitem resultados bastante diferentes. As negociações do GATT podem vir a ser bem-sucedidas em todas as áreas, inclusive na agricultura. Em tal caso, o comércio mundial poderia crescer à taxa de 7% ou mais por ano a partir de meados da década de 90 — mais rapidamente do que nos últimos anos (mas ainda abaixo da média anual de 9% registrada nos anos 60). A eliminação das restrições do Acordo Multifibras e a redução dos subsídios agrícolas nos países industrializados poderão significar vantagens para os países em desenvolvimento. Alternativamente, o ímpeto de um crescimento econômico mais rápido poderia vir de uma expansão mais veloz do comércio intra-regional no Hemisfério Ocidental, Europa e bacia do Pacífico. Uma vez que muitas companhias criadas por investimentos estrangeiros fazem uso intensivo do comércio exterior, a recente aceleração desses investimentos poderá, mais tarde, gerar um aumento adicional do comércio.

Se, porém, o Projeto 1992 fizer aumentar o protecionismo na Europa e as outras regiões retaliarem, a produção mundial poderá crescer menos. As perdas resultantes de uma guerra comercial, comparadas a uma projeção que pressuponha a liberalização, poderão montar a 3-4% da produ-

liberalização, poderão montar a 3-4% da produção mundial. A adoção de restrições à importação nos países industrializados poderia reduzir em 3-4% o PNB dos países em desenvolvimento; para os principais exportadores de manufaturados, os danos seriam ainda maiores.

#### *Projeções alternativas*

O cenário básico sugere que o crescimento econômico em algumas regiões em desenvolvimento pode ser decepcionante nos próximos anos. É possível que o aumento médio da produção, de 4,9% ao ano, encubra grandes diferenças entre regiões (Tabela 1.5). O alto nível das taxas de juros nos países industrializados prejudicará todos os países em desenvolvimento; a continuação de transferências negativas limitará o crescimento nos países mais endividados. Mas alguns dos países que tiveram mau desempenho na década de 80 estão agora implementando amplas reformas políticas; um número maior de países deverá registrar taxas de crescimento *per capita* significativamente mais altas a médio prazo. Os países que até agora não adotaram reformas tenderão a atrasar-se ainda mais.

O crescimento médio da renda *per capita* nos países de renda média muito endividados pode chegar a 2% ao ano, em comparação com uma média de -0,5% ao ano nos anos 80. A projeção

pressupõe que, a médio prazo, tornará a haver transferências financeiras líquidas positivas para vários países desse grupo, embora durante algum tempo elas permaneçam negativas como um todo. Em meados de 1990, algumas das grandes economias que adotaram amplas reformas (Brasil, México e Venezuela) podem ter atingido uma taxa de crescimento econômico significativamente superior àquela projetada.

As ERI asiáticas devem continuar a crescer a taxas significativamente superiores à média dos países em desenvolvimento, embora mais lentamente que na década de 80. No ano 2000, algumas das ERI atuais deverão ter passado para o grupo de economias industrializadas. Na hipótese de que adotem políticas internas favoráveis, o crescimento econômico da China e da Índia também deverá ser maior do que a média dos países em desenvolvimento.

Em muitos países pobres, porém, a situação econômica pode tornar-se precária. A perspectiva é que as rendas médias *per capita* na África subsaariana cresçam menos de 1% ao ano na primeira metade da década de 90 e, depois, um pouco mais rapidamente. Mesmo no ano 2000, as rendas médias da África serão inferiores às de 1980. Mas, em cerca de 30 países que estão passando por amplas reformas, a qualidade dos projetos de investimento está melhorando, há disponibilidade de apoio

**Tabela 1.5 Taxas de crescimento do PIB real e do PIB real *per capita* para economias de renda baixa e média, 1965-2000**

(variação percentual anual, exceto quando indicado)

Região ou grupo	PIB, 1989 (bilhões de US\$)	População 1989 (milhões)	Crescimento do PIB real			Crescimento do PIB real <i>per capita</i>		
			Tendência 1965-89	Projeção para os anos 90		Tendência 1965-89	Projeção para os anos 90	
				Básica	Pessimista		Básica	Pessimista
Todas as economias de renda baixa e média	3.303	4.053	4,7	4,9	4,1	2,5	2,9	2,2
Região								
África subsaariana	171	480	3,2	3,6	3,5	0,4	0,5	0,3
Exceto Nigéria	142	367	3,3	3,6	3,1	0,4	0,4	0,0
Ásia								
Leste asiático	895	1.552	7,2	6,7	5,6	5,2	5,3	4,2
Sul da Ásia	351	1.131	4,2	4,7	4,2	1,8	2,6	2,1
Europa, Oriente Médio e Norte da África	828	433	4,2	3,6	3,2	2,2	1,8	1,4
América Latina e Caribe	964	421	4,3	3,8	3,1	1,8	2,0	1,3
Grupo de renda								
Economias de baixa renda	996	2.948	5,1	5,5	4,8	2,9	3,5	2,9
Economias de renda média	2.308	1.105	4,5	4,5	3,7	2,5	2,6	1,9

Nota: Para os totais de grupos, consultar as notas técnicas ao fim do texto principal.

Fonte: Dados do Banco Mundial.

quanto os investimentos são maiores do que na média da África subsaariana. Alguns desses países podem também beneficiar-se indiretamente do Projeto 1992 (dada a expectativa de maior procura de produtos básicos na Europa).

As perspectivas de crescimento econômico no Leste europeu dependem crucialmente da habilidade com que os governos venham a administrar a transição para uma economia de mercado. As projeções do caso básico indicam crescimento lento a curto e médio prazos, mas significativamente mais rápido na segunda metade da década de 90. As perspectivas para os grandes produtores de petróleo do Norte da África e do Oriente Médio dependem não só do êxito obtido por suas reformas econômicas, mas também dos preços do petróleo. As projeções do caso básico indicam que esses países poderão crescer a um ritmo modesto de 3,5-4% ao ano.

No cenário pessimista, o crescimento médio dos países industrializados é 0,7 ponto percentual inferior na década de 90. Supõe-se que as taxas reais de juros aumentarão acentuadamente (Tabela 1.4). O crescimento da produção nos países em desenvolvimento é cerca de 1,1 ponto percentual menor no Leste asiático, 0,7 ponto percentual menor na América Latina e 0,5 ponto percentual menor no Sul da Ásia e na África subsaariana (com exceção da Nigéria). O desempenho dos importadores de petróleo fica abaixo dessas médias, porque os preços do petróleo são altos no cenário pessimista. Para os países em desenvolvimento como grupo, a taxa média de crescimento do PIB é semelhante àquela registrada nos anos 80.

Cenários mais extremos, embora plausíveis, são improváveis. Mas um cenário "negativo", baseado em grande turbulência nos sistemas comer-

cial e financeiro e em preços do petróleo extremamente instáveis, poderia resultar numa queda de 1,7 ponto percentual, em relação ao básico, na taxa média de crescimento dos países industrializados e em uma queda de 2 pontos percentuais na taxa de crescimento dos países em desenvolvimento nos anos 90. Já o cenário "positivo" resultaria num crescimento 1,1 ponto percentual maior do que no caso básico nos países industrializados, e num crescimento médio 1,6 ponto percentual maior nos países em desenvolvimento.

#### *Reforma interna ou condições externas: o que é mais importante?*

As projeções da Tabela 1.5 pressupõem mudanças somente no meio externo. Não levam em conta o efeito de mudanças de política econômica e mudanças institucionais nos países em desenvolvimento. Que grau de diferença poderia a reforma fazer? Uma resposta quantitativa a essa pergunta é extremamente difícil, se comparada a uma resposta qualitativa. As estimativas apresentadas no Capítulo 8, com base no trabalho de economistas do Banco Mundial especializados em determinados países, mostram que as condições internacionais são importantes e que a política econômica e as instituições internas são um fator ainda mais importante para o crescimento a longo prazo. Estimativas para 40 países indicam que melhores políticas internas poderiam fazer o PIB crescer, em média, duas vezes mais do que fariam fatores externos melhores. Quais são as políticas e instituições adequadas? Responder a essa pergunta em termos qualitativos é a tarefa do restante deste Relatório.



## *Os caminhos do desenvolvimento*

O desenvolvimento econômico é definido neste Relatório como um aumento sustentável dos padrões de vida, compreendendo consumo material, educação, saúde e proteção ambiental. Em sentido mais amplo, o desenvolvimento inclui também outros atributos importantes e correlatos, especialmente maior igualdade de oportunidades, liberdade política e liberdades individuais. O objetivo geral do desenvolvimento é, portanto, aumentar os direitos econômicos, políticos e individuais de todas as pessoas de ambos os sexos e de quaisquer grupos étnicos, religiões, raças, regiões e países. Este objetivo não mudou substancialmente desde o início da década de 50, quando a maior parte do mundo em desenvolvimento emergiu do colonialismo.

O pensamento desenvolvimentista passou por profundas mudanças nos últimos 40 anos. Essas mudanças não foram, de modo algum, totais, nem existe acordo universal quanto ao que é necessário para que um país se desenvolva. Contudo, a antiga fé no governo como capaz de dirigir o desenvolvimento cedeu lugar a uma maior confiança nos mercados. Estratégias voltadas para o âmbito interno estão sendo cada vez mais substituídas por estratégias voltadas para o exterior. A tributação discriminatória da agricultura com a finalidade de financiar a indústria deixou de ser a norma.

Nos últimos anos, muitos países têm implementado reformas voltadas para o mercado. Juntamente com essas mudanças, veio o crescente reconhecimento de que o desenvolvimento é um

processo multidimensional, no qual as reformas de preços, os investimentos e o aprimoramento das instituições são complementares. O êxito depende da correção de muitos fatores.

Vários países atingiram rápido desenvolvimento no pós-guerra. Em sua maioria, esses países têm duas características em comum: investiram na educação de homens e mulheres e no capital físico; e atingiram alta produtividade através desses investimentos, atribuindo papel de destaque aos mercados, à concorrência e ao comércio exterior. Desse modo, suas economias deram alento a novas idéias, ao progresso tecnológico e às pressões no sentido da eficiência.

O grau e a eficiência do envolvimento do Estado na economia têm sido vitais. Uma das lições aprendidas é que é melhor que o Estado se concentre naquelas áreas em que complementa e respalda o setor privado (oferecendo, por exemplo, informações, infra-estrutura, saúde, pesquisa e educação) do que em áreas nas quais substitui o setor privado (por exemplo, produzindo cimento e aço ou administrando linhas aéreas e hotéis). Uma segunda lição é que a qualidade do governo é tão importante quanto a quantidade. Muitos fatores econômicos, sócio-políticos e históricos têm seu papel no governo. A história demonstra que as liberdades individuais e políticas — objetivos por si mesmos — não precisam obstar o desenvolvimento econômico; antes revelam-se úteis à consecução de vários objetivos do desenvolvimento.

## A evolução das abordagens do desenvolvimento

Tradicionalmente, os economistas consideram que o aumento da renda *per capita* é um bom indicio de outros atributos do desenvolvimento. Mas a deficiência do aumento de renda como indicador é que pode encobrir a real mudança de bem-estar de grandes setores da população pobre. As estatísticas do aumento de renda não refletem o progresso realizado na satisfação das necessidades básicas de alimentos, educação, atendimento médico, igualdade de oportunidades, liberdades individuais e proteção ao meio ambiente.

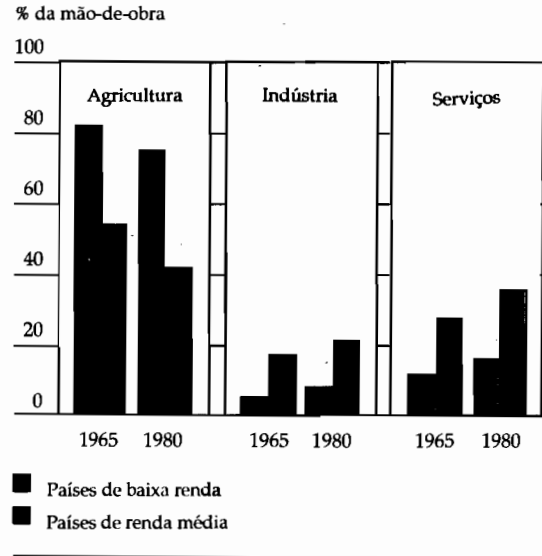
Na maioria dos países em desenvolvimento, os governantes há muito reconhecem que o desenvolvimento abrange mais do que um rápido aumento da renda. Contudo, costumam divergir quanto às prioridades. Os planos econômicos da Índia, por exemplo, pressupunham que o aumento da renda, por si só, não conseguiria atingir grande parte da população pobre. Muita ênfase foi dada às medidas destinadas a atacar a pobreza diretamente. Nos documentos sobre a política da Malásia, a ênfase é diferente: "Para fins operacionais, portanto, o rápido crescimento econômico do país é condição necessária ao êxito da Nova Política Econômica. Somente através desse crescimento podem os objetivos da NPE ser atingidos sem que qualquer determinado grupo da sociedade da Malásia experimente qualquer perda ou senso de privação" (Malaysia, 1973).

Embora diferentes culturas atribuam valores diferentes aos vários elementos do desenvolvimento, definidos em termos gerais, a maioria delas busca a melhoria em todas as dimensões. Muitos dos indicadores empregados para medir o progresso (mortalidade infantil, número de matrículas escolares, igualdade dos sexos na educação, índices de liberdade política etc.) têm sua correlação com a renda *per capita*. Mas essa correlação é imperfeita. Todos estes fatores devem ser avaliados independentemente do crescimento econômico.

### Transformação estrutural

Quase sempre o desenvolvimento envolve uma mudança de composição setorial da produção. A participação da agricultura na produção e no emprego — tipicamente elevada nos estágios iniciais — passa a declinar, enquanto a participação da indústria manufatureira passa a crescer. A participação do setor industrial no PIB dos países de baixa renda aumentou de 27% em 1965 para 34%

Figura 2.1 Distribuição setorial do contingente de mão-de-obra, países em desenvolvimento de renda média e baixa, 1965 e 1980



Fonte: Dados do Banco Mundial.

em 1988, ao passo que a participação da agricultura diminuiu de 42 para 31%. Mudanças semelhantes ocorrem na participação dos vários setores no emprego (Figura 2.1), embora a agricultura continue sendo o maior empregador em muitos países em desenvolvimento. O estágio seguinte nessa evolução setorial é geralmente uma transição na direção dos serviços.

Tal como nos países industrializados, o aumento populacional nos países hoje classificados como em desenvolvimento foi inicialmente alimentado pela queda rápida das taxas de mortalidade, queda essa resultante da melhoria das condições de vida. Embora o aumento da renda e o declínio da mortalidade ofereçam incentivos à redução da fecundidade e à desaceleração do aumento populacional, essa "transição demográfica" nem sempre ocorre de forma ordenada. A população do mundo em desenvolvimento aumenta em cerca de 2% ao ano, taxa que é mais de duas vezes maior que a registrada em países industrializados. Essa taxa diminuiu ligeiramente nos anos 80 em relação às duas décadas anteriores, mas com importantes diferenças regionais: houve um acentuado declínio no Leste asiático e um aumento na África subsaariana.



O rápido crescimento da agricultura é geralmente associado a um processo de industrialização bem-sucedido e a aumentos duradouros da produção total e da produtividade. O aumento da produção e da produtividade é geralmente menor quando o crescimento da agricultura é pequeno. Dos 68 países em desenvolvimento para os quais o Banco Mundial dispõe de dados confiáveis, 30 registraram taxas de crescimento agrícola de mais de 3% ao ano nos últimos 25 anos. Todos esses 30 registraram uma taxa de aumento do PIB de pelo menos 2,5%; e dois terços dos países cujo setor agrícola cresceu rapidamente registraram também um crescimento econômico muito rápido (de mais de 5%).

O aumento dos rendimentos agrícolas é geralmente essencial ao crescimento da produção agrícola. Assim, um rendimento maior é também positivamente associado ao crescimento da produção total (Tabela 2.1). O progresso tecnológico é um dos fatores que têm feito aumentar a produtividade das terras e do trabalho, permitindo que um contingente de mão-de-obra agrícola menor satisfaça a procura interna e externa de produtos agrícolas. A fim de acelerar o processo de desenvolvimento, alguns países taxam implícita ou explicitamente a agricultura, como meio de promover a indústria. Geralmente, isto não produz bons

resultados. Em vez de impostos, medidas coerentes com o aumento da produtividade agrícola constituem uma base mais firme para a industrialização (ver Capítulo 4).

O declínio dos custos em várias indústrias torna possível a um país diversificar a estrutura produtiva, adotar novas linhas de produção e concorrer com êxito nos mercados mundiais. Centros urbanos em rápido crescimento são geralmente parte dessa nova situação. Nos países industrializados, quase 80% da população vivem em áreas urbanas. Nos países em desenvolvimento, o percentual urbano da população dobrou nos últimos 30 anos, chegando a mais de 40%. As estratégias governamentais exercem efeito direto ou indireto sobre essa transição. Proteção excessiva à indústria, substituição de importações e a tendência de favorecer os centros urbanos nos preços, impostos e subsídios geralmente estimulam um padrão ineficiente de produção e urbanização. Em muitos países, as pressões sobre a infra-estrutura urbana têm aumentado, sem que tenha havido qualquer ganho econômico correspondente.

#### *Mudanças do pensamento desenvolvimentista*

Quando muitos países em desenvolvimento alcançaram a independência, seus líderes visavam o desenvolvimento político e econômico. Seus ob-

**Tabela 2.1 Aumento de produtividade agrícola e dos setores não-agrícolas, 1960-88**

<i>Aumento de rendimento agrícola por hectare</i>	<i>Taxa média de aumento nos setores não-agrícolas</i>				
	<i>Mais de 4%</i>		<i>2-4%</i>	<i>Menos de 2%</i>	
Mais de 2,5%	China Camarões Egito Coréia, Rep. da	México Panamá Paquistão Síria Turquia	Burundi Colômbia Costa Rica	Filipinas Hungria Iugoslávia Nicarágua	Libéria
1-2,5%	Brasil Costa do Marfim Congo	Indonésia Tailândia	Bangladesh El Salvador Grécia Índia Mali	Malavi Marrocos Mauritânia Sri Lanka Togo	Zâmbia
Menos de 1%	Ruanda		Argentina Bolívia Etiópia Nigéria	Peru Senegal Sudão Zimbábue	Gana Rep. Centro- africana Tanzânia Uganda Zaire

*Nota:* A taxa de aumento dos setores não-agrícolas é calculada como a média ponderada das taxas de crescimento de indústria e serviços, sendo as ponderações a participação de cada um no PIB. Os cálculos provêm de dados das contas nacionais de todos os países para os quais há disponibilidade de dados e nos quais a participação inicial da agricultura no PIB, nos anos 60, foi superior a 10%.

jetivos políticos eram a unidade e a identidade nacionais. O objetivo econômico fundamental era a rápida transformação estrutural de economias agrárias atrasadas em economias industriais modernas.

Na época, o paradigma dominante reconhecia no desenvolvimento quatro questões principais e recomendava medidas que as solucionassem:

- *Capital físico.* Um dos objetivos da política era aumentar a poupança e o investimento a fim de promover um rápido acúmulo de capital.

- *Agricultura.* O setor agrícola era visto como fonte de recursos para investimento na indústria. Medidas de proteção à indústria fizeram com que as relações comerciais desfavorecessem a agricultura.

- *Comércio exterior.* Os dirigentes acreditavam que a substituição de importações era necessária ao desenvolvimento. Além disso, receavam que a integração com a economia mundial pudesse desestabilizar o desenvolvimento. A reação era geralmente o protecionismo aplicado às importações.

- *Fracasso do mercado.* Pressupunha-se que, nos estágios iniciais do desenvolvimento, não se podia depender dos mercados e que o Estado poderia perfeitamente dirigir o processo de desenvolvimento.

As principais instituições do desenvolvimento (as Nações Unidas e suas agências, inclusive o Banco Mundial e várias agências assistenciais bilaterais que participam da Assistência Oficial ao Desenvolvimento) apoiaram esses conceitos com diferentes graus de entusiasmo. Em meados da década de 80, o paradigma dominante havia mudado.

**FORMAÇÃO DE CAPITAL.** A ausência de capital físico, especialmente infra-estrutura, foi inicialmente apontada como obstáculo crítico ao desenvolvimento (Mandelbaum, 1945; Rosenstein-Rodan, 1943; Nurske, 1952; Lewis, 1954, 1955). A formação de capital interno era tarefa básica. Como disse um importante economista do desenvolvimento, o "problema central da teoria do desenvolvimento econômico é compreender o processo mediante o qual uma comunidade, que antes poupava 4 ou 5% de sua renda, ou menos, se transforma em uma economia na qual a poupança voluntária é de cerca de 12 a 15% da renda nacional, ou mais" (Lewis, 1954).

Importante modelo ressaltava também uma limitação de natureza cambial — isto é, a dificuldade

de de financiar as necessidades de importação através das exportações (Chenery & Bruno, 1962; Little, 1982; Bacha, 1984). Esse chamado "modelo de duas lacunas", que mostrava como as restrições de poupança interna e de divisas limitavam o crescimento, foi usado pelas agências de ajuda e financiamento externos para determinar o montante de recursos adicionais de que os países em desenvolvimento necessitariam para financiar as importações e os investimentos.

Mais tarde, a ênfase passou a ser colocada sobre a contribuição do capital humano para o desenvolvimento. O papel do capital humano tornou-se especialmente claro na experiência das economias do Leste asiático, que investiam fortemente em educação e treinamento. Pesquisas sobre a produtividade da educação esclareceram o vínculo entre capital humano e desenvolvimento (Schultz, 1961; Becker, 1964). Em toda essa obra, o acúmulo de capital humano desponta como um dos mais poderosos motores do desenvolvimento.

**INCENTIVOS À AGRICULTURA E À INDÚSTRIA.** Frequentemente, promover a indústria significava descuidar da agricultura — ou mais do que descuidar. Duas premissas pareciam justificar a transferência de recursos, através de impostos implícitos ou explícitos, do setor agrícola para a indústria. Uma delas era que havia grande número de trabalhadores agrícolas desempregados ou subempregados. A outra era que os agricultores eram insensíveis a mudanças de preços. Juntas, essas premissas implicavam que a perda de produção agrícola causada pela tributação do setor seria pequena. "Se esses trabalhadores excedentes fossem retirados da agricultura e absorvidos por outras ocupações, a produção agrícola não sofreria, ao passo que a nova produção constituiria uma adição líquida à renda da comunidade. O argumento econômico em favor da industrialização de países atrasados e densamente povoados baseia-se nesse fenômeno de desemprego rural disfarçado" (Mandelbaum, 1945). Com o tempo, porém, os efeitos danosos de medidas que discriminavam contra a agricultura passaram a ser largamente reconhecidos.

**COMÉRCIO EXTERIOR.** Durante anos, a opinião convencional foi que o papel do comércio no desenvolvimento era apenas pequeno e possivelmente prejudicial. O decrescente aumento dos volumes comerciais — de 3,5% ao ano entre 1850 e

1913 para 0,5% ao ano no período 1913-48 — e o agravamento das relações comerciais dos produtos básicos pareciam indicar que o comércio não era fonte confiável de crescimento (Prebisch, 1959; Singer, 1949). Um sistema baseado na substituição de importações poderia permitir o crescimento da indústria interna, conservar o escasso capital estrangeiro, reduzir a dependência externa e fortalecer a nacionalidade. Caso as empresas internas falissem se expostas aos mercados internacionais, o protecionismo lhes daria um mercado interno garantido, onde poderiam crescer; mais tarde, seriam capazes de competir. Os custos dessa proteção à indústria incipiente em termos de má alocação de recursos eram tidos como mínimos; esperava-se que, uma vez que as indústrias nascentes se tornassem adultas, surgisse rápida aprendizagem através da prática, capaz de guiar a economia na direção do crescimento rentável.

Em muitos países, o preconceito contra as exportações foi reforçado pelo desejo de auto-suficiência na área de alimentos — quase sempre uma alta prioridade. Pouquíssimos economistas reconheciam, nesses estágios iniciais, o papel da liberalização do comércio no desenvolvimento (Haberer, 1959); mas, com a evidência produzida pelo acúmulo de estudos de casos específicos, esse reconhecimento se difundiu (Balassa et alii, 1971; Krueger, 1978).

O PAPEL DO ESTADO. Aquilo que parecia o êxito do planejamento estatal na rápida industrialização da URSS influenciou fortemente os governantes na década de 50. Seu caráter declaradamente igualitário era uma atração adicional. Só muito mais tarde se veio a conhecer os tremendos custos humanos dessa transição. Além disso, os governantes viram no colapso econômico da Grande Depressão dos anos 30 uma prova de que o mercado começava a fracassar em todo o mundo. A subsequente recuperação foi atribuída à intervenção do governo (opinião sustentada pela revolução keynesiana da macroeconomia). A alocação pelo governo de recursos escassos e o racionamento de bens de consumo essenciais durante a II Guerra Mundial pareciam confirmar a eficácia da intervenção do Estado.

Além disso, as condições internas da maioria dos países em desenvolvimento estimulavam a atribuição de importante papel ao Estado. O analfabetismo era generalizado e muitos governantes acreditavam que o desenvolvimento teria de ser dirigido pelos “melhores e mais talentosos”. A

idéia de que o Estado devia ocupar “a cúpula de comando” da economia passou a consolidar-se. Em pouco tempo, além de redistribuir bens e rendas, aliviar a pobreza e satisfazer necessidades básicas, o Estado engajou-se diretamente na produção de bens para investimento e consumo.

Mesmo nos anos 50, havia quem duvidasse que o governo fosse competente para realizar tudo isso. “O desempenho adequado dessas funções excede os recursos dos governos de todos os países subdesenvolvidos. ... Estamos diante da situação paradoxal em que os governos se lançam a tarefas ambiciosas quando não são capazes de desempenhar nem mesmo as funções elementares e necessárias do governo” (Bauer, 1958). A abordagem do desenvolvimento equilibrado “requer enormes quantidades de exatamente aquelas aptidões que identificamos como provavelmente muito escassas nos países subdesenvolvidos” (Hirschman, 1958). Mas até os céticos apoiavam o envolvimento do governo na produção. Esperava-se que o Estado desse o primeiro passo na direção do desenvolvimento, criando incentivos e pressões para estimular ação adicional e, em seguida, estivesse pronto “a reagir a essas pressões e aliviá-las em diversas áreas” (Hirschman, 1958). Outros iam mais longe: “Aparentemente, nenhum observador nos países avançados vê outra saída para as dificuldades que se vêm acumulando nos países subdesenvolvidos, a não ser a solução socialista, por mais que adote uma atitude diferente em relação aos problemas econômicos de seu próprio país” (Myrdal, 1956).

#### *Teorias do crescimento*

A análise econômica clássica considerava que a produção *per capita* seria estacionária à medida que a taxa de lucro declinasse ante aumentos decrescentes de produtividade. Também a tradição neoclássica adotava a idéia de uma decrescente produção marginal de insumos, de sorte que a continuidade do crescimento só seria possível através de progresso tecnológico exógeno (Solow, 1957). Assim, quando os países têm acesso à mesma tecnologia, espera-se uma convergência de taxas de crescimento entre eles. O recente desempenho dos países industrializados confirma essa convergência.

Contudo, as taxas de crescimento dos países em desenvolvimento têm divergido (ver Capítulo 1). À primeira vista, isso parece contrariar a expectativa de convergência. Na prática, porém, o progresso tecnológico não tem sido uniforme nem

transmitido exogenamente na maioria dos países em desenvolvimento, em virtude de restrições na área das importações, entre outras. Além disso, mesmo que todas as economias tenham acesso à mesma tecnologia, as taxas de crescimento nacionais podem divergir em virtude de diferenças no capital humano e nos incentivos à adoção de novas tecnologias, que diferem de país para país. As “novas” teorias do crescimento fazem ver que o progresso tecnológico é endógeno, e que a educação e o conhecimento geram externalidades positivas ou retornos crescentes (Romer, 1986; Lucas, 1988).

Assim, um grande esforço em uma economia aberta à tecnologia estrangeira pode produzir ganhos substanciais — idéia que, geralmente, já havia sido apresentada antes. O modelo Cambridge dos anos 40 e 50 pressupunha que a produção

creceria em proporção aos insumos reproduzíveis, ou capital. Rosenstein-Rodan (1943) postulou o grande esforço mediante o qual uma economia se lança na direção da industrialização auto-sustentável e do rápido crescimento. Rostow (1960) via um salto do estado estacionário para o crescimento *per capita*.

Assim, as políticas de investimento que estimulam atividades geradoras de externalidades (melhorias na educação) ou introduzem retornos crescentes (melhorias na infra-estrutura física) podem ser propícias ao crescimento. Importantes também são aquelas medidas complementares que facilitam a disseminação dos conhecimentos e as que permitem a livre abertura e fechamento de firmas em determinado ramo — bem como a livre mobilidade de recursos humanos, capital e tecnologias.

### Box 2.1 Modelos escandinavos de desenvolvimento

Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia conseguiram combinar a propriedade privada e a concorrência de mercado com a ação governamental — a fim de assegurar uma distribuição de renda igualitária, oferecer segurança contra a perda de renda em virtude de incapacitação e compensar as insuficiências do mercado. Essa atividade do governo — de limitada importância antes da II Grande Guerra — aumentou rapidamente daí por diante. Os elevados gastos do Estado beneficente exigiam as altas rendas do pós-guerra.

#### O período inicial: de meados do século XIX até a II Guerra Mundial

Os países escandinavos iniciaram o seu processo de industrialização entre meados e fins do século XIX. A segurança dos direitos de propriedade e as reformas comerciais foram importantes condições para o crescimento. Os governos geralmente abstiveram-se de impor obstáculos ao funcionamento do mercado e permitiram que as instituições financeiras e as estruturas da propriedade se desenvolvessem com pouca interferência do Estado.

O nível de alfabetização já era bastante elevado quando a industrialização começou no século passado. Substancial atenção foi dada ao ensino geral e primário, inclusive a educação feminina e à educação técnica e mercantil nas escolas comerciais e nas universidades. O governo concentrou-se na criação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento — o que incluía estruturas legais e administrativas e transporte.

#### O período posterior: após II Guerra Mundial

A Escandinávia é — com justiça — aclamada por ter alcançado avançado estágio de bem-estar. Mas certas ca-

racterísticas do Estado beneficente acarretaram custos que poderiam ser evitados com políticas diferentes. Primeiro, numa tentativa de manter baixo o custo do capital, os mercados financeiros foram firmemente regulados após a guerra. Isso, porém, limitou o acesso de firmas e empresários pequenos ao capital. E também desestimulou a adaptação às inovações financeiras externas. (Esses mercados foram liberalizados nos anos 80.)

Segundo, medidas destinadas a garantir baixo nível de desemprego e a participação cada vez maior do setor público no emprego a longo prazo minaram seriamente a disciplina imposta pelo mercado sobre as reivindicações salariais sindicais, o que resultou em altos custos da mão-de-obra e menores lucros e investimentos. A privatização de certos serviços públicos — atualmente sendo estudada — talvez imponha maior disciplina ao mercado de trabalho.

Terceiro, as elevadas alíquotas marginais de impostos aplicadas à maior parte da força de trabalho oneram o crescimento. Por isso, a Suécia vem adotando importante programa de reforma fiscal, visando aliviar distorções na opção entre trabalho e lazer e reduzir os mercados paralelos e clandestinos de mão-de-obra.

A pragmática disposição da Escandinávia de evitar conflitos e buscar o consenso na vida política e econômica certamente exerceu forte influência sobre o seu desenvolvimento. Embora seja impossível afirmar que tenha contribuído grandemente para o crescimento econômico, essa busca do consenso determinou a combinação especial de atividade privada e pública que existe na Escandinávia.

A educação, a tecnologia e a abertura têm complexas relações com o desenvolvimento. Permitem que as economias respondam não apenas a sinais de preços, mas também a idéias novas. Esse vínculo entre conhecimentos e crescimento resultou importante no Leste asiático nos últimos 40 anos e, especialmente entre 1860 e 1950, na Escandinávia (Box 2.1), tendo sido prontamente reconhecido na literatura. "Não é bastante que o conhecimento cresça; deve também ser difundido e aplicado na prática. O ritmo ao qual o conhecimento é assimilado depende, em parte, da receptividade das pessoas às novas idéias e, em parte, da medida em que as instituições tornam lucrativa a aquisição e aplicação de idéias novas... As novas idéias são aceitas mais rapidamente nas sociedades em que as pessoas estão habituadas à variedade de opinião ou à mudança... Em contraposição, quando se defronta com novas idéias, um país isolado, homogêneo, altivo e autoritário provavelmente não as absorverá com rapidez" (Lewis, 1955).

A revolução verde na agricultura, a qual, acima de tudo, incluiu a disseminação de novas variedades de trigo e arroz de alto rendimento, é um exemplo da interação das novas tecnologias com a educação. As novas variedades foram desenvolvidas por cientistas no México e nas Filipinas, com a ajuda da Fundação Rockefeller. Para que tivessem acesso a essas tecnologias, as economias internas tinham de ser receptivas. E para que as mesmas fossem absorvidas, adaptadas, aperfeiçoadas e disseminadas, a pesquisa interna e as tecnologias locais tinham de ser fortalecidas. Em países do Sul da Ásia, essas tarefas foram cumpridas razoavelmente bem, e o rendimento das lavouras dobrou e triplicou. A riqueza e a capacidade de assumir riscos foram importantes, mas o fator mais importante de todos na adoção da tecnologia foi a capacidade dos agricultores de utilizarem a nova informação.

A abertura estimula o fluxo de tecnologias dos países industrializados para os países em desenvolvimento; a educação estimula a adoção, adaptação e difusão da tecnologia. Diferenças no ritmo da adoção de tecnologias e do crescimento econômico entre países resultam, em grande parte, de diferenças de educação. "A disseminação mundial do moderno crescimento econômico tem dependido principalmente da difusão de um corpo de conhecimentos sobre novas técnicas de produção ... quanto mais a população de um país tenha recebido instrução de conteúdo adequado, mais

fácil lhe é dominar os novos conhecimentos tecnológicos que vão surgindo" (Easterlin, 1981). Igualmente essencial é a liberdade dos indivíduos e firmas de recorrerem a tecnologias estrangeiras, aprenderem com idéias estrangeiras e adquirirem mercadorias estrangeiras. Quanto mais aberta a economia, maior o retorno produzido pela educação e pelos investimentos físicos.

Outro vínculo importante liga a estabilidade macroeconômica ao êxito de medidas microeconômicas. Os países com baixa inflação e saldos externos sustentáveis têm-se mostrado muito mais capazes de atingir um crescimento duradouro.

Finalmente, o desenvolvimento humano e o alívio da pobreza, de um lado, e o crescimento econômico, de outro, parecem reforçar-se mutuamente. Governantes e planejadores sempre viram o desenvolvimento humano e o alívio da pobreza como metas do desenvolvimento. Mas os métodos por eles adotados variam, indo desde intervenções do governo até soluções de mercado. Há necessidade de elementos de ambas: políticas favoráveis ao mercado em apoio ao crescimento, juntamente com programas sociais bem direcionados.

#### *Resultados gerais do desenvolvimento*

A renda e o bem-estar aumentaram substancialmente no pós-guerra. Nos países de média e baixa renda, a produção aumentou a uma taxa média anual de quase 5% a partir de 1965, enquanto a produção *per capita* cresceu em 2,5%. Também o progresso social tem sido grande. O percentual da população que frequenta escolas secundárias quase dobrou de 1965 para cá, atingindo quase 40%. A mortalidade infantil parece ter caído substancialmente — de uma estimativa de 124 mortes por mil nascimentos em 1965 para 72 em 1988.

Nem todos os países tiveram o mesmo êxito. As taxas de crescimento do PIB variaram substancialmente entre regiões. As rendas melhoraram sistematicamente no Leste asiático; o desempenho também melhorou no Sul da Ásia, porém mais lenta e desigualmente. Em outras regiões, o crescimento da renda diminuiu. A partir de 1960, a renda real *per capita* aumentou consideravelmente em Cingapura, Japão e República da Coreia, estagnou na Argentina, Jamaica e Peru e caiu em Gana, Nigéria e Zâmbia (Figura 2.2).

As taxas de poupança e investimento aumentaram em muitos países. A Índia poupou sistematicamente mais de 20% de sua renda nos anos 70 e

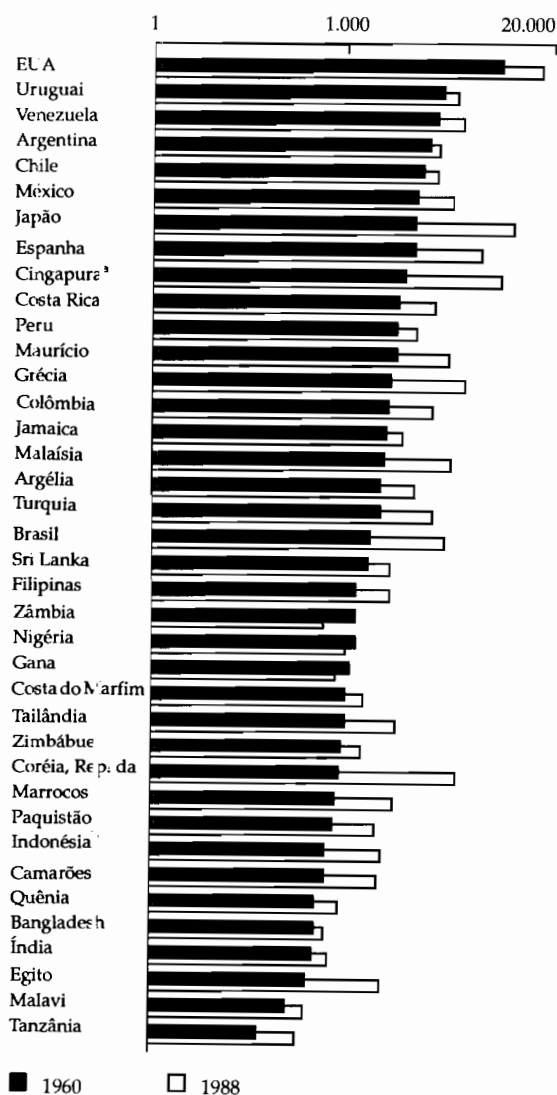
80. Em 1988, o Brasil poupou 28% de sua renda; China, 37%; Costa do Marfim, 22%; e Quênia, 22%. O investimento como percentual da renda foi, em média, 26% nos países em desenvolvimento em 1988. Também nesse particular, porém, houve diferenças substanciais entre países. Os percentuais de investimento foram cerca de 4% na Bolívia, Sudão e Zaire e cerca de 30% em Portugal, República da Coreia e Venezuela.

O aumento do comércio exterior nos países de média e baixa renda foi geralmente considerável; as exportações cresceram em quase 5,3% no período 1965-89. Entre os que tiveram melhor desempenho estão Brasil, China, República da Coreia e Turquia. Mas muitos países registraram maus resultados, especialmente na África subsaariana, onde as exportações reais despencaram nos anos 80 (Figura 2.3). Em todos os países em desenvolvimento, a participação das exportações na produção aumentou de cerca de 13 para 23% durante esse período — tendência dominada pelo Leste asiático, onde o percentual subiu de 8 para 30%.

Também o envolvimento do governo na economia variou consideravelmente. Calcula-se que a participação do emprego público no setor formal não-agrícola em 1980 tenha sido de mais de 70% em Benin, Gana, Índia, Tanzânia e Zâmbia, e de menos de 25% na Argentina, Guatemala e República da Coreia (Heller & Tait, 1984). Em alguns países, o consumo público tem sido, em média, mais de 15% da produção, o que implica que os salários dos funcionários públicos podem ter ab-

**Figura 2.2 Renda per capita, países selecionados, 1960 e 1988**

(Dólares IPC de 1985)



Nota: Usou-se uma escala logarítmica para facilitar a comparação entre países com renda per capita alta e baixa. A seleção de países, feita com base na disponibilidade de dados, visou a obtenção de uma amostra equilibrada em termos de tamanho da população e distribuição regional.

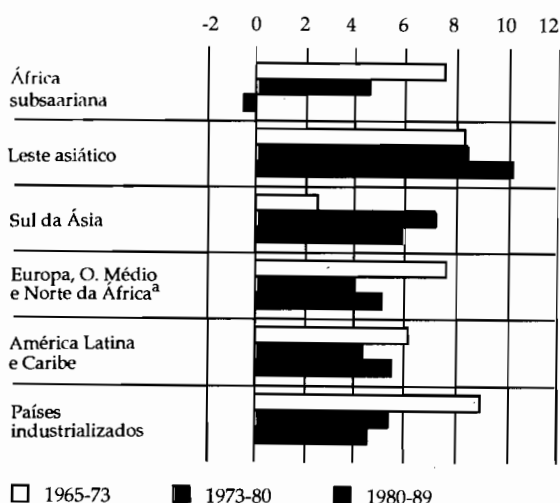
a. Dados referentes a 1960 e 1985.

b. Dados referentes a 1962 e 1988.

Fonte: Summers & Heston, 1991.

**Figura 2.3 Crescimento anual estimado das exportações reais, grupos de países selecionados, 1965-89**

(%)



a. Exceto Irã e Iraque.

Fonte: Dados do Banco Mundial.



sorvido mais de um terço da produção não-agrícola.

#### *Destaques de experiências nacionais*

Muito se pode aprender sobre a eficácia de diferentes estratégias de desenvolvimento a partir da experiência de determinadas economias. Os parágrafos a seguir destacam o recente histórico do desenvolvimento na China, Índia, Nigéria, Brasil, Argentina, Malásia, Sri Lanka, Coreia, outras economias recém-industrializadas do Leste asiático e as economias da OCDE. Abordam ainda o tema de diferenças regionais de renda dentro de uma mesma economia.

- *China.* De 1950 a 1978, a economia chinesa foi centralmente planejada em muitos aspectos. Os defeitos desse sistema administrativo altamente centralizado tornaram-se evidentes; apesar do progresso em infra-estrutura e mobilização de recursos, o sistema "subordina as empresas produtivas a órgãos da administração ... acarreta excessivo planejamento autoritário de cima para baixo e é rígido demais" (Hsu, 1982). Conseqüentemente, reformas estruturais foram introduzidas em 1978. As mais notáveis foram reformas rurais que deram aos agricultores incentivos de preços e posse de terra. Os preços reais agrícolas aumentaram em 50%, e a taxa de crescimento da agricultura subiu de 2,5% em 1965-78 para 7,2% em 1978-88.

- *Índia.* O governo tem-se envolvido ativamente no processo da produção, regulamentando "a escala, a tecnologia e a localização de qualquer projeto de investimento, a não ser os relativamente pequenos... os resultados inevitáveis foram uma caótica estrutura de incentivos e o surgimento de uma voraz especulação" (Srinivasan, 1990). Esse amplo envolvimento do governo foi acompanhado de estabilidade macroeconômica nos anos 60 e 70, mas ainda assim o crescimento foi lento. No período 1960-79, o aumento da renda *per capita* foi, em média, de 1% ao ano. A pobreza absoluta diminuiu de cerca de 55% em inícios da década de 60 para 45% em meados da década de 80. A partir de fins da década de 70, certas indústrias foram liberalizadas. A taxa de câmbio, cujo valor real em relação ao dólar era o mesmo em 1955 e em 1980, caiu em termos reais. Essas reformas parciais contribuíram para que a taxa de crescimento *per capita* aumentasse para cerca de 3% nos anos 80.

- *Nigéria.* Uma reveladora estatística acerca desse país exportador de petróleo é que a sua taxa

de crescimento *per capita*, que era, em média, 1,1% ao ano em 1960-73, sofreu uma queda de 2,8% ao ano após o aumento dos preços do petróleo de 1973. Esse declínio se deveu, em grande parte, aos gastos públicos. Entre 1973 e 1981, o emprego público triplicou, pulando de 0,5 milhão para 1,5 milhão. Os gastos do governo quintuplicaram entre 1972 e 1974, representando quase 80% do total das receitas do petróleo. O investimento público aumentou de 5% do PIB em 1974 para 17% em 1977, sendo responsável por mais da metade do investimento total naquele ano. O orçamento, que registrava um superávit, passou a registrar um déficit médio de 24% da receita líquida acumulada em 1975-78 (Bevan, Collier & Gunning, no prelo).

- *Brasil.* Costuma-se citar o Brasil como exemplo do sucesso de uma boa política de substituição de importações. Durante quase três décadas (entre 1960 e 1987), a economia brasileira cresceu, em média, à impressionante taxa de 6,6% ao ano. Contudo, o que é significativo acerca dos anos do milagre de 1967-79 é que o rápido crescimento foi precedido e acompanhado de reforma econômica. Antes de 1967, medidas clássicas de estabilização (contenção de crédito e controles orçamentários) foram aplicadas para fazer baixar a inflação. Em 1967, uma nova lei tarifária reduziu de 58 para 30% a proteção estendida à manufatura nacional. Em 1968, uma taxa cambial de vínculo móvel substituiu o sistema de taxas de câmbio múltiplas. Essas medidas produziram um surto no volume de exportações de mais de 10% ao ano entre 1964 e 1980 e uma taxa anual de crescimento de 9,4% (Maddison et alii, no prelo).

- *Argentina.* Na virada deste século, a Argentina tinha uma renda *per capita* comparável à da Austrália e à do Canadá. Mas, desde os anos 40, o país vem sofrendo de instabilidade macroeconômica crônica e desaceleração do crescimento. A inflação e o repetido fracasso das tentativas de estabilizar o clima financeiro desestimularam a poupança e o investimento internos. Sem estabilização macroeconômica, o país tem encontrado dificuldade em ajustar-se aos choques sofridos em suas relações comerciais, problema este que é agravado por altos níveis de protecionismo. Esses contínuos insucessos macroeconômicos explicam grande parte do declínio da taxa de crescimento da Argentina, que caiu de uma média de 4% ao ano no período 1960-73 para 0,8% em 1973-87.

- *Malásia e Sri Lanka.* Em 1960, as rendas *per capita*, os níveis educacionais, as taxas de mortali-



dade infantil, o grau de diversidade étnica e as estruturas econômicas eram semelhantes nesses dois países. De lá para cá, os dois seguiram estratégias de desenvolvimento diferentes. Mesmo após as reformas de 1978, Sri Lanka permaneceu menos aberto que a Malásia. Além disso, a tributação da agricultura tem sido menor na Malásia: os impostos sobre as exportações de borracha têm sido, em média, menos de 30%, em comparação com mais de 60% em Sri Lanka. No período 1960-78, a Malásia cresceu à taxa de 7%, contra um crescimento de 4,4% em Sri Lanka. O aumento da produtividade tem sido, em média, 1,5% na Malásia e 0% em Sri Lanka. Entre 1960 e 1988, a taxa de mortalidade infantil, que era de cerca de 70 por mil em ambos os países, caiu para cerca de 15 na Malásia e 30 em Sri Lanka. Calcula-se que a população pobre da Malásia tenha caído de cerca de 37% do total em 1973 para 15% em 1987; em Sri Lanka, a queda foi de 37 para 27% entre 1963 e 1981.

- *República da Coreia.* Essa economia é, sem dúvida, um exemplo de desenvolvimento espetacularmente rápido. Mas os analistas divergem quanto às causas. A taxa de crescimento coreana no período 1960-87 foi de 9%. Os indicadores sociais também melhoraram rapidamente. Nos anos 60, a Coreia ainda mantinha o seu sistema de substituição de importações. Forte campanha de exportações foi também lançada nos anos 60. Após registrar dificuldades econômicas em fins da década de 70, a Coreia adotou um enfoque cada vez mais liberal nos anos 80. No período 1960-87, o aumento anual da produtividade total dos fatores (PTF) era estimado em 1,7%. A distribuição da renda é bem melhor que a de outros países em desenvolvimento, embora se estime que tenha piorado.

- *Outras economias do Leste asiático.* As economias de Cingapura e Hong Kong alcançaram invejável êxito. O mesmo ocorreu em Taiwan, China, que no período 1960-87 cresceu 9,5%. Essa economia promoveu a abertura mais cedo, adotando em 1958-59 novas políticas que "inverteram a estratégia de substituição de importações [e] reorientaram a economia para o mercado mundial" (Myers, 1990). A distribuição de renda ganha em comparação com outras economias, e tem melhorado.

O governo de Cingapura tem-se mostrado consideravelmente mais intervencionista do que o governo de Hong Kong. No período 1960-87, as taxas de crescimento foram de 8,8% em Cingapura

ra e 8,6% em Hong Kong, ao passo que a produtividade aumentou em 1,7% em Cingapura e 3,1% em Hong Kong.

Essas economias do Leste asiático tiveram excelente desempenho durante longos períodos. Embora diferentes sob muitos aspectos importantes, todas têm várias características em comum: níveis educacionais elevados e crescentes e orientação no sentido do mercado externo. Mas essas economias suscitam importantes questões quanto ao papel adequado do Estado e do mercado. Hong Kong optou por uma relativa liberdade de mercado. Nas outras economias, o intervencionismo foi relativamente maior. O Japão e a República da Coreia adotaram políticas de protecionismo a indústrias incipientes e de subsídios ao crédito. Por que motivo, nesses casos, certas medidas intervencionistas tiveram êxito, quando costumam fracassar em outros países? Certos economistas sustentam que a intervenção deu bom resultado porque os mercados eram, ainda assim, mais livres do que em outras economias. Alguns chegam a dizer que a intervenção produziu um retrocesso nas economias do Leste asiático, cujo desempenho teria sido melhor sem ela. Outros afirmam que o segredo é intervir competentemente. Mas isso leva à pergunta fundamental: qual a diferença entre intervenção competente e incompetente?

A questão permanece controversa, mas três proposições encontram grande apoio atualmente. Primeiro, a intervenção do governo nessas economias esteve sujeita à concorrência internacional e a controles e contramedidas vinculados ao mercado. Os governos não evitaram a disciplina das forças de mercado. Se a proteção falhava, era prontamente removida — o que é difícil de fazer e extremamente incomum. Segundo, os governos tiveram o cuidado de compensar o preconceito contra as exportações que costuma caracterizar o protecionismo na área de comércio exterior. Em outras palavras, os seus regimes comerciais permaneceram fortemente voltados para fora. Terceiro, a intervenção no mercado nas economias do Leste asiático foi, em sentido geral, mais moderada que na maioria das outras economias em desenvolvimento. Esses e outros aspectos institucionais parecem típicos das economias do Leste asiático, inclusive o Japão (ver Box 2.2). O Capítulo 5 aborda mais longamente as intervenções no comércio e na indústria.

- *Países da OCDE.* No decorrer das últimas três décadas, os países da OCDE registraram forte crescimento, a uma taxa média de cerca de 3% ao

### Box 2.2 Qual o segredo do milagre japonês?

Investimentos excepcionais em recursos humanos, bens físicos e tecnologia são geralmente apontados como os principais motivos do êxito japonês, conforme examinado em outra parte deste Relatório. Ainda hoje há discussão acerca dos fatores institucionais e de política econômica que criaram o clima para esses grandes investimentos e produtividade.

#### Os burocratas?

Há quem veja o milagre japonês como resultado da orientação dada às decisões empresariais de produção e investimento pelos burocratas do Ministério do Comércio Internacional e da Indústria (MITI). Pelo menos a partir da década de 30, os burocratas japoneses vêm influenciando as decisões dos fabricantes. Facilitaram o acesso destes últimos ao capital e à tecnologia estrangeira; concederam subsídios, barreiras comerciais e incentivos fiscais; formularam planos de alocação da produção; e sancionaram cartéis. Na condição de consultores industriais capazes de persuadir seus clientes a seguirem seus conselhos, os dirigentes do MITI mantêm estreitas relações com os industriais.

#### A amplitude das intervenções?

Sob todos os aspectos — volume de gastos públicos ou de impostos, perturbações macroeconômicas induzidas pelo Estado, controles impostos aos preços, o papel das empresas estatais na manufatura ou restrições contra ativi-

dades do setor privado — o governo japonês exerce papel reduzido na economia. Além disso, do quase meio milhão de indústrias manufatureiras japonesas na década de 50, a maioria era de firmas pequenas e médias — responsáveis por metade do valor adicionado na manufatura (60% em fins da década de 70).

#### As instituições?

As tradicionais noções japonesas de direito e boa conduta têm afetado a resolução de conflitos — e as relações entre trabalhadores e gerentes — entre grandes firmas e subempreiteiros e entre órgãos do governo, produtores e associações de produtores. Por exemplo, normas de comportamento em relação à autoridade, as quais estimulam o livre fluxo de informações entre trabalhadores e supervisores, e uma abordagem consensual da solução de conflitos permitiram melhor controle de qualidade nas linhas de montagem.

#### Todos os três

Cada uma dessas explicações provavelmente reflete um aspecto da realidade. Mas é difícil deduzir lições para outros países a partir de uma explicação institucional do sucesso do Japão — a não ser observar que os burocratas não tentaram combater as tendências de mercado. Em vez disso, procuraram antecipar-se a essas tendências, recuando quando estavam errados. O mercado foi um fator de disciplina.

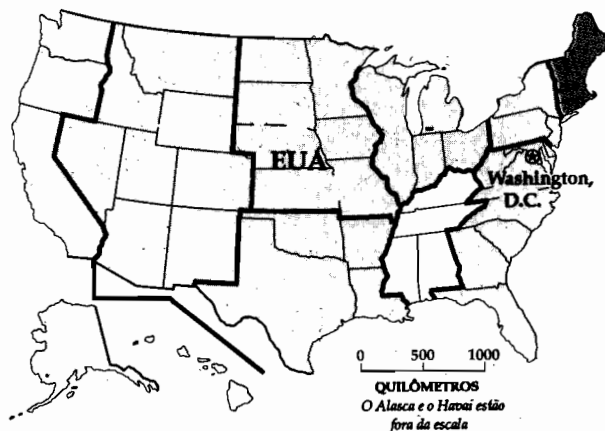
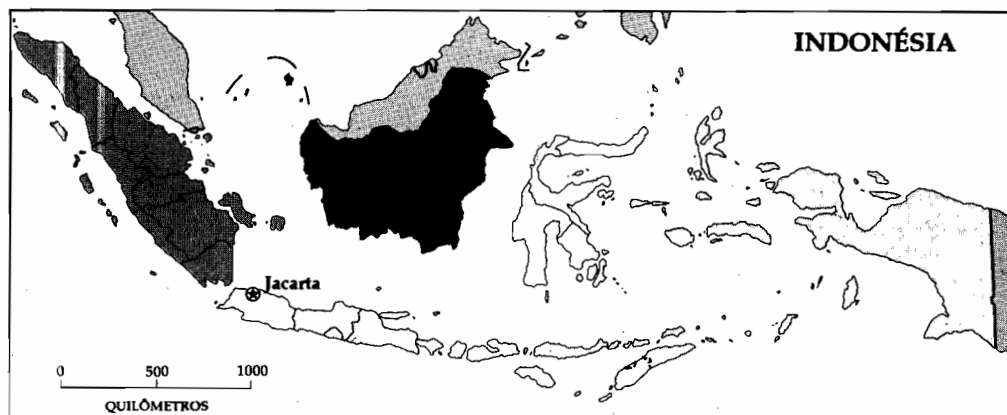
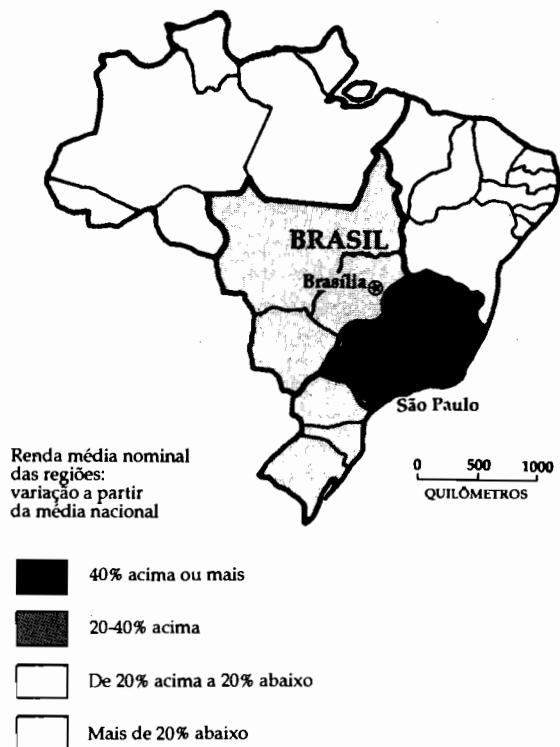
ano, e com menores variações entre países do que no caso do mundo em desenvolvimento (Harberger, 1984). A economia avançada que cresceu mais rapidamente foi o Japão, cuja produção aumentou em 6,5% ao ano entre 1965 e 1980. Dois aspectos dessa experiência se destacam: primeiro, rápido progresso tecnológico respaldado por forte orientação no sentido do mercado externo; segundo, aumento das taxas de poupança, respaldado por medidas fiscais moderadas. Não raro, o orçamento do governo registrava superávits, o que estimulava a poupança e o investimento e criava oportunidades para reduzir impostos. O crescimento da Alemanha depois da guerra (3,5% no período 1965-80) voltou-se para as exportações, com baixa inflação e uma taxa cambial realista, que garantiam a competitividade internacional. De modo geral, os trabalhadores organizados apoiavam as medidas do governo que visavam o crescimento. As economias de escala, o aprendizado na prática e a reestruturação da indústria geraram rápidos aumentos de produtividade. Na Grã-Bretanha, o

crescimento econômico dos anos 60 e 70 foi mais lento em virtude de alta inflação, relações trabalhistas agitadas, uma taxa cambial supervalorizada, freqüentes problemas de balanço de pagamentos, baixos lucros empresariais e insuficiência de investimentos. Nos anos 80, o crescimento aumentou.

• *Diferenças regionais de renda dentro de um mesmo país.* Os dados referentes à renda média dos países encobrem diferenças regionais de renda, especialmente em países de grande extensão territorial. As diferenças da renda *nominal*, ou produção, *per capita* que se criaram entre uma região e outra são substanciais em vários desses países, como Brasil, China, Índia, Indonésia e Nigéria (ver os mapas para exemplos). A expectativa é que as diferenças nas despesas e nos termos *reais* — isto é, ajustadas pelas diferenças regionais de preços — sejam menores (ver adiante.) Na China, calcula-se que, em 1987, a renda nominal *per capita* na região leste (onde vivem 29% da população) era 50% mais alta que na região sul (43% da popu-

lação). A renda média *per capita* na região oeste da Índia (14% da população) era cerca de 60% superior à da região leste (22% da população) em 1986-87. Na Indonésia, calcula-se que a produção *per capita* em Sumatra (20% da população) era 36% maior que a de Java (60% da população) em 1988. Segundo os dados disponíveis, essa diferença fica virtualmente eliminada se a receita do petróleo for excluída ou as despesas forem comparadas. Na Nigéria, calcula-se que a região leste tinha uma renda *per capita* (incluída a receita do petróleo) 70% maior que a região norte em 1981.

As diferenças de renda nominal, porém, tendem a sofrer um desvio para cima, uma vez que, nas regiões mais prósperas, o custo de vida é tipicamente mais elevado. Mas os dados para ajuste de custo de vida são escassos. Quando esses ajustes são possíveis, como no caso do Brasil, as diferenças realmente caem (em termos reais). Em



*Nota:* As estimativas regionais incluem a renda proveniente da produção de petróleo, particularmente importante nos casos da Indonésia e da Nigéria.  
*Fontes:* Os dados sobre renda para a Indonésia provêm de Biro Pusat Statistik, 1989; para a Nigéria, do Banco Mundial; para o Brasil, de IBGE, 1987; para os EUA, de U.S. Department of Commerce, Bureau of the Census, 1990.

1980, a região sudeste do Brasil (com cerca de 40% da população) tinha uma renda nominal *per capita* calculada em três vezes a da região nordeste (30% da população). Segundo estimativa de 1975, quando medida em *termos reais*, a renda da região sudeste era duas vezes, e não três vezes, a da região nordeste.

Os dados provenientes dos países industrializados indicam diferenças regionais menores em termos nominais. Nos EUA, a região do Atlântico Central (15% da população) tinha uma renda nominal *per capita* 16% mais alta em 1988 do que a região do Atlântico Sul (17% da população). Cálculos indicam que as diferenças diminuíram nas últimas três décadas. Nos países em desenvolvimento, porém, uma comparação adequada das tendências de desigualdade regional ressentem-se de falta de dados; os dados disponíveis não indicam qualquer redução clara das desigualdades regionais.

Essas várias experiências, embora bastante sugestivas, devem ser analisadas com maior cautela para que a evidência produzida seja consistente. Há necessidade de comparar entre si um número maior de países, em uma estrutura econométrica que assegure tratamento homogêneo. Só então pode ser possível inferir os fatores que estimulam o desenvolvimento.

### Os determinantes do aumento da renda

Os estudos comparativos foram introduzidos pela Organização Internacional do Trabalho em meados da década de 70 (Meier & Seers, 1984), nos estudos sobre comércio exterior conduzidos por Little, Scitovsky e Scott (1970), e por estudos patrocinados pelo National Bureau of Economic Research (Bhagwati, 1978; Krueger, 1978). De lá para cá, houve rápido acúmulo de outros estudos, inclusive o recente trabalho do Banco Mundial (no qual cinco grandes estudos multinacionais abran-

### Box 2.3 Produtividade total dos fatores no crescimento econômico

Importante progresso da ciência econômica nos últimos 50 anos foi a identificação e mensuração da produtividade total dos fatores, que mede variações da produção por unidade de todos os insumos combinados. Até então, a maioria das análises de produtividade concentrava-se no aumento da produtividade da mão-de-obra e, em menor grau, no aumento da produtividade média do capital.

Observem-se as seguintes diferenças. Em meados do século XX, a produção total dos EUA aumentou em cerca de 3% ao ano. O estoque de capital também cresceu à taxa de cerca de 3%, ao passo que o insumo mão-de-obra (medido em trabalhadores-hora) aumentou em somente cerca de 1% ao ano. Na composição capital-trabalho, o capital respondeu por cerca de um terço e o trabalho, por dois terços. Assim, os insumos aumentaram em cerca de 1,7% ao ano: dois terços vezes 1% mais um terço vezes 3%. A produtividade total dos fatores, ou o resíduo, foi, portanto, responsável por 1,3% do aumento da produção: 3% (taxa de aumento da produção) menos 1,7% (taxa de aumento dos insumos).

Os primeiros cálculos da produtividade total dos fatores para diferentes países levaram à conclusão — surpreendente na época — de que cerca de metade do aumento da produção era devida ao resíduo, que logo foi batizado de progresso técnico. Em que consiste o resíduo? Não há dúvida de que as inovações tecnológicas geraram certo aumento da produtividade total dos fatores. Mas o principal elemento adicional é a qualidade da mão-de-obra. Se a nova mão-de-obra que entra no mercado é mais produtiva que a mão-de-obra existente, acrescentará mais à produção do que o faria nos termos da

fórmula baseada na participação do trabalho. E a contribuição extra do aprimoramento da qualidade da mão-de-obra termina no resíduo.

Ajustando-se a fórmula para levar em conta a qualidade da mão-de-obra, fica fácil identificar o resíduo como progresso técnico — definido de modo muito geral. O progresso técnico inclui certas inovações óbvias como a colheitadeira mecânica de algodão, o pneumático, as calculadoras de bolso, o computador pessoal, a empilhadeira e o sistema de transporte em *containers*.

Mas o progresso técnico inclui também muitas maneiras de reduzir os custos reais. Esses custos podem baixar à medida que um administrador mais exigente impõe maior disciplina aos trabalhadores — ou à medida que a mão-de-obra se torna mais produtiva em virtude da demissão de um administrador exigente demais. Uma linha de montagem pode tornar-se mais produtiva mediante simples retificação — ou uma plantação mediante a introdução de um fertilizante diferente. A produtividade pode aumentar, por exemplo, quando se instala um *fax*, quando se fecham filiais não rentáveis ou quando se compram pneumáticos mais duráveis para os caminhões.

A maneira de aprender mais acerca do que constitui o resíduo é estudar detalhadamente o aumento da produtividade total dos fatores — produto por produto, indústria por indústria, setor por setor. Mesmo com um estudo cuidadoso, nem todas as fontes de redução de custos podem ser identificadas, mas as mais importantes certamente o serão. Essa identificação, por si só, revela as fontes calidoscópicas de crescimento abrangidas pelo resíduo.

geram aproximadamente 60 países), de outras agências das Nações Unidas e do Instituto Mundial para Pesquisa sobre a Economia do Desenvolvimento.

Duas das conclusões produzidas por esse corpo de pesquisas foram as seguintes. Primeiro, grande parte do desenvolvimento sustentado registrado em muitos países, especialmente nos países escandinavos a partir de 1870 e nas economias do Leste asiático após a II Guerra Mundial, pode ser explicada pela educação (e pela correspondente qualidade das instituições) e por medidas que favoreciam a participação no mercado externo e a concorrência. Em uma economia voltada para o exterior, o crescimento e a produtividade são favorecidos. De modo geral, as políticas de substituição de importações produzem resultados decepcionantes. As indústrias incipientes que recebem proteção raramente crescem, ao passo que o preconceito antiexportação, associado a essa proteção, impede o crescimento das exportações. Além disso, essas políticas reduzem os incentivos à agricultura. Segundo, graves e prolongados desequilíbrios macroeconômicos prejudicam os investimentos e o crescimento. O investimento privado é tolhido, deslocado que é pela captação pública de recursos e pela dívida, e prejudicado pela incerteza dos investidores quanto ao futuro da economia.

Outro método de análise do processo de crescimento é calcular a contribuição feita para o crescimento pelo capital e pelo trabalho. Diferentes experiências nacionais podem ser examinadas através de um estudo comparativo de grandes grupos de países e de análises econométricas dos dados obtidos. Um dos resultados aplica-se igualmente a países industrializados e países em desenvolvimento. A soma das contribuições feitas pelos fatores da produção não chega a explicar o crescimento total. O chamado "resíduo da função de produção estimada", ou produtividade total dos fatores, responde pelo restante. Esse resíduo reflete a eficiência com a qual os insumos são utilizados (Box 2.3).

A literatura empírica sobre os determinantes do crescimento econômico nos países industrializados é volumosa (Denison, 1962; Jorgensen & Griliches, 1967; Maddison, 1981). No entanto, a comparabilidade é menor em trabalho semelhante referente aos países em desenvolvimento, em virtude de problemas de dados. Geralmente não há disponibilidade de dados sobre insumos. As

estimativas dos recursos de capital e recursos humanos são vitais para esse tipo de análise.

Para este Relatório, foi preparado um conjunto sistemático de dados sobre produção, capital, contingente de mão-de-obra, terra arável e anos de instrução da população economicamente ativa. Para o crescimento do PIB, usaram-se contas nacionais. Convém ter em mente as limitações desses dados (Box 2.4). Estimativas do capital humano e físico foram preparadas para 68 países. Embora o grupo inclua alguns dos que hoje são países de alta renda — Japão, Espanha, Grécia e Portugal — nenhum dos resultados é sensível a essa inclusão. Quanto aos outros países, 27 são da África, 15 da América Latina, nove do Leste asiático, oito da Europa, Oriente Médio e Norte da África, e quatro do Sul da Ásia.

#### *A contribuição do capital e do trabalho*

Na amostra de países em desenvolvimento utilizada, a elasticidade estimada da produção em relação ao capital no período 1960-87 é de cerca de 0,4; para cada 1% de aumento do capital, a produção cresce em cerca de 0,4%. Na hipótese de perfeita concorrência nos mercados de produtos e fatores, essa elasticidade reflete a contribuição do capital na economia. No caso dos países industrializados, essa contribuição foi, de fato, calculada em 0,25 a 0,4%. Quanto à elasticidade da produção em relação à mão-de-obra, é estimada em cerca de 0,45%. Essa elasticidade é algo menor que a dos países industrializados; estimativas feitas para os EUA colocam a cifra entre 0,6 e 0,75%. Grande parte da diferença é provavelmente explicada pelos níveis educacionais bem mais baixos nos países em desenvolvimento.

#### *A contribuição da educação*

O alto retorno gerado pelos investimentos na educação é documentado por muitos estudos. Em estudos anteriores do crescimento, a educação era medida aproximadamente pelas taxas de alfabetização ou pelo coeficiente de matrículas no primário. A pesquisa realizada para este Relatório sugere que, aumentando-se em um ano o número médio de anos de instrução do contingente de mão-de-obra, o PIB aumenta em 9%. Isso se aplica aos primeiros três anos de instrução; ou seja, em comparação com a ausência de instrução, três anos de instrução fazem aumentar o PIB em 27%. A partir daí, o retorno produzido por um ano adicional de instrução diminui para cerca de 4% ao ano — ou

**Tabela 2.2 Crescimento do PIB, de insumos e PTF (%)**

Região, grupo ou economia	PIB			Capital			Mão-de-obra			PTF		
	1960-73	1973-87 <sup>a</sup>	1960-87 <sup>a</sup>	1960-73	1973-87 <sup>a</sup>	1960-87 <sup>a</sup>	1960-73	1973-87 <sup>a</sup>	1960-87 <sup>a</sup>	1960-73	1973-87 <sup>a</sup>	1960-87 <sup>a</sup>
<i>Economias em desenvolvimento</i>												
África subsaariana	4,0	2,6	3,3	6,3	6,3	6,3	2,1	2,3	2,2	0,7	-0,7	0,0
Leste asiático	7,5	6,5	6,8	9,8	10,7	10,2	2,8	2,6	2,6	2,6	1,3	1,9
Europa, Oriente Médio e Norte da África	5,8	4,2	5,0	7,7	7,5	7,6	1,4	1,9	1,7	2,2	0,6	1,4
América Latina	5,1	2,3	3,6	7,4	5,6	6,3	2,5	2,8	2,6	1,3	-1,1	0,0
Sul da Ásia	3,8	5,0	4,4	8,0	7,2	7,7	1,8	2,3	2,1	0,0	1,2	0,6
68 economias	5,1	3,5	4,2	7,4	7,1	7,2	2,2	2,4	2,3	1,3	-0,2	0,6
<i>Economias industrializadas</i>												
França	5,5	2,1	3,9	5,7	3,8	4,8	0,4	-1,0	-0,2	2,3	0,9	1,7
Alemanha <sup>b</sup>	4,3	1,8	3,1	5,3	3,0	4,2	-0,3	-0,9	-0,6	1,9	0,9	1,4
Reino Unido	3,3	1,3	2,4	3,6	2,6	3,1	0,1	-0,5	-0,2	1,7	0,6	1,2
EUA	3,7	2,2	3,0	3,8	2,8	3,4	1,8	1,9	1,8	1,0	-0,1	0,5

*Nota:* As estimativas para países em desenvolvimento baseiam-se em uma amostra de 68 economias; ver as notas técnicas ao fim do texto principal.

a. Até 1985 para as economias industrializadas.

b. Rep. Fed. da Alemanha, antes da reunificação com a ex-Rep. Dem. Alemã.

*Fontes:* Dados do Banco Mundial; Boskin & Lau, 1990.

um total de 12% para os três anos seguintes. Esses resultados são compatíveis com estudos anteriores.

Em quase todos os países, as taxas de crescimento declinaram a partir de 1973 (Tabela 2.2). Duas possíveis causas foram examinadas: um menor crescimento dos insumos, especialmente do capital, e um crescimento mais lento da eficiência com que os insumos eram utilizados. Aparentemente, a culpa não cabe à desaceleração do crescimento do estoque de capital. Este cresceu, em média, em pouco mais de 7% ao ano antes e depois de 1973. Mesmo na África, a taxa de formação de capital foi de 6,3% ao ano em ambos os períodos.

Feitas certas ressalvas técnicas, se o crescimento dos insumos permaneceu geralmente inalterado no segundo período e o crescimento da produção diminuiu, então o aumento da produtividade do uso dos insumos deve ter diminuído. O apoio dos dados a essa conclusão é marcante (Tabela 2.3). Variações do aumento da produtividade refletem mudanças na alocação de recursos, nas tecnologias e na vantagem comparativa dinâmica. Um crescimento mais lento da PTF indica menor progresso tecnológico, menor quantidade de melhorias na eficiência do uso dos insumos, ou ambos.

Desde 1960, o aumento da produtividade vem sendo responsável por uma proporção relativamente pequena do aumento da produção na

maioria dos países em desenvolvimento. A exceção é o Leste asiático, onde a participação ultrapassa 25%. Nas economias industrializadas, o aumento da produtividade tem sido muito mais importante. Recente estudo dos EUA sugere que o progresso técnico, por si só, responde por mais de 50% do aumento da produção desde 1945 e o aumento do contingente de mão-de-obra responde por 27% (Boskin & Lau, 1990). Outro estudo chega a esta conclusão: "uma das grandes diferenças entre [países em desenvolvimento e países industrializados] parece ser que, nos primeiros, o crescimento resulta principalmente do acúmulo de insumos, e não de maior eficiência em sua utilização" (Chenery & Srinivasan, 1988).

É pouco provável que o pequeno papel desempenhado, em média, pelo aumento da produtividade nos países em desenvolvimento possa ser explicado por uma desaceleração do ritmo de progresso tecnológico. No Leste asiático, a produtividade aumentou à taxa de 2,6% ao ano no período 1960-73, aproximadamente a mesma verificada nos países industrializados. A importância do aumento da produtividade, apesar de sua pequena contribuição, é indicada pelo fato de que diferenças nesse aumento são responsáveis por mais da metade da variação nas taxas de crescimento entre países. A política econômica, como afirmará adiante este Relatório, explica em grande parte essas diferenças.



## Box 2.4 A medição informa a política — ou não informa?

A necessidade de dados econômicos para a análise de políticas vem aumentando desde que Simon Kuznets iniciou o seu trabalho pioneiro de contabilização da renda nacional na década de 20. Com os modelos macroeconômicos de Keynes e os modelos de insumo-produto de Leontief, o volume de dados, os instrumentos analíticos e a capacidade de cálculo multiplicaram-se da noite para o dia. Contudo, a análise econômica quantitativa ainda hoje se ressentia de graves problemas de dados e medição.

### Qualidade duvidosa

Em muitos países, as estimativas da produção agrícola não se baseiam em levantamentos confiáveis da área cultivada e do rendimento. As estimativas da produção industrial baseiam-se na cobertura parcial das empresas, geralmente desprezando as pequenas unidades de produção. Certas medições como as de poupança, investimentos e consumo nacionais são calculadas indiretamente, deduzidas como a diferença entre duas outras grandezas, as quais também são sujeitas a erro.

Os dados sobre alfabetização, matrícula escolar, níveis de pobreza e níveis de nutrição apresentam graves lacunas. Estimativas confiáveis da expectativa de vida ao nascer — baseadas em censos recentes — e medições confiáveis do número de nascimentos e mortes só existem de 1980 para cá no caso de 30 países (Tabela de box 2.4). Somente 27 países possuem séries para mais de um período. Assim, grande parte das estimativas disponíveis baseia-se em hipóteses sobre a mortalidade.

### Pouca comparabilidade

As medições do PIB criam importantes problemas de comparabilidade entre países e ao longo do tempo. Entre os principais obstáculos estão: variações de preços seguidas a mudanças de qualidade, variações dos preços relativos, a escolha dos períodos-base e o grau de cobertura da atividade econômica. O uso convencional de taxas de câmbio oficiais introduz distorções em períodos de taxas cambiais voláteis. A paridade do poder de compra (PPC) geralmente resulta em uma mensuração mais precisa da produção, por comparar o valor de uma cesta específica de bens e serviços no mercado interno, expressa em moeda nacional, com o valor da mesma cesta em moeda estrangeira.

O consumo próprio e a produção de subsistência costumam ser inadequadamente medidos, quando chegam a ser medidos. Mesmo com imputações, a atribuição de preços a esses volumes não chega a ser satisfatória. O uso

de taxas cambiais múltiplas, imposto mediante racionamento ou outros meios, distorce as medições do PIB porque os preços utilizados não refletem valores reais. As atividades do mercado paralelo ou clandestino produzem incentivos à evasão fiscal; essas atividades não são inteiramente refletidas no PIB. Quando a participação dessas atividades no cálculo do PIB muda ao longo do tempo, a estimativa das taxas de crescimento baseadas na medição do PIB resulta incorreta.

As externalidades associadas ao uso excessivo dos recursos e à degradação do meio ambiente apresentam outro problema para a correta contabilização. Quando o uso dos recursos ambientais é excessivo em uma economia e os preços de mercado não refletem inteiramente esse uso, as medições convencionais do PIB superestimam a capacidade da economia de sustentar o fluxo de bens e serviços.

### Tenuidade de inferências para fins de política

Será legítimo inferir, a partir de uma associação positiva observada entre política e desempenho, que o desempenho reage à política? Muitas vezes, não se pode aplicar testes econométricos de causalidade à base dos dados disponíveis — para não mencionar os complexos problemas de interpretar os resultados desses testes ou deles extrair conclusões estatísticas. Qualquer conclusão para fins de política, baseada na análise de conjuntos de dados escassos, arrisca-se a graves distorções. Em última análise, determinar se uma associação observada entre política e desempenho é causal, ou meramente o resultado de serem ambas motivadas por um terceiro conjunto de variáveis não observadas (ou latentes), é uma questão de critério.

### Implicações para a análise

Tais advertências não devem levar-nos a abandonar a análise quantitativa. Tampouco nos eximem da responsabilidade de extrair lições políticas dessa análise. Não dispomos de uma alternativa séria à análise empírica para a elaboração de políticas. Temos de recorrer a critérios próprios. E o conhecimento obtido através de descrições analíticas da história econômica terá de ser combinado imaginativamente com a análise puramente econométrica. Este Relatório reflete os resultados desse esforço. Embora suas conclusões não sejam de modo algum definitivas, o Relatório representa uma cuidadosa avaliação da evidência existente.

**Tabela de box 2.4 Disponibilidade de dados relativamente confiáveis para indicadores sociais selecionados, em economias em desenvolvimento**  
(número de países ou áreas)

Região, número total de economias	Número com dados da expectativa de vida ao nascer				Número com dados da taxa de mortalidade infantil				Número com dados da probabilidade de morrer até os 5 anos			
	Antes				Antes				Antes			
	Total	1975	1975-79	1980-	Total	1975	1975-79	1980-	Total	1975	1975-79	1980-
África, 50	16	9	4	3	36	11	10	15	35	12	10	13
América Latina, 27	24	5	3	16	26	1	3	22	26	2	4	20
Ásia e Oceania, 40	20	1	8	11	27	3	9	15	27	3	10	14
Total, 117	60	15	15	30	89	15	22	52	88	17	24	47

Fonte: United Nations, 1990c.



**Tabela 2.3 Participação percentual do aumento de produção atribuível a crescimento de insumos fatoriais, amostra de economias mundiais, 1960-87**

<i>Região ou grupo e período</i>	<i>Capital</i>	<i>Mão-de-obra</i>	<i>PTF</i>
<b>1960-73</b>			
África subsaariana	59	22	17
Leste asiático	50	16	35
Europa, Oriente Médio e Norte da África	51	10	38
América Latina	55	20	25
Sul da Ásia	81	20	0
Total	56	18	26
<b>1973-87</b>			
África subsaariana	92	37	-27
Leste asiático	62	17	20
Europa, O. Médio e Norte da África	68	19	14
América Latina	94	51	-48
Sul da Ásia	55	19	24
Total	76	28	-6
<b>1960-87</b>			
África subsaariana	73	28	0
Leste asiático	57	16	28
Europa, O. Médio e Norte da África	58	14	28
América Latina	67	30	0
Sul da Ásia	67	20	14
Total	65	23	14
<b>Países industrializados selecionados, 1960-85</b>			
França	27	-5	78
Alemanha <sup>a</sup>	23	-10	87
Japão	36	5	59
Reino Unido	27	-5	78
EUA	23	27	50

*Nota:* Para as classificações e estimativas de economias, ver as notas técnicas ao fim do texto principal.

a. Rep. Fed. da Alemanha antes da reunificação com a ex-Rep. Dem. Alemã.

*Fontes:* Para as economias em desenvolvimento, dados do Banco Mundial. Para as economias industrializadas, Boskin & Lau, 1990.

A associação entre aumento da produtividade e crescimento total é forte e positiva (Figura 2.4), aplicando-se a diferentes regiões e a diferentes períodos. No período 1973-87, o declínio médio das taxas de crescimento (cerca de 1,5%) é exatamente igual ao declínio do aumento da PTF (Tabela 2.2). Dados históricos referentes ao Japão também confirmam essa forte associação entre crescimento econômico e aumento da produtividade (Ohkawa & Rosovski, 1973). Em períodos de rápido crescimento, como 1912-18 ou 1931-38, a PTF também cresceu (à taxa de 2,1% ao ano no

período 1912-18 e 3,8% ao ano em 1931-38). Em períodos de lento crescimento, a produtividade estagnou ou diminuiu (caiu em 0,2% no período 1918-31). No período 1960-73, a produção aumentou em 9,2% e a produtividade em 3,4%. No período 1973-87, a produção aumentou em 3,7% e a produtividade em 0,8%.

#### *A contribuição da política interna*

A política econômica pode afetar tanto a quantidade dos insumos quanto a produtividade dos mesmos. Uma política de substituição de importações, por exemplo, pode fazer aumentar os investimentos, mas reduzir a eficiência e o progresso tecnológico e, conseqüentemente, a produtividade. Pode-se argumentar que as tarifas de importação exercem efeito único, de uma só vez, sobre a eficiência, não afetando a taxa de progresso técnico. Por outro lado, já foi dito que as tarifas dificultam a adaptação de novas tecnologias, reduzindo assim o aumento da produtividade. A teoria, portanto, é ambígua. Os resultados de estudos nacionais ressaltam os aspectos da política que afetam a produtividade, os quais serão discutidos mais detalhadamente nos Capítulos 3 e 7. Três sugestivas constatações gerais serão mencionadas aqui.

Primeiro, a contribuição feita por um adicional de educação para o aumento da produção e da produtividade totais já foi mencionada. Além desse efeito, o nível educacional (em contraposição a mudanças no tipo da educação) da população também parece importante. Um nível inicial de educação de três anos a mais é associado a um aumento de 0,4% na taxa anual de crescimento (ou de 11% a mais de produção ao longo de um período de 27 anos).

Segundo, a abertura e a concorrência são associadas ao aumento da produtividade. Isso se aplica às várias medidas de abertura utilizadas neste Relatório, inclusive às duas empregadas neste capítulo — a tendência dos preços internos de bens comercializados de igualar os preços internacionais e variações da participação nacional no comércio exterior. Uma análise mais detalhada, feita nos Capítulos 4 e 5, confirma essa associação positiva entre abertura e concorrência, de um lado, e crescimento, de outro. Resultados semelhantes foram obtidos em outros estudos.

Terceiro, a instabilidade macroeconômica diminui o retorno gerado pelos investimentos e pelo aumento da produção, como o indicam os estudos nacionais (ver Capítulos 4 e 6). Essa afirmação

encontra apoio reduzido apenas em um indicador utilizado nas estimativas feitas entre países, o ágio da taxa cambial. Finalmente, os dados sugerem que um aumento da participação do consumo do governo no PIB leva, mais tarde, a um declínio do aumento da produtividade. Isso é coerente com os resultados de outros estudos (Barro, no prelo).

A evidência sugere a complementaridade entre boas políticas econômicas — que presumivelmente se tra- luzem em medidas alternativas — e investimento, seja físico ou humano. Tanto uma política melhor quanto uma educação maior fazem aumentar o crescimento. Além disso, parece haver interação de ambas. Assim, o efeito exercido sobre o crescimento pela combinação de uma política melhor e mais instrução é maior que o de cada uma separadamente (Tabela 2.4). Resultados semelhantes são obtidos para variações de educação e investimentos.

Esses resultados parecem bastante sólidos em relação a diferentes grupos de países e avaliações de políticas. As variáveis em consideração podem não ser fontes "independentes" de bom desempenho; não houve comprovação de causalidade; e certas variáveis omitidas na análise podem estar afetando os resultados. Ainda assim, a evidência é sugestiva. Esforços simultâneos no sentido de melhorar a política e ampliar o capital humano e físico podem gerar um retorno excepcionalmente alto.

#### *O efeito dos fatores externos*

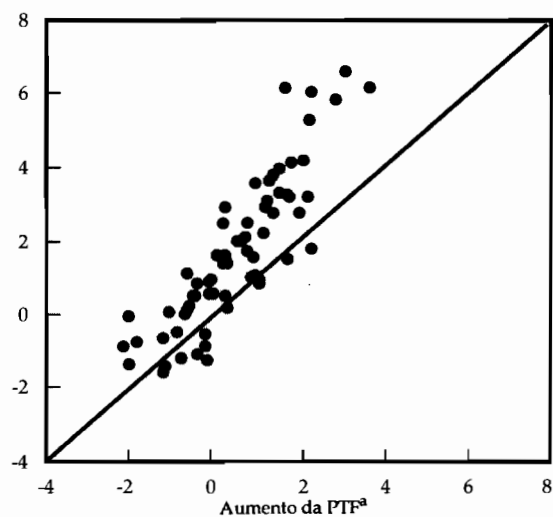
As relações comerciais oferecidas aos países em desenvolvimento, o crescimento econômico dos países da OCDE, as taxas internacionais de juros e os fluxos de capital são apenas alguns dos fatores externos que podem afetar o desenvolvimento. A importância desses fatores para as perspectivas globais de desenvolvimento é examinada ao longo deste Relatório (ver Capítulos 1, 5, 6 e 8; e também Dell & Lawrence, 1980). Mas podem esses fatores explicar *diferenças* de desempenho entre países? Em um estudo de 33 países em desenvolvimento não se encontrou uma associação estatística entre diferenças de taxa de crescimento e magnitude dos choques externos (Mitra et alii, 1991).

Os fluxos de capital constituem outro fator externo que afeta o desenvolvimento. A assistência subvencional é fonte importante de financiamento para os países de baixa renda, nos quais o seu volume é importante. Ao mesmo tempo, a eficiência com que a ajuda externa é utilizada é impor-

**Figura 2.4 Aumento médio anual da renda per capita e da produtividade, economias selecionadas, 1960-87**

(%)

Aumento da renda per capita



a. Resíduo não-explicado de crescimento do PIB após verificação do crescimento de insumos convencionais (mão-de-obra, capital, terra).  
Fonte: Dados do Banco Mundial.

tante, havendo necessidade de melhorias tanto na qualidade quanto na quantidade dessa ajuda. Por sua vez, a eficiência depende da política adotada, tanto pelos fornecedores quanto pelos beneficiários da ajuda (Box 2.5). Embora as avaliações gerais da eficácia da assistência externa sejam inconclusivas, quatro lições resultantes de estudos nacionais podem contribuir para aumentar essa eficácia. Primeiro, a ajuda frequentemente serve a múltiplos objetivos. Quando é determinada basicamente por considerações políticas, são necessários cuidados especiais para que seus efeitos econômicos sejam satisfatórios. Segundo, a ajuda externa pode reforçar tanto as boas quanto as más políticas internas e, em última análise, as iniciativas em apoio às boas políticas são vitais. Terceiro, a capacidade de um país de absorver assistência externa depende de suas aptidões humanas, financeiras e administrativas. O reforço dessas aptidões deve ser uma das prioridades. Quarto, a estabilidade no volume de financiamento e a transparência da condicionalidade da ajuda exter-

**Tabela 2.4 Interação de políticas com educação e investimento, 1965-87**

<i>Variáveis interagentes</i>	<i>Crescimento médio do PIB</i>	<i>Aumento médio da PTF</i>	<i>Probabilidade de crescimento do PIB superior à média</i>	<i>Probabilidade de aumento da PTF superior à média</i>
<i>"Distorção"<sup>a</sup> de políticas e educação<sup>b</sup></i>				
Nível baixo de distorção e alto de educação	5,5	1,40	63,7	53,9
Nível baixo de distorção e baixo de educação	3,8	0,25	52,0	49,9*
Nível alto de distorção e alto de educação	3,8	0,00	35,7	38,1
Nível alto de distorção e baixo de educação	3,1	-0,40	42,0	46,0*
<i>"Distorção"<sup>a</sup> e variação na educação<sup>c</sup></i>				
Nível baixo de distorção e taxa alta de aumento na educação	5,3	1,30	57,0	54,3
Nível baixo de distorção e taxa baixa de aumento na educação	4,0	0,40	55,1	48,8*
Nível alto de distorção e taxa alta de aumento na educação	3,5	-0,16	35,0	39,7
Nível alto de distorção e taxa baixa de aumento na educação	3,4	-0,19	39,2	44,7*
<i>"Distorção"<sup>a</sup> e investimento<sup>d</sup></i>				
Nível baixo de distorção e alto de investimento	5,2	0,91	73,6	56,5
Nível baixo de distorção e baixo de investimento	3,5	0,75	35,6	46,4*
Nível alto de distorção e alto de investimento	4,6	0,07	53,8	44,0
Nível alto de distorção e baixo de investimento	2,6	-0,36	26,7	41,2*

*Nota:* Todos os resultados são significativos no nível de 5%, exceto quando assinalado com asterisco (\*).

a. Nível alto de distorção aqui mostra ágio cambial superior a 30%; nível baixo de distorção mostra ágio cambial igual ou inferior a 30%. Ver as notas técnicas ao fim do texto principal.

b. A educação é medida pelo número médio de anos de escolarização, excluído o ensino pós-secundário, da população entre 15 e 64 anos. Define-se aqui nível alto de educação como mais de 3,5 anos; nível baixo de educação, 3,5 anos ou menos.

c. Aumento quinquenal (acima ou abaixo da média).

d. Taxa de investimento como percentual do PIB (acima ou abaixo da média).

*Fontes:* Para o ágio cambial, International Currency Analysis, Inc., vários anos. Para as demais variáveis, dados do Banco Mundial.

na contribuem para um melhor uso da mesma pelos beneficiários.

### Componentes do desenvolvimento global

A satisfação das necessidades básicas é parte importante do desenvolvimento econômico e, em muitos países em desenvolvimento, é uma das prioridades do governo. Ao introduzir o terceiro plano quinquenal do país em 1960, o primeiro-ministro indiano afirmou: "Consta que a renda nacional sob a vigência do Primeiro e Segundo Planos aumentou em 42% e a renda *per capita* aumentou em 20%. Seria legítimo perguntar para onde foi [esse progresso] ... Vejo que a população se alimenta e se veste melhor e constrói casas de alvenaria... Mas parte da população provavelmente mal se beneficiou" (Índia, 1964). A satisfação das necessidades básicas requer não só o crescimento econômico, mas também uma série de programas sociais bem direcionados.

Utilizando dados familiares, vários estudos mostram que os gastos sociais podem melhorar significativamente o bem-estar das famílias. Contudo, somente um reduzido número de estudos utiliza dados agregados para examinar os efeitos

dos gastos sociais. Seria especialmente útil saber qual tem sido o meio mais eficaz de aumentar o bem-estar social — se os gastos sociais ou o crescimento geral da renda. É típico empregarem-se três indicadores para aferir o bem-estar: expectativa de vida, mortalidade infantil e coeficiente de matrículas escolares. Nenhum deles é isento de desvantagens.

Dados referentes a gastos públicos, aumento de renda e nível educacional de mulheres adultas foram examinados quanto aos efeitos que produzem sobre a mortalidade infantil e matrícula em escolas secundárias. Os resultados dessas análises comparativas entre países são irregulares (Capítulo 3). A evidência citada neste Relatório e em outros estudos salienta a importância, para o desenvolvimento, do bom planejamento dos gastos sociais. Maior eficiência na prestação dos serviços e direcionamento mais preciso são assuntos repetidamente abordados (Sen & Drèze, 1990).

Os resultados são bastante claros quanto à importância de educar as mulheres. O nível educacional das mulheres adultas é de longe a variável mais importante na explicação de diferenças de mortalidade infantil e matrícula em escolas secundárias (Figura 2.5). Um ano extra de educação

## Box 2.5 A contribuição da ajuda externa

### Quando a ajuda pode ser ineficaz

Às vezes, a ajuda pode permitir a um país adiar melhorias na administração econômica ou a mobilização de recursos internos. As agências externas continuaram a fornecer ajuda à Tanzânia enquanto o país fazia experiências com desastrosas políticas e instituições rurais. O fácil acesso do Paquistão à ajuda externa — em grande parte por motivos políticos — permitiu ao país adiar a reforma fiscal. Por vezes, a ajuda pode fortalecer *lobbies* altamente interessados em um regime político distorcido, dificultando a reforma política.

A ajuda pode, às vezes, substituir a poupança interna e os fluxos comerciais, os investimentos externos diretos e o capital comercial como principais fontes de investimento e desenvolvimento tecnológico. Vários países permitiram que a ajuda sob a forma de alimentos provocasse uma queda dos preços agrícolas. Além disso, adiaram investimentos vitais na infraestrutura rural — e ignoraram a necessidade de aperfeiçoar as instituições agrícolas.

Às vezes, a ajuda é interrompida e retomada em resposta à agenda política e estratégica de agências de financiamento bilateral, tornando imprevisíveis os fluxos de recursos. Essa instabilidade de recursos pode levar a interrupções de programas de desenvolvimento, como ocorreu na Índia, no Paquistão e na República Árabe do Egito.

A descoordenação e a concorrência entre agências bilaterais podem transferir tecnologias incompatíveis e fornecer projetos e assessoria conflitantes. Esses problemas da ajuda bilateral decorrem, em parte, da prática generalizada de vincular a ajuda à compra de equipamentos, transportes e assessoria técnica de fontes das próprias agências, o que reduz substancialmente as transferências líquidas de recursos. No Paquistão, por exemplo, o custo de utilizar navios das agências para transportar mercadorias financiadas pela ajuda (não raro parcela substancial do custo total dos projetos) foi de 50 a 115% maior que a alternativa mais barata.

Mudanças no conteúdo da assessoria política prestada pelas agências financiadoras podem contribuir para aumentar o custo da ajuda para os países em desenvolvimento. Muitos beneficiários, aconselhados a revogar a proteção à indústria e desafiar as juntas de comercialização, queixam-se de que as agências haviam estimulado essas estratégias nos anos 60 e 70, quando a substituição de importações e a regulamentação estavam em voga. Enquanto as agências podem quase sempre ajustar-se rapidamente a mudanças no conceito de desenvolvimento, os beneficiários da ajuda precisam de mais tempo para se ajustarem.

### Quando a ajuda é eficaz

A ajuda aumenta a credibilidade da reforma econômica, prestando assistência no projeto de pacotes de reformas e reduzindo o seu custo. Os empréstimos para ajustamento estrutural têm permitido criar — e ajudado a manter — reformas em muitas economias engajadas em reforma econômica, inclusive Chile, México e Turquia. Na República da Coreia, os projetos de infra-estrutura e educacionais dos anos 50 ajudaram o deslanche econômico que se seguiu às reformas de inícios da década de 60. A assistência humanitária é outro motivo inatacável para a ajuda.

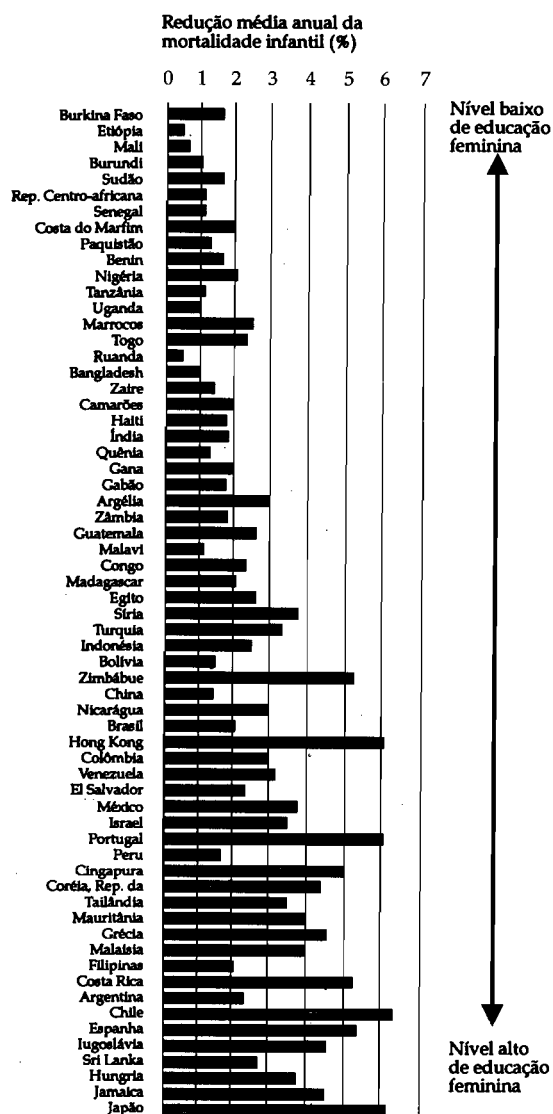
A ajuda fornece recursos externos para investimento e financia projetos que não poderiam ser empreendidos com capital comercial por motivo da dívida pendente ou de um longo período de gestação. Além disso, as negociações da ajuda informam os países industrializados acerca de reformas em países em desenvolvimento. Esse conhecimento faz aumentar o acesso dos países em desenvolvimento ao capital e ao investimento externo direto e, como nos casos da Malásia, República da Coreia e Tailândia, ajuda-os a captar empréstimos comerciais.

A assistência destinada a projetos ajuda a expandir infra-estruturas muito necessárias — estradas, ferrovias, portos e usinas de energia elétrica. Contribui também para aumentar a proficiência técnica na avaliação, monitoração e implementação de projetos. A ajuda contribui ainda para o treinamento de pessoal e aperfeiçoamento das instituições — como ocorreu, por exemplo, na Colômbia, México, Paquistão, República da Coreia e Tailândia. Além disso, informações sobre as melhores práticas — como as do Banco Grameen de Bangladesh, o Fundo Social de Emergência da Bolívia, o Esquema de Talões para Aquisição de Alimentos da Jamaica — ajudam os países beneficiários a adaptá-las às condições internas e evitar erros.

A política, as instituições e a capacidade administrativa de um país também afetam de maneira vital o êxito da ajuda para projetos. Excelente exemplo da contribuição desses fatores à eficácia da ajuda destinada a projetos foi a revolução verde no Sul da Ásia na década de 60. O sucesso resultou não só de transferências de tecnologia, pesquisa e infra-estrutura financiadas pela ajuda, como também da capacidade de resposta das instituições internas.

A ajuda pode trazer apoio a uma melhor política econômica e social. As agências de ajuda e financiamento externo mostram-se cada vez mais sensíveis aos efeitos dos projetos sobre o meio ambiente e sobre as condições sociais. A ênfase em políticas resultou também em programas bem-sucedidos de redução da pobreza, por exemplo, na Bolívia, Costa do Marfim e Malásia. No Paquistão, a preocupação com o pouco sucesso obtido nas áreas de educação e saúde tem levado a um aumento de empréstimos destinados aos recursos humanos, a fim de complementar os esforços que visam aliviar a pobreza.

**Figura 2.5 Escolarização feminina e redução da mortalidade infantil, economias selecionadas, 1960-87**



*Nota:* Economias arroladas em ordem crescente por nível de educação feminina, definido como o número médio de anos de escolarização, excluído o ensino pós-secundário, de mulheres na faixa etária dos 15 aos 64 anos. Para o método de estimativa, consultar as notas técnicas ao fim do texto principal.

*Fonte:* Dados do Banco Mundial.

Como se observou inicialmente, o desenvolvimento geral inclui mais do que variáveis econômicas; inclui aspectos não-econômicos que enriquecem a qualidade de vida. Certas variáveis não-econômicas são associadas ao desenvolvimento econômico, embora seja difícil estabelecer as linhas de causalidade. Por exemplo, alguns dos indicadores econômicos e sociais já examinados estão positivamente associados a componentes não-econômicos do desenvolvimento, tais como as liberdades individuais e políticas (Box 2.6).

A igualdade é, por si, uma preocupação à parte. Tem dois aspectos: a distribuição da renda e a incidência da pobreza. Não existe vínculo claro, em qualquer direção, entre crescimento e diferenças de distribuição de renda (ver Capítulo 7). Mas o crescimento econômico é fortemente associado à redução da incidência de pobreza. Uma análise de 20 países em desenvolvimento revelou a existência de conexão entre o crescimento e a redução da pobreza absoluta em todos eles, exceto um (e a exceção registrava um crescimento negativo *per capita* durante o período considerado). Estudos nacionais detalhados de Lal e Myint (em andamento) constatarem idêntico efeito. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990* também constatou forte evidência de que o crescimento reduz a pobreza absoluta.

### O caminho daqui para a frente

Talvez a mais clara lição produzida pelos estudos sobre o desenvolvimento nos últimos 30 anos é que o pragmatismo e a abertura de espírito geram dividendos maiores. Idéias que outrora constituíam o consenso convencional e orientavam os governos e as instituições multilaterais em suas abordagens do desenvolvimento estão hoje, em grande parte, abandonadas. Novas idéias dão ênfase aos preços como sinais; ao comércio exterior e à concorrência como promotores do progresso tecnológico; e ao governo eficaz como um recurso escasso, a ser empregado parcimoniosamente e somente onde mais necessário.

No desenvolvimento, as generalizações podem ser tão imprudentes quanto um compromisso inflexível com as teorias. A evidência quantitativa do tipo analisado neste capítulo é sugestiva, mas apenas isso. Não existe cura mágica para o atraso econômico. Há mais de um caminho para o sucesso — no mínimo porque há muitos tipos diferentes de sucesso. E esse deve ser avaliado segundo as várias dimensões do desenvolvimento, e não somente do aumento da renda.

feminina é associado a uma queda de 2 pontos percentuais na taxa de mortalidade infantil. Estudos realizados ao nível familiar dão conta de reduções ainda maiores, de 5 a 10 pontos percentuais.

## Box 2.6 Componentes não-econômicos do desenvolvimento: liberdades

Qual a conexão, se alguma existe, entre desenvolvimento econômico e liberdade — um dos componentes não-econômicos do desenvolvimento geral? Uma das possibilidades é que uma imprensa livre e o debate público aberto podem denunciar atos do governo ou do setor privado que, do contrário, poderiam retardar o desenvolvimento. A liberdade de imprensa e um fluxo crescente de informações geralmente estimulam o progresso econômico e social. Não é implausível creditar a prevenção de fomes à imprensa livre da Índia, que forçou o governo a agir prontamente. Mas pode-se também dizer que as liberdades em geral tornam mais difícil ao governo tomar decisões que, embora penosas, são necessárias. Não raro, esta última noção é oferecida como explicação do êxito de países como a República da Coreia (com o seu regime autoritário "benigno"), em contraposição a países como a Índia (onde talvez as liberdades e a debilidade política tenham caminhado juntas).

A fim de melhor examinar essa questão, dados sobre as liberdades políticas e individuais foram extraídos de *Freedom in the world* (Castil, 1989). Trata-se de um levantamento que, desde 1973, vem sendo realizado anualmente, com exceção de apenas um ano. Os países são classificados de acordo com 30 testes específicos nos termos de dois critérios: direitos políticos, definidos como "direitos de participação significativa no processo político", e liberdades individuais, ou os "direitos à liberdade de expressão, de organização ou protesto, bem como direito ao grau de autonomia oferecido pela liberdade de religião, educação, locomoção e outros direitos pessoais". O índice resultante é estreitamente relacionado a outro, elaborado por Humana (UNDP, 1991). Todas essas medições são imperfeitas, não podendo servir de base a conclusões firmes. Contudo, os resultados são interessantes.

Existe uma forte relação entre aumento de renda, níveis de educação e declínios da mortalidade infantil; entre níveis de educação feminina, e mudanças desses níveis, e a redução da mortalidade infantil; e entre liberdades políticas e individuais e realizações na educação masculina e feminina, e a redução da mortalidade infantil (Tabela de box 2.6).

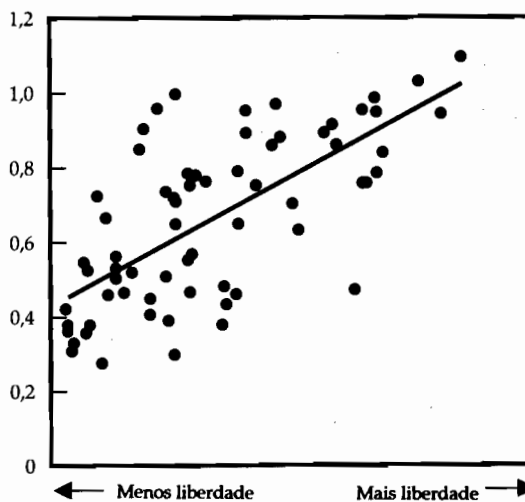
Os resultados da análise regressiva não chegam a sugerir que as liberdades contribuam positivamente para o aumento da renda, mas implicam que não o impedem. Alguns estudos constataam que a relação entre liberdade e crescimento é ambígua (Grier & Tullock, 1989). Dasgupta (1990) dá conta de um efeito mais nítido para 1970-80,

constatando que "os direitos políticos e individuais têm correlação positiva e significativa com a renda nacional *per capita* e seu crescimento". Scully (1988) também dá conta de um efeito positivo.

Finalmente, controlados o aumento da renda e os efeitos regionais, as liberdades parecem estar forte e positivamente associadas a medidas de melhoria de bem-estar, tais como a educação feminina, a educação global e declínios da mortalidade infantil (Figura de box 2.6). Esses resultados não revelam as linhas de causalidade, mas sugerem que esses componentes importantes do desenvolvimento geral atuam em conjunto.

**Figura de box 2.6 Relação entre liberdades políticas e individuais e educação feminina, economias selecionadas, 1973-86**

Coefficiente de escolarização feminina/masculina



*Nota:* Os dados são médias do período para uma amostra de 67 economias; não há dados disponíveis para 1974. Escolarização é definida como o número médio de anos de instrução, excluída a pós-secundária, da população na faixa etária dos 15 aos 64 anos. Para o método de estimativa, consultar as notas técnicas ao fim do texto principal.

*Fontes:* Para dados sobre liberdades políticas e individuais, Castil, 1987; para dados sobre educação, Banco Mundial.

**Tabela de box 2.6 Matriz de correlação para medições de desenvolvimento global, 1973-87**

Medição	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Crescimento	1,00	0,30	0,12*	0,23	0,31	0,42	0,37	0,19*
2. Declínio da mortalidade infantil <sup>a</sup>		1,00	0,27	0,41	0,29	0,67	0,71	0,59
3. Variação na educação			1,00	0,92	-0,18*	0,30	0,25	0,32*
4. Variação na educação feminina				1,00	0,22	0,52	0,48	0,28
5. Variação na defasagem educacional masculina-feminina					1,00	0,55	0,56	0,39
6. Nível de educação						1,00	0,98	0,57
7. Nível de educação feminina							1,00	0,63
8. Liberdades políticas e individuais								1,00

*Nota:* Os números são médias de período; os dados referem-se a uma amostra de 68 economias. Todos os coeficientes de correlação são estatisticamente significativos pelo menos no nível de 10%, exceto quando assinalado com asterisco (\*).

a. Poderiam ser pouco confiáveis, os dados cobrem apenas o período 1973-84.

*Fonte:* Para liberdades políticas e individuais, Castil, 1989. Para as demais, dados do Banco Mundial.

### Box 3.1 Nutrição e expectativa de vida

Nos EUA, a taxa de mortalidade, padronizada por idade, diminuiu de 40 por mil em 1700 para 5 em 1980. No mesmo período, a taxa de mortalidade diminuiu na Grã-Bretanha de 28 para 7 por mil. A expectativa de vida aos 10 anos de idade para um branco nascido nos EUA aumentou de cerca de 50 anos em 1700 para 57 em 1925, ao passo que os ingleses do sexo masculino começaram com uma expectativa de vida mais baixa, de 39 anos, e chegaram a 54 anos em 1925. As causas dessas variações permanecem controversas. Muitos as atribuem ao progresso da tecnologia médica e à expansão dos serviços hospitalares. Considerável evidência indica o importante papel desempenhado pelo controle das doenças no aumento da expectativa de vida. Outros argumentam que o principal fator foi o progresso na área da nutrição e que o declínio da mortalidade rural antes de 1920 pode ser atribuído, em grande parte, à elevação dos padrões de vida da população rural.

Estudos recentes reforçaram o argumento em favor da nutrição. No caso das populações nacionais da América do Norte e da Europa, verificou-se que a altura média dos adultos tinha estreita relação com a expectativa de vida. Os americanos haviam alcançado o moderno padrão de altura em meados do século XVIII e uma expectativa de vida que só foi atingida pela população geral da Inglaterra, ou até mesmo pelos nobres ingleses, no primeiro quartel do século XX. Uma das explicações oferecidas para essa diferença foi que os americanos consumiam, em média, mais carne, mesmo em meados do século XVIII.

Os estudos constataram que a melhoria da alimentação era responsável por até quatro décimos do declínio secular das taxas de mortalidade, sendo quase todo esse efeito concentrado na mortalidade infantil. Dados referentes a oito países europeus de 1880 a 1970 revelam que um aumento de 1% na altura das pessoas era associado a uma redução de 5% nas taxas brutas de mortalidade e a uma redução três vezes maior na taxa de mortalidade infantil. Aumentos de altura explicavam 39% do declínio da taxa de mortalidade infantil, ao passo que o aumento da renda *per capita* era responsável por 27%, sendo os restantes 33% atribuídos a fatores não medidos. Além disso, um índice de massa corporal, além da altura na idade adulta, utilizado como indicador do nível nutricional, parece explicar a maior parte da redução das taxas de mortalidade na Inglaterra, França e Suécia entre 1775 e 1875, e cerca de metade do declínio da mortalidade entre 1875 e 1975.

A eliminação da desnutrição crônica pode não depender unicamente da produção agrícola. As fomes têm coexistido com excedentes de alimentos, resultado não de calamidades naturais ou de tecnologia agrícola inadequada, mas de aguda perda de poder aquisitivo por parte de segmentos da população e de insucessos do sistema de distribuição de alimentos. A experiência inglesa no período 1600-40 demonstrou que também é possível evitar a fome através de medidas governamentais adequadas nas áreas de estoques de alimentos e de preços de alimentos em tempos de escassez, aliadas ao progresso das tecnologias agrícolas.

ram com a educação e o treinamento, como a República da Coreia e o Japão, alcançaram grande progresso, tanto em desenvolvimento humano como em crescimento econômico. Mas é também verdade que os investimentos na educação não garantem um crescimento mais rápido. Em uma economia mal-administrada, o dinheiro investido no ser humano pode ser dissipado. As Filipinas eram um país altamente promissor na década de 50; sua renda *per capita* e índice de alfabetização eram quase tão altos quanto na República da Coreia. Hoje o país está em atraso em relação às outras economias do Sudeste asiático — resultado de políticas industriais altamente protecionistas e anos de regime autoritário que malbarataram os empréstimos estrangeiros e solaparam o empreariado nacional.

#### Bem-estar e crescimento

Em 1890, Alfred Marshall escreveu que "a saúde e a força — físicas, mentais e morais ... são a base da

prosperidade industrial; por outro lado, a maior importância da riqueza material reside no fato de que, quando sabiamente utilizada, faz aumentar a saúde e a força — físicas, mentais e morais — da raça humana". A experiência histórica dos povos corrobora essa afirmação.

#### Saúde

Melhorias de alimentação, habitação e controle de doenças contagiosas elevaram a qualidade de vida em todo o mundo. Reduzindo a incidência de doenças, tornaram as pessoas mais ativas e ampliaram sua capacidade de aprender e de enfrentar e gozar a vida. Prolongando a vida, tornaram ainda mais compensadores os investimentos no saber e nas aptidões. E os benefícios da boa saúde se projetam no futuro: a boa saúde das mães exerce forte influência sobre o desenvolvimento físico e mental de seus filhos.

Entre 1880 e 1985, a expectativa média de vida ao nascer aumentou, para os homens nos países



**Tabela 3.1 Ônus econômico de doenças entre adultos, países e anos selecionados**

País e ano	Dias de doença (mês anterior) <sup>a</sup>	Dias de falta ao trabalho (mês anterior) <sup>a</sup>	Perda potencial de renda (% dos ganhos normais) <sup>b</sup>
Gana, 1988/89	3,6	1,3	6,4
Costa do Marfim, 1987	2,6	1,3	6,4
Mauritânia, 1988	2,1	1,6	6,5
Indonésia, 1978	1,0	0,6	2,5
Filipinas (região de Bicol), 1978	0,9	0,6	2,5
Bolívia (urbana), 1990	..	1,2	4,4
Peru, 1985/86	4,5	0,9	3,1
Jamaica, 1989	1,2	0,5	2,1
EUA, 1988 <sup>c</sup>	..	0,3	1,5

Nota: O critério para a seleção de países foi a disponibilidade de dados.

a. No cálculo dos números para os oito países em desenvolvimento, multiplicou-se a probabilidade de adoecer (ou faltar ao trabalho) pelo número de dias de doença (ou dias de trabalho perdidos por doença) no mês anterior ao do levantamento.

b. A perda potencial de renda é o número provável de dias de falta ao trabalho como percentual dos dias normais de trabalho.

c. No caso dos EUA, os dados referem-se ao número de dias de atividade prejudicados por doença, na população entre os 18 e os 44 anos.

Fontes: Para os EUA, U.S. Department of Health and Human Services, 1989. Para os demais países, levantamentos familiares; ver a seção do Capítulo 3 sobre doença entre adultos nas notas técnicas ao fim do texto principal.

industrializados, em 25 a 30 anos (Figura 3.1 e Box 3.1); no caso das mulheres, o aumento foi ainda maior. A partir da década de 40, aumentos semelhantes da expectativa de vida foram alcançados mais rapidamente e a níveis mais baixos de renda em certos países em desenvolvimento. No Japão, a expectativa média de vida dos homens aumentou de cerca de 60 anos em 1950 para 75 anos em 1985, ultrapassando níveis de outros países industrializados; em Sri Lanka, o aumento foi de 45 anos em 1945 para 64 anos em 1971. Muitos fatores contribuíram para essas melhorias. Por exemplo, o UNICEF (1991) calcula que as vacinas administradas às crianças nos países em desenvolvimento nos últimos 10 anos evitaram 1,6 milhão de casos de poliomielite. Nos países em desenvolvimento, o percentual de famílias que têm acesso a água tratada (vital no controle de doenças infecciosas) aumentou de uma média de 48% em 1975 para 57% em 1985. Os aumentos da expectativa de vida, porém, foram distribuídos irregularmente: a expectativa de vida (aos 15 anos de idade) nos países mais pobres continua a ser até 20 anos inferior à de outros países em desenvolvimento. Morrem anualmente, nos países em desenvolvimento, cerca de 25 milhões de crianças e jovens, a maioria por doenças evitáveis. Cerca de 1,5 bilhão de pessoas ainda carece de atendimento médico básico. (UNDP, 1991).

Uma saúde melhor é desejável como fim em si mesmo. Mas traz também substanciais benefícios econômicos — liberando recursos que podem ser utilizados para realizar outras metas do desenvolvimento. Saúde e nutrição melhores fazem au-

mentar a produtividade dos trabalhadores, diminuem o número de dias em que eles adoecem e prolongam a sua vida ativa. Reduzindo a enfermidade e a debilitação, o programa de erradicação da malária adotado por Sri Lanka nas décadas de 40 e 50 provocou um aumento de 10% nas rendas. Em Serra Leoa, um aumento de 10% na ingestão de calorias dos trabalhadores rurais que consumiam 1.500 calorias diárias causou um aumento de 5% na produção. Resultados semelhantes foram constatados no Quênia, entre trabalhadores da construção de estradas, com um consumo de 2 mil calorias por dia.

Dados de levantamentos familiares feitos em nove países sugerem que os efeitos econômicos das enfermidades podem ser substanciais. No Peru, o trabalhador adulto médio podia esperar estar doente 4,5 dias por mês e perder cerca de um dia de trabalho; em Gana, as cifras correspondentes eram 3,6 e 1,3 dias (Tabela 3.1). Nos EUA, os trabalhadores da faixa etária dos 18 aos 44 anos perdem, em média, um quarto de dia de trabalho por mês.

A perda potencial de renda em decorrência de doença em oito países em desenvolvimento é, em média, 2,1-6,5% das receitas anuais. A redução das doenças pode gerar um correspondente aumento do PIB. A prevenção de doenças, é claro, exige recursos, mas essas cifras sugerem que pode render grande benefício, mesmo em termos estritamente econômicos, além de seus benefícios humanos. Existem complicações. Essas estimativas pressupõem que a perda não seja compensada pelo trabalho extra de outros membros da família.

Contudo, a perda potencial de receita é apenas uma medida parcial da perda de produção. O custo total incluiria o valor do trabalho não-econômico perdido (como o cuidado com os filhos e o preparo da alimentação), os ganhos que outros

membros da família deixariam de auferir, os custos de tratamento etc. De modo geral, os argumentos estritamente econômicos em favor de esforços eficazes para a melhoria da saúde são eloqüentes.

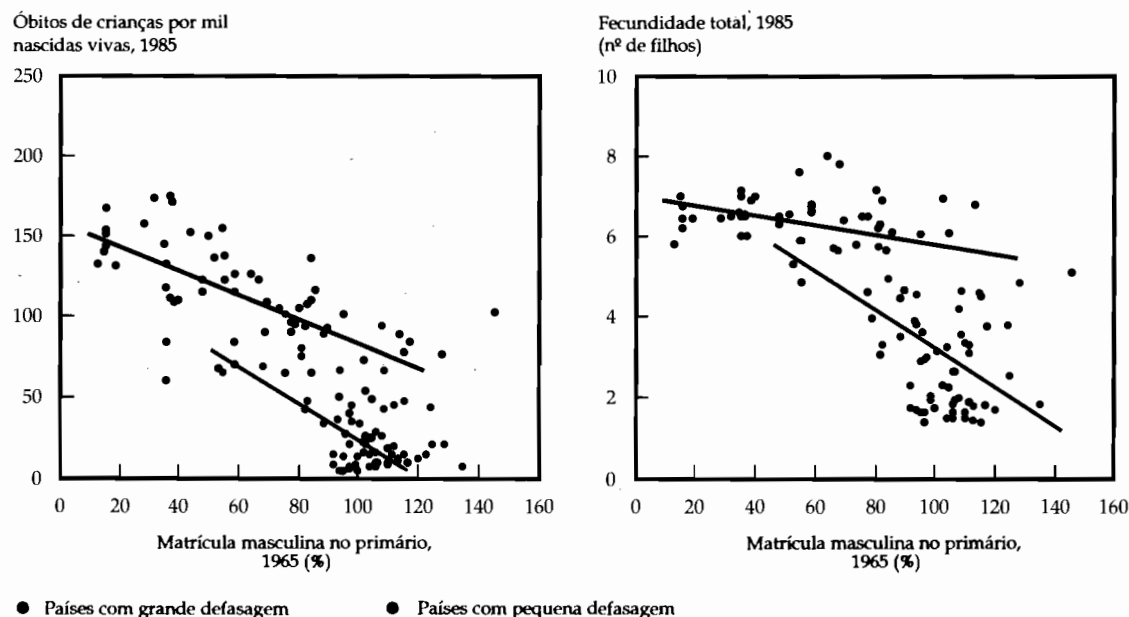
### Box 3.2 Educação feminina: uma das chaves do desenvolvimento

Quando as escolas passam a admitir um número maior de meninas e mulheres, os benefícios da educação se multiplicam. Considerem-se os diagramas de distribuição da Figura de box 3.2, nos quais as taxas de matrícula masculina em escolas primárias em 1965 são comparadas com as taxas de mortalidade infantil e de fecundidade em 1985. Os diagramas de distribuição confirmam a esperada correlação negativa entre educação, por um lado, e mortalidade infantil e fecundidade, por outro; sugerem que a elevação do nível educacional de um país (aqui representado pela taxa de matrícula masculina) pode melhorar a saúde e a expectativa de vida das crianças e gerar incentivos para a redução do tamanho das famílias. Mas no grupo de países onde a diferença entre os sexos é maior (representado pela linha de tendência no topo de cada diagrama) — e onde a taxa de matrícula feminina é apenas três quartos (ou menos) da taxa de matrícula masculina — as taxas de mortalidade infantil e fecundi-

dade total são mais altas a cada nível de matrícula masculina. Os países que haviam atingido educação primária quase universal para meninos em 1965, mas cuja taxa de matrícula para meninas ficou muito para trás, tinham em 1985 taxas de mortalidade infantil e de fecundidade que eram quase o dobro das taxas dos países onde a diferença entre os sexos era menor.

Tem-se aqui um exemplo daquilo que é confirmado por outros estudos: o fato de não se elevar o nível da educação feminina a um valor mais próximo do nível masculino reduz os benefícios sociais de aumentar a educação masculina. Se o custo do aumento das taxas de matrícula escolar aumenta à medida que um país se aproxima da escolarização universal, então pode ser mais eficiente, do ponto de vista de custos, gastar os recursos adicionais com meninas, cuja taxa de matrícula escolar é menor, e não com meninos.

Figura de box 3.2 Efeito da defasagem educacional entre sexos sobre mortalidade infantil e fecundidade total, 1985



*Nota:* A figura pressupõe que a matrícula no primário afeta a mortalidade infantil 20 anos depois. Defasagem educacional entre sexos é o coeficiente de matrícula feminina/masculina no nível primário.

*Fonte:* King & Hill, no prelo.

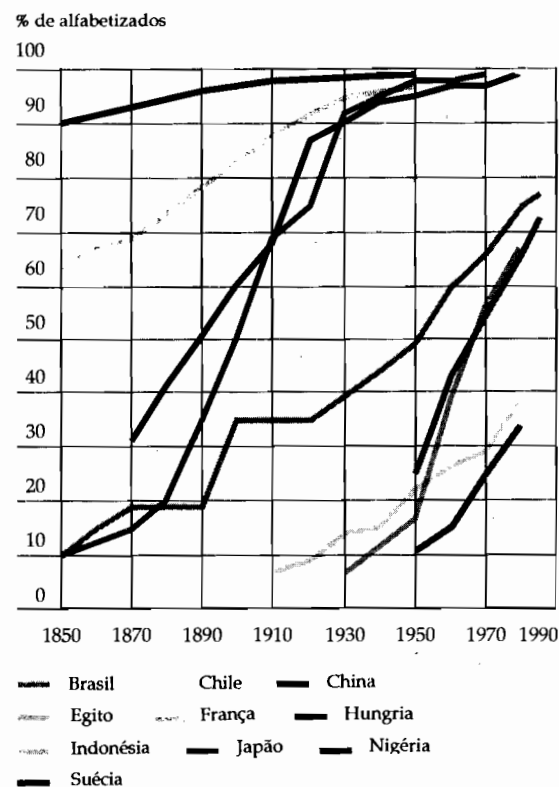
Além disso, a saúde e a nutrição têm efeitos a longo prazo sobre a produtividade e a produção porque influenciam a capacidade e a motivação de aprendizagem das crianças. Enfermidades e desnutrição na infância podem retardar o desenvolvimento mental, enquanto a doença e a fome temporária podem reduzir a capacidade de concentração da criança e afastá-la da escola. Entre as crianças do Nepal, verificou-se que a altura em função da idade, que mede o histórico nutricional, era o fator mais importante, depois da renda familiar, na explicação da matrícula escolar e do nível de escolarização atingido. Nas Filipinas, constatou-se que o peso em função da altura era significativo como fator de previsão do desempenho em testes de matemática entre alunos de escolas em áreas urbanas. Esses efeitos, por sua vez, influenciam a produtividade na fase adulta. Estudos realizados no Sul da Índia e nas Filipinas sugerem que a nutrição pode, a longo prazo, ter efeitos consideráveis e positivos sobre os salários.

### Educação

Por tornar os seres humanos mais capazes de adquirir e utilizar informações, a educação aprofunda o conhecimento que eles têm de si mesmos e do mundo, enriquece-lhes a mente através de uma maior variedade de experiências e os habilita a fazer melhores opções como consumidores, produtores e cidadãos. A educação reforça a capacidade das pessoas de satisfazer suas necessidades próprias e as de sua família, aumentando-lhes a produtividade e tornando-as mais capazes de alcançar um melhor padrão de vida. Fazendo crescer a confiança do indivíduo e sua capacidade de criar e inovar, a educação multiplica suas oportunidades de realização pessoal e social.

Consideremos a evidência quanto aos benefícios da educação feminina (Box 3.2). A mulher mais instruída, mais informada acerca do valor do cuidado com a saúde e com a higiene pessoal, tende a ser menos afetada pela inexistência de programas comunitários de saúde e, quando esses existem, a usá-los com maior frequência. Estudos realizados nas Filipinas e na Nigéria sugerem que a educação materna é tão importante para a determinação da mortalidade infantil que chega a compensar a ausência de serviços médicos na comunidade (Barrera, 1990; Caldwell, 1979). Outros estudos constataram que, quando a mulher é mais instruída, o casal tende mais a usar contraceptivos.

**Figura 3.2 Alfabetização entre adultos, países selecionados, 1850-1985**



*Nota:* Países selecionados por se dispor de taxas de alfabetização baseadas em censos; salvo no caso do Japão, para o qual foram incluídos dados estimados de 1850-1920. Os dados devem ser utilizados com cautela, porque a definição de alfabetização entre adultos pode diferir de um país para outro, ou, num mesmo país, de um ano para outro.  
*Fontes:* Vanhanen, 1979; dados do Banco Mundial; dados das Nações Unidas.

Há século e meio, os países que hoje são industrializados atingiram níveis de alfabetização superiores aos níveis atuais de muitos países em desenvolvimento da África e da Ásia (Figura 3.2). Mas os índices de alfabetização também aumentaram rapidamente em certos países em desenvolvimento. Dois exemplos marcantes são o Chile, cujo nível de alfabetização é comparável ao que prevalecia em países industrializados quando estes tinham um nível de renda mais baixo, e a Indonésia, onde o índice de alfabetização dos adultos aumentou de apenas 17% em 1950 para 67% em 1980. Em toda parte, a alfabetização universal é declaradamente um dos principais objetivos dos governos.

Um aumento da escolarização formal explica a maior parte do progresso da alfabetização no mundo em desenvolvimento nas últimas três décadas. Mesmo em países de baixa renda, o aumento de matrículas no primário foi maior que o aumento da população jovem, e a taxa bruta de matrícula (exceto na China e na Índia) aumentou de 38% em 1960 para 76% em 1987. Mas o progresso não tem sido uniforme em todos os países. Ainda há mais de 1 bilhão de adultos analfabetos no mundo em desenvolvimento (UNDP, 1991). Alguns países da África subsaariana têm taxas de matrícula extremamente baixas; o percentual de crianças matriculadas em escolas em Burkina Faso, Etiópia, Guiné, Mali, Níger e Somália era de apenas 20 a 40% em 1987 — e esse percentual estagnou ou declinou nos anos 80 em outros países que antes tinham tido bom desempenho. Por exemplo, a taxa bruta de matrícula no primário caiu de 93% em 1980 para 66% em 1987 na Tanzânia, e de 94 para 76% no Zaire. Além disso, dentro de um mesmo país, persistem grandes disparidades. Entre as mulheres, somente uma em cada duas é alfabetizada na Ásia; na África subsaariana, somente uma em três. As diferenças entre grupos majoritários e minoritários e entre população urbana e rural também continuam grandes.

Também o progresso na educação deve ser procurado principalmente como um fim em si mesmo. Mas há firme evidência de que a educação promove o crescimento econômico e, assim, coloca ao alcance de um país outras metas do desenvolvimento. Um ano a mais de escolarização pode fazer aumentar os salários em mais de 10%, descontados outros fatores (Tabela 3.2). Um ano adicional de escolarização também fez aumentar a produção agrícola em quase 2% na República da Coreia e 5% na Malásia. E em empresas familiares da zona urbana do Peru, a educação parece ser mais vital para a renda do que o capital físico.

Há vários meios pelos quais a educação afeta a produtividade e o crescimento. Uma pessoa mais instruída absorve novas informações mais rapidamente e aplica com maior eficácia insumos e novos processos com os quais não está familiarizada. Sempre que um novo produto ou processo é introduzido, há muito o que aprender acerca de como o mesmo funciona e como se aplica a circunstâncias e ambientes específicos. No clima dinâmico e incerto do progresso tecnológico, os trabalhadores mais instruídos levam grande vantagem. No Peru, se os agricultores tivessem um ano adicional de escolarização, teriam 45% de possibilidade a mais de adotar modernas tecnologias de

**Tabela 3.2 Efeito de um ano a mais de escolarização nos salários e na produção agrícola, países e anos selecionados**

<i>País e ano</i>	<i>Aumento percentual nos salários</i>		<i>Aumento percentual na produção agrícola</i>	<i>Fontes</i>
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>		
Costa do Marfim, 1987		12 P 21 S		van der Gaag & Vijverberg, 1987
Gana, 1988/89		5		Glewwe, 1990
Coréia, Rep. da, 1976, 1974		6	2	Lee, 1981; Jamison & Lau, 1982
Indonésia, 1986	8	12 S		Behrman & Deolalikar, 1988
França, 1987		11		Riboud, 1985
Peru, 1986	13	12 P	3	King, 1989; Jacoby, 1989
	8	8 S		
Malásia, 1987	16	18	5	Jamison & Lau, 1982; dados do Banco Mundial
Nicarágua (urbano), 1985	10	13		Behrman & Blau, 1985
Filipinas, 1980		18		Griffin, 1987
Espanha, 1979		10		Hernandez-Iglesias & Riboud, 1985
Tailândia, 1986, 1973	17	13 P	3	Schultz, no prelo; Jamison & Lau, 1982
	7	25 S		
EUA, 1967				Smith, 1979
Branços	6	7		
Negros	5	11		

P, nível primário.

S, nível secundário.

*Nota:* Todos esses resultados foram estimados tendo-se aferido outros fatores como experiência de trabalho e outras características. Na maioria dos casos, corrigiu-se também, nos efeitos estimados, as tendenciosidades estatísticas decorrentes da seleção de uma única amostra de assalariados. As estimativas para Costa do Marfim, Gana e Rep. da Coreia referem-se a amostras combinadas de homens e mulheres.

cultivo. Na Tailândia, os agricultores com quatro anos de escolarização tendiam três vezes mais a utilizar novos insumos químicos do que os que tinham um a três anos de escolarização.

A rápida industrialização do Japão após a Restauração Meiji foi insuflada por um grande acúmulo de aptidões técnicas, o qual, por sua vez, se baseava em um já elevado nível de alfabetização e forte empenho com a educação, especialmente a formação de engenheiros (Box 3.3). A base de capital humano, relativamente forte em começos da década de 60, acelerou a industrialização da República da Coreia.

Este acúmulo de capital humano começou no período 1910-45, com o emprego substancial de estágios nas indústrias e assistência técnica estrangeira. Importantes programas educacionais foram lançados em fins da década de 40 e na década de 50, com ênfase na educação primária universal e na alfabetização de adultos; o ensino superior também cresceu e muitos estudantes foram enviados ao exterior para treinamento técnico e avançado (Pack & Westphal, 1986).

Ao contrário da crença popular, a educação parece promover o espírito de iniciativa pelo menos tanto quanto os fatores culturais — por mais importantes que sejam estes, às vezes. Restrições

legais quanto à propriedade de terras forçaram os judeus da Europa medieval a se engajarem no comércio; e não raro um tabu cultural cria oportunidades econômicas para minorias étnicas (a indústria de curtumes do Norte da Índia, que os hindus das castas superiores vêem como fonte de poluição, é dominada por imigrantes chineses da etnia hakka; Basu, no prelo). De modo mais geral, porém, o espírito empresarial é uma questão de aptidões, não de herança cultural — e, por isso, talvez seja um dos mais importantes canais através dos quais a educação promove a produtividade econômica.

Nas economias de mercado, os empresários são o elo de ligação entre a inovação e a produção. Identificam novas oportunidades econômicas, assumem riscos e mudam os seus métodos de produção e distribuição. A capacidade empresarial já foi descrita como uma combinação de moderada aceitação de riscos, responsabilidade individual, planejamento a longo prazo e aptidão organizacional. A educação promove todos esses quatro fatores. Em um estudo de empresários no Norte da Tailândia, 40% tinham formação universitária. Na Malásia, mesmo descontando-se os fatores de etnia e riqueza familiar, os empresários das firmas maiores são mais instruídos que os das firmas

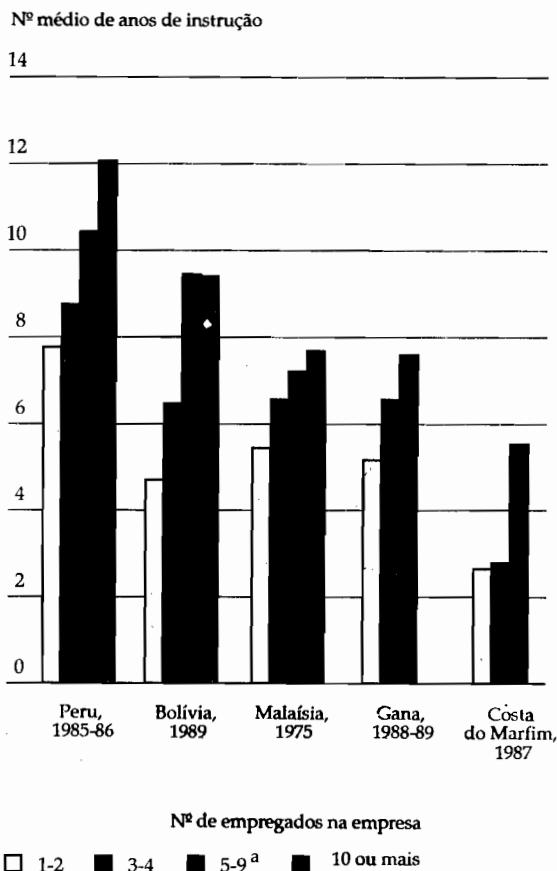
### Box 3.3 O pendur para a educação no Japão do período Meiji

Os países que, durante muito tempo, mantiveram o compromisso de educar a população têm hoje as economias mais avançadas. Exemplo disso são as mudanças políticas associadas à restauração do imperador Meiji no Japão em 1868. Tendo permanecido isolado do desenvolvimento tecnológico mundial durante mais de dois séculos, o Japão era um país agrícola e basicamente feudal. Em meados do século XIX, sofreu intensa pressão por parte de comerciantes europeus e norte-americanos no sentido de abrir os seus portos e, de modo mais geral, alcançar o mesmo grau de proficiência econômica e militar do Ocidente. Uma revolução guindou ao poder um governo novo e tecnocrata. As iniciativas tomadas pelo governo no sentido de importar tecnologia são hoje lendárias: missões foram enviadas ao exterior para aprender ciência, tecnologia e administração; máquinas foram importadas; legiões de assessores estrangeiros foram contratadas; e fábricas-modelo foram criadas nas áreas de produtos têxteis, vidro, cimento e máquinas-ferramenta. Os salários pagos a estrangeiros contratados que acompanharam as novas máquinas importadas entre 1870 e 1885 representavam cerca de 42% dos gastos anuais totais do Ministério de Negócios Industriais. Engenheiros e técnicos

constituíam 40% do total de estrangeiros empregados pelo governo e por firmas privadas.

O que é menos conhecido, mas provavelmente mais importante para o contínuo êxito do Japão, é que foram feitas mudanças extraordinárias no sistema educacional. No início da era Meiji, a taxa de alfabetização era de apenas 15%; mas, em 1872, um sistema universal e compulsório de ensino elementar tinha sido introduzido, e os alicerces do ensino secundário tinham sido lançados. À base de cuidadosa investigação, o sistema educacional foi moldado segundo o sistema francês de escolas distritais; o sistema universitário imitou o dos EUA. A taxa de frequência em escolas primárias elevou-se de menos de 30% em 1873 para mais de 90% em 1907. O número de escolas secundárias decuplicou no período 1885-1915. O Japão tornou-se uma das nações mais educadas e mais preocupadas com a educação em todo o mundo. Foi necessário grande empenho para atingir este resultado. O Japão gastou sistematicamente com a educação uma parcela maior do seu produto nacional real do que qualquer nação europeia ou qualquer outra nação asiática.

**Figura 3.3 Escolarização de empresários em cinco países em desenvolvimento**



a. Para a Costa do Marfim e Gana, essa categoria inclui todas as empresas com cinco ou mais empregados.  
 Fonte: Dados extraídos de levantamentos familiares; consultar as notas técnicas ao fim do texto principal.

menores. Na Bolívia, Costa do Marfim, Gana e Peru, os empresários — no sentido restrito de pessoas que têm uma empresa não-agrícola com pelo menos um empregado — não são mais instruídos que os assalariados; mas, como na Malásia, o tamanho das empresas tem relação positiva com o número de anos de educação do empresário (Figura 3.3).

### População

O declínio das taxas de mortalidade, de cerca de 30 por mil em 1945 para cerca de 10 por mil em 1988 — declínio que mais do que contrabalançou a redução das taxas de fecundidade durante esse

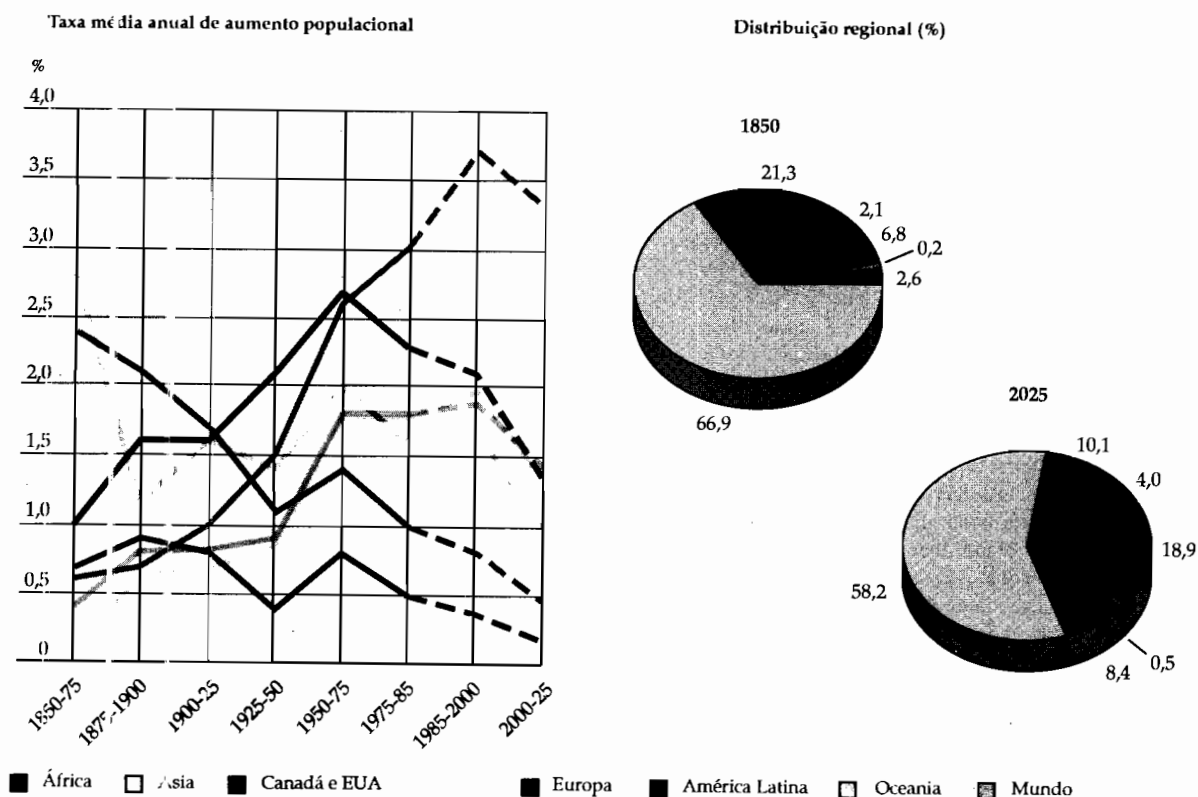
período — vem alimentando o rápido aumento populacional dos países em desenvolvimento. A população mundial dobrou desde 1950 e a parcela que vive nas regiões mais pobres do mundo em desenvolvimento aumentou de dois terços em 1950 para três quartos em 1985. A taxa média de aumento populacional nas regiões em desenvolvimento elevou-se a mais de 2% no período 1950-75 (Figura 3.4). De lá para cá, declinou na América Latina e estacionou na Ásia como um todo; mas continuará a aumentar na África no decorrer das próximas duas décadas, apesar de sinais iniciais de declínio da fecundidade em Botsuana, Quênia e Zimbábue.

O rápido aumento populacional deu azo a séria preocupação com as perspectivas de crescimento econômico, desenvolvimento humano e meio ambiente nos países em desenvolvimento. Embora não constitua, por si, uma ameaça a todos os países, trata-se de questão crítica para muitos países em desenvolvimento. Por exemplo, em alguns países, a combinação de altas taxas de fecundidade e pobreza cria um círculo vicioso que ameaça o bem-estar — ou até mesmo a sobrevivência — da população, especialmente a infantil.

Através da desnutrição e das doenças, a pobreza leva a um aumento do número de mortes de recém-nascidos e crianças — o que, por sua vez, induz os casais a terem mais filhos a fim de garantir a sobrevivência de alguns deles. Ao mesmo tempo, já se demonstrou que as altas taxas de natalidade são associadas a níveis mais elevados de mortalidade infantil e materna.

Embora as taxas de mortalidade ainda variem grandemente entre países, as diferenças de aumento populacional resultam principalmente de diferenças nas taxas de fecundidade. A fecundidade reflete decisões, tomadas por indivíduos — o que suscita a questão de como podem essas decisões ser prejudiciais para a sociedade como um todo. Por que os custos e benefícios de ter filhos deveriam ser diferentes para a sociedade e para o indivíduo? Costuma-se argumentar que o rápido aumento populacional promove o desenvolvimento, uma vez que uma população numerosa possibilita a realização de economias de escala na produção. Mas, quando se removem as barreiras contra o comércio internacional, a população de um país deixa de ser obstáculo à realização de economias de escala. Os pequenos países asiáticos em fase de industrialização demonstram que o comércio proporciona esse benefício. Cingapura, cuja população é de 2,7 milhões, exporta anual-

Figura 3.4 Variação populacional por região, 1850-2025



Nota: Os dados para períodos posteriores a 1985 são projeções.  
 Fontes: McEvedy & Jones, 1978; Bulatao et alii, 1990.

mente cerca de US\$35 bilhões em produtos manufaturados — quase o dobro do que exporta o Brasil, cuja população é de 147 milhões.

O efeito do aumento populacional sobre o ambiente natural é outra fonte de divergência entre custos privados e sociais (Box 3.4). A pressão populacional pode aumentar a procura agrícola, levando por sua vez ao abuso das terras marginais e de outros recursos naturais. A taxa anual de desmatamento nos anos 80 foi de 0,5 a 2,3% no Brasil e de 0,4% na Bolívia, e acredita-se que o grande desmatamento verificado no Nepal provocou erosão e enchentes em Bangladesh e na Índia. Embora muitas partes da África subsaariana ainda tenham grandes áreas de terras potencialmente cultiváveis e densidade populacional relativamente baixa, uma população em rápida expansão, que começa a ocupar as florestas tropicais, já vem provocando problemas ambientais.

Consta que a Costa do Marfim tem uma taxa anual de desmatamento da ordem de 6 a 16%; suas florestas podem desaparecer em menos de 20 anos.

Medidas destinadas a desacelerar o aumento populacional ajudariam a dissipar a ameaça que o aquecimento global e outros problemas ecológicos representam a longo prazo para o ambiente natural. Mas estes perigos refletem também outras pressões: a adoção generalizada de tecnologias que fazem uso intensivo de recursos naturais; a regulamentação ineficaz de recursos de propriedade comum; sistemas de posse de terra que não asseguram direitos de uso da terra a longo prazo; e medidas que distorcem os preços de recursos não-renováveis. A tomada de providências nestas áreas teria de ser prioridade para os governos de todos os países.



### Box 3.4 População, agricultura e meio ambiente na África subsaariana

O rápido aumento populacional, a estagnação da agricultura e a degradação do meio ambiente são intimamente relacionados e se reforçam mutuamente. Até recentemente, havia a crença generalizada de que o controle populacional não era prioritário na África subsaariana, onde a densidade demográfica é baixa e a terra é abundante. Contudo, a densidade demográfica e a disponibilidade de terras variam muito entre os países da região. Os países com um baixo coeficiente de terra arável *per capita* e elevado índice de aumento populacional, como Burundi, Etiópia, Gana, Nigéria, Quênia, Ruanda e Togo, vêm sofrendo uma crise econômica e ambiental de estagnação agrícola, desmatamento, degradação de terras e desertificação. A disponibilidade de terra arável diminuiu de 0,5 hectare por pessoa em 1965 para 0,3 hectare em 1987. O tradicional sistema de rodízio de cultivos encontra hoje dificuldades, pois a terra se tornou mais escassa e os períodos de pousio vêm diminuindo gradualmente. Em Lesoto, Libéria, Mauritânia, Quênia e Ruanda, os períodos de pousio já não são suficientes para permitir a restauração da fertilidade do solo e, conseqüentemente, o rendimento das safras tem diminuído. Parte da população é forçada a emigrar para terras marginais em áreas semi-áridas e para florestas tropicais, a fim de estabelecer novas lavouras, de sorte que a pressão populacional está causando não apenas a degradação dos solos, mas também o desmatamento, a desertificação e o declínio da produção agrícola.

A pressão exercida sobre as terras foi intensificada pelas necessidades de coleta de lenha e de pastagem para o gado. A lenha é responsável por cerca de 80% das necessidades energéticas da África subsaariana e já hoje é muito escassa. À medida que a situação se agrava, os lavradores são forçados a queimar estrume e resíduos de colheitas, em vez de usá-los para enriquecer o solo. Com um rebanho africano estimado em 160 milhões de cabeças de gado, os pastos são superutilizados. O estado de desertificação de mais de um quarto da superfície da África subsaariana — 750 milhões de hectares — é considerado entre moderado e grave. Essas terras podem ter perdido o seu potencial agrícola por muitos anos.

A estagnação da agricultura e a degradação do meio ambiente também afetam o aumento populacional. Taxas elevadas de mortalidade entre recém-nascidos e crianças, provocadas pela escassez de alimentos e pela desnutrição, induzem homens e mulheres a terem um número maior de filhos, em parte para garantir que alguns sobrevivam para cuidar deles na velhice. A fecundidade é alta na região, com uma média de 6,6 filhos por mulher, em comparação com quatro em outros países em desenvolvimento. Para pôr fim a esse círculo vicioso, há necessidade urgente de medidas destinadas a controlar a expansão demográfica; aumentar a produtividade agrícola sem prejudicar o meio ambiente; e reduzir a desnutrição, a pobreza e a mortalidade de recém-nascidos e crianças.

O aumento populacional pode agravar outros insucessos do mercado além do esgotamento de recursos. O congestionamento das áreas urbanas é um deles. Também nesse particular, o controle populacional deve ser acompanhado de outras medidas: melhor planejamento urbano, melhor desenvolvimento rural, melhor controle do trânsito etc. A educação universal motiva as pessoas a limitar o tamanho de suas famílias e melhorar a qualidade de vida dos filhos; é uma das mais eficazes medidas de controle populacional.

#### Os desafios do desenvolvimento humano

A agenda do desenvolvimento humano varia muito de um país para outro. As mais prementes preocupações da República Árabe do Egito não serão as mesmas para a Tailândia ou para a Turquia — ainda que os três sejam países de renda média baixa e tenham aproximadamente a mesma população. Apesar das diferenças, porém, a maioria dos países tem em comum os seguintes objetivos: reduzir o aumento populacional, me-

lhorar as condições de saúde e nutrição, desenvolver a capacidade técnica e reduzir a pobreza.

#### *Reduzindo o aumento populacional*

O planejamento familiar tem sido promovido pelas agências de ajuda e financiamento externos como meio de controlar o aumento populacional em geral. Esse enfoque tem sido aceito por alguns governos. Outros, porém, reagem negativamente à idéia de controle populacional como fim em si mesmo, preferindo encarar os programas de planejamento familiar como forma de permitir que os casais (especialmente as mulheres) exerçam o direito de opção, de melhorar a saúde de mães e filhos ou de reduzir a pobreza.

A urbanização e o crescimento econômico nos países em desenvolvimento tendem ambos a diminuir o aumento populacional. Tornam mais difícil ou mais caro cuidar de um grande número de filhos; estimulam os pais a gastar mais com a educação de cada um dos filhos, em vez de sustentarem uma família maior. De modo geral, os

países de alta renda têm baixas taxas de fecundidade e altos níveis de educação e saúde; os países de baixa renda têm altas taxas de fecundidade e baixos níveis de educação e saúde. Na Índia, as famílias rurais das áreas de maior crescimento, que foram expostas às novas tecnologias da revolução verde, tiveram menor número de filhos e lhes deram bem mais instrução do que as famílias de outras áreas.

Mas o aumento da renda não é nem necessário nem suficiente para o controle populacional. Os programas de planejamento familiar podem produzir bons resultados. A implementação desses programas vem contribuindo significativamente para o declínio da fecundidade em países de baixa renda como Indonésia e Sri Lanka. A Tailândia conseguiu reduzir sua taxa de aumento populacional de 3,1% nos anos 60 para 1,9% no período 1980-89, e a taxa de fecundidade total diminuiu de 6,3 filhos em 1965 para 2,5 em 1989. O planejamento familiar pode também ter efeitos adicionais sobre a sobrevivência dos filhos, melhorando a saúde materna ou aumentando os recursos disponíveis para cada um dos filhos. Os estudos constataram que, na Colômbia, quando se duplicavam as despesas públicas *per capita* com programas de planejamento familiar em áreas urbanas, a mortalidade infantil diminuía em 3%; e, na Índia, um aumento de 20% no número de aldeias dotadas de clínica de planejamento familiar reduzia a mortalidade infantil em mais de 4%.

É na África subsaariana que o uso de contraceptivos é mais baixo e as taxas de fecundidade são mais elevadas. Um forte motivo para que se procure desacelerar o aumento populacional na região é o já crescente custo de prestar serviços básicos de educação e saúde — serviços que precisam não apenas ser mantidos, mas grandemente melhorados. Contudo, as tendências de aumento da população africana não são bem conhecidas. O baixo uso de contraceptivos tem sido atribuído à ignorância: somente cerca de 50% das mulheres da África já ouviram falar de algum método de evitar a gravidez, em comparação com 85 a 95% em outras regiões. Mas os fatos também demonstram que as mulheres africanas, em média, desejam ter famílias maiores — de seis a nove filhos — do que as mulheres de outras regiões. Isso sugere que nem mesmo um aumento de informações e serviços de planejamento familiar venha a fazer grande diferença. Recentes levantamentos, porém, indicam que um número crescente de mulheres não pretende ter mais filhos do que já tem.

Nos anos 70, somente 16% das mulheres do Quênia expressavam essa intenção, segundo o Levantamento Mundial da Fecundidade; em 1989, 49% deram essa resposta, segundo o mais recente Levantamento Demográfico e de Saúde. A mesma tendência começa a surgir em outros países. Talvez isso signifique que a região já atingiu um ponto demográfico decisivo, embora seja ainda cedo demais para fazer tal afirmação.

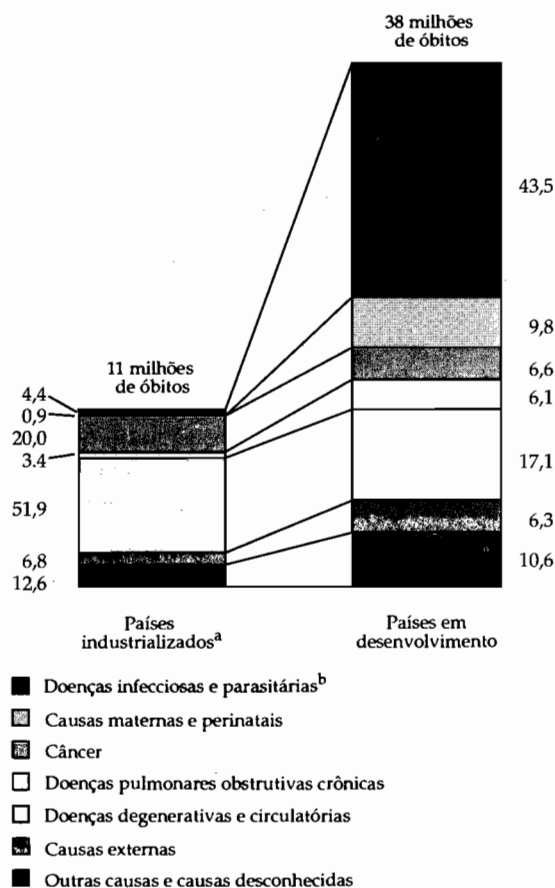
#### *Melhorando as condições de saúde e nutrição*

Até agora neste Relatório, a mortalidade infantil e a expectativa de vida ao nascer receberam mais atenção como medidas de bem-estar social. Isso se deve, em parte, à disponibilidade de dados. Esse fato, porém, não deve desviar nossa atenção da enfermidade e do estado de privação crônico de crianças e adultos. Duas tarefas são urgentes: prover nutrição a fim de melhorar o bem-estar mental e físico de crianças e adultos; e melhorar o controle e o tratamento das doenças.

A subnutrição e a desnutrição por carência de micronutrientes afetam a população de mais de 1 bilhão de pessoas que vive na pobreza em países em desenvolvimento. Nas crianças pequenas e pré-adolescentes, as deficiências de micronutrientes têm sido associadas ao tolhimento do crescimento, retardamento mental e incapacitação para a aprendizagem. Nos adultos, provocam maior incidência de doenças e prejudicam o desempenho no trabalho. O problema tem sido combatido por métodos preventivos e curativos. As melhores técnicas variam conforme as circunstâncias. Uma das lições, porém, é a importância da instrução sobre nutrição. O fato de o público não ter sido educado é um dos principais motivos do insucesso de programas de reforço alimentar em alguns países latino-americanos. Uma segunda lição é que as iniciativas nutricionais podem ser tomadas por todo tipo de instituições diferentes. Por exemplo, as escolas podem ser utilizadas para a distribuição de micronutrientes às crianças e à comunidade em geral.

Os métodos adequados para o tratamento e controle de doenças também variam de um caso a outro. Nos países em desenvolvimento como um todo, as doenças infecciosas e parasitárias são responsáveis por quase metade do total de óbitos, quase todos eles de crianças de menos de cinco anos de idade; nos países industrializados, as doenças circulatórias e degenerativas são as principais causas de morte, sendo responsáveis por mais da metade do número total de óbitos (Figura

**Figura 3.5 Distribuição de óbitos por causa mortis, c. 1985**  
(%)



Nota: Dados fornecidos para 1985 ou para o ano mais próximo, segundo a disponibilidade do país.

a. Inclui os países do Leste europeu e a URSS.

b. Nos países em desenvolvimento, incluem-se entre as doenças infecciosas e parasitárias: doenças diarreicas (13,2%), tuberculose (7,4%), moléstias respiratórias agudas (19,5%) e outras (3,4%).

Fonte: Lopez, no prelo.

3.5). Mas quando irrompe uma nova doença como a AIDS, esses números podem mudar dramaticamente (Box 3.5).

Entre os países em desenvolvimento, os perfis epidemiológicos variam muito — em virtude de diferentes níveis de esforços governamentais no controle de doenças contagiosas, diferentes taxas de fecundidade e muitos outros fatores que alteram o risco de incidência de várias enfermidades. Por exemplo, os perfis epidemiológicos do Brasil, China e República da Coreia vêm se tornando

cada vez mais parecidos com os de países industrializados e mais ricos. No Brasil, a rápida urbanização e industrialização dos anos 70 foram seguidas de um aumento no número de mortes associadas ao trânsito e a acidentes no trabalho industrial; as doenças cardiovasculares passaram a ser a principal causa de mortes, respondendo por um terço do total de óbitos, sendo que nas zonas urbanas a proporção é ainda maior. Na China, as indústrias expõem a população a grave poluição do meio ambiente. Em algumas regiões do país, a exposição ao chumbo e à poeira são 60 a 80 vezes superiores aos limites máximos permitíveis; a concentração de mercúrio no ar é 12 vezes superior ao limite; e a poluição sonora é tão grande que tem provocado perda de audição entre os operários. Na República da Coreia, o rápido crescimento industrial e a urbanização mudaram os estilos de vida e o perfil epidemiológico. Nos anos 80, as principais causas de morte foram o câncer, as doenças cardíacas e os derrames, bem como ferimentos provocados por acidentes e pela violência; essas causas foram responsáveis por 60% das mortes em 1987.

Qual a maneira mais eficaz de melhorar a assistência médica nos países em desenvolvimento? Em particular, quanto deve ser gasto em assistência preventiva, em contraposição à assistência curativa? A OMS e o UNICEF calculam que quase 43% dos 14,6 milhões de mortes infantis anuais poderiam ser evitados através da vacinação (a um custo médio de US\$13 por criança) ou intervenções de baixo custo, tais como terapia de reidratação oral (a US\$2 ou US\$3 por criança por ano). Um recente estudo do Banco Mundial (Jamison & Mosley, no prelo) classificou várias medidas por sua eficiência do ponto de vista de custos (medida pelo custo anual de poupar uma vida sadia). Uma das conclusões é que os programas de imunização contra o sarampo e os que visam reduzir a mortalidade perinatal são muito eficazes do ponto de vista de custos. Com tais medidas, um ano extra de vida sadia custa apenas US\$5. O equilíbrio adequado de gastos entre assistência preventiva e curativa depende, porém, não apenas dos custos, mas também do alcance dos programas. A promoção da saúde e a prevenção de enfermidades são geralmente preteridas em favor de tratamentos dispendiosos que atingem um número relativamente pequeno de pessoas e, muitas vezes, são ineficazes, como no caso de muitos tipos de câncer. Os programas de imunização ainda merecem prioridade nos países de baixa renda. Programas

de planejamento familiar, educação é complementação nutricionais e assistência perinatal são também altamente eficazes do ponto de vista dos custos. Contudo, uma vez que essas necessidades tenham sido atendidas, o pressuposto a favor de programas preventivos em contraposição a programas curativos perde sua força. Os programas de tratamento da tuberculose, por exemplo, têm-se mostrado eficazes do ponto de vista de custos.

### Desenvolvendo a capacidade técnica

Desenvolver e reforçar a capacidade técnica — a capacidade dos indivíduos de usarem tecnologias novas e existentes — é necessário ao crescimento econômico. Importante progresso tecnológico ocorrido nos locais de trabalho em anos recentes é o uso de computadores, mesmo em funções geralmente vistas como exigindo menores aptidões. Isso tem profundas implicações para as necessi-

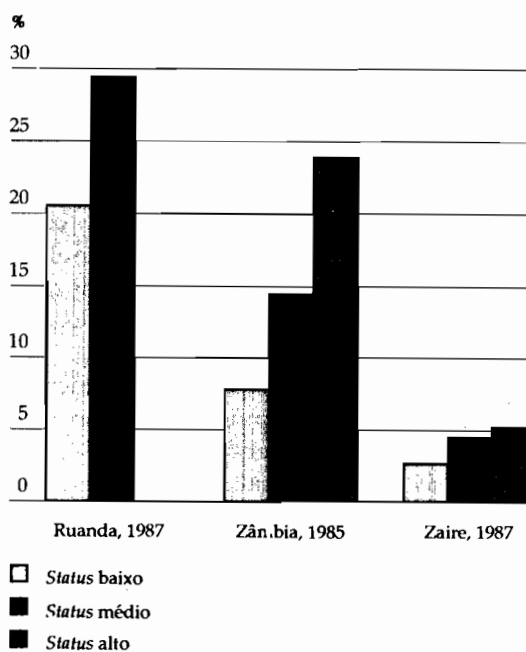
### Box 3.5 A AIDS nos países em desenvolvimento

A síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) é uma doença fatal que ataca um adulto, em média, oito ou 10 anos após a infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). De 1985 para cá, o total acumulado de pessoas contagiadas pelo HIV em todo o mundo aumentou de 2,5 milhões para 8 a 10 milhões e, na África, de 1,5 milhão para 5,5 milhões. A Organização Mundial da Saúde calcula que, no ano 2000, 25 a 30 milhões de adultos em todo o mundo terão sido infectados pelo HIV. A participação dos países em desenvolvimento no número total de vítimas da AIDS aumentou de 50% em 1985 para 66% atualmente, e prevê-se que chegará a 75% no ano 2000 e 80-90% em 2010. A taxa de infecções entre adultos em várias grandes capitais africanas, e até mesmo em algumas zonas rurais, já é de 25%, prevendo-se que atingirá esse nível em outras cidades nos próximos 10 anos. Uma vez que cada aumento de 10% na taxa de infecção aumenta a mortalidade anual em pelo menos 5 por mil, os níveis de mortalidade de adultos, que já eram elevados, estão triplicando e quadruplicando nessas regiões. Fora da África, é na Ásia que os novos casos de infecção parecem estar aumentando mais rapidamente.

Essa tragédia humana vem impondo um ônus potencialmente catastrófico aos povos, economias e sistemas de saúde já inadequados da África. Trata-se de um desastre humano e econômico de tremendas dimensões. A infecção ataca os adultos na flor da idade e se propaga a um terço de todas as crianças nascidas de uma mãe infectada. Calcula-se que, em 1992, o total de crianças infectadas chegará a 1 milhão somente na África, e um número muito maior se tornará órfã. Ao contrário da malária e de outras causas do excesso de mortalidade adulta nos países em desenvolvimento, a AIDS não poupa as elites. Em algumas cidades africanas, trabalhadores relativamente instruídos e mais produtivos são infectados em números desproporcionalmente grandes (Figura de box 3.5). A epidemia, portanto, tende a ter um efeito perceptível, e possivelmente substancial, sobre o aumento da renda *per capita* e do bem-estar durante muitos anos vindouros. Além disso, os pacientes de AIDS que tiverem a sorte de ser admitidos nos hospitais irão ocupar vagas que, com isso, serão negadas a outros, muitos dos quais com enfermidades que, se tratadas, poderiam ser curadas. Os pa-

cientes de AIDS terão necessidade de longas internações, remédios caros e atenção de pessoal habilitado. Em algumas capitais da África Central, mais de 50% das baixas hospitalares são atualmente de casos de AIDS. Calcula-se que os custos diretos do tratamento são bastante elevados, variando de 78 a 932% do PIB *per capita* no Zaire e de 36 a 218% do PNB *per capita* na Tanzânia, dependendo do tipo de tratamento empregado.

Figura de box 3.5 Taxa de infecção pelo HIV e status sócio-econômico em amostras urbanas selecionadas, África subsaariana



Nota: HIV, vírus da imunodeficiência humana. Para definições de status sócio-econômico e amostras utilizadas, consultar a seção sobre AIDS do Capítulo 3 nas notas técnicas ao fim do texto principal. Fontes: Bugingo et alii, 1987; Melbye, Nselesani & Bayley, 1986; Ndilu, 1988.

dades educacionais. Requer que a aprendizagem ocorra basicamente através de símbolos, e não pela observação visual, e exige a solução de problemas em situações dinâmicas. Para atender a essas necessidades, o governo pode desempenhar dois papéis: expandir e melhorar a qualidade do ensino primário e secundário e criar incentivos para o aumento da oferta e da procura de treinamento técnico mais especializado.

Espera-se que a educação primária universal venha a ser uma realidade em muitos países em desenvolvimento no ano 2000. Mas, para que essa expansão das cifras de matrícula escolar seja útil, há necessidade de melhorar a qualidade da educação. Grande parte dos estudantes que completam o curso primário em países de baixa renda não consegue atingir padrões nacionais ou internacionais de proficiência em matemática, ciências e leitura. Também os países industrializados precisam continuamente melhorar e atualizar seus sistemas educacionais, uma vez que o rápido progresso tecnológico torna mais dispendioso o insucesso na aprendizagem. A queda de competitividade observada na indústria dos EUA tem sido atribuída a um declínio da qualidade do preparo técnico dos estudantes em relação a outros países industrializados. Um levantamento de adultos de 21 a 25 anos de idade, realizado em 1986, constatou que 20% não haviam atingido níveis de proficiência em leitura correspondentes ao oitavo ano, ao passo que muitos manuais de trabalho exigem capacidade de leitura ao nível de décimo ou décimo-segundo ano. E, embora somente 1% fosse incapaz de realizar operações aritméticas simples, 35% eram incapazes de responder perguntas que envolvessem a simples solução de problemas quantitativos.

Além do ensino básico, qual o fundamento educacional adequado ao rápido crescimento econômico? Nos países em desenvolvimento de renda média baixa, onde os trabalhadores já montam dispositivos eletrônicos para mercados internacionais, as necessidades de aptidões mudarão rapidamente à medida que mudem os perfis do comércio exterior e do emprego e a tecnologia avance. Aptidões administrativas e aptidões técnicas avançadas serão cruciais para a exploração de novas oportunidades e tecnologias. Os países recém-industrializados e voltados para a exportação terão necessidades diferentes — especialmente inovações tecnológicas próprias que os mantenham competitivos. Isso exigirá investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mas dependerá

também da conquista de padrões ainda mais elevados de educação geral. Talvez haja um conflito entre os objetivos de maior amplitude na educação de cientistas e tecnólogos e as metas de especialização em certos campos de estudo. Em particular, quando o número de cientistas e técnicos é pequeno, a especialização pode ser prematura. A pesquisa científica é também importante a longo prazo, mas, para que tenha efeito significativo e imediato sobre a produtividade, deve ser intimamente associada à produção dentro das fábricas.

As estimativas do retorno social produzido pelo investimento na educação indicam que o apoio público ao ensino nos países de baixa renda é mais indicado no nível primário — onde atinge ao mesmo tempo os objetivos de promover a igualdade e aumentar a produtividade. Esses resultados não significam que não seja importante investir na educação superior. Indivíduos educados e bem treinados podem contribuir com a liderança necessária na agricultura, no setor industrial nascente e no governo. Contudo, esses investimentos podem ter um custo público demasiadamente alto, especialmente quando consomem recursos em detrimento do ensino primário e de outros serviços sociais básicos, para os quais a ajuda governamental é essencial. Os governos terão de ser mais seletivos em suas decisões quanto ao nível de educação ou treinamento a ser promovido, os custos a atender (por exemplo, materiais escolares em lugar de despesas de alojamento e refeições) e a quem subsidiar.

### *Reduzindo a pobreza*

Mais de 1 bilhão de pessoas no mundo em desenvolvimento vive em condições de pobreza. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990* concluiu que esse número poderia ser reduzido mediante uma estratégia de crescimento econômico com uso intensivo de mão-de-obra e gastos sociais eficientes. O crescimento econômico é necessário para reduzir a pobreza, mas a experiência demonstra sua insuficiência. Os gastos sociais com serviços de saúde e escolas fazem aumentar as oportunidades para as pessoas pobres, mas também podem não ser bastantes. Mesmo em países onde os indicadores de bem-estar social básico já melhoraram, segmentos da população continuam relativamente mal-atendidos. No Brasil, mais de 10% das crianças nascidas na região nordeste não chegam a completar um ano de vida — taxa de mortalidade infantil mais elevada do que em muitos países da África e da Ásia. No Peru, a taxa de

mortalidade infantil nas províncias andinas é cinco ou mais vezes maior do que em Lima. E os problemas de saúde entre a população feminina são excepcionalmente agudos em Bangladesh, Butão, Nepal e Paquistão, onde a expectativa de vida ao nascer é menor para meninas do que para meninos; em outros países de baixa renda, as mulheres vivem mais tempo que os homens. A diferença é que, naqueles quatro países, as famílias gastam mais com os filhos dos que com as filhas.

Há necessidade de redes de proteção para os grupos mais vulneráveis — os desempregados, os inválidos, os idosos e (muitas vezes) as mulheres, todos os quais são privados de acesso aos programas públicos vinculados a emprego; e os pobres, que sofrem mais em tempos difíceis. A garantia de segurança alimentar mediante subsídios de preços de alimentos, distribuição de alimentos ou esquemas de complementação alimentar satisfaz as necessidades básicas, contanto que as medidas sejam bem direcionadas. Quando cuidadosamente direcionados, os programas de complementação de renda para os idosos ou enfermos constituem redes de segurança para pessoas que, de outra forma, dificilmente seriam atingidas. Programas de emprego público, como os utilizados nos países do Sul da Ásia, constroem e mantêm infra-estrutura capaz de beneficiar os pobres, ao mesmo tempo que protegem suas rendas em épocas de desemprego.

### Política governamental

A rainha de Travancore, no que hoje é o estado de Kerala, na Índia, anunciou em 1817 que “o Estado pagará todo o custo da educação do seu povo, para que não haja atraso na disseminação de conhecimentos entre as pessoas e para que, pela difusão da instrução, elas se tornem melhores súditos e servidores públicos”. A maioria dos governos concorda que a política governamental deve assumir o papel de liderança, não só na educação, mas nos serviços sociais em geral. Não só a quantidade dos gastos públicos é importante, mas também sua qualidade. Qual o êxito alcançado pela política governamental nessas áreas nas últimas décadas?

As correlações do aumento de renda e dos gastos governamentais com os indicadores sociais foram avaliadas para este Relatório, utilizando-se dados de séries temporais comparados entre países. As limitações da qualidade dos dados e da análise agregativa foram inteiramente reconhecidas. Com essas ressalvas, verificou-se que, no ca-

so dos países industrializados, é o aumento de renda, e não a despesa pública, que explica o aumento da sobrevivência infantil e das matrículas em escolas secundárias. O que não é surpreendente. Já em 1960, esses países tinham atingido altos níveis no tocante a esses dois indicadores; as mudanças verificadas em seus gastos sociais de 1960 para cá tiveram a ver com outros objetivos. No caso dos países em desenvolvimento, porém, os resultados são irregulares. Segundo um dos modelos, um aumento de 10% nos gastos com saúde reduz a mortalidade infantil em 0,8% e um aumento de renda de 10% reduz a mortalidade infantil em 1,1%. Utilizando modelo diferente, somente o efeito da renda permanece estatisticamente significativo. Um aumento da renda privada da ordem de 10% é associado a um declínio de 0,5% na mortalidade infantil. Resultados igualmente irregulares foram constatados no caso das matrículas em escolas secundárias (ver a seção do Capítulo 3 sobre gastos públicos e as notas técnicas ao fim do texto principal).

Em países onde a taxa de mortalidade infantil é elevada, um dólar adicional de despesa *per capita* com saúde pública poderia estar associado a um declínio de 16 por mil nessa taxa, caso os gastos do governo fossem duas vezes mais eficientes. Observe-se que, nesses países, a despesa média *per capita* com saúde é muito inferior à média dos países que têm baixa mortalidade (cerca de US\$1 *per capita*, em comparação com cerca de US\$20). Assim, um grande aumento percentual significa um modesto aumento em termos monetários — mas com substanciais efeitos sobre a mortalidade.

Muitos programas bem projetados e direcionados têm sido coroados de êxito — e não necessariamente com grande utilização de recursos públicos. No setor da saúde, a erradicação da desnutrição e maior disponibilidade de serviços de saúde fez baixar as taxas de mortalidade. No Chile, a mortalidade infantil baixou de 120 por mil nos anos 60 para 19 em 1989, e o percentual de crianças desnutridas declinou de 37 para 7,5%. Os programas nutricionais para crianças e gestantes, além de melhorarem a infra-estrutura básica de saúde do país, contribuíram para esse constante progresso. A China reduziu significativamente a mortalidade infantil, de cerca de 265 por mil para 44 em 1981 (Ahmad & Wang, 1991), declínio esse atribuível a uma ampla estratégia, financiada pelo governo, de prevenção de doenças, aliada a serviços primários acessíveis e de baixo preço, bem como ao aumento da renda. As taxas de mortali-



dade de Kerala, na Índia, inferiores às do estado de Bengala Ocidental, onde a densidade populacional é igualmente grande, não puderam ser explicadas pelas diferenças entre as respectivas rendas *per capita*, distribuições de renda e de bens, e grau de industrialização ou urbanização. O que parece é que elas podem ser atribuídas à maior distribuição e utilização dos serviços de saúde nas áreas rurais de Kerala. Outro estudo constatou que, controlados os resultados quanto ao aumento de renda, 73% do declínio da mortalidade infantil em Costa Rica no período 1972-80 podiam ser explicados pela maior disponibilidade de serviços de assistência médica básica (programas de saúde rurais e comunitários e campanhas de vacinação) e assistência médica secundária (como clínicas).

Da mesma forma, na educação, um programa de retreinamento da mão-de-obra no México nos anos 80 conseguiu desenvolver as aptidões de dezenas de milhares de trabalhadores, aumentando a produtividade e aliviando a pobreza entre eles. Na campanha que vem sendo movida no Peru desde os anos 50, visando aumentar o número de matrículas nas escolas primárias, os programas do governo desempenharam papel-chave através da construção de mais escolas nas zonas rurais e maior fornecimento de livros escolares. Isso reduziu a diferença de acesso à educação entre residentes rurais e urbanos.

Quando justificado, o aumento de gastos públicos precisa ser mais bem direcionado. Nem sempre os gastos do governo são eficientes ou equitativos. Muitos países gastam uma parcela

desproporcional de suas verbas educacionais em escolas superiores; os maiores beneficiários são estudantes pertencentes a grupos de renda superior. No Chile, na Costa Rica, na República Dominicana e no Uruguai, o quintil de renda mais elevada recebeu mais da metade dos subsídios à educação superior, ao passo que o quintil de renda mais baixa recebeu menos de um décimo. Em Bangladesh, Índia, Nepal e Papua Nova Guiné, os 10% de melhor nível educacional receberam mais da metade do que o governo gastou na educação; em Bangladesh, o pior caso, os 10% superiores receberam 72% das verbas de educação.

Na área da saúde, a ênfase em serviços hospitalares dispendiosos e outros tipos de serviços curativos sofisticados, em vez de serviços preventivos de menor custo, significa que os indicadores básicos de saúde registrarão menos progresso. No Brasil, os gastos públicos com serviços hospitalares são elevados, tendo representado 78% das despesas totais com a saúde em 1986, em comparação com as verbas destinadas a imunização, acompanhamento pré-natal e controle de doenças contagiosas. A taxa de mortalidade infantil na Costa do Marfim é mais alta do que a de outros países da região que possuem níveis de renda semelhantes ou inferiores e orçamentos de saúde menores. Isso tem sido também atribuído à ênfase colocada sobre serviços hospitalares, que desvia recursos de serviços básicos nas zonas rurais, os quais se ressentem de falta de pessoal e insumos essenciais e costumam funcionar sem supervisão.

Os fatos demonstram ainda que muitos programas têm sido ineficazes. Apesar do notável

**Tabela 3.3 Despesas governamentais com educação e saúde como percentual do PIB, 1975, 1980 e 1985**

Região ou grupo	Educação			Número de países onde as despesas diminuíram, 1980-85 <sup>a</sup>	Saúde			Número de países onde as despesas diminuíram 1980-85 <sup>a</sup>
	1975	1980	1985		1975	1980	1985	
Países industrializados	6,0	5,9	5,5	12 (21)	3,3	3,4	4,0	8 (18)
Ásia central e ocidental	3,9	4,1	4,4	4 (13)	1,1	1,1	1,4	5 (8)
Sul da Ásia	2,0	2,4	3,1	0 (4)	0,7	0,8	0,7	2 (4)
Leste asiático	2,8	2,9	3,1	0 (9)	0,9	0,9	1,0	2 (6)
Norte da África	6,0	5,7	6,9	1 (5)	1,5	1,5	1,4	2 (3)
África subsaariana	4,2	4,6	5,0	13 (23)	1,1	1,3	1,2	6 (10)
América Latina e Caribe	4,2	4,6	4,4	13 (24)	1,7	2,3	2,2	5 (13)
Leste europeu	4,9	4,8	4,7	4 (7)	..	0,9	1,1	1 (2)
Total				47 (106)				31 (64)

*Nota:* Estão entre parênteses os números de países com dados para 1975, 1980 e 1985. Para fins de comparação entre países, todos os dados provêm de contas orçamentárias consolidadas; não se incluem os países que só informam despesas orçamentárias do governo central. Por ser muito menor o número de países que informam despesas sociais governamentais anteriores a 1975, essa despesa não consta da relação.

a. Número de países nos quais as despesas com educação (saúde) pública, como percentual do PIB, diminuíram entre 1980 e 1985.

*Fontes:* Dados do FMI; dados da Unesco.



aumento de matrículas em escolas primárias, grande parte dos alunos não chega a adquirir capacidade funcional de ler ou contar. Frequentemente, isso é atribuído ao mau preparo dos professores e à escassez de materiais de ensino. Um estudo realizado na Indonésia constatou que a média dos professores de escolas primárias dominava apenas 45% do programa letivo de ciências e que a maioria dos livros de ensino era desatualizada. Em certos países, os serviços de saúde pública são subutilizados, mesmo em regiões com alta mortalidade e incidência de doenças. O declínio do atendimento ambulatorial em Gana tem sido atribuído à escassez de medicamentos essenciais e de outros suprimentos médicos, bem como ao baixo moral do pessoal em decorrência da queda dos salários reais. Investimentos de capital nos setores sociais resultam, muitas vezes, ineficazes por falta de provisão de fundos para gastos correntes com insumos essenciais. Frequentemente, os governos parecem incapazes de estabelecer padrões, fiscalizar a qualidade e direcionar adequadamente os programas.

#### *A provisão de recursos*

Nos últimos 10 anos, os programas sociais foram submetidos a forte pressão financeira. As médias regionais encobrem esse fato: mostram que os gastos com educação e saúde tiveram participação crescente, ou pelo menos constante, no PIB no período 1975-85 (Tabela 3.3). Mas em cerca de metade dos países para os quais existe disponibilidade de dados, os gastos públicos com educação e saúde como percentual do PIB diminuíram entre 1980 e 1985. Nos poucos países que possuem dados de gastos mais recentes, o declínio foi ainda maior após 1985. Em muitos casos, isso terá significado uma redução do padrão da prestação de serviços — mas nem sempre. Por exemplo, no Chile, os gastos com saúde foram reduzidos durante o difícil ajustamento macroeconômico do país, mas os recursos reais *per capita* para serviços básicos de saúde e para a nutrição aumentaram.

Geralmente, faz sentido proteger certos programas sociais contra pressões econômicas a curto prazo, em benefício de investimentos a longo prazo no bem-estar social. Mas o papel do Estado não precisa ser limitado ao financiamento e à oferta. Estabelecendo e fazendo cumprir padrões de prestação de serviços e influenciando o setor privado por outros meios, o governo pode ampliar o seu papel, mesmo quando os orçamentos são restritos. Em alguns casos, pode ser adequado fazer

com que os usuários paguem por serviços prestados pelo setor público. Outros serviços podem ser prestados pelo setor privado, embora o governo tenha de criar meios de proteger os pobres. Essas medidas poupam verbas públicas escassas, ao mesmo tempo em que promovem a eficiência.

**ESQUEMAS DE FINANCIAMENTO ALTERNATIVOS.** A maioria dos países em desenvolvimento já possui um sistema privado de assistência de saúde, mediante o qual os usuários pagam pelos serviços recebidos; portanto, deve ser viável introduzir elementos de recuperação de custos no sistema público de saúde. O governo tem participado substancialmente do total de despesas com os setores sociais, especialmente no caso da educação, mas as unidades familiares têm também arcado com parte dos custos (Tabela 3.4). Na República da Coreia, por exemplo, os gastos com saúde pública como percentual do PIB vêm aumentando, mas a contribuição do governo é ainda pequena em relação à do setor privado. O governo se concentra em serviços preventivos para as populações rurais e pobres. As tarifas cobradas dos usuários aumentaram à medida que a cobertura do seguro tornou-se mais ampla e as firmas elevaram os subsídios destinados à prestação de serviços de saúde aos empregados. De 1980 para cá, o Zimbábue registrou notável progresso na área de serviços de saúde, especialmente nas zonas rurais, mediante aumentos dos gastos públicos e a ampliação da base de financiamento. Como fonte de verbas, o setor privado arcou com 35% dos custos em 1988 (50% em 1985, segundo dados das Nações Unidas), inclusive custos cobertos por seguros, indústrias e despesas de manutenção privados. A variedade de prestadores de serviços e fontes de financiamento tornou o governo mais capaz de manter serviços a despeito de pressões econômicas.

Existem muitas outras opções de financiamento além de cobrar pelos serviços. Os sistemas de seguro de saúde podem ser úteis. Embora talvez não seja possível atualmente obter seguros de ampla cobertura na maioria dos países em desenvolvimento, os seguros de saúde limitados são factíveis. Brasil, México e República da Coreia demonstram que a cobertura dos seguros de saúde pode ser gradualmente aumentada — no Brasil e no México, de um terço ou menos da população para quase 100% no espaço de 15 a 20 anos; na República da Coreia, de menos de um décimo da população em 1977 para 47% em 1986. Muitos

**Tabela 3.4 Participação do governo nas despesas totais com educação e saúde (%)**

<i>País e ano</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>
<i>País de baixa renda</i>		
Tanzânia, 1975	..	57,0
Índia, 1980	45,4	20,2
Gana, 1975	..	60,2
Sri Lanka, 1988	73,1	44,5
Sudão, 1980	..	17,2
Serra Leoa, 1985	..	40,5
Média	..	39,9
<i>Países de renda média</i>		
Zimbábue, 1985	69,0	50,2
Honduras, 1985	..	21,2
Tailândia, 1988	..	13,6
Equador, 1985	..	24,1
Colômbia, 1985	73,0	20,3
Peru, 1985	..	27,4
Jordânia, 1985	57,5	27,0
Fiji, 1985	..	67,4
Malta, 1988	94,1	60,3
Venezuela, 1980	..	44,4
Coréia, Rep. da, 1988	..	4,2
Grécia, 1985	88,0	44,6
Irã, 1975	..	43,3
Média	..	34,5
<i>Média de 16 países de alta renda, meados os anos 80<sup>a</sup></i>		
	88,5	58,2

*Nota:* O critério para a seleção de países foi a disponibilidade de dados. Os dados são para 1975 ou para o último ano disponível.

a. Apresentados para fins de comparação.

*Fonte:* United Nations, 1990b.

outros países em desenvolvimento têm feito experiências com planos de saúde privados como forma de atender à futura demanda de serviços de saúde, especialmente serviços curativos dispendiosos. Há preocupações, porém, no tocante à equidade (uma vez que esses planos costumam originar-se no setor de emprego formal) e quanto ao risco de que os custos subam com demasiada rapidez (uma vez que os usuários e prestadores de serviços de saúde não têm incentivos para economizar).

Na área da educação, vários países têm incentivado a participação comunitária e a contribuição dos pais no nível primário. A experiência coreana de promoção do ensino primário nos anos 50 mostra que isso não gera necessariamente desigualdades. Os alunos e pais contribuíram com 71% dos custos de construção e operação de escolas, materiais de ensino e transporte, ao passo que os governos central e locais financiaram os salários dos professores e o restante das despesas.

Mais tarde, quando o governo central passou a financiar parcela maior, as fontes locais continuaram a contribuir com cerca de um quarto do custo do ensino local. O êxito do Zimbábue na expansão da educação nos anos 80 baseou-se em forte parceria entre os setores público e privado. As escolas do governo foram construídas por grupos locais e associações de pais; o governo financiou a manutenção e reparos, salários do pessoal, materiais de ensino e despesas operacionais. Outras escolas foram instaladas e mantidas por organizações não-governamentais ou instituições governamentais locais: o governo central pagava uma dotação para cada estudante matriculado e cobria até um quarto dos custos totais de construção.

**PRESTAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL DE SERVIÇOS SOCIAIS.** É também importante indagar se os governos têm a capacidade de implementar seus programas sociais. Em alguns casos, programas amplos e complexos podem exceder os recursos de planejamento e administração do governo. Confiar certos serviços a organizações não-governamentais, com ou sem fins lucrativos, contribui para aumentar o acesso a educação e serviços de saúde adequados. Os fornecedores privados, sem finalidade de lucros, tendem a ser menores e mais flexíveis no tocante ao planejamento e orçamento; o governo, limitado pelas normas que regem o serviço público e pelos sindicatos de servidores, é menos capaz de alterar programas ineficazes. Permitindo a prestação de serviços por organizações privadas em programas controvertidos — como o é o planejamento familiar em certos países latino-americanos — o governo pode manter-se distante da controvérsia, ao mesmo tempo em que garante a disponibilidade dos serviços.

A cooperação entre os setores público e privado é especialmente adequada quando os fornecedores não-governamentais são experientes e eficientes e quando o governo não conseguiu expandir a prestação de serviços com a rapidez necessária para atender a procura. Em Ruanda, missões religiosas que tradicionalmente vêm prestando a maior parte dos serviços de saúde recebem do governo um reembolso de 86% dos salários do pessoal; essas missões continuam a oferecer 40% do total de serviços de saúde. Também os governos de Zâmbia e Zimbábue cobrem grande parte dos gastos feitos por missões com serviços de saúde. Como no caso de outros bens e serviços, a concorrência entre os fornecedores rentáveis nos setores sociais é importante para garantir a efi-

### Box 3.6 O papel da ajuda internacional nos setores sociais

Na década de 80, o percentual da ajuda bilateral aos países em desenvolvimento dedicada à educação e à saúde diminuiu de 18 para 16,3% e, no caso da ajuda multilateral, de 14% em 1985 para 12% em 1988. Quase 10% do total da ajuda bilateral e 5% da ajuda multilateral foram alocados à educação, o que representou um financiamento anual médio de US\$4,3 bilhões. Entre 5 e 6% da ajuda bilateral e 3 a 9% da ajuda multilateral foram gastos em saúde e em programas populacionais, com um fluxo médio de US\$2,7 bilhões por ano (Tabela de box 3.6).

Os fatos sugerem que a ajuda não foi alocada a áreas prioritárias. Mais de 95% da assistência destinada à educação foram investidos nos níveis secundário e superior, e não no nível primário. Além disso, o grosso da ajuda fornecida para a educação primária não se destinou a aumentar o fornecimento de recursos indispensáveis ao ensino, como materiais didáticos e treinamento de professores, que são comprovadamente os mais eficazes do ponto de vista de custos. Em países de baixa renda, a expansão quantitativa foi o principal objetivo; prédios, móveis e equipamentos responderam por 57,8% do total da ajuda. Somente 1,5% da ajuda total se destinou a serviços básicos de saúde e somente 1,3% à assistência populacional.

**Tabela de box 3.6 Ajuda internacional a setores sociais, 1980-88**  
(%)

Fontes e tipo de ajuda	1980-81 <sup>a</sup>	1983-84	1985-86	1987	1988
<b>Bilateral<sup>b</sup></b>					
Educação	12,7	11,9	10,9	10,6	11,0
Saúde e população	5,5	5,1	5,3	5,2	5,3
Total	18,2	17,0	16,2	15,8	16,3
<b>Multilateral<sup>c</sup></b>					
Educação	..	..	5,0	4,3	4,3
Saúde e população	..	..	8,9	7,8	7,8
Total	..	..	13,9	12,1	12,1

a. Não há dados disponíveis para 1982.

b. Ajuda bilateral, que representa cerca de 3/4 da ajuda total no período 1980-88, inclui a assistência prestada por países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, EUA, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça.

c. Ajuda multilateral inclui a assistência prestada por organizações internacionais como a Comunidade Europeia, o Banco Mundial e várias outras agências da ONU.

Fonte: OECD, 1980 a 1989.

ciência da prestação de serviços. Quaisquer subsídios públicos ao setor lucrativo (sob a forma de incentivos fiscais ou subsídios à importação) funcionam melhor quando vinculados à qualidade dos serviços prestados.

No passado, incrementos no tocante a alfabetização, capacidade de lidar com números e aptidões técnicas foram obtidos não apenas através do ensino formal, mas também de várias outras maneiras — desde projetos de alfabetização em localidades do interior a campanhas nacionais de alfabetização, desde serviços de extensão agrícola até o treinamento em firmas e assistência técnica. Todas essas modalidades prestam-se bem à utilização de apoio comunitário e colaboração do setor privado. Há aqui certas lições para o futuro desenvolvimento da capacidade técnica. Alemanha e Japão desenvolveram bons sistemas de treinamento, oferecidos voluntariamente por firmas que reconhecem que os estágios de aprendizagem são especialmente importantes quando o ritmo do progresso tecnológico é rápido. Em vários países em desenvolvimento, firmas privadas também desempenharam papel ativo, mas os incentivos para a oferta de estágios foram determinados pela política. No Brasil, as firmas que instituem esque-

mas próprios de estágios de treinamento têm direito a deduções de imposto sobre a folha de pagamentos; desde fins da década de 50, esse programa vem sendo utilizado para desenvolver e administrar um sistema nacional de treinamento para jovens. Consta que o programa permitiu ao Brasil não apenas satisfazer as necessidades das firmas, mas também as metas nacionais de treinamento. Também na Nigéria, um imposto de 1% sobre as folhas de pagamento introduzido em 1971 destinava-se a estimular a expansão do treinamento oferecido por empregadores. Dada a lenta resposta das firmas, porém, o programa do imposto transformou-se em mecanismo de financiamento para a criação de centros de treinamento vocacional.

O PAPEL DO CLIMA POLÍTICO. O desenvolvimento humano não depende unicamente das políticas dos ministérios da educação e da saúde. Outras medidas oficiais são também importantes. O aumento das oportunidades de trabalho para as mulheres e a prestação de serviços de creche para as mães criam incentivos para que as mulheres permaneçam nas escolas por mais tempo. Os programas de planejamento familiar tiveram maior êxito

em países que progrediram nas áreas da educação e de oportunidades de trabalho para as mulheres. O tratamento da água e melhores métodos de eliminação de despejos são importantes para o controle da disseminação de doenças contagiosas. Normas ambientais que impõem limites à poluição do ar, bem como a eliminação de produtos químicos tóxicos, geram benefícios à saúde pública a longo prazo.

Finalmente, o crescimento econômico é vital. Os países que registraram altas taxas de crescimento entre 1975 e 1985 têm hoje taxas de mortalidade infantil 15% inferiores às dos países cuja taxa média de crescimento anual foi menos de 5%. A atitude política geral também influencia a produtividade dos investimentos sociais. O desempenho dos projetos de investimento do Banco Mundial nos setores sociais tem relação não apenas com a elaboração do projeto e arranjos institucionais, mas também com a estrutura global da política econômica. Medidas que incentivam a inovação e os investimentos e fazem aumentar a procura de trabalhadores com nível mais elevado de instrução e treinamento contribuem para criar as condições essenciais ao desenvolvimento. Na Índia, o benefício gerado por investimentos no ensino foi maior nas áreas que conseguiram adotar as modernas variedades de grãos de alto rendimento da revolução verde, e os investimentos no ensino nessas áreas também aumentaram. Nos EUA, firmas dotadas de um capital físico mais novo, especialmente nas indústrias de alta tecnologia, empregaram um número maior de trabalhadores instruídos e gastaram mais com programas internos de treinamento.

A deterioração das condições macroeconômicas (alta inflação e taxas de juros elevadas que desestimulam os investimentos) e medidas trabalhistas restritivas desestimulam a inovação e o espírito de empreendimento (ver Capítulo 4). Os países do Leste europeu têm geralmente níveis educacionais mais elevados que outros países com níveis de renda semelhantes; no entanto, a rigidez dos mercados de trabalho e a limitação de diferenças salariais resultaram em ineficiente alocação de mão-de-obra e investimentos inúteis em treinamento. Os sistemas tradicionais de treinamento e educação não conseguem satisfazer às

novas exigências. Na Hungria, os estágios oferecem treinamento ocupacional limitado em aptidões obsoletas; há uma aparente escassez de pessoas treinadas em administração, comércio e aptidões industriais de alta tecnologia.

Um maior grau de mobilidade no mercado interno de mão-de-obra, através da oferta de maior retorno a técnicos e cientistas de nível educacional mais elevado, promove eficientes transferências de tecnologias e aptidões e reduz a "evasão de cérebros". Leis que, antes da reforma, restringiam a mobilidade da mão-de-obra na China e na URSS continuam em vigor. Ambos os países necessitam urgentemente de reformas radicais, voltadas para o mercado. Os empregadores devem exercer maior controle sobre as escalas salariais e políticas de promoção, admissão e demissão. Se o novo sistema chinês de contratos de trabalho, introduzido em 1986, fosse estendido a trabalhadores permanentes, poderia transformar as relações trabalhistas e a produtividade. O intercâmbio de mão-de-obra colocou mais de 6 milhões de trabalhadores em novas empresas na China a partir de 1988; isso aumentará a mobilidade da mão-de-obra e levará a uma melhor alocação de investimentos em aptidões. Um sistema nacional de seguridade social que não vincule os trabalhadores a um local específico de emprego estimulará ainda mais a mobilidade.

#### *Investindo no ser humano*

O desenvolvimento exige um cuidadoso equilíbrio entre os papéis do governo e do setor privado em grande variedade de políticas. Na área dos gastos sociais, existem vastas (e geralmente inexploradas) oportunidades de maior parceria entre os fornecedores públicos e privados. Mas, nessa área, mais que em qualquer outra, com exceção da política macroeconômica, o papel que cabe ao Estado é geralmente o de liderança. Os governos devem assumir um claro compromisso com a execução dessa tarefa e colocá-la entre suas mais altas prioridades. Os fatos demonstram a sensatez de investir fortemente na população, não só por motivos humanos, mas também por motivos econômicos realistas.

# 4

## *O clima para o empreendimento*

O crescimento duradouro requer mais que uma taxa elevada de formação de capital: exige o uso produtivo desse capital, o que, por sua vez, requer os corretos incentivos de mercado, as instituições certas e os investimentos complementares adequados — três ingredientes básicos da produtividade.

Acima de tudo, é preciso que o mercado receba os incentivos apropriados. Fazendo-se com que os preços emitam os sinais corretos e criando-se um clima que permita às empresas responder a esses sinais, a taxa de retorno dos investimentos pode aumentar em 50% — ou até dobrar, caso as distorções tenham sido especialmente grandes (como indica a análise estatística apresentada adiante neste capítulo). Essa diferença na produtividade dos investimentos pode significar uma diferença de 1 a 2 pontos percentuais na taxa anual de crescimento do PNB *per capita*. Pode ajudar a transformar uma economia estagnada em uma economia em fase de vigorosa expansão.

Mas, por si sós, os incentivos de mercado não são suficientes. Para que respondam aos sinais adequados, os produtores agrícolas e industriais devem ter informações, mercados e possibilidade de operar a custos aceitáveis. Não raro, essas condições deixam de ser atendidas, às vezes em virtude de intervenções mal-orientadas por parte do governo. Mas nem sempre a culpa cabe a intervenções inadequadas; muitas vezes, a ausência de instituições e investimentos públicos perpetuam a imperfeição do mercado. Os mercados de bens, insumos, mão-de-obra e capital devem ser mais

bem integrados — da lavoura à cidade, da cidade ao mercado externo. E muitas vezes as informações são mal transmitidas, mesmo quando o sistema de preços é adequado. Os empresários precisam de acesso a uma infra-estrutura apropriada e a serviços de pesquisa e extensão, os quais promovem a integração dos mercados e ajudam a difundir as novas tecnologias. As empresas precisam também de uma estrutura legal e contratual para suas atividades — uma estrutura que proteja os direitos de propriedade, facilite as transações, permita que as forças competitivas do mercado determinem preços e salários, e facilite o ingresso de novas firmas e o fechamento de outras.

O setor público pode desempenhar papel crucial na redução dos custos de transação das empresas agrícolas e comerciais, dando-lhes apoio sob a forma de investimentos e instituições. Quando isso acontece, a taxa de retorno econômico dos projetos é maior. São necessários investimentos e instituições públicas para promover a concorrência. Nesse particular, há também margem para promover maior fornecimento, pelo setor privado, de bens e serviços normalmente oferecidos pelo setor público: energia e telecomunicações, pequenos créditos e crédito rural, pesquisa e desenvolvimento, e extensão agrícola. São vitais boas políticas públicas, instituições e investimentos; mas a chave do rápido desenvolvimento é o empresário. Os governos devem servir às empresas — sejam elas grandes ou pequenas — e não suplantá-las.

## Empresários à solta

*Irene Dufu, enfermeira de Gana que se transformou em empresária, é um exemplo de como o acesso a recursos em uma economia cada vez mais competitiva pode estimular o espírito empresarial. Irene registrou sua companhia pesqueira — a Cactus Enterprise Ltd. — em Tema, Gana, em 1978, tendo começado a operar informalmente dois anos antes. De início, contava apenas com um pequeno barco de madeira e uma tripulação de 12 homens. Hoje, emprega 65 pescadores em três barcos. Em 1989, movimentou um capital de mais de US\$1,2 milhão.*

O que a levou ao sucesso? Quando servia como oficial-enfermeira no hospital militar de Acra, a Sra. Dufu foi abordada por um grupo de pequenos pescadores de uma aldeia em que seu pai trabalhara. Os pescadores vinham tentando obter um empréstimo a fim de comprar canoas novas. Eram analfabetos e não dispunham de garantia, de modo que os bancos se recusavam a atendê-los. A Sra. Dufu recebeu o empréstimo por eles, dando sua casa como garantia. Os pescadores pagaram a dívida em seis meses — e isso a fez pensar em mudar de carreira. Os salários do exército e das empresas públicas não acompanhavam o rápido aumento do custo de vida, e ela tinha três filhos a educar. Muitas empresas comerciais e de transporte de ônibus de Gana são de propriedade de mulheres. Por que não ingressar no ramo da pesca e do comércio pesqueiro por conta própria? Com a indenização que recebeu do exército ao ser desligada do serviço, a Sra. Dufu comprou um caminhão e usou-o como garantia em um empréstimo destinado à compra de um barco de pesca de madeira, de segunda mão. Em seguida, contratou um capitão muito versado nos movimentos de bancos de areia e uma tripulação disposta a passar semanas no mar.

Logo verificou que podia competir com a companhia de pesca estatal, vendendo a preços mais baixos e, ainda assim, fazendo boa margem de lucro. Em seguida, adquiriu e reparou um barco barato, especial para a pesca de atum, o que lhe permitiu ingressar no mercado de atum enlatado e tornar-se fornecedora de uma companhia norte-americana. Com a liberalização do mercado de divisas em Gana em 1987, pôde manter uma conta em moeda estrangeira e, assim, levantar o dinheiro para comprar e consertar dois barcos de segunda mão. A reforma do motor de um deles, porém, terá de esperar. Os bancos de Gana dão prioridade a empréstimos solicitados pelo governo; em 1989, somente 10% do total do crédito foram concedidos ao setor privado. Apesar dessa escassez de crédito, a Sra. Dufu hoje contribui para a recuperação econômica de Gana.

Yoon Soo Chu mostra o que um começo modesto, trabalho duro e muita aprendizagem através de erros

são capazes de fazer em um bom ambiente político e institucional. Em 1977, ele e sua pequena equipe de engenheiros receberam, para trabalhar, menos de 2m<sup>2</sup> a um canto de um velho laboratório da divisão eletrônica de um grupo industrial da República da Coreia. Parecia absurdo que um pequenino e espartano laboratório coreano pudesse desafiar enormes companhias norte-americanas e japonesas. Mas Chu sabia que os seus superiores queriam produzir fornos de microondas. Em pouco tempo, reuniu os mais avançados modelos de fornos do mundo e escolheu as melhores peças de cada um deles para o seu protótipo. Um ano depois, estava pronto para testar o protótipo. Ligou o botão — e o forro de plástico do forno derreteu. Chu teve de trabalhar muitas outras semanas de 80 horas para construir novo modelo. Dessa vez, o eixo misturador derreteu. Os japoneses e americanos vendiam mais de 4 milhões de fornos de microondas por ano, e Chu ainda não tinha um protótipo funcional.

Em junho de 1978, o novo forno estava pronto. Nenhuma peça derreteu. Os gerentes de Chu aprovaram uma linha de produção improvisada. Dentro em pouco, a firma estava fabricando três fornos por dia. Quatro anos depois, a produção era de mais de 200 mil unidades por ano. Em fins da década de 80, a produção ultrapassou 1 milhão de unidades. Hoje, há mais de uma chance em cinco de que o forno de microondas comprado por consumidores norte-americanos tenha sido projetado por Chu e produzido naquela linha de montagem. A ênfase no controle de qualidade e um profundo conhecimento do mercado explicam o surpreendente sucesso da empresa. Chu e outros engenheiros viajam frequentemente ao exterior para aperfeiçoar seus conhecimentos de projeto e marketing. E, como ocorre em todas as regiões da República da Coreia, todos trabalham com afinco: 11 horas por dia, 27 dias por mês para gerentes e operários.

A família Patel da Tanzânia criou uma firma chamada Afro Cooling para produzir radiadores de automóveis. O know-how foi comprado de uma firma indiana que vinha fabricando radiadores há 25 anos e adaptara a tecnologia às condições indianas. A produção teve início em 1979 com a ajuda de 12 especialistas vindos de fora — os quais se retiraram em 1983. A produção da Afro Cooling aumentou constantemente daí por diante, com a introdução de reformas comerciais no país. A firma é eficiente. As técnicas empregadas fazem uso intensivo de mão-de-obra e o equipamento é simples, mas a companhia faz questão de rigoroso controle de qualidade. Seus gerentes e operários qualificados assimilaram a tecnologia de um produto de uso intensivo de mão-de-obra e adaptaram-no. Comercializaram esse produto agressivamente na Tanzânia e no exterior



— mesmo em tempos de recessão e políticas econômicas desfavoráveis. Embora as importações tenham sido liberalizadas recentemente, a Afro Cooling continua a dominar o mercado local de radiadores. A firma diversificou a produção: passou a fabricar também refrigeradores industriais e conversores térmicos, exportando quase metade do que produz.

Em circunstâncias e ambientes diferentes, Dufu, Chu e os Patel demonstram a força do espírito de empreendimento: a capacidade de aproveitar novas oportunidades, não raro arriscadas, e adaptar, inovar e expandir. Muitos outros casos são menos animadores.

A Morogoro Shoe Company, firma parastatal da Tanzânia, começou a operar em 1980 com financiamento do Banco Mundial. Pretendia tornar-se uma das maiores fábricas de calçados do mundo e exportar mais de 80% de sua produção. Mas a fábrica foi mal projetada e mal construída e, desde o início, teve problemas. A utilização da capacidade tem sido, em média, menos de 4%. A firma até hoje não exportou um único par de sapatos. Sua administração é inadequada, seu produto é mal projetado e o controle de qualidade é inexistente. Aos preços mundiais, o valor adicionado produzido é negativo. Em meados da década de 80, manter a firma funcionar do custou à economia meio milhão de dólares por ano — sem contar juros e principal relativos a custos de capital de US\$40 milhões.

As condições para o êxito e o fracasso podem ser compreendidas desses diferentes exemplos. Embora apenas ilustrativos (necessitando a complementação da análise que é feita a seguir), os casos são sugestivos: o sucesso exige um conjunto adequado de sinais que estimulem os empresários a se engajarem em atividades produtivas e rentáveis. Por sua vez, os empresários devem ser capazes de responder a esses sinais. Para isso, devem possuir aptidões — e é por isso que a educação é importante. Mas devem também ter acesso às informações e aos mercados; conhecer as opções tecnológicas adequadas e as melhores práticas; e ter acesso a crédito, insumos e meios de escoar seus produtos.

A Morogoro Shoe não é um caso isolado — longe disso. Em todos os continentes existem firmas onde o valor é “subtraído” em vez de adicionado — desde os estaleiros da Polônia às fábricas chinesas de automóveis. Pode-se encontrá-las tanto no setor público quanto no setor privado. No caso da Morogoro Shoe, houve acesso aos mercados em potencial e ao financiamento dos investimentos. Mas as outras condições do sucesso não foram satisfeitas. Um comércio fortemente

restrito, um regime de preços distorcido e uma taxa cambial supervalorizada não estimulavam a firma a exportar e, portanto, a ser competitiva. O resultado constitui um caso extremo, mas não é incomum. Como analisado no Capítulo 2, a evidência geral produzida por comparações entre países reflete as lições que esses casos individuais nos ensinam. Por si, um respeitável nível de investimento não garante automaticamente um alto crescimento do PIB; o investimento precisa também ser produtivo.

### O empreendimento na agricultura

Uma clara lição da experiência é que uma alta produtividade agrícola é especialmente importante para a industrialização e para o crescimento — e é viável. À medida que a industrialização avança, os fabricantes passam a depender fortemente da procura rural de seus produtos, dos produtos agrícolas como insumos para processamento e das exportações agrícolas como geradoras de divisas. Um esforço explícito no sentido de promover a industrialização à custa da agricultura freqüentemente prejudica os incentivos agrícolas, mormente através da tributação indireta e direta do setor. Essa situação é, muitas vezes, justificada por uma noção equivocada da agricultura como tendo pouco potencial de aumento de produtividade e progresso tecnológico, em comparação com a indústria. Esses fatores, aliados ao pessimismo quanto às exportações agrícolas, levam à desatenção com a criação de incentivos e instituições adequados no âmbito da agricultura.

Os efeitos de medidas inadequadas nas áreas de câmbio, comércio exterior e preços têm sido devastadores para a agricultura: os sinais do mercado se tornam tão distorcidos que os agricultores recebem apenas uma fração do valor (ou preço de fronteira) daquilo que produzem (geralmente 25 a 50%), enquanto os insumos e bens que consomem se tornam mais escassos e mais caros.

Medidas estranhas à agricultura — como as que afetam o comércio externo e a indústria — não raro criam um “imposto” para o agricultor, prejudicando o crescimento agrícola pelo menos tanto quanto certas medidas específicas nas áreas de preço e tributação. As restrições à importação e tarifas elevadas, que visam proteger a indústria, reduzem a disponibilidade e fazem aumentar o preço dos insumos agrícolas. Além disso, tendem a elevar os preços de bens importados ou produzidos em centros urbanos e consumidos nas áreas rurais. E uma taxa cambial supervalorizada, que



reduz os preços ao produtor das exportações agrícolas, costuma coexistir com uma política comercial restritiva. Gastos públicos excessivos (muitas vezes incluindo subsídios à indústria) contribuem para supervalorizar ainda mais a moeda, impõem um imposto de inflação às rendas agrícolas e reduzem a disponibilidade de recursos financeiros para a agricultura. Pior ainda, medidas que visam diretamente a agricultura, tais como baixos preços ao produtor (a fim de canalizar alimentos subsidiados para os consumidores urbanos) não raro agravam os incentivos negativos que se originam em setores não-agrícolas.

O que significa tudo isso para o agricultor assediado? Recente estudo de 18 países em desenvolvimento revela o grau de predisposição contra a agricultura e seus efeitos adversos sobre o desempenho agrícola. As maiores perdas agrícolas — medidas pela diferença entre a taxa real e a taxa potencial de crescimento do setor — ocorrem naqueles países da amostra que são “discriminadores extremos” — Costa do Marfim, Gana e Zâmbia — onde medidas governamentais tributaram implicitamente o agricultor em mais de 50%, reduzindo os preços de seus produtos a menos da metade ao longo de 25 anos. Dez outros países, considerados “discriminadores representativos”, oneraram a agricultura com um “imposto” implícito médio de mais de 35%. Também nestes o valor adicionado agrícola registrou grandes perdas. Em contraposição, as perdas na agricultura foram pequenas ou inexistentes em países nos quais a discriminação era moderada ou nula: Brasil, Chile, Malaísia, Portugal e República da Coreia.

Abundante literatura empírica confirma que os agricultores respondem significativamente à política do governo: quando as perspectivas dos lucros agrícolas são boas, eles inovam, adaptam tecnologias, melhoram as práticas existentes e aumentam a produção. Mas, na avaliação da resposta dos agricultores às condições de política econômica, deve-se levar em conta todos os fatores que afetam os lucros agrícolas, e não apenas os preços. É preciso distinguir entre os efeitos das medidas sobre cultivos isolados e os efeitos sobre a produção agrícola total.

A resposta da oferta de produtos específicos a um maior incentivo de preços pode ser muito grande, mesmo a curto prazo. No caso do leite, por exemplo, a resposta a um aumento de preços para os granjeiros pode ser quase instantânea, envolvendo apenas a troca da composição das

rações. No caso de safras anuais, a resposta pode ser especialmente forte: a produção de algodão da Tanzânia dobrou em um ano quando os preços ao produtor aumentaram substancialmente em 1986/87. Também os produtos agrícolas de exportação são capazes de reagir rápida e muito significativamente a variações de preços e taxas cambiais a curto prazo, tal como os produtos específicos. Com efeito, calcula-se que a resposta das exportações agrícolas a incentivos é ainda maior do que a resposta para todas as exportações.

Quando as condições de política econômica são muito desfavoráveis, deixando certos fatores da produção substancialmente subutilizados, até mesmo a reação da oferta total agrícola a uma melhoria de preços pode ser notável a curto prazo. Em Gana, antes das reformas de início da década de 80, os preços pagos aos produtores de cacau eram tão baixos que estes deixavam que suas safras apodrecessem; uma melhoria de preços resultou em grande aumento das exportações, o que elevou consideravelmente a produção agrícola total.

Contudo, quando o excesso de capacidade não é tão grande, a resposta da oferta total, embora positiva, costuma ser limitada a prazo muito curto — em contraste com a resposta de produtos agrícolas específicos. A produção total pode crescer somente se as ineficiências forem reduzidas, se um maior volume de recursos for dedicado à agricultura ou se a tecnologia mudar. Mas é preciso tempo para aperfeiçoar práticas tradicionais, adotar novas tecnologias e superar limitações de mão-de-obra, capital e terra. Com o tempo, os trabalhadores migram e os agricultores também podem ajustar a composição de produtos, usar fatores de produção adicionais e aperfeiçoar as técnicas. Cinco a dez anos após um aumento isolado de preços agrícolas, a produção agrícola total pode aumentar significativamente — não raro em um percentual semelhante ou superior ao do próprio aumento de preço.

A implementação de um pacote integrado de reformas nas áreas de taxa cambial, preços agrícolas e políticas de gastos públicos pode provocar uma resposta substancial da produção no setor como um todo. Quando o desempenho dos países da África subsaariana que implementaram reformas foi comparado ao de países que não o fizeram, uma ligeira diferença entre os dois grupos começou a vir à tona em meados da década de 80, época em que as reformas foram iniciadas. As diferenças entre os dois grupos aumentaram com

o tempo; em fins dos anos 80, a taxa de crescimento agrícola era mais de 2,5 pontos percentuais superior no grupo que havia adotado reformas — sugerindo a capacidade de resposta da agricultura africana a mudanças de política.

Instituições e investimentos complementares são essenciais para fortalecer e manter a resposta dos agricultores a mudanças de incentivos. Os agricultores precisam conhecer práticas melhores a fim de minimizar o desperdício e utilizar melhor os recursos à sua disposição. Precisam também de informações acerca de novas tecnologias e de obter acesso a mercados, instalações de armazenagem, crédito e insumos. Acresce que a agricultura é inerentemente sujeita a riscos decorrentes das condições do tempo, pragas, doenças e volatilidade do abastecimento e preços dos insumos. O governo pode ajudar através da prestação de serviços de pesquisa e extensão, condições seguras de posse de terra, melhor educação e infra-estrutura física, como estradas e irrigação.

Esses fatores complementares não são inteiramente independentes da política econômica. Uma boa política de preços promove o progresso institucional e os investimentos, tanto privados quanto públicos. Quando o sistema de preços é correto e as condições agroclimáticas são adequadas, os agricultores procuram serviços adicionais de infra-estrutura, extensão e crédito; as instituições de pesquisa intensificam o esforço de desenvolver e adaptar variedades altamente benéficas aos agricultores; e há uma proliferação de comerciantes privados e prestamistas. Parte da procura desses serviços é atendida por grupos formados pelos próprios agricultores e outras empresas privadas, e parte pelos governantes, através da aprovação de programas oficiais para os quais se espera da oferta uma resposta especialmente alta. Mas quando o papel complementar desempenhado pelo setor público é mais completo e antecipa a procura de serviços públicos, a reação da oferta pode ser maior e ocorrer mais prontamente.

A experiência chinesa demonstra a força da interação de incentivos de preço e um ambiente institucional propício. Desde a década de 50, um extenso programa de pesquisas na área de técnicas de cultivo vinha sendo executado; o número de postos de serviço de extensão agrícola aumentou de algumas centenas para mais de 17 mil em 1979. Mas a produção só passou a crescer rapidamente após 1979, quando os preços aumentaram substancialmente e o “sistema de responsabilidade familiar” foi introduzido. Esse sistema deu às

famílias o controle das terras que ocupavam e lhes permitiu reter a renda líquida que produziam. A taxa de aumento da produção pulou de 3% ao ano no período 1965-80 para mais de 6% em 1980-88.

#### *Investindo em pesquisa e extensão*

A pesquisa e a extensão agrícolas têm um substancial componente de bens públicos; conseqüentemente, o papel do governo em sua promoção é reconhecido há muito tempo. Pesquisas que resultam em um novo tipo de rotação de cultivos, por exemplo, podem ser utilizadas por um agricultor sem prejuízo de sua disponibilidade para outros (sendo, assim, um bem “não-exclusivo”, ou público); além disso, seria difícil e dispendioso para o setor privado excluir do uso das novas informações aqueles agricultores que não pagam pela pesquisa. No setor privado, portanto, os pesquisadores dificilmente recebem um lucro capaz de justificar seus investimentos. Além disso, depois que as novas técnicas são desenvolvidas e passam a estar disponíveis, os agricultores precisam tomar conhecimento das tecnologias e ter alguém que lhes mostre como tirar delas o maior proveito. É esse o papel dos serviços de extensão. A experiência demonstra que ambas essas formas de investimento agrícola tendem a ser compensadoras.

**PESQUISA.** Uma mistura de pesquisa agrícola internacional e nacional é crucial para o desenvolvimento e adaptação de novas técnicas e variedades adequadas aos tipos de cultivo e sistemas agroclimáticos do mundo em desenvolvimento. O retorno produzido por investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na agricultura pode ser muito alto — freqüentemente entre 30 e 60%, segundo vários estudos de cultivos específicos. Entre os exemplos estão a pesquisa do milho no Peru, da borracha na Malásia e do trigo no Chile e no Paquistão. Essas altas taxas de retorno sugerem que o investimento nessas atividades é ainda muito pequeno — embora os gastos e o trabalho científico tenham aumentado substancialmente no decorrer dos últimos 30 anos.

A atividade privada de P&D aumentou em anos recentes, mas raramente ultrapassa 10% dos gastos nacionais em pesquisa agrícola. O motivo não é apenas a dificuldade da captação dos lucros. Não raro, os governos limitam e regulam a atividade privada de P&D. No passado, o Paquistão, por exemplo, proibia as firmas privadas de pesquisarem o cruzamento de plantas. Em alguns países, limitações impostas à aquisição, no exte-

rior, de material genético de plantas e animais, equipamentos e conhecimentos científicos prejudicam ainda mais os esforços do setor privado. A Índia restringiu as importações de estirpes para reprodução de aves domésticas a fim de incentivar a produção local de crias; as Filipinas, pelo contrário, estimularam a transferência de tecnologia por firmas privadas mediante incentivos fiscais à P&D. Em conseqüência, aves híbridas, com um consumo eficiente de rações, foram adotadas mais rapidamente nas Filipinas que na Índia.

Em algumas áreas da pesquisa aplicada, há incentivos ao setor privado quando os resultados podem ser englobados em produtos naturalmente protegidos ou patenteados. Mas os incentivos privados nas áreas de pesquisa biológica e física básicas e na pesquisa genérica e aplicada são insuficientes quando os resultados não podem ser patenteados ou protegidos pelas leis de propriedade intelectual.

Agricultores progressistas, quer ricos ou pobres, experimentam novas técnicas e, não raro, reservam uma pequena parte de suas áreas de cultivo para testes informais de novas tecnologias. Mas raramente realizam pesquisa formal, uma vez que, geralmente, suas propriedades são pequenas demais para captar algo além de uma pequena parcela dos possíveis benefícios dessa pesquisa por conta própria. Até mesmo uma firma privada que se especialize no fornecimento de

tecnologias (por exemplo, uma companhia de sementes) pode ser pequena demais para colher parte significativa dos benefícios produzidos por suas próprias pesquisas. Em vez disso, recorre a variedades melhoradas, resultantes de pesquisa governamental financiada interna ou internacionalmente (Box 4.1).

Nos países em desenvolvimento, a pesquisa biotecnológica mal começou. Promete aumentar a tolerância de plantas e animais a tensões e pragas; aumentar a eficiência com a qual plantas e animais domésticos utilizam os nutrientes; e reduzir as atuais limitações biológicas que impedem maiores rendimentos. Igualmente importante é o fato de poder reduzir a necessidade da utilização de agroquímicos, o que seria benéfico ao meio ambiente. Enquanto a revolução verde teve escopo limitado (concentrando-se em apenas alguns cultivos que respondiam à irrigação), a biorrevolução pode atingir toda a população rural — e traz, portanto, esperanças para todos os continentes.

É possível, porém, que, em decorrência de progressos biotecnológicos, certos produtos básicos, exportados pelos países em desenvolvimento, venham a ser substituídos por novos produtos de países industrializados, dando à produção e ao comércio agrícolas uma configuração muito diferente. Contudo, os benefícios da pesquisa biotecnológica para o mundo em desenvolvimento po-

#### **Box 4.1 Um tipo diferente de empresa: Gurdev Khush cultiva super arroz no Instituto Internacional de Pesquisas do Arroz**

Na Ásia, o arroz é a principal fonte de calorias para 2,7 bilhões de pessoas. Uma das realizações cruciais da revolução verde foi aumentar a produção de arroz nos últimos 25 anos a um ritmo mais rápido que o do aumento da população asiática. Durante esse tempo, o preço real do arroz caiu para a metade e as fomes desastrosas previstas por tanta gente não chegaram a acontecer. O IR8, primeira variedade de arroz de alto rendimento desenvolvida para os trópicos, começou a ser oferecido em 1966 pelo Instituto Internacional de Pesquisas do Arroz, sediado nas Filipinas. Cruzamento entre um tipo de arroz-anão chinês e uma variedade indonésia, o IR8 alterou a planta do arroz. Variedades melhoradas, como o IR36, foram desenvolvidas posteriormente, permitindo até três colheitas por ano. Hoje, o IR36 é a variedade de arroz mais cultivada em todo o mundo. Gurdev Khush, encarregado do cultivo de plantas do IRRI e criador do IR36, acredita que as técnicas existentes podem ser utilizadas para au-

mentar em 25 a 30% a produção de arroz ao longo dos próximos 10 anos.

Mas, para atender a crescente procura no próximo século, Khush e seus colegas estão desenvolvendo um novo super arroz, capaz de alimentar um número muito maior de bocas usando menos terra. Será bem diferente das variedades atuais: hastes mais rígidas, folhas verde-escuro, raízes mais vigorosas e resistência genética a grande variedade de doenças e insetos. Os agricultores poderão obter maior rendimento semeando-o diretamente, em vez de recorrer ao transplante de mudas, que é o que torna o cultivo do arroz tão trabalhoso atualmente. Espera-se que esse super arroz produza de 13 a 15 toneladas por hectare a cada colheita, enquanto as variedades atuais têm uma produção máxima de 8 a 9 toneladas. A biotecnologia pode ser a chave para o desenvolvimento dessa nova variedade.

#### Box 4.2 A extensão e a iniciativa africana de serviços agrícolas

A produção africana de alimentos terá de crescer a uma taxa de pelo menos 4% ao ano de 1990 até 2020 a fim de atender às crescentes necessidades da população da região. Em 1988, o Banco Mundial lançou a "Iniciativa Africana de Serviços Agrícolas", para ajudar a melhorar o desempenho da agricultura, através do desenvolvimento e disseminação de novas tecnologias, e a estimular o melhor uso da tecnologia já existente — adaptada às condições agrícolas locais. Por exemplo, a disseminação de uma tecnologia que exija intenso trabalho de mão-de-obra não seria promovida em ambientes onde não existissem restrições de mão-de-obra.

A iniciativa concentra-se na criação de serviços de extensão do tipo T&V e no reforço de pesquisas, infra-es-

trutura e oferta de créditos e insumos. O aperfeiçoamento da política econômica é um componente vital. A iniciativa oferece recursos, inclusive a instalação de pessoal técnico em cargos não-executivos na África. Difere de programas anteriores por abranger todos os serviços agrícolas, e também porque os serviços oferecidos serão administrados por pessoal local, e não por estrangeiros. Consequentemente, grande ênfase é dada ao treinamento de gerentes e ao trabalho junto aos agricultores. Além disso, a iniciativa prevê a expansão do papel exercido por grupos de agricultores e pelo setor privado na administração e oferta de extensão agrícola e outros serviços complementares.

dem sobrepujar os custos, especialmente se a resposta interna a mudanças de circunstâncias for flexível e os países industrializados compartilharem com os países em desenvolvimento as técnicas recém-desenvolvidas. Em economias de baixa renda, como as da África, um melhor ensino científico e melhores programas de treinamento agrícola locais serão necessários para ajudar a adaptar e disseminar as novas tecnologias. Contudo, o advento de novas variedades adequadas aos países em desenvolvimento levará algum tempo: até cinco anos no caso da batata e do arroz (Box 4.1); cinco a 10 anos no caso de bananas, mandioca e café; e 10 anos ou mais no caso de cocos, dendê e trigo.

**EXTENSÃO.** A prestação pública de serviços de extensão agrícola pode alcançar bons resultados. Um exame de quase 50 programas governamentais de extensão no mundo em desenvolvimento revelou que a maioria deles teve efeitos positivos. Mas os programas governamentais também registraram insucessos. O êxito geralmente exige um conjunto apropriado de medidas agrícolas complementares — para não mencionar a existência de novas tecnologias e melhores práticas a serem disseminadas. Vez por outra, os sistemas de extensão deixam de oferecer novas técnicas ou disseminam tecnologias sem levar em conta as condições agroclimáticas específicas e limitações de recursos de diferentes sistemas ou áreas agrícolas — assim, por exemplo, técnicas de fertilização caras e tecnologias poupadoras de mão-de-obra

são implementadas em áreas de baixo rendimento e abundância de mão-de-obra.

Igualmente importante para o êxito dos serviços de extensão é a presença de um compromisso político, administrativo e orçamentário. Com demasiada freqüência, crises orçamentárias deixam funcionários do serviço nas folhas de pagamento, mas sem verba para a subsistência diária e combustível para viagens. A qualidade da infra-estrutura rural é importante, como também o são as qualificações e a experiência do pessoal do serviço de extensão, que não raro sabe menos que os agricultores acerca das práticas adequadas.

A participação dos agricultores, especialmente no desenvolvimento e *feedback* dos programas, aumenta consideravelmente as chances de êxito de qualquer programa de extensão. A interação com os agricultores é parte do método de extensão conhecido como Treinamento e Visitas (T&V), o qual procura estabelecer o equilíbrio entre a prestação do serviço (com ênfase no profissionalismo do pessoal, que trabalha em regime de tempo integral em serviços de extensão que têm uma linha única de comando) e o *feedback* (através de visitas periódicas aos agricultores, passando o funcionário do serviço grande parte do dia no campo do agricultor). O sucesso não tem sido universal, em parte porque o *feedback* do agricultor não recebeu a ênfase necessária, mas o sistema de T&V parece ter feito aumentar a produção em uma variedade de ambientes. Em alguns países da África, o T&V, embora tenha tido seus problemas, fez surgir melhor administração e disciplina onde antes havia duplicação de esforço e falta de

direção. Agências externas, como o Banco Mundial, têm-se comprometido cada vez mais com o apoio a esse método estruturado (Box 4.2).

O setor privado é muito pouco utilizado como via para a prestação de serviços de extensão. A experiência dos produtores de café da Colômbia e dos pecuaristas da Argentina demonstra que, na agricultura comercial, as associações regionais ou de produtos específicos podem funcionar com eficácia, fazendo com que os seus membros compartilhem dos custos e benefícios. No Quênia, serviços de veterinária são prestados através de uma mistura de apoio público e privado aos produtores. Não raro, há serviços de extensão oferecidos por comerciantes, fornecedores de sementes e agroprocessadores. Na Tailândia, uma empresa agrocomercial diversificada melhorou a qualidade e aumentou a quantidade das culturas por ela adquiridas para processamento, criando os seus próprios serviços de extensão. Começou recrutando agentes entre os formandos das escolas de extensão agrícola. Com o insucesso desse método, a companhia contratou agricultores, pagando-os para prestar serviços de extensão, à base de meio expediente, a outros agricultores. Hoje, o programa é bem-sucedido. Uma grande multinacional no ramo de produtos alimentícios criou o seu próprio serviço de extensão em Costa Rica, o qual vem disseminando, com êxito, melhores técnicas de cultivo do abacaxi. Esses exemplos mostram que, quando se eliminam as restrições contra a iniciativa privada no comércio, marketing e produção, e quando a comercialização da agricultura é ampliada, o setor privado pode desempenhar maior papel nos serviços de extensão.

### *Crédito e marketing*

O setor privado pode, também, ser um fornecedor de crédito agrícola.

*Em Santiago, Chile, o Banco del Desarrollo é uma mistura de união creditícia lucrativa e organização não-governamental (ONG) financiada pela Igreja. Tradicionalmente, o Banco oferece a famílias de baixa renda empréstimos destinados a consumo, pequenas indústrias e agricultura. Desde fins de 1989, passou a oferecer empréstimos a microempresas, de US\$50 em média, numa base experimental para a fabricação de alimentos, produtos têxteis e serviços. As taxas de juros baseiam-se no custo do dinheiro. Os beneficiários desses empréstimos são normalmente considerados "sem capacidade creditícia", mas o Banco del Desarrollo contorna esse problema emprestando a membros de um grupo de quatro ou cinco mutuários, os quais garantem*

*incondicionalmente as notas promissórias uns dos outros. A avaliação e supervisão ficam, portanto, implicitamente a cargo do grupo. Após um ano de operações, somente 3,5% dos empréstimos eram inadimplentes.*

O Banco del Desarrollo não é a única instituição a combinar a oferta de crédito a pessoas pobres com a disciplina financeira. Antes de ser nacionalizado em 1969, o Syndicate Bank, da Índia, era um pioneiro da concessão de empréstimos a negociantes muito pequenos, tais como vendedores de legumes de beira de estrada. Hoje, o Grameen Bank de Bangladesh, a ADEMI da República Dominicana e o BKK e a Kupedes, da Indonésia, conseguem atender pequenos agricultores e empresários, sem deixar de manter a viabilidade financeira. Mas são instituições raras.

Os estabelecimentos bancários formais geralmente exigem garantia — por exemplo, sob a forma de equipamento, terra ou até mesmo gado. As famílias pobres, porém, que raramente possuem tal patrimônio, não costumam ter acesso ao crédito formal. O custo do crédito informal através de agiotas tende a ser alto; não raro, as taxas reais de juros ultrapassam 80%. Os empréstimos são escassos ou dispendiosos sempre que os prestamistas não têm informações sobre os devedores e encontram dificuldade em reaver o montante emprestado. A coleta de informações sobre os mutuários pode custar caro. Nas zonas rurais do Paquistão, os prestamistas gastam, em média, um dia para obter informações sobre um único pretendente, e rejeitam um em cada dois deles.

O financiamento informal para os agricultores pobres pode também vir de várias outras fontes: família, amigos, comerciantes e associações de crédito. As associações de fundos rotativos são comuns nas áreas rurais; constituem importante fonte de crédito na Ásia e na África, onde fortes sanções sociais, inclusive a rejeição pela comunidade, ajudam a fazer cumprir a obrigação do pagamento. No norte da Nigéria e em muitas regiões da China, existem ativos mercados de empréstimos que não exigem garantia. As informações e o cumprimento da obrigação baseiam-se em laços de parentesco e sanções comunitárias. Mas, como os prestamistas operam dentro de uma área geográfica limitada e a procura do crédito é sazonal, esses sistemas ficam sujeitos a interrupções. Os mercados de crédito locais entraram em colapso na Tailândia por ocasião de uma seca regional.

Tais instituições privadas de crédito são, evidentemente, parciais e imperfeitas, o que pode justificar a intervenção; o argumento é que o go-

verno pode corrigir falhas do mercado por ter o poder de fazer cumprir as obrigações de pagamento. Em princípio, isso pode ser verdadeiro, mas raramente o é na prática. Frequentemente, os governos verificam ser politicamente impossível fazer cumprir os termos de um empréstimo. Na Índia, os políticos concorrem entre si com promessas de que esse tipo de dívida será perdoado, caso sejam eleitos. E tem havido muitos outros problemas. Os governos mostram-se muito menos capazes de coletar e avaliar informações do que os prestamistas que conhecem bem a comunidade. Em áreas rurais, o crédito barato oferecido pelo governo quase sempre deixa de atingir os agricultores pobres. Muitas vezes, os programas de crédito público encontram dificuldades financeiras logo de início: não raro desmoronam ou se tornam um peso no orçamento público.

Qual, então, o papel da política governamental? Em primeiro lugar, uma macroeconomia estável e uma estrutura normativa que não cause dis-

torções são precondições do desenvolvimento do setor financeiro. O surgimento de um setor bancário independente, solvente e competitivo, que tenha a liberdade de estabelecer taxas de juros assimiláveis pelo mercado e não seja influenciado de forma indevida por pressões do setor público ou de políticos a conceder empréstimos, melhora a mobilização e a alocação do crédito — muitas vezes, melhora a alocação passando os recursos de empresas estatais grandes e improdutivas para atividades privadas eficientes, inclusive propriedades agrícolas.

Mas nem mesmo um forte setor financeiro será sempre capaz de garantir uma oferta de crédito adequada ao pequeno agricultor. Para aumentar a oferta, o governo pode promover o desenvolvimento de instituições e mercados de crédito. Por exemplo, modificações da lei contratual podem facilitar a oferta de crédito pelos negociantes, permitindo-lhes deduzir da safra o montante das amortizações. Um aumento da segurança da pos-

#### Box 4.3 Instituições parastatais de comercialização e os preços ao produtor: prejudicando a competitividade e o incentivo aos agricultores

Na era colonial, muitos países criaram empresas agrícolas estatais a fim de regulamentar os pequenos agricultores e proteger a agricultura europeia contra a concorrência. Essas empresas cresceram nas três últimas décadas e hoje monopolizam muitos dos mercados de insumos, produtos, serviços e comércio externo agrícolas. Os preços agrícolas são geralmente estabelecidos pelas próprias parastatais ou mediante legislação, a nível muito inferior aos preços internacionais. Não raro, um único preço é estabelecido para todo o país e para todo um ano. A manutenção dos mesmos preços durante um ano, independentemente da proximidade da colheita ou do estado dos produtos, desestimula o setor privado a manter suprimentos de reserva e construir instalações para armazenagem. A uniformidade de preços estimula o consumo e desencoraja a produção fora das estações, quando é maior o custo total de oferecer o produto (ou seja, de cultivá-lo e de armazená-lo por muito tempo). E, quando os produtores recebem o mesmo preço em todo o país, a produção próxima aos centros de consumo ou de embarque é geralmente desestimulada.

Além disso, as instituições de comercialização agrícola têm sido focos de corrupção: fundos se “perdem” e parte do estoque “vaza” para o mercado negro. A má previsão das colheitas, o excessivo acúmulo de estoques e a venda em épocas inadequadas costumam desestabilizar os próprios mercados que as instituições deveriam estabilizar. E restrições políticas têm levado a excesso de pessoal e desperdícios. Todos esses defeitos transformam

as parastatais agrícolas em pesado ônus financeiro para o setor público (Tabela de box 4.3).

**Tabela de box 4.3 Perdas decorrentes da comercialização de produtos agrícolas parastatais, países e períodos selecionados**

<i>País e período</i>	<i>Produtos</i>	<i>Transferências como percentual da despesa corrente do governo</i>	<i>Transferências e crédito como percentual do PNB</i>
China, 1988	Grãos	10,5	2,0
Índia, 1984-85	Grãos	4,6	0,5
Gâmbia, 1982-87	Amendoim	10,8	2,8
Mali, 1982-85	Grãos	8,8	1,3
México, 1982-85	Leite, grãos, sementes oleaginosas	3,5	..
Tanzânia, 1980-81	Todas as culturas	12,4	1,7
Zâmbia, 1980-81	Milho, fertilizante, algodão	4,0	3,2
Zimbábue, 1983-87	Todas as culturas	5,6	4,6

Fonte: Knudsen et alii, 1991.



se da terra cria garantia em certos ambientes econômicos. Os gastos públicos com infra-estrutura rural promovem a concorrência em mercados de crédito (e em outros). E, quanto ao ensino, as pessoas que sabem ler e contar têm maior capacidade creditícia.

Isso ilustra um ponto importante: a intervenção eficiente em um mercado ajuda, muitas vezes, outro mercado a funcionar melhor também. A política em relação ao risco na agricultura é outro exemplo. Os programas governamentais de seguro de safras e estabilização de preços não têm conseguido reduzir muito os riscos ou atingir os pobres, além de resultarem dispendiosos. O governo pode reduzir melhor os riscos enfrentados pelos agricultores permitindo o funcionamento das forças de mercado e facilitando o surgimento de programas privados, tanto internos quanto externos, como melhor acesso a mercados futuros internacionais de mercadorias para exportadores/importadores privados, usineiros e associações agrícolas. Igualmente importante para que o risco seja reduzido é investir na infra-estrutura — inclusive em serviços públicos, instalações de armazenagem e irrigação. Na Índia, por exemplo, o fornecimento irregular de eletricidade para a irrigação tem freqüentemente prejudicado a produtividade agrícola. Se fosse possível tornar mais eficientes os produtores estatais de eletricidade, uma fonte de riscos para os agricultores seria eliminada.

O acesso a mercados mais amplos é essencial para que os agricultores adotem novas tecnologias e aumentem sua produtividade. Nesse particular, o governo tem também seu papel. Como sempre, a infra-estrutura é crucial, como o são a política e um ambiente normativo que permita o florescimento do setor privado. Mas, como no caso do crédito e dos seguros, o envolvimento direto do governo costuma ser falho na comercialização. Os monopólios agrícolas estatais geralmente pagam aos agricultores muito pouco e muito tarde, visando financiar suas próprias operações ineficientes e subsidiar consumidores urbanos — muitas vezes, com conseqüências desastrosas para o orçamento do governo, para a renda dos agricultores e para a produção agrícola (Box 4.3).

### Dando força à manufatura

Quando se trata de enfrentar o ambiente econômico, as firmas industriais têm muitas vantagens sobre os agricultores. Tendem a ser maiores, me-

nos numerosas e menos dispersas, de modo que os seus custos transacionais não são tão grandes. São menos sujeitas a riscos incontrolláveis, como o tempo. E geralmente possuem um patrimônio maior, o que facilita a obtenção de crédito. Tudo isso significa que as firmas estão em melhor posição que os agricultores para investir em informações e tecnologia e colher seus benefícios. Sob outros aspectos, porém, as fábricas e as propriedades rurais têm muito em comum. As fábricas precisam também de infra-estrutura adequada (estradas, portos, água e eletricidade). Uma firma muito pequena pode ter dificuldade em obter empréstimos. Acima de tudo, as firmas são igualmente vulneráveis a medidas normativas prejudiciais.

*Em 1978, a Sindri Fertilizer Company, da Índia, se expandiu para produzir 2 mil toneladas diárias de amônia e uréia. Por lei, grande parte do equipamento comprado pela firma para o novo complexo devia ser de fabricação local, inclusive turbocompressores jamais produzidos anteriormente no país. O equipamento não funcionou e teve de ser reconstruído, após o que apresentava defeitos constantes. As concessionárias de energia, com licenças exclusivas para distribuição local, não eram capazes de oferecer um suprimento confiável de eletricidade. Quando problemas com o sistema ferroviário reduziram o suprimento de petróleo da fábrica, o governo recusou-se a autorizar a firma a importar combustível para atender suas necessidades. A conversão para outros tipos de combustíveis mais do que duplicou os custos de produção. Pressões sindicais provocaram um excesso crônico de pessoal. Dos 8 mil trabalhadores da fábrica, só 4.400 eram diretamente produtivos. Em oito dos seus primeiros 18 meses de existência, a nova fábrica operou com 33% da capacidade, e ficou fechada nos outros 10. Sua taxa de retorno sobre o investimento foi negativa.*

*Por outro lado, um ambiente interno competitivo no Chile trouxe prosperidade a Tomás Gómez, que começou com uma empresa muito pequena em fins da década de 70, produzindo calçados de couro em duas salas em Santiago. A concorrência era forte na indústria local, de modo que a firma tinha de ser eficiente para sobreviver; mas uma taxa cambial supervalorizada e tarifas elevadas sobre importações concorrentes desestimulavam as exportações. Após a liberalização do comércio exterior em meados da década de 80, importadores em potencial visitaram o Chile e fizeram encomendas à firma. Gómez dedicou à exportação 20% de sua produção total. Hoje, exporta 80% do que produz, num montante de US\$2,5 milhões por ano, ou quase um décimo*



*das exportações de calçados do país. Emprega 350 pessoas em uma fábrica moderna e ampla.*

#### *Regulamentação industrial*

Existem boas justificativas para várias regulamentações industriais. Normas sobre padrões de higiene, proteção ambiental e segurança dos empregados, bem como outras destinadas a proteger os consumidores e produtores contra práticas restritivas ou monopolistas, fazem parte da estrutura legal e institucional necessária a qualquer economia. Com demasiada frequência, porém, o governo de países em desenvolvimento deixa de estabelecer ou fazer valer essas normas. Em vez disso, regulamenta aspectos puramente econômicos do comportamento das firmas, prejudicando a concorrência, muitas vezes com altos custos em termos de perdas de produção e renda.

As principais armas "anticompetitivas" do arsenal normativo interno incluem: (a) barreiras contra a criação de novas firmas, tais como o licenciamento de estabelecimento e capacidade,

acordos de exclusividade e outras medidas de reserva de mercado, empregadas quase sempre para promover empresas estatais ou proteger interesses poderosos; (b) barreiras contra o fechamento de firmas, tais como ausência de leis adequadas ou o seu cumprimento precário; (c) controles de preço, pretensamente em benefício dos consumidores; (d) medidas de canalização ou confinamento, que concedem somente a firmas específicas o direito de comprar e vender certos produtos, conforme diretrizes e prioridades centralizadas; e (e) a alocação, administrativamente regulamentada, de recursos essenciais, tais como crédito e até mesmo insumos físicos.

As barreiras contra a criação e encerramento de firmas podem causar enormes prejuízos. Na Argentina, o ingresso de novas firmas foi desencorajado por grandes subsídios que favoreciam firmas sólidas. A concentração industrial tem aumentado, enquanto firmas menores perdem suas fatias do mercado. As barreiras contra o fechamento de firmas, tais como a impossibilidade de liquidar ou

#### **Box 4.4 As vantagens da reforma normativa: Índia e Indonésia**

A estratégia indiana de industrialização baseia-se na substituição de importações e em um regime normativo restritivo e inusitadamente abrangente nos mercados internos. Em 11 subsetores, responsáveis por cerca de 50% da produção de manufaturados indianos, os principais resultados dessa estratégia foram: a) domínio de um pequeno número de grandes firmas que "expulsam" dos mercados os produtores de porte médio; b) o tamanho médio das fábricas fica abaixo das escalas econômicas de fabricação da maioria dos produtos; c) firmas protegidas têm mercados cativos e, assim, ganham mais: os lucros antes da dedução de impostos no setor de manufaturados da Índia foram, em média, 20,8% do valor adicionado em 1982, em comparação com 3,5% na República da Coreia em 1981; d) a inovação tecnológica é lenta. A produtividade total dos fatores nessas indústrias caiu em mais de 1% ao ano entre 1966 e 1980.

Não admira, portanto, que a competitividade internacional da Índia tenha sido prejudicada. As exportações de manufaturados do país, como percentual das exportações de manufaturados dos países em desenvolvimento, vêm diminuindo e a participação dos manufaturados no PIB não aumenta desde 1978. Outros resultados são mais difíceis de quantificar: os custos transacionais são altos e os recursos são desviados da produção por excesso de administração, especulação improdutiva, incertezas e atrasos.

Na Indonésia, o setor privado também tem sido prejudicado pela regulamentação. Até 1988, os investimen-

tos nacionais e estrangeiros eram limitados a certas áreas; havia limites de capacidade e tetos para o número de projetos permitido. Antes de iniciar operações, até mesmo firmas locais aprovadas tinham de obter licenças de importação e exportação, licença para o comércio interno, direitos de terra, licença permanente para operar e licenças para armazenamento e localização. Tudo isso costumava levar dois anos. A produtividade total dos fatores caiu em 2,5% em meados da década de 80.

Reformas parciais recentemente introduzidas na Índia tiveram êxito. O licenciamento industrial foi atenuado em meados da década de 80, da mesma forma que alguns controles de importação de certas matérias-primas e bens intermediários. Embora modestas, essas mudanças produziram efeito positivo. A concorrência fez baixar os lucros das grandes firmas (as 100 maiores declararam uma queda de cerca de 24,3% em 1986-87, apesar de um aumento de 9% nas vendas) e muitas firmas novas e menores foram criadas.

Na Indonésia, a reforma foi mais abrangente: hoje, investidores estrangeiros podem adquirir firmas em áreas prioritárias, contanto que 20% do capital permaneçam em mãos nacionais; as normas que regulam os investimentos internos foram significativamente suavizadas. O investimento privado cresceu em 1989; o aumento da produtividade total dos fatores foi positivo nos últimos anos; e a taxa média do retorno produzido pelos investimentos aumentou de 13% no período 1982-85 para 22% em 1986-88.

processar judicialmente determinadas firmas — o que é a norma para as parastatais da África, China e Leste europeu — incentivam a existência de firmas não rentáveis e ineficientes e também desestimulam o ingresso de outras. Por sua vez, isso dificulta a introdução de novas tecnologias, uma vez que permite a continuidade de operação de linhas de produção ineficientes e fábricas obsoletas.

Nem sempre as firmas grandes e crescentes se beneficiam das medidas do governo. O surgimento de grandes companhias privadas eficientes, as quais constituem importantes canais para a transferência de tecnologia e modernização industrial em países como Brasil e República da Coreia, tem sido tolhido em outros países em desenvolvimento por restrições normativas. Quando o governo distribui a capacidade industrial, reserva subsectores para firmas estatais e decide quanto à localização de fábricas, as firmas não conseguem se expandir nem, portanto, beneficiar-se de economias de escala e maior especialização (Box 4.4). No Paquistão, o licenciamento de capacidade impede os produtores de alcançar uma escala de produção eficiente. Na indústria da fiação de algodão os requisitos para o licenciamento limitam as fiações a um tamanho médio de 15 mil fusos, quando a escala mais eficiente é quase o dobro disso.

Mais difíceis de quantificar, porém igualmente danosos, são os custos transacionais provocados por um labirinto normativo. Para as firmas grandes, o estorvo representado por medidas normativas e políticas comerciais internas restritivas não é tanto a exclusão explícita do acesso a recursos, e sim o desperdício de esforço associado à manipulação do sistema de racionamento e licenciamento. Além disso, nos termos de práticas comerciais restritivas, as grandes firmas se beneficiam com a manipulação do próprio sistema, e não com a inovação, a adoção de novas tecnologias e a produção eficiente que seriam exigidas pelo rigor de mercados competitivos — internos e externos.

Restrições internas e externas frequentemente coexistem, agravando os efeitos adversos umas das outras sobre o progresso tecnológico e a produtividade industrial. Mas o fato de muitos países negligenciarem reformas normativas internas — o que quase sempre envolve reforma de instituições — faz com que a liberalização interna nem sempre se processe no mesmo ritmo da abertura ao comércio exterior. Em consequência, medidas normativas anticompetitivas são, às vezes, encontradas em economias abertas ao comércio exterior,

como no caso de alguns países africanos. Ali, os programas de liberalização externa deixaram em vigor complicados sistemas de licenciamento, restrições internas ao comércio e sistemas normativos, dificultando a concorrência e atenuando a reação à liberalização. Em Malavi, apesar da maior abertura ao comércio exterior, a reação do investimento tem sido limitada; barreiras normativas continuam a bloquear o ingresso em indústrias essenciais, como a de produtos têxteis.

### *Regulamentação do mercado de trabalho*

A finalidade da regulamentação governamental dos mercados de trabalho geralmente não é influenciar o padrão de desenvolvimento industrial, e sim proteger o bem-estar individual. Restrições ao trabalho infantil, total de horas trabalhadas e riscos de saúde e segurança no trabalho são, todas elas, adequadas a essa finalidade. Contudo, visando o mesmo objetivo, muitos governos regulamentam também os salários e a segurança do emprego — e essas medidas, embora bem-intencionadas, costumam ter o efeito desfavorável de reduzir as rendas e o nível de emprego.

Normas referentes ao salário mínimo e à indexação salarial elevam o custo de contratar trabalhadores. O resultado é que as firmas adotam uma combinação de insumos que emprega menos pessoal e mais capital, o que pode resultar em mão-de-obra desempregada ou subempregada. Enquanto isso, a indesejável transição para o uso intensivo de capital torna a economia menos produtiva.

Os efeitos exatos variam. Alguns países da África e da Ásia raramente fazem valer suas normas trabalhistas, em parte porque isso seria dispendioso demais. Somente as firmas mais visíveis — as que empregam grande número de trabalhadores — podem ter de cumprir as normas, pois as pequenas e médias empresas acham fácil e vantajoso infringir a regulamentação. Por outro lado, normas trabalhistas em grande parte da América Latina (por exemplo, Uruguai e, até recentemente, Chile e Colômbia) parecem ter influenciado diretamente a alocação de recursos e o nível de emprego, porque o setor moderno consiste principalmente em empresas grandes e visíveis. No Chile, em inícios da década de 80, a baixa procura agregada, aliada a inflexibilidades do mercado de trabalho, tais como salário mínimo e rigidez salarial no setor formal protegido, foi responsável por uma taxa aberta de desemprego superior a 20%.

A maioria das economias adota um salário mínimo obrigatório. Mas, nos anos 80, o salário mínimo diminuiu significativamente em termos reais em muitos países em desenvolvimento. Só quando a mão-de-obra do setor formal protegido goza de poderes significativos é que as distorções e desigualdades da estrutura salarial tendem a persistir. No Brasil, a indexação salarial tem sido utilizada para preservar os salários reais no setor formal, interferindo com o ajustamento estrutural e a alocação de recursos e contribuindo para disparidades de renda.

Normas trabalhistas, como as leis de segurança no emprego, podem destruir o vínculo entre salário e desempenho, além de induzir os empregadores a contratar um número menor de empregados permanentes. No Senegal, a rigidez das normas sobre demissões praticamente garante o emprego; não admira que os empregados sejam pouco motivados e as firmas relutem em aumentar seu quadro de pessoal. Na China, as normas empregatícias conseguiram realizar os objetivos sociais de manter altos níveis de emprego urbano, mas os custos econômicos foram elevados. Embora a reforma geral tenha ajudado, os trabalhadores ainda são impedidos de movimentar-se livremente em busca de empregos nos quais suas aptidões sejam mais necessárias e mais bem remuneradas. Há um substancial excesso de empregados nas estatais, e as empresas ineficientes não são liquidadas porque as leis de falência não são cumpridas — o que prejudica ainda mais a alocação da mão-de-obra. O resultado final é que o aumento de oportunidades de emprego produtivo é retardado em decorrência de normas empregatícias originariamente destinadas a proteger os trabalhadores.

O uso mínimo de regulamentação trabalhista na República da Coreia e em outras economias do Leste asiático não impediu o rápido crescimento do emprego e dos salários reais. O número de horas trabalhadas na indústria coreana, incluídas as horas extras, que são quase sempre obrigatórias, é um dos mais altos do mundo. Mas, de meados da década de 60 para cá, os salários e o nível de emprego na indústria cresceram a uma taxa de mais de 8% ao ano — mais do que em qualquer outra economia (Tabela 4.1).

A política do governo no tocante a seus próprios servidores pode exercer grande efeito sobre a economia, em parte devido ao mero tamanho do setor público de muitos países em desenvolvimento, e em parte devido à importância dos ser-

**Tabela 4.1 Taxas de crescimento percentual anual de receita, emprego e produtividade da mão-de-obra reais na manufatura, economias e períodos selecionados**

<i>Economia e período</i>	<i>Receita</i>	<i>Emprego</i>	<i>Produtividade</i>
Brasil, 1965-85	1,7	4,6	4,7
Colômbia, 1966-84	0,8	3,1	2,1
Japão, 1950-70	5,4	4,6	6,9
Coreia, Rep. da, 1966-84	8,1	8,2	7,3
Portugal, 1966-84	0,7	2,1	0,9
Turquia, 1966-84	3,0	5,0	2,1
Iugoslávia, 1965-85	1,3	4,2	1,9
Taiwan, China, 1966-85	6,4	6,7	7,0

Fonte: Lindauer, 1989.

viços prestados pelos funcionários públicos. Em Gana, o emprego público aumentou em 15% ao ano entre 1975 e 1982, embora o PNB real *per capita* estivesse em declínio, o que reduziu os recursos disponíveis para preservar os salários reais e financiar outros custos permanentes. De fato, em muitos países africanos e alguns países asiáticos e latino-americanos, os governos procuram proteger o emprego público contra dificuldades econômicas e financeiras. O resultado, geralmente, é um forte declínio do salário real do funcionalismo público. A má situação financeira faz com que muitos governos utilizem um número menor de trabalhadores altamente qualificados e economizem em outros insumos. Daí, empregados de serviços de extensão agrícola sem combustível para os veículos; daí, corredores cheios de mensageiros ociosos e servidores de chá; e assim por diante. O baixo nível salarial leva a absenteísmo generalizado, corrupção barata, funcionários que acumulam outros empregos e colapso geral do moral e da disciplina. Tudo isso contribui para reduzir a produtividade, mesmo do setor privado, uma vez que faz baixar a qualidade da infra-estrutura social e física e de outros serviços públicos.

#### *Tributação e produtividade*

Aos governos, é necessário tributar cidadãos e firmas a fim de financiar suas despesas. Mas os impostos têm seu custo econômico. Impostos sobre produtos básicos ou gastos (como o imposto de vendas) reduzem o incentivo de trabalhar; isenções fiscais ou impostos que variam de uma categoria para outra também distorcem os incentivos de investir e produzir certos bens. Uma ele-

#### Box 4.5 Reforma fiscal

Os impostos geram receita para financiamento dos gastos públicos, influenciam a poupança, a alocação de investimentos e a estrutura da produção. O nível da arrecadação de receita ajuda a determinar se um país pode ou não financiar a formação de capital do setor público, manter sua infra-estrutura e oferecer um nível adequado de serviços de saúde e educação. De modo geral, os impostos sobre a renda, sobre o comércio exterior e sobre bens e serviços (imposto sobre vendas e imposto de consumo) respondem, cada um deles, por cerca de um terço das receitas. Embora os perfis tributários variem de um país a outro, o coeficiente entre impostos e PIB nos países em desenvolvimento é da ordem de 10-20%, cerca de metade dos níveis que prevalecem nos países industrializados, ao passo que os níveis de gastos ficam na faixa de 20-30% — muito mais próximo dos níveis dos países industrializados. Os sistemas fiscais de muitos países em desenvolvimento são ineficientes no tocante à arrecadação de impostos e introduzem grandes distorções na economia. Uma fraca administração fiscal induz à evasão generalizada de impostos, o que também promove desigualdades de renda.

O objetivo das reformas fiscais é aumentar a receita e reduzir os custos de distorções provocadas por impostos. Reformas recentes dão ênfase à adequação da receita, igualdade horizontal, simplicidade e neutralidade, bem

como compatibilidade entre o sistema fiscal e a capacidade administrativa. Um dos principais objetivos é ampliar a base tributária de modo a simplificar a estrutura fiscal e reduzir as alíquotas, corrigindo-se assim as distorções provocadas pela tributação e a evasão fiscal. No caso dos impostos sobre bens e serviços, a ampliação da base tributária implica a substituição dos impostos sobre as vendas por impostos de consumo, como imposto de valor adicionado — a taxa central é fixada na faixa de 10-20%. No caso do imposto de renda, isso pode ser feito reduzindo-se o número de isenções e baixando as taxas marginais mais altas para um patamar entre 20 e 30%. Além disso, o imposto de consumo seletivo sobre artigos de luxo e supérfluos também pode aumentar as receitas e dar mais progressividade ao sistema tributário, sem perdas significativas de eficiência.

Uma reforma tributária ampla pode dar certo. Na Jamaica, Malavi e México, as reformas fiscais limitaram o uso de isenções fiscais seletivas e elevaram a receita através da ampliação da base tributária, em vez de aumento das alíquotas. Em países como a Indonésia, um imposto sobre o valor adicionado (IVA) conseguiu aumentar a receita e reduzir distorções. Substituindo impostos sucessivos sobre as vendas, o IVA eliminou o ônus da dupla tributação de mercadorias acabadas e da taxa indireta de exportações e investimentos.

reduz consideravelmente o retorno privado do investidor — o qual tende a preferir um outro projeto ou simplesmente decide não investir.

É difícil calcular a perda de eficiência provocada na economia como um todo pelo nível global de tributação interna. Mas fica evidente que os níveis de taxa são podem ser extremamente danosos quando muito desiguais ou discriminatórios. Em muitos países em desenvolvimento, o governo não tem capacidade administrativa de aplicar seus sistemas fiscais a uma base ampla de contribuintes. Assim, para que gerem determinado montante de receita, as alíquotas dos impostos têm de ser mais elevadas. Isso aumenta os desincentivos para quem é taxado e aumenta a diferença distorcida entre o taxado e o não-taxado. Em Sri Lanka, por exemplo, uma empresa que cresce e se transforma em sociedade limitada enfrenta um aumento muito grande de obrigações tributárias. O resultado é que as pequenas e médias empresas procuram não crescer muito, prejudicando com isso o surgimento de firmas nacionais maiores e dinâmicas.

A experiência recente sugere, porém, que é possível reduzir as distorções tributárias e concretizar os múltiplos objetivos de receita, eficiência econômica, equidade e eficiência administrativa — abordando de forma sistêmica as reformas tributária e tarifária. Reduções nas tarifas aduaneiras para promover ganhos de eficiência são mais sustentáveis quando se amplia simultaneamente a tributação interna a fim de manter as metas da receita. Melhorias na administração fiscal, reduções nas isenções fiscais dos mais favorecidos e a simplificação da estrutura tributária são elementos-chave para a reforma da receita e a reforma fiscal geradora de maior eficiência. Países em desenvolvimento como Colômbia, Indonésia, Malavi, México, República da Coreia e Turquia reformaram seus sistemas fiscais, num esforço de torná-los mais neutros (Box 4.5).

#### Fatos quanto à produtividade de projetos de investimento

Um clima de política econômica que favoreça o empreendimento — permitindo que os sinais emitidos pelos preços se tornem visíveis e provo-

quem reação — pode aumentar radicalmente a produtividade dos investimentos. As experiências do Banco Mundial e da Corporação Financeira Internacional (CFI) como fornecedores de empréstimos em apoio a projetos públicos e privados de investimento confirmam essa afirmação.

Quando terminados, os projetos do Banco Mundial e da CFI são avaliados segundo métodos normais de custos e benefícios. No caso de 1.200 desses projetos — implementados nos últimos 20 anos — a taxa de retorno econômico (TRE), que mede a contribuição do projeto para a economia ou sua produtividade, foi comparada a vários índices de distorção do mercado. (As notas técnicas ao fim do texto principal contêm, na parte referente ao Capítulo 4, uma discussão do cálculo da TRE e dos métodos analíticos empregados nesta seção.)

Os índices de distorção examinam, por exemplo, o comércio exterior (qual o nível das tarifas e com que frequência o país recorre a barreiras não-tarifárias), o valor da moeda (qual o ágio aplicado à moeda estrangeira no mercado paralelo), taxas de juros (se as taxas reais são negativas ou positivas) e a procura de financiamento pelo setor público (qual o tamanho do déficit orçamentário do governo). Sob todos esses aspectos, a TRE é mais alta em mercados não-distorcidos e mais baixa em mercados distorcidos. Projetos implementados em um clima político não-distorcido podem ter,

em média, uma TRE que é pelo menos 5% maior que em um clima distorcido (Tabela 4.2). Em outras palavras: com algumas exceções, uma política econômica não-distorcida torna um investimento pelo menos uma vez e meia mais produtivo. A implicação para o crescimento é notável: uma diferença de cinco pontos percentuais na TRE, se obtida em toda a economia, se traduziria em uma diferença de mais de um ponto percentual ao ano na taxa de crescimento anual do PIB *per capita*.

De modo geral, esse resultado se aplica a diferentes medidas de distorção e a diferentes setores da economia. O ágio sobre o valor da moeda estrangeira no mercado paralelo reflete distorções causadas não só pela política cambial, mas também por outras medidas que afetam a procura, pelo agente econômico, de transações no mercado paralelo, tais como restrições comerciais, impostos e normas, restrições contra fluxos de capital e instabilidade macroeconômica e política. Esse indicador tem forte correlação com a TRE. Quando a taxa de câmbio oficial está próxima de níveis de equilíbrio — o que se verifica pela virtual inexistência de ágio na taxa cambial do mercado paralelo, a TRE média para os projetos do setor público ultrapassa 18%. Quando o ágio é superior a 200%, a TRE é inferior a 9%. Para a agricultura, indústria e bens não-omercializados no exterior (transporte, habitação, serviços públicos e energia), a TRE média do total de projetos dos setores público e

**Tabela 4.2 Políticas econômicas e taxa média de retorno econômico de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI, 1968-89**  
(%)

<i>Índice de distorção de políticas</i>	<i>Todos os projetos</i>	<i>Todos os projetos públicos</i>	<i>Projetos agrícolas públicos</i>	<i>Projetos industriais públicos</i>	<i>Projetos públicos em setores de produtos não-comercializados no exterior</i>	<i>Todos os projetos privados</i>
<i>Restrição comercial</i>						
Alta	13,2	13,6	12,1	NIO	14,6	9,5
Moderada	15,0	15,4	15,4	NIO	16,0	10,7
Baixa	19,0	19,3	14,3	NIO	24,3	17,1
<i>Ágio cambial</i>						
Alto (200% ou mais)	8,2	7,2	3,2	NIO	11,5	NIO
Moderado (20-200%)	14,4	14,9	11,9	13,7	17,2	10,3
Baixo (menos de 20%)	17,7	18,0	16,6	16,6	19,3	15,2
<i>Taxa real de juros</i>						
Negativa	15,0	15,4	12,7	12,7	17,9	11,0
Positiva	17,3	17,5	17,0	17,8	17,9	15,6
<i>Déficit fiscal<sup>a</sup></i>						
Alto (8% ou mais)	13,4	13,7	11,7	10,3	16,6	10,7
Moderado (4-8%)	14,8	15,1	12,2	21,0	16,8	12,2
Baixo (menos de 4%)	17,8	18,1	18,6	14,1	18,2	14,3

Nota: NIO, número insuficiente de observações (menos de 10) para permitir inferências.

a. Percentual do PIB.

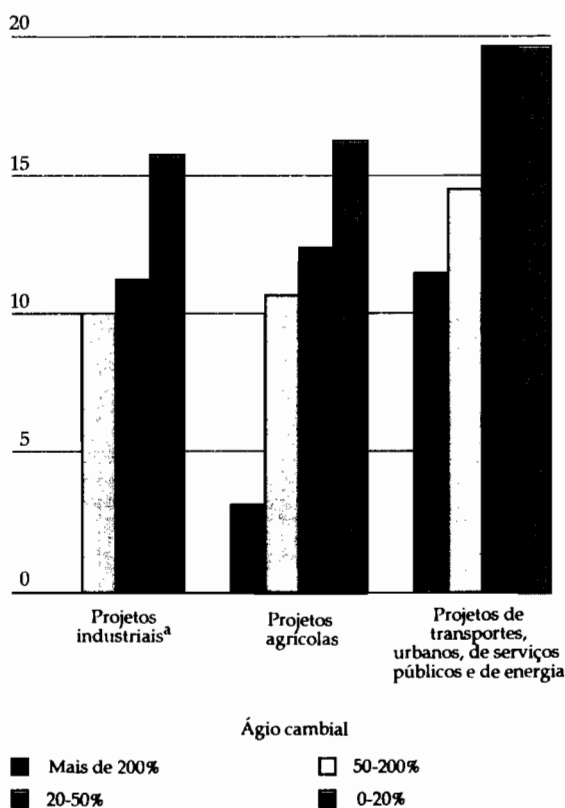
Fonte: Dados do Banco Mundial.

privado é 5 a 13 pontos percentuais mais elevada quando o ágio é baixo do que quando o ágio é alto (Figura 4.1). Aparentemente, no setor de bens não comercializados no exterior, os projetos parecem tão vulneráveis a um mau clima econômico quanto os outros.

Na medição das restrições comerciais, utilizou-se um índice anual de barreiras tarifárias e não-tarifárias em vigor em 32 países. Os resultados foram aproximadamente os mesmos, aplicando-se igualmente a projetos do setor privado e do setor público (Figura 4.2). Os projetos do setor privado podem rapidamente apresentar problemas quando as condições políticas são distorcidas (Box 4.6). Quando a distorção é medida pelos déficits orça-

**Figura 4.1 Taxas de retorno de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI a diferentes âgios cambiais, 1968-89**

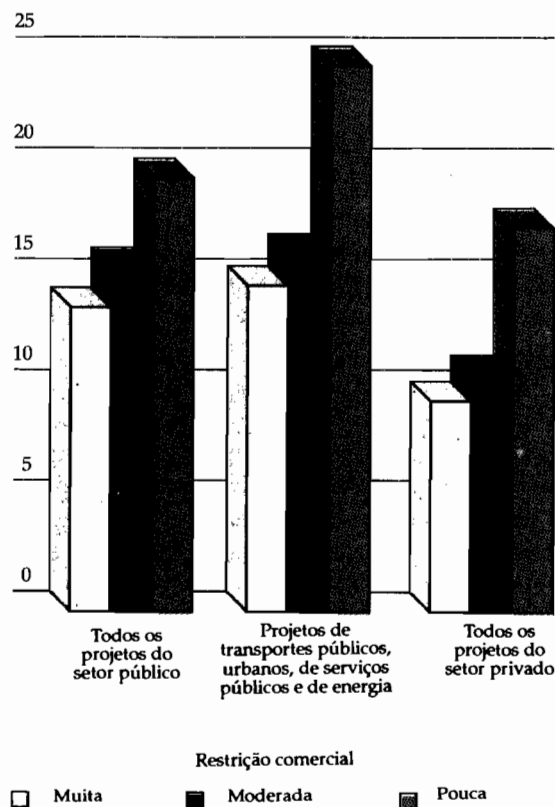
Taxa de retorno econômico (%)



*Nota:* Calculado para 1.200 projetos públicos e privados.  
a. Dados insuficientes para projetos implantados a um ágio cambial superior a 200%.  
*Fonte:* Dados do Banco Mundial.

**Figura 4.2 Taxas de retorno de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI a diferentes graus de restrição comercial, 1977-88**

Taxa de retorno econômico (%)



*Nota:* Para a definição de restrição comercial, consultar as notas técnicas ao fim do texto principal. Os cálculos são para 530 projetos públicos e privados.  
*Fontes:* Dados do Banco Mundial; Halevi, Thomas & Stanton, documento básico.

mentários ou pelas taxas de juros, os resultados são semelhantes, embora os efeitos globais destes últimos sobre a TRE não sejam tão grandes.

Mas o êxito de um projeto exige algo mais do que um bom clima econômico. Os casos da Afro Cooling e da Morogoro Shoe, na Tanzânia, mostram que as firmas podem ter desempenhos muito diferentes em um mesmo ambiente econômico e nacional. A análise de projetos de investimento financiados pelo Banco e pela CFI revela grande variação da TRE dentro de um mesmo país, indo de valores negativos a valores altamente positivos



#### Box 4.6 Incentivos inadequados fazem fracassar projetos do setor privado

Quando os incentivos de mercado são inadequados, e na ausência de investimentos e instituições complementares, os projetos do setor privado tendem a ser ineficientes. Em fins da década de 70, milhões de dólares foram investidos em uma companhia de produção de carnes, de propriedade privada, em uma economia em desenvolvimento. A empresa destinava-se a processar 40 mil cabeças de gado por ano e exportar 80% da produção de carne congelada. A esperada procura externa não ocorreu: a supervalorização da moeda tornava o preço de venda no exterior alto demais. Impostos sobre as exportações e controles internos sobre os preços no atacado reduziam ainda mais a receita da firma. Enquanto isso, esta pagava preços de mercado por seus insumos, os quais não eram

sujeitos a controle. A empresa tentou contornar as restrições contra os preços no atacado, estabelecendo os seus próprios pontos de varejo, mas as licenças necessárias jamais foram concedidas. A situação era agravada pela má qualidade dos serviços públicos: o fornecimento de eletricidade da companhia parastatal era inadequado. A firma adquiriu um gerador de reserva, mas não pôde comprar a quantidade suficiente de óleo diesel porque a quota de divisas a ela concedida pelo governo era pequena demais. As compras de gado feitas pela empresa para processamento jamais chegavam a 10% da capacidade. A firma teve prejuízos constantes até fechar em meados da década de 80.

— de mais de 50%. Somente parte dessa variação pode ser atribuída ao clima econômico.

A pesquisa básica realizada para este Relatório permite maior precisão. Em condições relativamente não-distorcidas, aferidas por um baixo nível de ação no mercado paralelo, a probabilidade de que um projeto venha a ser extremamente mal-sucedido (isto é, registrar uma TRE negativa) é de menos de 10%; em condições mais distorcidas, a probabilidade de completo fracasso é quase três vezes maior. Inversamente, a probabilidade de que um projeto seja muito bem-sucedido (com uma TRE de 20% ou mais) é duas vezes maior em um clima não-distorcido do que em climas mais distorcidos. Contudo, mesmo em um ambiente não-distorcido, não há garantia de projetos meramente satisfatórios (com uma TRE de 10% ou mais); a probabilidade é de cerca de 70%. O que suscita a pergunta: por que muitos projetos são insatisfatórios, mesmo quando o ambiente de política econômica não é distorcido?

Um dos motivos é que os índices que medem a qualidade do clima econômico são, na melhor das hipóteses, parciais. Os quatro índices de política econômica empregados na pesquisa, mesmo quando tomados em conjunto, não incluem a qualidade das instituições econômicas (tais como a estrutura jurídica e normativa) e dos investimentos públicos complementares. E possivelmente o principal motivo da variabilidade das TRE, mesmo quando se leva em conta o clima político, é simplesmente que certas firmas tendem sempre a ter mais êxito que outras: o sucesso se deve a fatores específicos, tais como aptidão, vigor, de-

terminação, disposição de enfrentar riscos, um pouco de sorte e a capacidade de aprender com os erros — como no caso de Chu na República da Coreia.

#### *A importância do aprimoramento das instituições*

A experiência do Banco Mundial com projetos de investimento indica ainda a importância das instituições — sistemas contratuais (inclusive, por exemplo, sistemas de posse de terra e normas sobre a abertura e fechamento de firmas), direitos de propriedade, normas de comportamento e as estruturas organizacionais a nível de projeto. A implementação de um projeto de investimento costuma ser, por si, um exercício de aprimoramento institucional. Cada projeto tem seus próprios objetivos institucionais, como melhores técnicas administrativas, padrões técnicos mais elevados e procedimentos contábeis adequados.

Mas a falta de administradores competentes e de procedimentos contábeis adequados é demasiado comum. Dos 700 projetos do Banco Mundial examinados em fins da década de 80, somente um terço podia ser considerado como tendo atingido substancialmente o objetivo institucional de fortalecimento das respectivas organizações e agências; quase um quarto do total registrava resultados nulos nesse particular. As imperfeições das agências implementadoras têm tido efeitos especialmente importantes em projetos agrícolas na África, e mais ainda em empreendimentos complexos, como programas integrados de desenvolvimento rural. Essas imperfeições ajudam a expli-



car o desempenho insatisfatório de muitos desses projetos.

Os dados mostram que a produtividade dos investimentos é muito maior quando os objetivos institucionais do projeto são atingidos. Antes da implementação, a TRE *esperada* dos projetos do setor público examinados era, em média, 22%. Nos casos em que os objetivos institucionais tinham sido atingidos *depois* da implementação do projeto, a TRE foi recalculada em mais de 20% — ou seja, próxima da expectativa. Há forte contraste entre estes e os projetos públicos nos quais os objetivos institucionais não foram atingidos e cuja TRE recalculada era, em média, de menos de 10%.

Dificuldades no recrutamento e retenção de pessoal qualificado afetam grandemente o desempenho das organizações implementadoras. Por sua vez, essas dificuldades freqüentemente resultam de medidas do governo nas áreas trabalhista e financeira. Muitas dessas medidas são externas à firma, tais como restrições quanto à contratação de pessoal habilitado em virtude de problemas orçamentários do governo, ou restrições jurídicas quanto à demissão de mão-de-obra

improdutiva. Outras são internas à própria organização estatal — baixo incentivo salarial, por exemplo, ou subfinanciar os custos operacionais e de manutenção. Por vezes, o setor privado responde a esses defeitos com medidas inovativas próprias, as quais têm demonstrado a vantagem do envolvimento de pessoal local — através de ONG e grupos comunitários — na elaboração e implementação de projetos. A participação comunitária tem sido capaz de aumentar a eficácia dos projetos e promover o aprimoramento das instituições em muitos ambientes diferentes. Exemplos típicos são os projetos de abastecimento de água no Malavi (Box 4.7).

#### *Investimentos públicos complementares na infra-estrutura*

Os investimentos na infra-estrutura ajudam a reduzir custos, integrar mercados e disseminar informações. Conseqüentemente, tornam os empresários mais produtivos. Na Nigéria, por exemplo, a precariedade da infra-estrutura custa muito caro às empresas manufatureiras. Todas as firmas de mais de 50 empregados que foram pesquisadas

#### **Box 4.7 A participação aumenta a eficiência de projetos e beneficia as populações pobres**

Em 1968, uma comunidade de 2 mil pessoas no Malavi começou a trabalhar em um novo sistema de abastecimento de água. Membros da comunidade iniciaram o planejamento, construção e operação do seu próprio sistema de abastecimento e distribuição de água. O pessoal de campo foi contratado localmente para o projeto; grupos comunitários tradicionais constituíam a base dos comitês de abastecimento; o apoio governamental era limitado. Praticamente todas as 6 mil e tantas bicas instaladas em todo o país continuavam funcionando perfeitamente. Mais de 1 milhão de pessoas dispõem de água de alta qualidade, confiável e de fácil acesso, através de sistemas que lhes pertencem e que elas mesmas construíram e mantêm.

Em uma análise de desenvolvimento rural e urbano referente a um período de 30 anos, verificou-se que há uma alta correlação entre o desempenho dos projetos e os níveis de participação. Um levantamento de 25 projetos agrícolas do Banco Mundial, realizado entre cinco e 10 anos após o término dos mesmos, revelou que a participação era importante fator de desempenho e sustentabilidade. Em um dos projetos do Banco, agricultores de San Lorenzo, no Peru, formaram 32 grupos comunitários e assumiram, com êxito, todos os aspectos de um sistema de irrigação que havia sido projetado e operado pelo governo central. Ao longo de um período de 10 anos, a

Administração Nacional de Irrigação, das Filipinas, abandonou gradualmente o seu enfoque administrativo vertical, de cima para baixo, e passou a envolver intensamente os agricultores locais no projeto, operação e manutenção de sistemas de irrigação. Os canais e estruturas passaram a funcionar melhor, os rendimentos do arroz aumentaram em 20% e a área irrigada foi 35% maior do que em um grupo de controle sem participação.

A extensão agrícola, a infra-estrutura rural, o desenvolvimento urbano e os setores sociais também se beneficiam com o envolvimento de grupos comunitários. No Quênia, os serviços de extensão agrícola à base de participação, entre grupos locais de agricultoras, fizeram dobrar o número de agricultores atendidos e promoveram a adoção de novas técnicas. Em um distrito montanhoso do Nepal, comunidades locais administraram eficientemente a construção de 62 pontes suspensas. Mas nem todos os projetos registram retornos maiores em virtude de participação popular. A construção de diques e infra-estruturas de grande vulto, por exemplo, não pode recorrer à proficiência e supervisão de grupos comunitários locais. Não obstante, a discussão e a avaliação públicas de tais projetos pelas comunidades diretamente afetadas ajudam a identificar possíveis danos ao meio ambiente e deslocamentos econômicos.

possuíam seu próprio gerador de reserva, embora estivessem ligadas à rede de energia; em geral, as firmas tinham investido, em média, US\$130.000 em suprimento próprio de energia. Além disso, investem na escavação de poços próprios, dada a inconfiabilidade do abastecimento de água local, e empregam mensageiros motorizados ou transmissores de rádio porque os serviços de telefone e correio não funcionam. O custo dessas instalações particulares ia de 10 a 25% do valor total do equipamento das firmas. É claro que isso reduz a produtividade das mesmas — mas os efeitos podem ser maiores. Uma infra-estrutura inadequada pode alterar a natureza do desenvolvimento de um país. Na Tailândia, por exemplo, certas cidades regionais permaneceram pequenas e o crescimento industrial foi retardado por um mau serviço de transportes e pela ausência de infra-estrutura nas áreas de tecnologia, informações e serviços comerciais.

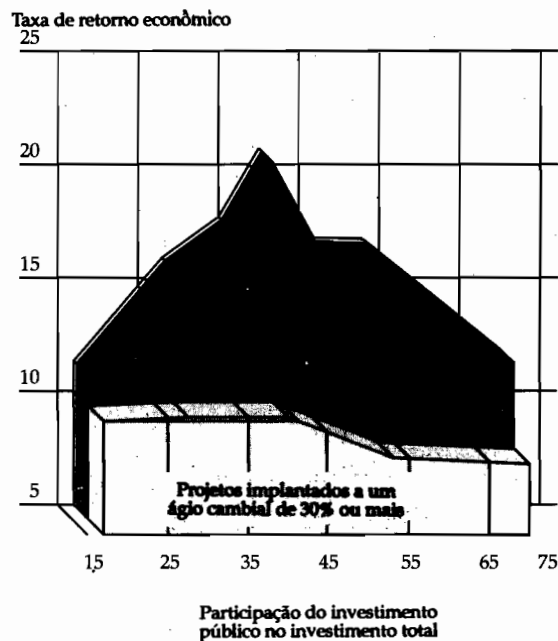
A infra-estrutura é, pelo menos parcialmente, um bem público. Não é facilmente divisível, de modo que é difícil excluir os não-contribuintes; não raro é sujeita a economias de escala, o que leva à formação de monopólios naturais. O setor privado tende, assim, a não produzir o bastante; para que haja desenvolvimento, o governo precisa produzir e fornecer muitos dos serviços infra-estruturais.

A evidência quanto à TRE dos projetos do Banco Mundial e da CFI mostra a importância dos investimentos públicos. A produtividade dos projetos agrícolas e industriais aumenta significativamente à medida que cresce — até certo ponto — a participação dos investimentos públicos globais no PIB. Em média, a TRE aumenta em mais de 6% quando essa participação sobe de 5 para 10%; mas, à medida que ela continua a aumentar, a TRE pára de crescer e, em seguida, declina.

Assim, embora seja difícil, com base nesses indícios, identificar os pontos críticos da relação entre TRE e investimento público em países específicos, é importante que se atinja o equilíbrio adequado. Isso pode ser constatado medindo-se a importância relativa dos investimentos públicos e privados em um diagrama no qual a participação do governo no investimento total (e não no PIB) é projetada contra a TRE dos projetos. Suponha-se um bom clima de política econômica — medido por baixa supervalorização da moeda. Para projetos do setor de bens comercializados no exterior, a TRE é significativamente mais alta quando os investimentos públicos não são nem muito baixos

**Figura 4.3 Participação do investimento público no investimento total e taxas de retorno de projetos agrícolas e industriais financiados pelo Banco Mundial e pela CFI, 1968-89**

(%)



Nota: Cálculo para 650 projetos públicos e privados.  
Fonte: Dados do Banco Mundial.

nem muito altos como parcela do total (Figura 4.3). É interessante observar que, quando o clima político é mau, a TRE desses projetos é muito baixa, independentemente da participação do governo no investimento total. Em outras palavras, os resultados sugerem forte interação de medidas econômicas com investimentos públicos suplementares: os efeitos da melhoria destes últimos é substancial somente quando a política é apropriada; e os efeitos benéficos de uma melhor política são muito maiores na presença de um programa de investimentos públicos devidamente equilibrado.

Um desmembramento subsetorial dos projetos do Banco Mundial indica que os investimentos nos transportes são altamente produtivos. Em um bom clima econômico, os projetos públicos de transporte têm, em média, uma TRE de mais de 25% — bem mais elevada que o retorno médio de outros projetos públicos ou privados.

Contudo, o forte argumento em favor do investimento público não deve impedir maior participação do setor privado. Monopólios privados cuidadosamente regulamentados podem ser fornecedores eficientes de infra-estrutura. A África nos dá exemplos recentes disso: companhias particulares de ônibus em Gana, por exemplo, ou empreiteiros privados para abastecimento de água e coleta de lixo em Togo. A participação privada tem dado bons resultados no setor de energia da Tailândia e nos sistemas de telecomunicações do Chile, Hungria, Tchecoslováquia e Turquia. Com efeito, tem havido grande aumento da atividade do setor privado nas áreas de energia e telecomunicações. Progressos tecnológicos reduziram a escala de investimentos eficientes nesses setores e mudaram radicalmente suas características de monopólios, especialmente nas telecomunicações. Firms concorrentes podem hoje atender a mesma população.

#### *Implicações para a política*

A qualidade das políticas pode fazer grande diferença na produtividade dos projetos de investimento. Mas com que rapidez a produtividade dos investimentos muda em decorrência de melhores políticas? Mesmo uma reforma radical pode não conseguir elevar as TRE da noite para o dia. Alguns benefícios tendem a ocorrer rapidamente; por exemplo, maiores incentivos de preços podem ter rápido efeito sobre os rendimentos das colheitas anuais e, portanto, sobre o retorno produzido pelos sistemas de irrigação existentes. No caso de outros projetos, porém, a necessidade de reestruturá-los — ou de começar novamente — retarda alguns dos benefícios.

De modo geral, portanto, a melhoria das condições econômicas exige tempo. Contudo, benefícios significativos devem se tornar visíveis dentro de alguns anos. A evidência no caso dos projetos do Banco Mundial e da CFI sugere que um melhor clima econômico pode produzir ótimos resultados dentro do tempo necessário ao término de um novo projeto.

A Tabela 4.3 compara as TRE dos projetos segundo (a) o clima econômico antes do início e (b) o clima de políticas por ocasião do término dos mesmos. Projetos que foram iniciados em um clima distorcido, mas completados em um clima não distorcido, registram uma TRE média de quase 18% — ou seja, a mesma elevada TRE média de projetos iniciados e terminados em um clima não distorcido. Em outras palavras, nunca é tarde de-

mais para melhorar as condições de um clima distorcido. Inversamente, aqueles projetos propostos e preparados em um clima não-distorcido, mas completados em um clima distorcido — isto é, casos nos quais os mercados se tornaram mais distorcidos enquanto o projeto estava em andamento — registram uma taxa de retorno bem menor.

O ágio pago sobre a moeda estrangeira no mercado paralelo é usado na Tabela 4.3 como medida das distorções. A melhoria do clima de políticas, mesmo nesse sentido restrito, geralmente requer mudanças, não só na taxa de câmbio, mas também em outros aspectos da política econômica. De modo mais geral, melhores políticas econômicas significam também um menor número de distorções nas outras três medidas já mencionadas: restrições comerciais, taxas de juros e estabilidade macroeconômica. Os dois próximos capítulos também tratam desses temas. O Capítulo 5 examina mais detalhadamente a importância da abertura à economia internacional; o Capítulo 6 trata da política macroeconômica e do setor financeiro.

O argumento em favor da abertura ao comércio exterior e de uma política macroeconômica prudente vem ganhando maior aceitação. A necessidade de liberalização interna — de reformar programas de regulamentação e licenciamento mal formulados — é, às vezes, esquecida no processo. Merece ser enfatizada: uma economia interna competitiva é extremamente importante. A reestruturação do arcabouço normativo, que exige o aprimoramento das instituições e reforma jurídica, costuma ser tecnicamente mais difícil e politicamente delicada. Não obstante, é indispensável. Trabalhadores, empresários e capital não devem ter dificuldade em ingressar ou sair de determinado ramo. As instituições que promovem a segurança e soluções jurídicas na área de direitos de propriedade devem ser fortalecidas, para que os empresários possam administrar seus riscos, obter acesso ao crédito e reduzir seus custos transacionais. As instituições que promovem a aquisição de aptidões e o acesso a tecnologias são também extremamente importantes.

Um clima econômico propício, complementado pelo desenvolvimento institucional e pelos investimentos, nem sempre evitará o insucesso do mercado. Mas, como nos casos de pequenos empréstimos e seguro de colheitas, não se pode esperar que o governo corrija as falhas do mercado sempre que elas ocorrem. Reconhecendo suas próprias limitações, o governo deve encorajar a

produção ou a prestação de serviços e bens públicos pelo setor privado, além do envolvimento das ONG e dos usuários locais dos serviços e investimentos nos projetos e implementação dos mesmos.

Isso tem implicações também para a comunidade que presta assistência, de modo geral, e particularmente para o Banco Mundial. Primeiro, é útil limitar o investimento do setor público e o apoio institucional a áreas que ajudem a promover a concorrência e o setor privado, em vez de deslocar este último. Segundo, as agências de ajuda e financiamento externo devem promover a participação do setor privado e de comunidades locais nas decisões referentes à prestação de serviços públicos. Terceiro, a ajuda tende a produzir resultados muito melhores quando utilizada para projetos empreendidos em um clima competitivo e voltado para o mercado. Finalmente, o apoio prestado pelas agências externas à melhoria das políticas econômicas é compensatório. Talvez o

**Tabela 4.3 Taxas médias de retorno econômico de projetos financiados pelo Banco Mundial e pela CFI a âgios cambiais iniciais e finais diferentes, 1968-89**

(%)

<i>Âgios antes do início do projeto<sup>a</sup></i>	<i>TRE a âgios diferentes ao término do projeto<sup>b</sup></i>	
	<i>Mais de 30%</i>	<i>Menos de 30%</i>
Mais de 30%	11,7	17,8
Menos de 30%	13,2	17,7

*Nota:* Cada número é a média de TRE de projetos dos setores público e privado.

a. Âgios cambiais médios durante o ano de avaliação do projeto, cerca de um ano depois do início da implantação do projeto.

b. Média trienal de âgios cambiais por volta do término do projeto.

*Fonte:* Dados do Banco Mundial.

argumento mais forte em favor do apoio a reformas estruturais é que elas fazem aumentar a produtividade dos investimentos — tanto públicos quanto privados.



## *A integração na economia mundial*

A abertura — livre trânsito de bens, capital, pessoas e conhecimentos — transmite tecnologias e gera crescimento econômico entre as nações. Há 200 anos, as importações de máquinas e a emigração de trabalhadores qualificados ajudaram a levar a revolução industrial da Grã-Bretanha ao continente europeu. Com grande êxito, Japão e EUA tomaram de empréstimo a tecnologia de outras regiões e exploraram suas ligações com países industrializados mais avançados para se tornarem importantes agentes nos mercados mundiais. Nos últimos 40 anos, o Leste asiático cresceu rapidamente através da expansão do comércio exterior.

Há uma dupla vinculação entre abertura e progresso tecnológico. Primeiro, uma maior concorrência mundial faz aumentar a procura de novas tecnologias. Segundo, a oferta de novas tecnologias a países em fase de industrialização é determinada, em grande parte, pelo grau de integração desses países na economia mundial. Novos produtos e processos são transmitidos por meio de insumos e bens de capital importados, vendidos diretamente mediante licenças ou transmitidos através de investimentos externos diretos ou contatos com importadores estrangeiros. No entanto, um enfoque favorável às forças do mercado exige também que a atuação governamental ajude os produtores a dominar novas tecnologias. Cabe ao governo garantir a base educacional, essencial ao desenvolvimento da competência tecnológica;

promover a concorrência; coordenar esforços na área de controle de qualidade; e proteger os direitos de propriedade intelectual.

Os fluxos de capital e mão-de-obra qualificada de um país a outro continuam sendo importante via de acesso à transferência de tecnologia. Os países do Leste asiático assimilaram tecnologias enviando estudantes ao exterior, explorando conexões com cidadãos de outros países e estimulando o intercâmbio com centros de pesquisa. O investimento externo direto (IED) tem ajudado a transferir tecnologias e promover o aumento das exportações em economias como Brasil e México. Contudo, os ganhos resultantes do investimento estrangeiro dependem crucialmente do clima de política econômica. O IED em um setor protegido, por exemplo, tende a gerar perdas líquidas de bem-estar, em vez de ganhos.

Aumentando a concorrência e expandindo o acesso à tecnologia, o comércio exterior gera benefícios às vezes maiores que os ganhos gerados por uma melhor alocação de recursos. No entanto, quase todos os países industrializados e em desenvolvimento têm imposto restrições ao comércio a fim de promover indústrias e aumentar as receitas. Em retrospecto, esses objetivos poderiam ser mais bem alcançados por outros métodos. Nos países em que o protecionismo foi seguido de rápido desenvolvimento, como no Leste asiático, a concorrência foi mantida nos mercados externos e internos. Neles, os incentivos ao progresso tec-

nológico foram preservados, uma vez que o êxito nas exportações constituía medida de desempenho econômico. Além disso, a intervenção no comércio exterior foi também moderada e de limitada duração, minimizando as dispendiosas distorções causadas pelo protecionismo.

### Canais de transferência de tecnologia

Tecnologia é o conhecimento que resulta em melhores máquinas, produtos e processos. As adições a esse conhecimento reduzem o custo real da produção e levam à introdução de novos produtos. A tecnologia inclui também o conhecimento incorporado ao *know-how* administrativo. O Capítulo 2 demonstrou que o aumento da produtividade — o melhor indicador de progresso tecnológico — foi responsável por até 30% do crescimento do PIB nos países do Leste asiático.

A integração no sistema comercial mundial afeta o progresso tecnológico de duas maneiras. Primeiro, faz aumentar a oferta de novas tecnologias. Segundo, aumenta a procura de novas tecnologias.

#### Canais do lado da oferta

A tecnologia é incorporada a insumos e bens de capital importados, vendida diretamente através de contratos de licenciamento e transmitida através de investimentos externos diretos, transferências de mão-de-obra ou contatos com compradores estrangeiros. Em todos esses casos, a abertura faz aumentar a oferta de novos produtos e processos.

COMÉRCIO EXTERIOR. A tecnologia é incorporada a muitos tipos diferentes de insumos importados — desde bens de capital e fábricas *turnkey* (construídas e entregues prontas para funcionar), até sofisticados componentes para montagem eletrônica. Uma das explicações da relação observada entre uma grande participação no comércio exterior e alto crescimento do PIB é que o aumento do comércio permite a importação de bens de capital. Um confronto entre as importações de tecnologia estrangeira feitas pela Argentina, Brasil, Índia, México e República da Coreia nos anos 60 e 70 mostra que a Coreia recorreu intensamente à importação de tecnologias incorporadas a outros insumos. Em 1985, a Índia ampliou o acesso do setor eletrônico à importação de componentes e bens de capital e eliminou restrições contra o ingresso e saída de firmas. De lá para cá, os preços

de fábrica diminuíram em até 60% para certos produtos e as exportações de produtos eletrônicos aumentaram.

As exportações constituem a segunda fonte de transferência de tecnologia através do comércio (Box 5.1). A exposição a mercados internacionais mantém os exportadores a par de novos produtos, enquanto os compradores estrangeiros constituem importante fonte de informações, que pode ser utilizada para aprimorar tecnologias. Nos anos 70, um levantamento de 113 firmas exportadoras coreanas revelou que 20% delas consideravam importantes os contatos com fornecedores e compradores estrangeiros; somente 8% atribuíam importância a licenças e acordos técnicos. A partir de contatos com compradores no exterior, as firmas recebiam fotocópias e especificações, informações sobre métodos de produção e especificações técnicas de produtos concorrentes, além de *feedback* sobre o projeto, qualidade e desempenho técnico de produtos exportados. Na China, o uso generalizado de empresas exportadoras na mediação de acordos comerciais entre firmas chinesas e mercados mundiais reduziu o grau ao qual os exportadores obtêm acesso à assistência técnica gratuita. Contudo, reformas recentes fizeram aumentar em muito o envolvimento de fabricantes de manufaturados no comércio exterior e devem facilitar a transferência de tecnologia.

COMPRA DE TECNOLOGIA ATRAVÉS DE LICENCIAMENTO. A preocupação com o poder monopólico de fornecedores de tecnologia, aliada a problemas de balanço de pagamentos, fez com que muitos países em desenvolvimento controlassem o fluxo de tecnologia não incorporada a produtos e limitassem os pagamentos de *royalties* nos anos 60 e 70. Na Índia, restrições quanto ao montante e prazo permitido para pagamentos de *royalties* levaram os fornecedores a preferir transferências de quantias totais, pagas de uma vez. Contudo, por desincentivar as relações a longo prazo entre fornecedores e compradores, essa modalidade de pagamento tornou os fornecedores menos responsáveis pelo êxito das transferências de tecnologia. Outros países procuraram restringir os pagamentos de importações de tecnologia, limitando o acesso a diversas firmas, o que, por sua vez, desestimulou a concorrência. Em contraposição, o Ministério do Comércio Internacional e Indústria (MITI) do Japão reforçou a rivalidade entre empresas, garantindo o acesso de várias firmas nacionais a tecnologias estrangeiras.

### Box 5.1 Como se faz um exportador: duas experiências bem-sucedidas

Os dois relatos abaixo sugerem que o ingresso bem-sucedido em mercados de exportação requer uma combinação de acesso a informações, incentivos adequados e espírito empresarial.

#### Exportações de confecções em Bali, na Indonésia

A receita em moeda estrangeira produzida pela indústria de confecções de Bali aumentou de menos de US\$3 milhões em 1975 para mais de US\$65 milhões em 1987. A indústria surgiu em meados da década de 70 como esforço de vendas voltado para o turismo, empreendido por firmas locais e cidadãos estrangeiros, os quais financiavam suas viagens voltando para seus países de origem com malas cheias de roupas. Esses estrangeiros, geralmente dotados de pouca experiência comercial, proporcionavam capital limitado, porém barato, além de contatos no exterior e mobilidade internacional.

Várias dessas primeiras *joint ventures* foram rapidamente imitadas, uma vez demonstrada sua rentabilidade.

Em 1981, uma recessão levou diversos produtores a reavaliar suas relações informais com estrangeiros locais e a procurar parceiros estrangeiros mais capazes, atraídos para Bali por sua nova reputação como lucrativo centro de produção. Em 1986, Bali tinha suficiente fama como fornecedora de butikues para que muitos compradores estrangeiros se decidissem a comprar confecções mediante acordos menos pessoais. No entanto, por causa do cumprimento mais estrito das leis de imigração já existentes, que regulam o emprego de estrangeiros, parece ter-se desacelerado temporariamente a melhoria da qualidade das exportações de confecções.

#### Exportações de arroz no Vietnã

Em meados da década de 80, o Vietnã era um importador líquido de arroz e, por várias vezes durante a década, pediu ajuda internacional sob a forma de alimentos a fim de evitar a fome. Em 1989, era o terceiro maior exportador de arroz do mundo, abaixo dos EUA e da Tailândia. O comércio de arroz passou de importações líquidas de 280 mil toneladas em 1988 para exportações líquidas de quase 1,5 milhão de toneladas em 1989, representando um terço das exportações totais em moedas fortes.

Essa inversão de desempenho não se deveu a alguma alteração especial do clima. Antes, uma série de reformas econômicas correlatas fez o Vietnã passar de importador líquido para exportador líquido de arroz. Em 1988 e 1989, a agricultura foi descoletivizada e o arroz voltou a ser produzido em propriedades familiares. Os controles de preços foram eliminados e, em 1989, uma grande desvalorização da moeda, em termos reais, aumentou o incentivo financeiro de exportar. Finalmente, as instituições comerciais foram reorganizadas a fim de eliminar monopólios estatais nas áreas de importação e exportação, o que introduziu a concorrência entre as *trading companies*, quase todas estatais.

Esses dois casos ensinam lições bastante diferentes. Reformas tradicionais (desregulamentação de preços, privatização e desvalorização) inverteram a situação do Vietnã no caso do arroz. Em Bali, o impulso vital se deveu a acesso a informações sobre mercados internacionais, administração técnica e capital.

Os fluxos comerciais e o licenciamento de tecnologias estrangeiras permitem aos países evitar o custo da duplicação de tecnologias já existentes. Medidas restritivas contra a importação de tecnologia no Brasil, China e Índia têm freqüentemente causado intensa atividade científica que poderia ter sido acelerada através de maior uso de tecnologias já consolidadas, desenvolvidas no exterior.

#### *A procura de tecnologia*

Em um ambiente mais competitivo, as firmas respondem à concorrência internacional procurando cada vez mais minimizar seus custos. Isso pode levar simplesmente a um melhor uso de tecnologias já existentes, ou a esforços no sentido de adquirir e adaptar novas tecnologias. Na Turquia, que liberalizou o comércio exterior e reformou seu setor financeiro nos anos 80, o setor privado acelerou as importações de tecnologia — incorpo-

rada a máquinas e que pode ser adquirida através de acordos técnicos ou de licenciamento —, bem como a compra de projetos e *know-how*.

Por distorcer os preços relativos, o protecionismo costuma levar a uma dispendiosa adoção de técnicas de uso intensivo de capital em economias onde a mão-de-obra é abundante. Na Costa do Marfim, o setor têxtil foi desenvolvido nos anos 60, basicamente através de investimentos externos diretos, induzidos por isenção de imposto de renda e de direitos de importação, juros subsidiados, tarifas elevadas e restrições contra a importação. Baixando o custo do capital, o crédito subsidiado propiciou fábricas com uso mais intensivo de capital. Além disso, o fato de as firmas terem escolhido tecnologias sofisticadas, que exigiam alto nível de mão-de-obra estrangeira, inflacionou as folhas de pagamento. Esses altos custos de produção eram transferidos aos consumidores em



um mercado protegido. No Japão, ao contrário, a indústria têxtil desenvolveu-se como setor onde o uso de mão-de-obra era altamente intensivo, utilizando máquinas importadas de segunda mão e modificadas para substituir capital por mão-de-obra. No Japão — como na República da Coreia — a tecnologia da produção têxtil só veio a fazer uso intensivo de capital quando os preços relativos mudaram e a mão-de-obra passou a ser o fator escasso.

Também um sistema de tarifas progressivas pode afetar a escolha tecnológica. Nas Filipinas, como em muitos outros países, quanto mais processado é um produto, mais altos são os direitos de importação. Isso estimula operações de montagem e embalagem fortemente dependentes de materiais e equipamentos importados. A resposta típica dos governos é impor normas sobre índice de nacionalização, exigindo que os produtos acabados conttenham certo percentual de componentes de fabricação nacional. Não raro, essas normas são aplicadas indiscriminadamente, sem atentar para a vantagem comparativa, o que reduz ainda mais a competitividade dos produtos montados.

A concorrência nas exportações, como nas importações, também força as firmas a se manterem atualizadas na área de progressos tecnológicos. Um fabricante de peças de veículos do Brasil, a Metal Leve, ingressou no mercado internacional em 1965 para dar vazão ao seu excesso de capacidade e explorar incentivos fiscais e de crédito. A capacidade empresarial dos dirigentes da firma e o ingresso desta nos mercados internacionais criaram um processo dinâmico de progresso tecnológico e crescente participação nas exportações, alimentado pela procura estrangeira de produtos de alta qualidade. Além disso, a exportação reforça o incentivo de adotar novas tecnologias, aumentando o retorno produzido pela inovação através de maiores oportunidades de mercado. Na indústria da informática, por exemplo, as firmas têm de visar os mercados mundiais desde o início para que os seus investimentos sejam rentáveis.

#### *Política do governo na área da tecnologia*

Uma das lições mais claras da experiência japonesa e de países do Leste asiático é o valor da estratégia de importar e desenvolver tecnologias estrangeiras. Os países que utilizam tecnologia importada geralmente fazem grande esforço interno no sentido de difundir e desenvolver tecnologias. Essa capacidade de selecionar, difundir e desenvolver tecnologias importadas — às vezes chama-

da de aptidão tecnológica — é também determinada pela ação política em diversas áreas, além da abertura. Uma delas é a educação (discutida em detalhe no Capítulo 3). As outras são a concorrência interna (também discutida no Capítulo 4), a estrutura macroeconômica (discutida em detalhe no Capítulo 6), os serviços de informações, normas e padrões, propriedade intelectual e pesquisa e desenvolvimento.

**CONCORRÊNCIA INTERNA.** A inovação e a difusão de tecnologias são promovidas pela concorrência interna, especialmente quando o mercado interno é amplo. Um estudo conduzido nos EUA em meados do século XIX demonstrou que, com a expansão das vias navegáveis no interior do país, a atividade na área de patentes aumentou. O acesso a mercados mais amplos e a maior concorrência regional aceleraram o ritmo da inovação. Recente estudo de indústrias bem-sucedidas em seis países europeus, Cingapura, EUA, Japão e República da Coreia constatou que a concorrência interna era fundamental para o êxito no mercado mundial (Porter, 1990). No Japão, quase todos os setores que se tornaram grandes exportadores nos mercados mundiais tinham grande número de concorrentes internos; só na indústria de máquinas-ferramenta havia mais de 100 fabricantes. A concorrência interna é importante mesmo em indústrias com substanciais economias de escala (por exemplo, a indústria química alemã, as indústrias suecas de automóveis e caminhões e a indústria suíça de produtos farmacêuticos).

Obstáculos contra a concorrência interna — restrições ao licenciamento que limitam a criação de novas firmas, políticas de preços e leis trabalhistas ou de falência que regulamentam o fechamento de firmas, além de barreiras tarifárias e não-tarifárias — geralmente desestimulam o progresso tecnológico (ver Capítulo 4). No setor indiano de fertilizantes — onde a concorrência foi praticamente eliminada por controles do governo sobre a abertura de novas firmas e políticas de preços que transferem custos mais elevados — certas fábricas mais antigas, que empregam processos obsoletos, continuam a sobreviver, embora operem a menos de 30% da capacidade. Na indústria europeia de computadores, certos mercados nacionais foram entregues às firmas nacionais mais importantes, que nunca chegaram a atuar fora dos seus mercados protegidos.

Contudo, uma política favorável às forças de mercado pode implicar mais que a remoção de

barreiras contra a concorrência interna. O governo pode ter de lançar mão de leis antitruste para evitar que os produtores e distribuidores entrem em conluio ou exerçam poder monopolista. A concorrência oferecida pelas importações costuma ser eficaz contra a prática de conluios, mas pode não ser suficiente quando os distribuidores de produtos importados têm poder monopolista, ou quando os bens não são objeto de comércio exterior. Nos EUA, todos os casos antitruste surgidos recentemente envolviam bens que não eram objeto de comércio exterior, tais como serviços de transporte rodoviário e serviços odontológicos. No entanto, medidas antitruste mal projetadas podem ser "assimiladas" pelos próprios interesses que deveriam regulamentar — como na Índia. Um bom sistema é adotar um código antitruste simples, que proíba somente a fixação de preços e outras práticas evidentemente restritivas. Medidas que pretendem ir além — tais como restrições contra fusões ou *joint ventures* — podem levar a um aumento da concorrência, mas tendem a prejudicar a eficiência nos casos em que as economias de escala são importantes.

A ESTRUTURA MACROECONÔMICA. A estrutura macroeconômica afeta o ritmo e a seleção da transferência de tecnologias, por influir sobre as taxas de juros, taxas de câmbio e a disponibilidade de divisas. No Japão e na República da Coreia, altas taxas de poupança nacional e formação de capital foram associadas a uma rápida disseminação de tecnologias, no sentido de que o custo do capital diminuiu e a rotatividade do capital aumentou. Os estudos indicam forte associação entre o investimento em equipamentos e o crescimento econômico nos países industrializados; o Capítulo 2 demonstrou que um estoque de capital em rápida expansão contribuiu de modo significativo para o crescimento do PIB nos países em desenvolvimento a partir de 1960.

Uma estrutura macroeconômica instável geralmente resulta em racionamento de divisas, e este leva, por exemplo, a restrições contra pagamentos de *royalties* referentes a licenças de tecnologia. Especialmente nos países menos industrializados, nos quais grande parte da tecnologia é transmitida sob a forma de importação de bens de capital ou licenças, as restrições à obtenção de divisas tendem a retardar significativamente o desenvolvimento tecnológico.

Uma taxa cambial supervalorizada pode também distorcer o processo de escolha tecnológica,

pois reduz o custo das máquinas importadas e faz com que o desenvolvimento tenda na direção de um tipo de crescimento baseado em uso intensivo de capital. Se o custo do capital for alto demais (como na Índia, que impõe elevadas tarifas sobre as importações de bens de capital) ou baixo demais (como era em Gana, Filipinas e Tanzânia nos anos 50), haverá um declínio da velocidade da transferência de tecnologia e dos benefícios resultantes da tecnologia importada nas condições locais.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO. Certos órgãos do governo e associações de indústrias podem fazer valiosa contribuição à aquisição de tecnologias, coordenando o intercâmbio de informações entre importadores, o que estimula a padronização de componentes e dispositivos. Contudo, os órgãos do governo têm tido êxito irregular na prestação de informações a exportadores de manufaturados. Os exportadores precisam de informações detalhadas sobre especificações de produção e opções de marketing — informações que o setor público geralmente não tem o *know-how* para fornecer. Para se tornarem mais eficientes, os serviços de informações do governo poderiam vendê-las, o que os obrigaria a captar informações que justifiquem o preço cobrado. Além disso, esses serviços devem ser avaliados mediante padrões de desempenho. Por exemplo, os serviços destinados a promover exportações de manufaturados poderiam ser avaliados contra variações da participação nas exportações. Nas economias do Leste asiático, os órgãos de promoção de comércio exterior só tiveram êxito depois de um longo acúmulo de experiência por parte de fornecedores do setor privado, associações privadas e pequenas unidades de funcionários do governo que promoviam o comércio. Os governos devem estimular a concorrência entre os fornecedores de informações dos setores público e privado, eliminando restrições à abertura de firmas privadas e estrangeiras de serviços de consultoria.

NORMAS E PADRÕES. Um sólido sistema central de metrologia, normas, padrões, testes e controle de qualidade ajuda a economia a aperfeiçoar e difundir tecnologias. Em economias muito diversas, como a República da Coreia e a Turquia, os serviços de testes e controle de qualidade vêm contribuindo para o êxito das exportações e criando incentivos para o investimento em melhorias. A experiência, porém, sugere três considerações

importantes. Primeiro, a não ser que exista vigorosa concorrência, de modo que um produto inferior não possa ser facilmente vendido, não haverá oferta de serviços de controle de qualidade. Segundo, o ingresso de firmas nesse setor não deve ser limitado a organizações públicas. Esses serviços de controle de qualidade são prestados com sucesso por firmas nacionais e estrangeiras em vários países em fase de industrialização. Terceiro, os padrões utilizados devem estar em conformidade com especificações internacionais. Do contrário, os padrões específicos de determinados países podem se tornar uma forma de protecionismo. Além disso, a cooperação pode ajudar a evitar monopólios. Os países industrializados podem desempenhar importante papel na disseminação da tecnologia, estimulando padrões "abertos" que permitem às firmas ligar seus produtos e estabelecer comunicação entre máquinas, sem equipamento ou permissão especiais. A República da Coreia utilizou padrões abertos para computadores pessoais (PC) a fim de começar a exportá-los.

**PROPRIEDADE INTELECTUAL.** Muitos países em fase de industrialização — especialmente os menos industrializados — estão geralmente empenhados em adaptar e difundir produtos e processos desenvolvidos em países industrializados. O resultado é que, até agora, percebe-se que o aumento da proteção de patentes, nos países industrializados, tem beneficiado mais as firmas estrangeiras que a indústria nacional. A proteção de patentes pode estimular não só as firmas nacionais a desenvolverem tecnologias alternativas, como também a transferência da tecnologia dos países industrializados. Mas isso pode, também, elevar o custo da utilização de tecnologia recém-patenteada. Contudo, para as economias em fase recente de industrialização — que só agora estão adentrando a fase tecnológica em várias frentes — a vantagem de maior proteção da propriedade intelectual logo se tornará importante. No passado, as nações industrializadas reforçaram a proteção da propriedade intelectual à medida que se desenvolviam. Mas pode ocorrer que até mesmo uma economia em fase de industrialização adote atitude diferente. Uma resolução da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), propondo o fornecimento gratuito de plasma genético a todas as nações, foi aprovada pelos países em desenvolvimento em 1983; em 1985, muitos destes últimos trataram de proteger as novas variedades de cultivo que haviam desenvolvido. Uniram-

se aos EUA em suas ressalvas contra a proposta da FAO, e esta foi derrotada.

Também outros motivos estão rapidamente tornando central a questão da proteção melhor da propriedade intelectual. Devido à natureza mutável da tecnologia, fica mais difícil assimilar os progressos mediante cópia de produtos importados — o que leva um número maior de firmas a buscar acordos de licenciamento. Os países industrializados que consideram perdas comerciais as cópias não-autorizadas pressionam no sentido de maior proteção de patentes e marcas registradas. Ao tratar da questão no contexto de negociações comerciais bilaterais, que incluem a possibilidade de retaliação comercial, os EUA e a Comunidade Européia (CE) fortaleceram as leis de patentes na Coreia e no México.

Contudo, seriam preferíveis acordos multilaterais, negociados no âmbito do GATT e da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, ao invés de tentativas bilaterais caso-a-caso. Assim haveria uma abordagem global mais ampla e se minimizaria a ameaça de retaliação comercial. A proteção da propriedade intelectual é de máxima importância em áreas nas quais os países em fase de industrialização poderiam beneficiar-se da pesquisa dos países industrializados, como a área de prevenção de doenças tropicais. Não raro, a pesquisa nos países em fase de industrialização baseia-se em acréscimos aos projetos e processos já estabelecidos, que também podem gozar de proteção. Seria o caso de dar intenso estímulo ao acesso a licenciamentos de inovações estrangeiras. As indústrias dos países em desenvolvimento buscariam limitar as cláusulas restritivas em seus acordos internacionais de licenciamento, como as que suspendem exportações.

**PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.** Na agricultura, a taxa do retorno produzido pela pesquisa de cultivos patrocinada pelo setor público é tipicamente da ordem de 30 a 60% (ver Capítulo 4). Na indústria, porém, o retorno produzido pela pesquisa financiada pelo governo provavelmente não tem sido tão grande. Estudos sugerem que o êxito japonês no desenvolvimento de novas tecnologias resulta mais de melhores incentivos à indústria privada do que da expansão de programas subsidiados pelo governo.

Nos países em desenvolvimento, o governo costuma gastar boa parte dos recursos destinados à transferência de tecnologia em instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento. Em mui-

de capital nacional (Tabela 5.1). Isso é verdadeiro mesmo quando se leva em conta a intensidade do uso de capital e o tamanho das firmas. Parece plausível que a presença estrangeira possa aumentar a produtividade de firmas que permanecem de inteira propriedade do capital nacional. No caso dos três países indicados na Tabela 5.1, porém, os dados a esse respeito são inconclusivos.

A difusão de aptidões administrativas e de marketing tende a ser tão importante quanto a transferência de tecnologias de produtos e processos. Em Bali, na Indonésia, e em Taiwan, China, o investimento externo gerou benefícios adicionais positivos, poupando os custos informacionais do ingresso em mercados mundiais. Uma vez que as firmas estrangeiras já possuem conexões nas áreas de marketing, *know-how* e experiência de produção, certas economias estimulam ativamente os exportadores mundiais a estabelecerem unidades de produção em seus países. Entre as economias que exploraram as ligações de firmas estrangeiras com os mercados mundiais estão Cingapura, Irlanda, Malta e Maurício.

Apesar do significativo papel que desempenha na difusão da tecnologia, o investimento externo direto em uma economia na qual a política econômica é altamente distorcida tende a gerar perdas líquidas, em vez de ganhos de bem-estar. Na Costa do Marfim (como já mencionado neste capítulo), o protecionismo seletivo e os subsídios a firmas têxteis multinacionais resultaram em produção ineficiente. Outro estudo constatou que mais de um terço dos projetos de investimento estrangeiro geraram retornos negativos para o país anfitrião, em virtude de protecionismo nas importações. Como mostra a Tabela 5.1, firmas onde o capital estrangeiro é majoritário geraram menos divisas que as *joint ventures* ou firmas nacionais. Nos três países, grande parte do setor de manufaturados goza de proteção, de sorte que as firmas estrangeiras e nacionais se concentraram no mercado interno. Além disso, tanto o Marrocos (no caso de fosfatos) quanto a Venezuela (no caso do petróleo e do alumínio) impuseram restrições contra o capital estrangeiro em setores com elevada receita de exportação. Contudo, após a reforma comercial iniciada no Marrocos em 1984, a produtividade e as vendas de exportação aumentaram mais rapidamente nas firmas estrangeiras do que em suas congêneres nacionais (Tabela 5.1).

Os países anfitriões podem maximizar os ganhos potenciais do IED adotando leis de investimento de aplicação uniforme, baixo nível de pro-

tecionismo e um mínimo de isenções de imposto de renda ou subsídios de crédito a firmas estrangeiras. Os impostos que restringem a repatriação de lucros também desestimulam o investimento externo direto. A fim de reduzir a possibilidade de que as multinacionais explorem suas vantagens informacionais e cobrem preços mais altos, os países anfitriões podem estimular a concorrência entre firmas estrangeiras e evitar conceder privilégios exclusivos a qualquer investidor estrangeiro. Na Turquia, por exemplo, a liberalização dos investimentos estrangeiros criou concorrência entre *joint ventures* e firmas licenciadas locais no sentido de aperfeiçoar o setor automotivo nacional. O melhor é que as firmas locais e estrangeiras operem sob políticas fiscais igualitárias: uma alíquota de impostos mais baixa e uniforme é preferível a um sistema que discrimine a favor ou contra as multinacionais.

Os investidores estrangeiros tendem também a preferir um sistema cujas normas sejam claras. Estudo realizado pelo Banco Mundial, abrangendo 44 companhias internacionais de mineração, constatou que a maioria preferia trabalhar dentro dos limites de uma legislação tributária claramente definida em relação a investimentos e empresas a negociar acordos individuais sobre incentivos fiscais ou subsídios. Os três países considerados mais atraentes para investimentos na área da mineração — Botsuana, Chile e Papua Nova Guiné — adotam alíquotas fiscais bastante elevadas pelos padrões dos países em desenvolvimento.

#### *Fluxos agregados de investimento externo direto e o crescimento*

A redução do acesso de países em desenvolvimento a empréstimos de bancos comerciais fez aumentar a atratividade do investimento externo direto. Em 1988, o IED havia ultrapassado outros tipos de fluxos como fonte de capital estrangeiro para os países em desenvolvimento (Figura 5.1; ver também Tabela 1.3).

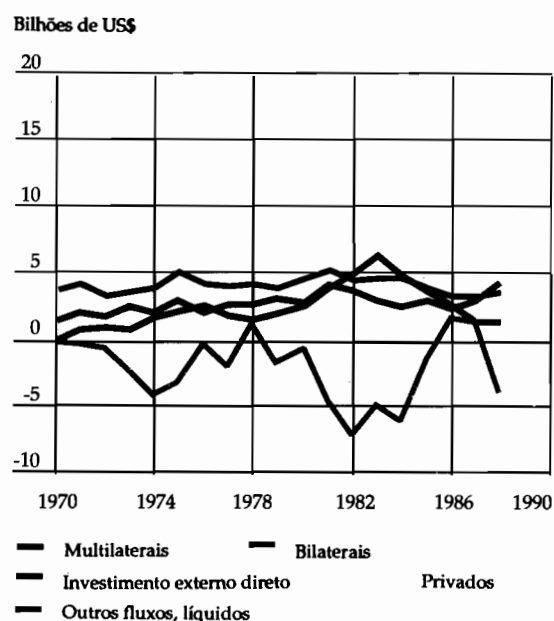
Embora tenha crescido a um ritmo mais lento do que os fluxos comerciais — em média, 6% ao ano em termos reais de 1970 a 1989 —, o IED variou muito menos que os fluxos privados. Após constante tendência de alta nos anos 70, o IED diminuiu entre 1981 e 1986, retornando em 1988 ao seu nível de 1981. Mas a situação geral encobre significativas diferenças de crescimento entre esses dois tipos de fluxos para várias regiões. Em termos reais, o IED aumentou 12% ao ano entre 1970 e 1989 na Ásia, em comparação com 3% no

caso da América Latina e uma redução no caso da África.

À parte o potencial de ganhos através da transferência de tecnologia, o IED gera empregos, representando até 60% do emprego na atividade manufatureira de certos países, como Cingapura. Enquanto os países em fase de industrialização continuam canalizando o IED para serviços, provavelmente crescerá seu efeito favorável sobre o emprego. O IED também transfere o ônus do risco dos investimentos de firmas nacionais para investidores estrangeiros. As amortizações são vinculadas à lucratividade dos respectivos investimentos, ao passo que, no caso do financiamento de dívidas, o devedor tem de pagar a dívida, quer o projeto tenha êxito ou não. A Tabela 5.2 mostra que o IED foi o único influxo de capital fortemente associado a um crescimento maior do PIB no período 1970-89, embora a direção da causalidade não seja clara. Se o IED tende a promover o crescimento, o inverso também é verdadeiro.

As perspectivas de aumento dos fluxos de IED para os países em desenvolvimento nos anos 90 permanecem incertas. Um estudo calcula que a participação dos países em desenvolvimento nos fluxos globais de investimento externo diminuiu nos anos 80 de 26% para 21%. Além disso, o IED em países em desenvolvimento é altamente concentrado: nos anos 80, 15 países atraíram 75% do total de investimentos. O IED não pode ser encarado como substituto para os empréstimos comerciais ou fluxos oficiais: na melhor das hipóteses, é um suplemento. O fluxo e a eficácia do IED tendem a aumentar quando existe financiamento interno e oficial adequado, prestado por organiza-

**Figura 5.1 Fluxos líquidos anuais de capital para economias em desenvolvimento, 1970-88**



*Nota:* A partir de uma amostra de 55 economias em desenvolvimento. Não se incluem Cingapura; Taiwan (China) e economias incapazes de tomar empréstimos em termos de mercado. Os fluxos são em preços constantes de 1970.

*Fonte:* Dados do Banco Mundial.

ções como o Banco Mundial, em apoio à expansão da infra-estrutura, serviços de saúde e educação.

Em resumo, o investimento externo direto é fonte potencialmente importante de capital para suplementação dos investimentos nacionais, da

**Tabela 5.2 Investimento, crescimento e fluxos líquidos de capital, 1970-89**

(% do PIB)

Período e correlação	Fluxos oficiais/PIB <sup>a</sup>	Investimento externo direto/PIB	Fluxos privados/PIB
<i>Entre investimento interno/PIB e fluxos</i>			
1970-75	0,14	0,50*	0,45*
1975-82	0,13	0,26*	0,26*
1982-89	0,10	0,24	0,24
1970-89	0,16	0,39*	0,31*
<i>Entre crescimento do PIB e fluxos</i>			
1970-75	0,34*	0,52*	0,21
1975-82	0,17	0,24	0,23
1982-89	-0,07	0,15	-0,05
1970-89	0,16	0,33*	-0,02

\* Estatisticamente significativo no nível de 5%.

*Nota:* Todos os valores arrolados são médias de período para 60 países.

a. Incluem-se nos fluxos oficiais, fluxos bilaterais e multilaterais.

*Fonte:* Serviço de Notificação da Dívida do Banco Mundial.

transferência de tecnologia e da geração de empregos. Contudo, a evidência de transferência de tecnologia através do IED não é clara. A medida na qual os influxos estrangeiros contribuem para o crescimento depende, em grande parte, da eficácia da política econômica dos países anfitriões.

A oportunidade de aumento de fluxos de IED para os países em desenvolvimento dependerá também das políticas adotadas nos países industrializados. A integração regional tornou a Europa ainda mais atraente para o investimento estrangeiro, e isso desincentiva fluxos para os países em desenvolvimento. De modo geral, o aumento do protecionismo nos países industrializados desvia o IED de outras destinações e torna os países em desenvolvimento menos atraentes como locais para o investimento estrangeiro voltado para exportações.

### Política comercial e crescimento econômico

Ao estabelecerem regimes comerciais abertos, os países em desenvolvimento atraem o IED pelo motivo certo: os investidores estrangeiros vêem oportunidades de criar empresas internacionalmente competitivas. Mas as vantagens oferecidas por um comércio liberal vão muito além disso. As restrições comerciais distorcem a alocação dos investimentos e estimulam a atividade de *lobbying* por parte de interesses privados e governos. Os consumidores pagam o custo das medidas comerciais restritivas, enquanto os setores protegidos lucram. Nos EUA, um estudo calculou que as restrições contra a importação de automóveis japoneses custavam aos consumidores entre US\$93.000 e US\$250.000 por emprego poupado.

A dispersão do nível do protecionismo pode levar a distorções significativas, ainda que o nível médio da proteção seja baixo. As firmas que compram insumos de setores protegidos — tais como fábricas de automóveis que têm de comprar aço de fabricação local no Brasil, na Índia ou no Paquistão — enfrentam desvantagens nos mercados mundiais. Nos EUA, os fabricantes de PC queixam-se de que os direitos de importação aplicados a componentes reduzem sua competitividade internacional. Mas, quando os dirigentes protegem produtos finais e permitem a livre importação de componentes, o chamado protecionismo efetivo aplicado a esses produtos costuma ser muito mais alto que o indicado pelos níveis tarifários oficiais.

Tarifas elevadas são um convite à aplicação arbitrária: em muitos países, os níveis oficiais de

protecionismo são altos, mas a receita real produzida pelas tarifas é baixa. No Brasil, o nível estatutário de tarifas aplicado ao setor privado, ponderado pelo volume de importações, era de 40% em 1985, ao passo que a receita alfandegária total, como percentual do volume de importações, foi de apenas 6%. Grande parte da diferença é explicada por isenções (inclusive aquelas concedidas a firmas do setor público). Em muitos países, essas isenções costumam ser oferecidas *ad hoc*, dando aos políticos um poderoso instrumento de ganhos ilícitos.

Um comércio mais livre é ainda mais desejável quando um pequeno número de firmas domina os mercados internos. No Paquistão, onde o mercado interno é pequeno demais para sustentar muitos fabricantes de bicicletas, as importações poderiam estimular a concorrência no sentido de melhorar a qualidade do produto e reduzir os preços. Dados sobre margens de lucro referentes a países bem diferentes, como Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Marrocos e Venezuela, sugerem que as importações constituem importante fonte de concorrência. Em mercados nos quais a eficiência exige produção em grandes volumes, o comércio leva à consolidação e à especialização na produção. Em um regime de comércio liberal, a Venezuela não poderia manter 15 firmas montadoras de automóveis.

Afetando a natureza dos insumos e os processos de produção, o comércio exterior pode produzir ganhos bem maiores que os benefícios, a curto prazo, de uma melhor realocação de recursos (Grossman & Helpman, no prelo). O acesso a insumos de melhor qualidade tende a aumentar a produtividade e acelerar o crescimento da produção. Exportadores e importadores tomam conhecimento de novos produtos e processos resultantes de avanços tecnológicos internacionais. Mercados maiores, que oferecem um retorno maior ao trabalho de pesquisa e aumentam a concorrência, motivam os produtores a desenvolver ou adaptar novas tecnologias. Contudo, argumenta-se às vezes que o lucro monopólico é necessário para recompensar os produtores por terem investido em pesquisa e adaptado a tecnologia importada às condições locais. Quando não podem auferir completamente os lucros da inovação ou da adaptação, os investidores internos tendem a subinvestir em tecnologia. Na indústria, porém, grande parte do trabalho de aplicar e difundir conhecimentos exige proficiência técnica por parte das firmas e, portanto, pode reverter inteiramente em



benefício destas últimas. O que a evidência histórica sugere acerca da relação entre sistemas protecionistas e progresso tecnológico? A resposta parece ser que a abertura geralmente promove um crescimento mais rápido.

#### Os fatos acerca do comércio exterior

Enquanto se desenvolviam, os países industrializados recorreram menos ao protecionismo do que a maioria dos países em desenvolvimento o faz

### Box 5.2 Protecionismo em países industrializados: uma perspectiva histórica

Séculos antes da revolução industrial, muitos países já haviam aprendido a proteger seus mercados internos. A partir do século XIII, a Inglaterra promulgou uma série de leis que limitavam o tipo e a origem dos tecidos que as pessoas podiam usar. Embora algumas dessas leis tivessem objetivo social — como a identificação de classes através das roupas —, a base de outras era nitidamente econômica. Além de leis contra a importação de produtos franceses, os ingleses protegiam sua produção contra países como a Índia. Os produtores ingleses do século XVII conseguiram a aprovação de uma lei que proibia importar ou usar seda e tecidos de algodão da China, Índia e Pérsia. As restrições contra tecidos de algodão importados foram impulso às indústrias de estampagem de algodão na Inglaterra, bem como às indústrias de seda e linho-algodão.

No entanto, quando se comparam os níveis de protecionismo no mundo industrializado nos últimos 200 anos

com os que hoje prevalecem nos países em desenvolvimento (Tabela de box 5.2), verifica-se que os níveis médios de protecionismo em países industrializados jamais atingiram os atuais níveis de protecionismo dos países em desenvolvimento. Em 1820, o nível médio de tarifas para manufaturados em sete países era 22%. Embora os países industrializados tenham se beneficiado de um protecionismo natural maior antes da redução dos custos de transporte, a tarifa média de 12 países industrializados permaneceu na faixa de 11 a 32% entre 1820 e 1980. No Japão, por exemplo, tratados estrangeiros mantiveram baixas as tarifas até 1899. Quando essas restrições foram eliminadas, as tarifas raramente ultrapassaram 10-15% até 1911. Mesmo depois de 1911, o nível global das tarifas japonesas não passou de 20%. Em contraposição, a tarifa média para manufaturados nos países em desenvolvimento é de 34% (Tabela 5.3).

**Tabela de box 5.2 Alíquotas tarifárias em países industrializados, 1820-1987**  
(percentuais médios não-ponderados)

Produtos e país ou região	1820	1875	1913	1925	1930 <sup>a</sup>	1950	1987
<i>Manufaturados</i>							
Alemanha	10	4-6	13	20	21	26	7
Áustria	..	15-20	18	16	24	18	9
Bélgica	7	9-10	9	15	14	11	7
Dinamarca	30	15-20	14	10	..	3	..
Espanha	..	15-20	41	41	63	..	..
EUA	40	40-50	25	37	48	14	7
França	..	12-15	20	21	30	18	7
Itália	..	8-10	18	22	46	25	7
Países Baixos	7	3-5	4	6	..	11	7
Reino Unido	50	0	..	5	..	23	7
Suécia	..	3-5	20	16	21	9	5
Suíça	10	4-6	9	14	19	..	3
Média	22	11-14	17	19	32	16	7
<i>Todos os produtos</i>							
Austrália	..	..	16	18	14	17	..
Canadá	..	14	17	14	13	9	6
EUA	45 <sup>b</sup>	41	40	38	45	13	6
Japão	..	4	20	13	19	4	8
Média	..	6	23	21	23	11	7

a. A média para os manufaturados é 1931 e não 1930.

b. Os dados são para 1821 e não 1820.

Fontes: Para 1820 e 1875 (tarifas médias sobre o imposto), Bairoch, 1976. Para 1987, dados do GATT apresentados em Kelly et alii, 1988. Para os outros anos: para os EUA (coeficiente receitas alfandegárias/importações tributáveis): U.S. Department of Commerce, 1975; para o Japão (coeficiente receitas alfandegárias/importações tributáveis): Ohkawa, Shinohara & Umemura, 1979; para Canadá e Austrália (coeficiente receitas alfandegárias/importações tributáveis): Mitchell, 1983; para 1913 e 1925 (tarifas estatutárias médias): League of Nations, 1927.



hoje. Desde inícios do século XIX, a média das tarifas impostas nos países industrializados tem sido inferior a 25% (Box 5.2). Em 1987, as tarifas cobradas pelos países em desenvolvimento eram, em média, de mais de 30% — e isto após uma década de profundas reformas (UNCTAD, 1987). No Sul da Ásia, o protecionismo sob a forma de tarifas é mais do dobro da média histórica dos países industrializados.

Os países industrializados raramente usaram medidas não-tarifárias durante a fase de industrialização, embora isso venha mudando ultimamente — como o demonstra o aumento de acordos voluntários de exportação de automóveis e aço e o Acordo Multifibras (AMF) na área de produtos têxteis. Contudo, em uma amostra de 82 países em desenvolvimento, barreiras não-tarifárias foram aplicadas a 28% do total das importações em 1987 (Tabela 5.3). De modo geral, os fatos indicam que, em comparação com o que fazem hoje os países em desenvolvimento, os países industrializados cresceram com tarifas um tanto mais baixas e número bem menor de barreiras não-tarifárias.

Estudos que medem os ganhos a curto prazo (ganhos estáticos) produzidos por um comércio mais liberal constatam que os mesmos variam de menos de 1% a mais de 6% do PIB. Os ganhos são ainda maiores quando os mercados internos são dominados por apenas uns poucos produtores, ou quando há economias de escala na produção. Esses estudos, porém, medem somente mudanças em determinado momento; não se destinam a analisar os vínculos potenciais entre política comercial e crescimento a longo prazo.

A maioria dos estudos que analisaram o crescimento do PIB e a abertura comercial verificou que há uma relação positiva entre ambos (Box 5.3). Também a Figura 5.2, utilizando sete critérios diferentes de abertura, indica a existência de uma associação positiva entre o aumento da produtividade e a política comercial e cambial. Os fatos acumulados sugerem que os ganhos a longo prazo de uma maior concorrência e da difusão de tecnologia tendem a ser muito maiores que os ganhos a curto prazo.

Contudo, certo grau de ceticismo é justificado por dois motivos. Primeiro, a maioria dos estudos examina a relação entre crescimento econômico e volumes comerciais, e não políticas, em parte porque a avaliação de "política" suscita questões difíceis. Algumas economias do Leste europeu atingiram alta participação do comércio exterior no

**Tabela 5.3 Tarifas e barreiras não-tarifárias em países em desenvolvimento, 1987**

Região	Manufaturados		Todos os produtos	
	Tarifas	BNT	Tarifas	BNT
Leste asiático	22	20	21	22
Sul da Ásia	81	47	77	48
Europa, O. Médio e Norte da África	26	31	24	32
África subsaariana	30	30	33	30
América Latina e Caribe	34	20	33	21
Média	34	27	32	28

*Nota:* BNT, barreiras não-tarifárias. Os dados são médias não ponderadas de tarifas.

*Fonte:* UNCTAD, 1987, com base em 82 fontes de país. Para a Rep. da Coreia, estimativas do Banco Mundial.

PIB intervindo na política comercial. Estudos mais recentes, porém, procuraram identificar o efeito das políticas comerciais *per se*, à base de informações sobre tarifas, quotas e preços relativos. O resultado foi ainda uma relação positiva entre abertura e crescimento.

Segundo, é difícil interpretar a correlação observada entre política comercial e crescimento. Políticas não diretamente relacionadas com o comércio exterior (política macroeconômica, medidas que promovem a concorrência interna etc.) podem ser responsáveis tanto por um desempenho comercial superior como por um alto crescimento do PIB. Além disso, é difícil estabelecer a direção da causalidade entre políticas comerciais e crescimento.

#### *Intervenção e crescimento*

Os fatos justificam duas conclusões gerais. Primeiro, há uma associação estatística geral entre menor grau de intervencionismo e distorções de preços, de um lado, e maior aumento da produtividade, de outro. Segundo, a experiência varia consideravelmente entre países — daí a dispersão de pontos em torno das tendências gerais na Figura 5.2. Em parte, isso se deve ao fato de que a abertura é apenas um dos fatores que explicam o aumento da produtividade; este Relatório documenta também a importância de criar estabilidade macroeconômica, oferecer serviços sociais e promover um clima produtivo para as empresas. No entanto, não deixa de ser verdade que certos países, como a República da Coreia, atingiram elevadas taxas de aumento de exportações praticando o protecionismo seletivo. Por que a inter-

### Box 5.3 Política comercial e crescimento: os fatos

Neste capítulo, abertura significa acesso não somente a mercadorias, mas também a serviços, tecnologia, investimento estrangeiro e fluxos de capital. Neutralidade em política comercial significa que os incentivos são neutros entre poupar uma unidade de moeda estrangeira através da substituição de importações e ganhar uma unidade de moeda estrangeira através de exportações. Comparações de preços entre mercadorias vendidas nos mercados internos e internacionais dão uma boa medida da neutralidade. Se os mercados internos são competitivos, as comparações de preços incorporam o efeito das políticas de preço e taxa de câmbio que afetam os preços internos: tarifas, quotas, diferentes taxas cambiais para importação e exportação, e subsídios. Mas é comum não haver informações sobre preços relativos, de modo que outros índices são utilizados como substitutos.

As medidas mais simples da orientação comercial baseiam-se em fluxos comerciais reais, tais como a soma de importações e exportações como percentual do PIB. (Para uma visão geral da literatura sobre abertura e crescimento, ver os documentos básicos de Dollar, Harrison e Jen.) Em sua maioria, essas medidas mostram uma associação positiva com o aumento do PIB, mesmo depois de controlados outros fatores. Infelizmente, elas são, na melhor das hipóteses, um substituto imperfeito da *política comercial*. Outros fatores, como o tamanho do país ou influxos de capital estrangeiro, também afetam o comércio; por exemplo, em países de grande extensão, a participação do comércio tende a ser menor. Um aperfeiçoamento desse método é utilizar o desvio do fluxo comercial real em relação ao previsto, à base de variáveis tais como o tamanho do país (Balassa, 1985; Syrquin & Chenery, 1989).

Dados administrativos, que incluem barreiras tarifárias e não-tarifárias, são difíceis de agregar em um índice global. A maior dificuldade advém do índice de cobertura de barreiras não-tarifárias. Uma vez que o índice de co-

bertura nos dá o percentual de importações cobertas por barreiras comerciais, uma barreira extremamente eficaz que exclua quase todas as importações de uma categoria receberia pouco peso. A maior parte dos estudos baseados nestas medições diretas de política constata uma relação positiva entre comércio e crescimento (por exemplo, Barro, no prelo; Heitger, 1986).

Também os estudos microeconômicos geralmente indicam uma associação positiva entre aumento de exportações e aumento da produtividade. Contudo, a relação entre importações e aumento da produtividade é, às vezes, positiva e outras vezes negativa. (Quanto ao trabalho resumido nestas duas últimas afirmações, ver Nishimizu & Page, 1990 e Tybout, 1991.) O trabalho empírico não conseguiu distinguir entre o efeito positivo esperado das importações sobre o aumento da produtividade a longo prazo e o fato de que as importações são inicialmente atraídas para setores de baixa produtividade, nos quais o país não goza de vantagem internacional.

Outra dificuldade encontrada na medição do efeito das políticas comerciais sobre o crescimento é que a própria política comercial pode ser função de outras variáveis, inclusive do crescimento. Estudos que tentaram identificar a relação causal entre crescimento do PIB e aumento de exportações ou importações produziram resultados irregulares (por exemplo, Hsiao, 1987; Jung & Marshall, 1985).

A maior parte da evidência atualmente disponível mostra uma relação positiva entre abertura — independentemente de como é medida — e crescimento. Contudo, as dificuldades de isolar o impacto das políticas comerciais *per se* e de determinar causalidade sugerem que o debate não está inteiramente resolvido. É preciso dedicar mais esforço à coleta de dados detalhados sobre quotas e tarifas para os países em desenvolvimento.

venção é, em média, mais arriscada? Por que existem exceções?

Do ponto de vista puramente prático, a intervenção do governo no comércio exterior é arriscada por vários motivos. Os países costumam subestimar a dificuldade de compensar distorções induzidas pelo comércio. Um sistema de remissão de direitos, destinado a reembolsar os exportadores pelo valor de tarifas pagas por insumos, é a segunda melhor maneira de combater distorções causadas pelo protecionismo. Para que haja real igualdade de incentivos entre produzir para o mercado interno e para exportação, os exportadores devem ser compensados por quaisquer tarifas

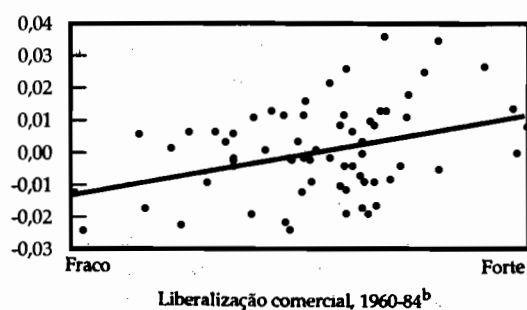
incidentes sobre os seus produtos (as quais incentivam a produção para o mercado interno) e pela supervalorização cambial resultante do protecionismo. Um estudo de países latino-americanos constatou que os subsídios de exportação compensam apenas pequena parte da perda causada à exportação por tarifas e taxas cambiais distorcidas. Além disso, os países que oferecem subsídios à exportação ficam sujeitos ao pagamento de direitos compensatórios.

Em muitos países, o custo de insucessos na implementação ultrapassa aquilo que se poderia lucrar se as falhas do mercado tivessem sido corrigidas. Na Argentina e na Costa do Marfim, esfor-

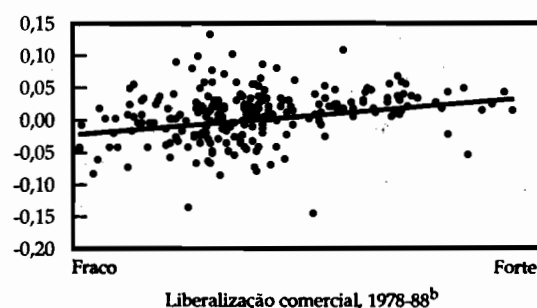
**Figura 5.2 Abertura e aumento de produtividade: correlações parciais para países em desenvolvimento, 1960-88**

(%)

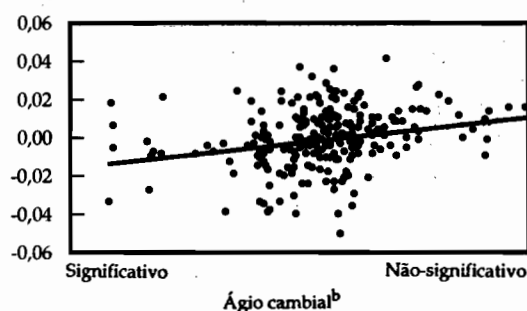
Aumento de produtividade<sup>a</sup>



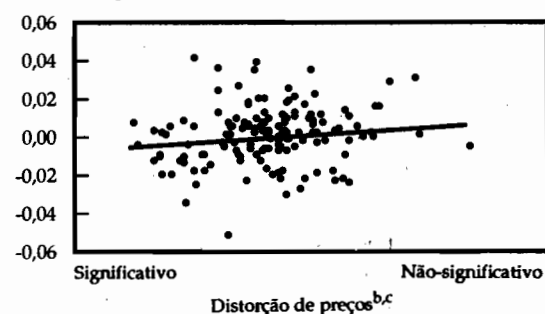
Aumento de produtividade<sup>a</sup>



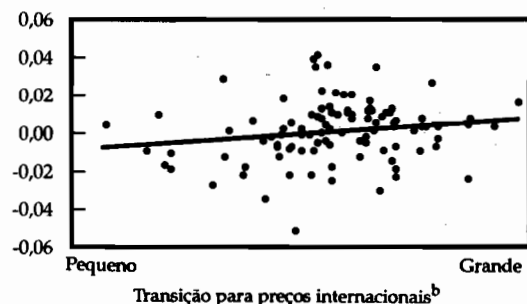
Aumento de produtividade<sup>a</sup>



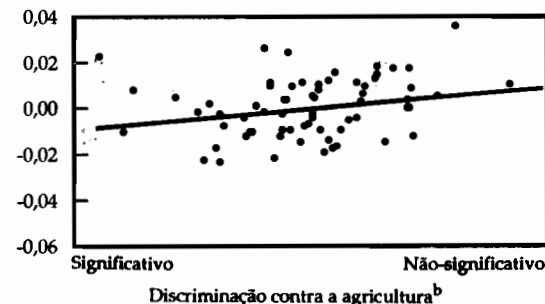
Aumento de produtividade<sup>a</sup>



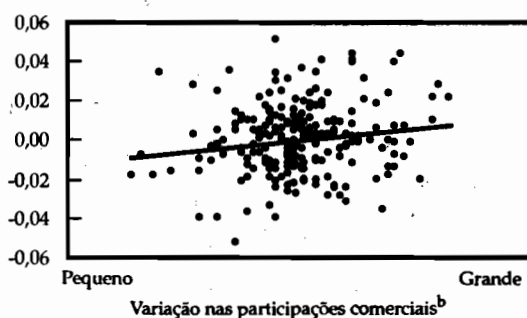
Aumento de produtividade<sup>a</sup>



Aumento de produtividade<sup>a</sup>



Aumento de produtividade<sup>a</sup>



**Nota:** Os índices de liberalização comercial, ágio cambial, distorção de preços e variação nas participações comerciais são significativos no nível de 5% numa regressão do crescimento do PIB com base em variáveis de abertura, crescimento dos insumos (capital, mão-de-obra, educação e terra) e em variáveis simuladas de país. O índice de discriminação contra a agricultura é significativo no nível de 10%. Os dados são médias para 1960-66, 1967-73, 1974-81 e 1982-88, à exceção do índice de liberalização comercial de 1978-88, que utiliza dados anuais porque o período foi abreviado. O número de países da amostra varia de 60 a 18.

a. Resíduo não-explicado de crescimento do PIB, após verificação do crescimento dos insumos e dos efeitos sobre os países.

b. Substitutos para as políticas cambiais e comerciais, após verificação do crescimento dos insumos e dos efeitos sobre os países.

c. O componente produtos não-comercializados no exterior foi expurgado do preço relativo dos bens de consumo, tomando-se o resíduo de uma regressão desse índice de preços sobre urbanização, terra e população. Ver também Dollar, no prelo.

Fonte: Ver as notas técnicas ao fim do texto principal.

ços no sentido de distribuir créditos de exportação, de modo a compensar distorções comerciais e cambiais, tiveram curta duração. Os subsídios criam problemas de financiamento e tendem a ser alocados a grupos ou setores favorecidos. Na Costa Rica, os subsídios para exportações não-tradicionais representaram 5% dos gastos totais do governo central em 1990; 80% desses subsídios foram recebidos por menos de 20 firmas. A República da Coreia, que vinculou créditos e subsídios a um bom desempenho na área de exportação, também cometeu erros: seu esforço de criar a indústria pesada através de subsídios generalizados nos anos 70 obteve, na melhor das hipóteses, êxito parcial. Muitas vezes, políticas que deveriam ser medidas a curto prazo, destinadas a dar a indústrias internas uma chance de crescerem ou reestruturarem-se, nunca são abolidas. O Box 5.4 analisa os principais prós e contras do intervencionismo.

O que distingue os países que intervieram no comércio exterior e, no entanto, conseguiram crescer rapidamente? Primeiro, os intervencionistas bem-sucedidos preservaram os incentivos ao progresso tecnológico, mantendo a concorrência internacional e interna e impondo requisitos de desempenho em troca de subsídios de crédito, protecionismo na importação ou restrições contra o estabelecimento de firmas no mercado interno. No Japão e na República da Coreia, os subsídios e o protecionismo eram estritamente vinculados ao sucesso nas exportações dentro de um prazo definido. As firmas que não tivessem bom desempenho podiam fechar. Na indústria japonesa de fibras sintéticas, o MITI ajudava firmas a obterem licenças de várias fontes nacionais diferentes para garantir o estabelecimento de novos produtores — o que levou a excesso de capacidade e implacável concorrência.

Além disso, o intervencionismo bem-sucedido tem sido temperado por um enfoque flexível e altamente pragmático. A capacidade de sustar o tratamento especial quando a intervenção fracassa é muito importante. Em 1980, a República da Coreia cancelou rapidamente as medidas de forte apoio ao desenvolvimento da indústria pesada — através de protecionismo e subsídios — que adotara nos anos 70. Ao contrário, muitos países em fase de industrialização continuam a subsidiar estatais ineficientes e a impor restrições contra o fechamento de firmas que apresentam mau desempenho.

Segundo, o intervencionismo adotado por esses países foi moderado, no sentido de que não causou grandes distorções de preços. Botsuana, Canadá e Malásia adotaram tarifas relativamente baixas e evitaram medidas fora da área de preços, tais como quotas, para diversificar a produção. No caso da República da Coreia, medições do protecionismo efetivo sugerem que os preços relativos não chegaram a ser significativamente distorcidos em favor da produção para o mercado interno (Westphal, 1990). Em parte, as distorções de preço foram minimizadas em algumas economias do Leste asiático, dado que esses países eram voltados para o comércio mundial. O seu compromisso com os mercados mundiais constituiu um controle externo sobre as medidas intervencionistas — orientando a política cambial, o protecionismo e os subsídios.

Na prática, poucas economias conseguiram utilizar a proteção de indústrias incipientes para criar indústrias viáveis e internacionalmente competitivas. O custo dos insucessos do governo onera, quase sempre, o setor agrícola e os consumidores que pagam preços mais altos por produtos de baixa qualidade. Se o governo chega a intervir, deve fazê-lo com a finalidade de (a) impor a competitividade, promovendo a abertura para o exterior e a concorrência interna, (b) intervir na fonte de distorção (por exemplo, subsidiando a educação, em vez de usar o protecionismo, quando o problema é a falta de capital humano) e (c) intervir somente através de medidas não-arbitrárias, limitadas no tempo e que não estimulem a especulação. As economias que optam pelo protecionismo comercial devem usar tarifas baixas, em vez de barreiras não-tarifárias como quotas ou controles de preços.

### Condições para o êxito da reforma comercial

Nos últimos anos, um número crescente de países em desenvolvimento adotou programas de reforma de política comercial. Quando mantidos, esses programas geralmente produzem bons resultados — isto é, parecem contribuir para a expansão do comércio exterior e da produção total. Em muitos casos, porém, os programas são apenas parcialmente mantidos; em outros, fracassam completamente. Até que ponto os países e a comunidade internacional (que também tem interesse em tais reformas) podem aumentar as chances de êxito da liberalização do comércio exterior?

Um estudo de 36 reformas comerciais, adotadas por 19 países em desenvolvimento entre 1945

## Box 5.4 Deve ou não o Estado intervir no comércio?

### Argumentos a favor da intervenção

- A intervenção estatal seletiva desempenhou papel proeminente em dois notáveis sucessos da história do desenvolvimento: Japão e República da Coreia. Esses dois países empregaram impostos e subsídios, crédito dirigido, restrições contra ingresso e saída de firmas e protecionismo comercial para estimular a indústria interna. Em outras economias, inclusive Canadá, Malásia e Botsuana, que são ricas de recursos, a intervenção moderada ajudou a diversificação da base de exportações e a criação de novas indústrias (Lewis, 1988). No Canadá, tarifas moderadas (10-30%) protegeram a indústria até começos do século XX. Mas o governo não recorreu a quotas ou controles cambiais, nem tentou evitar o declínio de indústrias antieconômicas. Em 1988, os manufaturados constituíam mais de 50% das exportações totais. A Malásia também recorreu ao protecionismo de tarifas moderadas, mas fez pouco uso de controles cambiais e licenciamento de importações. As exportações de manufaturados passaram de 6% do total em 1965 para 46% em 1988. Em Botsuana, onde a taxa de crescimento do PIB é uma das mais altas do mundo no pós-guerra, o valor das exportações de manufaturados ultrapassou o das exportações de carne em meados da década de 80. Por ocasião da independência, os produtos de carne eram responsáveis por quase toda a receita de exportação de Botsuana. Embora a hábil administração do setor de mineração tenha sido vital para o sucesso, o uso modesto de restrições de importações promoveu a produção de manufaturados e da horticultura, ficando a proteção dependente da produção a preços equivalentes de importação.

- O declínio a longo prazo dos termos comerciais para produtos fora da área de combustíveis, aliado a uma procura mais inelástica de alguns deles, sugere que os países poderiam aumentar suas receitas de exportação, diversificando sua base com a produção de manufaturados. No passado, a intervenção era, às vezes, necessária porque os produtores não tinham as informações ou o *know-how* de que necessitavam para ingressar na produção industrial (por exemplo, Brasil, República da Coreia e Turquia).

- Grande número de falhas de mercado, desde falta de informações até mercados de capital incompletos, pode justificar uma política industrial. O alto retorno produzido por inovações na agricultura e na indústria sugere que os agentes privados talvez estejam subinvestindo em pesquisa e desenvolvimento. Os dados são mais escassos no caso da indústria, mas diversos estudos sobre o desenvolvimento industrial de computadores e analisadores computadorizados de tomo-

grafia axial nos EUA sugerem que os benefícios da inovação para os consumidores ultrapassam em muito os custos da pesquisa. Uma falha comumente mencionada tem a ver com a necessidade, em todo o setor industrial, de "aprender fazendo". Em princípio, os governos poderiam recorrer a subsídios, em lugar de protecionismo, a fim de estimular produtores internos a aprenderem dessa forma ou ingressarem em mercados onde os custos iniciais são elevados. Na prática, o protecionismo tem sido o instrumento mais usado, em virtude de sua maior praticabilidade administrativa e financeira.

- Recente argumento a favor da intervenção no comércio recomenda o uso da política comercial como ferramenta estratégica destinada a dar às firmas internas alguma vantagem nos mercados globais (Helpman & Krugman, 1989; Brander & Spencer, 1985). Quando grandes oligopólios concorrem em mercados mundiais, os governos podem querer subsidiar firmas nacionais a fim de habilitá-las a conquistar parte dos lucros oligopólicos. Da mesma forma, um governo pode tentar subsidiar o ingresso de firmas nacionais em mercados globais nos quais as economias de escala só comportam a atuação de uns poucos agentes.

### Argumentos contra a intervenção

- O alto custo de intervir na política comercial já foi documentado por vários estudos (Balassa et alii, 1971; Bhagwati, 1978). Mesmo na República da Coreia, certos importantes projetos de substituição de importações resultaram em dispendiosos fracassos. O "Grande Impulso" para o desenvolvimento da indústria pesada em 1973-79 contribuiu para a valorização da taxa real de câmbio, perda de competitividade e distorções nos mercados financeiros (Collins, 1990). O crescimento do PNB caiu na Coreia para -4,8% em 1980. Voltou a crescer novamente em 6% em 1981-82 após a desvalorização, a liberalização dos preços e dos controles sobre as importações e a reforma fiscal. Quando as intervenções têm êxito, a evidência sugere que o país obtém melhor resultado se as intervenções produzirem incentivos neutros. O êxito depende também de um prazo para as intervenções. Mas a maioria dos países não tem a capacidade administrativa de coletar todas as informações necessárias para assegurar que as intervenções resultem em incentivos neutros. E os setores protegidos podem continuar a exigir proteção a indústrias incipientes muito tempo depois que essas já amadureceram. A Europa e o Japão dão exemplos, em países industrializados, da dificuldade de desmontar-se o protecionismo na agricultura.

e 1984, constatou que somente 15 delas foram integralmente mantidas, nove foram parcialmente mantidas e 12 fracassaram (Papageorgiou, Michaely & Choksi, 1990). Um estudo de reformas comerciais adotadas concomitantemente com empréstimos do Banco Mundial nos anos 80 constatou que muitos países realinharam suas taxas

cambiais, compensaram tendências que desfavoreciam os exportadores e converteram tarifas em quotas. Mas só alguns dos 24 países examinados reduziram significativamente suas tarifas. Há indícios favoráveis à rápida eliminação progressiva das restrições quantitativas e à redução das tarifas para níveis relativamente baixos e uniformes, nu-

- Esforços no sentido de estimular a diversificação, passando-se de produtos básicos para a indústria, freqüentemente resultam em altos níveis de protecionismo nos setores de manufaturados. No processo, muitos países solaparam sua base agrícola e criaram setores industriais que dependiam da perpetuidade do protecionismo a fim de sobreviverem (por exemplo, Argentina, Egito e Índia).

- Na prática, a política comercial geralmente não é um instrumento desejável como forma de estímulo à indústria interna. Embora o protecionismo possa estimular o processo de "aprender fazendo" — por promover a produção — e atrair maior número de trabalhadores para o setor protegido, os preços relativos se distorcem em favor da produção para os mercados internos. Para anular a discriminação contra as exportações, há necessidade de medidas adicionais, não raro criando um labirinto de intervenções.

- O argumento em favor de subsídios estratégicos com o fito de ajudar firmas de países em desenvolvimento a competir nos mercados mundiais não convence (Bhagwati, 1989). À parte alguns casos isolados — como o da indústria aeronáutica brasileira —, os produtores tendem mais a ter poder oligopólico em seus próprios países do que nos mercados globais. Isso torna o protecionismo ainda mais dispendioso que em perfeitas condições de concorrência. Caso outros países retaliem, subsidiando suas firmas nacionais, todos têm a perder. Estudos dos ganhos produzidos pela promoção do ingresso de firmas internas em mercados mundiais indicam que esses ganhos são pequenos ou inexistentes (Grossman, 1989). Um estudo da indústria aeronáutica brasileira não constatou quaisquer ganhos resultantes do subsídio às exportações, em parte porque outros países também subsidiaram o ingresso (Baldwin & Flam, 1989). Um estudo da rivalidade global entre dois grandes produtores de aviões — um norte-americano e o outro europeu — estima que os subsídios do governo impunham considerável custo de bem-estar aos EUA, trazendo pouco ou nenhum ganho de bem-estar à Europa (Baldwin & Krugman, 1987).

ma faixa de 15-25%. A experiência se mostra favorável a uma reforma substancial e abrangente, num prazo aproximado de cinco anos, sendo as ações principais e decisivas tomadas no primeiro ano.

Apesar da dificuldade de implementar a reforma e mantê-la depois que é introduzida, os países

que adotaram a liberalização tiveram melhor desempenho que os outros. Um estudo de países em desenvolvimento nos anos 80 constatou que, mantidos constantes os demais fatores, os que implementaram reformas comerciais registraram maior crescimento anual do PIB (Thomas & Nash, no prelo). As taxas de crescimento dos países que adotaram reformas eram mais elevadas, mesmo quando outros efeitos eram levados em conta, inclusive financiamento externo, mudanças nas relações comerciais, variações da taxa real de câmbio e crescimento mais rápido nos países da OCDE.

#### *Aspectos microeconômicos*

As reformas bem-sucedidas geralmente reduzem a cobertura de restrições quantitativas, bem como o nível e a dispersão das tarifas. Há várias maneiras de eliminar gradualmente as restrições quantitativas. Quando se usam quotas de produtos, o teto das quotas pode ser gradualmente elevado até que as mesmas se tornem excessivas — método empregado na Austrália, na CE e na Nova Zelândia. Quando se usam licenças de importação, o licenciamento pode ser gradualmente eliminado através da redução do número de produtos para os quais a licença é necessária, tornando-a transferível, e do uso de "listas negativas", que permitem a livre importação de todos os produtos não incluídos nas mesmas.

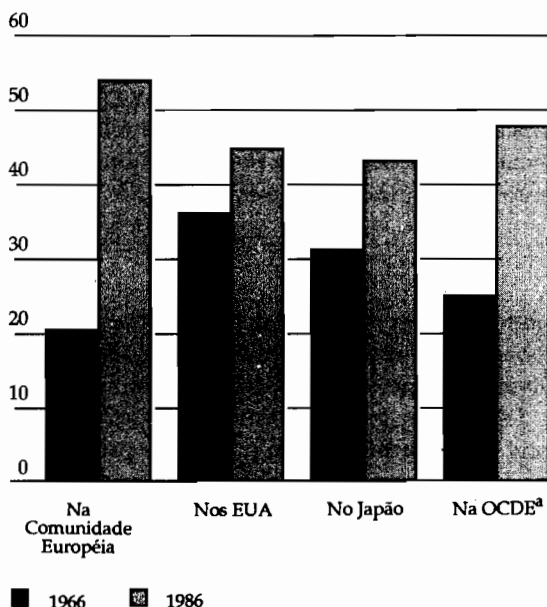
As tarifas podem ser reduzidas cortando-se todas elas em proporções iguais, ou reduzindo-se a tarifa máxima a determinado nível, o qual é gradualmente rebaixado. Em princípio, uma estrutura tarifária não-uniforme pode gerar mais receita, aplicando tarifas mais altas a produtos cuja procura é mais inflexível. Contudo, o projeto desse sistema exige grande volume de informações, podendo ainda ter efeito adverso sobre a distribuição da renda. Igualmente importante é que as tarifas não-uniformes são sujeitas a pressões lobistas, aumentam as dificuldades administrativas e dão azo à percepção de desigualdades. Na ausência de um sistema de tarifas zero, a melhor política prática é criar uma estrutura tarifária uniforme relativamente baixa e um programa de remissão de direitos alfandegários para os exportadores.

De importância crucial são as reformas destinadas a promover uma economia interna mais competitiva (discutidas no Capítulo 4). Restrições contra a abertura ou fechamento de firmas, controles de preços e de produção, ou normas que reduzem a concorrência no setor de bens não co-



**Figura 5.3 Parcela de importações afetada por todas as medidas não-tarifárias, 1966 e 1986**

% do comércio afetado por medidas não-tarifárias



a. Não se incluem dados sobre Austrália, Áustria, Canadá, Islândia, Nova Zelândia e Suécia.

Fontes: Laird & Yeats, 1990b; Walter, 1972.

mercantilizados no exterior podem arrefecer a reação à reforma comercial. No México, barreiras contra a abertura de firmas dificultavam a resposta dos empresários aos novos incentivos. Até recentemente, certas normas do setor de transportes inflacionavam o custo da remessa de produtos aos portos ou à fronteira com os EUA. Preceitos que inibem o fechamento de companhias insolventes (tais como leis de falência e restrições institucionais ou políticas) impedem a melhoria da estrutura da produção após a introdução da reforma comercial. Restrições contra o fechamento de firmas explicam parte do insucesso das primeiras tentativas de liberalização comercial na Polônia e na Iugoslávia. Esses casos confirmam um dos principais temas deste Relatório: o êxito em um dos aspectos da reforma exige esforços suplementares em outros.

#### O contexto macroeconômico

Esse argumento se aplica igualmente, senão com mais força, à política macroeconômica. Grandes déficits fiscais e seu financiamento monetário agravam o equilíbrio externo e geram inflação, levando freqüentemente a perdas de reservas. Quando a taxa cambial nominal não pode ajustar-se livremente, a escassez de divisas geralmente obriga o governo a voltar a adotar licenciamento, maior protecionismo e restrições comerciais.

Embora o uso de tarifas como forma de aumentar a receita crie muito mais distorções que os impostos de vendas ou de valor adicionado, a fragilidade administrativa de muitos países leva-os a recorrer a impostos sobre o comércio exterior como fonte de receita.

O efeito da liberalização nas receitas depende da combinação de políticas. É preciso que os governos avaliem o efeito potencial das reformas sobre a receita. É possível mudar de restrições quantitativas para tarifas em quase toda situação fiscal. Mas as reduções de tarifas precisam ser ligadas a medidas para converter em tarifas as quotas remanescentes, bem como à redução de isenções tarifárias. Talvez — se os gastos não puderem ser reduzidos — seja preciso compensar com outras medidas o declínio da receita tarifária. Os reformadores aperfeiçoaram a administração e a arrecadação fiscais (em Gana, Paquistão e Tailândia); aumentaram as taxas e a cobertura de vendas e impostos de consumo (nas Filipinas, em Malavi, Maurício e México); adotaram o imposto sobre valor adicionado (na Jamaica, em Marrocos e na Turquia); ou elevaram o preço da produção e dos serviços do setor público.

É importantíssimo adotar na hora certa as medidas que compensem a receita. Tanto no México como em Marrocos a reforma comercial fez declinar as receitas fiscais do comércio, mas o México amenizou as perdas com as receitas mais altas do imposto de valor adicionado, instituído antes da reforma. O Marrocos, porém, revogou parte da reforma tarifária iniciada em 1984 quando os seus problemas de receita foram agravados por dificuldades na implementação do novo imposto de valor adicionado e pelo colapso dos preços mundiais de fosfatos.

Estudo do Banco Mundial, referente a 19 países que haviam reformado sua política comercial, constatou que a valorização da taxa real de câmbio era freqüentemente associada ao colapso de uma tentativa de reforma. Tentar implementar reformas comerciais quando a taxa de câmbio está



grosseiramente supervalorizada tende a agravar os problemas de balanço de pagamentos e sabotar o esforço de reforma. À medida que os controles sobre as importações são atenuados, uma depreciação real faz aumentar os preços dos produtos comercializados no exterior, tornando mais atracente a produção para exportação e reduzindo temporariamente o impacto da concorrência para fabricantes de produtos que concorrem com importados. (O papel da política macroeconômica no desenvolvimento é discutido em detalhe no Capítulo 6.)

#### Considerações de economia política

Até mesmo a reforma comercial mais bem concebida pode fracassar em virtude de problemas que não são puramente econômicos. Os que têm a perder com a reforma comercial são geralmente mais organizados e politicamente poderosos que os que têm a ganhar, tais como os consumidores nos grandes interesses rurais ou agrícolas. A reforma ameaça também interesses adquiridos dentro do governo, desde empresas estatais protegidas até autoridades comerciais que lucram com o *status quo* e políticos em busca de apoio. Imprimir à reforma o ritmo e o seqüenciamento adequados pode ajudar a contornar essas dificuldades. (O Capítulo 7 volta a essas questões da arte da reforma.)

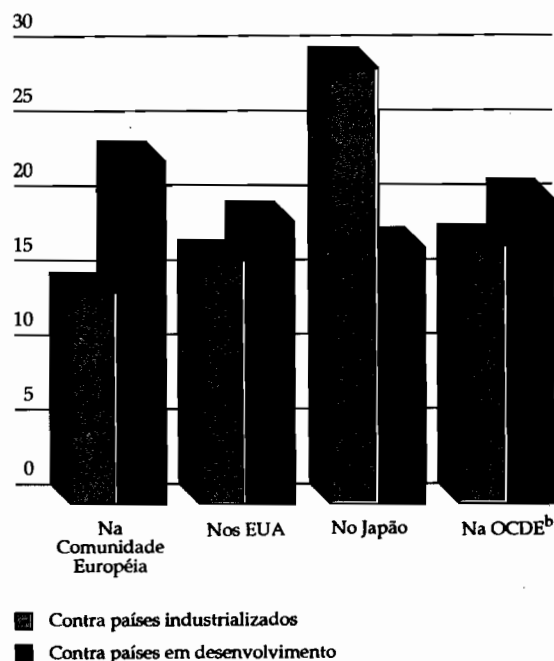
#### O clima mundial para o comércio

##### Protecionismo nos países industrializados

A reforma comercial nos países em desenvolvimento tem muito mais probabilidade de sucesso quando o êxito comercial não é punido. Nas últimas décadas, as tarifas médias dos países industrializados foram reduzidas a menos de 6%. Mas o uso de outras medidas protecionistas, tais como quotas, subsídios, contenção voluntária de exportações e medidas compensatórias e *antidumping*, aumentou de forma alarmante a partir dos anos 60. O aumento do protecionismo resulta, em grande parte, de maior concorrência nos mercados mundiais, e é agravado pela incapacidade do GATT de controlar barreiras não-tarifárias. Entre 1966 e 1986, a parcela de importações afetada por todas as medidas não-tarifárias aumentou em mais de 20% nos EUA, quase 40% no Japão e 160% na CE (Figura 5.3). Em 1986, 21% das importações da OCDE provenientes de países em desenvolvimento foram atingidos pelas chamadas barreiras

**Figura 5.4 Medidas não-tarifárias *hard-core* aplicadas contra países industrializados e em desenvolvimento, 1986**

% do comércio atingido por medidas não-tarifárias<sup>a</sup>



a. Calculado utilizando-se ponderações do comércio de 1981. As medidas não-tarifárias *hard-core* incluem quotas, contenção voluntária de exportações, o Acordo Multifibras e outras medidas altamente restritivas.

b. Não inclui dados para Austrália, Áustria, Canadá, Islândia, Nova Zelândia e Suécia.

Fonte: Laird & Yeats, 1990a.

não-tarifárias *hard-core*, ou básicas: quotas, contenção voluntária de exportações, o AMF e outras medidas altamente restritivas (Figura 5.4). E essa cifra não inclui outras restrições, tais como limites de preço ou normas sanitárias e de segurança. Caso estas últimas fossem incluídas, a parcela do comércio afetada por barreiras não-tarifárias nos países industrializados poderia igualar os 28% do comércio afetado por todas as medidas não-tarifárias nos países em desenvolvimento em 1987.

Os subsídios à agricultura aumentaram em 80% nos EUA, 60% no Canadá e 21% no Japão entre 1980 e 1985, enquanto o número de processos envolvendo medidas compensatórias ou *antidumping*, movidos pela Austrália, Canadá, a CE e os EUA, mais do que dobrou. Fatos recentes sugerem que certas investigações *antidumping* e de

## Box 5.5 Variações de preços de produtos básicos

Pode um país beneficiar-se do comércio exterior, ainda que grande parte de suas exportações seja de produtos primários? Nos anos 50, Raoul Prebisch e Hans Singer sugeriram que os ganhos comerciais para os países em desenvolvimento diminuiriam à medida que caíssem os preços de exportação de produtos básicos. A hipótese Prebisch-Singer fornecia uma justificativa para a industrialização à base de substituição de importações. A evidência não é convincente.

Entre 1900 e 1986, as relações comerciais de produtos básicos fora da área de combustíveis declinaram em uma média de 0,6% ao ano (Figura de box 5.5a). Se escolhermos um período diferente, porém, o declínio é muito menor. Entre 1920 e 1986, as relações comerciais caíram em menos de 0,3% ao ano. Além disso, essas cifras tendem a superestimar o declínio, ignorando melhorias no caso dos manufaturados.

Muitos países em desenvolvimento têm diversificado suas exportações: a participação de manufaturados nas exportações de não-combustíveis dos países em desenvolvimento aumentou de 15% em 1963 para 62% em 1987 (Balassa, documento básico). Além disso, pequenos exportadores de produtos básicos, como café ou cacau,

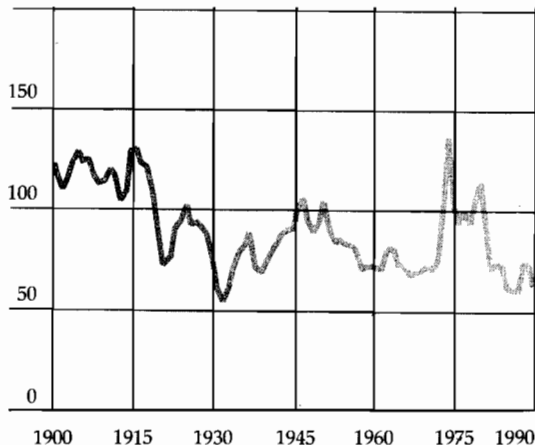
provavelmente se beneficiaram de melhores relações comerciais enquanto os preços das importações de grãos declinavam. Consequentemente, a queda das relações comerciais para os países em desenvolvimento provavelmente foi bem menor que no caso dos produtos básicos fora da área de combustíveis.

Tampouco as variações de preços levam em conta aumentos compensatórios de volumes comerciais. Apesar das significativas quedas do preço relativo de produtos básicos fora da área de combustíveis a partir de 1973, a receita produzida pelos produtos básicos permaneceu relativamente constante em relação à receita de manufaturados. O volume das exportações dos países em desenvolvimento durante esse período quase dobrou, contrabalançando o declínio das relações comerciais (Figura de box 5.5b). Dadas as diferenças de política interna, certos países não se saíram tão bem quanto outros: as receitas de exportação de produtos básicos fora da área de combustíveis caíram em 50% no Sul da Ásia e aumentaram quase na mesma proporção no Leste asiático.

**Figura de box 5.5a Produtos básicos fora da área de combustíveis versus manufaturados: índice de preços relativos, 1900-90**

Índice: 1977-79 = 100

200



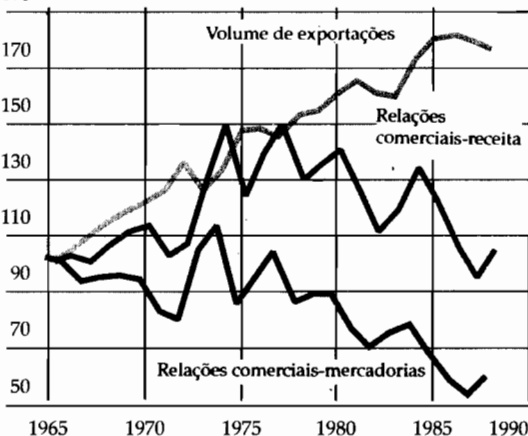
*Nota:* O índice de preços de manufaturados utilizado foi o índice de preços por atacado dos EUA.

*Fontes:* Dados do Banco Mundial; Grilli & Yang, 1988.

**Figura de box 5.5b Tendências das exportações e das relações comerciais de países em desenvolvimento, 1965-88**

Índice: 1965 = 100

190



*Nota:* Relações comerciais-mercadorias são o valor unitário ponderado de exportação de produtos primários, deflacionado pelo valor unitário ponderado de importação de cada região. As relações comerciais-mercadorias multiplicadas pelo volume real de exportação produzem as relações comerciais-receita. Os dados baseiam-se numa amostra de 90 países em desenvolvimento.

*Fonte:* Dados do Banco Mundial.

subsídios vêm sendo empregadas como ameaça contra importações estrangeiras, mesmo na ausência de aplicação de direitos alfandegários compensatórios e *antidumping*. De meados da década de 80 para cá, os países industrializados quase nada fizeram para revogar o protecionismo acumulado. O uso crescente de tais medidas pelos países industrializados nos últimos 30 anos constitui precedente inquietante para ação retaliatória e adoção de medidas semelhantes pelos países em desenvolvimento.

Laird e Yeats (1987) calculam que o custo (em dólares de 1990) para as economias em desenvolvimento, em termos de exportações perdidas, foi de US\$55 bilhões em 1980 — quase o mesmo valor total da assistência oficial ao desenvolvimento fornecida naquele ano. A iniciativa tomada por economias em desenvolvimento no sentido de reformar suas políticas comerciais deve encontrar o apoio de esforços iguais no sentido de reduzir o protecionismo no mundo industrializado. Mas as economias em desenvolvimento não devem diminuir seus esforços de reforma simplesmente em virtude do aumento do protecionismo nos países industrializados. As quatro ERI do Leste asiático conseguiram aumentar em mais de oito vezes sua participação no comércio mundial total e nas exportações de manufaturados entre 1965 e 1989, a despeito do aumento do protecionismo nas economias industrializadas. Nas outras economias em fase de industrialização, continua a haver margem significativa para aumento do comércio

de manufaturados: em 1988, elas contribuíram com apenas 5% das exportações de manufaturados. Podem os exportadores de produtos primários também continuar a beneficiarem-se de oportunidades comerciais, apesar do declínio das relações comerciais desses produtos?

#### *Variações de preços de commodities*

Os dados do Box 5.5 mostram um declínio relativamente pequeno dos preços de *commodities* em relação a produtos manufaturados, no decorrer deste século. Mas a queda dos preços de *commodities*, a partir dos anos 70, bem como a instabilidade desses mercados, são problemas sérios para os países de baixa renda produtores de *commodities*. A solução não é fácil. Caso os países produzam grande parcela das exportações mundiais (café ou cacau, por exemplo) ou caso volumes crescentes de exportações de certos grupos de exportadores façam os preços baixarem, cabe propor o controle da produção por meio de impostos de exportação. Mas as tentativas de estabilizar os preços internacionais ou internos ao produtor não tiveram grande êxito. Em muitos casos, a tributação implícita da agricultura é alta demais devido à combinação de impostos de exportação e protecionismo da manufatura. Apesar de serem promissores os novos instrumentos financeiros projetados para conter os riscos dos preços, seu uso foi limitado, porque vários países pobres impõem um risco de

**Tabela 5.4 Comércio intrabloco como percentual das exportações totais, 1960-87**

<i>Bloco econômico</i>	1960	1970	1976	1980	1983	1987
Comunidade Européia <sup>a</sup>	34,6	48,9	..	52,8	52,4	58,8
Associação das Nações do Sudeste Asiático	21,7	14,7	13,9	17,8	23,1	17,7
União Aduaneira e Econômica Centro-africana	1,6	3,4	3,9	4,1	2,0	0,9
Mercado Comum Centro-americano	7,5	26,8	21,6	22,0	21,8	11,9
Comunidade do Caribe	4,5	7,3	6,7	6,4	9,3	6,3
ALADI - Associação Latino-americana de integração <sup>b</sup>	7,7	10,2	12,8	13,5	10,2	11,3
Grupo Andino	0,7	2,3	4,2	3,5	4,3	3,2
Comunidade Econômica da África Ocidental	2,0	9,1	6,7	6,9	11,6	7,7
Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	1,2	2,1	3,1	3,9	4,1	5,5
Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2	..
União Mano River	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1	..
Cooperação Regional para o Desenvolvimento <sup>c</sup>	..	1,0	0,8	5,3	8,5	5,2

a. Inclui os seis membros originais até 1970 e nove de 1980 em diante.

b. Até 1980, Associação Latino-americana de Livre Comércio.

c. Após 1985, Organização de Cooperação Econômica.

Fonte: Lächler, 1989.

crédito inaceitável para o financiamento comercial.

Mas tanto os países em desenvolvimento quanto os países industrializados têm recorrido a políticas que podem alterar muita coisa (ver também o Box 5.4). Nos anos 70, alguns países de renda baixa e média adotaram políticas inadequadas que fizeram cair a participação no mercado e aumentaram a dependência de exportações de alguns produtos básicos. Países industrializados, onde é maior o protecionismo a produtos em estágio mais elevado de processamento, desestimulam o desenvolvimento de capacidade local de processamento nos países em fase de industrialização.

### *Blocos comerciais regionais*

A unificação da Europa em 1992, o acordo de livre comércio entre EUA e Canadá em 1989 e a proposta de incluir o México nesse acordo talvez prenunciem uma nova era de blocos comerciais regionais. Embora esses blocos possam constituir um passo na direção do livre comércio mundial, ainda não se sabe se favorecerão ou não a meta de um sistema global de comércio mais aberto.

Em princípio, a formação de um bloco comercial gera ganhos líquidos para os seus membros quando certas mercadorias, que eram produzidas internamente, passam a ser importadas de produtores cujos custos são mais baixos. Entre outras possíveis fontes de ganhos estão economias de escala e maior concorrência oferecida por mercados maiores, especialmente em países com indústrias incipientes e baixa procura interna. Contudo, um bloco comercial pode também gerar perdas quando seus participantes substituem mercadorias de baixo preço, produzidas fora do bloco, por outras mais caras produzidas por outros participantes. Mesmo que um bloco comercial regional possa ser projetado de modo a gerar ganhos para seus membros, esses ganhos são menores que os benefícios da reforma comercial unilateral.

Os fatos históricos (Tabela 5.4) indicam que, em toda parte, exceto na CE, os blocos regionais não chegaram a gerar, no pós-guerra, grande parcela do comércio total. Por quê? Em vários deles (a CARICOM e o Mercado Comum Centro-americano, na América Central; a UDEAC, na África), conflitos intra-regionais dificultaram a liberação do comércio interno. Em muitos blocos, como no caso do Pacto Andino, os participantes procuraram racionalizar a produção, alocando mercados específicos a certos produtores, em vez de permi-

tir que o processo competitivo determinasse a distribuição da produção. Os produtores designados não eram necessariamente os mais eficientes, nem as tarifas eram suficientemente baixas em relação ao resto do mundo para proporcionar concorrência externa. Conseqüentemente, os ganhos decorrentes da racionalização da produção ou de maior concorrência não foram muito grandes. Não raro, os blocos comerciais de países em desenvolvimento impõem quotas ou tarifas elevadas a países de fora, aumentando a possibilidade de que as perdas líquidas geradas pelo bloco venham a exceder os ganhos. Além disso, exceto na CE, os efeitos de oportunidades comerciais e maior concorrência foram limitados pelo pequeno tamanho dos mercados regionais em comparação com o resto do mundo. Finalmente, os blocos comerciais regionais freqüentemente produzem mercadorias semelhantes, deixando de explorar diferenças de aptidão ou de dotes naturais.

Seriam mais promissores os acordos comerciais entre países industrializados e países em desenvolvimento? Em princípio, maiores mercados e maiores diferenças de estrutura de produção podem gerar maiores ganhos para os participantes. Mas essa estratégia corre o risco de solapar o GATT e o sistema de comércio multilateral e, assim, reduzir os incentivos dos participantes de caminharem na direção do comércio mundial livre. Outros países, reagindo à formação desses blocos, podem estabelecer suas próprias redes de blocos comerciais. Esse sistema pode reforçar as atuais tendências protecionistas e prejudicar os esforços de países em desenvolvimento no sentido da reforma comercial.

A liberalização unilateral do comércio e esforços multilaterais no sentido de liberalizar o comércio mundial são preferíveis à formação de blocos comerciais; contudo, certas medidas podem maximizar os ganhos gerados por tais uniões. Primeiro, os membros devem comprometer-se com a reforma multilateral e com o GATT. A CE, por exemplo, continuou a participar de negociações comerciais multilaterais no pós-guerra a um ritmo semelhante ao de outros países industrializados (exceto na agricultura). Segundo, as tarifas externas estabelecidas por blocos regionais devem ser reduzidas e limitadas àquelas do participante mais aberto; enquanto isso, os esforços internos devem concentrar-se na liberalização do comércio e abolir tentativas de alocar a produção. Terceiro, os participantes devem continuar a caminhar na direção de um comércio mais livre

através de reformas unilaterais. O adiamento de reformas para conquistar acordos com outros membros do bloco comercial fará aumentar em muito os custos dessas providências.

#### *Os caminhos comerciais do crescimento*

A abertura ao comércio melhorou a alocação de recursos, aumentou a concorrência e a especialização de produtos e propiciou largo acesso à transferência de tecnologias. Ironicamente, essa maior concorrência e maior integração mundial produziram também um sistema comercial mundial que hoje se encontra em situação crítica. Nos anos 90, o mundo enfrenta dois importantes desafios na área do comércio. Primeiro, os sistemas comerciais regionais devem ser cuidadosamente administrados, de modo a garantir que os compromissos multilaterais sejam reforçados, e não

esquecidos. Segundo (e ainda mais urgente), a Rodada do Uruguai de negociações comerciais deve ser revitalizada. Por difícil que seja, todos os participantes devem concordar em promover a abertura da agricultura, expandir o GATT a fim de eliminar restrições de quantidade (sobre automóveis, aço e produtos têxteis) e restringir o uso da chamada legislação de comércio justo (medidas *antidumping* e subsídios). Neste particular, os países em desenvolvimento podem desempenhar papel central; em seu próprio interesse, devem pressionar no sentido do livre comércio e continuar a reformar seus próprios sistemas comerciais. Os países industrializados de hoje tornaram-se prósperos através do comércio. Nenhum esforço deve ser poupado para assegurar que os países em desenvolvimento possam seguir a mesma trajetória de progresso.



## *A base macroeconômica*

A experiência dos anos 70 e 80 indica que a estabilidade macroeconômica é necessária ao crescimento sustentado. Boas medidas fiscais e monetárias criam um clima propício ao investimento privado e, assim, promovem a produtividade. Os capítulos anteriores mostraram que a estabilidade macroeconômica, por si, certamente não leva ao desenvolvimento — mas, sem ela, todos os outros esforços tendem a ser inúteis.

Freqüentemente, um país é atingido por choques macroeconômicos externos ou internos. O ajuste rápido e flexível aos problemas fiscais e monetários provocados por esses choques é crucial para a continuidade do crescimento. A falta de ajustamento pode resultar em alta inflação, supervalorização da taxa de câmbio e crise de balanço de pagamentos. Esses, por sua vez, levam a baixo nível de investimento e desaceleração do crescimento. Pode-se ter uma idéia do contraste comparando-se a experiência do Leste asiático nos anos 70 e 80 com a da América Latina nos últimos 10 anos. Em um país que enfrenta significativos desequilíbrios internos e externos, uma redução aceitável do déficit fiscal é quase sempre necessária para reduzir a inflação, e uma taxa cambial adequada é necessária para reduzir o déficit do balanço de pagamentos.

Esses preceitos macroeconômicos podem parecer simples, mas colocá-los em prática raramente o é. O ritmo e a seqüência das medidas de estabilização macroeconômica são, por si mesmos, questões difíceis. A tarefa é ainda mais árdua quando a reforma macroeconômica é apenas um elemento de um programa mais amplo de refor-

ma econômica — como geralmente deve ser, segundo este Relatório. É preciso minimizar os possíveis conflitos entre as várias reformas e tirar vantagem das complementaridades. (Os aspectos puramente econômicos do projeto do programa serão abordados adiante neste capítulo. Algumas das dificuldades políticas geradas pela reforma, e como resolvê-las, serão o tema do Capítulo 7.)

Em muitos países em desenvolvimento, o crescimento a longo prazo requer um nível de investimentos mais elevado. Os países que não têm acesso a um suprimento adequado de poupança estrangeira têm dificuldade em financiar esse investimento e devem fazer o possível para estimular a poupança interna. Uma macroeconomia estável pode ajudar muito, pois tende a promover tanto a poupança quanto o investimento. As reformas microeconômicas sugeridas em outras seções deste Relatório devem, por sua vez, assegurar que esses maiores volumes de investimento sejam usados mais produtivamente.

Boas medidas macroeconômicas tornam também mais fácil atrair a poupança externa. A dívida externa, porém, continuará a obstar o crescimento em muitos países. Um pesado ônus de serviço da dívida consome recursos que, de outra forma, poderiam ser utilizados para investimento interno e contribui para desincentivar o investimento, gerando ansiedade entre os empresários quanto à possibilidade de desvalorização da taxa de câmbio e aumento dos níveis de tributação. A redução da dívida e do serviço da dívida, juntamente com as necessárias mudanças de política econômica, pode abrir caminho para a reforma, melhorar a

credibilidade do programa junto aos investidores privados e contribuir para o ajustamento fiscal.

### Medidas destinadas a promover estabilidade e crescimento

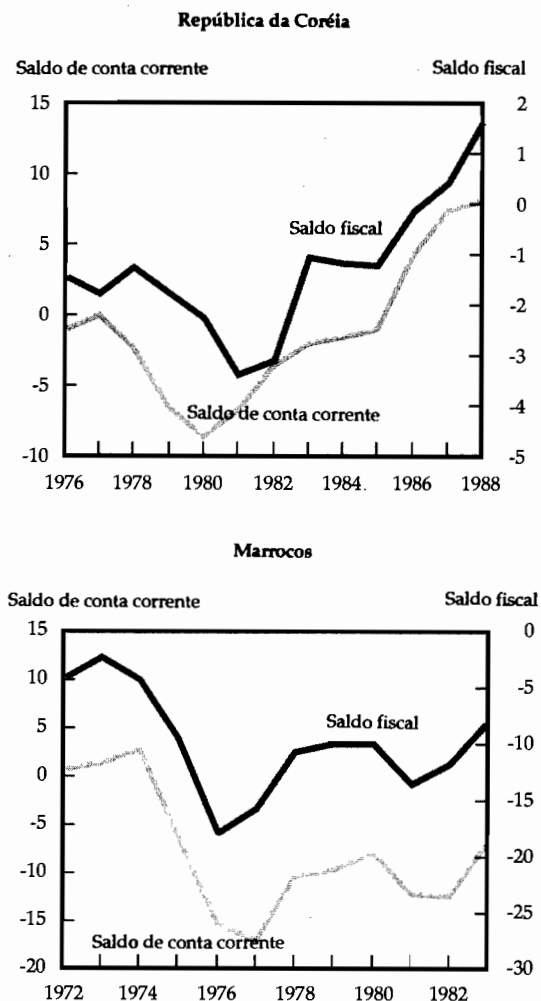
Os choques macroeconômicos de começos da década de 80 provocaram acentuado declínio nas taxas de crescimento e, de lá para cá, muitos países têm tido dificuldade em recuperar-se. Conseqüentemente, muito mais atenção vem sendo dada nos últimos anos à relação entre política macroeconômica e crescimento. A lição desses choques é que o crescimento durável requer medidas sustentáveis — medidas que não dêem azo a inflação galopante ou déficits em conta corrente para os quais não há possibilidade de financiamento. A estabilidade macroeconômica deve ter prioridade máxima.

### Política fiscal e monetária

Uma política fiscal prudente é o alicerce que torna estável a macroeconomia. Os impostos e gastos públicos afetam a alocação de recursos; os déficits fiscais afetam não só o balanço de pagamentos (Figura 6.1), mas também, dependendo de como são financiados, a taxa de inflação (Figura 6.2). Nos países em desenvolvimento, a política monetária costuma seguir a política fiscal. Em muitos países, a ausência de mercados de capital bem desenvolvidos limita os instrumentos de que a política monetária necessita para controle do crédito, tetos de taxas de juros e mudanças nas reservas obrigatórias. O grau de autonomia do Banco Central pode afetar a conduta da política monetária; a criação de dinheiro é, em muitos casos, a fonte residual de financiamento, de sorte que, se o Banco Central for obrigado a financiar grandes déficits, pode não ser capaz de implementar uma política monetária restritiva, capaz de controlar a inflação.

A modalidade de financiamento dos déficits é crucial. Quando, para financiar o déficit, o governo imprime mais dinheiro do que o público pretende conservar em seu poder, os preços sobem. A inflação pode trazer uma redução da riqueza privada, na medida em que o valor dos bens financeiros se desgasta — o chamado imposto de inflação. Mas esse efeito tende a ter curta duração e diminuir à medida que aumentam as expectativas inflacionárias; quanto mais longa a experiência de inflação, menos os agentes econômicos se mostram dispostos a reter bens que não produzem

**Figura 6.1 Saldo de conta corrente e saldo fiscal da Coreia e do Marrocos, vários anos**  
(% do PIB)

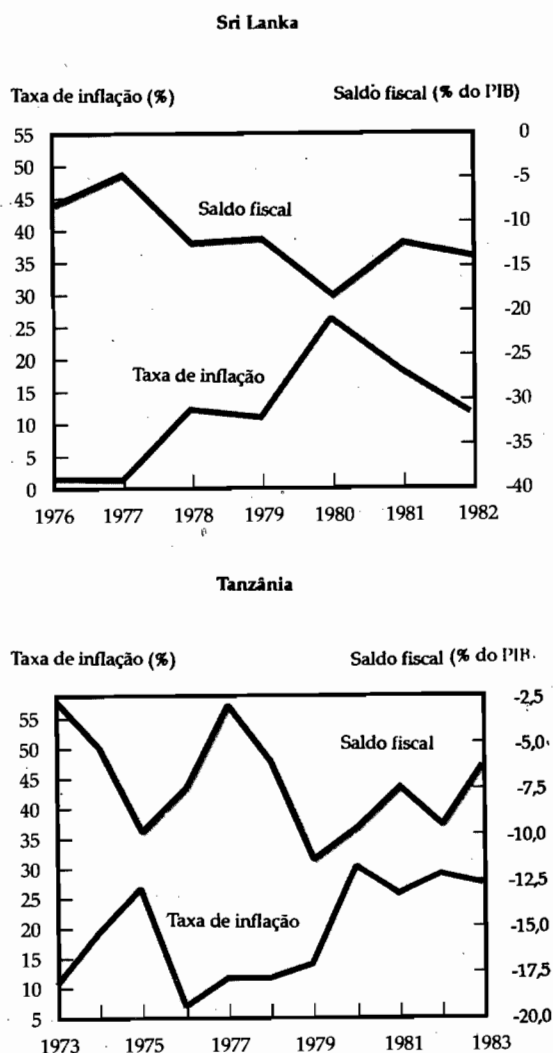


Fontes: Dados do Banco Mundial; dados do FMI.

juros e que são “taxados” pela inflação. Além disso, se as receitas fiscais reais também diminuem com a inflação, em virtude de demoras na arrecadação, o déficit aumenta, provocando maior criação de dinheiro e inflação ainda mais alta. Após certo ponto, portanto, uma inflação elevada pode realmente reduzir o imposto de inflação. É o que parece ter ocorrido em Gana, Malavi e Zaire entre os períodos 1973-78 e 1978-83, e no Chile entre 1963-73 e 1973-78.



**Figura 6.2 Taxas de inflação e saldo fiscal de Sri Lanka e da Tanzânia, vários anos**



Fontes: Dados do Banco Mundial; dados do FMI.

O financiamento de déficits orçamentários mediante excessiva captação de empréstimos internos pode gerar taxas de juros mais elevadas, impedindo o acesso do setor privado aos recursos creditícios. Existem limites para um rápido acúmulo de dívida interna; chega o ponto em que o público se recusa a aceitar dívidas adicionais, ou só o faz a taxas de juros mais elevadas, aumentando ainda mais o custo do serviço da dívida, como aconteceu na Argentina e no Brasil. Mais cedo ou mais tarde, os déficits têm de ser reduzidos mediante cortes de gastos ou aumento de impostos.

Do contrário, o financiamento inflacionário do déficit é inevitável.

#### *Inflação e crescimento*

Países com diferentes taxas de inflação conseguiram registrar longos períodos de crescimento. Mas uma inflação alta e instável — e uma alta inflação geralmente é instável — tende a reduzir o crescimento criando um clima econômico instável, provocando distorções nos preços relativos e absorvendo recursos. A inflação exige frequentes ajustes de preços. Esses ajustes tendem a confundir as informações contidas nos preços relativos. O esforço empresarial é desviado da produção e das decisões de investimento para questões financeiras de curto prazo. Distorções em preços-chave, como a taxa real de juros e a taxa real de câmbio, tendem também a prejudicar o crescimento. A inflação corretiva (o aumento de preços necessário para provocar uma mudança nos preços relativos que represente o ajustamento a um choque real) pode ser conseguida com maior eficiência quando a inflação é baixa e quando se espera que permaneça baixa.

A inflação pode agravar a distribuição de renda, prejudicando mais os grupos de baixa renda (que tendem a conservar em seu poder maior proporção de bens sob forma de dinheiro). Altas taxas de inflação, como na Argentina, no Brasil e, até recentemente, em Israel, podem também levar à expansão improdutiva do sistema financeiro. A procura de serviços de intermediação financeira aumenta à medida que o público procura proteger o valor real de seus ativos. Os bancos proliferam, tentando captar a parte do imposto de inflação que incide sobre depósitos não geradores de juros. No Brasil, a participação do setor financeiro no PIB dobrou entre 1975 e 1987 — desperdício de recursos motivado por uma procura de serviços gerada unicamente pela alta inflação.

#### *Política cambial*

Uma taxa real de câmbio competitiva é necessária para respaldar a expansão do setor de exportação, bem como evitar o surgimento de dificuldades de balanço de pagamentos que poderiam levar a exigências de restrições contra as importações. Os países que permitiram que sua taxa real de câmbio se tornasse grosseiramente supervalorizada registraram não só uma desaceleração da expansão do seus setores de exportação mas também evasão de capital. A supervalorização da taxa de

câmbio retarda o crescimento, tendo contribuído para o declínio do setor agrícola e deterioração da posição externa de muitos países africanos.

A taxa real de câmbio de equilíbrio não é perpetuamente fixa; seu nível depende das relações comerciais, das taxas reais de juros no exterior, das perspectivas dos fluxos de capital, do nível das tarifas de importação, da amplitude dos controles sobre os mercados de capital e da composição dos gastos públicos. A correção de desequilíbrios externos geralmente exige que a taxa de câmbio seja ajustada na direção do seu nível de equilíbrio, a fim de redirecionar recursos para o setor de bens comercializados no exterior e reduzir os gastos do governo. A curto prazo, a maior parte de qualquer desvalorização nominal é também uma desvalorização real. Para que dure, essa desvalorização real precisa do apoio de medidas antiinflacionárias — inclusive, em muitos casos, déficits fiscais mais baixos. A evidência demonstra que uma depreciação real é rapidamente desgastada quando as medidas fiscais e monetárias são remissas ou a indexação de preços é generalizada.

Uma taxa cambial fixa é, às vezes, usada para controlar a inflação, atuando como referência nominal para medidas internas e demonstrando o compromisso das autoridades com uma baixa inflação. Nesse caso, a política cambial tem prioridade; as outras políticas devem ajustar-se de modo a apoiá-la.

Qual a eficácia desse método? O argumento, apresentado no caso de alguns países latino-americanos, é que restaura a credibilidade do compromisso do governo com o combate à inflação. Mas, como demonstra a experiência de Argentina, Brasil e Israel, a taxa cambial fixa não é sustentável, a não ser que os fundamentos macroeconômicos sejam corretos (isto é, a não ser que o déficit fiscal tenha sido reduzido). Índia, Paquistão e Tailândia mantiveram uma taxa de câmbio fixa durante longos períodos, mas isso parece ter sido um subproduto de baixa inflação, e não um meio de reduzi-la. A inflação continuou relativamente baixa, mesmo depois que esses países abandonaram o seu compromisso com uma taxa cambial fixa.

### **Booms e depressões**

Nenhum país jamais se encontra em equilíbrio estável: as economias ajustam-se continuamente a choques internos e externos. As duas últimas décadas foram inusitadamente turbulentas. Os dois choques dos preços do petróleo e a crise da dívida

abalaram a economia mundial; acentuadas flutuações dos preços de produtos básicos trouxeram enormes consequências aos grandes produtores. Para alguns, esses choques foram favoráveis; para outros, desfavoráveis. Os países responderam cada um à sua maneira. Após mudanças favoráveis em suas relações comerciais, muitos deles adotaram políticas insustentáveis, financiando-as com os lucros fortuitos resultantes de choques positivos ou tomando empréstimos no exterior. Em outros, a origem do *boom* foi interna: um aumento dos gastos governamentais, por exemplo. O efeito a curto prazo desses *booms* dependeu de como os gastos adicionais foram divididos entre bens comerciáveis e não-comerciáveis, ao passo que o efeito a médio prazo dependeu de se os gastos adicionais eram dirigidos para o consumo ou para o investimento.

Casos de *booms* e depressões demonstram como é importante adotar políticas que não produzam grandes desequilíbrios macroeconômicos, ajustar rapidamente a economia e reagir com cautela a mudanças nas relações comerciais. Há considerável diferença entre choques de relações comerciais que geram uma mudança permanente de riqueza e aqueles cujos efeitos são temporários. Os ganhos resultantes de mudanças temporárias nas relações comerciais devem ser poupados. É difícil, porém, determinar *a priori* se um choque irá ser permanente ou temporário. A prudência recomenda tratar todos os choques favoráveis como temporários, pelo menos até que a situação se normalize.

### **Booms externos**

Mudanças favoráveis nas relações comerciais induziram forte aumento de gastos públicos no México e na Nigéria, por exemplo, e reforçaram *booms* internos que já vinham ocorrendo na Costa do Marfim e Marrocos. O México cresceu rapidamente em consequência do aumento de gastos públicos em seguida a importantes descobertas de petróleo em 1977 e ao segundo choque dos preços do petróleo. O déficit fiscal dobrou, atingindo 17,2% do PIB em 1982, e a dívida externa cresceu rapidamente, preparando o cenário para a crise da dívida daquele ano. A reação da Nigéria aos lucros inesperados produzidos pelo petróleo foi aumentar os gastos do governo em mais do que o aumento da receita; o déficit fiscal resultante foi financiado por empréstimos externos e pelo imposto de inflação. A resposta ao segundo *boom* dos preços do petróleo foi semelhante (grandes

déficits orçamentários e contínua supervalorização da moeda), exceto que a composição dos gastos públicos tendeu ainda mais na direção do consumo.

O *boom* de investimentos na Costa do Marfim começou com uma série de projetos açucareiros; aumentos nos preços mundiais do café geraram nova expansão. Entre 1974 e 1978, o coeficiente investimentos/PIB aumentou em 10 pontos percentuais. Mas, mesmo quando as relações comerciais começaram a declinar, a expansão dos investimentos prosseguiu, financiada por empréstimos internos e externos — e a dívida cresceu rapidamente. A economia do Marrocos registrou dois grandes choques em 1974, quando o preço mundial dos fosfatos quintuplicou e os gastos militares aumentaram rapidamente em virtude do conflito no Saara Ocidental. Em 1974-77, um ambicioso programa de investimentos, financiado por empréstimos externos, fez aumentar em 11 pontos percentuais o coeficiente investimentos/PIB. O déficit orçamentário triplicou, atingindo 11,7% do PNB; contudo, o efeito inflacionário dessas medidas foi atenuado pela disciplina monetária.

*Booms* na área de produtos básicos fazem aumentar gastos, elevam o preço dos bens não-comerciados no exterior em relação ao dos bens comerciados, e carreiam capital e mão-de-obra para o setor que está crescendo. A taxa real de câmbio é valorizada, arrochando o setor de bens comerciáveis que não está crescendo, num fenômeno conhecido como "doença holandesa". Quando os *booms* são temporários, pode haver necessidade de uma desvalorização. A Indonésia, por exemplo, desvalorizou a rupia em novembro de 1978 para evitar uma valorização real da moeda; com isso, impediu um declínio do setor agrícola e ajudou a aumentar a participação nacional nas exportações agrícolas mundiais. A Nigéria, ao contrário, não procurou compensar a valorização de sua moeda entre 1974 e 1984; o mercado paralelo de divisas cobrava ágios elevados e a moeda estrangeira foi racionada. O *boom* dos preços do petróleo, aliado a medidas inadequadas de marketing e preço, desorganizou o setor agrícola, provocando forte declínio da produção de culturas tradicionais de exportação e intensa migração para as cidades.

#### Booms internos

Os *booms* internos geralmente resultam de excesso de gastos do governo, como no Brasil nos anos 70, ou de um súbito aumento de gastos privados em

resposta a mudanças de política econômica, como no Chile em 1980-81. O fácil acesso ao financiamento externo sustentou esse aumento de gastos, mas a captação excessiva de empréstimos criou mais tarde uma crise de balanço de pagamentos. Entre os dois choques dos preços do petróleo, o Brasil aumentou substancialmente seus investimentos públicos, em grande parte em empresas públicas.

Países como a Colômbia registraram *booms* internos mais modestos, mas não sofreram crises de dívida por terem tomado empréstimos externos com maior moderação ou a taxas de juros baixas. O fim do *boom* do café na Colômbia nos anos 70 foi seguido de grande aumento de investimentos públicos, especialmente no setor de energia, o que fez aumentar o déficit em conta corrente para 10,8% do PIB em 1983. A Colômbia evitou uma crise da dívida, não só porque sua dívida era pequena, mas também porque as autoridades tinham usado de cautela na captação de empréstimos e porque a resposta aos desequilíbrios macroeconômicos foi rápida. A lição a tirar desses episódios é que um país deve procurar manter os seus gastos a nível compatível com a sua receita permanente.

#### Depressões

Os bons tempos geralmente terminam com uma inversão de relações comerciais ou corte brusco de financiamento externo. Em vários países, as consequências foram graves. No México, a prosperidade terminou abruptamente em 1982, com preços de petróleo mais baixos, taxas de juros mais altas e maciça evasão de capital. Os credores do México recusaram-se a rolar a dívida a curto prazo e o país suspendeu seus pagamentos de juros. Nos quatro anos seguintes, houve alta inflação e um declínio de 10% na renda *per capita*. A Turquia perdeu acesso ao financiamento externo em 1977. Nos três anos seguintes, o PIB estagnou, o investimento e o consumo diminuíram, o desemprego aumentou rapidamente e a inflação chegou a 100%. Na depressão do Chile de 1982, o PIB sofreu uma queda de 14% (Figura 6.3).

Estes casos mostram como uma política insustentável pode custar caro. É por isso que é muito melhor que o país se previna, sempre que possível, contra o surgimento de desequilíbrios macroeconômicos, em vez de reagir depois que eles ocorrem; desse modo, a transição para uma trajetória sustentável será muito menos dolorosa. O ajustamento fiscal pode ser mais moderado, tor-

nando mais fácil evitar cortes nos investimentos em infra-estrutura, educação e saúde.

### Da estabilização ao crescimento

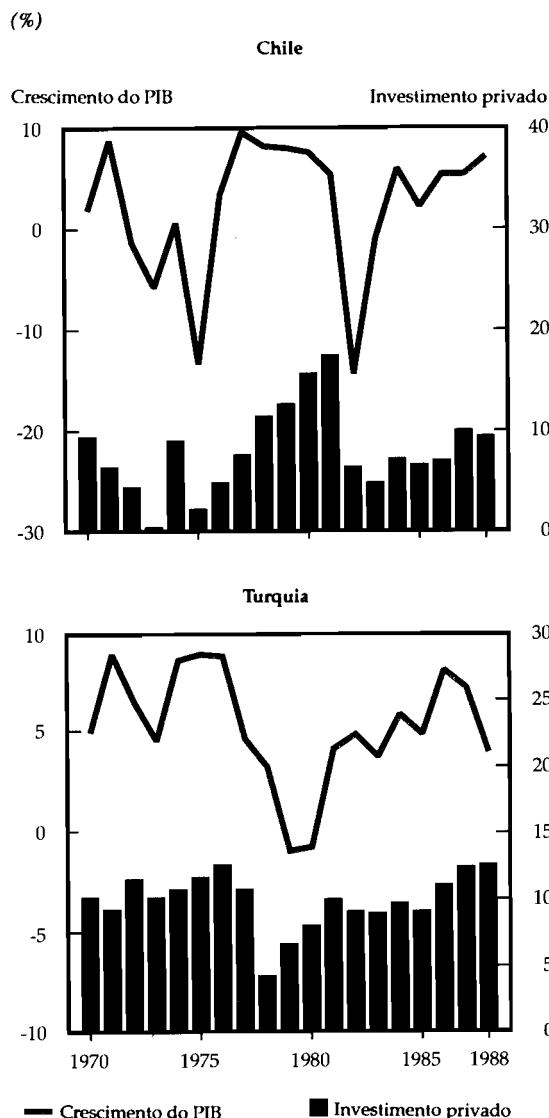
Nos anos 80, muitos países adotaram programas de estabilização e reforma estrutural. As medidas de estabilização atuam principalmente no lado da procura, no sentido de reduzir a inflação e os déficits externos (embora também tenham efeitos no lado da oferta). As medidas estruturais são dirigidas para o lado da oferta; têm a ver com a eficiência do uso dos recursos, dando ênfase a reformas em setores específicos — especialmente comércio exterior, finanças e indústria. É possível adiar reformas estruturais durante a estabilização, mas o oposto raramente é verdadeiro: as reformas estruturais têm pouca chance de sucesso se não forem precedidas ou acompanhadas pela estabilização. Da mesma forma, a estabilização dificilmente pode ser mantida sem reformas estruturais.

### Ajustamento e reforma fiscal

Os programas de ajustamento — geralmente com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial — são voltados para desequilíbrios internos e externos e, em graus diferentes, para incentivos e instituições. A curto prazo, a estabilização pode reduzir o crescimento da produção. Os benefícios levam muito mais tempo para se fazerem sentir, como é também o caso dos ganhos decorrentes da reforma estrutural. Vários estudos verificaram a existência de forte associação entre programas de ajustamento e melhoras no balanço de pagamentos, mas os efeitos sobre o crescimento são menos evidentes. Um estudo constatou efeito negativo sobre o crescimento imediatamente após o programa; mas, no caso de países nos quais o programa estava em andamento há três anos ou mais, vários estudos do Banco constataram efeito positivo sobre o crescimento (Box 6.1).

Com muita frequência, os programas de ajustamento incluem medidas destinadas a reduzir o déficit fiscal. Alguns países cortaram os seus déficits primários (os quais excluem desembolsos de juros) em até 10% do PIB. A composição da redução varia de um caso a outro. Gana, Jamaica e México, por exemplo, reduziram não só os gastos correntes, mas também os de capital; Costa do Marfim e Indonésia cortaram principalmente os gastos de capital; Marrocos cortou principalmen-

**Figura 6.3 Crescimento do PIB e do investimento privado no Chile e na Turquia, 1970-88**



Fontes: Dados do Banco Mundial; Pfeiffermann & Madarassy, 1989.

te gastos correntes. Em muitos países a estabilização da macroeconomia é uma meta imprecisa. No Brasil e na Argentina, a incapacidade de reduzir o déficit fiscal foi uma das principais causas do fracasso de várias tentativas de estabilização.

A reforma fiscal geralmente acarreta opções difíceis. O corte de gastos de capital pode criar menor resistência política que o corte de gastos

### Box 6.1 O que a avaliação dos programas de ajustamento revela quanto ao desempenho econômico

Desde inícios da década de 80, muitos países em desenvolvimento lançaram programas de ajustamento econômico. Esses programas — geralmente com o apoio do FMI e do Banco Mundial — visam desequilíbrios internos e externos e, em graus diferentes, incentivos e instituições.

Têm esses programas registrado êxito? Não é fácil responder. Mudanças de fatores externos podem afetar o desempenho no decorrer de um programa de ajustamento. Mesmo sem essas mudanças, pode ser difícil dizer qual teria sido o desempenho da economia se o programa não tivesse sido implementado. E o simples fato de o programa ter o apoio do FMI e do Banco Mundial não significa necessariamente que as reformas de política econômica foram mantidas.

Os programas de ajustamento geralmente incluem medidas de estabilização e reformas estruturais. A curto prazo, a estabilização pode reduzir o crescimento da produção. Os ganhos de eficiência e o aumento da produção que se esperam das reformas estruturais costumam levar muito mais tempo.

Diversas avaliações examinaram o desempenho antes e depois da implantação de um programa do FMI, mas sem controlar fatores externos ou fazer estimativas do que teria acontecido sem o programa. Esses estudos constataram melhorias no balanço de pagamentos, mas a evidência quanto a crescimento e inflação foi inconclusiva.

Outras análises compararam as variações de desempenho de países que adotaram programas com as de um grupo de controle formado por países que não adotaram programas. Verificou-se uma melhoria de balanço de pagamentos nos países que tinham adotado programas, em comparação com o grupo de controle, mas nenhuma evidência conclusiva sobre o crescimento. Outro estudo constatou melhorias moderadas de desempenho econômico. A desvantagem desse método é que, a não ser que os dois grupos tenham as mesmas condições iniciais, o grupo que participa do programa ou recebe um empréstimo pode não constituir uma amostra aleatória do conjunto global de países.

Um terceiro método é construir um cenário hipotético, à base do histórico de desequilíbrios macroeconômicos semelhantes no país. Estudos desse tipo constataram forte associação entre o programa ou empréstimo e melhorias de balanço de pagamentos, um efeito negativo sobre os investimentos mas pouco efeito sobre o crescimento. Khan (1990) verificou efeito negativo sobre o crescimento imediatamente após a implantação do programa. Estudos do Banco Mundial constataram efeito positivo sobre o crescimento, mas somente para os primeiros beneficiários de empréstimos (países nos quais o programa de reforma estava em andamento há três anos ou mais).

correntes (especialmente salários e subsídios). Não há objeção contra abolir projetos de investimento ineficientes, mas cortar investimentos produtivos em infra-estrutura e educação, por exemplo, tende a prejudicar o crescimento a longo prazo. Todo tipo de gastos deve ser examinado; dispensar certos programas, especialmente de gastos militares, será muito menos nocivo que dispensar outros. No lado da receita, a reforma fiscal tem um papel a desempenhar. Isenções, arrecadação fiscal ineficiente e baixa adimplência significam que haverá necessidade de alíquotas fiscais elevadas para gerar relativamente pouca receita. No Paquistão, por exemplo, o setor agrícola (um quinto do PIB) é simplesmente isento de imposto de renda direto; também a indústria goza de muitas isenções.

Outra complicação para o ajustamento de muitos países é o ônus da dívida pública. Embora a dívida pública interna e externa tenha, em muitos casos, crescido lado a lado, os processos subjacentes foram diferentes. A dívida interna cresceu quando o financiamento passou de externo para

interno; a dívida externa cresceu à medida que as garantias do governo eram estendidas a empresas estatais e a dívida, a amortização e os pagamentos de juros do setor privado eram reescalados. Essa mudança de passivos externos para o setor público abalou ainda mais a situação fiscal. Na Turquia, contínuos déficits e a mudança para financiamento interno mais caro contribuíram para aumentar a dívida pública, de cerca de 12% do PIB em 1980-81 para 30% em 1987-88. E há outro dilema: quando a dívida externa é um passivo público, a desvalorização pode ser incompatível com o ajustamento fiscal. Na Turquia, uma desvalorização real da moeda melhorou a posição em conta corrente, mas fez aumentar os pagamentos de juros em termos de moeda interna e, com isto, o déficit fiscal.

#### *Os efeitos sociais do ajustamento*

Os mercados de trabalho desempenham importante papel na determinação do resultado do ajustamento. A flexibilidade à baixa dos salários reais

atenua o efeito sobre a produção e o emprego de medidas destinadas a reduzir a absorção interna. A evidência sugere que os salários reais são, de fato, flexíveis. Na Bolívia, no Chile e em Gana, os salários reais declinaram significativamente durante o ajustamento. Contudo, quando os mercados de trabalho arcam com uma parcela desproporcionalmente grande do ônus do ajustamento, a queda dos salários reais pode causar um declínio excessivo da procura agregada, o qual, por sua vez, pode ameaçar a recuperação da produção. Na Malásia em meados da década de 80, mudanças na taxa de câmbio, na taxa de juros e no preço de produtos básicos ajudaram a suavizar o efeito do ajustamento sobre os salários reais e o emprego. Em consequência, a recuperação subsequente foi mais rápida.

Recentemente, a atenção se voltou para o efeito, sobre os grupos mais pobres, do ajustamento a curto prazo. A consolidação fiscal geralmente acarreta cortes de programas do governo e aumento temporário do desemprego. Grupos diferentes são afetados de maneira diferente pelos cortes fiscais. As necessidades dos segmentos persistentemente pobres e recentemente empobrecidos da população (os que perderam o emprego em decorrência do ajustamento) não são as mesmas; também são diferentes as necessidades de famílias urbanas e rurais. Programas especiais, como na Bolívia e em Gana, podem incluir medidas temporárias destinadas a proteger os grupos mais vulneráveis. O objetivo não só é valioso por si mesmo, como também pode ajudar a preservar o apoio político ao ajustamento.

A evidência a respeito de países que empreenderam programas fortes não indica uma clara relação entre ajustamento e mudanças no nível de emprego ou nos indicadores sociais. Para que se torne evidente, o efeito social de novas medidas pode exigir um prazo maior que o período relativamente curto considerado nos estudos. Um exame das tendências dos indicadores sociais revela que a maioria dos países fez progresso nos anos 80, embora o progresso tenha sido mais lento naqueles países onde os indicadores eram inicialmente baixos. Falta de dados adequados e a dificuldade de projetar o que teria acontecido se o ajustamento não tivesse sido adotado tornam inconclusiva a maioria das avaliações dos efeitos do ajustamento.

## A arte da reforma

O alcance das reformas econômicas necessárias ao mundo em desenvolvimento varia muito. Alguns países precisam urgentemente de racionalizar preços e incentivos; outros devem privatizar empresas estatais ou investir em educação, saúde e infra-estrutura. Em toda parte, essas medidas precisam ser assentadas na estabilidade macroeconômica. A experiência demonstra que o caminho mais seguro para o desenvolvimento é melhorar a política econômica em todos esses aspectos. Mas como combinar todos esses elementos diferentes? Em que ordem as reformas devem ser empreendidas, e com que rapidez? Existem poucas regras confiáveis, mas a história sugere alguns princípios gerais.

As reformas têm de lidar com opções políticas — o chamado problema dos instrumentos competitivos. Por exemplo, a reforma do setor financeiro costuma exigir a reestruturação de instituições financeiras que estejam em má situação; a curto prazo, isso pode aumentar os gastos públicos e tornar mais difícil reduzir o déficit orçamentário. A adoção de taxas reais de juros positivas reduz o ônus dos subsídios de crédito, mas aumenta o custo do serviço da dívida interna. Tarifas mais baixas podem inicialmente reduzir a receita do governo (como no México e no Marrocos), ao passo que a transição de restrições quantitativas para tarifas geralmente faz aumentar a receita (como na Indonésia e no Peru); o efeito líquido pode ser um déficit fiscal maior. Essas opções tornam mais difícil ao governo adotar um programa que, em sua totalidade, pareça coerente. No entanto, é essencial que o programa seja não apenas coerente, mas também percebido como tal.

Muitos programas de reforma resolveram bem seus conflitos e opções. Mas alguns fracassaram. Na Tanzânia, em 1977, após um *boom* do café, os controles sobre a importação e o licenciamento cambial foram abolidos sem que fossem feitas mudanças complementares nas taxas de câmbio e na política macroeconômica. Passados alguns meses, o balanço de pagamentos tornou-se acentuadamente negativo e o país perdeu grande parte de suas reservas em divisas. As reformas foram interrompidas, o que deixou o setor externo mais restritivo do que era antes. Em 1985, Zâmbia pôs em prática um programa ambicioso para reduzir a despesa pública, leiloar divisas e reduzir os subsídios aos consumidores urbanos, e isso enfrentando forte oposição política interna no âmbito do governo. Um ano mais tarde, porém, o preço do

cobre, seu principal item de exportação, despenhou enquanto a situação monetária e fiscal do país deteriorava. Os subsídios ao consumidor para alguns gêneros de primeira necessidade foram suspensos da noite para o dia e não se dispunha de estoques de outros gêneros. Houve agitação nas cidades e o governo, que dependia em muito do apoio político urbano, voltou atrás nas reformas.

### *Credibilidade*

Para que a reforma tenha êxito, é preciso que o investimento reaja à reforma. As expectativas são cruciais. O setor privado pode preferir esperar para ver, deixando que o governo demonstre o seu compromisso com as novas medidas. Mas isso pode ser um círculo vicioso, porque se a restauração da confiança e do investimento levar muito tempo, o programa pode fracassar unicamente por esse motivo. Se as reformas tiverem credibilidade, porém, transferências adicionais de recursos do exterior aumentarão a confiança e produzirão uma recuperação dos investimentos ainda maior que a esperada nos termos do programa.

A credibilidade pode ser maior quando primeiro se alcança a estabilidade macroeconômica. Isso atenua o problema da concorrência entre instrumentos. Ainda assim, em países com antecedentes de programas abortados, o setor privado pode ter razão em demonstrar ceticismo quanto às novas e ousadas iniciativas do governo. Quanto mais prolongada é a tradição de alta inflação e remédios falhos, mais difícil é a tarefa — como na Argentina e no Brasil, em comparação com Chile e México. Muitas vezes, o governo não tem escolha, a não ser reconstruir sua reputação e, em seguida, zelar por ela. Nesse particular, é importante não prometer demais. A política pode também ter de “visar além do alvo” (como fez provavelmente a Polônia na desvalorização da moeda de janeiro de 1990), a fim de demonstrar que, dessa vez, a reforma é “para valer”.

### *Estabilidade macroeconômica*

Uma baixa inflação é vital, não somente porque aumenta a credibilidade do programa de reforma, mas também porque, sem ela, outros elementos do programa serão diretamente prejudicados. A instabilidade macroeconômica contribuiu, por exemplo, para o insucesso de várias reformas comerciais. A reforma do regime comercial geralmente requer uma desvalorização real da moeda

em resposta aos efeitos de reduções nas tarifas e barreiras não-tarifárias. Uma política fiscal expansionista, porém, contribui para a valorização da moeda, fazendo aumentar as pressões em favor da abolição da reforma. As medidas monetárias e fiscais expansionistas constituem a maior ameaça isolada à reforma comercial.

Além disso, a estabilidade macroeconômica aumenta a possibilidade de sucesso da reforma do setor financeiro e, assim, contribui para o desenvolvimento de mercados de capital capazes de promover o investimento privado. O objetivo da reforma financeira é promover a poupança e fazer com que esta seja usada com maior eficiência. Em muitos casos, a reforma acarreta a eliminação de tetos de juros para estabelecer taxas reais de juros positivas, bem como a abolição de normas que afetam o volume e a alocação do crédito bancário. Vínculos estreitos com os mercados financeiros mundiais exigem que as taxas de juros internas sejam suficientemente altas, em relação às taxas internacionais, para que os investidores sejam levados a conservar seus ativos financeiros no país. Para que isso funcione, é preciso que haja estabilidade macroeconômica e forte supervisão bancária. Do contrário, a expectativa de inflação, desvalorização da taxa de câmbio ou tomada de empréstimos pelo governo pode empurrar as taxas reais de juros para um teto muito alto, agravando o déficit fiscal e contribuindo para maior instabilidade macroeconômica. Taxas de juros excessivamente altas e supervisão inadequada do sistema bancário (especialmente quando existe seguro de depósitos) podem causar inadimplências e instabilidade nos mercados de crédito. Na Argentina, Chile, Filipinas, Turquia e Uruguai, uma rápida liberalização das taxas de juros, em condições de instabilidade macroeconômica e supervisão bancária inadequada, levou a crises financeiras gravemente danosas à economia.

### *A escolha do momento*

A escolha da oportunidade das reformas envolve considerações políticas. Um governo recém-instalado está em boa posição para dar início às reformas: tem menos obrigação de defender o *status quo*, e seus clientes e oponentes podem não estar ainda bem organizados. A crise econômica também aumenta as chances da reforma, reforçando coalizões que a favorecem e ajudando a subordinar interesses especiais. (Essas questões serão discutidas em maior detalhe no Capítulo 7.) Crises econômicas e políticas constituem oportunidades



para mudança radical. Na Indonésia, os reformadores projetaram seu plano de liberalização (completo com estimativas do protecionismo efetivo) muito antes da crise de 1983. Quando chegou a hora de decidir implementá-lo, o trabalho básico já estava feito.

### Rapidez

Deve a reforma ser uma terapia gradual ou “de choque”? O Box 6.2 estabelece alguns princípios a esse respeito. O gradualismo é, às vezes, justificado quando a reforma enfrenta incertezas econô-

#### Box 6.2 A velocidade da reforma

##### Em defesa do gradualismo

- O gradualismo na implementação das reformas, tal como definido aqui, significa que a reforma é distribuída ao longo de mais de dois anos. Indonésia, Maurício, Marrocos, República da Coreia e Turquia adotaram o método gradual. A liberalização do comércio através do GATT foi também um processo constante, mas gradual.

- Em uma economia na qual os preços e salários são rígidos, ou onde existem outras distorções estruturais que impeçam um ajustamento otimizado, a terapia de choque pode ter efeitos desfavoráveis. Se a mudança de política for súbita, fábricas potencialmente viáveis podem falir e empregados potencialmente produtivos podem perder o emprego. Nesse tipo de clima distorcido, uma mudança gradual de política pode reduzir os custos globais do ajustamento, distribuindo os ajustes no tempo. Quando existem no mercado certas imperfeições que impedem os agentes econômicos privados de escolher o ritmo de ajustamento mais adequado, o gradualismo da reforma econômica pode ter o mesmo efeito, permitindo que os agentes distribuam no tempo os custos do ajustamento.

- O gradualismo permite fazer ajustes em meio a um programa. Quando as reformas ocorrem sob condições econômicas distorcidas, há considerável incerteza quanto ao resultado de qualquer uma delas. As reformas estruturais, por mais ambiciosas que sejam, não erradicarão todas as falhas e distorções do mercado. Interações inesperadas das reformas com qualquer falha remanescente de mercado podem levar a resultados decepcionantes.

- O gradualismo permite a “sintonia fina” da política econômica. Os governantes têm tempo de verificar quem ganha e quem perde e evitar oposições; podem desarmar possíveis adversários, dando-lhes algo que eles esperam da reforma; e podem pacificar os perdedores através de transferências temporárias que os ajudem a arcar com a transição.

- O gradualismo pode ser o método de reforma preferível em casos de substancial insuficiência administrativa ou quando as instituições ainda não foram criadas. Quando os mercados de capital não são bem desenvolvidos, por exemplo, uma privatização apressada demais pode resultar em subvalorização dos ativos e alocação inadequada.

##### Em defesa do tratamento de choque

- O tratamento de choque implica que as reformas são implementadas rapidamente, concentradas em um

período de menos de dois anos. Bolívia, Gana, México e Polônia adotaram reformas destinadas a eliminar distorções substanciais em pouco tempo. O Chile executou a maioria das reformas, e o México liberalizou rapidamente o comércio exterior.

- Se a reforma melhora o bem-estar, o mais recomendável é implementar o programa rapidamente, a fim de realizar a melhoria de bem-estar o mais depressa possível. Os custos do ajustamento podem aumentar desproporcionalmente em relação ao tempo necessário à implementação da reforma. Embora possa convir ao setor privado distribuir o *ajustamento* ao longo do tempo, não se segue que a *reforma* em si deva ser introduzida gradualmente. De fato, a realocação de mão-de-obra e capital pode, muitas vezes, custar menos quando é distribuída ao longo do tempo. Os trabalhadores têm tempo de adquirir novas aptidões, pode-se deixar que o capital se torne obsoleto e as fábricas podem ser reestruturadas ou modernizadas.

- A preocupação com o custo do ajustamento só deve afetar a velocidade da reforma quando certas ineficiências impedem que o setor privado se ajuste a um ritmo socialmente ótimo. Mas essas ineficiências podem também atuar no sentido oposto. Quando falta credibilidade às reformas ou os mercados de capital não funcionam adequadamente, o ajustamento pode ser lento demais do ponto de vista social — tornando recomendável uma reforma ainda mais drástica do que se essas ineficiências não existissem.

- A ação rápida pode aumentar a sustentabilidade política da reforma quando impede um ataque conjunto de determinados grupos de interesses contra mudanças de interesse geral. Uma mudança arrojada é especialmente necessária quando falta credibilidade ao governo. Em países em que a política tem vacilado e os programas de reforma surgem e desaparecem, os agentes privados tendem a reagir lentamente ao anúncio de mais um pacote de reformas — especialmente se o pacote é gradual. Uma reforma conclusiva pode ajudar a transformar as expectativas em relação ao compromisso do governo e, com isso, contribuir para o seu sucesso.

- O ajustamento geralmente ocorre em um clima de crise. Convém que o governo tire proveito da possibilidade ampla e talvez passageira de reforma permitida pela crise, colocando as reformas mais drásticas logo no início do programa.

micas especialmente grandes. E, por natureza, algumas reformas levam mais tempo que outras: reformas de preços podem ser implantadas rapidamente, enquanto o desenvolvimento de novas instituições (como leis contratuais, por exemplo) exige tempo. Muitas reformas graduais foram bem-sucedidas.

Mas certas reformas graduais (por exemplo, no Japão, na República da Coreia e na Tailândia) talvez só tenham obtido êxito por se darem em economias relativamente firmes e estáveis. Em geral, a análise recomenda a rapidez. Muitas vezes, parece melhor errar em favor da rapidez, porque agir prontamente antecipa os benefícios da reforma. A rapidez também é recomendável quando a oportunidade política para a reforma tende a ser de curta duração. O gradualismo pode não ser viável no caso de economias em forte crise ou no caso de governos com pouca credibilidade.

### *Alcance*

Um pacote de reformas abrangentes tira proveito das complementaridades ressaltadas ao longo de todo este Relatório e, portanto, prometem produzir os maiores benefícios. Os perigos da reforma parcial são suficientemente claros. A estabilização tem causado estagnação por falta de medidas destinadas a promover o investimento (Bolívia e Filipinas nos anos 80); a liberalização comercial fracassou em economias com mercados de fatores distorcidos, instabilidade macroeconômica e política cambial inadequada (Argentina, Brasil e Sri Lanka nos anos 60; Filipinas, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai nos anos 70); a liberalização interna ou a privatização criaram monopólios na ausência de reformas comerciais que controlassem o poder do mercado interno (Polônia e Togo nos anos 80); a reforma do setor financeiro fracassou em virtude de alta inflação (Argentina nos anos 70, Israel nos anos 80 e Turquia em começos da década de 80). Em todos esses casos, programas mais amplos, que atacassem males correlatos, teriam tido mais chance de sucesso.

### *Seqüenciamento*

Para que realizem estes benefícios, poderia parecer que as reformas devam ser implantadas simultaneamente. Não raro, porém, isso é, de fato, desejável. A liberalização das importações, por exemplo, torna os produtores internos mais eficientes; mas a realocação de recursos pode ser obstada por controles e outros tipos de rigidez dos

mercados financeiros ou de outros setores. Nesse caso, a liberalização deve avançar mais ou menos ao mesmo ritmo da reforma comercial, de modo que o programa faça aumentar a produção, e não o desemprego e a especulação financeira. Igualmente, introduzir reformas internas sem liberalizar a política de importação pode causar uma alocação de recursos ainda pior em setores altamente protegidos.

Uma vez que a implementação de várias reformas ao mesmo tempo pode não ser prática, fica implícita a necessidade de seqüenciamento. Um seqüenciamento eficaz geralmente requer fortes medidas iniciais contra as distorções mais dispendiosas, tendo-se o cuidado de evitar idas e vindas de recursos. Isso sugere a seguinte ordem de reforma. Em primeiro lugar, vem a estabilização macroeconômica, que pode preceder ou acompanhar a reforma estrutural. Muitos tipos de reforma estrutural (por exemplo, a substituição de restrições quantitativas por tarifas) complementam a estabilização. Em seguida, vem a liberalização dos mercados de produtos, inclusive a reforma normativa. Seria preferível não adiar as reformas internas até depois da reforma do comércio exterior. Na área da liberalização do setor externo, a conta comercial deve preceder a conta de capital. Os mercados de ativos ajustam-se mais rapidamente que os mercados de produtos, de modo que a liberalização prematura dos fluxos de capital pode gerar especulação e instabilidade financeira.

Não seria injusto criticar esse tipo de seqüenciamento como perfeito demais. Considerações políticas e uma série de outros fatores, econômicos e não-econômicos, interferem no planejamento do governo que vai implantar as reformas. Mas, em termos gerais, essa abordagem da reforma evita muitos dos obstáculos que fizeram certos governos desviarem-se do rumo adequado nos últimos 20 anos.

### **Investimento e poupança**

Em muitos países, um abrangente programa de reformas econômicas é a chave do aumento da quantidade e da melhora da qualidade da poupança e do investimento. Nos anos 80, houve uma redução da poupança e dos investimentos nos países de renda média. O investimento bruto, que era, em média, 26% do PIB no período 1974-80, registrou uma queda de 3 pontos percentuais. Uma poupança externa menor foi responsável por dois terços do declínio da poupança total. O

**Tabela 6.1 Investimento e poupança, 1965-89**

(% do PIB)

Grupo de economia	Investimento interno bruto			Poupança externa <sup>a</sup>			Poupança nacional bruta <sup>b</sup>		
	1965-73	1974-80	1981-89	1965-73	1974-80	1981-89	1965-73	1974-80	1981-89
Baixa renda	19,6	24,4	26,4	1,2	1,1	3,4	18,4	23,3	23,0
China	24,8	31,0	34,9	-0,3	-0,1	5,5	25,2	31,1	34,4
Índia	17,1	21,3	23,9	1,7	1,1	3,6	15,3	20,3	20,4
Indonésia	13,7	23,6	29,5	2,6	-3,0	2,7	11,1	26,7	26,9
Nigéria	14,1	22,2	12,0	4,3	-1,3	2,7	9,7	23,5	9,3
Quênia	21,0	24,1	23,7	4,4	8,9	7,1	16,6	15,2	16,6
Baixa renda, exceto China e Índia	14,1	19,6	19,1	2,8	2,3	6,2	11,3	17,2	12,9
Renda média	21,6	26,4	23,2	3,0	5,3	3,4	18,1	21,0	19,7
Brasil	20,5	23,8	19,8	1,9	4,6	1,8	18,5	19,2	18,0
Coreia, Rep. da	23,3	30,0	29,8	8,2	7,1	0,8	15,1	22,9	29,0
Filipinas	20,5	29,3	20,1	1,4	5,4	2,4	19,0	23,9	17,7
Malásia	21,2	27,3	30,7	-1,5	-1,2	3,3	22,7	28,5	27,4
Marrocos	14,3	26,0	24,4	2,7	14,5	13,0	11,7	11,5	11,4
Tailândia	23,9	26,6	25,8	2,4	5,1	4,2	21,5	21,5	21,6

a. Investimento interno bruto menos poupança nacional bruta.

b. Não se incluem transferências líquidas do exterior.

Fonte: Dados do Banco Mundial.

investimento permaneceu razoavelmente estável nos países de baixa renda (com exceção de China e Índia) porque o aumento da poupança estrangeira compensou a queda da poupança interna (Tabela 6.1). A redução do investimento reflete em parte o declínio do investimento público — declínio inevitável em muitos países onde esse investimento tinha registrado uma expansão insustentável, geralmente na última metade da década de 70.

Nas duas últimas décadas, tanto o nível agregado do investimento quanto as participações privada e pública variaram significativamente entre países e ao longo do tempo. Por exemplo, a relativa estabilidade dos investimentos públicos e privados e o alto nível destes últimos na República da Coreia contrastam fortemente com as tendências de declínio e baixo investimento privado na Argentina, grandes flutuações do investimento privado na Jamaica e dramática reversão da composição do investimento na Costa do Marfim (Figura 6.4). Essas vastas diferenças de comportamento do investimento suscitam questões acerca do que determina o investimento privado e como a política do governo pode contribuir para aumentá-lo.

#### *Quantidade e qualidade do investimento*

Os países que mantiveram baixo nível de inflação e taxas reais de juros moderadas, e permitiram um

fluxo suficiente de crédito para o setor privado, tendem mais a registrar altos níveis de investimento privado como percentual do PIB. Um grande volume de dívida externa, bem como grandes variações de política que tornam mais variáveis a produção e a taxa real de câmbio, tolhem o investimento privado. E, na medida em que os investimentos público e privado são complementares, cortes no primeiro contribuem também para o declínio do segundo.

**CONDIÇÕES FINANCEIRAS.** Estatisticamente, as diferenças de condições macroeconômicas entre países explicam bastante bem as diferenças de investimento. Presumivelmente, isso se deve ao fato de que a variabilidade da produção torna os investidores cautelosos e mais tendentes a adiar projetos. A inflação aumenta o grau de risco de projetos a longo prazo e distorce informações acerca de preços relativos, de modo que também pode arrefecer o investimento privado. A estabilidade macroeconômica faz aumentar a confiança e, com isso, promove o investimento privado.

Também a política macroeconômica afeta o investimento, influenciando a quantidade de crédito disponível para uso pelo setor privado. A evidência comprova a hipótese de que os fluxos de crédito têm efeito positivo e estatisticamente significativo sobre o investimento privado. Uma vez que os tetos de taxas de juros são importante

instrumento de política monetária para muitos países em desenvolvimento, a quantidade, e não o preço do crédito passa a ser a variável relevante nas decisões de investimento. Uma política monetária mais rígida ou uma mudança na composição do crédito que favoreça o setor público reduz o investimento privado. Quando os empréstimos bancários são uma das principais fontes de financiamento, como geralmente são, uma captação de recursos menor por parte do governo libera recursos para o investimento privado.

De modo geral, os países nos quais os fluxos reais de crédito para o setor privado são positivos, como Colômbia, Indonésia, República da Coreia e Tailândia, registram também níveis estáveis de investimento. O investimento tende a declinar em países nos quais o fluxo de crédito para o setor privado é negativo. Mesmo sem racionamento generalizado de crédito, nem todas as firmas conseguem captar a quantidade de recursos que desejam. Isso é especialmente verdadeiro na ausência de garantia adequada e de um sistema eficiente de solução de conflitos, quando a alocação do crédito é vinculada à reputação da firma, e não à taxa de retorno do projeto. No Egito, onde a disponibilidade do crédito é fator importante nas decisões de investimento, a captação de recursos pelo governo parece ter preterido firmas menos conhecidas, mas não as mais reputadas.

Uma comparação entre países sugere que altas taxas reais de juros reduzem o investimento privado. As decisões de investimento dependem da taxa interna de retorno sobre o investimento (eficiência marginal do capital) e do custo do capital. O custo do capital depende em parte da composição de financiamento, títulos, capital próprio e empréstimos bancários. Uma vez que os empréstimos bancários representam importante fonte de financiamento, o aumento do seu custo em relação à eficiência marginal do capital faz reduzir o investimento. Esse efeito da taxa de juros tende a ser mais forte em países que possuem mercados financeiros bem desenvolvidos e que utilizam operações de mercado aberto, e não tetos de crédito, para controlar a oferta monetária.

Em princípio, uma depreciação real da moeda tem um efeito ambíguo sobre o investimento. Pode reduzi-lo, aumentando o custo de insumos intermediários e bens de capital importados, e reduzindo a quantidade do crédito em termos reais, à medida que os preços sobem após a depreciação. Mas pode também estimular o investimento por aumentar a lucratividade do setor de

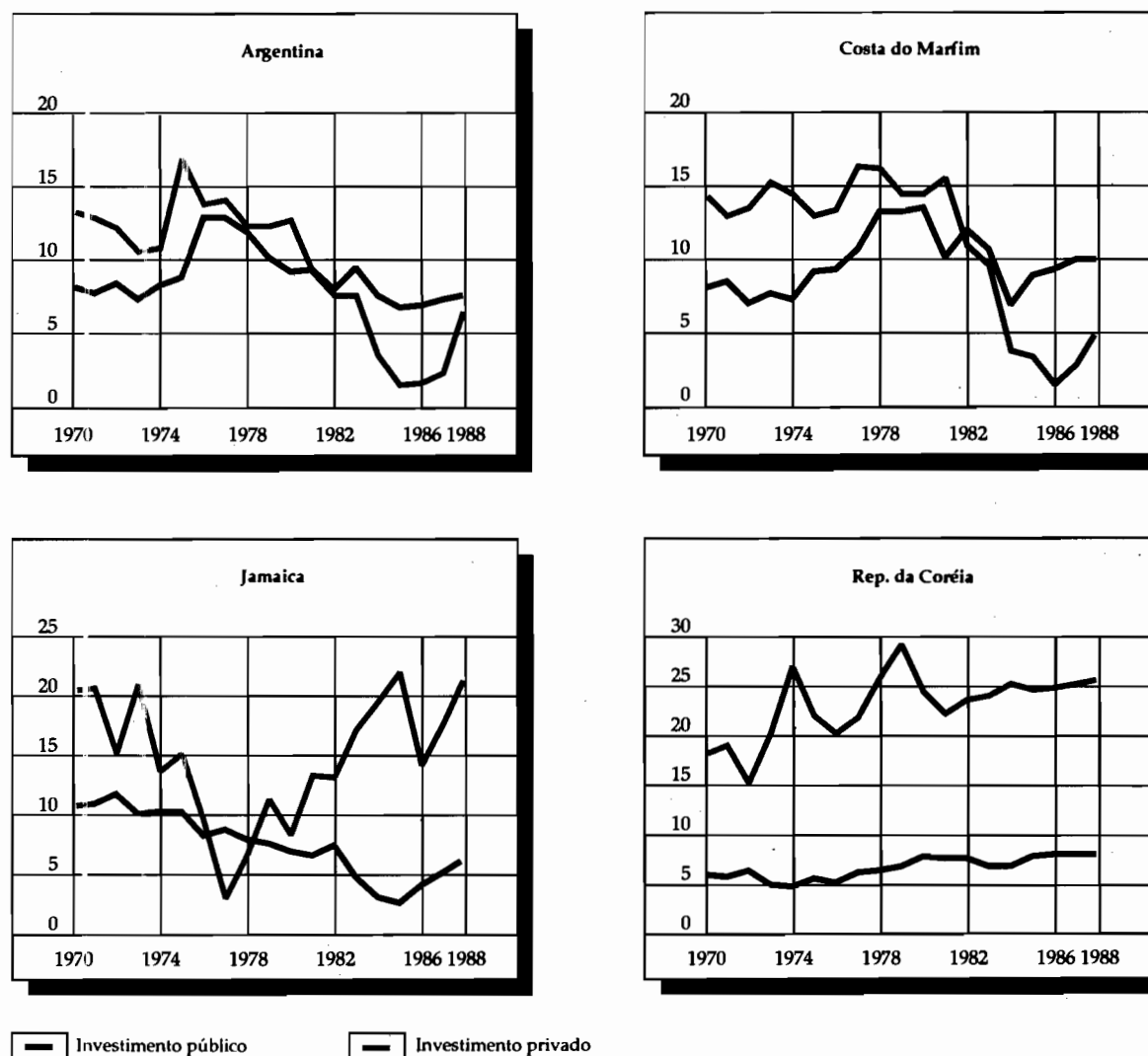
bens comercializados no exterior e, às vezes, por aumentar a oferta de divisas, as quais podem ser utilizadas para pagar importações adicionais de bens de capital.

Um estudo constatou que uma desvalorização real pode, na prática, reduzir o investimento a curto prazo, especialmente se faz cair a produção. (Nesse caso, o investimento cairia, a não ser que o ônus do ajustamento às mudanças dos preços relativos recaísse sobre o consumo privado e público.) A médio prazo, porém, e quando a expectativa é de que a desvalorização real seja duradoura, o investimento tende a aumentar, em parte em virtude da melhoria duradoura da rentabilidade das exportações. No Chile e na Indonésia, o investimento caiu a curto prazo em resposta a uma grande desvalorização real, mas recuperou-se a médio prazo com a expansão do setor de bens comercializados no exterior. A recuperação levou cerca de cinco anos no Chile e três anos na Indonésia. Os efeitos negativos da desvalorização podem persistir mais tempo em países de baixa renda, em virtude da maior lentidão da resposta da oferta.

A evidência sugere que os países muito endividados têm baixos coeficientes de investimento. Uma dívida volumosa tende a ser associada com o racionamento do crédito externo ou com elevados ágios de risco, os quais reduzem o investimento privado. A dívida pendente também atua como imposto implícito: desestimula o investimento porque implica que, eventualmente, alguma combinação de impostos mais altos, depreciação da moeda e queda da procura interna será necessária para efetuar a devida transferência externa.

**INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO.** Vários países levaram a cabo o ajustamento fiscal, em parte cortando o investimento público ou adiando gastos de capital. Cortes nas áreas de saúde e educação e em programas de infra-estrutura podem retardar o investimento privado e o crescimento a médio prazo. Mas o investimento público pode reduzir a formação de capital privado quando usa recursos escassos ou sua produção concorre diretamente com produtos do setor privado. Os efeitos complementares e de deslocamento produzidos pelo investimento público não são incompatíveis. A curto prazo, o financiamento da infra-estrutura pública pode fazer aumentar as taxas de juros ou reduzir o crédito para o setor privado e, assim, preterir o investimento privado. A médio

**Figura 6.4 Diferentes padrões de investimento público e privado em quatro países, 1970-88**  
(% do PIB)



Fonte: Dados do Banco Mundial.

prazo, porém, pode aumentar a produtividade e o investimento privado. A evidência quanto ao efeito líquido é inconclusiva, principalmente por falta de dados. Contudo, certas pesquisas recentes sugerem que os investimentos público e privado são complementares. Outras comparações entre países indicam que os investimentos em infra-estrutura (em contraposição com investimentos em

firmas do governo ou equipamento militar, por exemplo) tendem especialmente a promover o investimento privado.

O que é plausível. Estudos de certos países mostram que, quando a infra-estrutura é inadequada, os custos operacionais das firmas aumentam e o investimento diminui. No Egito, por exemplo, o investimento do governo em infra-es-

estrutura aparentemente promoveu o investimento privado. Na República da Coreia, o investimento público parece ter tido efeito positivo sobre o investimento privado, a curto e longo prazos. Entre outras coisas, esses resultados implicam que as despesas de capital com infra-estrutura devem prosseguir em períodos de ajustamento fiscal; mais que outros tipos de investimento público, essas despesas tendem a complementar e promover o investimento privado.

A COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO. O investimento privado consiste em equipamentos e infra-estrutura. Deveria existir certa complementaridade entre os dois mas, marginalmente, é provável que façam diferentes contribuições para o crescimento. O investimento em equipamentos (principalmente máquinas) parece estar mais intimamente associado ao aumento da produtividade que outros tipos de investimento. A discriminação contra bens de capital (através de tarifas ou impostos elevados) faz aumentar o preço dos mesmos e reduz a participação dos equipamentos no investimento total — o que é importante, porque os novos equipamentos tendem a incorporar

novas tecnologias e trazer valiosas poupanças externas.

### *Determinantes da poupança*

As pessoas poupam para tornar seu consumo mais suave ao longo do tempo. A taxa pessoal de poupança depende da renda corrente, da expectativa de renda durante a vida e da expectativa de retorno sobre a poupança. Os padrões de poupança mudam durante a vida de um indivíduo, sendo que ocorre um máximo durante os anos mais rendosos de uma pessoa. Quanto maior a fração da renda recebida pelos trabalhadores no pico de seus anos produtivos, mais alta é a taxa total de poupança. Fatores demográficos também afetam a poupança: quanto mais baixo o coeficiente de dependência (percentual da população com menos de 15 e mais de 65 anos de idade), mais alta é a taxa de poupança. Além disso, uma economia em fase de rápido crescimento tende a ter uma taxa de poupança mais elevada, em virtude da grande diferença entre a renda auferida por trabalhadores durante a vida ativa e a renda dos aposentados, e porque a taxa total da poupança se aproxima mais da taxa de poupança dos trabalhadores ativos. O crescimento rápido é a melhor

### **Box 6.3 Determinantes da poupança familiar no Japão**

A poupança familiar japonesa é superior à da maioria dos outros países. No período 1970-86, alcançou 23% da renda familiar, em comparação com 14,3% nos EUA, 10,4% no Reino Unido e 7,8% na Suécia.

Algumas dessas diferenças podem ser explicadas por discrepâncias conceptuais. Há três diferenças principais entre os métodos empregados para calcular taxas de poupança nos EUA e no Japão. Primeiro, a depreciação é avaliada ao seu custo histórico no Japão e ao custo de reposição nos EUA. Segundo, no Japão, as transferências de capital são excluídas, tanto da poupança quanto da renda disponível; nos EUA, são incluídas. Terceiro, os juros pagos pelas famílias às empresas ou a estrangeiros são excluídos da renda pessoal no Japão, mas incluídos nos EUA. Um ajuste que levasse em conta esses fatores diminuiria em 3-4 pontos percentuais a poupança familiar japonesa. Outras diferenças que afetam as comparações entre países são o tratamento de bens duráveis de consumo, pensões e seguros de vida de natureza privada e fundos de aposentadoria. Feitos todos esses ajustes, a poupança japonesa continua alta.

Várias explicações têm sido aventadas: (a) fatores culturais, tais como a herança confucionista, alto grau de aversão a riscos, debilidade dos efeitos de demonstração

e o costume de transferências entre gerações; (b) fatores demográficos e sócio-econômicos, tais como estrutura etária da população, distribuição da renda e elevada participação de idosos no contingente de mão-de-obra; (c) fatores institucionais, tais como o sistema de bonificações e a indisponibilidade de crédito ao consumidor; (d) medidas do governo, inclusive isenções de impostos para a poupança (até recentemente) e o baixo nível de benefícios de seguridade social; e (e) fatores econômicos, tais como rápidas taxas de crescimento e preços altos e crescentes de terra e casa própria.

Um exame da literatura sobre a poupança no Japão sugere que a baixa proporção de idosos, a taxa de crescimento do país e o sistema de bonificações podem, cada um deles, ser responsáveis por 2-3 pontos percentuais da diferença entre a taxa de poupança do Japão e a de outros países. Outros fatores que podem ter contribuído no passado para a alta taxa de poupança (tais como tradição, isenção fiscal da poupança, o sistema de seguridade social subdesenvolvido, a família extensa e a indisponibilidade de crédito ao consumidor) vêm-se tornando menos importantes. É provável que a taxa de poupança do país diminua à medida que a estrutura demográfica do Japão passe a assemelhar-se mais à de outros países.

maneira de aumentar a poupança. Esses fatores tendem a explicar a alta taxa de poupança do Japão (Box 6.3).

Em muitos países em desenvolvimento, a agricultura responde por grande parte da renda familiar. A atividade agrícola — e a renda dela resultante — está sujeita a considerável incerteza, a qual pode estender-se a outras atividades econômicas intimamente ligadas à agricultura. Ao mesmo tempo, certas imperfeições dos mercados financeiros podem impedir que as famílias obtenham empréstimos contra a renda futura. Tudo isso torna a taxa de poupança mais sensível a mudanças de expectativa quanto à renda futura; e, quanto mais incerto o futuro, maior é a procura de poupança como “estoque regulador”.

Os fatos indicam forte correlação entre taxas de crescimento e taxas de poupança. Flutuações da taxa de crescimento explicam a maior parte das variações da taxa de poupança na República da Coreia, por exemplo. Com o rápido crescimento da economia, a poupança nacional coreana aumentou de menos de 10% do PNB em meados da década de 60 para 32,8% em 1986. A variabilidade das taxas de aumento de renda tem, também, relação com a variabilidade da poupança. Indonésia e Myanmar registraram taxas reais de crescimento variáveis e, por vezes, negativas nos anos 60, e taxas de poupança baixas e variáveis. Mais recentemente, porém, quando as taxas reais de crescimento se estabilizaram, ambos os países registraram rápido aumento das taxas de poupança.

**O PAPEL DO SETOR FINANCEIRO.** Uma vez que poucos países em desenvolvimento têm acesso fácil à poupança externa, a maior parte de qualquer aumento do investimento tem de ser financiada internamente. O setor financeiro pode desempenhar papel importante, aumentando a eficiência da transformação da poupança em investimento. A evidência indica que as distorções do setor financeiro que resultam em taxas reais de juros negativas são associadas a um baixo crescimento. Taxas reais de juros negativas podem reduzir a poupança total, diminuir a poupança disponível para investimento e distorcer sua alocação entre investimentos alternativos. Quando bem administrada, a reforma financeira geralmente leva a taxas reais de juros moderadamente positivas. O efeito líquido de taxas reais de juros mais elevadas é, em princípio, ambíguo. A evidência empírica sugere que um aumento da taxa real de juros exerce efeito positivo, embora peque-

no, sobre a poupança. Juros reais positivos podem ainda fazer crescer a parcela da poupança canalizada pelo sistema financeiro — o que também é desejável, contanto que este último funcione com razoável eficiência.

Medidas governamentais pouco podem fazer a curto prazo para influenciar os fatores demográficos e culturais que afetam a poupança privada. Na ausência de influxos de capital do exterior, o aumento da poupança necessário para financiar um investimento maior exigirá maior poupança do setor público — isto é, menores déficits governamentais.

**POUPANÇA PÚBLICA.** O efeito exercido por um aumento da poupança pública sobre a poupança privada depende de como esse aumento é atingido — através de cortes de gastos ou aumento de impostos. Um estudo do Banco Mundial, abrangendo uma amostra de países em desenvolvimento, constatou que menos da metade do aumento da poupança pública obtido através de cortes do consumo do governo tende a ser contrabalançada por uma redução da poupança privada; no caso de um aumento de impostos, uma parcela ligeiramente maior do aumento da poupança pública tende a ser contrabalançada. Mudanças permanentes na tributação e nos gastos têm efeito menor sobre a poupança privada que medidas temporárias, porque a maioria das unidades familiares tende a ajustar a poupança, e não o consumo, quando acredita que as mudanças sejam temporárias. Reduzir os déficits do governo parece ser a melhor forma de aumentar a poupança nacional.

### Condições econômicas mundiais

A recessão mundial de 1980-83 e o aumento das taxas de juros internacionais mostraram como os eventos macroeconômicos nos países industrializados podem exercer grande efeito sobre os países em desenvolvimento. Os exportadores de manufaturados do mundo em desenvolvimento mostram-se extremamente sensíveis a flutuações do crescimento nos países industrializados — mais sensíveis que os países que exportam principalmente produtos básicos. Além disso, países asiáticos e latino-americanos, com estreitos vínculos comerciais com os EUA, beneficiaram-se mais com a expansão de 1983-84 da procura norte-americana de importações que muitos países africanos, que tinham vínculos mais fortes com os mercados europeus.



A importância dos mercados financeiros na transmissão dos efeitos das políticas dos países industrializados aumentou com a integração dos mercados mundiais e o acúmulo da dívida externa pelos países em desenvolvimento. Depois de 1979-80, quando as taxas de juros se tornaram mais voláteis, vários países latino-americanos com alta parcela da dívida a taxas flutuantes sofreram forte aumento em seus pagamentos do serviço da dívida. Os resultantes problemas de balanço de pagamentos foram agravados ainda mais pelos efeitos da recessão mundial e pela redução da disponibilidade de financiamento externo.

Qual a real importância dos fatores externos para os países em desenvolvimento? Simulações realizadas pelo Banco Mundial sugerem que, quando outros fatores permanecem iguais, um aumento de 1 ponto percentual no crescimento da OCDE pode aumentar o crescimento a longo prazo dos países em desenvolvimento em 0,7%. Inversamente, um aumento de 1 ponto percentual na LIBOR pode reduzir o crescimento em 0,2 ponto percentual. Calcula-se ainda que um aumento de 1% no crescimento da OCDE leva a um aumento de 0,2% nas exportações dos países em desenvolvimento. Esses efeitos, porém, variam de um país a outro, dependendo da configuração do seu comércio e da estrutura de sua dívida externa. O papel desempenhado pelos fatores externos precisa ser salientado. A curto prazo, choques externos desfavoráveis, taxas de juros mais altas, um declínio nas relações comerciais ou fluxos externos inadequados podem perturbar a implementação de qualquer programa de ajustamento bem projetado. A longo prazo, uma economia mundial forte pode estimular a adoção de reformas econômicas. Isso faria aumentar a eficiência interna e asseguraria aos países os plenos benefícios da contínua expansão dos mercados mundiais. Embora a qualidade da administração econômica seja o fator mais crítico, as condições econômicas mundiais são importantes na determinação das perspectivas para os países em desenvolvimento.

#### *Recursos externos e crescimento*

Os recursos externos permitem que os países em desenvolvimento elevem sua taxa de crescimento, financiando investimentos adicionais ou abrاندando o ajustamento a choques externos. Em princípio, o financiamento externo poderia ajudar a salvar um país do círculo vicioso do baixo crescimento, tornando-o capaz de "deslanchar" ape-

sar de restrições estruturais ou políticas que inibem o aumento da poupança interna. A ajuda subvencional permite a um país aliviar a pobreza e aumentar seu crescimento a longo prazo. Os países industrializados têm a responsabilidade de assegurar que os fluxos de capital sejam utilizados para ajudar, e não obstar o crescimento. Para que os fluxos subvencionais sejam eficazes, as agências de ajuda e financiamento externos devem coordenar seus programas e elaborar projetos que avaliem cuidadosamente as necessidades e capacidade administrativa dos países beneficiários. Essas agências devem também abolir certas políticas, como a vinculação da ajuda.

A crise da dívida é um exemplo dos custos do mau emprego dos fluxos de capital. O retorno sobre os influxos externos e a capacidade de amortizar os empréstimos estrangeiros dependem da eficiência desses investimentos, a qual, por sua vez, depende da política econômica do país. Nos anos 70, o investimento foi, em muitos países, canalizado para empreendimentos de baixa rentabilidade do setor público.

Especialmente em fins da década de 70 e começos da década de 80, alguns países em desenvolvimento utilizaram o financiamento externo para manter níveis de consumo insustentáveis em face de quedas da receita de exportação ou mudanças nas relações comerciais. Em outros casos, juntamente com a má administração macroeconômica, os empréstimos externos financiaram a evasão de capital (Box 6.4).

É possível a um país utilizar parte significativa do capital estrangeiro para financiar o consumo, e não o investimento, reduzindo o efeito a longo prazo dos influxos sobre o crescimento. Embora uma fração dos influxos sempre se traduza em aumentos de consumo, mesmo sem distorções internas, estudo recente constatou que, no caso de alguns países, a parcela das transferências externas utilizada para consumo foi excessivamente alta. O gasto adicional, para fins de consumo, gerado por um dólar adicional de empréstimo externo nos anos 60 e 70 foi de 88 cents na Bolívia e 99 cents na Colômbia. Contudo, na República da Coreia, onde a poupança interna aumentou de 6% em começos da década de 60 para 30% em meados da década de 80, a poupança externa foi, em grande parte, canalizada para investimentos. Muitos estudos, porém, já constataram que os influxos de capital estrangeiro — especialmente em meados da década de 70 e começos da década de 80 —

### Box 6.4 Evasão de capital

Evasão de capital é um conceito difícil de definir. Estatisticamente, não é fácil estabelecer distinção entre a evasão e os fluxos normais de capital gerados pelas relações comerciais e pela crescente integração financeira mundial. Alguns autores a definem como capital que deixa um país em virtude de percepções de risco interno fora do comum. A evasão de capital já foi também definida como aquela parte dos ativos estrangeiros cuja renda como investimento não é registrada nas estatísticas do balanço de pagamentos. Por outro lado, pode ser definida como toda e qualquer saída de capital, uma vez que qualquer saída acarreta certa perda à economia interna. Assim definida, a evasão de capital pode ser medida como o estoque de bens externos adquiridos por residentes, ou como as saídas líquidas de capital a curto prazo do setor privado não-bancário (capital especulativo). O lançamento de erros e omissões do balanço de pagamentos é geralmente incorporado a essas medições, no pressuposto de que grande parte da evasão de capital consiste em transações ilegais que aparecem somente nesse item. Quando assume a forma de subfaturamento de exportações ou superfaturamento de importações, a evasão de capital não é captada nas contas do balanço de pagamentos. Nenhuma dessas definições é inteiramente satisfatória; todas acarretam problemas de mensuração. Na melhor das hipóteses, oferecem apenas uma faixa de estimativas.

O volume da evasão de capital tem variado consideravelmente. Calcula-se que, no período 1980-84, totalizou cerca de US\$16-17 bilhões na Argentina, US\$40 bilhões no México e US\$ 27 bilhões na Venezuela. Em certos anos, a evasão de capital na Argentina e na Venezuela foi equivalente à metade da poupança nesses países. No Brasil, a evasão de capital tem sido relativamente pequena, mas parece ter aumentado em fins da década de 80.

Como quer que seja definida ou medida, a evasão de capital é, acima de tudo, um sintoma de má administração

macroeconômica — agravada, em muitos casos, por instabilidade política. Ao optar entre ativos financeiros internos, ativos que os protejam contra a inflação (como bens duráveis de consumo ou terras) e ativos estrangeiros, os investidores decidem à base da inflação e das taxas de juros internas, taxas de juros externas e a taxa esperada de depreciação da moeda. Quando os investidores receiam que vá haver uma desvalorização, transferem seus fundos para o exterior a fim de evitar perdas de capital. Da mesma forma, altas taxas de inflação e medidas financeiras repressivas, que mantêm as taxas reais de juros demasiadamente baixas, estimulam os residentes a investir no exterior ou acumular reservas.

Por geralmente ocorrer em épocas de escassez de influxos de capital estrangeiro, a evasão de capital impõe um pesado custo à economia. Como sintoma de má administração macroeconômica, faz também aumentar a instabilidade interna — tanto financeiramente (uma vez que os fluxos de capital especulativo podem impedir que as metas econômicas internas sejam atingidas), quanto politicamente (uma vez que reduz a legitimidade política dos esforços no sentido de pagar o serviço da dívida externa). Além disso, a evasão de capital prejudica o crescimento interno, desviando poupança para fora do país; diminui a base fiscal, reduzindo a receita do governo e transferindo parte adicional do ônus para os cidadãos de baixa renda; e contribui para o problema da dívida, uma vez que faz aumentar o custo dos empréstimos (o qual sobe proporcionalmente ao valor dos mesmos) e reduz os recursos disponíveis para amortização da dívida.

Para combater a evasão de capital, é preciso restaurar a confiança na economia e no governo mediante uma retomada do crescimento e adoção de políticas sustentáveis. Infelizmente, é muito mais fácil a um governo perder a credibilidade do que recuperá-la.

estavam positivamente associados à crescente participação do investimento interno no PIB.

Apesar do custo de usar os influxos externos para adiar o ajustamento a choques permanentes, o acesso ao capital tem sido não menos essencial para que certos países enfrentem com êxito os choques a curto prazo. A Coreia (após sua crise econômica de 1980), a Turquia (em 1980-82) e a Indonésia (em meados da década de 60) receberam influxos de capital enquanto implementavam o ajustamento. Uma vez que haviam enfrentado seus problemas econômicos antes da crise da dívida de 1982, todos os três países tiveram a enorme vantagem de conservar o acesso aos influ-

xos de capital e empréstimos a condições favoráveis durante o período de ajustamento.

Para facilitar o ajustamento a choques, o Banco Mundial começou a conceder, em 1980, empréstimos para ajuste. Esses empréstimos, que representaram cerca de 25% dos empréstimos totais do Banco Mundial em fins da década de 80, visavam proporcionar suporte a balanços de pagamentos para fins de estabilização macroeconômica e reformas estruturais de longo prazo no comércio exterior, mercados interno e de trabalho, mercados financeiros e administração do setor público. Permitindo que os gastos fossem mais elevados, os empréstimos visavam atenuar os custos a curto prazo do ajustamento no tocante a produção, em-

prego e consumo. A evidência sugere que esses empréstimos foram relativamente bem-sucedidos, tendo permitido que os países melhorassem sua posição de balanço de pagamentos e que a maioria dos participantes aderisse às reformas de política acordadas. Embora a evidência não seja conclusiva, os primeiros a receberem empréstimos tendem a apresentar um efeito de crescimento positivo (Box 6.1). Mas no caso de muitos países a parcela de investimentos do PIB não se recuperou.

#### *Um legado de dívidas*

O período de abundantes influxos de recursos financeiros para o mundo em desenvolvimento terminou abruptamente em 1982, quando estourou a crise da dívida. Com a crise, parcela maior dos fluxos privados foi destinada basicamente a satisfazer as necessidades de serviço da dívida dos países devedores, restando pouco capital adicional para investimento e crescimento sustentado. A crise persistiu durante toda a década de 80 e muitos países devedores passaram a registrar uma inversão na transferência de recursos (Tabela 6.2), declínio do investimento, crescimento menor e inflação mais elevada. Contribuíra para a crise uma mistura complexa de erros políticos (grandes déficits fiscais, supervalorização e discriminação contra as exportações), choques externos (rápido aumento das taxas de juros internacionais, queda dos preços de produtos básicos e recessão mundial) e o excessivo expansionismo das políticas de concessão de empréstimos de 1979-81.

As transferências líquidas para os países em desenvolvimento passaram a ser negativas na se-

gunda metade da década de 80 (Figura 6.5). Em 1989, os pagamentos atrasados de capital e juros (uma forma de financiamento implícito) correspondiam a cerca de 6,9% da dívida dos países em desenvolvimento. Os déficits de conta corrente caíram de 3% do PNB em 1980 para menos de 1% em 1987-89, à medida que os países em desenvolvimento passavam a exportar mais mercadorias e serviços não atribuíveis a fatores do que recebiam. O investimento externo direto aumentou substancialmente em relação ao nível de inícios da década de 80, em parte como resultado de *swaps* de dívidas. Grande parte da expansão do IED concentrou-se no Leste asiático; China, Coréia, Indonésia, Malásia e Tailândia respondem hoje por cerca de um quarto do investimento estrangeiro em países em desenvolvimento. Qualquer expansão do IED em outros países provavelmente dependerá de sua estabilidade política e macroeconômica e de suas normas fiscais e de remessa de lucros.

No caso dos países de baixa renda, a maior parte da dívida foi contraída junto a credores oficiais bilaterais e multilaterais; grande parte do estoque de créditos privados para exportação tem também garantia oficial. Em fins de 1989, a dívida dos países de baixa renda muito endividados equivalia à soma do PNB de todos eles. Os credores oficiais vêm perdendo e reescalando dívidas e oferecendo novos fluxos a termos altamente subvencionais. Do contrário, esses países seriam forçados a alocar mais da metade de suas receitas de exportação ao serviço da dívida; de fato, menos da metade da quantia programada foi paga. O alívio da dívida tem-se concentrado na dívida oficial. Os credores bilaterais reescalaram parte das dívidas nos termos de acordos do

**Tabela 6.2 Indicadores de dívida externa para economias em desenvolvimento, 1970-89**  
(percentual médio do período)

Grupo de economia	Dívida externa total <sup>a</sup>			Pagamentos de juros <sup>b</sup>			Transferências líquidas <sup>a</sup>		
	1970-75	1976-82	1983-89	1970-75	1976-82	1983-89	1970-75	1976-82	1983-89
Baixa renda	10,2	14,8	28,5	2,9	4,3	9,8	1,1	1,2	0,7
Baixa renda, exceto China e Índia	20,5	28,5	60,7	2,9	5,3	11,8	2,7	2,4	1,0
Renda média	18,6	34,6	54,9	5,1	11,0	15,4	1,9	1,9	-2,7
Argentina	20,1	46,1	80,3	14,1	17,9	41,6	-0,3	2,7	-5,4
Brasil	16,3	28,2	42,0	12,1	28,5	30,3	3,3	0,8	-2,5
Filipinas	20,7	45,8	79,2	4,2	14,1	20,5	1,2	1,8	-3,4
Marrocos	18,6	55,1	109,5	2,8	13,0	17,1	1,8	6,8	-1,7

Nota: As variáveis são médias anuais calculadas para o período; as médias de economia são ponderadas pela participação do PNB em 1981.

a. Como parcela do PNB.

b. Como parcela das receitas totais de exportação.

Fonte: Dados do Banco Mundial.

Clube de Paris, oferecendo condições altamente subvencionais — as chamadas condições de Toronto. Segundo estas, os credores oficiais bilaterais que emprestaram a termos não-subvencionais podem optar entre cancelar um terço do montante consolidado, adotar a amortização mais longa usada no caso da dívida subvencional (vencimento em 25 anos, com período de carência de 14 anos) ou reduzir a taxa de juros. Para que possam atingir níveis mais altos de investimento e crescimento, os devedores provavelmente peirão maior redução da dívida e do serviço da dívida.

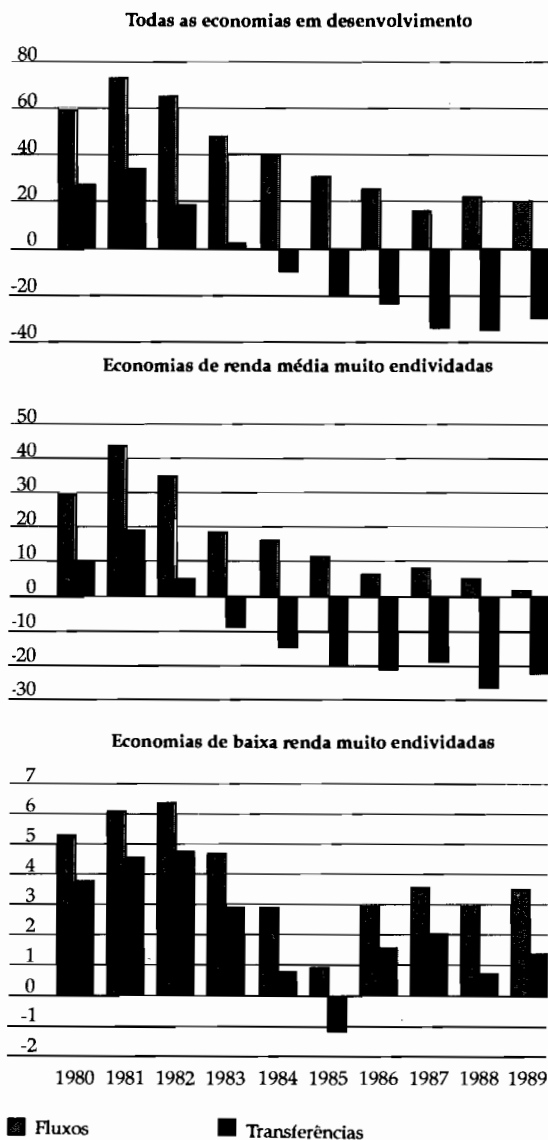
Quanto à dívida comercial, nos termos do Plano Brady, os credores oficiais propuseram apoiar a redução da dívida e do serviço da dívida para os países que adotem programas de ajustamento e medidas destinadas a estimular o investimento externo direto e a repatriação de capital. As reduções ocorrem mediante recompra de dívidas — troca da dívida antiga por títulos novos, ao valor nominal e à taxa de juros reduzida, ou por títulos descontados, parcialmente garantidos.

Vários países, a começar pelo Chile em 1985, vêm recorrendo a trocas de dívida por capital acionário a fim de reduzir sua dívida externa e estimular o investimento externo direto. Quando a recompra é financiada pela venda de ações de empresas estatais, o efeito fiscal é nulo; o governo já é dono do patrimônio. Mas, quando a operação envolve a troca de dívida pública por ativos privados, o governo tem de levantar dinheiro para comprar esse patrimônio. A maneira pela qual o governo faz isso é importante. Argentina, Brasil e México suspenderam seus programas formais de *swaps* em 1989, em parte devido a preocupações com o efeito inflacionário — efeito que é especialmente forte quando o banco central imprime dinheiro para liquidar a dívida. Alguns novos programas de troca de dívida são vinculados a esforços de privatização, como é o caso, por exemplo, dos programas referentes à companhia telefônica e à linha aérea governamental da Argentina. O novo programa de *swaps* do México restringe-se a empresas estatais, projetos de infra-estrutura e outros projetos de desenvolvimento. Outros tipos de troca de dívida foram também introduzidos: dívida por comércio no Peru e na Iugoslávia e dívida por projetos ecológicos e projetos na área da saúde em outros países.

Em 1990, novos acordos de dívida com base no Plano Brady tinham sido implementados em Costa Rica, Filipinas e México, e negociações estavam em andamento em Marrocos, Uruguai e Venezuela. Além de seus efeitos econômicos diretos, esses acordos influenciaram favoravelmente as expectativas.

**Figura 6.5 Fluxos líquidos de recursos e transferências líquidas para economias em desenvolvimento, 1980-89**

(bilhões de US\$)



Nota: Os dados são de todas as economias que notificam transações ao Banco Mundial, e referem-se à dívida a longo prazo, exceto junto ao FMI.

Fonte: World Bank, 1990c.

Após o anúncio, pelo México, de um acordo em julho de 1989, as taxas reais de juros caíram substancialmente e os influxos de capital aumentaram (Box 6.5). O Plano Brady provocou também significativo aumento do preço da dívida no mercado secundário. O preço tinha se estabilizado após o anúncio do

### Box 6.5 O acordo da dívida mexicana de 1990

Desde a crise da dívida de 1982, o México negociou o reescalonamento e novos pacotes de empréstimos em 1983-84 e 1986-87. Esses acordos, que envolveram complexas negociações, não chegaram a trazer alívio a médio prazo na frente externa. Em 1985, o México introduziu importantes reformas de comércio exterior e do setor financeiro, privatizou muitas empresas de propriedade do governo e reformou a regulamentação do investimento externo direto. Apesar desses esforços, a dívida externa continuou a taldar o horizonte mexicano. Grandes transferências externas criaram incerteza quanto a futuras políticas cambiais e fiscais. Para impedir a evasão de capital, o México teve de pagar taxas reais de juros muito altas sobre a dívida interna, o que agravou o seu déficit fiscal e colocou em risco as substanciais reformas fiscais empreendidas em anos recentes. O alívio da dívida a médio prazo parecia ser o ingrediente que faltava para o êxito do esforço de reforma.

Em março de 1990, o México e seus credores comerciais levaram a cabo um acordo de reestruturação da dívida. Os bancos podiam escolher entre um elenco de opções que incluía dinheiro novo e dois programas para reduzir a dívida e o serviço da dívida: troca de títulos descontados por dívida pendente ou troca de títulos por dívida pendente sem qualquer desconto (títulos ao valor nominal), mas com uma taxa de juros fixa. Cerca de 13%

dos credores optaram por dinheiro novo, 40% escolheram os títulos com desconto (a 65% do valor nominal) e 47% preferiram títulos ao valor nominal com juros de 6,25%. Os títulos devem ser pagos de uma só vez, em fins de 2019. O principal é garantido por obrigações sem cupom do Tesouro dos EUA e os pagamentos de juros são garantidos por 18 meses. Os fundos de garantia provieram das reservas do país e de empréstimos concedidos pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Japão. Os bancos participantes têm o direito de tomar parte em um novo programa de trocas de dívida por capital acionário, vinculado à privatização de empresas públicas.

A expectativa é de que o acordo de reestruturação da dívida reduza em cerca de US\$4 bilhões por ano, no período 1989-94, as transferências líquidas do México para o exterior. Cerca de metade dessa redução é proveniente do reescalonamento da amortização. As reduções melhorarão a posição fiscal do país e deverão exercer efeito benéfico sobre o crescimento. O acordo alterou também as expectativas, diminuindo a incerteza quanto às futuras políticas cambial e fiscal. Após o anúncio do acordo em julho de 1989, as taxas reais de juros baixaram substancialmente e houve uma retomada dos influxos de capital.

Plano em março de 1989 e, em seguida, passou a subir no caso dos quatro países que haviam adotado planos Brady; e seguiu caindo no caso de outros países que continuaram a acumular dívida vencida, como Argentina e Brasil. Em conjunto com outras políticas adequadas, o alívio da dívida pode oferecer o estímulo certo para a recuperação econômica e dar mais incentivos à reforma. A recente experiência do Peru mostra claramente que a interrupção do serviço da dívida não resolve o problema de estabilização, e as experiências de Argentina e Brasil mostram que o cerne da questão continua sendo a redução do déficit fiscal. O fato de Argentina e Brasil não terem fechado acordo sobre a dívida fez aumentar o ceticismo quanto à possibilidade de êxito de seus esforços de estabilização. As experiências de Chile, México e Venezuela mostram como a renegociação da dívida pode dar respaldo à política interna, fazendo aumentar a confiança geral e estimulando o retorno do capital expatriado.

Apesar do progresso realizado, a crise da dívida continua a ameaçar o desenvolvimento. Entre os fatores que poderiam sustentar e promover o progresso estão: a implementação de programas de ajustamento fortes e dignos de crédito em países muito

endividados; extensão da redução da dívida comercial e respectivo serviço a um número maior de países; maior reescalonamento subvencional para os países devedores mais pobres; e redução do estoque da dívida junto a agências bilaterais. A concessão de empréstimos por fontes privadas provavelmente registrará um crescimento apenas modesto, à medida que os bancos comerciais passem a reestruturar o seu capital. No entanto, o financiamento privado adicional poderia assumir a forma de repatriação de ativos através de instrumentos como financiamento de projetos, ou financiamento vinculado ao comércio, investimento externo direto, *joint ventures* e emissões de dívida e capital no exterior. Os fluxos oficiais provavelmente crescerão mais rapidamente que a renda dos países industrializados, permanecendo as instituições multilaterais como a ligação entre os mercados internacionais de capital e muitos países em desenvolvimento. Um aumento das transferências líquidas, seja sob a forma de novos empréstimos ou redução da dívida, provavelmente dependerá de os países adotarem medidas para manter a estabilidade macroeconômica e aumentar sua capacidade creditícia.



## *Reconsiderando o Estado*

*O importante para o governo não é fazer aquilo que outros indivíduos já estão fazendo, e fazê-lo um pouco melhor ou pior; mas fazer o que, no momento, ninguém está fazendo.*

— JOHN MAYNARD KEYNES,  
*The end of laissez-faire*

A agenda da reforma, tal como resulta deste Relatório, propõe que os governos intervenham menos em certas áreas e mais em outras: o Estado deve permitir que os mercados atuem nas áreas onde podem atuar e interpor-se pronta e eficazmente onde os mercados não podem atuar. Em muitos países, isto requer que a economia se volte mais para as leis de mercado e que a atuação do setor público seja mais concentrada e eficiente. A História indica que esse é o caminho mais seguro para o rápido aumento da produtividade, aumento da renda e desenvolvimento econômico sustentado.

A julgar pelo que vêm fazendo nos últimos anos, muitos governos em países industrializados e em desenvolvimento concordam com essas afirmações. Mas a política econômica não pode ser implantada em laboratório: tem de ser viável no mundo real. Os reformadores enfrentam uma série de restrições políticas naquilo que fazem; em muitos países em desenvolvimento, um dos obstáculos à reforma são os seus custos políticos — reais ou potenciais. A instabilidade política e outras considerações de natureza política explicam em grande parte o motivo pelo qual, em primeiro

lugar, muitos desses países adotaram, em seu próprio prejuízo econômico, as políticas que adotaram. E apontam a dificuldade experimentada por muitos deles em mudar de rumo de um momento para outro. Cabe, portanto, indagar se é possível granjear apoio suficiente para o tipo de reformas aqui recomendadas. Já se disse muitas vezes, por exemplo, que a democracia e o ajustamento estrutural não se misturam muito bem. Seria isso verdadeiro?

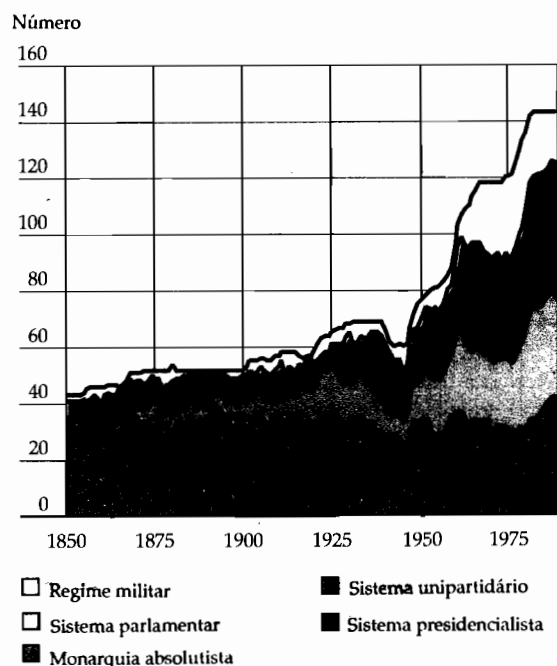
Os governos têm outras metas além de um crescimento econômico mais rápido. A geração de empregos é uma delas. Muitos acham que se deve alterar a distribuição da renda como meio de ajudar os grupos mais pobres ou promover a igualdade. Qual a melhor forma de atingir esse fim? Seriam essas medidas compatíveis com o objetivo de crescimento econômico mais rápido, ou constituiriam um embaraço adicional? E, no sentido puramente econômico, como melhorar o desempenho do setor público? Todas essas perguntas têm a ver com a reconsideração do papel do governo no desenvolvimento.

### **A economia política do desenvolvimento**

A instabilidade política é parte da realidade da vida em muitos países em desenvolvimento. Os últimos 40 anos assistiram a dezenas de guerras raciais, tribais, comunitárias e de guerrilhas. Golpes de Estado ocorreram em muitos países latino-americanos (exceto México, Costa Rica e algumas nações insulares do Caribe); em muitos países do Norte da África e do Oriente Médio (por exemplo,



**Figura 7.1 Estados-nação por tipo de governo, 1850-1987**



Fontes: Vanhanen, 1979, 1990.

Argélia, Iraque, Líbano, Líbia, República Árabe do Egito, República Árabe da Síria, República Islâmica do Irã e Turquia); e em vários pontos da Ásia e da África subsaariana. De 1948 até hoje, houve pelo menos uma tentativa de golpe por país em desenvolvimento a cada cinco anos (Tabela 7.1).

A estabilidade política significa algo mais do que a simples ausência de golpes de Estado. Movimentos separatistas, rivalidades regionais, cho-

ques étnicos e outros conflitos sociais, por vezes violentos, podem trazer problemas ao mais seguro dos executivos. Um governo repressivo pode criar certa aparência de estabilidade mesmo quando lhe falta todo e qualquer apoio popular, como o Leste europeu demonstrou até há pouco tempo. Em 1987, cerca da metade dos países do mundo não era democraticamente governada (Figura 7.1), e cerca de três quintos dos países não-industrializados pertenciam a essa categoria.

O consenso social ajuda os governos a estabelecerem a legitimidade de que necessitam para governar. Sem essa legitimidade, até mesmo as funções mais básicas, como tributação e alocação de gastos públicos, podem tornar-se problemáticas. Quando iniciou o seu processo de modernização na segunda metade do século XIX, o Japão tinha uma das rendas *per capita* mais baixas entre os países que hoje são tidos como industrializados. Contudo, já era politicamente bem desenvolvido, o que sem dúvida lhe deu grande vantagem. Embora não fosse democraticamente eleito, o governo era visto como legítimo pelo povo; contava com sólida administração e ampla base fiscal — e isso o ajudou a empreender as grandes reformas que se seguiram à Restauração Meiji de 1868.

Como ocorreu nos países industrializados ao longo da História, a modernização econômica cria novas fontes de riqueza — o que pode abalar a coalizão que serviu de base à ordem social estabelecida. Transição semelhante afeta hoje muitos países em desenvolvimento. A fragilidade do consenso social, o poder dos interesses especiais e a pouca capacidade administrativa influenciam a opção de política econômica desses países — e os resultados que eles colhem.

Em toda parte do mundo, os governos tendem quase sempre a adaptar a política econômica de modo a equilibrar interesses conflitantes. Por motivos políticos, e não econômicos, os governos de muitos países da OCDE intervêm em favor de

**Tabela 7.1 Mudanças irregulares de governo: ocorrência média por país, 1948-82**

Grupo de renda	1948-52	1953-58	1959-64	1965-70	1971-76	1977-82
Baixa renda	1,0 (21)	1,1 (24)	1,2 (39)	1,4 (51)	1,3 (53)	0,9 (55)
Renda média	1,6 (30)	1,7 (32)	1,4 (41)	0,8 (47)	0,9 (51)	0,6 (55)
Alta renda	0,0 (23)	0,2 (23)	0,1 (24)	0,2 (25)	0,1 (28)	0,1 (28)

Nota: O número considerado de países está entre parênteses. Incluem-se mudanças bem e mal-sucedidas de governo. Mudanças de governo irregulares e bem-sucedidas são aquelas em que o poder executivo passou de um líder para outro sem ter havido os procedimentos convencionais, legais ou usuais de transferência de poder. Mudanças de governo irregulares e mal-sucedidas são tentativas fracassadas de mudanças irregulares. Os países estão classificados segundo sua renda *per capita* em 1988.

Fontes: Taylor & Jodice, 1983; a base de dados foi fornecida pelo Inter-University Consortium of Political and Social Research. As classificações de grupos de renda são do Banco Mundial.



indústrias ou regiões em dificuldade. O ressurgimento do protecionismo entre países da OCDE nos anos 80, os problemas encontrados na atual rodada de negociações do GATT e a lentidão com que certas nações industrializadas atentaram, nos anos 70 e 80, para os seus próprios desequilíbrios macroeconômicos mostram que as mais necessárias reformas econômicas podem ser bloqueadas, mesmo em países dotados de sólidas instituições.

### *Grupos influentes e intervenções*

Em muitos países em desenvolvimento, o consenso social é ameaçado pela instabilidade política e econômica. O problema não é novo: há muitos anos, dificuldades desse tipo tendem a subordinar a política econômica à tarefa de assegurar ao governo o apoio de grupos influentes. Os grosseiros instrumentos de política que muitos governantes adotam em virtude dessa distorção de prioridades, aliados à debilidade administrativa, tornam o problema mais grave e potencialmente mais prejudicial. É típica dessa situação a centralização dos recursos econômicos e do processo decisório em mãos do governo. E essa tendência foi reforçada pela crença, predominante entre muitos dirigentes e economistas do desenvolvimento e entre algumas agências de assistência e financiamento externos nos anos 50, 60 e 70, de que, para desenvolverem suas indústrias, os países em desenvolvimento não podiam depender unicamente dos mercados e do setor privado.

Nos anos 50 e 60, várias empresas de serviços públicos, companhias de petróleo, plantações e indústrias foram nacionalizadas em muitos países em desenvolvimento, inclusive Argélia, Brasil, Chile, Egito, Sri Lanka e Tunísia. Na época, o governo desses países considerava-se administrativamente incapaz de taxá-las e regulamentá-las, a não ser que elas estivessem dentro do âmbito federal. A nacionalização das principais companhias de mineração da Bolívia em 1952 foi precedida por décadas de tentativas dos governos de taxarem as famílias proprietárias das minas. E foi pela incapacidade de regulamentar e supervisionar o sistema bancário que muitos governos nacionalizaram bancos ou intervieram diretamente na alocação do crédito. O mesmo ocorre com as intervenções na agricultura. Na África subsaariana, por exemplo, a agricultura vem sendo altamente taxada através de supervalorizações da moeda, juntas estatais de comercialização que pagam baixos preços ao produtor e impostos de exportação.

Em muitos países em desenvolvimento, é comum encontrar tarifas, incentivos fiscais ou normas destinadas especificamente a proteger grupos de interesses especiais. Em alguns casos, Estados "predatórios" elaboram medidas e programas que visam transferir recursos para grupos de interesses muito limitados, e recorrem à coerção quando a legitimidade dessas medidas é questionada. O poder de certos interesses urbanos na América Latina e na África ajuda a explicar o motivo pelo qual as estratégias de industrialização adotadas por muitos países nessas regiões discriminavam fortemente a agricultura.

Muitos governos assumem o papel de empregadores de última instância, em parte devido à preocupação com as implicações sociais e políticas do desemprego. Até recentemente, os formandos de universidades tinham emprego garantido no governo em vários países da África subsaariana. Em Gâmbia, o funcionalismo público dobrou entre 1974 e 1984. Na Argentina e em Sri Lanka, o governo central calcula que um quinto do seu pessoal é excessivo; no Brasil, essa cifra chega à metade, segundo autoridades do governo.

Empresas estatais (EE) têm sido utilizadas para criar empregos (raramente, porém, para as pessoas mais pobres), elevar a renda em certas regiões ou satisfazer exigências de grupos poderosos, como os militares. Nos anos 70 e inícios da década de 80, o governo de Sri Lanka construiu diversas fábricas têxteis e usinas de açúcar em áreas pouco desenvolvidas, com alto nível de desemprego rural. Na Argentina, durante toda a década de 70, várias indústrias administradas pelos militares foram altamente protegidas.

Programas de gastos governamentais têm financiado o subapreçamento de serviços públicos — água, eletricidade, telecomunicações, ferrovias ou transporte urbano — e arcado com subsídios não direcionados na área da alimentação. Até recentemente, no Egito e no México, a maior parte dos alimentos básicos foi subsidiada, como o era a farinha de trigo no Brasil. Esses subsídios geralmente favoreciam a população urbana, politicamente ativa, à custa de áreas agrícolas, onde vive a maioria dos pobres. Não raro, projetos de investimento público antieconômicos são implementados por motivos políticos: no Zaire, por exemplo, a finalidade de um enorme projeto de geração elétrica era permitir ao governo maior controle sobre uma região rebelde. Em certos casos, a corrupção na execução das despesas é também um

problema (ver adiante), às vezes envolvendo fornecedores estrangeiros.

#### *Os custos*

Já nos anos 80, as persistentes dificuldades de financiamento externo e déficits do setor público tinham deixado claro o quanto custavam essas intervenções. Quando a oferta de financiamento externo definhou a partir de 1982, as exigências de tratamento especial ultrapassaram a capacidade governamental de atendê-las.

Comprar apoio político ao preço da eficiência econômica resultava contraproducente. Os governos reagiram à alta crescente de suas folhas de pagamento permitindo que os salários nominais se atrasassem em relação à inflação — o que gerou ressentimento entre o funcionalismo e fez baixar o moral e a qualidade dos serviços. Em conjunto com intervenções arbitrárias, a situação dos funcionários públicos era propícia à corrupção; e, em alguns países, a corrupção provocou a queda do governo. Por outro lado, a esperança de obter emprego público induziu a migração rural-urbana, agravando o problema de desemprego nas cidades. Tarifas subapreçadas e excesso de pessoal nas empresas de utilidade pública significavam má qualidade de atendimento — cortes de energia crônicos, telefones mudos e transporte público de má qualidade —, agravando a insatisfação. De modo mais geral, esses métodos altamente intervencionistas retardaram o crescimento — o que, em muitos países, contribuiu também para minar a estabilidade política.

Além disso, a natureza fragmentária das intervenções dificultava a criação de instituições públicas essenciais. Por exemplo, controlando diretamente o sistema financeiro, o governo deixava de desenvolver a capacidade de supervisão bancária. Alíquotas elevadas e o imposto de inflação tornavam menos necessário ampliar a base fiscal. A expansão de bancos agrícolas do Estado, destinada a ampliar a oferta de crédito aos agricultores, tornou menos urgente a reforma do serviço de cadastramento e determinação de direitos de propriedade — o que corrigiria as causas fundamentais do alto custo do crédito rural. Acresce que, em muitos países em desenvolvimento, os bancos agrícolas deixaram de cumprir o seu papel, de sorte que os agricultores estão em situação tão má quanto antes.

#### *Falha do mercado e falha do governo*

Como ficou esclarecido no início deste Relatório, a intervenção do setor público não é indesejável por si mesma. Pelo contrário, muitos tipos de intervenção são essenciais ao pleno desenvolvimento do potencial de uma economia. Entre as intervenções indispensáveis estão a manutenção da lei e da ordem, a provisão de bens públicos, os investimentos em capital humano, a construção e o reparo da infra-estrutura física e a proteção ao meio ambiente. Em todas essas áreas (e possivelmente em outras), as forças de mercado "falham" e o governo tem de intervir. Mas o grande número de intervenções mal sucedidas sugere a necessidade de cautela. Se os mercados falham, os governos também falham. Para que a intervenção seja justificada, não basta saber que o mercado falhou; é necessário saber também se o governo pode executar melhor a tarefa.

Há vários motivos pelos quais o governo tende a falhar, pelo menos em termos econômicos. Como ficou dito acima, nem sempre as metas econômicas são a mais alta prioridade de um governo. Objetivos e empecilhos políticos, aliados à má administração, podem induzir o governo a intervir de forma economicamente prejudicial. Além disso, é difícil prever as conseqüências de intervenções econômicas. Por exemplo, nos anos 50, muitos países latino-americanos protegeram suas indústrias, visando, entre outras coisas, reduzir a dependência das mesmas em relação às importações; mais tarde, verificou-se que a dependência dessas indústrias havia aumentado, pois o novo setor industrial urbano gerado pelo protecionismo dependia fortemente de insumos e máquinas importadas.

As firmas privadas nem sempre são mais competentes quando se trata de tomar decisões ou prever suas conseqüências. Mas a avaliação do desempenho costuma ser mais clara entre as firmas privadas, o que lhes permite tomar medidas corretivas com maior rapidez. Além disso, é mais difícil a uma firma privada transferir o custo dos seus erros aos contribuintes, a não ser que para isso tenha a ajuda do governo.

Outra dificuldade é que a intervenção do governo gera direitos que tornam difícil alterar a política. Nem todas as intervenções têm de ser abolidas; os investimentos em infra-estrutura, por exemplo, são capazes de gerar recursos suficientes para cobrir os seus próprios custos. Mas a proteção da manufatura nos estágios iniciais da industrialização só pode ser bem-sucedida, quan-

do o é, na medida em que for temporária. Infelizmente, uma vez concedida, é excepcionalmente difícil abolir a proteção.

A proteção gera renda: os donos de certos segmentos de trabalho, capital ou terra recebem lucros maiores do que receberiam se não houvesse intervenção. Com isto, novos recursos são atraídos para a indústria protegida até que, no limite, os lucros desaparecem. Abolir a proteção penalizaria não somente os donos que primeiro se beneficiaram com os ganhos fortuitos, mas também os que vieram depois, em busca de lucros normais. A remoção da tarifa, nesse caso, pode causar perdas às firmas que ganharam menos. Portanto, mesmo quando não é criada por interesses industriais, a proteção gera interesses industriais, e estes, por sua vez, impõem um obstáculo à liberalização.

## Corrupção

O excesso de intervenção costuma gerar corrupção. Mais uma vez, o problema não se limita de modo algum ao governo ou a países em desenvolvimento. Em alguns países, a corrupção atingiu proporções destrutivas e alarmantes.

A corrupção torna o governo menos capaz de desempenhar eficientemente suas funções. Suborno, nepotismo e venalidade podem paralisar a administração e diluir a igualdade resultante da prestação de serviços públicos — e, com isso, destruir gradualmente a coesão social. A corrupção foi identificada como grave problema na China e na Índia antigas, no Império Otomano do século XIV e na Inglaterra em começos do século XIX. Quase todo ano, um escândalo vem lembrar que a corrupção persiste nos EUA, Europa e Japão. A corrupção já provocou a queda de muitos governos: constituiu importante justificativa para a der-

### Box 7.1 Combatendo a corrupção

Ser fiscal do Serviço da Receita Interna (BIR) das Filipinas em começos da década de 70 era tão rendoso que os empregos e transferências para a repartição eram vendidos. No estacionamento do BIR, via-se “o maior, mais caro e mais luxuoso sortimento de automóveis” de Manila. A Nova Sociedade anunciada em 1972 pelo então Presidente Ferdinand Marcos visava aliviar a pobreza e combater a corrupção — combate que se intensificou em 1975 quando 2 mil funcionários do governo, suspeitos de conduta irregular, foram demitidos. Como parte da operação de limpeza, o chefe do BIR foi substituído pelo juiz Efren Plana.

#### Problemas

Alguns meses depois, Plana havia identificado vários problemas graves. Os funcionários exigiam pagamento “por fora” para processar questões fiscais, fornecer atestados ou fazer liberações rotineiras; aceitavam propinas para abater impostos ou deixar em paz contribuintes que nada deviam ao governo; desviavam verbas; imprimiam ilegalmente selos e etiquetas fiscais; cediam a suborno, nepotismo e influência em decisões de pessoal, tais como transferências e nomeações; e sabotavam o sistema de auditoria interna (funcionários designados para investigar colegas costumavam aceitar subornos dos que estavam sendo investigados).

Quando Plana saiu de lá em 1980 para tornar-se vice-ministro de Finanças e, pouco depois, juiz da Suprema

Corte, o BIR era um órgão virtualmente isento de corrupção.

#### Soluções

O êxito de Plana baseou-se em seis inovações. Primeiro, a supervisão e a auditoria foram aperfeiçoadas, recorrendo-se a um grupo de elementos de fora, altamente capacitados, que atuavam em conjunto com altos funcionários de conduta irrepreensível. Segundo, instalaram-se sistemas administrativos para monitorar o desempenho à base de critérios objetivos, tais como número de declarações de imposto devido e de impostos arrecadados. Terceiro, cerca de 100 agentes corruptos, de alto nível, foram punidos com demissão ou transferidos para outros cargos. Quarto, o código fiscal foi simplificado, tornando-se mais eficiente e reduzindo o grau de arbitragem permitido aos fiscais. Quinto, o controle tornou-se mais rígido — os pagamentos de impostos passaram a ser efetuados em bancos, e não mais através de fiscais, e os valores pagos eram confirmados por carta aos contribuintes. Sexto, as normas de pessoal foram modificadas: o recrutamento passou a ser feito à base de mérito; foi proibida a nomeação até mesmo de parentes distantes e as promoções passaram a basear-se em desempenho. Mas essas realizações — em um país onde a corrupção era ainda generalizada — não duraram muito. Em começos da década de 80, o nepotismo voltara a campear na repartição, enquanto o total de notificações de tributação e arrecadação de impostos declinava consideravelmente.

rubada, pelos militares, do governo civil de Gana em 1981 e do da Nigéria em 1983. Foi tema proeminente da campanha presidencial mexicana de 1982; motivo importante da queda do governo nas Filipinas, em 1986; e problema sumamente grave para as autoridades soviéticas.

A corrupção se manifesta sob várias formas. Uma das mais comuns é o suborno de autoridades aduaneiras que deixam passar importações ilegais, ou importações legais contra o pagamento de direitos reduzidos, ou "abreviam" o processo de liberação de mercadorias. O problema tem afetado muitos países: EUA na virada do século, Cingapura nos anos 60, Indonésia nos anos 70 e Camarões nos anos 80. A tolerância policial em casos de extorsão e outros crimes em Hong Kong levou à criação de um órgão de combate à corrupção nos anos 70. Em fins da década de 70, uma investigação promovida em Massachusetts revelou que 76% de uma amostra de edifícios públicos tinham pelo menos um defeito "estrutural" que não poderia ter ocorrido sem a complacência dos inspetores. Dois terços dos nomes nas folhas de pagamento do serviço público do Zaire em 1978 eram fictícios. Essas e outras formas menos malig-

nas de corrupção — absenteísmo, acúmulo de cargos ou falta de dedicação — solapam a administração pública.

Difícilmente a corrupção pode ser reduzida, a não ser que se eliminem suas causas fundamentais. A corrupção prospera quando não há concorrência interna e internacional, as normas e regulamentos são excessivos e arbitrários, os funcionários públicos são mal pagos ou a organização à qual servem tem objetivos obscuros ou conflitantes. Em Camarões, a obtenção de todas as autorizações e licenças necessárias à abertura de uma firma leva dois anos, mesmo para um empresário bem relacionado; a lei exige 24 providências diferentes, envolvendo 20 órgãos distintos. De vez em quando, surgem campanhas contra a corrupção, às vezes com algum sucesso (Box 7.1). Mas as raízes do mal costumam sobreviver: órgãos oficiais impotentes que se antepõem às forças de mercado mediante controles que a sociedade considera excessivos, arbitrários ou ilógicos.

#### Curas: democracia e instituições?

O autoritarismo é visto por muitos como expediente útil, se bem que lamentável, para a boa

#### Box 7.2 Experiências populistas

As experiências populistas da América Latina — Allende no Chile (1971-73), Perón na Argentina (1946-49) e García no Peru (1985-88) — são exemplos extremos da interação de processos políticos e econômicos. O populismo dá ênfase ao crescimento e visa a redistribuição a curto prazo, desprezando os riscos da inflação e dos déficits excessivos e ignorando restrições externas e a reação das firmas e do povo a medidas agressivas contrárias às forças do mercado. Contudo, não é possível resolver os problemas de pobreza e distribuição de renda, nos quais os regimes populistas vêem a origem do conflito social e da instabilidade política, através de medidas econômicas insustentáveis.

Em um ciclo populista típico, o novo governo põe em marcha um processo de grande mudança política. De início, o excesso de capacidade e a disponibilidade de reservas em divisas permitem aumentar a produção, o que, em muitos casos, é seguido de um aumento dos salários reais. A inflação é mantida em níveis baixos com a ajuda de controles de preços. Mas logo surgem pontos de congestionamento em virtude da forte expansão da procura interna; e, dada a redução das reservas, a situação não pode ser contornada aumentando-se as importações. Escassez de produtos, inflação acelerada e reservas em declínio levam à evasão de capital e à desmonetização

da economia. O déficit orçamentário se agrava à medida que os subsídios aumentam, e a receita fiscal diminui em termos reais. Nessa posição insustentável, o governo é forçado a desvalorizar a moeda e cortar subsídios. A inflação ganha corpo e os salários reais caem.

A experiência chilena de 1970-73 demonstra claramente essa seqüência de eventos. Para promover o rápido crescimento econômico e melhorar o padrão de vida dos grupos de baixa renda, o governo aumentou os gastos públicos. Os salários do setor público subiram, agravando o déficit fiscal. A reforma agrária foi intensificada, e os setores bancário e mineiro foram nacionalizados, juntamente com segmentos do setor industrial. A combinação de controle de preços e medidas que tendiam a expandir a procura alimentou a inflação reprimida; o mercado paralelo floresceu. O declínio das reservas em divisas não permitia satisfazer o aumento da procura através de importações. Em 1972, o governo foi forçado a desvalorizar o escudo e ajustar os preços do setor público. Mas não conseguiu controlar os salários. Entre 1970 e 1973, a inflação pulou de 35% para cerca de 600% ao ano, e o déficit fiscal subiu de 2,7 para 24,7% do PIB. O crescimento do PIB, que era de 9% em 1971, passou a negativo em 1972 e 1973, quando a produção sofreu uma queda de 5,6%.

administração em condições de instabilidade política. Dos anos 50 aos anos 70, esteve muito em voga a noção de que as medidas desenvolvimentistas exigiam tempo para produzir resultados, o que era incompatível com a política de ciclos eleitorais de curta duração. As democracias eram vistas como sendo inerentemente afeitas a medidas populistas (Box 7.2). Argumentava-se que um regime autoritário benévolo (dirigido por um despota-filosofo) seria necessário para implantar reformas impopulares e controlar uma administração rebelde e/ou ineficaz. Já houve muitos casos de progresso em economias com governos menos ou mais autoritários. São exemplos Brasil, Chile, Espanha e algumas economias do Leste asiático. Por outro lado, certas democracias — antigas como a Índia ou novas como as Filipinas — não conseguiram progredir rapidamente até hoje.

Nos anos 80, porém, sobreveio forte desencanto com os regimes autoritários. Hoje, sabe-se melhor que esses regimes não são menos sujeitos a ceder aos interesses de pequenos grupos de apoio político. Com efeito, poucos regimes autoritários mostraram-se economicamente esclarecidos. Algumas ERI do Leste asiático constituem exceções, não a norma. As ditaduras resultaram desastrosas para o desenvolvimento em muitas economias — entre as quais Argentina, Leste europeu, Haiti, Mianmar, Nicarágua, Peru, República Centro-africana, Uganda e Zaire.

Por outro lado, é possível às democracias tornarem a reforma mais viável sob vários aspectos. O uso de controles políticos, uma imprensa livre e o amplo debate dos custos e benefícios da política oficial podem fazer com que um público maior participe da reforma. Para ser reeleito, o governo precisa produzir bons resultados, e isso pode ajudar, em vez de impedir, o progresso econômico: aumenta a necessidade de um bom desempenho e impede a conduta predatória.

A experiência não autoriza conclusões definitivas. O Peru vem atravessando uma das piores crises econômicas de sua história, principalmente em decorrência de medidas implementadas em fins da década de 80 por um governo democraticamente eleito. A Bolívia não consegue aumentar a capacidade administrativa do seu governo, apesar de quase uma década de democracia. Na China, em 1950, o número de analfabetos equiparava-se ao da Índia e, quatro décadas mais tarde, é duas vezes menor; no entanto, a Índia é uma das mais antigas e sofisticadas democracias do mundo em desenvolvimento.

**Tabela 7.2 O sucesso de economias com sistemas políticos diferentes na implementação de programas de ajuste do FMI (%)**

Percentual de anos de ajuste	Sistemas constantemente democráticos	Sistemas constantemente autoritários	Sistemas em transição para a democracia
Nos quais os déficits fiscais caíram	49	50	25
Nos quais os gastos, como percentual do PIB, caíram	38	46	29
Nos quais a expansão do crédito desacelerou	61	62	43

*Nota:* Com base em casos de reforma em 17 países, dos anos 50 aos anos 80.

*Fonte:* Haggard & Kaufman, 1990.

**Tabela 7.3 O sucesso de economias com sistemas políticos diferentes no controle da inflação acelerada**

Indicador	Sistemas democráticos	Sistemas autoritários
<i>Percentual de casos de inflação que chegaram à estabilização</i>		
Em contextos não-polarizados	75	62
Em contextos polarizados	29	67
<i>Percentual de programas de ajuste que levaram ao colapso do sistema em 12 meses ou menos, a contar do início do programa</i>	11	14

*Nota:* Com base em 114 acordos de contingência firmados entre 1954 e 1984 por nove países latino-americanos.

*Fonte:* Remmer, 1986.

A democracia tampouco é mais competente quando se trata de administrar a reforma. Talvez porque sua base política seja ainda fluida, os regimes democráticos de transição mostram-se especialmente vulneráveis (Tabelas 7.2 e 7.3). Os governos democráticos têm melhor folha corrida que os governos autoritários em países não-polarizados politicamente; o inverso parece acontecer em sociedades polarizadas. De modo geral, os fatos indicam que, em si, a distinção entre democracia e autoritarismo não é suficiente para explicar convenientemente o fato de um governo empreender a reforma, implementá-la com eficácia ou sobreviver às suas conseqüências políticas.

Mas, como se lê no Capítulo 2, há fortes indícios de que as características do sistema democrático têm ligações positivas com aspectos globais de desenvolvimento e bem-estar. Outro resultado transpira da literatura empírica sobre a relação entre desempenho econômico e sistemas políticos: verifica-se que, desenvolvendo os recursos humanos e, mais particularmente, investindo na educação, os países reforçam a base de um sistema político aberto. Alguns estudos sugerem que, para determinado nível de renda, a melhoria dos indicadores sociais tem a ver com a autonomia e a liberdade. Outros indicam que a instabilidade política diminui à medida que aumenta não apenas a renda, mas também a educação — embora a confirmação desse dado exija pesquisa adicional.

#### *Instituições e desenvolvimento*

Outro meio de enfrentar os problemas de instabilidade política, fragilidade de consenso social e debilidade administrativa é criar instituições mais eficazes. Trata-se de um conceito extremamente amplo: abrange instrumentos políticos através dos quais o Estado cumpre suas responsabilidades mais fundamentais: manter a lei e a ordem, investir na infra-estrutura essencial, aumentar im-

postos para financiar tais atividades, e assim por diante. Mas a idéia vai além. Estende-se às convenções que regem a interação de pessoas: direitos de propriedade, contratos e normas de conduta. A discussão de como as instituições de uma sociedade afetam o desempenho econômico tem sido uma das mais acesas da literatura econômica nos últimos 20 anos. Embora o conhecimento sobre essas questões esteja longe de ser completo, é claro que uma das tarefas básicas do desenvolvimento institucional é aumentar a eficiência alocativa e reduzir os custos transacionais — os custos do relacionamento entre pessoas (Box 7.3).

Os valores e ideologias de um povo afetam as instituições e estas, por sua vez, afetam a economia. A análise do papel desempenhado no desenvolvimento por fatores como cultura, religião, lei e política tem forte fundamento intelectual na obra de Hayek, Hegel, Marx e Weber. Alega-se que a centralização de instituições políticas, respaldada por forte burocracia, sufocou o espírito de empreendimento e o aumento da produtividade na China antiga — embora tecnologicamente o país fosse bem mais avançado que as nações que hoje constituem o Ocidente. No nível organizacional, pesquisa recente sugere que o desempenho

#### **Box 7.3 A contribuição de inovações institucionais para o desenvolvimento**

Ao longo dos séculos, as transações efetuadas no mercado têm contribuído de forma importante para o desenvolvimento institucional, e este, por sua vez, tem sido um dos fatores do desenvolvimento econômico. À medida que os mercados se expandem, os participantes espontaneamente definem direitos, formulam contratos e elaboram normas de conduta que tornam mais eficientes suas relações.

A carta de crédito, tipo de contrato que surgiu na Idade Média na Itália, aumentou o raio de ação da moeda estrangeira e contribuiu para a expansão do comércio internacional. Por definir mais claramente os direitos dos credores em relação ao patrimônio das firmas, as sociedades anônimas — inovação surgida na Inglaterra em fins do século XVIII — permitiram que as empresas assumissem riscos e atraíssem recursos para atividades que, de outra forma, não poderiam ter sido desenvolvidas. Desde a década de 70, os contratos de arrendamento vêm permitindo reduzir os riscos inerentes a grandes investimentos em bens de capital. Em Bangladesh, o Grameen Bank descobriu formas inovativas de emprestar dinheiro a grupos de baixa renda, com reduzido número de inadimplências — estabelecendo contratos que tornam a execu-

nidade, e não apenas o mutuário, responsável pelos pagamentos.

O comportamento humano também se adapta às necessidades do mercado e influencia os custos transacionais. Em muitos idiomas, as palavras “roubo” e “comércio” têm a mesma etimologia, dada a desonestidade dos primeiros comerciantes. Só depois que os mercados se consolidam, as transações se tornam regulares e a concorrência aumenta é que os comerciantes se sentem motivados a estabelecer e manter uma boa reputação. Nas economias de mercado de países industrializados, os comerciantes são mais honestos, não só porque as sanções são aplicadas com maior eficiência, mas também porque a boa reputação reduz os custos transacionais.

Normas de comportamento que ainda não se adaptaram às necessidades de uma economia moderna tendem a aumentar substancialmente o custo das transações. Os furtos constituem grave problema nos portos de muitas cidades do mundo em desenvolvimento, em parte porque os estivadores são mais leais às suas famílias, clãs ou tribos do que à organização que os emprega. Não furtar e ser honesto privaria suas famílias de uma fonte adicional de renda — comportamento que, este sim, seria considerado desonesto pelos seus parentes.



superior da indústria japonesa resulta (entre outros fatores) de normas de conduta que promovem o fluxo de informações entre operários e supervisores, normas estas que reduzem os custos transacionais internos das firmas e ajudam-nas a adaptarem-se a mercados que exigem produtos de alta qualidade e breves ciclos de vida. Outro estudo constatou que a produtividade dos operários nos EUA parece aumentar quando os mesmos participam dos lucros das firmas em que trabalham.

Não raro, as instituições do governo podem afetar mais diretamente o desempenho econômico. Déficits fiscais têm produzido inflação muito alta na América Latina, mas não no Sul da Ásia, onde os bancos centrais são mais independentes. Os programas de crédito para pequenas e médias empresas têm tido muito mais êxito em Sri Lanka — onde são implementados por um funcionalis-

mo competente, motivado e relativamente isento de interferência política — que em Bangladesh. Pelo mesmo motivo, programas de desenvolvimento rural aumentaram a produtividade em certas partes do Sul da Ásia, mas nem tanto na África e na América Latina. Empresas estatais mostram-se eficientes em Cingapura e Taiwan (China), onde são sujeitas à concorrência e têm acesso limitado ao orçamento — mas não na Argentina, Bolívia e Nigéria.

Em muitos casos, a reestruturação de instituições pelo Estado estimula o crescimento. A abolição de acordos feudais e a padronização da moeda, dos impostos, pesos e medidas e tarifas internas na França revolucionária da década de 1790; as leis de patentes na Europa e nos EUA no século XIX; a integração da legislação alfandegária, comercial e cível na Alemanha e na Itália no século XIX; a modernização do Japão no período Meiji,

#### **Box 7.4 Estabelecendo as prioridades do desenvolvimento institucional: mais fácil dizer do que fazer**

As prioridades do desenvolvimento institucional naturalmente variam com a história, cultura, política econômica e estágio de desenvolvimento de um país. Na maior parte do Leste europeu, a prioridade é criar as instituições necessárias para que uma economia de mercado funcione com eficiência: direitos de propriedade, leis de sociedades anônimas e de falência, tribunais comerciais, legislação bancária e bolsas de valores. No caso dos países de baixa renda da África e da América Latina, a prioridade é melhorar a administração do setor público, o que geralmente requer, ao mesmo tempo, certa redução das dimensões do governo e aumento de sua capacidade administrativa.

Em outras regiões, as prioridades podem não ser tão claras. Certos países têm suas realizações e necessidades próprias:

- No Sul da Ásia e em certas partes da América Latina, os programas de treinamento e visitas exercem grande efeito sobre a produtividade agrícola.
- Em Sri Lanka, recente mudança nos procedimentos dos tribunais cíveis aumentou em muito a eficácia das leis de falência e reduziu os custos da intermediação financeira, após vários anos de queixas da comunidade bancária.
- O Brasil vem criando mecanismos destinados a aperfeiçoar o fluxo de informações entre universidades, institutos de pesquisa e indústria — tornando a pesquisa mais sensível às necessidades industriais.
- Na Malásia, espera-se que o sistema de classificação de obrigações, recém-criado pelo governo, reduza significativamente os custos de financiamento das firmas privadas.

- No norte do Brasil, no Egito, Índia, Indonésia e Sri Lanka, a melhoria do sistema de cadastramento e de títulos de terra é uma antiga necessidade, e poderia aumentar consideravelmente a eficiência dos mercados de crédito agrícola e reduzir os custos, geralmente muito elevados, do crédito rural.

- Em muitos países, uma melhor supervisão bancária é importante para o êxito da liberalização financeira.

Mas não é fácil identificar as necessidades institucionais. Primeiro, certas instituições essenciais às sociedades industrializadas podem resultar supérfluas em países em desenvolvimento. A criação de bolsas de valores, mercados de títulos do Tesouro, organismos de classificação de crédito, órgãos de registro de propriedade de terras e serviços de metrologia e normas não só é dispendiosa, como também é difícil determinar se é oportuna ou não. Segundo, certas instituições são improdutivas em face de problemas que afetam todo o sistema. Por exemplo, quando o serviço público é mal pago, a maioria das instituições pode tornar-se um estorvo, em vez de ajudar o mercado. Gastos públicos mal planejados privam as instituições de insumos correntes e reduzem sua eficiência. Terceiro, não existem indicadores simples das necessidades e prioridades institucionais. É possível, porém, desenvolver indicadores quantitativos da eficiência das instituições públicas: por exemplo, quanto tempo é necessário para registrar uma firma, tirar um passaporte, liberar mercadorias na alfândega, obter uma licença de importação ou pagar impostos?



na segunda metade do século XIX, e a modernização da Turquia em começos deste século; as reformas da lei de sociedades anônimas no Brasil em começos da década de 70; a criação de bolsas de valores no Leste asiático e a integração econômica da Europa Ocidental, a partir de 1945, foram, todas elas, medidas que dependeram da iniciativa do Estado. Moldaram a estrutura empresarial de forma a aumentar a segurança das empresas e facilitar o fluxo de recursos e pessoas. Na maioria dos países em desenvolvimento, o reforço ou a criação de instituições continua sendo uma tarefa difícil, porém necessária (Box 7.4).

O apoio ao desenvolvimento institucional requer um Estado cujas estruturas e órgãos administrativos sejam bem desenvolvidos e sensíveis às necessidades dos mercados. Não raro, porém, a debilidade política dos países em desenvolvimento se manifesta na eficiência de suas burocracias. Por si, uma burocracia eficiente não garante o êxito do desenvolvimento nem pode substituir as forças de mercado. Como ficou dito, pode até retardar o desenvolvimento. Não obstante, uma burocracia eficiente permite ao governo governar. Foi o segredo da sobrevivência de antigas civilizações como as do Egito (3000 a.C.) e da China — onde ainda operava há menos de 100 anos uma burocracia bem estruturada que existia, pelo menos, desde o ano 200 a.C. Os princípios básicos da burocracia já eram bem conhecidos dos antigos chineses. Os funcionários públicos, ou mandarins, eram recrutados mediante concurso. Existiam sistemas de promoção, normas de carreira e segurança no emprego. Servir ao Estado era um privilégio reservado a homens de comprovado talento. A criação de uma burocracia eficiente foi também etapa essencial do processo de formação de nações européias — mas continua sendo uma prioridade em muitos países em desenvolvimento.

#### *Organizações não-governamentais*

As organizações não-governamentais (ONG) são hoje força importante no processo de desenvolvimento. Até certo ponto, essas organizações têm mitigado os custos da fragilidade institucional de países em desenvolvimento, fragilidade que costuma incluir deficiências administrativas e a incapacidade de realizar tarefas essenciais ao desenvolvimento, como a prestação de serviços públicos ou a proteção ao meio ambiente. O resultado é que as ONG cresceram rapidamente nos últimos anos, tanto em número quanto em volume de recursos mobilizados. Em 1987, as ONG transferiram cerca de US\$5,5 bilhões dos países industria-

lizados para os países em desenvolvimento — quase US\$1 bilhão a mais que a Associação Internacional para o Desenvolvimento.

O grosso dos recursos das ONG (cerca de 60%) é levantado por elas próprias. O restante (US\$2,2 bilhões em 1987) vem de agências oficiais de ajuda, as quais recorrem às ONG para canalizar recursos porque essas organizações são mais eficazes no trabalho junto às comunidades de base e no aliciamento de participação popular em regiões distantes. O papel das ONG é também importante quando se trata de sensibilizar os governos e as agências internacionais de ajuda e financiamento para os aspectos sociais e ambientais do desenvolvimento. Além disso, em muitos países, essas organizações assumem a liderança em certas questões controvertidas do desenvolvimento, como o planejamento familiar. Embora muitos governos de países em desenvolvimento alimentem suspeitas quanto ao papel que algumas ONG se arrogam como agentes do progresso, os governos de países como Bolívia, Egito, Filipinas, Índia, Jordânia, México, Togo e Uganda vêm buscando maneiras de estimular maior atuação por parte das ONG.

As ONG variam no tocante a cobertura e eficácia. Em Bangladesh, as ONG especializadas em saúde e planejamento familiar dão cobertura a apenas um sexto das 80 mil aldeias do país. Muitas ONG pequenas precisam desenvolver sua capacidade administrativa para que venham a ser eficazes. No caso de outras, pouco se sabe a respeito do custo da captação de recursos. Além disso, nem mesmo as ONG mais eficazes podem fazer tudo o que não fazem os setores comercial e público. As ONG vêm aumentando em número, e cresce o volume de recursos que mobilizam; mas sua importância reside na capacidade de lidar com os pobres e de conseguir mais eficazmente a participação de comunidades e organizações de base no processo desenvolvimentista.

#### **Igualdade e redistribuição**

A igualdade sempre foi uma das preocupações dos governos. Em países da OCDE, as transferências de renda (excluindo pagamentos de juros, mas incluindo pagamentos de seguridade social) totalizam 40% das despesas públicas, chegando a atingir 20-30% do PIB na Alemanha, Áustria, França, Países Baixos e Suécia. Uma melhor distribuição de renda pode facilitar a administração da economia. Cientistas políticos já observaram que os mecanismos de redistribuição de renda através

de uma divisão mais equitativa dos benefícios do crescimento ajudaram alguns governos da OCDE a desarmar a oposição contra reformas voltadas para o mercado, protegendo antecipadamente as vítimas da mudança a curto prazo.

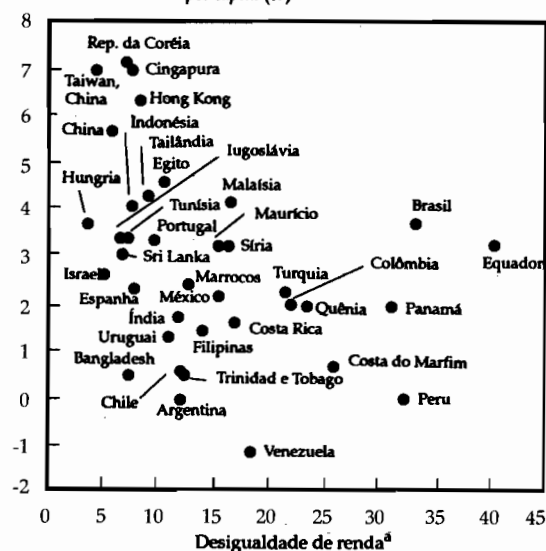
Uma análise de 32 países (25 em desenvolvimento e sete da OCDE) demonstrou que, quanto maior o risco de choques nas relações comerciais enfrentado nos mercados internacionais, mais um país tende a aumentar suas barreiras contra o comércio exterior. Mostrou ainda que, quanto mais amplos os programas de seguro social, menor a probabilidade de um país ser protecionista (Bates, Brock & Tiefert, 1991). Outra pesquisa recente sugere que o nível relativamente baixo de desemprego observado nos países nórdicos talvez se deva a negociações salariais através de mecanismos fora do âmbito das forças de mercado (negociações entre sindicatos, industriais e governos), levando em conta a igualdade (Jackman, Pissarides & Savouri, 1990). Além disso, alguns economistas já sugeriram que, na Ásia, o relativo igualitarismo da distribuição de renda permitiu a vários países ajustarem-se a choques externos nos anos 70 mais rapidamente que os seus equivalentes latino-americanos.

Apesar dessa evidência, há ainda quem considere que uma maior igualdade de renda é incompatível com o crescimento. Argumenta-se que o aumento do estoque de capital exige uma taxa de poupança maior; por sua vez, isso implica uma distribuição de renda que favoreça os ricos (que são os que poupam mais). A reforma fiscal da República da Coreia em 1973 excluía da base fiscal grande parte da renda de capital (juros, dividendos, ganhos de capital e outros lucros incidentes sobre o patrimônio). A opinião convencional entre países industrializados e dirigentes de países em desenvolvimento tem sido que as coisas devem ser feitas "uma de cada vez": primeiro, crescimento econômico; segundo, igualdade social; terceiro, liberdades individuais e políticas.

Na verdade, nada indica que a poupança tenha alguma relação positiva com a desigualdade de renda ou que esta última propicie maior crescimento. Pelo contrário, parece que a desigualdade é associada a um crescimento mais lento (Figura 7.2). A idéia de alternância entre crescimento e igualdade — que ajudou a reforçar políticas contrárias ao crescimento em economias socialistas e políticas contrárias à igualdade em economias conservadoras — tornou-se ainda mais desacreditada em face do desempenho das muitas econo-

**Figura 7.2 Desigualdade de renda e o crescimento do PIB em economias selecionadas, 1965-89**

Crescimento do PIB per capita (%)



a. Coeficiente parcelas de renda dos 20% mais ricos/20% mais pobres da população. Os dados sobre distribuição de renda vêm de levantamentos efetuados principalmente em fins dos anos 60 e início dos 70.

Fontes: Dados do Banco Mundial; Berg & Sachs, 1988.

mias que sistematicamente superam as outras sob ambos esses aspectos: Coreia, Costa Rica, Indonésia, Japão, Malásia (Box 7.5) e as economias escandinavas.

Não se obtém maior igualdade através de transferências de renda — exceto no caso de salvaguardas destinadas a proteger grupos vulneráveis, pequenos e bem definidos, da população. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990* mostrou que o modelo de desenvolvimento tem fortes implicações distributivas. A proteção a indústrias e os impostos discriminatórios contra a agricultura ajudam a explicar por que a desigualdade de renda é mais grave na América Latina que na Ásia. O grosso da receita dos países em desenvolvimento consiste geralmente em impostos indiretos, os quais costumam ser menos progressivos que o imposto de renda. Subsídios para o capital (sob a forma de incentivos fiscais, crédito subsidiado ou supervalorização da moeda) levam invariavelmente a modalidades de produção nas quais o uso de capital é mais intensivo, o que torna ainda pior uma má distribuição.

Outra lição é que os gastos públicos podem ter grande efeito redistributivo. Vários estudos cons-

## Box 7.5 Aspectos políticos da assimilação: Malásia e Sri Lanka

### Começos semelhantes

Malásia e Sri Lanka eram colônias britânicas — até 1963 e 1948, respectivamente. Nos anos 60, ambos os países possuíam plantações bem desenvolvidas, voltadas para a exportação — borracha e dendê na Malásia e borracha e chá em Sri Lanka. Ambos tinham burocracias sofisticadas. Ambos dispunham de instituições políticas democráticas avançadas. E em ambos a população era relativamente instruída, com um índice de 90% de matrículas em escola primária. Ambos tinham também problemas causados pela presença de grupos étnicos altamente diferenciados, com uma maioria que era economicamente subprivilegiada mas politicamente dominante. Na Malásia, os bumiputras (malaios e outros aborígenes) constituíam 55% da população; os chineses, 35%; e os indianos, 10%. Em Sri Lanka, os cingaleses constituíam 72% da população, a minoria tâmil 18% e outros grupos, 10%. Ambos os países adotaram políticas discriminatórias especificamente para melhorar a situação dos grupos majoritários (legislativamente na Malásia e *de facto* em Sri Lanka).

Ambos os países possuíam empresas públicas, não só no setor agrícola, mas também em outras áreas, como linhas aéreas, cimento, bancos e manufatura. Ajudavam os produtores de arroz através de subsídios a fertilizantes, crédito e irrigação. Ofereciam emprego público e compras estatais preferencialmente ao grupo étnico majoritário. E davam ênfase a educação e serviços de saúde para todos — mas discriminavam em favor da maioria na educação superior.

### Resultados diferentes

Em começos da década de 60, a renda *per capita* da Malásia (de US\$320) era duas vezes maior que a de Sri Lanka. Três décadas depois, a renda *per capita* da Malásia é cinco vezes maior que a de Sri Lanka. Além disso, a Malásia conseguiu evitar conflitos entre os seus grupos étnicos sem grande violência. Em contraposição, desde 1983, conflitos étnicos e regionais em Sri Lanka vêm fazendo

milhares de vítimas fatais. O custo da infra-estrutura destruída e a renda perdida pela interrupção de atividades econômicas foram calculados em quase dois terços do PIB. Além do seu crescimento superior, a Malásia reduziu a incidência da pobreza de 50% em 1970 para 10% atualmente — e reduziu as desigualdades entre e dentro dos grupos étnicos.

### Razões da diferença

Diferentemente de Sri Lanka (que só liberalizou sua economia em 1977), a Malásia ajustou aqueles elementos de sua política econômica que vinham prejudicando o crescimento — tais como normas sobre investimento estrangeiro e licenciamento industrial — assim que as taxas de crescimento diminuíram. A política comercial foi mantida aberta, com níveis tarifários moderados (embora, em alguns casos importantes, tenha sido preservado um protecionismo muito eficaz). As empresas privadas não precisavam de licença para aumentarem a produção ou fazerem novos investimentos. Tampouco eram molestadas por controles monetários, grandes restrições quantitativas no comércio exterior ou ameaça de nacionalização sem indenização. Assim, firmas pertencentes a minorias étnicas, que eram discriminadas nos mercados internos, puderam tirar proveito de oportunidades comerciais no exterior. Podiam usar suas receitas para comprar, no exterior, bens e serviços (como educação) que lhes eram negados no país.

A forte estrutura normativa adotada por Sri Lanka antes de 1977 favorecia em muito o arbítrio e a discriminação. Os controles econômicos tornavam-se controles sobre os indivíduos — muito embora o país tivesse uma tradição democrática. As viagens eram limitadas em virtude de controles cambiais, e transações comerciais simples (como a obtenção de permissão para investir, importar ou aumentar a produção) adquiriam caráter altamente político. A opinião geral era que o governo podia influenciar, e estava influenciando, a distribuição da riqueza em favor de certos grupos étnicos.

tataram que a educação é a variável isolada que mais influencia a desigualdade de renda. Os investimentos em educação, saúde e alimentação — quando bem projetados e implementados — podem melhorar a distribuição, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento sob outros aspectos. Por isso, os planos de reforma dos anos 80 e 90 deram ênfase cada vez maior à necessidade de proteger os programas sociais durante o ajustamento fiscal.

Quando os mercados funcionam bem, a igualdade tende a aumentar naturalmente. Em muitos países, por exemplo, o mercado de trabalho é

fragmentado. Pessoas com atributos semelhantes não recebem salários nem conseguem empregos semelhantes; sexo, etnia, localização e ocupação industrial surgem sistematicamente como determinantes salariais, independentemente da produtividade. Uma das razões importantes da melhor distribuição de renda que vem sendo registrada na Malásia e na Indonésia é o fato de o governo ajudar as mulheres a participarem do mercado de trabalho. Os investimentos públicos na melhoria da infra-estrutura e da prestação de serviços sociais são tradicionalmente os principais mecanismos de integração dos mercados, e continuam

sendo de suma importância. Vários outros programas governamentais podem reduzir a desigualdade, ao mesmo tempo em que aumentam a eficiência alocativa e promovem o crescimento — por exemplo, programas que visam a promover o acesso à infra-estrutura, ao crédito e à terra.

Em muitos casos, a reforma agrária parece ter feito aumentar a renda das populações pobres. China, Coreia e Japão são vistos como exemplos promitentes de economias que implantaram com sucesso a reforma agrária. Contudo, o efeito da reforma sobre a eficiência agrícola não é muito claro. É difícil distinguir os efeitos da redistribuição de terras dos efeitos de investimentos e instituições complementares, voltados para o aumento da produtividade agrícola, que costumam acompanhar a reforma agrária. Nada parece indicar, porém, que a estabilidade social decorrente da reforma agrária tenha contribuído para um crescimento mais rápido.

Por todos esses motivos, qualquer esforço que vise a aumentar a igualdade cabe perfeitamente dentro de programas de reforma destinados a promover o crescimento. É evidente, porém, que uma redistribuição ciosa demais, capaz de distorcer os mercados, pode rapidamente gerar enormes problemas financeiros. O custo dos subsídios de alimentos no Brasil em fins da década de 70, por exemplo, e mais recentemente no Egito, aumentou excessivamente quando os preços mundiais de alimentos subiram. Os subsídios destinados a proteger indústrias em declínio têm de aumentar continuamente para que surtam o mesmo efeito, uma vez que é preciso levar em conta o dinamismo de outros setores da economia. Na Europa, por exemplo, manter a renda agrícola em relação a outras rendas vem-se tornando cada vez mais dispendioso em virtude de crescimento mais rápido em outros setores.

Além disso, transferências abruptas através de intervenções que distorcem o mercado quase sempre agravam, em vez de melhorar, a distribuição de renda. Os subsídios para fertilizantes em Bangladesh, Brasil, Egito, Equador e Paquistão beneficiam principalmente os fabricantes de fertilizantes ou os agricultores mais abastados. Os grandes subsídios do trigo dos anos 70 no Brasil reduziram a procura do feijão produzido por pequenos agricultores. A produção de feijão diminuiu. Os agricultores venderam suas terras e migraram para as cidades, onde contribuíram para aumentar a procura de trigo subsidiado. Agricul-

tores comerciais ricos compraram a preços de ocasião as terras dos que migraram.

### **Reformando o setor público**

Por volta do século XIV, um tratado árabe afirmava: "A atividade comercial por parte do dirigente é danosa aos seus súditos e ruínosa para a receita fiscal ... afasta concorrentes; impõe para produtos e materiais preços que podem levar muitos comerciantes à ruína financeira. Quando os ataques do dirigente contra a propriedade são amplos e generalizados, afetando todos os meios pelos quais os súditos ganham o seu sustento, a queda da atividade comercial também se generaliza" (Ibn Khaldun, 1981). Um dos legados mais notáveis dos anos 80 é a redescoberta dessas antigas verdades. Muitos governos vêm reexaminando o seu envolvimento na economia, revendo suas prioridades de gastos e reduzindo suas atividades comerciais. Para que essa reavaliação tenha êxito, a capacidade administrativa do Estado precisa aumentar — e os governos devem ser capazes de enfrentar a oposição dos grupos de interesses especiais criados por décadas de intervenção excessiva.

### *Racionalização dos gastos públicos*

Os gastos públicos respondem por um pouco mais de 20% do PIB em países de baixa renda, e cerca de 30% em países de renda média. Trata-se de percentuais muito inferiores aos que hoje prevalecem nos países industrializados, mas muito superiores aos que estes últimos registravam em estágio comparável de desenvolvimento (Tabelas 7.4 e 7.5). Os fatos sugerem que, nos países em desenvolvimento, muitos dos programas de gastos públicos geram um retorno muito baixo.

INVESTIMENTO PÚBLICO. A qualidade do investimento público depende significativamente da qualidade do clima econômico (ver Capítulo 4). Mas, em alguns países em desenvolvimento, o motivo das dificuldades econômicas é a inadequação dos próprios projetos, muitas vezes financiados por agências externas de ajuda. Uma fundição antieconômica de minério de prata na Bolívia, uma fábrica de sapatos na Tanzânia onde o valor é subtraído, em vez de adicionado, e sistemas de irrigação com baixas taxas de retorno em Sri Lanka são apenas alguns dos inúmeros exemplos possíveis. Os custos atingem proporções consideráveis. No Zaire, um projeto de hidreletricida-

**Tabela 7.4 Participação percentual da despesa do governo no PNB ou no PIB, países industrializados, 1880-1985**

Ano	Alemanha	EUA	França	Japão	Suécia	Reino Unido
1880 <sup>a</sup>	10	8	15	11	6	10
1929 <sup>a</sup>	31	10	19	19	8	24
1960 <sup>b</sup>	32	28	35	18	31	32
1985 <sup>b</sup>	47	37	52	33	65	48

a. PNB.

b. PIB.

Fonte: World Bank, vários anos.

**Tabela 7.5 Participação percentual da despesa e do consumo do governo no PNB ou no PIB, países industrializados e em desenvolvimento, 1972 e 1986**

Grupo de economias	Despesa <sup>a</sup>		Consumo <sup>b</sup>	
	1972	1986	1972	1986
Baixa renda	19	23	12	13
Renda média baixa	15	27	11	14
Renda média alta	25	27	12	14
Economias industrializadas de mercado	28	40	14	19

a. PNB.

b. PIB.

Fonte: World Bank, vários anos.

de e linha de transmissão custou quase US\$3 bilhões a preços de 1990 — cerca de um terço da dívida externa do país. O projeto nunca chegou a funcionar a mais de 30% de sua capacidade e hoje se encontra em meio a extenso programa de recuperação, embora só tenha começado a operar em 1982. Trata-se de um caso extremo, mas é demasiado comum encontrarem-se projetos improdutivos em escala menos espetacular.

**SALÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS.** As folhas de pagamento do governo representam grande parte dos gastos públicos na maioria dos países. Antes dos programas de reforma, as folhas salariais absorviam mais de 60% das receitas correntes da República Centro-africana — e mais de 40% das de Gâmbia. A tendência a adotar um número excessivo de funcionários mal pagos, que prevaleceu nas últimas décadas em muitos países em desenvolvimento, significa que boa parcela desses gastos é desperdiçada. O problema da desmo-

tivação costuma ser agravado por estruturas de carreira mal definidas, recrutamento por critérios políticos e nomeações por tempo de serviço. Em alguns países, fracassaram os sistemas e estruturas institucionais criados para o funcionamento do serviço público. Em Uganda, um censo do serviço público revelou haver não só vários funcionários fantasmas, mas também várias escolas que na verdade não existiam.

O resultado é que, na América Latina, no Sul da Ásia e na África, a reforma do serviço público é hoje uma prioridade para muitos governos. Os programas de reforma do serviço público geralmente têm três componentes. O primeiro é um esforço de retração que visa a reduzir o serviço público a um número mais razoável de empregados. O segundo é a reestruturação de salários e graduações destinada a aumentar os incentivos, reduzir o acúmulo de cargos e a corrupção, e construir uma estrutura melhor para o desenvolvimento de carreiras. O terceiro é a reestruturação institucional, destinada a criar as estruturas de controle e os procedimentos operacionais necessários à administração de um serviço público moderno e eficiente.

A maioria dos programas de reforma do serviço público tem procurado atacar em todas essas três frentes ao mesmo tempo. Na África, os programas que alcançaram maior êxito reduziram o número de servidores (Gâmbia, Gana e Guiné). Mas o progresso realizado limitou-se a uma melhor estrutura salarial e certa reforma das estruturas institucionais. Nenhum programa de reforma em andamento em países africanos conseguiu até agora reformular inteiramente a estrutura do serviço público nacional. O programa de Gana, em andamento desde 1985 e provavelmente o de maior alcance, ainda não estabeleceu um sistema eficaz de controle sobre a admissão de servidores.

Nenhum dos programas atualmente em andamento parece incluir um exame sério das funções do governo, com o fito de determinar o que pode ser privatizado, delegado à comunidade local ou simplesmente eliminado. Dada a necessidade de setores públicos menores e mais eficientes e de um setor privado mais dinâmico, os futuros esforços de reforma do serviço público certamente se beneficiariam de uma abordagem dessas questões maiores.

**SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS.** Os gastos com subsídios e transferências representam, em média, cerca de 3% do PIB em uma grande amostra

de países. É difícil generalizar a esse respeito, pois se trata de uma das mais heterogêneas categorias de despesas. Ademais, os sistemas de prestação de contas são falhos na maioria dos países; o custo real dos subsídios e transferências pode facilmente ser o dobro do que foi contabilizado. Frequentemente, os subsídios resultam de intervenções do governo na área de preços, podendo aplicar-se a todo tipo de produtos e serviços: trigo no Egito e na URSS; passagens de ônibus em Sri Lanka; fertilizantes em Bangladesh, Equador e Índia etc. Quanto às transferências, costumam ser feitas a empresas estatais, geralmente porque estas são ineficientes ou porque os controles de preços e outras restrições as obrigam a operar no vermelho. Quase sempre, porém, são insuficientes para satisfazer às necessidades de investimento de capital das empresas; o resultado é a dramática queda de qualidade dos serviços em alguns países. O sistema telefônico e as ferrovias da Argentina e o serviço de ônibus do Egito, por exemplo, ressentem-se de pouquíssimos investimentos.

**GASTOS MILITARES.** Os gastos militares do mundo inteiro somam US\$1 trilhão anualmente. Em fins da década de 80, os gastos militares totalizavam US\$860 bilhões por ano em países de alta renda e US\$170 bilhões por ano nos países em desenvolvimento. Destes US\$170 bilhões, US\$38 bilhões foram empregados em armas, geralmente importadas de países industrializados.

Se o total de gastos militares fosse reduzido, o mundo, sem dúvida, seria melhor. Mas será essa uma hipótese realista? A humanidade nunca foi avessa a guerras e conflitos — e muito menos a humanidade do século XX (Box 7.6). A recente Guerra do Golfo; os conflitos subsequentes na região; a continuidade da violência no Afeganistão, América Central, Angola e Indochina; guerras civis na Etiópia, Moçambique, Somália e Sudão; e o passo de lesma a que caminha o desarmamento das superpotências — tudo isso deixa bem claro que o progresso na direção da paz duradoura será difícil.

Não admira que os gastos militares sejam maiores naqueles países em desenvolvimento que enfrentam ameaças externas ou internas. As despesas militares representam mais de 10% do PIB em vários países. Após o conflito étnico deflagrado em 1983, os gastos militares do Sri Lanka aumentaram de menos de 1% para cerca de 5% do PIB. Em vários países pobres, há mais gastos militares do que em setores sociais (Tabela 7.6). Nas

últimas três décadas, regimes civis e militares parecem ter gasto aproximadamente o mesmo percentual do PIB com suas forças armadas.

Em países de alta renda, o aumento dos gastos militares tem acompanhado o crescimento do PIB. Nos países em desenvolvimento, os gastos militares vêm diminuindo — de 6-7% do PIB em fins da década de 70 para cerca de 5% na segunda metade da década de 80. Isso resulta principalmente de drástica redução dos gastos militares no Oriente Médio (especialmente na Síria e no Egito) e na América Latina (após a crise fiscal dos anos 80). Mas 5% do PIB ainda representam uma enorme soma; em muitos países, esse valor seria mais do que suficiente para que o governo investisse o dobro em infra-estrutura, ou em saúde e educação.

É preciso que os governos tomem todas as medidas possíveis no sentido de reduzir os gastos militares. Costa Rica é um notável exemplo de governo que decidiu reduzir suas despesas militares e concentrar esforços na oferta de saúde e educação — atitude que fez aumentar a igualdade e produziu um grau de estabilidade política incommon no mundo em desenvolvimento. Contudo, a má qualidade dos solos da Costa Rica e seus escassos recursos naturais fazem com que o país tenha poucos inimigos; talvez não seja fácil emular sua experiência.

Muitos países têm de enfrentar ameaças internas e externas maiores que as do caso de Costa Rica; ainda assim, essas ameaças mal justificam as somas que hoje são gastas em poderio armado. As agências externas de ajuda e financiamento têm o direito de indagar se é razoável ajudar governos cuja prioridade número um não é desenvolverem-se, e sim aumentarem sua força militar.

#### *Privatização e reforma de empresas estatais*

Nos anos 80 e, até agora, nos anos 90, a transferência de empresas estatais para o setor privado tem sido um dos importantes objetivos do governo, tanto em países da OCDE, como Nova Zelândia e Reino Unido, quanto em países em desenvolvimento, como Argentina, Brasil, Chile, Gana, Malásia, México, Nigéria, República da Coreia, Togo e Turquia. Na maioria desses países, a privatização significa muito mais que a mera transferência de patrimônio para o setor privado: é parte de um exercício mais amplo que visa estabilizar e liberalizar a economia em várias frentes — regulamentação, preços, comércio exterior e setor financeiro. Os governos trataram de redefinir consciente-



## Box 7.6 Guerra e desenvolvimento

As duas guerras mundiais envolveram um número inaudito de nações e provocaram uma perda de vidas sem precedentes na História. Mas, a partir de 1945, uma série de guerras regionais e rebeliões civis também provocou mortes e devastou vários países, muitos dos quais no mundo em desenvolvimento (Tabela de box 7.6). As 450 mil mortes que se acredita tenham sido provocadas pelo conflito Irã-Iraque equivalem a cerca de 1% da população total dos dois países no início da guerra em 1979. Os 2 milhões de mortos na Guerra Civil da Etiópia representam mais de 7% da população do país em 1974.

Contudo, o número de mortos no campo de batalha não dá a medida exata do impacto das guerras. As baixas entre os trabalhadores mais produtivos são enormes. Na I Guerra Mundial, somente 4,5% das vítimas fatais na Alemanha tinham mais de 40 anos de idade; 63% estavam na faixa de 20 a 30 anos. Além disso, os soldados não são os únicos que morrem. Civis sucumbem em luta direta ou vitimados pela fome e pelas doenças causadas pela guerra; a mobilização militar faz cair a taxa de natalidade. Calculada dessa forma, a perda total de vidas no período 1914-21 (que inclui a guerra civil na URSS) talvez ultrapasse a casa dos 60 milhões. Destes, somente cerca de 8 milhões eram soldados.

Os custos do conflito envolvem mais do que o custo de balas, uniformes e equipamentos. A Guerra do Futebol de 1969 entre Honduras e El Salvador durou apenas 100 horas. Cerca de 2 mil pessoas morreram. Mas 100 mil tornaram-se refugiados. A luta destruiu metade das ins-

talações de refino e estocagem de petróleo de El Salvador e paralisou o Mercado Comum Centro-americano. Os gastos militares e a produção perdida durante os primeiros cinco anos do conflito Irã-Iraque totalizaram mais de US\$400 bilhões. Quando a guerra terminou em 1988, o custo era bem maior. Nas guerras civis, a devastação econômica não é menos grave. O conflito no território da Eritreia, no norte da Etiópia, reduziu o contingente de mão-de-obra; bombas e minas levaram os agricultores a evitar certas terras, retirando-as assim efetivamente da produção. Calcula-se que 40% das terras estavam abandonadas em 1987, o que explica parte da escassez de alimentos na região.

Inevitavelmente, a guerra retarda o desenvolvimento. Muito depois de terminado o conflito, os países continuam a pagar os custos de substituir equipamentos perdidos, prestar serviços médicos aos feridos e arcar com a queda da produtividade. Na Guerra Civil da Nigéria de 1967-70, o governo procurou financiar a guerra sem provocar inflação alta ou afetar o balanço de pagamentos. Limitou o crédito bancário para conter a procura interna; aumentou impostos, reduziu investimentos de capital e diminuiu consideravelmente os gastos em todas as áreas (exceto defesa), inclusive na administração geral, no bem-estar social e comunitário e em serviços econômicos. Mas, dado o custo das importações de armamentos e de exportações perdidas, essas medidas não conseguiram impedir a deterioração da posição do balanço de pagamentos da Nigéria.

Tabela de box 7.6 Óbitos durante guerras, 1900-89

Período	Número de guerras		Óbitos durante guerras internacionais (milhares)			Óbitos durante guerras civis (milhares)			Total de óbitos como percentual da população mundial
	Civis	Internacionais	Civis	Militares	Total <sup>a</sup>	Civis	Militares	Total <sup>a</sup>	
1900-09	10	6	230	12	243	25	139	166	0,02
1910-19	15	9	7.045	13.470	20.556	1.140	139	1.327	1,13
1920-29	11	8	21	42	109	39	111	371	0,02
1930-39	11	8	933	838	1.770	646	1.109	1.796	0,17
1940-49	13	7	20.176	19.110	39.285	1.007	5	2.182	1,70
1950-59	20	5	1.073	1.926	3.031	1.571	253	1.879	0,17
1960-69	12	9	622	605	1.256	1.827	1.222	3.301	0,13
1970-79	18	7	639	606	1.246	3.543	1.236	4.957	0,16
1980-89	29	6	702	931	1.733	1.899	179	2.081	0,08
1900-89	141	63	31.440	37.539	69.229	11.697	4.393	18.059	..

*Nota:* Todas as mortes em guerras posteriores a 1949, à exceção de 11 mil, verificaram-se em países em desenvolvimento. Todos os números são estimativas e podem estar muito errados. Nem sempre conflitos internos podem ser definidos como guerras civis; por isso, essas estatísticas diferem de estudo a estudo. Não foram incluídas várias sublevações civis. Não se incluiu, por exemplo, as mortes ocorridas durante os expurgos e a coletivização na URSS, nos anos 30, estimadas entre 5 milhões e 20 milhões. Foram também excluídos, por insuficiência de dados, os números relativos a mortes decorrentes de fatos desse tipo ocorridos após a II Guerra Mundial; estimativamente, esses números seriam cerca de 15 milhões. Algumas guerras são consideradas civis apesar de ter havido intervenção estrangeira. Foram incluídas na categoria de guerras internacionais as mortes verificadas durante a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã no período 1965-75 e a guerra no Afeganistão no período 1978-89.

a. Os totais referem-se a todas as mortes estimadas. Quando não se dispõe de dados, omite-se as mortes nas subcategorias civis e militares. Pode haver diferença nos totais, em virtude de arredondamento. As mortes são divididas proporcionalmente quando os períodos em que ocorreram cobrem mais de 10 anos.

Fonte: Sivard, 1988, 1989.



**Tabela 7.6 Despesa pública em setores militares comparada com sociais, 1986**

(% do PNB)

		Despesas com saúde e educação				
Despesas militares		1-1,9	2-4,9	5-9,9	10 e mais	
Menos de 1		Brasil Gana	México Níger	Barbados Chipre	Gâmbia	Costa Rica Luxemburgo
1-1,9	Nigéria Paraguai	Argentina Bangladesh Camarões Colômbia Equador Guatemala Rep. Dominicana	Filipinas Haiti Nepal Romênia Ruanda Serra Leoa	Argélia Costa do Marfim Fiji Jamaica Malta Rep. Centro- africana	Papua Nova Guiné Suazilândia Trinidad e Tobago Venezuela	Áustria Finlândia Irlanda Japão Suíça
2-4,9	Uganda Zaire	Benin Bolívia Burkina Faso Burundi El Salvador Guiné	Índia Indonésia Mali Mianmar Turquia Uruguai	Bulgária Chile Congo Gabão Hungria Itália Lesoto Libéria Madagascar Quênia Rep. Dem. Alemã Tchecoslováquia	África do Sul Espanha Iugoslávia Malavi Mauritânia Polônia Senegal Somália Tailândia Tanzânia Togo Zâmbia	Alemanha, Rep. Fed. Austrália Bélgica Botsuana Canadá Dinamarca França Noruega Nova Zelândia Países Baixos Panamá Portugal Suécia
5-9,9		Chade China Paquistão Peru	Sri Lanka Sudão União dos Emir- ados Árabes	Barein Coréia, Rep. da Cuba Egito Etiópia Grécia Honduras Kuweit	Cingapura EUA Iêmen, Rep. Árabe do Malásia Marrocos Tunísia	Reino Unido Zimbábue
10 e mais		Angola Iraque		Irã Israel Jordânia Omã	Iêmen, Rep. Pop. Dem. do Síria URSS	Arábia Saudita Guiana Líbia Nicarágua

*Nota:* As classificações nessa tabela mostram as diferenças de despesas em diversas categorias; não indicam necessariamente diferenças precisas entre países, em virtude de certas diferenças na definição das categorias. As estimativas de despesas sociais não incluem as despesas feitas por organismos locais.

*Fonte:* Sivard, 1989.

mente o papel econômico do Estado. Como parte dessa mudança, restringiram o acesso privilegiado das estatais ao orçamento e ao crédito, e reduziram a proteção tarifária ou não-tarifária de seus produtos e a proteção normativa contra concorrentes privados. Deram mostras de redobrada determinação de não adotarem objetivos distributivos estreitos à custa da eficiência.

Muitos países se convenceram de que a privatização seria um gesto inútil se não fizesse parte de um amplo programa de reformas, pois sim-

plesmente transferiria o controle de lucros do setor público para o setor privado. Tem havido variantes dessa noção geral.

Na China, a liberalização vem sendo acompanhada de novos dispositivos institucionais que permitem ao governo reter a propriedade e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência das empresas. Na Argentina e, em menor grau, no México, a privatização com forte participação estrangeira vem sendo usada para reduzir a dívida externa e aumentar o investimento em infra-estrutura bási-

ca, como energia e telecomunicações. Também na Argentina e no Brasil, espera-se que as receitas geradas pela privatização contribuam grandemente para eliminar o déficit fiscal.

**PROBLEMAS DE IMPLEMENTAÇÃO.** Mas a privatização tem-se revelado um árduo exercício. Mercados escassos para o capital interno, condições econômicas adversas e a resistência de sindicatos e servidores públicos vêm retardando o processo em quase toda parte. Exceto no caso de economias relativamente avançadas, como Argentina, Brasil e México, falta em grande parte aos países em desenvolvimento a infra-estrutura da privatização — advogados, contadores, banqueiros comerciais e empresários. A necessidade de criar essa infra-estrutura é especialmente aguda no Leste europeu, onde é difícil até mesmo encontrar pessoas qualificadas para servirem como diretores de empresas. Será preciso criar órgãos competentes para lidar com a privatização e, em seguida, dotá-los de pessoal e recursos — o que, em si, é um desafio em tempos de dificuldade financeira.

Questões legais também complicam a privatização. No México, foi preciso aprovar emendas constitucionais em 1983 para que a privatização pudesse prosseguir. Na Turquia, vendas foram canceladas quando os tribunais as julgaram ilegais. Nas economias socialistas, há necessidade de leis que definam os direitos de propriedade, legalizem a propriedade privada, estabeleçam diretrizes para os estatutos de incorporação e protejam os interesses de acionistas minoritários para que a compra de uma empresa por uma entidade privada seja declarada legal. Da mesma forma, a legalidade do vendedor tem de ser comprovada. Ao contrário do que geralmente se acreditava, os governos dos países socialistas não detinham direitos claros de propriedade sobre as firmas. Em alguns casos, o patrimônio havia sido nacionalizado pouco depois da II Guerra Mundial, mas a compensação prometida, que teria legalizado as nacionalizações, não chegou a ser paga. A Tchecoslováquia e a ex-República Democrática Alemã estabeleceram novas leis que concedem aos antigos donos direitos prioritários de compensação ou o retorno de suas propriedades originais. A incerteza quanto à existência de um reclamo anterior contra o patrimônio da firma tem contribuído para a cautela com que muitos investidores em potencial encaram a privatização.

Tentativas anteriores de descentralização em economias socialistas tinham dado aos trabalha-

dores de muitas empresas direitos que tradicionalmente cabem aos acionistas em países ocidentais. Na Polônia, conselhos de operários têm o direito de decidir sobre fusão e dissolução de empresas, vendas de ativos e nomeação de diretores; na Iugoslávia, os direitos dos trabalhadores são ainda mais amplamente codificados. Além disso, o patrimônio do Estado é um dos poucos legados positivos de anos de regime comunista; o povo insiste em uma distribuição justa dessa riqueza como compensação parcial pelo que sofreu no passado. O resultado é que há forte resistência à idéia de passá-la às mãos da velha *nomenklatura* comunista — a classe gerencial, ligada por vínculos partidários, que administrava a economia. No entanto, esse grupo é um dos mais ricos, dispondo das melhores informações sobre o valor real das empresas e das conexões comerciais para fazê-las funcionar. Há o receio de que a venda de ativos no mercado aberto restaure o antigo domínio da *nomenklatura*.

A experiência da ex-República Democrática Alemã sugere que, mesmo em boas condições financeiras, legais e técnicas, a venda das empresas levará algum tempo. As 9 mil estatais a serem privatizadas na Alemanha Oriental correspondem a cerca de 30-40 mil firmas em uma economia de mercado. Mesmo que a agência de privatização da Alemanha (Treuhandanstalt) já esteja vendendo 300 EE por mês (enquanto no programa britânico de privatização as vendas foram de 25 EE durante 10 anos), levará anos até que o processo se complete. A princípio, o valor das empresas era tão incerto que foi preciso fixar os preços de compra mais tarde, por arbitragem. Hoje o valor dos ativos e das empresas é mais bem definido, mas constam na maioria dos contratos de vendas cláusulas condicionais de preços, para fazer valem os compromissos dos compradores.

Condições econômicas gerais, considerações políticas e aspectos técnicos do processo também complicam a privatização. No Chile, algumas firmas que tinham sido privatizadas no período 1974-78 foram renacionalizadas poucos anos depois, a fim de salvá-las da onda de falências que se seguiu à profunda crise econômica. Em meados da década de 80, no Nepal, certa privatização foi revogada em virtude de oposição à transferência da empresa a uma minoria racial. Em Bangladesh, questões irresolvidas de preços de ações e dívida pendente levaram firmas privatizadas a descuidarem do investimento em manutenção e instalação de capacidade adicional. Em vez disso, con-

centraram-se em gerar fluxos de caixa imediatos — e quase todos os ganhos de eficiência esperados da privatização desapareceram. Na ex-República Democrática Alemã e na Hungria, os principais dirigentes dos órgãos de privatização pediram demissão em um ano; na Argentina, alegações de corrupção em algumas privatizações provocaram uma mudança ministerial. Mesmo diante de obstáculos menores, as realizações foram quase sempre modestas. No México, por exemplo, dois terços das estatais já foram privatizados — mas são vendas que representam menos de 20% do patrimônio total das EE.

AINDA ASSIM, UMA REVOLUÇÃO. Apesar de tais dificuldades, a recente mudança do pensamento governamental acerca da privatização não deixa de ser extraordinária. Muito do que foi realizado até agora teria sido impensável há 10 anos. Na Argentina, o governo privatizou duas emissoras de televisão e outorgou contratos para a venda da companhia telefônica, da linha aérea nacional, de certos componentes da companhia nacional de petróleo e da principal distribuidora de eletricidade. Outras privatizações devem ocorrer em futuro próximo. No Chile, as privatizações revogaram as nacionalizações de emergência de anos anteriores; setores tradicionalmente dominados pelo governo, tais como aço, petróleo e telecomunicações, podem ser privatizados em futuro próximo.

Na Costa do Marfim, o setor privado, já envolvido no abastecimento de água, está também ingressando na área de geração de eletricidade; em Togo, fimas têxteis foram vendidas a investidores estrangeiros. Outras privatizações são esperadas para breve no Brasil, Peru, Sri Lanka e Turquia. Em vários países africanos, EE inviáveis estão em vias de serem liquidadas.

A primeira fase da redação e implementação de novos estatutos jurídicos já está praticamente terminada na Hungria, Iugoslávia, Polônia e Tchecoslováquia. Estas duas últimas parecem empenhadas em apressar a privatização e criar uma base mais ampla de participação acionária. A Hungria optou por ir mais devagar; está criando sociedades anônimas cujas ações são depositadas junto a uma *holding* estatal, até que a empresa possa ser avaliada e vendida através de concorrência pública. O país espera privatizar cerca de 200 firmas dessa maneira no decorrer de 1991.

Na Polônia, a maioria das lojas, postos de gasolina e caminhões já é operada pelos respectivos proprietários, e parte significativa das unidades

residenciais é de propriedade particular. Tipicamente, o patrimônio é arrendado, e não vendido definitivamente. Leilões de pequenos ativos, coordenados pelas autoridades centrais, já começaram na Tchecoslováquia. No caso de grandes firmas, programas de distribuição "gratuita" de ações estão sendo planejados para acelerar a privatização. O plano polonês prevê a conversão de várias centenas de grandes firmas em sociedades anônimas, sendo a maior parte das ações reservadas a trabalhadores, fundos de aposentadoria, bancos e outros intermediários financeiros (atuando como fundos fiduciários para a população em geral); o restante das ações será vendido a investidores privados. Sistemas semelhantes podem vir a ser adotados na Tchecoslováquia.

LIÇÕES. Por difícil e demorada que seja, a privatização é altamente necessária e desejável. Não deve ser empreendida como fim em si mesma, mas como meio para um fim: maior eficiência no uso dos recursos. Abolir distorções e controles de preços o mais rapidamente possível é essencial para esse fim. A não ser que os preços sejam indicadores reais dos custos e da procura dos consumidores, não se pode conhecer a verdadeira rentabilidade de uma empresa e avaliar adequadamente o seu patrimônio. Vender a empresa a um preço adequado pode tornar-se impossível; enquanto isso, os administradores não terão meios de tomar decisões bem fundamentadas sobre investimento e produção. Permitir que o sistema de preços funcione como deve significa eliminar distorções tais como controles de preços, distorção de preços de transferência entre empresas, empréstimos subsidiados e acesso preferencial ao sistema orçamentário e creditício; significa também corrigir a política macroeconômica, o que inclui evitar uma taxa cambial supervalorizada.

Seria difícil privatizar todas as EE em futuro próximo, mesmo que os governos quisessem fazê-lo. Por outro lado, os esforços destinados a aumentar a produtividade não podem esperar. Os governos precisam não hesitar em liquidar empresas inerentemente não-lucrativas, ao passo que as estatais restantes podem ser administradas com maior eficácia. Limitações orçamentárias ineficazes, interferências na administração e no recrutamento de pessoal e restrições à concorrência (seja na área de produtos ou de fatores) precisam ser reduzidas ou eliminadas. Em muitas economias, encontram-se empresas estatais eficientes — por exemplo, no Brasil, Cingapura, Coreia,

Etiópia, França, Itália e Malásia — que demonstram que as EE podem ser administradas como empresas comerciais eficientes, sensíveis aos consumidores. Em muitos países em desenvolvimento, melhorar o desempenho das EE é tão urgente quanto a própria privatização.

#### *O desafio da reforma*

O desafio, para os governos, é implementar reformas ante uma oposição política às vezes extremamente enérgica. Reformas estruturais podem prejudicar interesses poderosos. A modernização do serviço público ameaça parte significativa dos trabalhadores urbanos com o desemprego, especialmente na África, onde não raro o setor público dá emprego a até metade do contingente de mão-de-obra assalariada. Grupos capazes de organizarem-se contra a reforma têm de ser levados em conta; os beneficiários quase sempre são disper-

sos e desorganizados, e o governo mal pode contar com o seu apoio.

Quando a produção responde rapidamente, o apoio ao programa de reformas aumenta e as mudanças podem ser consolidadas. Uma rápida expansão das exportações, como a que serviu para consolidar reformas na Coreia, Indonésia e Turquia, pode também ajudar a evitar inversões de política em decorrência de problemas de balanço de pagamentos e esgotamento de reservas cambiais. Reformas que melhoram o clima de investimento tendem mais a ser mantidas, porque novos investidores vêm somar-se aos que as apoiam. O aumento da produção e do investimento amplia a base fiscal, faz aumentar a receita fiscal e reduz o déficit orçamentário. Tudo isso propugna em favor de reformas que sejam suficientemente ousadas para evocar pronta resposta no lado da oferta. Os programas tímidos não têm possibilidade de

#### **Box 7.7 Da planificação centralizada à economia de mercado**

Transformar uma economia de planificação centralizada em uma economia de mercado exige reformas complexas e inéditas. Não há experiência anterior que sirva de guia a transições da magnitude atual. E a maioria dos países em transição vem simultaneamente criando uma nova ordem política. Há relativamente pouco desacordo quanto à necessidade das transições, mas há muita controvérsia quanto a teoria, sincronização, alcance, velocidade e sequência das reformas.

Surgem três conjuntos de questões. Um deles tem a ver com as implicações econômicas da sequência das medidas: pode um tipo de reforma atingir seus objetivos enquanto persistirem outras distorções econômicas? Outra pergunta é de natureza política: o aumento da oposição anulará reformas programadas para o fim da sequência? Finalmente há a viabilidade técnica. Os novos sistemas legais, contábeis e financeiros exigem maior proficiência técnica e períodos de gestação mais longos do que reformas que incluam somente a liberalização dos preços.

Uma das escolas de propostas de reforma coloca as mudanças do sistema de propriedade no topo da sequência, antes ou ao lado de mudanças destinadas a promover a estabilidade macroeconômica e os mercados. O raciocínio é parcialmente político. Quando a privatização ocorre logo no início, o risco de que a economia permaneça controlada pelo Estado é menor, e a pressão no sentido de reformas complementares voltadas para o mercado aumenta. Mas outra escola de pensamento começa com reformas macroeconômicas e de reforço ao mercado: deixa a privatização — pelo menos no caso das grandes estatais — para um segundo estágio. (Nos termos de ambas as propostas, parte do patrimônio agrícola, comer-

cial e residencial seria privatizada no início das reformas.) Nesse caso, o raciocínio é que a propriedade privada requer instituições, experiência e proficiência financeiras que ainda não existem nas economias em transição. Sem essa infra-estrutura, a rápida privatização poderia levar à corrupção generalizada e ao caos econômico e político. Dentro de cada escola, existem outras diferenças quanto à ordem adequada na qual determinadas distorções devem ser corrigidas.

Não existe uma sequência de reformas adequada a todas as economias em transição. A história das reformas varia; ao contrário de outros países, a Hungria tem mais de duas décadas de experiência com decisões econômicas descentralizadas. As condições macroeconômicas variam desde grande instabilidade (na URSS) a relativa estabilidade (na Tchecoslováquia). A atividade do setor privado tem sido relativamente maior em países predominantemente agrícolas, como a China e o Vietnã, mas desprezível em países mais industrializados.

Um seqüenciamento preferível (Figura de box 7.7) incluiria medidas iniciais para estabilizar a macroeconomia e liberalizar os preços nos setores interno e externo, a fim de emitir sinais claros e precisos para a atividade econômica e para a avaliação das empresas. Essas medidas seriam acompanhadas e seguidas de intensos esforços no sentido de racionalizar as empresas, melhorar o processo decisório econômico, reformar a política comercial e desenvolver aptidões gerenciais e um forte setor financeiro. A privatização das grandes empresas estatais tornar-se-ia a prioridade seguinte. O protecionismo seria reduzido e a economia seria aberta à concorrência estran-

### Box 7.7 (continuação)

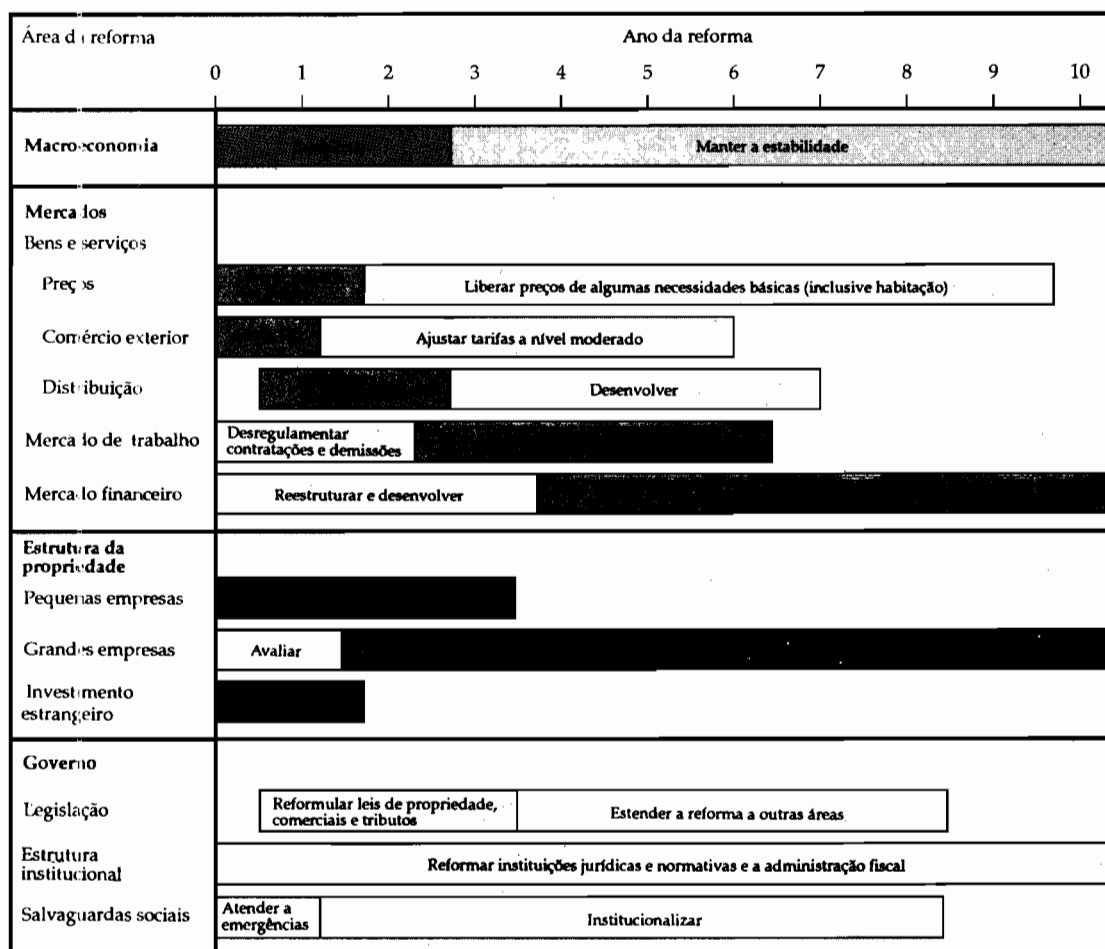
geira, dentro de um prazo firme e previamente anunciado — primeiro nos mercados de produtos e, mais tarde, nos mercados de capital. O desenvolvimento de instituições seria um tema básico desde o início e em todos os níveis: o sistema legal de contratos, a estrutura da propriedade e o papel de organizações-chave na economia exigiriam reforma e reestruturação.

A privatização em grande escala não abriria a sequência mas, para evitar o risco de retardá-la, haveria compromissos legais iniciais (distribuição de ações) que garantiriam a transferência da propriedade para o setor privado dentro de prazo razoável. O programa seria rápido, no sentido de que cada tipo de reforma avançaria com a velocidade máxima compatível com o desenvolvimento das capacidades institucionais. De fato, um prazo de três

a cinco anos parece razoável à luz do progresso realizado até agora nas economias em transição.

As reformas certamente acarretariam ajustamentos dolorosos. A inflação e o desemprego aumentariam à medida que os controles de preços fossem eliminados e viessem à luz as perdas econômicas reais de certas atividades. Esses eventos e a maior desigualdade de renda que sobrevém a mudanças radicais na estrutura de incentivos poderiam contribuir para aumentar a oposição política. Mas o progresso alcançado nas exportações e na disponibilidade de bens de consumo poderia ocorrer imediatamente. E, dadas as dotações relativamente fortes de recursos humanos no Leste europeu, é bem possível que as perspectivas de crescimento sejam excelentes.

Figura de box 7.7 As etapas da reforma



Nota: Tonalidade mais forte indica ação mais intensa. RQ, restrições quantitativas.

conquistar apoio à causa da reforma. Muitos reformadores no Leste europeu têm levado a peito essas lições (Box 7.7).

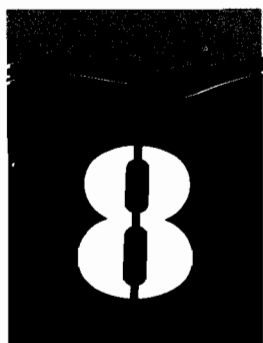
Apesar das dificuldades políticas, muitos governos têm dado mostras de engenhosidade na implementação de reformas controvertidas. Por exemplo, os governos de Bolívia, Coréia, Gana e México trataram de conscientizar o público quanto aos custos da inação e explicar o raciocínio em que se baseavam as reformas pretendidas. A diplomacia internacional pode emprestar credibilidade à causa. Acordos com a CEE ajudaram Espanha, Grécia, Israel e Portugal a adotarem reformas comerciais nos anos 60; a adesão ao GATT ajudou o México em 1986. Alguns governos negociaram pactos sociais para distribuir equitativamente o ônus do ajustamento entre o operariado e as firmas: foi o que fizeram o México nos anos 80 e Israel em 1986. No Chile, em começos da década de 80, e em Sri Lanka, em meados dessa década, o êxito da liberalização do comércio exterior fez mudar gradualmente a atitude da associação das indústrias, que deixou de defender a substituição de importações para promover as exportações. Os governos empenhados em resolver os problemas da sociedade em seus países perderam força em virtude dessa determinação.

Naturalmente, a persuasão tem seus limites. Muitas vezes, para que a reforma se concretize, parece ser necessária uma grande crise econômica ou política. Os exemplos vão desde o Japão no período Meiji até Argentina, Gana, Peru e Polônia nos dias atuais. Outras vezes, mesmo sob ameaça de colapso econômico, a reforma é bloqueada pelas principais bases de apoio do governo. Em tais

casos, os credores estrangeiros e as agências externas de ajuda vêem-se diante de um fato extremamente desagradável: embora o país precise de recursos externos, ajudá-lo pode fazer mais mal do que bem, por contribuir para manter no poder uma administração anti-reformista.

Em países que não foram paralisados pelas forças políticas e nos quais a reforma pode ir adiante, a tarefa das agências externas de ajuda e financiamento é promovê-la. Podem fazê-lo evitando dar apoio a atividades improdutivas ou a novos projetos que seriam implementados em condições gravemente distorcidas. Em muitos países, as agências externas devem ajudar a reforçar as instituições públicas, sem as quais a assistência ao desenvolvimento tende a ser inútil. A reforma às vezes impõe altos custos aos que são menos capazes de suportá-los: os pobres. Salvaguardas bem projetadas (como os fundos de emergência para o ajustamento adotados por Bolívia e Gana nos anos 80) podem ajudar os mais vulneráveis e, ao fazê-lo, ampliar as bases de apoio à reforma.

A reforma continuará sendo uma enorme tarefa, exigindo coragem política e visão econômica. Combinar os muitos elementos diferentes descritos neste capítulo e em outros é, por si, muito difícil. O conjunto apropriado de fatores variará de um país a outro, segundo as circunstâncias. E mesmo quando a reforma é bem projetada, os governos certamente encontrarão dificuldades imprevistas, algumas das quais inteiramente fora do seu controle. O desenvolvimento é realmente um desafio — mas, como a História o demonstra, um desafio que pode ser enfrentado.



## *Prioridades de ação*

Nos últimos 40 anos, muitos países do mundo em desenvolvimento registraram progresso econômico extraordinariamente rápido — tão rápido que alguns deles estão a ponto de se “promoverem” a países industrializados de alta renda. E, embora na maioria das outras nações em desenvolvimento o progresso tenha sido menos veloz, ainda assim elas se saíram bem em comparação com as nações industrializadas em estágio semelhante de evolução: seus padrões de vida são hoje muito melhores. Infelizmente, porém, em algumas delas, especialmente na África subsaariana, o desenvolvimento vem sendo lento demais para se fazer notar na vida da população — para a qual um melhor desempenho econômico é hoje muito mais do que desejável: é literalmente uma questão de vida ou morte.

Essa grande variedade de experiências nos ensinou muito, mas não tudo, acerca do que produz resultados no desenvolvimento e do que não os produz. O desenvolvimento se nos depara como um processo frágil e multidimensional. Depende de complexas interações de políticas, instituições e clima econômico mundial. Não existem atalhos: nem a modernização forçada da indústria nem um maciço influxo de recursos externos produziram os ganhos que se esperava há uma geração. Mas um progresso constante — até mesmo excepcional — ocorreu através de medidas destinadas a promover mercados competitivos, iniciativa privada e investimento em capital físico e humano.

É verdade que muitos países ainda enfrentam enormes obstáculos — condições naturais adversas, infra-estrutura inadequada, pouca capacidade administrativa, antigos interesses especiais e

recursos financeiros insuficientes. No entanto, a experiência vem permitindo que a reforma da política econômica se torne a arte do possível: reformas abrangentes favoráveis ao mercado têm alcançado êxito sob as mais diversas condições econômicas e políticas.

A marcha do desenvolvimento nos anos 90 dependerá da ação conjunta da comunidade mundial — países industrializados e em desenvolvimento e agências externas de financiamento. A tarefa comum será estabelecer um clima econômico mundial que promova o intercâmbio de mercadorias, conhecimentos e capital. É da particular responsabilidade dos países industrializados e das agências de financiamento:

- Defender e ampliar a ordem liberal do comércio internacional estabelecida a partir de 1945
- Facilitar o fluxo de capital entre países
- Adotar políticas econômicas internas que promovam a poupança mundial e um crescimento constante e não-inflacionário
- Apoiar a transferência de tecnologia
- Proteger o meio ambiente e conservar energia.

Desincumbindo-se dessas responsabilidades, os países industrializados estarão atendendo aos seus próprios interesses. Ao mesmo tempo, estarão assentando as bases de um progresso mais rápido no mundo em desenvolvimento.

Contudo, por mais importante que seja a atuação dos países industrializados, o futuro dos países em desenvolvimento depende muito deles próprios. Mesmo que os países industrializados deixem de cumprir com a sua parte, os países em



desenvolvimento podem fazer muito para progredirem rapidamente. Seria para eles um erro trágico usar os pontos fracos da política econômica dos países industrializados como razão para retardar reformas econômicas essenciais. A estratégia correta para os países em desenvolvimento, quer as condições externas sejam propícias ou não, é:

- Investir na população, inclusive em educação, saúde e controle populacional
- Ajudar os mercados internos a funcionarem adequadamente, promovendo a concorrência e investindo em infra-estrutura
- Liberalizar o comércio e o investimento estrangeiro
- Evitar déficits fiscais excessivos e inflação elevada.

Há uma interação desses elementos da estratégia do desenvolvimento (Figura 4 da Visão Geral). Investir na população estimula a produtividade, especialmente em uma economia que já possui mercados internos não-distorcidos; ao mesmo tempo, a eficiência dos mercados internos faz aumentar o retorno produzido pela educação e, portanto, torna mais fácil expandir o investimento em educação. Uma macroeconomia estável torna mais fácil suportar os choques externos causados periodicamente pela vinculação com a economia mundial; inversamente, os vínculos com o mundo exterior proporcionam acesso ao capital estrangeiro, o que torna mais fácil manter a estabilidade macroeconômica interna em face de choques internos.

Talvez a interação mais proveitosa seja aquela de mercados internos eficientes com a economia mundial. Um mercado eficiente atrai o investimento estrangeiro, e isso faz aumentar a produtividade. Ao mesmo tempo, vínculos comerciais com o mundo exterior permitem ao país beneficiar-se de sua vantagem comparativa internacional — o que ajuda a economia interna a usar com maior eficiência os seus próprios recursos.

Em muitos casos, haverá conflitos e complementaridades entre as medidas tomadas pelo governo. Não é necessário que os investimentos em educação façam crescer os gastos públicos de modo a ameaçar a estabilidade macroeconômica. Em alguns países, existe conflito semelhante entre a liberalização do comércio exterior e uma prudente política macroeconômica; a redução de tarifas, a não ser que seja compensada por mobilização adicional de recursos, pode afetar a receita do governo e aumentar o déficit público.

Implementar uma estratégia de desenvolvimento que favoreça as forças de mercado, enquanto se resolvem esses conflitos, exige, em muitos países, uma reconsideração do papel do Estado. Muitos governos não possuem a capacidade administrativa para fazer tudo o que gostariam de fazer. No entanto, a intervenção cuidadosa é, às vezes, essencial para que o desenvolvimento ocorra. Para que o governo faça mais em certas áreas (especialmente oferecendo educação e infra-estrutura melhores), é preciso que faça menos em outras (especialmente microadministrando o comércio e a indústria). Limitações administrativas à parte, esse realinhamento seria altamente desejável em qualquer caso. Os recursos para aumentar os gastos públicos onde eles são essenciais podem ser encontrados cortando-se os gastos onde eles são desperdiçados.

As despesas militares constituem preocupação para todos os países, ricos e pobres. Será possível dar continuidade à redução dos gastos com a defesa, observada recentemente nos países em desenvolvimento? O vácuo atualmente existente nos acordos de segurança e as repercussões do conflito na região do golfo tornam muito difícil responder a essa pergunta. Talvez muito pouco seja necessário para mudar a dinâmica das relações regionais na direção de uma nova corrida armamentista ou da contenção mútua. Um importante fator que poderá complicar a situação é que os produtores de armamentos procurarão ativamente fazer negócios com os países em desenvolvimento, à medida que os seus mercados nos países da OCDE e do Bloco Oriental se tornem menos lucrativos. Convém que os países em desenvolvimento e as agências externas de ajuda e financiamento façam pender os incentivos na direção oposta, desestimulando a produção de armamentos e promovendo a não-proliferação.

As dimensões sociais e políticas do desenvolvimento — o alívio da pobreza, a justiça social, as liberdades políticas e individuais, a participação popular e a descentralização — vêm recebendo atenção crescente da comunidade em desenvolvimento. Duas novas publicações examinam as implicações de uma estratégia de desenvolvimento socialmente responsável, tanto para os países industrializados como para os países em desenvolvimento (UNDP, 1990; World Bank, 1990b). Para a comunidade mundial, restam novos desafios: agir à base dos resultados desses estudos e de trabalhos semelhantes e medir certos desempenhos, como a disparidade entre o que se gasta com

educação e saúde e o que se gasta com armamentos. Da mesma forma, será preciso elaborar e implementar estratégias que acelerem o desenvolvimento em favor das classes e comunidades menos privilegiadas — novamente, não só em muitos países industrializados, mas também no mundo em desenvolvimento.

O desenvolvimento é realmente um tremendo desafio. Das tarefas que hoje se antepõem à raça humana, nenhuma é mais importante. Contudo, o que se aprendeu até agora é bastante para justificar certa confiança no futuro. A estratégia apresentada neste Relatório tem por base essa experiência. As medidas sugeridas não são um conselho de perfeição. Como muitos países já demonstraram, constituem um programa exequível.

### Tarefas para a ação mundial

Este relatório salientou que, em condições internacionais favoráveis, o rápido desenvolvimento econômico se torna ainda mais possível. Os países industrializados, onde vive apenas um quinto da população do mundo, respondem por mais de quatro quintos da produção mundial, por mais de quatro quintos do comércio mundial e pela quase totalidade das exportações de capital e tecnologia. O efeito por eles produzido sobre o desenvolvimento aumenta à medida que um número maior de nações em desenvolvimento se volta para o mundo exterior. As perspectivas de crescimento econômico global e desenvolvimento rápido serão fortemente influenciadas pelo desempenho dos países industrializados.

### Comércio mundial

O sistema de comércio mundial enfrenta sua maior prova em mais de 40 anos. As negociações comerciais mundiais devem ser revitalizadas; e o protecionismo, que cresceu nos últimos anos, deve ser reduzido. Barreiras quantitativas e subsídios a indústrias que fazem uso intensivo de mão-de-obra são especialmente nocivos ao desenvolvimento: estudos sugerem que o aumento da receita de exportação decorrente da abolição dessas restrições ultrapassaria o valor dos fluxos médios anuais de ajuda dos países da OCDE. Se os países da OCDE liberalizassem o comércio, as exportações de confecções e têxteis dos países em desenvolvimento aproximadamente dobrariam. Se o protecionismo da OCDE à agricultura se reduzisse em 50%, as receitas de exportação dos países em desenvolvimento poderiam crescer 2-40%. Caso deixasse de

haver, nos países industrializados, a estrutura protecionista que discrimina *commodities* processadas, os exportadores de *commodities* ganhariam. A reforma das políticas comerciais da OCDE teria efeito muito positivo no crescimento e no emprego dos países em desenvolvimento. Isso redirecionaria certo volume de investimento estrangeiro para os países em desenvolvimento, à medida que os investidores perdessem mercados internos protegidos nos países industrializados.

O impasse das negociações sobre o comércio mundial — aliado a crescentes vínculos regionais entre as economias do mundo — pode levar a novos sistemas de comércio regional tendo por base a Europa, o Japão e os EUA. Se esses blocos entrarem em conflito, a economia mundial terá muito a perder. Ao mesmo tempo, talvez seja mais fácil liberalizar o comércio regionalmente do que em termos mundiais, e os acordos regionais podem emprestar novo ímpeto à liberalização no mundo inteiro. Para que sejam construtivos, os acordos regionais devem ser compatíveis com o GATT e projetados de modo a criar novas oportunidades comerciais (através de barreiras internas e externas baixas), sem prejudicar o comércio de parceiros fora da região (através de grandes diferenças entre barreiras internas e externas).

### Fluxos de capital e financiamento

A despeito de sinais animadores, o problema da dívida externa continua a talar o futuro dos países muito endividados. Reduzindo a dívida comercial e o respectivo serviço, o Plano Brady constituiu importante ponto de partida, mas até agora produziu resultados somente em um punhado de países de renda média, nos quais as perspectivas econômicas são relativamente boas. O alívio da dívida tem sido modesto — em média, muito menor que o desconto aplicado à dívida pelo mercado secundário na época em que as negociações começaram. O plano de Toronto, de reduzir a dívida oficial bilateral, foi outro avanço notável. Mas, ainda que os termos de Toronto fossem aplicados a toda a dívida oficial dos países de baixa renda muito endividados (com exceção da Nigéria), o restante do serviço da dívida a ser pago seria mais que o dobro do serviço da dívida realmente pago em 1990. Portanto, essas e outras iniciativas de redução da dívida terão de ser reforçadas e complementadas na próxima década. Além disso, a dívida não-oficial dos países de baixa renda ainda continua pendente de solução.

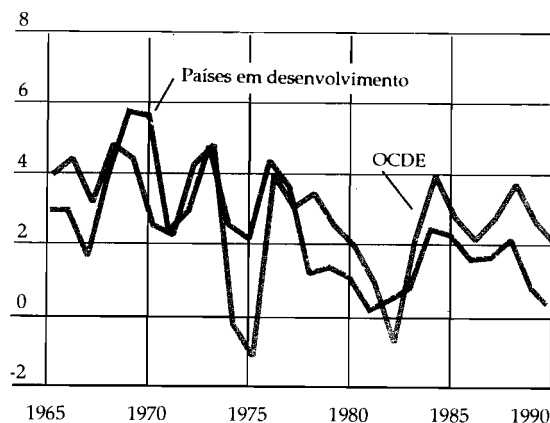
Os acordos concluídos até agora fizeram aumentar a exposição à dívida do FMI e do Banco Mundial em relação aos bancos comerciais. Dado o impacto da crise da dívida sobre o volume de empréstimos concedidos pelo setor privado ao mundo em desenvolvimento, é muito provável que as doações e empréstimos bilaterais e multilaterais contribuam com mais da metade de todos os fluxos de recursos para os países em desenvolvimento nos anos 90. Portanto, é crucial que esses fluxos de recursos sejam adequados. A qualidade dos mesmos poderia ser melhorada através de maior coordenação entre agências de ajuda e financiamento; apoio mais eficaz a políticas voltadas para o mercado (maior apoio a um número menor de reformas mais ambiciosas); ênfase mais forte no apoio a iniciativas do setor privado; maior atenção à política ambiental; e dispositivos que protejam os fluxos geradores de dívida contra a volatilidade de preços e de taxa de juros. Quando os fundos são canalizados para financiar importações (sejam insumos ou apoio generalizado ao balanço de pagamentos) haverá necessidade de fungibilidade. Vincular fundos de ajuda a importações de determinados países reduz muito o valor da ajuda; vinculá-los a determinados beneficiários impede o funcionamento das forças do mercado interno.

#### *Políticas econômicas*

Tanto os países industrializados quanto os países em desenvolvimento têm a ganhar com a existência de amplo estoque de poupança mundial, crescimento econômico constante nos países da OCDE, sólidos mercados financeiros, e preços, taxas cambiais e taxas de juros imunes a choques induzidos pela política econômica. Medidas tomadas por países industrializados, no sentido de aumentar a poupança privada e pública, podem proporcionar o capital para novas oportunidades de investimento em todo o mundo — por exemplo, no Leste europeu, na URSS e na reconstrução das economias do Oriente Médio. Medidas que promovam o crescimento constante nos países da OCDE serão úteis às perspectivas de exportação e crescimento dos países em desenvolvimento. Como indica a Figura 8.1, há uma correlação bastante grande entre as taxas de crescimento dos países industrializados e em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a expansão monetária disciplinada e uma firme regulamentação prudencial dos mercados de capital podem, por sua vez, reduzir a volatilidade dos preços, das taxas de câmbio e das taxas de juros — todas

**Figura 8.1 Variação anual do PIB *per capita* em países da OCDE e em países em desenvolvimento, 1965-90**

(%)



Fonte: Dados do Banco Mundial.

elas importantes para os fluxos de comércio e de capital internacional e, portanto, para as perspectivas dos países em desenvolvimento.

#### *Tecnologia*

O preço da tecnologia importada tenderá a subir para a maioria dos países em desenvolvimento, à medida que os países industrializados procurem auferir um retorno maior sobre inovações em campos importantes, como informática, biotecnologia e novas tecnologias de materiais. Dado um maior cumprimento das leis de patentes, aumentará o uso de acordos de licenciamento. Contudo, uma difusão tecnológica mais rápida pode ocorrer através de ação internacional. Os passos críticos incluem: acordos multilaterais sobre direitos de propriedade intelectual através do GATT e da Organização Mundial de Propriedade Intelectual; acordos internacionais que assegurem aos países em desenvolvimento acesso a licenças de inovações estrangeiras; e limitação de cláusulas de licenciamento restritivas que proíbam ou restrinjam exportações. Encorajar firmas nos países industrializados a formar alianças com produtores nos países em desenvolvimento pode propiciar o acesso a tecnologias em uso e promover novos produtos e materiais que sejam adaptáveis em todo o mundo.

A administração do meio ambiente mundial exige firme liderança, tanto em países industrializados quanto em desenvolvimento. Os problemas não têm precedentes na História: envolvem grande incerteza, riscos de catástrofe futura e grandes efeitos distributivos, dentro e entre países. Um consenso internacional terá de ser formado e mantido sobre questões extremamente controversas, inclusive a proteção da camada de ozônio e o potencial aquecimento do planeta. Devem todos os países participar em igual medida do ônus de proteger o meio ambiente? Ou é concebível que os países em desenvolvimento arquem com uma parcela menor dos custos atuais, uma vez que contribuíram menos para o acúmulo da poluição no mundo? As tensões internacionais poderiam também aumentar em consequência de efeitos ambientais, como no caso de rios compartilhados por vários países (o Nilo, por exemplo, é essencial ao Egito, à Etiópia e ao Sudão).

A principal prioridade em todo o mundo é estabelecer incentivos, regulamentos e salvaguardas que levem a uma boa alocação de recursos para a preservação do meio ambiente e conservação de energia. A degradação de rios no Leste europeu e o desmatamento na África são exemplos dos perigos da má política (ou da ausência de política) ambiental. Em muitos casos, um primeiro passo será eliminar subsídios para atividades que prejudiquem o meio ambiente, inclusive a colonização de florestas, onde os solos são pobres, e o uso excessivo de pesticidas e fertilizantes na agricultura. Eliminar essas distorções fará aumentar a eficiência econômica (mesmo como convencionalmente medida), ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente. Se a poluição for taxada e regulamentada, a preocupação com a preservação do meio ambiente e conservação de energia passará a fazer parte do processo decisório público e privado. É também importante estabelecer direitos claros de propriedade: a preservação dos recursos é do interesse dos proprietários. Em certos casos, direitos de propriedade podem ser concedidos ao Estado, juntamente com a responsabilidade pelo uso de recursos ambientais, como no caso das reservas extrativas da Amazônia.

A comunidade global vem reconhecendo que o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente não precisam ser mutuamente incompatíveis: muitas medidas de proteção ao meio ambiente produzem altos retornos e justificam medidas bem mais rígidas que as que vigoram

atualmente. Iniciativas internacionais destinadas a favorecer empréstimos que protejam os bens comuns do planeta — tais como o novo Programa Ambiental Global do Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente — serão importantes para a formação de um consenso internacional. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1992* terá como tema o meio ambiente.

### **Medidas específicas que produziram resultados**

Muitos dos problemas enfrentados pelos países nos anos 90 já foram resolvidos em alguma parte, de alguma forma, nos últimos 40 anos. A experiência passada pode apontar soluções que tendem a ter êxito no futuro. A estratégia recomendada nestas páginas é prática, baseada tão firmemente na experiência quanto em princípios econômicos. Talvez as reformas sejam difíceis de projetar e implementar (Box 8.1), mas funcionaram em países com diferentes contextos. Para demonstrar que as lições podem compor um programa exequível, este Relatório conclui com exemplos específicos de reformas favoráveis ao mercado que produziram resultados e de oportunidades para fazer com que a reforma volte a produzir resultados no futuro.

#### *Investindo em pessoas*

Poucas medidas promovem tão fortemente o desenvolvimento quanto investir com eficácia em recursos humanos. Estima-se que 80% da população mundial vivam em países em desenvolvimento — e a proporção vem aumentando. São questões vitais em muitos desses países uma oferta maior de educação primária, o alívio da pobreza e o controle do aumento populacional mediante mais instrução, atendimento médico e planejamento familiar. Há possibilidades de melhorar a instrução primária em Bangladesh, reduzir a pobreza na Bolívia por meio de ação local e combater a pobreza, no Sahel e em outras regiões, recorrendo a políticas populacionais.

*Ampliando e melhorando o ensino primário. Bangladesh tem poucos recursos além de sua população — tal como o Japão há 100 anos. Contudo, mais de dois terços dos adultos são analfabetos, em decorrência de uma taxa historicamente baixa de escolarização. A taxa de matrículas em escolas primárias é atualmente apenas 59% (49% no caso de mulheres) e a qualidade do ensino é inadequada. Os professores são geralmente*

mal treinados e mal supervisionados; gastam relativamente poucas horas com os alunos, e o material didático de que dispõem é insuficiente. Somente 25% das crianças que iniciam o curso primário chegam a completá-lo. Recentemente, Bangladesh desenvolveu um abrangente programa de reforma: passará a oferecer novas esco-

las de construção barata, um currículo inovativo para alunos que não vão além do curso primário e novas instituições para treinamento de professores. Haverá maior número de professoras e todos os professores terão maior autonomia. O programa receberá considerável apoio externo, mas exigirá também grandes gas-

### Box 8.1 Sete lições de reforma para autoridades em geral

Os êxitos mostram o que é positivo e os fracassos mostram o que é negativo. As especificidades dos programas de reforma podem diferir de acordo com regiões e estágios de desenvolvimento. Mas há sete ciladas a serem evitadas — ou, no tocante a operações, sete lições que podem intensificar os esforços e levar a melhores resultados.

- *A falta de propriedade prejudica o programa.* Programas instituídos basicamente por disporem de financiamento externo, e não por convicção quanto a suas vantagens, muitas vezes foram abandonados por falta de empenho governamental em levá-los adiante. Para que um país considere como seu determinado programa, é preciso que os cidadãos do país participem de sua elaboração e implementação. É vital que se consiga consenso interno.

- *As oscilações da reforma prejudicam a credibilidade.* É importante haver flexibilidade na formulação das políticas. Mas se essas políticas forem alteradas sem razões objetivas — como acontece, por exemplo, quando logo após uma reforma tarifária as importações são sobretaxadas — a atitude do setor privado é esperar para ver. Ao invés de reagirem com energia a uma nova reforma, os agentes do setor privado agem de modo tentativo, ou nem agem. A flexibilidade é importante, mas providências ousadas e aparentemente irreversíveis por parte do governo geram confiança e são muito necessárias em países onde várias políticas já tenham fracassado.

- *Não se deve encobrir as demandas institucionais.* Certos países não conseguiram manter determinadas mudanças ambiciosas por carecerem de pessoal habilitado e de instituições adequadas — um judiciário independente, direitos de propriedade bem definidos e respeitados, e um banco central forte. A reforma é um processo complexo de tarefas interligadas e são necessários mecanismos de coordenação ministerial para levá-la a cabo. É preciso enfatizar desde o início a criação de capacidade institucional, porque criar instituições é algo que leva tempo e não produz resultados imediatos. Até isso acontecer, é bom agir de modo a economizar os recursos profissionais escassos — liberalizando os mercados internos e a comercialização agrícola e suspendendo restrições quantitativas, por exemplo.

- *É fundamental atentar para a instabilidade macroeconômica.* Desequilíbrios fiscais constantes podem pôr a reforma a perder. Programas de liberalização comercial e financeira já fracassaram devido a grave instabilidade macroeconômica. Em contextos de inflação alta, é impres-

cindível a redução drástica do déficit fiscal. Há várias reformas estruturais capazes de ajudar: liberalização da comercialização agrícola, substituição de restrições quantitativas por tarifas, privatização de empresas estatais que dão prejuízo e aperfeiçoamento da administração fiscal.

- *Não se deve esquecer os grupos humanos vulneráveis.* Geralmente os custos sociais da inação são muito maiores que os do ajuste. Mas é preciso atenuar os efeitos do ajuste sobre os grupos que poderiam sofrer mais. Cortes de gastos públicos podem prejudicar grupos vulneráveis. Se as reformas propiciam a elevação dos preços agrícolas, os pequenos agricultores são favorecidos, mas muitas vezes os camponeses sem-terra e os pobres das cidades ficam prejudicados. Por isso são necessários programas especiais de assistência aos pobres durante a reforma. Também costuma ser necessário dar atenção a grupos politicamente poderosos, a fim de manter as mudanças. E não raro se fazem necessários programas que ofereçam compensações e novos treinamentos a funcionários públicos demitidos, quando há cortes no setor público.

- *Tentativas parciais costumam falhar.* Esforços parciais têm sido ineficazes. Se após a liberalização externa não houver liberalização interna, a reação do investimento e da produção será lenta. E se após a liberalização interna não houver reforma comercial, o investimento não será feito nos setores certos. Caso a redução das tarifas não se faça acompanhar pela ampliação da base tributária interna e por uma redução de isenções e subsídios fiscais, haverá desequilíbrios fiscais e a liberalização do comércio exterior ficará ameaçada. Logo, há vantagens em empreender simultaneamente ações complementares.

- *Vale a pena ser realista.* As autoridades e as agências externas devem ser realistas ao prepararem o plano de financiamento das reformas. Em muitos países, talvez também seja preciso transferir recursos de áreas menos prioritárias para outras de maior prioridade — redirecionando, por exemplo, certos gastos militares para infraestrutura e programas sociais. O mesmo realismo vale para as expectativas quanto ao que a reforma de fato conseguirá. Não convém prometer demais para um prazo muito curto; mas convém deixar bem clara a importância da reforma — e comparar o resultado da reforma com o resultado que se teria sem ela. Se houver expectativas realistas quanto aos benefícios e custos das mudanças, será mais provável que o programa se sustente.

tos do governo. Por causa do recente furacão, é preciso alocar muitos recursos para socorro e reconstrução, mas continuam sendo vitais investimentos de longo prazo na educação primária. Até o momento, Bangladesh vinha gastando somente 1,7% do PNB em educação (em comparação com 3% para o quartil mais pobre dos países em desenvolvimento como grupo); além disso, grande parte das verbas ia para o ensino secundário e universitário.

**Aliviando a pobreza através de medidas locais.** A fim de proteger a população pobre durante a recuperação econômica de meados da década de 80, o governo da Bolívia criou um fundo social de emergência para financiar pequenos projetos, tecnicamente simples, formulados e implementados por uma variedade de organizações públicas, privadas e voluntárias. Um novo fundo de investimento social, também em resposta a solicitações locais, ampliará a cobertura dos serviços de saúde, educação e saneamento para as mais pobres comunidades bolivianas. As ONG e autoridades locais desenvolverão e implementarão projetos mediante concorrência. Em La Paz, por exemplo, centros de saúde e instalações de água e esgotos estão sendo planejados em bairros de migrantes rurais. Em áreas de grande pobreza, sem acesso a serviços de saúde e educação, organizações tradicionais serão estimuladas a expandir sua atividades na comunidade carente. Para minimizar os custos e assegurar a manutenção dos projetos, os critérios de avaliação serão rigorosos, incluindo análise econômica e recuperação de custos operacionais, quando aplicável. Esses programas comunitários podem atender às atuais necessidades da população pobre e estimular a criação do tipo de instituições que leva à redução permanente da pobreza.

**Combatendo a pobreza com medidas populacionais.** No Sahel, os recursos são extremamente escassos e dispersos. Mesmo com muita ajuda, o que existe é insuficiente para um padrão de vida adequado — e pouco demais para financiar investimentos humanos e físicos. No entanto, a taxa de fecundidade é uma das mais altas do mundo, e a taxa de aumento da população vem crescendo (2,2% ao ano na década de 60, 2,9% em 1987). Os investimentos em recursos humanos são, portanto, inadequados: a taxa de matrículas em escolas primárias é metade da que prevalece em países médios de baixa renda. Paralelamente a agências de desenvolvimento, os governos do Sahel precisam agir decisivamente para reduzir o aumento populacional. Há grande margem para progresso: a proporção de mulheres que usam contraceptivos é extremamente baixa em comparação com países africanos como Botsuana e Zimbábue. É provável que haja disponibilidade de

assistência por parte de agências externas para programas de controle populacional.

#### *Promovendo o funcionamento dos mercados*

A fim de promover a eficiência na economia interna, os governos precisam reforçar os sinais de preços, liberalizar mercados, investir mais na infraestrutura e melhorar instituições essenciais. Entre as oportunidades recentes estão a oferta de infraestrutura na Nigéria, desenvolvimento de mercados industriais na Índia, revitalização dos mercados financeiros em Gana e criação de uma nova estrutura jurídica na Hungria.

**Oferecendo infraestrutura.** O crescimento econômico da Nigéria tem sido prejudicado por uma infraestrutura mal projetada e mantida. As firmas têm sido forçadas a prover sua própria infraestrutura, substituir fatores improdutivos e reduzir a produção. Os serviços de telecomunicação são inaceitavelmente deficientes, com uma linha telefônica para cada 500 habitantes (50% da média para a África subsaariana); as firmas dependem de mensageiros e rádios particulares para a comunicação básica. Muitas das deficiências da infraestrutura resultam do rápido aumento populacional nos centros urbanos e de políticas de preço inadequadas. Em Lagos, onde a população aumentou em mais de 3 milhões nas últimas duas décadas, a água era fornecida gratuitamente; o financiamento inadequado do governo impediu a expansão do serviço. As prioridades nacionais incluem melhorar a infraestrutura física e de comunicações, bem como o planejamento financeiro e a administração de projetos de infraestrutura. A Nigéria está lançando um projeto a longo prazo para descentralizar os serviços infra-estruturais e mobilizar o setor privado. Bancos comerciais selecionados já estão trabalhando junto ao Estado e aos governos locais para reavaliar, cofinanciar e supervisionar o desenvolvimento da infraestrutura urbana. Isso incluirá a recuperação e manutenção de estradas, abastecimento de água, eliminação de detritos sólidos e serviços de saneamento. A rede nacional de telecomunicações está sendo comercializada. Os investimentos visarão a aumentar a taxa de utilização das instalações e expandi-las em áreas de grande procura. Essas reformas promoverão a expansão da produção em toda a economia nigeriana.

**Melhorando os mercados industriais.** A indústria da Índia nunca chegou a realizar o seu potencial. A manufatura responde por uma parcela menor do PIB do que em países comparáveis. A culpa cabe a uma política comercial altamente protecionista e ao excesso de regulamentação. Durante meados da década de 80, em muitos subsetores, era necessária uma licença industrial para instalar uma nova fábrica, expandir a produção



em mais de 5% em um ano ou 25% em cinco anos, fabricar um novo produto ou mudar de localização. As fábricas permanecem antieconomicamente pequenas, os produtos não satisfazem à procura, o progresso técnico é lento e a capacidade é subutilizada. Recente experiência com liberalização parcial — inclusive a atenuação de restrições contra o ingresso de novas firmas e expansão da capacidade, e diversificação de tecnologias estrangeiras — tem produzido resultados positivos. O excesso de regulamentação permanece: inclui barreiras contra o ajustamento e saída de firmas, e normas trabalhistas que protegem uma minoria de trabalhadores privilegiados. A liberalização do comércio exterior complementaria a desregulamentação, reduzindo a estrutura global de custos e pondo termo aos lucros excessivos de setores monopolizados. Não será fácil atingir esses objetivos, uma vez que o governo terá de vencer a oposição de empresas protegidas e da burocracia normativa. Mas os sucessos passados indicam que uma maior liberalização pode atrair razoável apoio do público.

**Revitalizando os mercados financeiros.** Gana precisa de revigorar o seu setor financeiro. O notável Programa de Recuperação Econômica de 1983 estabilizou a economia do país e eliminou muitas distorções estruturais. Mas o investimento privado é ainda apenas 6% do PIB. O crédito tem constituído importante obstáculo. Até 1989, o sistema bancário, administrado pelo Estado, funcionou sob rígidos limites de crédito por motivos de estabilidade macroeconômica. Sessenta por cento do patrimônio do sistema eram constituídos por empréstimos inadimplentes, resultantes da crise de meados da década de 80; esse "crédito" não pode ser transferido para projetos rentáveis. O mau desempenho tornou os banqueiros excessivamente avessos a riscos e incentivou grandes transferências de poupança para fora do sistema bancário. A revitalização das instituições e dos mercados financeiros poderia contribuir em muito para oferecer capital para o investimento privado, o que seria viável se o controle monetário passasse a adotar métodos indiretos e os balanços dos bancos fossem liberados. Permitir novos tipos de instrumentos e intermediários financeiros promoveria o crescimento de mercados financeiros competitivos, estimulando banqueiros e produtores a tirarem proveito da recuperação econômica.

**Criando uma nova estrutura jurídica.** A Hungria é, no Leste europeu, o país com maior experiência de mercados e propriedade privada. Contudo, o seu sistema jurídico tem muitas lacunas. A maioria das leis básicas é recente: uma lei comercial (1989) regulamenta a formação de companhias limitadas; uma lei de transformação (emendada em 1990) determina como as em-

presas estatais devem ser transformadas em sociedades anônimas; e uma lei de valores mobiliários (1990) regula a emissão de títulos. A Hungria não possui leis que determinem os direitos sobre imóveis, nem há incentivos nas leis atuais para colocar uma firma sob falência. As práticas contábeis diferem das do Ocidente (a produção e os insumos do país não são avaliados a níveis de mercado, o que torna quase impossível estimar o patrimônio das empresas). Uma nova lei de 1991 exigirá normas contábeis internacionais. Um banco central autônomo está sendo criado. A Hungria terá de adquirir experiência com essas novas instituições. Recentemente, por exemplo, uma importante oferta pública de ações teve de ser interrompida porque não havia dispositivos claros para a distribuição das ações quando a subscrição ultrapassou o número oferecido. Para estabelecer confiança, a bolsa de valores precisa ter certa tradição e o sistema jurídico precisa de jurisprudência. Tudo isso leva tempo; a Hungria terá de treinar milhares de contadores, pessoal bancário e fiscais de bancos, advogados, banqueiros de investimentos e outras aptidões correlatas.

#### *Abertura ao comércio e à tecnologia*

A experiência demonstra que políticas de abertura são cruciais para o rápido crescimento. São igualmente importantes os esforços nacionais para aumentar a produtividade agrícola e as exportações de manufaturados. Manter a competitividade é tão importante no caso das exportações de commodities quanto de manufaturados. Reformas institucionais podem também fortalecer os vínculos com a economia global. Entre as recentes oportunidades estão a liberalização do comércio exterior no Paquistão e a criação de instituições para o desenvolvimento tecnológico na Tailândia.

**Liberalizando o comércio.** No Paquistão, a reforma do comércio exterior pode contribuir para revigorar a indústria e eliminar um antigo obstáculo ao crescimento: a escassez de divisas provocada por persistente discriminação contra as exportações. Até recentemente, as importações eram limitadas por quotas; as exportações, pelo licenciamento da produção de determinadas mercadorias e firmas específicas. Assim, as exportações do Paquistão consistem ainda, em grande parte, em produtos primários (algodão e arroz), de preços voláteis e perspectivas de crescimento incertas. Há urgente necessidade de reformas comerciais para tornar atraente a exportação em relação à substituição de importações. O Paquistão está atualmente introduzindo essas reformas. Como parte da primeira fase de seu programa, o protecionismo vem substituindo barreiras não-tarifárias por tarifas. Uma vez que muitas taxas nominais de



proteção permanecerão acima dos 100% e a estrutura tarifária permanecerá altamente dispersa, uma sequência de reduções de tarifas será necessária para diminuir o protecionismo e tornar mais neutro o nível geral da proteção. Uma vez que os impostos de exportação constituem grande parte da receita fiscal total, haverá necessidade também de reformas fiscais internas. Uma política realista de taxa cambial, aliada à disciplina fiscal e monetária, será também necessária para completar a transição do Paquistão para uma estratégia voltada para o exterior.

**Criando instituições para o desenvolvimento tecnológico.** Para países como a Tailândia, que estabeleceram vínculos globais em vasta gama de produtos manufaturados, a próxima tarefa é fortalecer os vínculos tecnológicos: desenvolver instituições que promovam a absorção, adaptação e difusão de tecnologia. Grande parte do comércio de tecnologia da Tailândia é atualmente conduzido por subsidiárias de firmas estrangeiras; a capacidade do país de absorver e gerar tecnologia ainda está aquém da sua posição comercial competitiva. Os influxos de tecnologia poderiam ser estimulados, reduzindo-se os impostos sobre bens de capital importados. A difusão da tecnologia poderia ser estimulada eliminando-se a discriminação da política fiscal contra a subcontratação. Externalidades na absorção e difusão de tecnologia, especialmente na agricultura, também justificam investimentos públicos na capacidade tecnológica do país. As instituições governamentais e os fornecedores privados que oferecem extensão industrial (em aquisição, avaliações, negociação e projeto de tecnologias) devem ser fortalecidos, e a pesquisa pública (em universidades e outros institutos) deve ser redirecionada no sentido das necessidades comerciais. Sistemas coerentes de padrões, testes e certificação também precisam ser desenvolvidos. Finalmente há fortes motivos para investir em capital humano, especialmente no treinamento científico e tecnológico, ensino secundário e intercâmbio internacional nas áreas técnicas e científicas.

#### *Promovendo a estabilidade macroeconômica*

Uma inflação baixa e estável, que só pode resultar de disciplina financeira no setor público, é a melhor base da reforma microeconômica bem-sucedida. Permite que os preços cumpram o seu papel como sinais para a alocação de recursos, e fortalece os incentivos de poupar e investir. México e Indonésia são exemplos de estabilização.

**A estabilização como prelúdio do crescimento: Indonésia.** Em 1967, o governo Suharto da Indonésia herdou uma economia instável, excessivamente nacionalizada e altamente regulamentada. Gradualmente, o

governo racionalizou a administração econômica ao longo dos 15 anos seguintes, mas o forte crescimento econômico decorreu principalmente do aumento da receita do petróleo. A partir de 1983, estimulada pela queda dos preços do petróleo, a Indonésia implementou ambiciosas medidas de ajustamento e reformas econômicas.

As reformas macroeconômicas de 1983 concentraram-se na desvalorização, redução do programa de investimentos do governo, reformas fiscais e liberalização das taxas de juros. Houve uma segunda desvalorização em 1986 e novo e flexível programa de administração da taxa cambial foi introduzido em 1989. As reformas microeconômicas começaram com a liberalização do setor bancário e certa liberalização dos investimentos estrangeiros. A partir de 1986, as autoridades modernizaram o processo de aprovação de investimentos; a Lista de Prioridades de Investimento foi mais tarde substituída por uma breve lista negativa. O governo liberalizou ainda as principais indústrias, como as de plástico e transportes marítimos. As políticas comerciais também precisam ser reformadas: o sistema de licenciamento de importações impôs restrições a mais de 1.500 categorias. Em 1985, o país assinou um contrato de administração aduaneira com uma companhia suíça. A abolição de barreiras quantitativas começou em 1986; em dois anos, o percentual de importações sujeitas a controles caiu de 43% para 21%.

As primeiras fases do ajustamento, que se concentravam em estabilização macroeconômica, reduziram a atividade econômica, mas houve forte crescimento em 1987. A Indonésia cresceu em quase 7% em 1989 e os investimentos se recuperaram. As exportações de outros produtos que não o petróleo pagaram por 86% das importações, em comparação com 29% em 1981-82. Um ex-ministro, que supervisionou as reformas, atribui o sucesso das mesmas ao fato de o prolongado período de preços baixos de petróleo ter forçado o governo a adotar uma política coerente que eventualmente conquistou apoio popular.

**A estabilização como prelúdio do crescimento: México.** Nos anos 60, o México cresceu rapidamente durante os estágios iniciais de uma estratégia de substituição de importações. Em 1976, enfrentava grandes déficits fiscais e de balanço de pagamentos, juntamente com crescente inflação. Esses problemas diminuíram em virtude de grandes descobertas de petróleo e grandes empréstimos externos. Mas, poucos anos depois, a dívida mexicana mais do que quintuplicou, criando as condições para o colapso do crédito e o acentuado declínio econômico de 1982-83.

O México conseguiu sair dessas dificuldades. As reformas macroeconômicas começaram em 1983, quan-

do um programa de estabilização, apoiado pelo FMI, reduziu o déficit fiscal à metade. Em 1987, porém, a inflação voltara a subir em virtude da queda dos preços do petróleo, aumento dos pagamentos de juros e um déficit fiscal em rápida expansão. O governo respondeu negociando o pacto de "Solidariedade Econômica" com interesses trabalhistas, agrícolas e comerciais a fim de conter os preços e salários básicos, e adotando vigorosas reformas fiscais e cambiais. O resultado é que, entre 1987 e 1989, o déficit fiscal caiu de 16 para 3% do PIB e a taxa anual de inflação diminuiu de 159 para 20%.

As reformas microeconômicas concentraram-se em reduzir o envolvimento do governo na economia. O número de EE baixou de 1.100 em 1982 para 350 em 1990, através de fusões, liquidações e vendas; os enormes monopólios estatais dos telefones e do aço estão também para ser vendidos. Recentemente, o governo liberalizou grandes indústrias, politicamente sensíveis, tais como a fabricação de tortillas e o transporte rodoviário; liberalizou preços essenciais; e passou a reestruturar os direitos de propriedade na agricultura e a reprivatizar o sistema bancário. No setor externo, as grandes reformas começaram em 1985. O México aderiu ao GATT, eliminou mais de três quartos de suas restrições na área do licenciamento de importações, reduziu à metade suas tarifas médias, desenvolveu normas favoráveis ao processamento para exportação e reduziu substancialmente os impostos e restrições na área de exportação de frutas e legumes. Em 1987, as exportações de manufaturados ultrapassaram as do petróleo. As normas sobre o investimento estrangeiro foram substancialmente liberalizadas em 1989; e prosseguem as negociações em torno de um acordo de livre comércio com os EUA.

As reformas começam a produzir efeitos. O crescimento do PIB aumentou para a faixa de 2-4% em 1989 e 1990 e calcula-se que subirá para 5% em 1991. A inflação está sob controle; e os salários reais, que haviam caído em mais de 40% nos anos 80, voltaram a subir. A estratégia da reforma foi elaborada pelo sistema unipartidário do México, de ampla base popular. Medidas relativamente conservadoras foram adotadas, mas o ônus do ajustamento foi distribuído entre diferentes grupos econômicos. Úteis também foram as estreitas relações do México com os EUA, que aumentaram o retorno produzido pela orientação externa e facilitaram a renegociação da enorme dívida mexicana.

#### Políticas ambientais

A poluição da água e a degradação dos solos têm graves conseqüências locais. O desmatamento e a poluição do ar têm efeitos no mundo inteiro. Esses e outros problemas precisam ser corrigidos através

de políticas ambientais mais eficazes. A redução da poluição da água na Indonésia e a preservação das florestas tropicais na Amazônia são algumas das questões que se apresentam.

**Reduzindo a poluição da água.** Na Indonésia, o agravamento da poluição da água foi provocado por descaso com o meio ambiente durante o crescimento econômico. Somente 40% da população de Java têm acesso a água tratada; os oito grandes rios do litoral norte estão seriamente poluídos; e a coleta de água subterrânea vem causando intrusão salina nos aquíferos que abastecem as residências. Jacarta gasta entre US\$20 e 30 milhões por ano apenas para ferver água para uso domiciliar. Os custos associados a doenças e queda de valor das propriedades, embora não quantificados, são sem dúvida elevados. Ante a perspectiva de que os usos urbanos e industriais de água aumentem rapidamente, grande escassez é prevista para dentro de aproximadamente uma década. As soluções incluem cuidado sistemático com a eficiência (40% da água municipal são "perdidos"), pesadas multas para os poluidores e pagamento adequado da irrigação (atualmente, os agricultores pagam apenas 13% dos custos de irrigação). A Indonésia tem demorado a resolver esses problemas porque os mecanismos de administração dos recursos de água ainda estão evoluindo. Autoridades de bacias fluviais autônomas poderiam constituir uma estrutura melhor para o planejamento, coordenação e monitoração. O custo da água tratada não será pequeno: calcula-se que será necessário US\$1 bilhão para atender às necessidades de abastecimento de água somente em Jacarta.

**Preservando os bens comuns do planeta.** As florestas tropicais do Brasil, Colômbia, Equador e Peru constituem um recurso mundial — um símbolo dos desafios ambientais mundiais dos anos 90. Trinta mil espécies vegetais vivem nas florestas tropicais. Mas a área desmatada na Amazônia cresceu de 1% em 1975 para 8% em 1990, e hoje é maior do que a França. O mundo inteiro é ameaçado pela perda da biodiversidade e pelo aumento de emissões de carbono. No Brasil, o desmatamento foi estimulado pela maciça construção de estradas na Amazônia, incentivos fiscais e pressões demográficas. Há necessidade de muita ação adicional para desencorajar a mineração de nutrientes — a extração, que só pode ser feita uma vez, dos nutrientes da cobertura florestal e do solo — e estimular atividades sustentáveis, à base da floresta. A construção de estradas precisa ser avaliada em termos de custos e benefícios não somente globais, mas também locais. Um rígido zoneamento agroecológico pode estabelecer grandes reservas protegidas e impedir a concessão de títulos de propriedade de solos pobres. Iniciativas nesse sentido

*esbarram hoje nos obstáculos de políticas locais. Haverá necessidade de compensação para criar incentivos para ação local, aliviar o ônus financeiro que recai sobre os agricultores pobres e anular a oposição de interesses agropecuários e madeireiros. Uma vez que os benefícios serão auferidos pelo mundo inteiro, o apoio internacional será não apenas necessário, mas também apropriado.*

### *Implicações da boa política*

O que aconteceria se a comunidade mundial implementasse medidas no espírito das que foram enumeradas acima? Ninguém sabe ao certo, mas algumas estimativas gerais são possíveis, à base de projeções de vários modelos nacionais empreendidas pelo Banco Mundial, nas quais o crescimento a longo prazo foi avaliado, usando-se diferentes hipóteses acerca de políticas nacionais e condições internacionais. Esses modelos refletem uma vasta gama de dados e pressupostos específicos de certos países. Seus resultados exigem cuidadosa interpretação, mas ainda assim dão uma idéia das mudanças possíveis.

Os resultados sugerem a importância, tanto do contexto global, quanto da ação interna para o crescimento a longo prazo (Tabela 8.1). O clima econômico global faz diferença. Em comparação com o cenário básico (um bom clima econômico global), condições externas favoráveis podem fazer aumentar o crescimento em 0,5-1 ponto percentual ao ano, o que já é significativo. A variação das taxas de crescimento atribuída a diferentes medidas internas poderia ser ainda maior. Mantendo-se constante a situação mundial, a diferença entre boas e más medidas internas poderia produzir, em média, 1,5-2 pontos percentuais de crescimento por ano — em média, cerca do dobro da melhoria advinda de condições externas. Dada a incerteza quanto à qualidade da economia mundial, os países que puderem adaptar flexivelmente suas medidas internas às mudanças de circunstâncias terão grande vantagem. Ainda que as condições globais não sejam propícias, os benefícios da adoção de boas medidas internas são muito grandes.

Quais as implicações dessas projeções a longo prazo? Mantendo-se fixo o contexto externo no cenário básico, as projeções indicam que a diferença entre políticas más e muito boas é responsável, em média, por 3,5 pontos percentuais de crescimento ao ano. Ao cabo de 10 anos, com o acú-

**Tabela 8.1 Variações nas taxas de crescimento do PIB em relação ao caso central, 1990-2000**

(desvio percentual)

Políticas internas	Clima econômico global		
	Mau	Bom	Muito bom
Muito boas	1,0	1,5	2,0
Boas	-1,0	Caso central	0,5
Más	-3,0	-2,0	-1,0

*Nota:* As variações na taxa de crescimento são desvios não-ponderados do "caso central". Os números foram arredondados.

*Fonte:* Dados do Banco Mundial; ver as notas técnicas ao fim do texto principal.

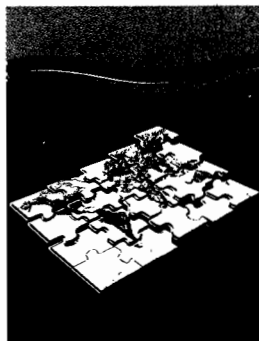
mulo dessa taxa, um país com políticas muito boas gozará de uma situação mais de 40% melhor que outro que comece com o mesmo nível de renda mas adote políticas más. Mantida essa vantagem de crescimento, a renda do primeiro seria mais do dobro da renda do segundo dentro de 20 anos — o que faria uma enorme diferença no tocante à redução da pobreza.

### **Um desafio ao mundo**

No tempo que leva a leitura deste parágrafo, cerca de 100 crianças terão nascido — seis nos países industrializados e 94 nos países em desenvolvimento. Nisso reside o desafio ao mundo: independentemente das perspectivas das economias industrializadas, a prosperidade e a segurança mundiais a longo prazo — pela mera força dos números — dependem do desenvolvimento.

O desenvolvimento é hoje mais bem entendido do que antes. As instituições das economias de mercado têm-se mostrado mais complexas do que os livros sugerem, especialmente quando se levam em conta as interações com processos políticos, sociais e ambientais. Não obstante, princípios sólidos gerais têm surgido para orientar a política.

Apesar da incerteza das perspectivas nos anos 90, certo otimismo é justificado, agora que um número cada vez maior de países vem optando por uma abordagem favorável às forças de mercado. Com uma forte cooperação internacional, as oportunidades para o desenvolvimento serão especialmente boas. Existe hoje mais acordo do que em qualquer outro período da história recente acerca do que precisa ser feito e como fazê-lo. Resta colocar essas idéias em prática em toda parte.



## Notas técnicas

### Capítulo 1

**Dados e definições.** A seção histórica deste capítulo usa dados do PIB e do PIB *per capita* para o período 1700-1988 (para a Tabela 1.1 e as Figuras 1.1 e 1.3), baseados numa amostra de 41 economias (cujas populações somadas chegavam ao total de 3,99 bilhões de habitantes em 1988) e também nas cifras totais do Leste europeu constantes em Maddison, documento básico (que inclui 310 milhões de pessoas). A amostra, juntamente com os dados de Maddison sobre o Leste europeu, cobre quase 86% da população mundial. As economias são classificadas como OCDE, Leste europeu e em desenvolvimento. As economias em desenvolvimento são também agrupadas por região geográfica: América Latina; Sul da Ásia; Leste asiático; África; e Europa, Oriente Médio e Norte da África (não-membros da OCDE, não situados no Leste europeu). As economias incluídas em cada grupo são as seguintes. OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, EUA, Finlândia, França, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça. Leste europeu (Maddison): Hungria, Tchecoslováquia, URSS. América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru. Sul da Ásia: Bangladesh, Índia, Paquistão. Leste asiático: China, Filipinas, Indonésia, República da Coreia, Tailândia, Taiwan (China). África: África francesa (que engloba Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, República Centro-africana, Senegal, Togo), Nigéria, Quênia, Tanzânia. Europa, Oriente Médio e Norte da África: Argélia, Iugoslávia, Marrocos, República Árabe do Egito, República Islâmica do Irã, Síria, Turquia. A denominação "quatro economias recém-industrializadas do Leste asiático" refere-se a Cingapura, Hong Kong, República da Coreia e Taiwan (China).

**Métodos estatísticos.** Os dados baseiam-se em uma referência de dólares de 1980, determinada pelo Projeto de Comparação Internacional (PCI), quando disponível, ou em uma referência de estimativas de Maddison de dólares de 1980 do PCI, em outros casos. Para países não-incluídos na amostra PCI-Maddison (Argélia, Etiópia, Marrocos, República Islâmica do Irã, Síria e outros países africanos) as estimativas são de uma base de dados de computador (copyright 1987 e 1988 da Prospect Research Corporation) elaborada por Robert Summers e Alan Heston. As estimativas de volume de PIB para 1830-1965, para os países da amostra PCI-Maddison, provêm de Maddison (1981, 1989); e Maddison et alii (no prelo). A série de volume foi reunida à série de volume de PIB em 1965 da base de dados do Banco Mundial. Os índices de volume de PIB para 1950-65 provêm de OECD3, 1968, para os países não-incluídos na amostra PCI-Maddison. Os índices também foram reunidos aos dados do Banco Mundial, a partir de 1965.

**Previsões do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial.** O Box 1.4 utiliza projeções para o crescimento médio do PIB real na década de 80, como foi dito no *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, versões 1979, 1980, 1981 e 1982. As projeções para regiões em desenvolvimento baseiam-se nas classificações de países usadas naqueles Relatórios por ocasião de sua publicação. Devido a modificações feitas pelo Banco Mundial nas classificações regionais de países nos últimos 10 anos, tentou-se traçar os "resultados" (o desempenho real do crescimento nos anos 80) a partir das classificações originais. Por isso as taxas médias de crescimento, tal como apresentadas na Figura do box, podem diferir das médias regionais apresentadas em outros pontos do Relatório. As taxas de crescimento traçadas tanto para as projeções como para os resultados baseiam-se no PIB a preços constantes e taxas cambiais constantes para o dólar,

usado nos Relatórios já citados. O Banco Mundial alterou bastante a classificação de países para o grupo Europa, Oriente Médio e Norte da África e por isso passou a utilizar, para esses países, um grupamento analítico: "exportadores de petróleo".

**Figuras.** A Figura 1.1 baseia-se em dados provenientes da amostra já descrita, exceto no caso do Reino Unido. As estimativas para o Reino Unido, referentes a anos anteriores a 1830, foram extrapoladas retroativamente a partir dos dados da amostra, utilizando-se as taxas de crescimento de Crafts, 1981. A data inicial para o Reino Unido coincide com estimativas do início da revolução industrial. Certos historiadores de economia consideram ter começado por volta de 1840 um período de aceleração do crescimento da renda *per capita* nos EUA. Para alguns, o término do período deflacionário no Japão, em 1885-86, foi o começo do moderno crescimento econômico daquele país. Para outros países que aparecem na figura, os períodos de crescimento contínuo com base em médias quinquenais móveis, ponderadas pelo centro, do PIB *per capita*, foram usados para identificar os períodos de duplicação mais curtos que excluem efeitos macroeconômicos cíclicos.

A Figura 1.2 utiliza estimativas de expectativa de vida de Gwatkin, 1978, para anos anteriores a 1978 e de WHO, 1989, para 1978 em diante. A pouca disponibilidade de dados não permitiu identificar a amostra com as mesmas expectativas de vida no início de cada período assinalado. Mas a data inicial das expectativas de vida e os países da amostra são apresentados na ordem do início da expectativa de vida e da cronologia (que coincidem). As interrupções nos períodos devem-se à disponibilidade de dados do levantamento do ano intermediário. A Figura 1.3 apresenta dados temporais que são médias quinquenais móveis ponderadas pelo centro, para a amostra de 41 países. Os dados são ponderados pelo PIB. Chegou-se às médias para os grupos da OCDE e dos países em desenvolvimento dividindo o PIB total para o grupo (agregado a dólares internacionais de 1980) pela população total do grupo. A Figura 1.5 utiliza estatísticas de dados do Banco Mundial, com base numa amostra de 130 países. As médias do grupo são ponderações do PIB.

## Capítulo 2

**Seleção de dados.** Os dados utilizados neste capítulo provêm de uma amostra de 68 economias de cinco regiões: 27 da África subsaariana, 10 do Leste asiático, 15 da América Latina, 12 da Europa, Oriente Médio e Norte da África (o Paquistão não está incluído) e quatro do Sul da Ásia (onde o Paquistão está incluído). A amostra foi selecionada unicamente com base na disponibilidade dos dados necessários. Os países em desenvolvimento com mais de 10 milhões de habitantes em 1988 e que não se enquadram nos critérios dos dados são os seguintes: África do Sul, Arábia Saudita, Equador, Irã, Iraque, Mianmar, Nepal e Vietnã.

**Métodos estatísticos.** A maioria das variáveis provém da base de dados do Banco Mundial e explica-se por si só. Mas as séries de capital físico e humano não existem como tal. Em Lau, Jamison & Louat, 1991, sugere-se um método para contornar essa dificuldade: calcular os valores a partir dos dados anuais de investimento de capital e matrículas escolares. No capítulo, o método é ampliado e aplica-se a um grupo maior de países.

Utiliza-se o método de contabilizar o crescimento. Definem-se as variáveis como se segue: variáveis ligadas a produção e insumos – variação do PIB em dólares de 1980,  $zy$ ; variação no capital utilizado (mediante o uso de variáveis instrumentais),  $zk$ ; variação de terras aráveis,  $zh$ ; variação no contingente de mão-de-obra,  $zl$ ; nível médio de instrução (em anos de escolarização primária e secundária) para a população na faixa etária dos 15 aos 64 em 1960,  $e_{60}$ ; variação na educação, caso o nível de instrução se estenda de 0 a 3,  $de_{03}$ ; variação na educação, caso o nível de instrução se estenda de 3 a 9,  $de_{39}$ . Variáveis relativas à abertura: preço de produtos comercializáveis em relação ao nível dos EUA,  $zpr_i$ ; variação no preço de produtos comercializáveis caso o nível de preços seja inferior ao dos EUA,  $zpr_i$ ; variação

**Tabela das notas 2.1 Regressões de fatores selecionados no crescimento do PIB, 1960-87**

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
$zk$	0,38 (17,7)	0,38 (17,6)	0,38 (17,6)	0,38 (17,6)	0,38 (17,6)
$zl$	0,44 (3,6)	0,46 (3,8)	0,46 (3,8)	0,45 (3,7)	0,45 (3,8)
$zh$	0,04 (1,3)	0,04 (1,4)	0,04 (1,4)	0,04 (1,4)	0,04 (1,4)
$de_{03}$	0,09 (2,5)	0,09 (2,6)	0,09 (2,6)	0,09 (2,6)	0,09 (2,6)
$de_{39}$	0,04 (1,9)	0,04 (2,0)	0,04 (2,0)	0,04 (2,0)	0,04 (2,0)
$e_{60} (*100)$	0,13 (1,5)	0,16 (1,8)	0,16 (1,8)	0,17 (1,9)	0,17 (1,9)
$zpr_1$		0,04 (2,0)			
$zpr_2$		-0,03 (-1,2)			
$zpr$			0,04 (2,3)	-0,02 (-0,6)	
$zpre$				0,01 (1,6)	0,01 (2,7)
$mupl$		0,004 (1,3)	0,004 (1,3)	0,004 (1,3)	0,004 (1,3)
$R^2$	0,2256				
$n$	1.826	1.826	1.826	1.826	1.826

*Nota:* Os números entre parênteses são estatísticas-t.

Todas as regressões incluem simulações para regiões (África; Leste asiático; Europa, Oriente Médio e Norte da África; América Latina e Caribe; Sul da Ásia) e para períodos (1960-73 e 1974-87). Todos os dados são anuais. Todas as variações são diferenças de níveis logarítmicos, exceto as de níveis de educação (que são diferenças de níveis).

no preço de produtos comercializáveis caso o nível de preços seja superior ao dos EUA,  $zp_{t2}$ ; variação do nível de preço de produtos comercializáveis em direção ao nível de preço dos EUA (supondo-se reação simétrica; ou seja,  $zp_{t1}$  menos  $zp_{t2}$ ),  $zp_{tr}$ ; produto da variação de preço de produtos comercializáveis em direção ao nível de preço dos EUA e do nível de instrução (ou seja,  $zp_{tr}$  vezes  $e$ ),  $zp_{tr}$ ; e simulação para os dados que faltam sobre  $zp_{tr}$ ,  $mu_{pt}$ . O crescimento da produtividade total dos fatores (não sendo o componente de  $zy$  explicado por  $zk$ ,  $zl$ , ou  $zh$ ) foi calculado como o resíduo entre o  $zy$  verdadeiro e o  $zy$  previsto, utilizando-se os coeficientes estimados sobre  $zk$ ,  $zl$  e  $zh$ , obtidos por regressão 1 na Tabela das notas 2.1 para a amostra de 68 países.

Na Tabela 2.4, graças ao uso do ágio cambial como substituto de distorções de políticas, foi possível um número maior de observações. A utilização de dois índices de liberalização comercial (Papageorgiou, Michaely & Choksi, 1990; Thomas, Halevi & Stanton, documento básico) e de alterações anuais na educação permitiu resultados coerentes com os que aparecem na Tabela 2.4.

*O efeito da "liberdade" no declínio da mortalidade infantil.* Para regressões sobre observações anuais de 247 países para as quais se dispõe do índice de liberdade de Gastil (liberdades políticas e individuais), de dados sobre educação e de dados fidedignos sobre mortalidade infantil (1973-84), ver a Tabela das notas 2.2. O índice de Gastil vai de 2 (o melhor) a 14 (o pior) (foram somados os índices de liberdades políticas e de liberdades individuais, que vão, cada um, de 1 [o melhor] a 7 [o pior]); por isso o coeficiente positivo nesse índice implica que as liberdades políticas e individuais são fortemente correlacionadas com declínios na mortalidade infantil.

*Diferenças de renda.* A análise dos mapas e da seção do texto sobre diferenças regionais de renda entre países baseia-se nas seguintes definições de regiões. Brasil:

**Tabela das notas 2.2 Variável dependente: variação na mortalidade infantil**

Variável independente	(1)	(2)	(3)
Aumento da renda privada	-0,024 (-2,3)	-0,029 (-3,6)	-0,032 (-3,4)
Aumento da despesa com saúde			
Governo geral	-0,002 (-0,1)	-0,002 (-0,1)	-0,004 (-0,3)
Governo central consolidado	0,001 (0,1)	0,001 (0,1)	0,001 (0,1)
Governo central orçamentário	0,003 (0,4)	0,002 (0,3)	0,001 (0,2)
Índice de Gastil		0,002 (4,6)	0,001 (2,0)
Educação feminina			-0,004 (-5,7)

Nota: Estatísticas-t entre parênteses. Incluem-se simulações para continente. Todas as variações são diferenças iniciais em logaritmos.

incluem-se na região sudeste os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; incluem-se na região nordeste Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. China: constam da região leste as províncias de Anhui, Fujian, Jiangsu, Jiangxi, Xandong, Xangai e Zhejiang; constam da região sul e sudoeste Henan, Hubei, Hunan, Guangdong, Guangxi, Sichuan, Guizhou e Yunan. Índia: a região leste é formada pelos estados de Bengala Ocidental, Bihar e Orissa; constam da região oeste Daman, Diu, Goa, Gujrat e Maharashtra. Nigéria: constam da região leste as províncias de Anambra, Benue, Cross River, Imo e Rivers; constam da região norte Bauchi, Borno, Gongola, Kaduna, Kano, Plateau, Sokoto e Níger. EUA: incluem-se na região do Atlântico Central os estados de Nova Jersey, Nova York e Pensilvânia; incluem-se na região do Atlântico Sul a Carolina do Norte, a Carolina do Sul, a Geórgia, a Virgínia e a Virgínia Ocidental.

Na Figura de box 2.6 computam-se em separado os anos de escolarização para o sexo masculino e o feminino, a partir de matrículas nos cursos primário e secundário. Geralmente há séries de matrículas disponíveis de 1960 em diante; mas para alguns países conseguem-se dados de 1950 a 1960. Essas séries foram projetadas retroativamente, para se obterem séries de 1902 em diante. Por fim, o número total de anos de escolarização por pessoa na população em idade ativa é calculado pelo método de inventário permanente: chega-se aos anos medianos de escolarização dividindo-se o número total pelo tamanho da população em idade ativa, em cada período.

### Capítulo 3

*Dados para as duas análises interseccionais.* As análises do ônus econômico de doenças entre adultos (Tabela 3.1) e de escolarização de empresários (Figura 3.3) baseiam-se em vários levantamentos domiciliares, inclusive os Levantamentos de Medidas de Padrão de Vida feitos em fins dos anos 80 em seis países, o Levantamento de Vida Familiar feito na Malásia em 1975/76, o Levantamento Bicol para Vários Fins, feito em 1978 nas Filipinas, e o Levantamento Sócio-econômico Indonésio de 1978. Tais levantamentos constituem amostras aleatórias nacionalmente representativas, excetuados os levantamentos feitos nas Filipinas e na Bolívia (unicamente urbanos). Para detalhes, ver os dois documentos básicos de King, Rosenzweig e Wang.

*O ônus econômico de doenças entre adultos.* A análise examinou a incidência de doenças entre adultos na faixa dos 20 aos 59 anos (no mês que antecedeu à pesquisa), e também a duração da doença e o tempo que os doentes deixaram de comparecer ao trabalho. Os casos de doença comunicados pelo próprio doente podem ser afetados por vários fatores que não o estado de saúde: salários, possibilidade de dividir as horas de serviço entre os membros da família e acesso a licença



médica remunerada. Mas as análises de sensibilidade não mostram uma ligação estatisticamente significativa entre a doença comunicada pelo doente ou as faltas ao trabalho com os ganhos diários, nem revelam tampouco se o trabalhador teve direito a licença médica remunerada ou a previdência social. O número de dias que um doente deixou de trabalhar foi avaliado segundo os ganhos diários informados dos trabalhadores. Os resultados mostram que pode haver substancial perda de renda, em comparação com a renda normal dos trabalhadores.

*Escolarização de empresários.* A Figura 3.3 apóia-se em resultados estatisticamente firmes de análises multidimensionais. Uma dessas análises consistiu em regressões logísticas multinomiais sobre opções ocupacionais de adultos. Dada a opção de ser empresário e fazendo-se algumas correções estatísticas em função da possível tendenciosidade da amostra, encontrou-se uma ligação positiva entre o tamanho da empresa e a instrução do empresário. Tais resultados levam em conta idade, sexo e lugar de residência dos empresários; no caso da Malásia, verificou-se também a etnia e a riqueza herdada.

*A AIDS nos países em desenvolvimento.* A Figura de box 3.5 baseia-se em estudos de amostras urbanas de três países. Em Ruanda, a amostra foi constituída por 1.255 adultos urbanos de uma amostra nacional; em Zâmbia, por 1.078 pacientes, doadores de sangue e pessoal de um hospital urbano; e no Zaire, por 5.951 empregados de uma fábrica de tecidos urbana. Os *status* sócio-econômicos baixo, médio e alto foram respectivamente definidos como se segue: para Ruanda, instrução primária ou nem isso; instrução além do primário, e não especificação; para Zâmbia, 0-4 anos de instrução, 5-9 anos, e 10 anos ou mais; e para o Zaire, operários, chefes de seção e executivos.

*Despesas públicas e indicadores sociais.* As análises de efeito relativo de crescimento de renda e mudanças nas despesas públicas nos setores sociais no tocante a variações nas taxas de mortalidade infantil e de matrículas escolares basearam-se em dois estudos que utilizaram diferentes medidas e modelos econométricos de renda: (a) um modelo de efeito fixo com simulações de PIB e tempo, usando estimativas de dados de séries temporais quinquenais para 124 países (ver Tabela das notas 3.1) (King & Rosenzweig, documento básico); (b) um modelo de diferença inicial com uma variável que indica o crescimento da renda privada (PIB menos despesa governamental total), utilizando dados de série temporal anual para 68 economias (ver Tabela das notas 3.2) (Bhalla & Gill, documento básico). Pelo modelo a, a elasticidade da despesa pública em relação à TMI é -0,08, e a elasticidade da renda é -0,11. Pelo modelo b, a elasticidade da renda privada em relação à TMI é -0,05.

## Capítulo 4

*Dados e definições.* As últimas seções do capítulo analisam a produtividade de projetos utilizando os dados sobre taxa de retorno econômico (TRE) reavaliada para 1.200 projetos nos setores público e privado. As análises baseiam-se em um documento básico de Kaufmann. Os dados de TRE provêm do Departamento de Avaliação de Operações do Banco Mundial e da Unidade de Avaliação da CFI. A reavaliação do projeto se dá no ano que se segue ao término do projeto, e então procede-se à avaliação, segundo a metodologia-padrão Squire-vander Tak. A TRE de um projeto de investimento é um indicador de produtividade de uso comum, que mede a contribuição econômica do projeto de investimento à economia global. É calculada pela medida dos custos e benefícios do projeto, ajustados por meio de preços de fronteira e preços virtuais, a fim de captar os custos de oportunidade. A TRE é a taxa de desconto à qual o valor atual líquido dos custos e benefícios do projeto começa em zero. A TRE para o projeto de menos de 10% significa que cada dólar investido em instalações e maquinaria rende lucros econômicos anuais de menos de 10 *cents* por dólar investido – retorno inferior a outras oportunidades de investimento, que perde na comparação com investimentos em instrumentos financeiros de risco menor. Quando os benefícios econômicos líquidos são significativos, a TRE excede a faixa de 10-15%.

A TRE média em todos os projetos avaliados foi de cerca de 15%, mas a variação foi grande, desde valores negativos até TRE de mais de 50%. O desempenho das políticas também variou enormemente, ao longo do tempo e de país para país. Reuniu-se independentemente e incorporou-se à análise estatística várias variáveis de políticas de países e anos específicos, que medem as distorções nas políticas. Isso para determinar se as diferenças de desempenho dos projetos explicam-se por fatores ligados a políticas. Os resultados estão resumidos na Tabela 4.2.

Os projetos revisados tiveram início ainda em meados dos anos 60; a avaliação foi feita em 1973-89. Os projetos foram implementados em 58 economias em desenvolvimento, para as quais havia informações disponíveis pelo menos em relação a uma variável macrofinanceira (taxa de juros real, déficit fiscal) ou uma variável que medisse restrições ao comércio exterior. Reuniu-se também, para todos os países e anos, dados sobre ângios cambiais. Assim, cada TRE de projeto foi correlacionada a pelo menos dois índices de políticas.

A Tabela 4.2 apresenta TRE médias para vários valores de quatro índices de políticas: (a) taxas de juros reais, a partir da base de dados do Banco Mundial; (b) dados do FMI sobre déficits fiscais do governo central; (c) o índice Halevi-Thomas (Thomas, Halevi & Stanton, documento básico) de restrição/abertura de comércio exterior, desde um (o mais restritivo) até cinco (o mais aberto), para 32 países para os quais os documentos do Banco dispõem de informações comparáveis publica-



**Tabela das notas 3.1 Efeito da renda e das despesas sociais sobre a mortalidade infantil; modelo de efeito fixo**

<i>Variável independente<sup>a</sup></i>	<i>Coefficiente</i>	<i>t</i>
PIB	-0,0000367	-2,954
Saúde 1	-0,0011655	-1,069
Saúde 2	0,0035853	0,836
Educ1	-0,0007568	-0,702
Educ2	-0,0039422	-1,287
<i>Interações com variável para economias em desenvolvimento</i>		
PIB	0,0000008	0,057
Saúde 1	-0,0148330	-5,826
Saúde 2	-0,0701540	-1,748
Educ1	0,0010280	0,504
Educ2	0,0209830	2,401

*Nota:* Número de observações = 409;  $R^2$  ajustado = 0,9990. Saúde1 e Educ1 são dados de despesa para as contas consolidadas do governo central; Saúde2 e Educ2 foram calculadas a partir de contas orçamentárias de governos centrais. Os dados são expressos como gastos *per capita*. As taxas de mortalidade infantil (TMI) foram primeiro transformadas em  $\log(TMI/1 - TMI)$ . Depois todas as variáveis foram definidas como diferenças provenientes de médias de países.

a. Variáveis de simulação de tempo e simulações para variáveis que faltam foram omitidas da tabela.

*Fontes:* As despesas governamentais são dados do FMI e da Unesco; os dados do PIB vêm das estimativas de Summers & Heston (1988) de produto real comparável internacionalmente; as taxas de mortalidade infantil provêm da base de dados do Banco Mundial, checadas com os dados do levantamento de Hill & Pebley, 1989. Ver King & Rosenzweig, documento básico.

**Tabela das notas 3.2 Efeito da renda e das despesas sociais sobre mortalidade infantil; modelo de diferença inicial**

<i>Variável independente</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>t</i>
<i>Intercepto</i>	-0,024752	-20,63
<i>Renda privada</i>	-0,049862	-4,04
<i>Despesa governamental com saúde</i>		
Governo geral	-0,026073	-1,33
Central consolidado	-0,003557	-0,45
Central orçamentário	-0,004220	-0,50

*Nota:* Todas as variáveis, inclusive a dependente, taxa de mortalidade infantil (TMI), definem-se como diferenças logarítmicas entre  $t$  e  $t-1$ . A renda privada é medida pelo PIB, menos a despesa governamental total.

*Fontes:* Dados do Banco Mundial; dados do FMI. Ver Bhalla & Gill, documento básico.

das sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias; e (d) ágios cambiais (para a taxa do paralelo, as fontes são International Currency Analysis, Inc., vários anos; para a taxa de câmbio oficial, os dados são do FMI). Outros índices de políticas foram coletados e correlacionados às TRE, inclusive a medida de distorção no preço relativo de

produtos comercializados no exterior (a partir de Dollar, no prelo) e um segundo índice de liberalização comercial (a partir de Papageorgiou, Michaely & Choksi, 1990).

*Métodos estatísticos.* Para a amostra global, as correlações simples entre cada índice de políticas e as TRE do projeto são de sinal positivo e significativas estatisticamente. Para a maioria das interrupções setoriais e de caráter público-privado, mantém-se a significação das correlações entre os diferentes índices de políticas e as TRE setoriais, apesar de as correlações simples para determinadas subamostras (como entre o déficit fiscal e a TRE de produtos não-comercializados no exterior, por exemplo) não serem significativas estatisticamente.

Para levar a causalidade na devida conta, foram obtidas para a maioria dos países diversas variáveis de controle, que permitiram análises multidimensionais. Utilizou-se o processo de *tobit* (ao invés dos mínimos quadrados) para lidar com a tendenciosidade de truncamento nos dados a uma TRE de -5%. A TRE de cada projeto é a unidade de observação para a variável dependente na análise multidimensional. Variáveis estruturais e para políticas específicas de país e anos foram usadas como variáveis independentes. Além dos índices de políticas, foram incluídos nas variáveis de controle da análise, entre outras coisas: o coeficiente capital/trabalho em toda a economia; os anos de escolarização; o grau de complexidade institucional do projeto; a taxa de crescimento do PIB; e variações nas relações de troca externas. Foram também estimadas outras especificações, inclusive as variáveis simuladas para controle de efeitos específicos para países e anos.

*Resultados.* Estimativas das várias especificações indicam um efeito econômico e significativo estatisticamente dos índices de políticas sobre as TRE, que controlam outros fatores. Os ágios da taxa cambial paralela e as variáveis de restrição ao comércio exterior são significativos de uma especificação a outra, mesmo quando se combinam entre si na mesma especificação. E os coeficientes mostram grandes magnitudes, o que sugere aumentos de 8-10 pontos percentuais (ou mais) nas TRE, quando há grandes melhorias nos ágios paralelos e no regime comercial. Por outro lado, quando se inclui também as variáveis ágios paralelos e restrição ao comércio exterior, a variável taxa real de juros perde toda significação econômica e estatística. A variável déficit fiscal é significativa na especificação de cada política e em algumas especificações de políticas combinadas. Além disso, foram feitos outros testes de sensibilidade, mediante a segmentação da amostra por períodos de tempo e pelo tamanho dos países; os resultados não se alteraram.

Para testar o efeito de investimentos do setor público na produtividade de projetos agrícolas e industriais, foram relacionadas às TRE duas variáveis: o investimento público como parcela do PIB e o investimento público como parcela do investimento total na economia (a partir da base de dados do Banco Mundial). A

Figura 4.3 mostra médias simples de TRE para cada faixa de investimento público sobre a variável investimento total, depois da segmentação da amostra em ágios paralelos baixos e altos, respectivamente. Análises multidimensionais de *tobit* foram também efetuadas, a fim de controlar outras variáveis estruturais e ligadas a políticas. As variáveis investimento público foram especificadas como lineares quebradas (*kink-linear*), para ser possível estabelecer um ponto de ruptura e curvas separadas para as faixas mais baixas e mais altas da variável. Isso permitiu testar a hipótese de que o efeito de investimentos públicos complementares é diferente quando os aumentos ocorrem a níveis relativamente baixos de investimentos públicos, e não a níveis altos.

Os resultados de ambos os tipos de especificações (investimento público como parcela do PIB e investimento público como parcela do investimento total) corroboram a hipótese de que o aumento na parcela dos investimentos públicos totais melhora até certo ponto a TRE de projetos de produtos comercializados no exterior. Quanto à especificação do investimento público no investimento total, o efeito do aumento da parcela é positivo até 40-45%, e negativo daí em diante, sendo os coeficientes grandes e significativos estatisticamente.

## Capítulo 5

**Dados e definições.** A Figura 5.2 baseia-se no documento básico de Harrison, que se utiliza de dados de série temporal interpaíses, reunidos para o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991*. Foram usados sete substitutos para políticas comerciais e cambiais, a fim de verificar a relação estatística entre abertura e crescimento. O primeiro, índice de liberalização do comércio, 1960-84, mede o grau de liberalização comercial utilizando dados sobre taxa de câmbio e políticas comerciais (fonte: Papageorgiou, Michaely & Choksi, 1990). Apesar de o indicador não permitir comparações entre países, as simulações por país incluídas nas regressões devem controlar as diferenças na mensuração. O segundo, índice de liberalização do comércio, 1978-88, mede a transição para a liberalização, em 30 países, no período 1978-88. O índice foi calculado a partir de fontes nacionais sobre tarifas e barreiras não-tarifárias (fonte: Thomas, Halevi & Stanton, documento básico). O terceiro, ágio cambial, mede o desvio da taxa do câmbio negro em relação à taxa de câmbio oficial (fonte: International Currency Analysis, Inc., vários anos). O quarto, variação nas parcelas de comércio exterior, mede o coeficiente exportações-importações/PIB (fonte: dados do Banco Mundial). O quinto, transição para os preços internacionais, provém dos preços relativos dos produtos comercializáveis de determinado país, computados segundo os índices de preços correntes e constantes das contas nacionais. A variável toma por referência o preço relativo de bens de consumo em 1980, de Summers & Heston, 1988. Depois é adaptada para medir a transição

para a unidade. O sexto, índice de distorção de preços, é uma versão modificada do índice usado em Dollar (no prelo). O preço relativo de bens de consumo tirado de Summers & Heston é "expurgado" de seu componente não-comercializado. Para tanto, toma-se o residual de uma regressão desse índice sobre urbanização, terra e população. O sétimo, discriminação contra a agricultura, mede a tendenciosidade indireta contra a agricultura, a partir do protecionismo ao setor industrial e da supervalorização da taxa cambial (fonte: Schiff & Valdés, no prelo).

**Métodos estatísticos.** Os efeitos dessas sete variáveis sobre o crescimento do PIB são testados em separado, e controla-se outros efeitos, como crescimento de insumos (capital, mão-de-obra, educação, terra) e diferenças de país para país. Dispõe-se de observações anuais para períodos de tempo que vão de 1960-87 no caso da participação comercial a 1978-88 para o índice Halevi-Thomas de liberalização comercial (Thomas, Halevi & Stanton, documento básico). O número de países de que se dispõe para cada índice varia de 60 (para as participações comerciais) a 19.

**Resultados.** A Tabela das notas 5.1 mostra os resultados para diferentes médias de períodos. Para as estimativas apresentadas nas colunas 1 e 2 foram usados dados anuais, mas em teoria as flutuações cíclicas poderiam levar a correlações incorretas entre as variáveis de políticas e o crescimento do PIB. Por isso foram também usadas médias de seis ou sete anos. Computou-se médias de períodos para 1960-66, 1967-73, 1974-81 e 1982-88. Os resultados estão nas colunas 3 e 4. E computou-se também médias para todo o período, que aparecem nas colunas 5 e 6. Excetuando-se o ágio cambial e variações na participação comercial – que sugerem de fato que uma abertura maior afeta positivamente o crescimento – as demais variáveis não são significativas quando se usa médias de longo prazo. Ao longo do período 1960-87 as políticas comerciais dos países em desenvolvimento variaram tanto que as médias de longo prazo não são muito significativas. A análise utiliza-se mais das variações das políticas comerciais, ao longo do tempo, *em um mesmo país*, do que da exploração das diferenças de um país para outro.

Os dados anuais e as médias para períodos de seis anos indicam uma forte relação entre abertura e crescimento. Todas as variáveis estatisticamente significativas mostram relação positiva entre abertura e crescimento – em níveis ou diferenças, anualmente, ou ao longo de vários anos.

Apesar de serem estatisticamente significativas todas as correlações parciais apresentadas na Figura 5.2, a quantidade de variação que se explica pela variável abertura varia. O  $R^2$  sobre correlações parciais variou de 0,03 a 0,30, indicando que apesar de as políticas comerciais serem importantes, grande parte da variação nas taxas de crescimento permanece sem explicação, mesmo depois de se levar em conta educação, mão-de-obra, terra e o montante de capital.

*Investimento externo direto.* Ao tratar do investimento externo direto na atividade manufatureira, usa-se dados para Costa do Marfim, Marrocos e Venezuela para comparar o desempenho relativo das empresas nacionais e estrangeiras no setor manufatureiro. Compara-se os níveis relativos de produtividade da mão-de-obra e de orientação para as exportações em empresas nacionais, *joint ventures* (de propriedade estrangeira minoritária) e de empresas de propriedade estrangeira majoritária. Foram computados valores medianos, ponderados pela participação de cada empresa na produção total do setor. Como tanto a produtividade da mão-de-obra como a orientação para as exportações poderiam ser maiores simplesmente em função da intensidade do uso de capital ou do tamanho da empresa, também foram computados valores medianos, verificando o coeficiente capital/trabalho e o tamanho da empresa, mas os resultados não se alteraram.

Analizou-se também a possibilidade de as empresas nacionais serem beneficiadas por uma presença estrangeira significativa, que gerasse os chamados efeitos tecnológicos secundários. A possibilidade dos efeitos "secundários" foi testada mediante a aferição da função produção para as empresas nacionais e a mensuração do efeito de empresas estrangeiras no aumento de produtividade de empresas nacionais. A presença estrangeira foi medida pela participação de investimento externo no setor. Os indícios são de poucos efeitos secundários.

## Capítulo 7

*Tipos de governo.* A Figura 7.1 baseia-se em Vanhanen, 1979, 1990. A base de dados que deriva dessas fontes

contém séries temporais para 145 países, de 1850 a 1987 (embora muitos países da amostra só tenham tido governos independentes depois da II Guerra Mundial). A classificação dos Estados com regime unipartidário difere da de Vanhanen por incluir países nos quais um partido único recebe mais de 95% dos votos e também países que têm um só partido por força de lei. De modo geral, há correlação com a classificação do "índice de democratização" de Vanhanen (o índice une os votos recebidos pelo maior partido e o percentual da população que participou da votação). A correlação se faz mediante um corte de 10% no índice de democratização.

*Distribuição de renda.* Na Figura 7.2, a desigualdade de renda é definida como o coeficiente participações de renda/quintis mais elevados e mais baixos. As estatísticas do crescimento do PIB *per capita* são dados do Banco Mundial, calculados pelo método dos mínimos quadrados para o período 1965-89. As outras variáveis também provêm da base de dados do Banco Mundial. O trabalho estatístico foi feito tanto mediante os níveis e o crescimento do montante para educação quanto do PIB *per capita*. Foram incluídas variáveis continentais de simulação.

Um determinado conjunto de regressões testou a hipótese de que a desigualdade de renda é importante em relação à taxa de crescimento que um país pode obter. Depreende-se dessa regressão que havendo grande desigualdade, o crescimento é menor. Mas no caso das simulações continentais, o resultado não se mantém. Outro conjunto de regressões testou a hipótese de que o nível de desigualdade de renda sofre a influência da educação e do PIB *per capita*. Tanto o nível de educação quanto o PIB *per capita* estão ligados a menor desi-

**Tabela das notas 5.1 Efeitos da abertura sobre o crescimento: síntese dos resultados**

Variável abertura	Dados anuais		Médias para seis anos		Médias de todo o período	
	Níveis (1)	Variações (2)	Níveis (3)	Variações (4)	Níveis (5)	Variações (6)
Índice de liberalização comercial						
1960-84	>0*	>0	>0**	>0	<0	>0
1978-88	>0**	>0	..	..	<0	>0
Ágio cambial <sup>a</sup>	>0**	>0**	>0**	>0	>0**	>0
Participações comerciais	>0	>0*	<0	>0**	>0	>0**
Medida de distorção de preços <sup>a</sup>	>0**	<0	>0**	>0**	<0	>0
Transição para os preços mundiais	..	>0**	..	>0	..	>0
Discriminação contra a agricultura <sup>a</sup>	>0*	>0	>0*	>0**	>0	>0

\*\* Significativo no nível de 5%.

\* Significativo no nível de 10%.

*Nota:* Todas as regressões incluem simulações para países, menos as regressões para a média de todo o período.

a. Para fins de comparação, o valor de ">0" indica que mais abertura (menos distorção) afeta positivamente o crescimento. Em consequência, no tocante a ágio cambial, medidas de distorção de preços e discriminação contra a agricultura, a tabela registra ">0" quando um nível mais alto de distorção afeta negativamente o crescimento.

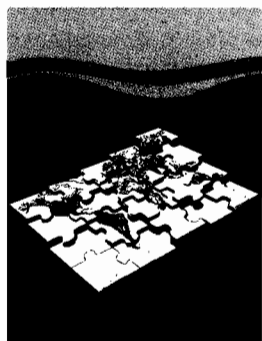
gualdade de renda. Sem as simulações continentais, o crescimento do PIB *per capita* parece estar associado a menor desigualdade de renda. Mas esse resultado desaparece quando as simulações continentais são incluídas. Resumindo, a relação entre crescimento e desigualdade de renda é tênue e a direção é ambígua.

### Capítulo 8

As estimativas da Tabela 8.1 baseiam-se em simulações de modelo feitas pelos economistas do setor de países do Banco Mundial para uma amostra de 40 países, levando em conta as políticas internas e as condições econômicas externas. As estimativas da tabela baseiam-se em uma média não-ponderada de desvios (em percentual anual) dentro do cenário especificado a partir da taxa de crescimento projetada no "caso central". Para todos os países, o caso central supõe boas políticas

internas e boas condições econômicas externas, como as do cenário básico apresentado no Capítulo 1.

Os resultados devem ser considerados estimativas muito incompletas e só devem ser interpretados como exemplos. O número de países incluídos no cálculo das médias varia, porque nem todos os exercícios de cada país consideram todas as combinações de políticas internas e de condições econômicas externas. Além disso, as condições externas supostas nos cenários "mau" e "muito bom" são específicas de país; preços internacionais mais elevados do petróleo, por exemplo, podem ter sido incluídos no cenário "muito bom" para determinado país exportador de petróleo, porém incluídos no cenário "mau" para um país importador de petróleo. Por outro lado, as suposições fundamentais para as condições econômicas externas, no cenário básico, são uniformes de país para país.



## *Notas bibliográficas*

Este relatório valeu-se de uma variedade de fontes do Banco Mundial — inclusive documentos de pesquisa e estudos econômicos, setoriais e sobre projetos de vários países —, além de inúmeras outras fontes. As fontes principais são citadas mais adiante e estão arroladas em dois grupos: documentos básicos encomendados para este Relatório e uma bibliografia selecionada. Alguns desses documentos básicos estarão disponíveis na série Policy, Research, and External Affairs Working Paper. Esses documentos, e os da bibliografia selecionada provenientes de departamentos do Banco Mundial, estão disponíveis no escritório do Relatório. Os pontos de vista por eles expressos não são necessariamente os do Banco Mundial ou deste Relatório.

Em vista da amplitude da matéria de que trata este Relatório, a equipe principal consultou um grande número de pessoas pertencentes aos quadros do Banco, ou não — são muitas para serem aqui mencionadas, mas contam com a gratidão da equipe. Forneceram comentários detalhados e por escrito Jean Baneth, Charles Blitzer, Javed Burki, Partha Dasgupta, Albert Fishlow, Mark Gersovitz, A. O. Hirschman, Paul Isenman, Pierre Landell-Mills, Enrique Lerda, Paul Meo, Costas Michalopoulos, John Nash, Arvind Panagariya, Anandrup Ray, Joanne Salop, Ibrahim Shihata, Andrei Shleifer, Ernest Stern, Paul Streeten e Oktay Yenil. Colaboraram com extensos comentários muitos integrantes dos quadros do Fundo Monetário Internacional; dos departamentos de Economias de Países, Assuntos Externos, Planejamento e Orçamento, Políticas e Análises e de Mobilização de Recursos e ainda do Instituto de Desenvolvimento Econômico do Banco Mundial; e das equipes do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990* e do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1992*. Contou-se com a estreita colaboração de Francisco Aguirre-Sacasa, Shaida Badiee, Meta de Coquereaumont, Den-

nis de Tray, Parvez Hasan, Johannes Linn, Stephen O'Brien, Robert Picciotto, D. C. Rao, Bruce Ross-Larson, Miguel Schloss, Lyn Squire, Andrew Steer e Wilfried Thalwitz. Muitos foram também os pareceres valiosos sobre o Relatório em geral e a seção Visão Geral. O Relatório valeu-se ainda de debates regionais e no âmbito do Banco, de conferencistas visitantes, e de exposições feitas fora do Banco e de debates com os Vice-presidentes operacionais. Os diretores executivos prestaram contribuições úteis. Contou-se com a assistência de Judy Baker, Jennifer Keller, Francis Ng e Rebecca Sugui.

### *Capítulo 1*

Este capítulo beneficiou-se dos conselhos ministrados por muitos especialistas, entre eles Irma Adelman, Ramesh Chander, Charles Kindleberger, Angus Maddison, Douglass North, Jeffrey Williamson, John Williamson e Shahid Yusuf. Paul Armington, Norman Hicks, Robert E. Lucas, Jr., Desmond McCarthy, Vikram Nehru, Chukwuma Obidegwu, Hans Singer e Mark Sundberg fizeram comentários valiosos sobre as condições econômicas contemporâneas, e o corpo técnico das divisões de Sistemas e Dados Sócio-econômicos e do Departamento de Economia Internacional, sobre dados e cálculos. O Box 1.2 valeu-se de Katsenelinboigen, 1990; Nove, 1989; e IMF et alii, 1990. Robert Lynn colaborou na análise estatística do Box 1.6. Os dados deste capítulo sobre as condições econômicas contemporâneas foram extraídos de várias fontes do FMI, da OCDE e do Banco Mundial, e também de *The Economist*, do *New York Times* e do *Washington Post*. Robert Lynn e Abdel-Ilah Stambouli colaboraram nas projeções e cenários.

## Capítulo 2

Inúmeros estudos acadêmicos e do Banco Mundial serviram como fonte de consulta. O método de obtenção do estoque de capital físico e humano foi criado por Lawrence Lau, Dean Jamison & Frederic Louat, 1991. O Box 2.1 baseia-se no documento básico de Clas Wihlborg. O Box 2.2 serve-se de Friedman, 1988. O Box 2.3 foi extraído do documento básico de Arnold Harberger. O Box 2.5 baseia-se num estudo de Ijaz Nabi. Foram também consultados vários documentos básicos, assim como Bevan, Collier & Gunning, no prelo; Lal & Myint, em andamento; e Maddison et alii, no prelo. Gary Becker, Armeane Choksi, Jaime de Melo, William Easterly, Anne O. Krueger, Lawrence Lau, Robert Z. Lawrence, Paul Romer, Marcelo Selowsky, Shekhar Shah e George S. Tolley fizeram comentários valiosos.

## Capítulo 3

Este capítulo valeu-se sobretudo de documentos do Banco Mundial e de publicações acadêmicas. Serviu-se também dos comentários do corpo técnico do Banco Mundial cujo trabalho relaciona-se com os setores sociais e de especialistas não pertencentes aos quadros do Banco. Mark Rosenzweig colaborou nas análises referentes a enfermidades, instrução de empresários e ao efeito dos gastos públicos nos indicadores básicos de bem-estar social. A análise do efeito dos gastos públicos nos setores sociais utilizou as estimativas de produto real, que se prestam a comparações entre países, de Summers & Heston, 1988; e as taxas de mortalidade infantil foram confrontadas com o levantamento de dados de Hill & Pebley, 1989. O Box 3.1 serve-se de Fogel, 1986, 1990; e McKeown, 1976. O Box 3.2 baseia-se na obra sobre educação feminina em países em desenvolvimento de King & Hill, no prelo. O Box 3.3 foi extraído de Broadbridge, 1989; Emi, 1968; e Morishima, 1982. O Box 3.4 baseia-se em Cleaver & Schreiber, 1991; e United Nations, 1990c. O Box 3.5 foi redigido por Joseph Kutzin com dados adicionais fornecidos por Jill Armstrong; vale-se de Over & Kutzin, 1990; e WHO, 1991. O Box 3.6 baseia-se em dados extraídos de OECD, 1980 a 1989; Lockheed & Verspoor, no prelo; e do *World Development Report 1990*. O grupo de trabalho sobre população do Departamento de Recursos Humanos e População do Banco Mundial forneceu parte dos dados sobre saúde e população. Jere Behrman, Fred Golladay, Ravi Kanbur, Douglas H. Keare, Kye Woo Lee e William McGreevey colaboraram com extensos comentários.

## Capítulo 4

Este capítulo vale-se sobretudo da literatura acadêmica, de relatórios do Banco Mundial, de dados de avaliação de projetos do Departamento de Avaliação de Operações do Banco e da CFI, e de documentos internos. As fontes utilizadas na análise das taxas de retorno econô-

mico dos projetos financiados pelo Banco e pela CFI constam nas notas técnicas. A matéria sobre agricultura serve-se de uma ampla análise da literatura e, em especial, de Schiff & Valdés, no prelo; Binswanger, 1990; Feder, Just & Zilberman, 1982; Hoff & Stiglitz, 1990; e Ruttan, documento básico. A seção sobre regulamentações industriais e trabalhistas vale-se em parte de Lindauer, 1989; e López, documento básico. O caso referente ao espírito empresarial do Sr. Chu, da República da Coreia, provém de Magaziner & Patinkin, 1989; os demais casos, de relatórios do Banco e da CFI, complementados por questionários do corpo técnico do Banco. O Box 4.1 foi extraído, com a devida permissão, de *The future written in a grain of rice*, *The Economist*, 318 (7.697): 83-84, March 9-15, 1991. O Box 4.2 provém de World Bank, 1990b; e o Box 4.3, de Knudsen et alii, 1991. O Box 4.4 vale-se de relatórios do Banco sobre a Índia e a Indonésia. O Box 4.5 serve-se de Thirsk, 1991; e Shirazi & Shah, no prelo. A matéria sobre infra-estrutura beneficiou-se de um ensaio de Attila Karaosmanoglu. Os dados sobre ágio no mercado paralelo foram elaborados por Felicia Yesari. Jock Anderson, Paul Ballard, Peter Hazell, David Lindauer, Guy Pfeffermann, Sarath Rajapatirana e Enrique Rueda Sabater colaboraram com extensos comentários.

## Capítulo 5

Este capítulo vale-se sobretudo de documentos do Banco Mundial, da experiência prática e de fontes acadêmicas. Além de recorrer a dados do Banco Mundial e a inúmeras outras fontes, a matéria sobre tecnologia extraiu exemplos de Rosenberg & Frischtak, 1985; e Evenson & Ranis, 1990. A matéria sobre proteção da propriedade intelectual baseia-se principalmente em Mansfield, 1989; em debates com Claudio Frischtak; e em Nogués, 1990. A análise do papel da intervenção governamental baseia-se em várias fontes, mas beneficia-se em muito de Westphal, 1990; e Grossman, 1989. A matéria sobre reforma do comércio exterior serve-se sobretudo de Thomas & Nash, no prelo; e Papageorgiou, Michaely & Choksi, 1990. O Box 5.1 baseia-se em Wheeler, Cole & Irianiwat, 1990 e em informações fornecidas por David Dollar. A Tabela 5.1 serve-se de três conjuntos de dados censitários analisados com a colaboração de Mona Haddad e Brian Aitken. Os dados sobre fluxos globais de capital utilizados na Figura 5.1 e na Tabela 5.2 foram coletados para este capítulo por David McMurray. As Figuras de box 5.5a e 5.5b baseiam-se em dados fornecidos por Ron Duncan, que também deu seu parecer sobre a análise. Michele DeNevers, Ashoka Mody e Lant Pritchett colaboraram com extensos comentários.

## Capítulo 6

Este capítulo recorre a uma série de fontes acadêmicas, do Banco Mundial e do FMI. A matéria da seção sobre

*booms* e depressões vale-se em muito dos estudos de países do Projeto de Pesquisa do Banco Mundial sobre Políticas Macroeconômicas, Crises e Crescimento a Longo Prazo, e de Corden, 1991. O Box 6.1 serve-se de Goldstein & Montiel, 1986; e de World Bank, vários anos. O Box 6.2 baseia-se em Rodrik, 1989; World Bank, 1990a; e Webb & Shariff, 1990. O Box 6.3 serve-se de Kawasaki, 1990; e Horioka, 1990. O Box 6.4 baseia-se em Cuddington, 1986; Dooley, 1986; e Edwards & Tabellini, 1989; e o Box 6.5, em van Wijnbergen, 1990. Edgardo Barandiaran, Max Corden, Wafik Grais, Ejaz Ghani e Kazi Matin fizeram extensos comentários.

## Capítulo 7

Este capítulo vale-se de vasta literatura acadêmica, da experiência prática, e de documentos internos do Banco Mundial. A seção sobre economia política do desenvolvimento baseia-se em Taylor & Jodice, 1983; Ohkawa & Rosovsky, 1973; Eckaus, 1986; Finger, 1990; Roubini & Sachs, 1989; O'Donnell, 1988; Bates, 1981; Londregan & Poole, 1989; Hoff & Stiglitz, 1990; Krueger, 1990; e Wolf, 1987. Lant Pritchett também fez inestimável contribuição a esta seção. A principal fonte da seção sobre corrupção foi Klitgaard, 1988. A seção sobre democracias vale-se de Nunberg, 1990; Weede, 1983; Lipset, Seong & Torres, 1991; e Grier & Tullock, 1989. A seção sobre instituições baseia-se, entre outras, em Hicks, 1969; Matthews, 1986; Nellis, 1989; North, 1991; Hagen, 1962; Perkins, 1967; Blinder, 1990; Aoki, 1990; Friedman, 1988; e Supple, 1971. A seção sobre coesão social foi elaborada com a colaboração de Homi Kharas, que também redigiu a parte referente à Malaísia do Box 7.5. Dilesh Jayanntha fez comentários valiosos sobre a parte referente ao Sri Lanka do mesmo box. Esta seção também se valeu de Cameron, 1984; Espig-Andersen & Korpi, 1984; Hirschman, 1990; Fields, 1991; Sachs, 1985 e 1989; Berg & Sachs, 1988; e Jackman, Pissarides & Savouri, 1990. A seção sobre reforma do setor público baseia-se em inúmeros documentos internos do Banco, assim como em Lindauer & Valenchik, 1990. A matéria sobre gastos militares baseia-se em dados provenientes de U.S. Arms Control and Disarmament Agency, 1986; Sivard, 1989; e UNDP, 1990. Roger Sullivan redigiu a seção sobre gastos com salários e reforma do serviço público, servindo-se da experiência prática, de vários documentos internos do Banco e de Merode, no prelo. A seção sobre empresas estatais, privatização e reforma baseia-se na experiência prática, em vasta literatura e em documentos publicados, particularmente em Kjellström, 1990; e Michalet, 1989. Homi Kharas elaborou a matéria sobre países do Leste europeu. As fontes básicas da seção sobre economia política da reforma foram Haggard & Kaufman, 1990; e Remmer, 1986. O Box 7.1 baseia-se em Klitgaard, 1988; o Box 7.2, em Dornbusch & Edwards, 1989; o Box 7.6, num trabalho de Jack Hamilton; e o Box 7.7, em Fischer & Gelb, no prelo; Hinds, 1990; e Kornai, 1990. A Figura de box 7.7

baseia-se em estudo de Alan Gelb e Cheryl Gray, da Unidade de Economias Socialistas do Departamento de Economias Nacionais do Banco Mundial. Contou-se também com os minuciosos comentários de Jessica P. Einhorn, Robert Bates, Gerald Pohl, Geoffrey Lamb e Mary Shirley.

## Capítulo 8

Entre as fontes para a seção sobre prioridades da ação global estão: Bhagwati, 1989; Chipman, 1991; World Bank, 1990d; *World Development Report 1990*; e o documento básico de Pearce. A seção sobre ações específicas que podem funcionar baseia-se em World Bank, 1989a; Brimble & Dahlman, 1990; Kalter & Khor, 1990; e em documentos internos do Banco Mundial. Kemal Dervis, Harinder Kohli, Danny Leipziger, Rachel McCulloch, Joan Nelson e Dani Rodrik contribuíram com detalhados comentários.

## Documentos básicos

- Adelman, Irma. Long-term economic development.
- Austin, Gareth. Government intervention, political systems, and economic performance in Sub-Saharan Africa: a historical perspective.
- Balassa, Bela. Trends in developing country exports, 1963-88.
- Bhalla, Surjit & Gill, Indermit. Social expenditure policies and welfare achievement in developing countries.
- & Lau, Lawrence J. Openness, technological progress, and economic growth in developing countries.
- Chhibber, Ajay & Dailami, Mansoor. Public policy and private investment: recent evidence on key selected issues.
- Coutinho, Rui & Gallo, Gianpiero. Public and private investment in developing countries: some cross-country evidence.
- . The impact of adjustment programs: a survey.
- Dasgupta, Partha. The State and the idea of well-being.
- Dollar, David. Outward orientation and growth: an empirical study using a price-based measure of openness.
- Easterly, William. How does growth begin? Models of endogenous development.
- Elias, Victor J. The role of total factor productivity on economic growth.
- Fardoust, Shahrokh. The world economy in transition: recent history and outlook for the world economy.
- Fernandez-Arias, Eduardo. External finance and economic growth: theory and evidence.
- Finger, J. Michael. That old GATT magic no more cast its spell: how the Uruguay Round failed.
- Fischer, Stanley & Thomas, Vinod. Policies for economic development.



Hamilton, J. M. War and development.

Harberger, Arnold C. Reflections on the growth process.

Harrison, Ann E. Openness and growth: a cross-country, time-series analysis for developing countries.

———. Are there technology spillovers from foreign investment? Micro evidence from panel data.

Hunter, Janet I. The Japanese experience of economic development.

Jen, Stephen Yung-li. Outward orientation and economic performance in developing countries: a survey.

Kaufmann, Daniel. Determinants of the productivity of projects in developing countries: evidence from 1,200 projects.

———. The forgotten rationale for policy reform: the productivity of investment.

King, Elizabeth M. & Rosenzweig, Mark R. Do public expenditures promote human development? Results from a fixed-effect model.

———; ——— & Wang, Yan. Assessing the economic burden of illness: evidence from eight countries.

———. Human capital and entrepreneurship: evidence from five countries.

Lall, Sanjaya. Technological development and industrialization.

Leff, Nathaniel H. Direct foreign investment, multinational corporations, and developing countries: risk, returns, and growth.

López, Ramón. On microeconomic distortions as determinants of the social efficiency of investment and technological change.

Maddison, Angus. World economic growth: the lessons of long-run experience.

Meyers, Kenneth. The importance of long term factors in development.

Newport, Ian & Kolovou, Zoe. Legal systems.

North, Douglass C. Institutions and economic development.

Pearce, David. Environment and development: an overview.

Pillai, P. P. The Kerala model of development.

Ruttan, Vernon W. The role of governments in promoting technical change in agriculture in developing countries.

Shleifer, Andrei. Externalities and economic growth: lessons from recent work.

Singer, H. W. Multilateralism and nationalism in the shadow of the debt crisis.

Srinivasan, T. N. Development thought, strategy, and policy: then and now.

Thirsk, Wayne. Tax distortions and tax reform in developing countries.

Thomas, Vinod; Halevi, Nadav & Stanton, Julie. Does policy reform improve performance?

Wihlborg, Clas. The Scandinavian models for development and welfare.

World Bank, Replenishment Operations Division, Resource Mobilization Department. Bilateral development aid strategies in the 1980s.

### Bibliografia selecionada

*Outras abreviações usadas, além das identificadas no texto:* LSMS, Living Standards Measurement Study. MADIA, Managing Agricultural Development in Africa. NBER, National Bureau of Economic Research. PPR, Policy, Planning, and Research, World Bank. PRE, Policy, Research, and External Affairs, World Bank.

Ahmad, Ehtisham & Wang, Yan. Inequality and poverty in China: institucional change and public policy, 1978-1988. *World Bank Economic Review*, 5 (2): 231-58, 1991.

Alesina, Alberto & Summers, Lawrence H. Central bank independence and macroeconomic performance: some comparative evidence. Discussion Paper, 1496. Cambridge, Mass., Harvard University, 1990.

Aoki, Masahiko. Toward an economic model of the Japanese firm. *Journal of Economic Literature*, 28 (1): 1-28, 1990.

Ayal, Eliezer B. & Chulasai, Luechai. Entrepreneurship in the towns of Northern Thailand. *Journal of Development Planning*, 18: 251-63, 1988.

Bacha, Edmar L. Growth with limited supplies of foreign exchange: a reappraisal of the two-gap model. In: Syrquin, Moshe; Taylor, L. & Westphal, Larry, orgs. *Economic structure and performance*. New York, Academic Press, 1984.

Bairoch, Paul. *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris, Mouton, 1976.

——— & Levy-Leboyer, Maurice. *Disparities in economic development since the Industrial Revolution*. London, Macmillan, 1981.

Balassa, Bela. Exports, policy choices, and economic growth in developing countries after the 1973 oil shock. *Journal of Development Economics*, 18: 23-35, 1985.

——— et alii. *The structure of protection in developing countries*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1971.

Baldwin, Richard E. & Flam, Harry. Strategic trade policies in the market for 30-40 seat commuter aircraft. Seminar Paper, 431. Sweden, Institute for International Economic Studies, University of Stockholm, 1989.

——— & Krugman, Paul. Industrial policy and international competition in wide-bodied aircraft. In: Baldwin, Richard E., org. *Trade policy issues and empirical analysis*. Chicago, University of Chicago Press, 1987.

- Bapna, S. L. *Aggregate supply response of crops in a developing region*. New Delhi, Sultan Chand, 1980.
- Baran, Paul. *The political economy of growth*. New York, Monthly Review Press, 1957.
- Barlow, Robin. The economic effects of malaria eradication. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 57: 130-48, May 1967.
- Barrera, Albino. The role of maternal schooling and its interaction with public health programs in child health production. *Journal of Development Economics*, 32: 69-91, 1990.
- Barro, Robert. Economic growth in a cross section of countries. *Quarterly Journal of Economics* (no prelo).
- Bartel, Ann P. & Lichtenberg, Frank R. The comparative advantage of educated workers in implementing new technology. *Review of Economics and Statistics*, 54 (1): 1-11, 1987.
- Basu, Ellen. *Blood, sweat, and mahjong: family and pariah enterprise in an overseas Chinese community*. Ithaca, N. Y., Cornell University Press (no prelo).
- Bates, Robert H. *Markets and States in tropical Africa*. Berkeley, University of California Press, 1981.
- ; Brock, Philip & Tiefertaler, Jill. Risk and trade regimes: another explanation. *International Organization*, 45 (1): 1-18, 1991.
- Bauer, P. T. *Some economic aspects and problems of underdeveloped countries*. Bombay, Forum of Free Enterprise, 1958.
- Baumol, William J.; Blackman, Sue Anne Batey & Wolff, Edward N. *Productivity and American leadership*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1989.
- Becker, Gary. *Human capital*. New York, Columbia University Press, 1964.
- Behrman, Jere R. & Blau, David M. Human capital and earnings distributions in a developing country: the case of prerevolutionary Nicaragua. *Economic Development and Cultural Change*, 34: 1-31, 1985.
- & Deolalikar, Anil B. *School repetition dropouts and the returns to school: the case of Indonesia*. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1988.
- Berg, Andrew & Sachs, Jeffrey. The debt crisis: structural explanation of country performance. NBER Working Paper, 2.607. Cambridge, Mass., 1988.
- Bernstein, Jeffrey I. & Nadiri, M. Ishaq. Interindustry R&D spillovers, rates of return, and production in high-technology industries. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 78 (2): 429-34, 1988.
- Bevan, David; Collier, Paul & Gunning, Jan. *The political economy of poverty, equity and growth: Indonesia and Nigeria*. New York, Oxford University Press (no prelo).
- Bhagwati, Jagdish. *Foreign trade regimes and economic development: anatomy and consequences of exchange control*. Cambridge, Mass., Ballinger, 1978.
- . *Is free trade passe after all? Weltwirtschaftliches Archiv*, 125 (1): 17-44, 1989.
- Bhalla, Surjit. The role of welfare policies and income growth in improving living standards in India and Sri Lanka. PRE Working Paper. Washington, D.C., World Bank, Office of the Vice President, Development Economics (no prelo).
- Binswanger, Hans. The policy response of agriculture. *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics 1989*. 1990. p. 231-58.
- Birkhaeuser, Dean; Evenson, Robert E. & Feder, Gershon. The economic impact of agricultural extension: a review. Economic Growth Center Discussion Paper, 567. New Haven, Conn., Yale University, 1989.
- Biro Pusat Statistik. *National income of Indonesia 1983-88*. Jakarta, 1989.
- Blejer, Mario & Khan, Mohsin S. Government policy and private investment in developing countries. *IMF Staff Papers*, 31 (2): 379-403, June 1984.
- Blinder, Alan S. Pay, participation, and productivity. *Brookings Review*, 8 (1): 33-38, 1990.
- Boskin, Michael J. & Lau, Lawrence J. *Post-war economic growth in the Group-of-Five countries: a new analysis*. Center for Economic Policy Research Publication, 217. Stanford, Calif., Stanford University, Department of Economics, 1990.
- Brander, James A. & Spencer, Barbara J. Export subsidies and international market share rivalry. *Journal of International Economics*, 18 (2): 83-100, 1985.
- Brimble, Peter & Dahlman, Carl J. Thailand: technology strategy and policy for sustained industrialization. Industry Series Working Paper, 24. Washington, D.C., World Bank, Industry and Energy Department, 1990.
- Broadbridge, Seymour A. Aspects of economic and social policy in Japan, 1968-1945. In: Mathias, Peter & Pollard, Sidney, eds. *The Cambridge economic history of Europe*. Cambridge, U. K., Cambridge University Press, 1989. v. 8.
- Bugingo, G.; Ntilivamunda, A.; Nzaramba, D.; Van de Perre, P.; Ndikuyez, A.; Munyantore, S.; Mutwe-wingabo, A. & Bizimungu, C. Etude sur la séropositivité liée à l'infection au virus de l'immunodéficience humaine au Rwanda. *Revue Médicale Rwandaise*, 20: 37-42, 1987.
- Bourguignon, François & Morrison, Christian. *External trade and income distribution*. Paris, Development Centre of OECD, 1989.
- Buiter, Willem H. Some thoughts on the role of fiscal policy in stabilization and structural adjustment in developing countries. Documento básico para o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1988. Washington, D. C., World Bank, Office of the Vice President, Development Economics, 1988.
- Bulatao, Rodolfo A.; Bos, Eduard; Stephens, Patience W. & Vu, My T. *World population projections, 1989-90 edition: short-and long-term estimates*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1990.

- Caldwell, John. Education as a factor in mortality decline: an examination of Nigerian data. *Population Studies*, 33 (3): 395-414, Nov. 1979.
- Calmfors, Lars & Nymoén, Ragnar. Real wage adjustment and employment policies in the Nordic countries. *Economic Policy*, 11: 397-448, Oct. 1990.
- Cameron, David R. Social democracy, corporatism, labor quiescence, and the representation of economic interest in advanced capitalist society. In: Goldthorpe, John H., org. *Order and conflict in contemporary capitalism*. Oxford, U. K., Clarendon Press, 1984.
- Cardoso, Eliana & Fishlow, Albert. Latin American economic development: 1950-1980. NBER Working Paper, 3: 61. Cambridge, Mass.
- Cassen, Robert et alii. *Does aid work?* New York, Oxford University Press, 1987.
- Cavallo, Domingo & Mundlak, Yair. Agriculture and economic growth in an open economy: the case of Argentina. International Food Policy Research Institute Report, 36. Washington, D. C., 1982.
- Chenery, Hollis & Bruno, Michael. Development alternatives in an open economy: the case of Israel. *Economic Journal*, 72 (285): 79-103, 1962.
- ; Robinson, Sherman & Syrquin, Moshe. *Industrialization and growth: a comparative study*. New York, Oxford University Press, 1986.
- & Srinivasan, T. N. *The handbook of development economics*. New York, North-Holland, 1988. 2 vs.
- Chhibber Ajay & Shafik, Nemat. Does devaluation hurt private investment? The Indonesian case. PRE Working Paper, 418. Washington, D. C., World Bank, Office of the Vice President for Development Economics, 1990.
- China, State Statistical Bureau. *Statistical Yearbook of China 1987*. Hong Kong, Longman, 1988.
- . *Statistical Yearbook of China 1989*. Beijing, China Statistical Press, 1989.
- Chipman, John. Third World politics and security in the 1990s: "the world forgetting, by the world forgot?" *Washington Quarterly*, 14 (1): 151-68, 1991.
- Cho, Yoon-Je Cho & Khatkhate, Deena. *Lessons of financial liberalization in Asia: a comparative study*. World Bank Discussion Paper, 50. Washington, D. C., 1989.
- Chudnovsky, Daniel. North-South technology transfer revisited: research issues for the 1990s. Ottawa, Canada, International Development Research Centre, 1990.
- Cipolla, Carlo. *The economic history of world population*. 7. ed. Harmondsworth, U. K., Penguin, 1978.
- Cleaver, Kevin. *The impact of price and exchange rate policies on agriculture in Sub-Saharan Africa*. World Bank Staff Working Paper, 728. Washington, D. C., 1985.
- & Schreiber, Gotz. The population, environment, and agriculture nexus in Sub-Saharan Africa. Washington, D. C., World Bank, Western Africa Department, 1991.
- Collins, Susan M. Lessons from Korean economic growth. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 80 (2): 104-07, 1990.
- Commission on Health Research for Development. *Health research: essential link to equity in development*. New York, Oxford University Press, 1990.
- Corbo, Vittorio & Rojas, Patricio. World Bank-supported adjustment programs. Country performance and effectiveness. PRE Working Paper, 623. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1991.
- & Schmidt-Hebbel, Klaus. Public policies and saving in developing countries. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- Corden, W. Max. Macroeconomic policies and growth: some lessons of experience. *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics 1990*. 1991. p. 59-84.
- Crafts, N. C. R. The eighteenth century: a survey. In: Floud, Roderick & McCloskey, Donald. 1981.
- Cuddington, John T. Economic determinants of capital flight: an econometric investigation. In: Lessard, Donald R. & Williamson, John, orgs. *Capital flight: the problem and policy responses*. Washington, D. C., Institute for International Economics, 1987.
- Culpeper, Roy & Hardy, Michel. Private foreign investment and development: a partnership for the 1990s? Ottawa, Canada, North-South Institute, 1990.
- Cumby, Robert & Levich, R. On the definition and magnitude of recent capital flight. In: Lessard, Donald R. & Williamson, John, orgs. *Capital flight: the problem and policy responses*. Washington, D. C., Institute for International Economics, 1987.
- Cummings, Dianne; Cummings, Dale & Jorgenson, Zvi. Economic growth, 1947-73: an international comparison. In: Kendrick, John & Vaccara, Beatrice, orgs. *New developments in productivity measurement*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.
- Dahlman, Carl J. & Sananikone, Ousa. Technology strategy in the economy of Taiwan: exploiting foreign linkages and investing in local capability. Washington, D. C., World Bank, International Economics Department, 1990.
- Dasgupta, Partha. Well-being and the extent of its realization in developing countries. *Economic Journal*, 100 (4): supplement, 1990.
- De Long, J. Bradford & Summers, Lawrence H. Equipment investment and economic growth. *Quarterly Journal of Economics* (no prelo).
- Deaton, Angus. Saving and liquidity constraints. NBER Working Paper, 3: 196. Cambridge, Mass., 1989.
- Dell, Sidney & Lawrence, Roger. *The balance of payments adjustment process in developing countries*. Elmsford, N.Y., Pergamon, 1980.
- Denison, Edward F. *The sources of economic growth in the United States and the alternatives before us*. New York, Committee for Economic Development, 1962.

- Deolalikar, Anil B. Nutrition and labor productivity in agriculture: estimates for rural South India. *Review of Economics and Statistics*, 70 (3): 406-13, Aug. 1988.
- Dervis, Kemal & Petri, Peter A. *The macroeconomics of successful development: what are the lessons?* NBER Macroeconomics Annual. Cambridge, Mass., MIT Press, 1987.
- Dollar, David. Outward-oriented developing economies really do grow more rapidly: evidence from 95 LDCs, 1976-85. *Economic development and cultural change* (no prelo).
- Dooley, Michael P. Country-specific risk premiums, capital flight, and net investment income payments in selected developing countries. Washington, D. C., International Monetary Fund, 1986.
- Dornbusch, Rudiger & Edwards, Sebastian. The macroeconomics of populism in Latin America. PPR Working Paper, 316. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1989.
- Douglas, Roger. The politics of successful structural reform. *Policy*, 6 (1): 2-6, 1990.
- DRI/McGraw-Hill. *World markets: executive summary*. 4th quarter. Lexington, Mass., 1990.
- Easterlin, Richard. Why isn't the whole world developed? *Journal of Economic History*, 41 (1): 1-17, 1981.
- Eckaus, R. S. *Some temporal aspects of development: a survey*. World Bank Staff Working Paper, 626. Washington, D. C., 1986.
- Edwards, Sebastian. Real exchange rates in the developing countries: concepts and measurement. NBER Working Paper, 2.950. Cambridge, Mass., 1989.
- & Tabellini, Guido. The political economy of fiscal policy and inflation in developing countries: an empirical analysis. Los Angeles, University of California, 1990.
- Eichengreen, Barry & Portes, Richard. Dealing with debt: the 1930s and the 1980s. PPR Working Paper, 259. Washington, D. C., World Bank, International Economics Department, 1989.
- Emi, Koichi. Economic development and educational investment in the Meiji Era. In: *Unesco. Readings in the economics of education*. Paris, 1968.
- Ernst, Dieter & O'Connor, David. Technological capabilities, new technologies, and latecomer industrialisation: an agenda for the 1990s. Paris, Development Centre of OECD, 1990.
- Esman, Milton J. & Uphoff, Norman T. *Local organizations: intermediaries in rural development*. Ithaca, N. Y., Cornell University Press, 1984.
- Espig-Andersen, Gösta & Korpi, Walter. *Social policy as class politics in post war capitalism: Scandinavia, Austria, and Germany*. London, Oxford University Press, 1984.
- Evans, Peter B. Predatory, developmental, and other apparatuses: a comparative political economy perspective of the Third World state. *Sociological Forum*, 4: 561-87, 1989.
- Evenson, Robert E. & Ranis, Gustav, orgs. *Science and technology: lessons for development policy*. Boulder, Colo., Westview, 1990.
- Faini, Riccardo & de Melo, Jaime. Adjustment, investment, and the real exchange rate in developing countries. PRE Working Paper, 473. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- Fardoust, Shahrokh & Dhareshwar, Ashok. *A long-term outlook for the world economy: issues and projections for the 1990s*. Policy and Research Series, 12. Washington, D. C., World Bank, 1990.
- Feder, Gershon; Just, Richard & Zilberman, David. *Adoption of agricultural innovation in developing countries: a survey*. World Bank Staff Working Paper, 542. Washington, D. C., 1982.
- Fields, Gary S. Growth and income distribution. In: *Psacharopoulos, George*. 1991.
- Findlay, Ronald. The new political economy: its explanatory power for LDCs. *Economics and Politics*, 2 (2): 193-221, 1990.
- Finger, J. Michael. The GATT as international discipline over trade restrictions: a public choice approach. PRE Working Paper, 402. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- & Messerlin, Patrick A. *The effects of industrial countries' policies on developing countries*. Washington, D. C., World Bank, 1989.
- Finsterbusch, Kurt & Van Wicklin III, Warren A. Beneficiary participation in development projects: empirical tests of popular theories. *Economic Development and Cultural Change*, 37 (3): 573-93, 1989.
- Fischer, Stanley. Economic development and the debt crisis. PPR Working Paper, 17. Washington, D. C., World Bank, Office of the Vice President, Development Economics, 1989.
- & Gelb, Alan. Issues in socialist economy reform. *Journal of Economic Perspectives* (no prelo).
- Floud, Roderick & McCloskey, Donald. *The economic history of Britain since 1700*. Cambridge, U.K., Cambridge University Press, 1981.
- Fogel, Robert W. Nutrition and the decline in mortality since 1700: some additional preliminary findings. *Studies in Income and Wealth*, 51: 439-555, 1986.
- . Second thoughts on the European escape from hunger: famines, chronic malnutrition, and mortality. Chicago, Ill., University of Chicago, 1990.
- Friedman, David. *The misunderstood miracle*. Ithaca, N. Y., Cornell University Press, 1988.
- Frimpong-Ansah, J. H. The challenges to private entrepreneurship in Sub-Saharan Africa. *Tanzania Journal of Economics*, 1 (1): 19-46, 1989.
- Frischtak, Claudio R.; Hadjimichael, Bitá & Zachau, Ulrich. *Competition policies for industrializing countries*. Policy and Research Series, 7. Washington, D. C., World Bank, 1989.
- Castil, Raymond. *Freedom in the world*. New York, Freedom House, 1989.

- GATT (General Agreement on Tariffs and Trade). *International trade 89-90*. Geneva, 1990. v. 2.
- Gelb, Alan H. Financial policies, growth, and efficiency. PPR Working Paper, 202. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1989.
- Gerschenkron, Alexander. *Continuity in history and other essays*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1968.
- Glewwe, Paul. Schooling, skills, and the returns to education: an econometric exploration using data from Gana. Washington, D.C., World Bank, Population and Human Resources Department, 1990 (reprog.).
- Goldstein, Morris & Montiel, Peter. Evaluating Fund stabilization programs with multicountry data: some methodological pitfalls. *IMF Staff Papers*, 33 (2): 304-44, 1986.
- Greene, Joshua & Villanueva, Delano. Private investment in developing countries: an empirical analysis. IMF Working Paper, 40. Washington, D. C., 1990.
- Grier, Kevin B. & Tullock, Gordon. An empirical analysis of cross-national economic growth, 1951-80. *Journal of Monetary Economics*, 24: 259-76, 1989.
- Griffin, Charles G. Methods for estimating the value of time with an application to the Philippines. Eugene, University of Oregon, 1987.
- Grilli, Erzo R. & Yang, Maw Cheng. Primary commodity prices, manufactured goods prices, and the terms of trade of developing countries: what the long run shows. *World Bank Economic Review*, 2 (1): 1-47, 1988.
- Grossman, Gene M. Promoting new industrial activities: a survey of recent arguments and evidence. Princeton, N. J., Princeton University, 1989.
- & Helpman, Elhanan. *Innovation and growth: technological competition in the global economy*. Cambridge, Mass., MIT Press (no prelo).
- Gwatkin, David R. The end of an era. Washington, D. C., Overseas Development Council, 1978.
- Haberler, Gottfried. *International trade and economic development*. Cairo, National Bank of Egypt, 1959.
- Haddad, Lawrence & Bouis, Howarth E. The impact of nutritional status on agricultural productivity: wage evidence from the Philippines. U. K., Development Economics Research Centre, University of Warwick, 1989.
- Hagen, Everett. *On the theory of social change*. Homewood, Ill., Dorsey, 1962.
- Haggard, Stephen & Kaufman, Robert. The political economy of inflation and stabilization in middle-income countries. PRE Working Paper, 444. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- Halstead, Scott B.; Walsh, Julia A. & Warren, Kenneth S., eds. *Good health at low cost*. New York, Rockefeller Foundation, 1985.
- Harberger, Arnold, ed. *World economic growth*. San Francisco, Calif., ICS Press, 1984.
- Hazell, Peter; Pomareda, Carlos & Valdés, Alberto. *Crop insurance for agricultural development: issues and experience*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1986.
- Heggie, Ian G. Reforming transport policy. *Finance & Development*, 26 (1): 42-44, March 1989.
- Heitger, Bernhard. Import protection and export performance: their impact on economic growth. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 260: 1-19, July 1986.
- Heller, Peter & Tait, Alan. *Government employment and pay: some international comparisons*. IMF Occasional Paper, 24. Washington, D. C., 1984.
- Helpman, Elhanan & Krugman, Paul R. *Trade policy and market structure*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1989.
- Hernandez-Iglesias, Feliciano & Riboud, Michelle. Trends in labor force participation of Spanish women: an interpretative essay. *Journal of Labor Economics*, 3 (1): S201-17, Jan. 1985. part 2.
- Hicks, John. *A theory of economic history*. New York, Oxford University Press, 1969.
- Hill, Kenneth & Pebley, Anne R. Child mortality in the developing world. *Population and Development Review*, 15 (4): 657-87, 1989.
- Hinds, Manuel. Issues in the introduction of market forces in Eastern European economies. Washington, D. C., World Bank, Europe, Middle East and North Africa Technical Department, 1990.
- Hirschman, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven, Conn., Yale University Press, 1958.
- . The case against "one thing at a time". *World Development*, 18 (8): 1.119-22, 1990.
- Hoff, Karla & Stiglitz, Joseph. Introduction: imperfect information and rural credit markets — puzzles and policy perspectives. *World Bank Economic Review*, 4 (3): 235-50, 1990.
- Horioka, Charles Yuji. Why is Japan's household saving rate so high? A literature survey. *Journal of the Japanese and International Economies*, 4: 49-92, 1990.
- Hsiao, M. W. Tests of causality and exogeneity between exports and economic growth: the case of the Asian NICs. *Journal of Economic Development*, 12 (2): 143-59, 1987.
- Hsu, Ti-hsia. *China's search for economic growth: the Chinese economy since 1949*. China Studies Series. Beijing, New World Press, 1982.
- Huntington, S. P. *Political order in changing societies*. New Haven, Conn., Yale University Press, 1968.
- Hwa, Erh-Cheng. *The contribution of agriculture to economic growth: some empirical evidence*. World Bank Staff Working Paper, 619. Washington, D. C., 1983.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Estatísticas históricas do Brasil. v. 3. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro, 1987.
- Ibn Khaldun. *The Muqaddimah: an introduction to history*. [Publicado pela primeira vez por volta do século

- XIV.] Organizado e condensado por N. Dawood. Princeton, N. J., Princeton University Press, 1981.
- ILO (International Labour Office). *Toward full employment: a programme for Colombia*. Geneva, 1970.
- . *Matching employment opportunities and expectations: a programme of action for Ceylon*. Geneva, 1971.
- IMF (International Monetary Fund). *World Economic Outlook*. Washington, D. C., Oct. 1990.
- . *World Economic Outlook*. Washington, D. C., Apr. 1991.
- ; World Bank; Organisation for Economic Cooperation and Development & European Bank for Reconstruction and Development. *The economy of the USSR: a study undertaken in response to a request by the Houston Summit: summary and recommendations*. Washington, D. C., World Bank, 1990.
- India, Planning Commission. *Report of the Committee on distribution of income and levels of living*. v. 1. New Delhi, 1964.
- International Currency Analysis, Inc. *World Currency Yearbook*. New York. (Vários anos.)
- Jackman, Richard; Pissarides, Christopher & Savouri, Savvas. Labour market policies and unemployment in the OECD. *Economic Policy*, 11: 449-90, Oct. 1990.
- Jacoby, Hanan. The returns to education in the agriculture of the Peruvian Sierra. Washington, D. C., World Bank, Population and Human Resources Department, 1989.
- Jamison, Dean T. & Lau, Lawrence. *Farmer education and farm efficiency*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1982.
- & Mosley, W. Henry, orgs. *Disease control priorities in developing countries*. New York, Oxford University Press (no prelo).
- Johnson, Dale & Lee, Ronald, orgs. *Population growth and economic development: issues and evidence*. Madison, University of Wisconsin Press, 1987.
- Jorgensen, Dale & Griliches, Zvi. The explanation of productivity change. *Review of Economic Studies*, 34 (99): 249-83, 1967.
- Jung, W. & Marshall, P. Exports, growth, and causality in developing countries. *Journal of Development Economics*, 14: 241-50, May-June 1985.
- Kalter, Eliot & Khor, Hoe Ee. Mexico's experience with adjustment. *Finance & Development*, 27 (3): 22-25, Sept. 1990.
- Katsenelinboigen, Aron J. *The Soviet Union, empire, nation and system*. New Brunswick, N. J., Transaction, 1990.
- Kawasaki, Kenichi. The saving behavior of Japanese households. OECD Working Paper, 73. Paris, France, 1990.
- Kazushi, Ohkawa & Rosovsky, Henry. *Japanese economic growth*. Stanford, Calif., Stanford University Press, 1973.
- Keesing, Donald B. & Singer, Andrew. Development assistance gone wrong: why support services have failed to expand exports. PRE Working Paper, 543. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- Kelly, Margaret; Kirmani, Naheed; Xafa, Miranda; Boonekamp, Clemens & Winglee, Peter. *Issues and developments in international trade policy*. IMF Occasional Paper, 63. Washington, D. C., 1988.
- Keynes, John Maynard. The end of laissez-faire [1926]. In: *The collected writings of John Maynard Keynes*. New York, St. Martin's Press, 1972.
- Khan, Mohsin S. The macroeconomic effects of Fund-supported adjustment programs. *IMF Staff Papers*, 37 (2): 195-231, 1990.
- Killick, Anthony. *A reaction too far*. London, Overseas Development Institute, 1989.
- Kim, Young-Ju. *Health care financing in Korea*. Seoul, Republic of Korea, Social Development Planning Division, Economic Planning Board, 1987.
- King, Elizabeth M. Does education pay in the labor market? The labor force participation, occupation, and earnings of Peruvian women. LSMS Working Paper, 67. Washington, D. C., World Bank, 1989.
- & Hill, M. Anne, orgs. *Women's education in developing countries*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press (no prelo).
- Kjellström, Sven. Privatization in Turkey. Washington, D. C., World Bank, Europe, Middle East, and North Africa Country Department I, 1990.
- Klitgaard, Robert. *Controlling corruption*. Berkeley, University of California Press, 1988.
- Knudsen, Odin; Nash, John; Bovard, James; Gardner, Bruce L. & Winters, Alan. *Redefining the role of government in agriculture in the 1990s*. World Bank Discussion Paper, 105. Washington, D. C., 1991.
- Kornai, Janos. *The road to a free economy: shifting from a socialist system: the example of Hungary*. New York, Norton, 1990.
- Korten, Frances F. & Sly, Jr., Robert Y. *Transforming a bureaucracy: the experience of the Philippine National Irrigation Administration*. West Hartford, Conn., Kumarian Press, 1988.
- Krueger, Anne. *Liberalization attempts and consequences*. Cambridge, Mass., Ballinger, 1978.
- . Government failures in development. *Journal of Economic Perspectives*, 4 (3): 9-23, 1990.
- ; Michalopoulos, Constantine & Ruttan, Vernon. *Aid and development*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1989.
- Kuznets, Simon. *The economic growth of nations*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971.
- Lächler, Ulrich. Regional integration and economic development. Industry Series Working Paper, 14. Washington, D. C., World Bank, Industry and Energy Department, 1989.
- Laird, Samuel & Yeats, Alexander. Empirical evidence concerning the magnitude and effects of developing



- country tariff escalation. *Developing Economies*, 25 (2): 99-123, 1987.
- . *Quantitative methods for trade-barrier analysis*. New York, Macmillan, 1990a.
- . Trends in nontariff barriers [in German]. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 126 (2): 300-25, 1990b.
- Lal, Deepak & Myint, Hla, orgs. *The political economy of poverty, equity, and growth*. New York, Oxford University Press (em andamento).
- Lau, Lawrence; Jamison, Dean T. & Louat, Frederic F. Education and productivity in developing countries: an aggregate function approach. PRE Working Paper, 612. Documento básico para o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990. Washington, D. C., World Bank, Office of the Vice President, Development Economics, 1991.
- & Klein, Lawrence. *Models of development*. San Francisco, ICS Press, 1990.
- League of Nations. *Tariff level indices*. Geneva, International Economic Conference, Economic and Financial Section, 1927.
- Lee, Kye-Woo. Equity and an alternative education method: a Korean case study. *Comparative Education Review*, 25 (1): 45-63, 1981.
- Lee, Kyu Sik & Anas, Alex. The costs of infrastructural deficiencies in Nigeria. Washington, D. C., World Bank Infrastructure and Urban Development Department, 1990.
- Lele, Una & Christiansen, Robert E. *Markets, marketing boards, and cooperatives in Africa: issues in adjustment policy*. MAIDIA Discussion Paper, 11. Washington, D. C., World Bank, 1990.
- & Nabi, Ijaz. *Transitions in development: the role of aid and commercial flows*. San Francisco, Calif., ICS Press, 1991.
- Levin, Henry M.; Pollit, Ernesto; Galloway, Ray & McGuire, Judith. Micronutrient deficiency disorders. In: Jamison, Dean T. & Mosley, W. Henry (no prelo).
- Levy, Brian. Obstacles to developing small and medium-sized enterprises. PRE Working Paper, 588. Washington, D.C., World Bank, Country Economics Department, 1991.
- Lewis, John P. et alii. *Development strategies reconsidered*. U.S. — Third World Policy Perspectives, 5. Washington, D.C., Overseas Development Council, 1986.
- Lewis, Stephen R., Jr. Primary exporting countries. In: Chenery, Hollis & Srinivasan, T. N., 1988.
- Lewis, W. Arthur. Economic development with unlimited supplies of labor. *Manchester School of Economic and Social Studies*, 22 (2): 139-91, 1954.
- . *The theory of economic growth*. Homewood, Ill., Irwin, 1955.
- Lindauer, David L. Labor market performance and worker welfare in Korea. Documento apresentado na Conferência sobre Mudança Econômica e Social na República da Coréia. Newport, R.I., 1989.
- & Valenchik, A. D. The growth of government spending in developing countries: a review of trends, causes, and consequences. Development Discussion Paper, 353. Cambridge, Mass., Harvard University, Institute for International Development, 1990.
- Lipset, Seymour Martin; Seong, Kyoung-Ryung & Torres, John Charles. A comparative analysis of the social requisites of democracy. Stanford, Calif., Hoover Institution, 1991.
- Little, I. M. D. *Economic development: theory, policy, and international relations*. New York, Basic Books, 1982.
- ; Scitovsky, Tibor & Scott, Maurice. *Industry and trade in some developing countries: a comparative study*. London, Oxford University Press, 1970.
- Liu, Lili. Entry/exit, learning, and productivity change: evidence from Chile. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- Lockheed, Marlaine & Verspoor, Adriaan. *Improving primary education in developing countries*. New York, Oxford University Press (no prelo).
- Londregan, John B. & Poole, Keith T. Poverty, the coup trap, and the seizure of executive power. Working Paper, 36-88-89. Pittsburgh, Pa., Carnegie Mellon University, Graduate School of Industrial Administration, 1989.
- Lopez, Alan D. Causes of death in the industrialized and the developing countries: estimates for 1985. In: Jamison, Dean T. & Mosley, W. Henry (no prelo).
- López, Ramón & Riveros, Luis. Macroeconomic adjustment and the labor market in four Latin American countries. PPR Working Paper, 335. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1989.
- Lucas, Robert E. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, 22: 2-42, 1988.
- Maasland, Anne & van der Gaag, Jacques. World Bank-supported adjustment programs and living conditions. Documento elaborado para a Conference on Adjustment Lending: Policies for the Recovery of Growth. Washington, D.C., World Bank, Sept. 13-14, 1990.
- McEvedy, Colin & Jones, Richard. *Atlas of world population history*. New York, Facts on File, 1978.
- McKeown, Thomas. *The modern rise of population*. New York, Academic Press, 1976.
- Maddison, Angus. *Les phases du développement capitaliste*. Paris, Economica, 1981.
- . *The world economy in the 20th century*. Paris, Development Centre of OECD, 1989.
- et alii. *The political economy of poverty, equity, and growth: Brazil and Mexico*. New York, Oxford University Press (no prelo).
- Magaziner, Ira C. & Patinkin, M. Fast heat: how Korea won the microwave war. *Harvard Business Review*, 67: 83-92, Jan./Feb. 1989.



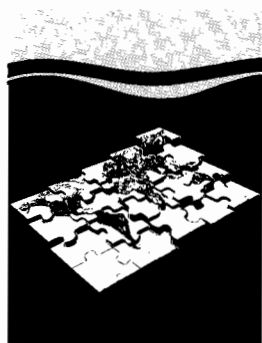
- Mahar, Dennis J. *Government policies and deforestation in Brazil's Amazon region*. Washington, D. C., World Bank, 1989.
- Malaysia, Government of. *Mid-term review of second Malaysian Plan 1971-1975*. Kuala Lumpur, Government Press, 1973.
- Mandelbaum, K. *The industrialization of underdeveloped areas*. Oxford, U. K., Blackwell, 1945.
- Mansfield, Edwin. *Protection of intellectual property rights in developing countries*. Washington, D. C., IFC Economics Department, 1989.
- Marsden, Keith. *African entrepreneurs — pioneers in development*. IFC Discussion Paper, 9. Washington, D. C., 1990.
- Marshall, Alfred. *The principles of economics*. [1890] 8. ed. London, Macmillan, 1930.
- Matthews, R. C. O. The economics of institutions and the sources of growth. *Economic Journal*, 96: 903-18, 1986.
- Meier, Gerald M. & Seers, Dudley, orgs. *Pioneers in development*. New York, Oxford University Press, 1984.
- Melbye, Mads; Nselesani, E. K. & Bayley, Anne. Evidence for heterosexual transmission and clinical manifestations of human immunodeficiency virus infection and related conditions in Lusaka, Zambia. *Lancet*, 2: 1.113-15, 1986.
- Merode, Louis de. *Civil service pay and employment reform in Africa: selected implementation experiences*. Washington, D.C., World Bank, Africa Technical Department (no prelo).
- Michalet, Charles Albert. *Le rééquilibrage entre le secteur public et le secteur privé: le cas du Mexique*. Paris, OECD, 1989.
- Middleton, John; Ziderman, Adrian & Van Adams, Arvil. *Vocational education and training in developing countries: policies for flexibility, efficiency, and quality*. Washington, D.C., World Bank, Population and Human Resources Department, 1990.
- Mitchell, B. R. *International historical statistics: the Americas and Australasia*. Detroit, Mich., Gale Research Co., 1983.
- Mitra, Pradeep et alii. *Adjustment in oil importing developing countries: 1973, 1979, 1990*. Asia Country Department, 1. Washington, D.C., World Bank, 1991.
- Mody, Ashoka. *New environment for intellectual property*. Industry Series Working Paper, 10. Washington, D.C., World Bank, Industry and Energy Department, 1989.
- Moock, Peter R. & Leslie, Joanne. Childhood malnutrition and schooling in the Terai region of Nepal. *Journal of Development Economics*, 20 (1): 33-52, 1986.
- ; Musgrove, Philip & Stelcner, Morton. Education and earnings in Peru's informal nonfarm family enterprises. PPR Working Paper, 236. Washington, D. C., World Bank, Population and Human Resources Department, 1989.
- Morawetz, David. *Twenty-five years of economic development*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1977.
- Morishima, Michio. *Why has Japan "succeeded"? Western technology and the Japanese ethos*. Cambridge, U. K., Cambridge University Press, 1982.
- Mowery, David C. & Rosenberg, Nathan. *Technology and the pursuit of economic growth*. New York, Cambridge University Press, 1989.
- Myers, R. H. The economic development of the Republic of China on Taiwan, 1965-81. In: Lau, Lawrence & Klein, Lawrence. 1990.
- Myrdal, Gunnar. *Development and underdevelopment*. Cairo, National Bank of Egypt, 1956.
- Nafziger, E. Wayne. Society and the entrepreneur. *Journal of Development Planning*, 18: 127-52, 1988.
- Nag, Moni. The impact of social and economic development on mortality: a comparative study of Kerala and West Bengal. In: Halstead, Scott B.; Walsh, Julia A. & Warren, Kenneth S. 1985.
- Nagle, William J. & Ghose, Sanjoy. Community participation in World Bank supported projects. Washington, D. C., World Bank, Strategic Planning and Review Department, 1990.
- Nam, Sang-Woo. A sectoral accounting approach to national savings applied to Korea. *Journal of Development Economics*, 33: 31-52, 1990.
- Ndilu, Mibandumba. Medical, social, and economic impact of HIV infection in a large African factory. Abstract 9.583 (poster), Fourth International Conference on AIDS. Stockholm, Sweden, 1988.
- Nehru, Jawaharlal. *The discovery of India*. New York, John Day, 1946.
- Nellis, John. Public enterprise reform in adjustment lending. PRE Working Paper, 233. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1989.
- Nelson, Joan M., org. *Economic crisis and policy choice: the politics of economic adjustment in the developing countries*. Princeton, N. J., Princeton University Press, 1990.
- & Waterbury, John. *Fragile coalitions: the politics of economic adjustment*. U. S. — Third World Policy Perspectives, 12. New Brunswick, N. J., Transaction, 1989.
- Nishimizu, Mieko & Page, John M., Jr. Trade policy, market orientation, and productivity change in industry. In: de Melo, Jaime & Sapir, André, orgs. *Trade theory and economic reform: North, South, and East*. Cambridge, Mass., Blackwell, 1990.
- Nogués, Julio. The role of trade arrangements in the formation of developing countries' trade policies. Washington, D. C., World Bank, Latin American and Caribbean Technical Department, 1990.
- North, Douglas. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, 5 (1): 97-112, 1991.
- Nove, Alec. *An economic history of the U.S.S.R.* 2. ed. London, Penguin Books, 1989.

- Nunberg, Barbara. Bolivia: a review of public pay and employment issues. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- Nurske, Ragnar. Some international aspects of the problem of development. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 42 (2): 571-82, 1952.
- O'Donnell, Guillermo. State and alliances in Argentina, 1956-76. In: Bates, Robert H., org. *Toward a political economy of development*. Berkeley, University of California Press, 1988.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). *National accounts of less developed countries 1950/66*. Paris, 1968.
- . *Development co-operation*. Paris, 1980 a 1989 (relatórios anuais).
- Ohkawa, Kazushi & Rosovsky, Henry. *Japanese economic growth: trend acceleration in the twentieth century*. Stanford, Calif., Stanford University Press, 1973.
- ; Shinohara, Miyohei & Umemura, Mataji, orgs. Estimates of long-term economic statistics of Japan since 1868. In: Yamazawa, Ippei & Yamamoto, Yuzo, orgs. *Foreign trade and balance of payments*. Tokyo, Toyo Keizai Shinposha, 1979. v. 14.
- Over, Mead & Kutzin, Joseph. The direct and indirect costs of HIV infection: two African case studies. *Postgraduate Doctor Middle East*, 13 (11): 632-38, 1990.
- Pack, Howard & Westphal, L. E. Industrial strategy and technological change: theory versus reality. *Journal of Development Economics*, 21: 87-128, 1986.
- Papageorgiou, Demetrios; Michaely, Michael & Choksi, Armeane M. *Liberalizing foreign trade in developing countries: lessons of experience*. Washington, D. C., World Bank, 1990.
- Park, Yung Chul. Development lessons from Asia: the role of government in South Korea and Taiwan. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 80 (2): 118-21, 1990.
- Perkins, Dwight. Government as an obstacle to industrialization: the case of nineteenth century China. *Journal of Economic History*, 27: 478-92, 1967.
- Pfefferman, Guy P. & Madarassy, Andrea. *Trends in private investment in thirty developing countries*. IFC Discussion Paper, 6. Washington, D.C., 1989.
- Pindyck, Robert. Irreversibility, uncertainty, and investment. PPR Working Paper, 294. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department.
- Pinstrup-Andersen, Per; Jaramillo, Maurice & Stewart, Frances. The impact on government expenditure. In: Cornia, Giovanni A. & Jolly, Richard, orgs. *Adjustment with a human face*. Oxford, U. K., Clarendon Press for UNICEF, 1987.
- Polak, Jacques. *Financial policies and development*. Paris, Development Centre of OECD, 1989.
- Pollard, Sidney. *Wealth and poverty: an economic history of the twentieth century*. New York, Oxford University Press, 1990.
- Porter, Michael E. *The competitive advantage of nations*. New York, Free Press, 1990.
- Pradhan, B. K.; Ratha, D. K. & Sarma, Atul. Complementarity between public and private investment in India. *Journal of Development Economics*, 33: 101-16, 1990.
- Prebisch, Raul. Commercial policy in underdeveloped countries. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 49 (2): 251-73, 1959.
- Preble, Elizabeth. The impact of HIV/AIDS on African children. *Social Science and Medicine*, 31 (6): 671-80, 1990.
- Project LINK. World outlook. Philadelphia, University of Pennsylvania. Mar. 1991.
- Psacharopoulos, George. *Essays on poverty, equity, and growth*. Elmsford, N. Y., Pergamon, 1991.
- & Woodhall, Maureen. *Education for development: an analysis of investment choices*. New York, Oxford University Press, 1985.
- Ranis, Gustav & Schultz, T. Paul. *The state of development economics*. New York, Blackwell, 1988.
- Rao, J. Mohan. Agricultural supply response: a survey. *Agricultural Economics*, 3: 1-22, Mar. 1989.
- Reisen, Helmut. *Public debt, external competitiveness, and fiscal discipline in developing countries*. Princeton Studies in International Finance, 66. Princeton, N. J., Princeton University, Department of Economics, 1989.
- Remmer, Karen L. The politics of stabilization: IMF stand-by programs in Latin America, 1954-84. *Comparative Politics*. Oct. 1986. p.1-24.
- Rhee, Yung Whee & Bélot, Thérèse. Export catalysts in low-income countries. Industry Series Working Paper, 5. Washington, D.C., World Bank, Industry and Energy Department, 1989.
- Ribe, Helena; Carvalho, Soniya; Liebenenthal, Roberto; Nicholas, Peter & Zuckerman, Elaine. *How adjustment programs can help the poor: the World Bank's experience*. World Bank Discussion Paper, 71. Washington, D. C., 1990.
- Riboud, Michelle. An analysis of women's labor force participation in France: cross-section estimates and time-series evidence. *Journal of Labor Economics*, 3 (1): S177-200, Jan. 1985. part 2.
- Robinson, Austin. A personal view. In: Keynes, Milo, org. *Essays on John Maynard Keynes*. New York, Cambridge University Press, 1975.
- Rodriguez, Carlos Alfredo. Macroeconomic policies for structural adjustment. PPR Working Paper, 247. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1989.
- Rodrik, Dani. Credibility of trade reform: a policy maker's guide. *World Economy*, 12 (1): 1-16, 1989.
- Romer, Paul M. Increasing returns and long-run growth. *Journal of Political Economy*, 94: 1.002-37, 1986.

- Rosenberg, Nathan & Frischtak, Claudio, orgs. *International technology transfer: concepts, measures, and comparisons*. New York, Praeger, 1985.
- Rosenstein-Rodan, Paul N. Problems of industrialization in Eastern and South-Eastern Europe. *Economic Journal*, 53: 202-11, 1943.
- Rosenzweig, Mark R. Population growth and human capital investments: theory and evidence. *Journal of Political Economy*, 98: 538-70, 1990.
- Rosero-Bixby, Luis. Infant mortality decline in Costa Rica. In: Halstead, Scott B.; Walsh, Julia A. & Warren, Kenneth S. 1985.
- Rostow, W. W. *The stages of economic growth*. Cambridge, U. K., Cambridge University Press, 1960.
- Roubini, Nouriel & Sachs, Jeffrey. Government spending and budget deficits in the industrial economies. *Economic Policy*, 8: 99-127, 1989.
- Sachs, Jeffrey D. *External debt and macroeconomic performance in Latin America and East Asia*. Brookings Papers on Economic Activity, 2. Washington, D. C., Brookings Institution, 1985.
- . Social conflict and populist policies in Latin America. NBER Working Paper, 2.897. Cambridge, Mass, 1989.
- Schiff, Maurice & Valdés, Alberto. *The political economy of agricultural pricing policy*. v. 4. *A synthesis of the economics in developing countries*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press (no prelo).
- Schultz, T. Paul. The benefits of educating women. In: King, Elizabeth & Hill, M. Anne (no prelo).
- Schultz, Theodore W. Investment in human capital. *American Economic Review*, 51 (1): 1-17, 1961.
- . *Transforming traditional agriculture*. New Haven, Conn., Yale University Press, 1964.
- . *Distortions of agricultural incentives*. Bloomington, Indiana University Press, 1978.
- Schweitzer, Julian. Transition in Eastern Europe: the social dimension. *Finance & Development*, 27 (4): 6-8, Dec. 1990.
- Scitovsky, Tibor. Economic development in Taiwan and South Korea, 1965-81. In: Lau, Lawrence & Klein, Lawrence. 1990.
- Scully, Gerald W. The institutional framework and economic development. *Journal of Political Economy*, 96 (3): 652-62, 1988.
- Sen, Amartya. Development: which way now? *Economic Journal*, 93: 745-62, Dec. 1983.
- & Drèze, Jean. *Hunger and public action*. New York, Oxford University Press, 1990.
- Serven, Luis & Solimano, Andrés. Private investment and macroeconomic adjustment. An overview. PPR Working Paper, 339. Washington, D.C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- Shafik, Nemat. Modeling investment behavior in developing countries. An application to Egypt. PPR Working Paper, 452. Washington, D.C., World Bank, International Economics Department, 1990.
- Shihata, Ibrahim. *The World Bank in a changing world: selected essays*. London, Kluwer (no prelo).
- Shirazi, Javad Khalilzadeh & Shah, Anwar M., orgs. *Tax policy in developing countries*. Washington, D. C., World Bank Symposium (no prelo).
- Simon, Julian. *The ultimate resource*. Princeton, N. J., Princeton University Press, 1982.
- Singer, Hans. Economic progress in underdeveloped countries. *Social Research*, 16: 1-11, 1949.
- Singh, Inderjit. *The great ascent: the rural poor in South Asia*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1990.
- Sivard, Ruth Leger. *World military and social expenditures 1987-88*. 12. ed. Washington, D. C., World Priorities, 1988.
- . *World military and social expenditures 1989*. 13. ed. Washington, D. C., World Priorities, 1989.
- Smith, James P. The distribution of family earnings. *Journal of Political Economy*, 87 (5): S163-92, Oct. 1979. part 2.
- Sokoloff, Kenneth L. Inventive activity in early industrial America: evidence from patent records, 1790-1846. *Journal of Economic History*, 48 (4): 813-50, 1988.
- Solow, Robert M. Technical change and the aggregate production function. *Review of Economics and Statistics*, 39: 312-20, 1957.
- South Commission. *The challenge to the South*. London, Oxford University Press, 1990.
- Srinivasan, T. N. External sector in development: China and India, 1950-89. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 80 (2): 113-17, 1990.
- Stern, N. H. The economics of development: a survey. *Economic Journal*, 99: 597-685, 1989.
- Strauss, John. Does better nutrition raise farm productivity? *Journal of Political Economy*, 94: 297-320, Apr. 1986.
- Summers, Robert & Heston, Alan. Improved international comparisons of real product and its composition, 1950-1980. *Review of Income and Wealth*, 30 (2): 207-62, 1984.
- . A new set of international comparisons of real product and rice leves: estimates for 130 countries, 1950-85. *Review of Income and Wealth*. Mar. 1988. p. 1-24.
- . The Penn world table (Mark V): an expanded set of international comparisons, 1950-1988. *Quarterly Journal of Economics*, 106 (2), 1991.
- Sundararajan, V. & Thakur, Subhash. Public investment, crowding out, and growth: a dynamic model applied to India and Korea. *IMF Staff Papers*, 27: 814-55, 1980.
- Supple, Barry. The State and the Industrial Revolution, 1700-1914. In: Cipolla, Carlo M., org. *The Fontana economic history of Europe. The Industrial Revolution*. Glasgow, U. K., Collins, 1971. v. 3.

- Syrquin, Moshe & Chenery, Hollis. Three decades of industrialization. *World Bank Economic Review*, 3 (2): 145-81, 1989.
- Tan, Jee-Peng & Mingat, Alain. Educational development in Asia: a comparative study focusing on cost and financial issues. Washington, D. C., World Bank, Asia Regional Office, 1991.
- Tanzi, Vito. The IMF and tax reform. IMF Working Paper, 90/39. Washington, D. C., 1990.
- Taylor, Charles & Jodice, David. *World handbook of political and social indicators*. New Haven, Conn., Yale University Press, 1983.
- Terrell, Katherine & Svejnar, Jan. How industry-labor relations and government policies affect Senegal's economic performance. Washington, D.C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- Thirsk, Wayne. Lessons from tax reform: an overview. PPR Working Paper, 576. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1991.
- Thomas, Vinod & Nash, John. *Best practices in trade policy reform*. New York, Oxford University Press (no prelo).
- Tybout, James. Researching the trade-productivity link: new directions. PRE Discussion Paper. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1991.
- Udry, Christopher. Credit markets in Northern Nigeria: credit as insurance in a rural economy. *World Bank Economic Review*, 4 (3): 251-70, 1990.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). *Handbook of trade control measures of developing countries*. Geneva, 1987.
- UNDP (United Nations Development Programme). *Human Development Report 1990*. New York, Oxford University Press, 1990.
- . *Human Development Report 1991*. New York, Oxford University Press, 1991.
- UNICEF (United Nations Children's Fund). *The state of the world's children 1991*. Oxford, U. K., Oxford University Press, 1991.
- United Nations. Demographic indicators of countries: estimates and projections as assessed in 1980. *Population Study*, 82. 1982a.
- . Infant mortality: world estimates and projections, 1950-2025. *Population Bulletin of the United Nations*, 14: 31-53, 1982b.
- . Levels and trends in mortality since 1950. *Population Study*, 72. 1982c.
- . 1982 Yearbook of international trade statistics. *Trade by commodity*. New York, 1984. v. 2.
- . 1987 Demographic yearbook. New York, 1989.
- . *The global state of hunger malnutrition: 1990 report*. New York, 1990a.
- . *National accounts statistics*. New York, 1990b.
- . *World population trends and policies: 1989 monitoring report*. New York, 1990c.
- . *World resources, 1990-91*. New York, Oxford University Press, 1990d.
- . *World population trends and policies: 1990 monitoring report*. New York, 1991.
- U.S. Arms Control and Disarmament Agency. *World military expenditures and arms transfers*. Washington, D. C., U.S. Government Printing Office, 1986.
- U. S. Congress, Office of Technology Assessment. *Worker training: competing in the new international economy*. Washington, D.C., U.S. Government Printing Office, 1990.
- . *Energy in developing countries*. Washington. D. C., U.S. Government Printing Office, 1991.
- U.S. Department of Commerce, Bureau of the Census. *Historical statistics from colonial times to the present*. Washington, D. C., U.S. Government Printing Office, 1975.
- . *Statistical abstract of the United States*. Washington, D.C., U.S. Government Printing Office, 1990.
- U.S. Department of Health and Human Services. *Vital and health statistics* (Current estimates from the National Health Interview Survey, 1988). Washington, D. C., National Center for Health Statistics, 1989.
- van der Gaag, Jacques & Vijverberg, Wim. Wage determinants in Côte d'Ivoire: experience, credentials, and human capital. *Economic Development and Cultural Change*, 37 (2): 371-81, Jan. 1987.
- van Wijnbergen, Sweder. Mexico's external debt restructuring in 1989-90. PPR Working Paper, 424. Washington, D. C., World Bank, Latin American and the Caribbean Country Department II, 1990.
- Vanhnen, Tatu. *Power and the means of power*. Ann Arbor, Mich., University Microfilms International, 1979.
- . *The process of democratization*. New York, Taylor and Francis, 1990.
- Villanueva, Delano & Mirakhor, Abbas. Interest rate policies, stabilization, and bank supervision in developing countries: strategies for financial reforms. IMF Working Paper, 90/8. Washington, D. C., 1990.
- Walter, Ingo. Nontariff protection among industrial countries: some preliminary evidence. *Economia Internazionale*, 25: 335-54, 1972.
- Webb, Steven B. & Shariff, Karim. Designing and implementing adjustment programs. Washington, D. C., World Bank, Country Economics Department, 1990.
- Weede, Erich. The impact of democracy on economic growth: some evidence from cross-national analysis. *Kyklos*, 36 (1): 21-39, 1983.
- WEFA Group. *World economic outlook*. Philadelphia, Pa., 1991. v. 1.
- Westphal, Larry E. Industrial policy in an export-propelled economy: lessons from South Korea's experience. *Journal of Economic Perspectives*, 4 (3): 41-59, 1990.
- Wheeler, David. *Human resource policies, economic growth, and demographic change in developing countries*. Oxford, U. K., Clarendon Press, 1984.

- ; Cole, William & Irianiwati, Lisana. Made in Bali: a tale of Indonesian export success. Washington, D. C., World Bank, International Economics Department, 1990.
- WHO (World Health Organization). 1989 *World health statistics*. Geneva, 1989.
- . Current and future dimensions of the HIV/AIDS pandemic: a capsule summary. GPA/SFI. Geneva, 1991.
- Winkler, Donald R. Decentralization in education: an economic perspective. PRE Working Paper, 143. Washington, D. C., World Bank Population and Human Resources Department, 1989.
- Wolf, Martin. Differential and more favorable treatment of developing countries and the international trading system. *World Bank Economic Review*, 1 (4): 647-68, 1987.
- World Bank. Tanzania: an agenda for industrial recovery. Washington, D. C., Southern Africa Department, 1987.
- . *Adjustment lending: an evaluation of ten years of experience*. Policy and Research Series, 1. Washington, D.C., 1988.
- . *India: an industrializing economy in transition*. Country Study. Washington, D. C., 1989a.
- . *Project performance results for 1987*. Operations Evaluation Study. Washington, D. C., 1989b.
- . *Strengthening trade policy reform*. Washington, D. C., Country Economics Department, 1989c.
- . *Sub-Saharan Africa: from crisis to sustainable growth*. Washington, D. C., 1989d.
- . *Adjustment lending policies for sustainable growth*. Policy and Research Series, 14. Washington, D.C., World Bank, 1990a.
- . *Agricultural extension: the next step*. Policy and Research Series, 13. Washington, D. C., Agriculture and Rural Development Department, 1990b.
- . *World debt tables, 1990-91 edition: external debt of developing countries*. Washington, D. C., 1990c.
- . *World tables, 1989-90 edition*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1990d.
- . *Global economic prospects and the developing countries*. Washington, D. C., 1991a.
- . *Price prospects for major primary commodities*. Washington, D. C., 1991b.
- . *World development report*. New York, Oxford University Press. (Vários anos.)
- World Institute for Development Economics Research. *Research for Action*. Helsinki. (Vários anos.)



## Apêndice estatístico

As tabelas deste apêndice estatístico apresentam dados resumidos sobre população, contas nacionais, comércio exterior e dívida externa das economias de rendas média e baixa, das economias de alta renda e do mundo como grupo. Aconse-

lhamos o leitor a consultar as "Definições e notas sobre os dados" para uma explicação sobre os grupos de países, e as notas técnicas dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial, onde encontrará as definições dos conceitos usados.

**Tabela A 1 População (meados do ano) e aumento médio anual**

Grupo de países	População (milhões)				Aumento médio anual (%)			
	1965	1973	1980	1990	1965-73	1973-80	1980-90	1990-2000 <sup>a</sup>
Economias de renda média e baixa	2.394	2.911	3.370	4.138	2,5	2,1	2,1	1,9
Economias de baixa renda	1.743	2.129	2.456	3.013	2,5	2,0	2,1	1,9
Economias de renda média	650	782	914	1.125	2,3	2,3	2,1	1,9
Economias de renda média muito endividadas	323	392	459	565	2,4	2,3	2,1	1,8
África subsaariana	244	301	364	496	2,6	2,7	3,2	3,2
Leste asiático	972	1.195	1.346	1.580	2,6	1,7	1,6	1,4
Sul da Ásia	645	781	922	1.156	2,4	2,4	2,3	1,9
Europa, Oriente Médio e Norte da África	273	315	361	440	1,8	2,0	2,0	2,0
América Latina e Caribe	240	295	349	430	2,6	2,4	2,1	1,8
Economias de alta renda	680	736	780	835	1,0	0,8	0,7	0,6
Membros da OCDE	649	698	733	776	0,9	0,7	0,6	0,5
Outras economias	254	277	296	324	1,1	1,0	0,9	0,7
Mundo	3.328	3.924	4.446	5.298	2,1	1,8	1,8	1,6
Exportadores de petróleo (exceto URSS)	127	158	197	274	2,8	3,1	3,4	3,1

a. Projeções. Para as premissas usadas nas projeções, consultar as notas técnicas da Tabela 26 dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

**Tabela A.2 PNB, população, PNB per capita e crescimento do PNB per capita**

Grupo de países	PNB de 1989 (bilhões de dólares)	População de 1989 (milhões)	PNB per capita de 1989 (dólares)	Crescimento médio anual do PNB per capita (%)					
				1965-73	1973-80	1980-89	1988	1989	1990 <sup>a</sup>
Economias de renda média e baixa	3.232	4.053	800	4,2	2,5	1,5	1,4	1,4	0,0
Economias de baixa renda	981	2.948	330	2,4	2,1	4,1	3,4	3,3	3,2
Economias de renda média	2.253	1.105	2.040	5,2	2,3	0,5	0,6	0,6	-1,1
Economias de renda média muito endividadas	958	554	1.720	4,8	2,9	-0,3	-0,7	-1,3	-3,4
África subsaariana	162	480	340	1,7	0,6	-1,2	-3,1	0,0	..
Leste asiático	841	1.552	540	5,2	4,7	6,3	9,5	2,2	6,4
Sul da Ásia	367	1.131	320	1,2	1,9	2,9	6,7	0,0	3,1
Europa, Oriente Médio e Norte da África	944	433	2.180	..	1,8	0,4	0,0	-0,5	..
América Latina e Caribe	823	421	1.950	4,7	2,3	-0,5	-1,7	-1,2	-2,4
Economias de alta renda	15.230	831	18.330	3,7	2,3	2,3	3,7	2,7	2,1
Membros da OCDE	14.748	773	19.090	3,8	2,3	2,4	3,7	2,8	2,1
Outras economias	..	323	..	..	..	..	..	..	..
Mundo	20.736	5.206	3.980	2,8	1,5	1,2	2,4	1,5	1,7
Exportadores de petróleo (exceto URSS)	478	553	..	6,0	1,0	-2,5	-2,1	-1,1	..

a. Dados preliminares.

**Tabela A.3 Composição do PIB**

(bilhões de dólares)

Grupo de países e indicador	1965	1973	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990 <sup>a</sup>
<b>Economias de renda média e baixa</b>									
PIB	389	867	2.430	2.550	2.655	2.745	3.030	3.303	3.476
Consumo total	309	660	1.807	1.938	2.024	2.051	2.237	2.451	..
Investimento interno bruto	80	201	657	604	653	679	781	859	..
Exportações líquidas	0	6	-34	8	-22	16	12	-6	..
<b>Economias de baixa renda</b>									
PIB	169	315	790	828	793	821	931	996	974
Consumo total	138	241	588	632	602	605	683	736	..
Investimento interno bruto	32	71	202	223	220	234	272	283	..
Exportações líquidas	-1	3	0	-28	-29	-17	-25	-23	..
<b>Economias de renda média</b>									
PIB	215	549	1.640	1.722	1.862	1.924	2.099	2.308	..
Consumo total	167	415	1.218	1.304	1.424	1.448	1.555	1.716	..
Investimento interno bruto	46	129	456	380	432	445	509	576	..
Exportações líquidas	2	5	-34	37	6	31	36	16	..
<b>Economias de renda média muito endividadas</b>									
PIB	114	290	810	788	810	850	962	1.091	1.210
Consumo total	89	228	624	606	643	656	733	842	..
Investimento interno bruto	24	61	205	151	155	178	210	226	..
Exportações líquidas	1	0	-19	30	12	16	19	23	..
<b>África subsaariana</b>									
PIB	31	69	225	198	168	151	164	171	180
Consumo total	26	55	177	172	148	129	143	146	152
Investimento interno bruto	4	12	45	24	25	24	26	26	28
Exportações líquidas	0	1	3	1	-5	-2	-4	-1	-0



**Tabela A.3** (continuação)

Grupo de países e indicador	1965	1973	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990 <sup>a</sup>
<i>Leste asiático</i>									
PIB	91	206	547	589	585	644	780	895	892
Consumo total	70	148	379	406	395	416	504	588	..
Investimento interno bruto	20	56	166	191	189	212	262	307	..
Exportações líquidas	1	2	1	-9	1	16	14	1	..
<i>Sul da Ásia</i>									
PIB	69	97	220	277	295	328	350	351	374
Consumo total	60	81	184	225	239	268	285	289	313
Investimento interno bruto	12	17	49	65	67	71	79	76	79
Exportações líquidas	-2	-1	-12	-13	-12	-11	-14	-13	-17
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>									
PIB	81	206	644	749	858	810	808	828	..
Consumo total	62	148	463	566	652	614	590	598	..
Investimento interno bruto	18	52	200	191	240	206	219	242	..
Exportações líquidas	1	6	-18	-8	-33	-10	-0	-12	..
<i>América Latina e Caribe</i>									
PIB	100	254	714	681	689	731	838	964	..
Consumo total	78	201	550	528	551	563	641	746	..
Investimento interno bruto	20	54	173	121	122	149	175	188	..
Exportações líquidas	1	-0	-10	33	16	19	22	30	..
<i>Economias de alta renda</i>									
PIB	1.434	3.401	8.096	9.156	11.130	12.924	14.504	15.021	..
Consumo total	1.185	2.595	6.256	7.321	8.848	10.224	11.302	11.658	..
Investimento interno bruto	240	774	1.787	1.802	2.211	2.640	3.130	3.286	..
Exportações líquidas	9	27	-9	23	71	51	67	63	..
<i>Membros da OCDE</i>									
PIB	1.413	3.335	7.775	8.835	10.804	12.541	14.073	14.537	..
Consumo total	1.169	2.551	6.076	7.079	8.592	9.934	10.977	11.298	..
Investimento interno bruto	235	757	1.707	1.733	2.141	2.557	3.029	3.176	..
Exportações líquidas	9	27	-9	23	71	51	67	63	..
<i>Outras economias</i>									
PIB	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Consumo total	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Investimento interno bruto	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Exportações líquidas	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<i>Mundo</i>									
PIB	2.044	4.790	11.796	13.067	15.411	17.522	19.570	20.443	..
Consumo total	1.678	3.658	9.087	10.334	12.164	13.748	15.126	15.736	..
Investimento interno bruto	358	1.098	2.738	2.696	3.210	3.720	4.385	4.658	..
Exportações líquidas	8	35	-29	37	37	55	59	49	..
<i>Exportadores de petróleo (exceto URSS)</i>									
PIB	35	109	550	609	582	460	466	465	..
Consumo total	25	66	320	475	469	344	352	330	..
Investimento interno bruto	7	26	143	118	139	105	112	112	..
Exportações líquidas	3	16	87	16	-26	11	2	23	..

*Nota:* Os componentes podem não corresponder aos totais devido ao arredondamento. As exportações líquidas incluem bens e serviços não-fatoriais. a. Dados preliminares.

**Tabela A.4 Consumo, investimento e poupança**  
(percentual do PIB)

Grupo de países e indicador	1965	1973	1980	1985	1987	1988	1989
<i>Economias de renda média e baixa</i>							
Consumo total	79,5	76,1	74,4	76,0	74,7	73,8	74,2
Investimento interno bruto	20,5	23,2	27,0	23,7	24,7	25,8	26,0
Poupança nacional bruta	18,8	21,7	23,9	21,1	22,6	23,5	22,9
<i>Economias de baixa renda</i>							
Consumo total	81,5	76,7	74,4	76,4	73,7	73,4	73,9
Investimento interno bruto	19,0	22,5	25,5	26,9	28,4	29,2	28,5
Poupança nacional bruta	18,1	21,0	24,6	22,4	24,9	25,1	24,5
<i>Economias de renda média</i>							
Consumo total	77,7	75,6	74,3	75,8	75,2	74,1	74,4
Investimento interno bruto	21,5	23,5	27,8	22,1	23,1	24,2	24,9
Poupança nacional bruta	19,5	22,2	23,6	20,5	21,5	22,7	..
<i>Economias de renda média muito endividadas</i>							
Consumo total	78,2	78,8	77,0	76,9	77,2	76,2	77,2
Investimento interno bruto	20,8	21,1	25,3	19,2	20,9	21,9	20,7
Poupança nacional bruta	18,9	18,6	20,2	17,6	18,2	19,4	17,6
<i>África subsaariana</i>							
Consumo total	84,8	80,1	78,6	87,2	85,7	87,0	85,7
Investimento interno bruto	13,9	17,8	20,0	12,1	15,9	15,7	15,1
Poupança nacional bruta	13,0	16,1	18,0	9,4	9,8	7,7	8,9
<i>Leste asiático</i>							
Consumo total	77,0	71,9	69,4	69,0	64,6	64,5	65,6
Investimento interno bruto	22,3	27,2	30,4	32,5	33,0	33,6	34,2
Poupança nacional bruta	22,8	25,5	29,4	29,2	33,7	34,0	33,1
<i>Sul da Ásia</i>							
Consumo total	86,0	83,6	83,4	81,2	81,9	81,5	82,2
Investimento interno bruto	16,8	17,0	22,0	23,6	21,6	22,5	21,6
Poupança nacional bruta	13,5	16,0	16,7	17,9	17,1	17,3	16,5
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>							
Consumo total	76,3	71,9	71,8	75,6	75,8	73,0	72,2
Investimento interno bruto	22,4	25,2	31,0	25,5	25,4	27,1	29,2
Poupança nacional bruta	18,9	25,2	26,9	22,4	22,2	25,0	..
<i>América Latina e Caribe</i>							
Consumo total	78,6	78,9	77,1	77,5	77,0	76,5	77,4
Investimento interno bruto	20,3	21,2	24,3	17,7	20,4	20,9	19,5
Poupança nacional bruta	19,0	19,0	20,4	17,2	18,4	18,9	17,2
<i>Economias de alta renda</i>							
Consumo total	82,7	76,3	77,3	80,0	79,1	77,9	77,6
Investimento interno bruto	16,7	22,7	22,1	19,7	20,4	21,6	21,9
Poupança nacional bruta	17,7	24,1	23,3	20,5	21,1	22,2	22,6
<i>Membros da OCDE</i>							
Consumo total	82,8	76,5	78,2	80,1	79,2	78,0	77,7
Investimento interno bruto	16,6	22,7	22,0	19,6	20,4	21,5	21,8
Poupança nacional bruta	17,7	24,1	22,4	20,2	20,9	22,1	22,4
<i>Outras economias</i>							
Consumo total	..	..	..	..	..	..	..
Investimento interno bruto	..	..	..	..	..	..	..
Poupança nacional bruta	..	..	..	..	..	..	..
<i>Mundo</i>							
Consumo total	82,0	76,3	76,6	79,1	78,5	77,3	77,1
Investimento interno bruto	17,5	22,9	23,2	20,6	21,2	22,3	22,6
Poupança nacional	17,9	23,7	23,4	20,6	21,3	22,3	22,5
<i>Exportadores de petróleo (exceto URSS)</i>							
Consumo total	72,1	61,1	58,2	78,0	74,8	75,5	71,0
Investimento interno bruto	20,1	24,2	25,9	19,4	22,9	24,1	24,1
Poupança nacional bruta	19,9	33,7	41,1	22,8	26,5	24,2	..

**Tabela A.5 Investimento, poupança e saldo em conta corrente antes de transferências oficiais**  
(percentual do PNB)

País	Investimento interno bruto			Poupança nacional bruta			Balanço de pagamentos: saldo em conta corrente (antes de transferências oficiais)		
	1965-73	1973-80	1980-89	1965-73 <sup>a</sup>	1973-80	1980-89	1965-73	1973-80	1980-89
<i>América Latina e Caribe</i>									
*Argentina	19,7	23,4	15,5	20,1	..	11,2	0,4	..	-4,3
*Bolívia	25,4	24,9	12,2	21,3	18,5	2,0	-4,1	-6,4	-10,2
*Brasil	21,3	24,0	21,5	19,1	19,3	19,7	-2,1	-4,6	-1,8
*Chile	14,3	17,3	18,1	11,9	12,1	9,7	-2,4	-5,2	-8,4
Colômbia	18,9	18,8	20,4	15,8	19,0	17,4	-3,2	0,2	-3,0
*Costa Rica	21,8	25,5	27,4	13,0	13,8	17,1	-8,8	-11,7	-10,3
*Ecuador	19,0	26,7	23,2	12,7	21,2	16,6	-6,2	-5,5	-6,6
Guatemala	13,3	18,7	13,5	11,6	16,4	9,2	-1,7	-2,3	-4,2
*Honduras	18,6	24,9	17,0	14,0	14,7	7,4	-4,6	-10,2	-9,6
Jamaica	32,0	20,2	25,2	23,7	13,6	15,0	-8,4	-6,6	-10,2
*México	20,6	24,2	23,1	14,9	20,2	21,3	-5,7	-4,0	-1,8
*Peru	24,1	23,9	26,2	20,9	19,7	21,9	-3,2	-4,2	-4,2
*Uruguai	12,0	15,7	12,3	12,0	11,3	10,0	-0,0	-4,4	-2,3
*Venezuela	31,1	34,2	22,0	31,9	35,8	23,6	0,8	1,6	1,6
<i>África subsaariana</i>									
Camarões	16,6	21,8	23,7	..	17,0	19,2	..	-4,8	-4,6
*Congo	29,3	34,0	38,2	4,2	10,4	24,4	-25,2	-23,6	-13,8
*Costa do Marfim	22,8	29,1	18,3	..	16,8	7,2	..	12,3	-11,0
Etiópia	12,8	9,5	12,8	11,0	6,9	5,3	-1,8	-2,5	-7,5
Gana	12,3	8,7	..	8,7	6,9	..	-3,6	-1,8	-5,2
Libéria	19,1	28,7	..	..	27,5	..	..	-1,2	..
Malawi	20,0	29,6	19,2	..	10,8	6,2	..	-18,8	-13,0
Níger	9,7	23,8	15,8	..	10,0	2,5	..	-13,8	-13,3
Nigéria	16,3	22,8	13,8	11,8	24,4	12,3	-4,5	1,6	-1,4
Quênia	22,6	26,0	25,4	17,2	16,3	17,9	-5,5	-9,7	-7,4
*Senegal	14,7	17,5	16,0	..	4,2	1,2	..	-13,3	-14,8
Serra Leoa	13,8	14,1	13,4	9,7	-1,0	..	-4,1	-15,1	..
Sudão	11,9	16,3	13,0	11,0	9,6	2,9	-0,9	-6,8	-10,2
Tanzânia	19,9	23,9	..	17,1	14,1	..	-2,8	-9,8	-9,7
Zaire	9,8	9,7	9,4	14,2	5,3	2,4	4,5	-4,4	-7,0
Zâmbia	31,9	28,5	17,2	34,3	19,9	5,0	2,4	-8,6	-12,2
<i>Leste asiático</i>									
Coreia, Rep. da	23,9	31,2	31,2	17,6	25,9	32,8	-6,3	-5,3	1,6
*Filipinas	20,6	29,1	21,7	19,7	24,3	17,5	-1,0	-4,8	-4,1
Indonésia	15,8	24,5	30,4	13,7	24,6	27,6	-2,1	0,1	-2,8
Malásia	22,3	28,7	32,2	22,6	29,4	29,3	0,2	0,6	-2,9
Papua Nova Guiné	27,8	22,0	26,2	..	11,7	5,5	..	-10,3	-20,7
Tailândia	24,3	26,9	26,7	22,1	21,9	22,6	-2,1	-5,0	-4,1
<i>Sul da Ásia</i>									
Índia	17,2	21,3	23,9	15,8	21,0	21,5	-1,4	-0,3	-2,4
Paquistão	16,1	17,5	18,8	..	11,7	14,8	..	-5,8	-4,0
Sri Lanka	15,8	20,6	25,8	11,2	13,4	15,6	-4,6	-7,2	-10,2
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>									
Argélia	32,6	44,6	35,2	30,5	39,0	34,4	-2,2	-5,6	-0,8
*Egito	14,0	29,3	27,9	9,3	18,2	16,2	-4,7	-11,1	-11,7
*Hungria	..	32,0	27,9	..	..	..	..	..	..
Iugoslávia	29,9	35,6	38,2	27,1	32,9	..	-2,7	-2,7	..
*Marrocos	15,1	25,9	25,3	13,6	16,8	19,2	-1,5	-9,0	-6,1
*Polónia	..	..	28,3	..	..	25,4	..	-5,6	-2,9
Portugal	26,6	29,7	30,4	..	..	..	..	..	..
Tunísia	23,3	29,9	27,5	17,8	23,2	21,9	-5,5	-6,7	-5,6
Turquia	18,5	21,8	22,8	16,0	18,1	20,7	-2,5	-3,7	-2,1

Nota: Os asteriscos indicam uma economia de renda média muito endividada. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados. a. Exclui transferências, 1965-69.

**Tabela A.6 PIB e taxas de crescimento**

Grupo de países	PIB de 1989 (bilhões de dólares)	Crescimento médio anual do PIB (%)						
		1965-73	1973-80	1980-89	1987	1988	1989	1990 <sup>a</sup>
Economias de renda média e baixa	3.303	6,5	4,7	3,8	3,8	4,3	2,9	2,3
Economias de baixa renda	996	5,3	4,5	6,2	5,9	8,1	4,1	4,5
Economias de renda média	2.308	7,0	4,7	2,9	2,9	2,7	2,4	1,1
Economias de renda média muito endividadas	1.091	6,4	5,2	1,9	2,8	1,3	1,3	-1,6
África subsaariana	171	4,8	3,2	2,1	0,2	2,9	2,9	1,5
Leste asiático	895	8,1	6,6	7,9	8,9	9,7	5,5	6,7
Sul da Ásia	351	3,6	4,2	5,1	4,3	8,2	4,5	4,2
Europa, Oriente Médio e Norte da África	828	7,7	3,9	2,9	1,2	2,1	1,5	-0,8
América Latina e Caribe	964	6,5	5,0	1,6	3,1	0,5	1,3	-0,7
Economias de alta renda	15.021	4,8	3,1	3,0	3,5	4,4	3,4	2,6
Membros da OCDE	14.537	4,7	3,0	3,0	3,4	4,4	3,3	2,6
Outras economias	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo	20.443	5,0	3,3	3,1	3,5	4,4	3,3	2,5
Exportadores de petróleo (exceto URSS)	..	8,3	3,7	0,8	-0,3	2,5	2,2	..

a. Dados preliminares.

**Tabela A.7 Estrutura da produção**

(percentual do PIB)

Grupo de países	1965		1973		1980		1985		1987		1988		1989 <sup>a</sup>	
	Agri- cul- tura	In- dús- tria	Agri- cul- tura	In- dús- tria	Agri- cul- tura	In- dús- tria	Agri- cul- tura	In- dús- tria	Agri- cul- tura	In- dús- tria	Agri- cul- tura	In- dús- tria	Agri- cul- tura	In- dús- tria
Economias de renda média e baixa	31	31	24	34	19	38	19	36	18	36	18	36	19	38
Economias de baixa renda	44	28	38	32	33	37	33	33	31	33	31	34	32	37
Economias de renda média	19	34	15	35	12	39	12	37	13	37	12	37	12	36
Economias de renda média muito endividadas	17	33	14	33	11	37	11	36	11	36	11	36	..	..
África subsaariana	41	20	31	25	28	32	33	26	30	25	31	24	32	27
Leste asiático	42	35	35	40	29	44	27	41	25	42	24	43	24	44
Sul da Ásia	44	21	43	19	35	22	31	24	29	24	30	23	32	26
Europa, Oriente Médio e Norte da África	..	..	16	..	13	41	14	37	15	37	15	35	15	..
América Latina e Caribe	16	33	12	33	10	37	10	37	10	37	10	37	..	..
Economias de alta renda	5	42	4	37	3	37	3	34	3	31	..	..	..	..
Membros da OCDE	5	43	4	37	3	36	3	34	3	31	..	..	..	..
Outras economias	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo	10	40	8	37	7	37	6	35	5	32	..	..	..	..
Exportadores de petróleo (exceto URSS)	..	..	13	48	10	54	14	38	13	35	14	35	14	35

a. Dados preliminares.

**Tabela A.8 PIB por taxas de crescimento setorial***(variação percentual anual média)*

Grupo de países	Agricultura			Indústria			Serviços		
	1965-73	1973-80	1980-89	1965-73	1973-80	1980-89	1965-73	1973-80	1980-89
Economias de renda média e baixa	3,1	2,5	3,3	8,3	4,9	4,5	7,3	6,4	3,5
Economias de baixa renda	2,9	2,1	4,0	8,8	6,6	8,6	5,8	5,5	6,2
Economias de renda média	3,3	3,0	2,6	8,1	4,4	3,0	7,7	6,6	2,8
Economias de renda média muito endividadas	2,8	3,2	2,1	7,4	5,9	1,5	7,3	5,9	1,9
África subsaariana	2,4	1,1	2,0	10,4	4,3	0,7	3,4	4,2	2,3
Leste asiático	3,2	2,5	5,2	12,4	9,4	10,4	9,8	7,2	7,7
Sul da Ásia	3,1	2,2	2,9	3,9	5,5	6,7	4,0	5,3	6,3
Europa, Oriente Médio e Norte da África	..	..	2,9	..	..	3,1	..	..	2,7
América Latina e Caribe	2,8	3,3	1,9	7,5	5,4	1,6	7,5	5,8	1,6
Economias de alta renda	..	-2,3	1,5	10,9	1,9	2,1	12,6	0,7	3,1
Membros da OCDE	..	-2,5	1,3	10,9	1,7	2,2	12,6	0,6	3,1
Outras economias	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo	2,4	0,2	2,6	10,6	2,3	2,4	12,1	1,2	3,2
Exportadores de petróleo (excl. URSS)	4,1	2,7	5,4	9,8	1,4	-1,1	7,9	9,8	1,9

**Tabela A.9 Crescimento do volume das exportações***(variação percentual anual média)*

País e grupo de produtos	1965-73	1973-80	1980-87	1987	1988	1989
<i>Economias de renda média e baixa</i>	5,1	3,5	4,6	10,9	9,8	4,9
Produtos primários	4,0	1,2	2,8	4,1	4,1	2,7
Alimentos	2,5	4,9	3,4	11,6	-5,1	..
Combustíveis	5,3	-0,8	1,8	-4,2	7,2	..
Não-alimentos	2,4	3,1	0,3	-3,1	8,6	..
Metais e minerais	5,4	7,3	1,3	8,6	-0,4	..
Manufaturados	10,9	13,0	7,0	20,4	14,7	2,4
<i>Economias de baixa renda</i>	10,4	3,5	4,2	7,7	9,1	6,0
Produtos primários	12,7	1,4	0,8	-3,2	0,1	5,1
Alimentos	0,6	3,9	3,7	7,1	-3,3	..
Combustíveis	23,6	-0,1	-0,5	-7,0	6,3	..
Não-alimentos	6,4	2,6	-0,3	-10,0	-4,9	..
Metais e minerais	6,6	5,6	-1,6	10,7	-5,7	..
Manufaturados	..	10,3	10,2	21,6	18,9	8,6
<i>Economias de renda média</i>	3,9	3,5	4,7	11,9	10,0	4,5
Produtos primários	2,1	1,2	3,6	6,7	5,6	1,9
Alimentos	3,0	5,3	3,3	13,1	-5,6	..
Combustíveis	1,8	-1,2	2,9	-2,9	7,7	..
Não-alimentos	1,3	3,2	0,6	-0,5	13,7	..
Metais e minerais	5,0	8,1	2,2	8,1	1,1	..
Manufaturados	14,7	13,9	6,0	20,0	13,2	..
<i>Economias de renda média muito endividadas</i>	0,6	2,8	3,6	8,2	12,1	-0,6
Produtos primários	-1,4	0,9	2,5	4,1	..	-1,4
Manufaturados	15,6	10,9	7,4	20,7	23,9	-4,9
<i>África subsaariana</i>	14,2	-0,2	-1,8	6,0	2,7	0,9
Produtos primários	14,7	-0,8	-2,0	2,4	4,4	..
Manufaturados	5,8	9,7	2,4	28,4	-9,2	..
<i>Leste asiático</i>	10,6	9,4	9,6	13,2	11,4	6,3
Produtos primários	8,4	5,0	4,6	-3,3	-0,8	..
Manufaturados	28,3	17,1	13,8	25,0	18,2	0,7
<i>Sul da Ásia</i>	-0,2	4,5	5,4	12,0	6,8	10,6
Produtos primários	-1,9	2,1	3,7	-5,3	-2,2	..
Manufaturados	1,1	6,3	6,2	22,8	11,1	..

**Tabela A.9 Crescimento do volume das exportações (continuação)**

<i>País e grupo de produtos</i>	<i>1965-73</i>	<i>1973-80</i>	<i>1980-87</i>	<i>1987</i>	<i>1988</i>	<i>1989</i>
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>	..	-0,6	4,8	11,2	10,4	3,0
Produtos primários	..	..	..	..	..	..
Manufaturados	..	..	..	..	..	..
<i>América Latina e Caribe</i>	-0,4	2,2	3,4	9,0	10,5	2,0
Produtos primários	-1,9	0,2	2,3	5,6	4,9	4,5
Manufaturados	16,7	9,5	6,1	17,1	25,0	-4,6
<i>Economias de alta renda</i>	10,1	5,2	3,4	5,0	5,7	2,4
Produtos primários	8,8	3,8	1,4	4,0	-1,3	-0,4
Alimentos	6,2	8,0	4,3	17,5	-2,5	..
Combustíveis	13,4	1,0	-2,7	-9,4	10,1	..
Não-alimentos	4,2	4,7	3,3	2,9	-11,8	..
Metais e minerais	8,2	9,8	1,6	-2,4	-12,9	..
Manufaturados	10,7	5,6	4,0	5,3	7,6	2,8
<i>Membros da OCDE</i>	9,5	5,4	3,8	5,5	5,2	2,1
Produtos primários	5,7	6,4	4,1	10,5	-4,0	-0,9
Alimentos	6,2	8,0	4,2	17,8	-2,5	..
Combustíveis	8,4	3,7	4,5	5,5	3,7	..
Não-alimentos	2,9	6,2	3,6	4,5	-11,6	..
Metais e minerais	8,2	9,7	1,5	-3,1	-13,9	..
Manufaturados	10,6	5,2	3,7	4,4	7,5	2,7
<i>Outras economias</i>	..	..	..	..	..	..
<i>Mundo</i>	9,2	4,9	3,6	6,0	6,4	2,8
Produtos primários	6,9	2,8	1,9	4,0	0,4	0,4
Alimentos	4,9	7,0	4,1	15,8	-3,2	..
Combustíveis	9,8	0,3	-1,2	-7,6	9,1	..
Não-alimentos	3,7	4,1	2,5	1,2	-6,4	..
Metais e minerais	7,3	9,1	1,6	0,6	-9,3	..
Manufaturados	10,7	6,2	4,2	6,7	8,3	2,7
<i>Exportadores de petróleo (exceto URSS)</i>	8,2	-1,8	-6,2	-9,6	17,7	7,3
Produtos primários	8,2	-1,1	-6,8	-9,9	17,4	..
Alimentos	-5,6	-5,7	-1,7	-26,3	17,7	..
Combustíveis	8,8	-0,8	-7,5	-17,0	15,5	..
Não-alimentos	6,6	-2,5	-19,8	32,7	42,2	..
Metais e minerais	..	8,3	1,6	20,6	-10,0	..
Manufaturados	..	15,5	6,5	-3,9	22,4	..

**Tabela A.10 Variação de preços de exportação e relações comerciais**  
(variação percentual anual média)

Grupo de países	1965-73	1973-80	1980-87	1987	1988	1989
<i>Preços de exportação</i>						
Economias de renda média e baixa	6,1	14,7	-4,6	8,5	3,0	2,1
Produtos primários	5,8	18,5	-6,9	9,5	0,4	..
Alimentos	5,9	8,3	-2,7	-7,4	15,1	..
Combustíveis	9,0	29,5	-9,7	23,4	-14,3	..
Não-alimentos	3,1	9,8	-3,9	22,6	20,1	..
Metais e minerais	2,7	4,0	-3,3	11,7	31,6	..
Manufaturados	5,8	6,8	-0,9	6,0	6,5	5,6
Membros da OCDE de alta renda	4,8	10,3	0,4	11,8	8,4	5,3
Produtos primários	6,1	8,6	-4,1	3,7	16,0	8,2
Alimentos	6,1	5,1	-3,5	-1,4	17,0	..
Combustíveis	6,7	19,4	-6,8	-1,8	-11,1	..
Não-alimentos	4,3	6,7	-3,1	9,6	26,0	..
Metais e minerais	2,2	4,6	-2,4	19,0	47,5	..
Manufaturados	4,6	10,7	1,8	13,9	6,5	4,7
<i>Relações comerciais</i>						
Economias de renda média e baixa	0,1	2,1	-3,7	0,3	-2,0	0,9
Economias de renda média	1,0	1,9	-3,8	0,2	-2,0	0,2
Economias de renda média muito endividadas	2,8	0,5	-2,8	0,5	-1,2	8,0
África subsaariana	-6,7	5,4	-5,7	0,6	-5,4	1,2
Leste asiático	3,3	0,3	-2,3	-0,5	1,2	2,5
Sul da Ásia	3,3	-3,1	1,3	0,6	1,8	-1,8
Europa, Oriente Médio e Norte da África	..	5,7	-4,3	3,3	-9,7	-6,0
América Latina e Caribe	3,1	1,2	-3,9	-3,9	2,2	7,2
Economias de alta renda	-1,3	-2,2	0,3	-0,1	0,0	-0,1
Membros da OCDE	-1,1	-3,3	1,4	-0,4	0,5	-0,4
Outras economias	..	..	..	..	..	..
Mundo	-0,9	-1,5	-0,4	0,1	-0,4	0,1
Exportadores de petróleo (exceto URSS)	..	13,5	-9,0	21,1	-22,5	6,6



**Tabela A.11 Crescimento da dívida de longo prazo das economias de renda média e baixa**  
(variação percentual anual média, nominal)

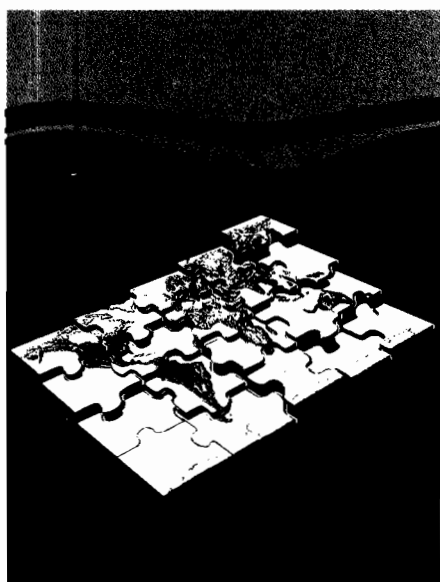
Grupo de países	1970-73	1973-80	1980-87	1988	1989	1990
<i>Economias de renda média e baixa</i>						
Dívida pendente e desembolsada	17,9	22,6	15,0	-2,1	-0,1	5,0
Oficial	15,2	18,0	18,5	0,8	4,0	12,1
Privada	20,7	26,1	12,9	-4,4	-3,5	-1,4
<i>Economias de baixa renda</i>						
Dívida pendente e desembolsada	16,7	16,5	18,3	5,5	5,5	8,8
Oficial	14,7	14,1	17,5	4,3	6,8	12,0
Privada	26,0	23,8	20,0	7,7	3,3	2,8
<i>Economias de renda média</i>						
Dívida pendente e desembolsada	18,4	24,7	14,2	-4,6	-2,2	3,5
Oficial	15,6	21,2	19,1	-1,2	2,3	12,2
Privada	20,0	26,5	12,0	-6,6	-5,0	-2,4
<i>Economias de renda média muito endividadas</i>						
Dívida pendente e desembolsada	16,8	25,2	16,2	-4,8	-2,4	3,5
Oficial	12,6	22,0	25,4	0,1	3,5	17,9
Privada	18,6	26,5	12,9	-7,6	-6,1	-6,2
<i>África subsaariana</i>						
Dívida pendente e desembolsada	20,1	23,9	18,1	1,7	4,2	10,7
Oficial	17,1	22,4	22,0	2,1	8,7	14,2
Privada	25,5	26,2	12,6	0,9	-5,1	2,4
<i>Leste asiático</i>						
Dívida pendente e desembolsada	23,4	22,7	17,9	-0,7	-0,0	6,7
Oficial	26,5	17,9	20,3	1,7	1,4	13,4
Privada	20,7	26,6	16,5	-2,5	-1,1	1,4
<i>Sul da Ásia</i>						
Dívida pendente e desembolsada	11,6	11,2	15,5	5,9	7,9	8,9
Oficial	12,3	10,4	12,1	4,1	6,5	8,7
Privada	1,5	24,5	33,9	11,4	11,8	9,6
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>						
Dívida pendente e desembolsada	22,3	31,1	13,4	-2,0	1,1	8,7
Oficial	16,3	26,7	17,3	-2,4	1,4	11,8
Privada	32,2	35,8	9,7	-1,5	0,8	5,1
<i>América Latina e Caribe</i>						
Dívida pendente e desembolsada	16,8	21,6	14,3	-5,6	-4,2	-1,3
Oficial	11,6	15,2	21,3	1,2	3,8	12,1
Privada	18,9	23,5	12,7	-7,9	-7,2	-7,0

**Tabela A.12 Composição da dívida pendente**  
(percentual da dívida total de longo prazo)

País	Dívida junto a fontes oficiais			Dívida junto a fontes privadas			Dívida a taxas flutuantes		
	1970-72	1980-82	1989	1970-72	1980-82	1989	1973-75	1980-82	1989
<i>América Latina e Caribe</i>									
*Argentina	12,6	9,0	18,6	87,4	91,0	81,4	6,6	29,2	80,4
*Bolívia	58,2	49,3	81,7	41,8	50,7	18,3	7,3	28,4	24,2
*Brasil	30,7	11,9	27,0	69,3	88,1	73,0	26,1	46,0	66,3
*Chile	46,0	11,1	32,9	54,0	88,9	67,1	8,3	23,4	53,9
Colômbia	68,1	46,1	52,6	31,9	53,9	47,4	5,4	33,7	42,2
*Costa Rica	39,8	36,8	52,6	60,2	63,2	47,4	15,5	42,4	43,7
*Ecuador	51,4	29,5	38,6	48,6	70,5	61,4	8,2	37,2	63,3
Guatemala	47,5	71,0	76,0	52,5	29,0	24,0	3,5	5,6	10,3
*Honduras	73,8	62,6	81,4	26,3	37,4	18,6	1,8	18,9	19,0
Jamaica	7,4	68,3	83,9	92,6	31,7	16,1	4,7	17,3	23,8
*México	19,5	10,9	20,9	80,5	89,1	79,1	31,8	61,4	75,3
*Nicarágua	65,3	58,0	82,3	34,7	42,0	17,7	44,2	42,1	18,4
*Peru	15,6	39,4	46,7	84,4	60,6	53,3	16,1	22,9	28,7
*Uruguai	44,2	21,1	23,2	55,8	78,9	76,8	10,1	28,5	70,4
*Venezuela	30,8	3,6	3,2	69,2	96,4	96,8	17,2	57,8	73,9
<i>África subsaariana</i>									
Camarões	82,2	56,6	72,7	17,8	43,4	27,3	1,8	11,3	9,7
*Congo	86,5	45,3	58,4	13,5	54,7	41,6	0,0	15,1	31,7
*Costa do Marfim	51,6	24,3	41,1	48,4	75,7	58,9	19,1	36,9	35,4
Etiópia	87,3	90,9	87,5	12,7	9,1	12,5	1,5	2,1	5,2
Gana	58,0	90,3	91,9	41,9	9,7	8,2	0,0	0,0	1,4
Libéria	81,1	74,0	82,8	19,0	25,9	17,2	0,0	16,9	11,3
Malawi	85,8	72,2	95,1	14,2	27,8	4,9	2,3	21,9	3,7
Níger	97,0	41,0	73,9	2,9	59,0	26,1	0,0	13,4	7,7
Nigéria	68,8	15,1	47,6	31,2	84,9	52,4	0,7	48,0	37,8
Quênia	58,3	54,8	72,5	41,7	45,2	27,5	2,1	10,1	3,7
*Senegal	63,2	69,1	93,9	36,8	30,9	6,1	24,5	9,4	1,5
Serra Leoa	60,6	67,4	82,7	39,4	32,6	17,3	3,8	0,0	1,2
Sudão	86,9	75,1	78,4	13,1	24,9	21,6	2,2	9,6	14,2
Tanzânia	61,0	75,5	94,5	39,0	24,5	5,5	0,4	0,3	2,4
Zaire	42,5	65,9	89,2	57,5	34,1	10,8	32,8	11,9	5,3
Zâmbia	22,0	69,7	86,1	78,0	30,3	14,0	20,7	10,2	14,3
<i>Leste asiático</i>									
Coreia, Rep. da	35,2	34,3	37,3	64,8	65,7	62,7	11,8	29,0	20,2
*Filipinas	22,6	31,4	53,0	77,4	68,6	47,0	7,2	24,1	41,6
Indonésia	72,3	51,7	61,0	27,7	48,3	39,0	4,9	15,1	27,8
Malásia	51,0	21,9	23,6	49,0	78,1	76,4	17,4	36,7	43,9
Papua Nova Guiné	6,1	23,4	34,8	93,8	76,6	65,2	0,0	22,9	16,4
Tailândia	40,1	39,1	42,5	59,9	60,9	57,5	0,4	22,4	24,9
<i>Sul da Ásia</i>									
Índia	95,1	83,9	59,3	4,9	16,1	40,7	0,0	3,0	16,7
Paquistão	90,5	92,6	93,9	9,5	7,4	6,1	0,0	3,2	10,6
Sri Lanka	81,6	79,5	85,1	18,4	20,5	14,9	0,0	12,9	3,5
<i>Europa, Oriente Médio e Norte da África</i>									
Argélia	48,3	22,4	28,5	51,7	77,6	71,5	33,9	23,4	32,3
*Egito	70,9	82,4	82,3	29,1	17,6	17,7	2,1	2,5	8,9
*Hungria	0,0	12,1	11,7	0,0	87,9	88,3	0,0	81,3	64,4
Iugoslávia	37,5	23,6	37,5	62,5	76,4	62,5	3,2	10,1	55,8
*Marrocos	79,1	55,9	76,6	20,9	44,1	23,4	2,7	27,2	39,7
*Polónia	92,3	36,6	68,5	7,7	63,4	31,5	11,3	47,0	64,0
Portugal	29,3	24,7	19,7	70,7	75,3	80,3	0,0	33,9	29,8
Tunísia	71,4	60,1	72,2	28,6	39,9	27,8	0,0	13,6	19,4
Turquia	92,2	63,3	46,8	7,8	36,7	53,2	0,8	23,0	29,8

Nota: Os asteriscos indicam uma economia de renda média muito endividada.





## *Indicadores do Desenvolvimento Mundial*

# Sumário

**Convenções 215**

**Introdução, mapas e gráficos 218**

**Tabelas**

1 Indicadores básicos 224

**Produção**

2 Crescimento da produção 226

3 Estrutura da produção 228

4 Agricultura e alimentos 230

5 Energia comercial 232

6 Estrutura da atividade manufatureira 234

7 Produção e rendimento da atividade manufatureira 236

**Absorção interna**

8 Crescimento do consumo e dos investimentos 238

9 Estrutura da demanda 240

10 Estrutura do consumo 242

**Contas fiscais e monetárias**

11 Despesa do governo central 244

12 Receita corrente do governo central 246

13 Dinheiro e taxas de juros 248

**Principais transações internacionais**

14 Crescimento do comércio de mercadorias 250

15 Estrutura das importações de mercadorias 252

16 Estrutura das exportações de mercadorias 254

17 Importações de manufaturas da OCDE: origem e estrutura 256

18 Balanço de pagamentos e reservas 258

**Financiamento externo**

19 Assistência oficial ao desenvolvimento por membros da OCDE e da OPEP 260

20 Assistência oficial ao desenvolvimento: receita 262

21 Total da dívida externa 264

22 Fluxo de capital externo público e privado 266

23 Fluxos líquidos globais de recursos e transferências líquidas 268

24 Coeficientes da dívida externa total 270

25 Termos dos empréstimos públicos externos 272

**Recursos humanos e naturais**

26 Aumento populacional e projeções 274

27 Demografia e fecundidade 276

28 Saúde e nutrição 278

29 Educação 280

30 Distribuição de renda e PIB estimado do PCI 282

31 Urbanização 284

32 As mulheres e o desenvolvimento 286

33 Florestas, áreas protegidas e água 288

**Notas técnicas 290**

Box A.1 Indicadores básicos para economias com menos de 1 milhão de habitantes 291

Box A.2 Indicadores selecionados de outras economias 292

**Fontes de dados 313**

# Convenções

Em todas as tabelas, as economias são arroladas, dentro do grupo a que pertencem, na ordem crescente do PNB *per capita*, exceto aquelas cujo PNB *per capita* não pode ser calculado. Estas vêm em *itálico*, no final do grupo a que pertencem, e em ordem alfabética. A classificação abaixo refere-se à ordem de cada economia nas tabelas.

Este ano as convenções foram ampliadas a fim de fornecer as datas dos censos demográficos mais recentes e das estimativas oficiais de população (como constam do *Population and vital statistics report*, da ONU, de janeiro de 1991) e dos levantamentos demográficos correlatos. Também foram incluídos os anos ou períodos para os quais foram feitas estimativas a partir dos levantamentos demográficos mais recentes (como constam na base de dados PRED do Banco da Divisão de População da ONU). Tais informações foram prestadas para demonstrar que os indicadores demográficos derivam de fontes muitas vezes antigas e porque a atualidade dessas fontes pode servir para indicar a qualidade global dos indicadores de um país. As estimativas demográficas — oficiais ou não — para anos posteriores aos indicados podem provir de outras fontes, como dados de registro, ou ter sido obtidas mediante modelos de projeção, rotinas de interpolação ou

outros métodos. As estimativas e projeções do Banco Mundial que constam das tabelas a seguir baseiam-se em parte nas fontes desta tabela (empregando metodologia diferente da empregada pela ONU); os asteriscos indicam onde se utilizaram fontes com dados mais recentes. Para maiores explicações sobre as estimativas do Banco, consultar as *World population projections*, edição de 1989-90.

Nas faixas em cor das tabelas, os números são indicadores sumários para grupos de economias.

A letra *w* significa média ponderada; *m*, um valor mediano; *t*, um total.

Todas as taxas de crescimento são dadas em termos reais.

A data-limite para os dados é 30 de abril de 1991.

O sinal .. significa não-disponível.

Os números 0 e 0,0 significam zero ou menos da metade da unidade indicada.

As lacunas significam que os dados não se aplicam.

Os números em *itálico* indicam que os dados referem-se a anos ou períodos diferentes dos especificados.

O símbolo ♦ indica economias classificadas como em desenvolvimento pelas Nações Unidas ou assim consideradas por suas autoridades.

	Classificação dos países nas tabelas	Censo demográfico	Estimativa oficial de população	Expectativa de vida	Mortalidade infantil	Fecundidade total
<i>Afganistão</i>	35	1979	1989			1976-80
<i>África do Sul</i>	84	1985	1985	1970	1980	
<i>Alemanha</i>	117	1987	1989	1986*	1986*	1986*
<i>Angola</i>	42	1970	1975			1984
♦ <i>Arábia Saudita</i>	100	1974	1989			
<i>Argélia</i>	78	1987	1987	1983	1983	1984
<i>Argentina</i>	76	1980	1990	1979-81	1983	1976-80
<i>Austrália</i>	107	1986	1990	1986*	1986*	1984*
<i>Áustria</i>	113	1981	1989	1986*	1987*	1986*
<i>Bangladesh</i>	5	1981	1989	1981	1981*	1986*
<i>Bélgica</i>	112	1981	1988	1984*	1987*	1986*
<i>Benin</i>	25	1979	1989		1977-81	1976-80
<i>Bolívia</i>	43	1976	1989	1970-75	1972*	1976-80*
<i>Botsuana</i>	68	1981	1989		1979*	1984*
<i>Brasil</i>	85	1980	1990	1976-80	1975*	1981-86*
<i>Bulgária</i>	79	1985	1988	1985*	1987*	1985*
<i>Burkina Faso</i>	18	1985	1990		1971	1960-61
<i>Burundi</i>	10	1979	1989	1970-71	1984*	1981-86*
<i>Butão</i>	36	1969*	1980			1984
<i>Camarões</i>	57	1976*	1989	1958-65	1974-78	1976-80

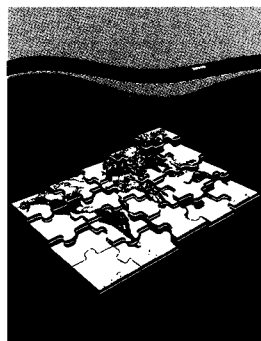
	<i>Classificação dos países nas tabelas</i>	<i>Censo demográfico</i>	<i>Estimativa oficial de população</i>	<i>Expectativa de vida</i>	<i>Mortalidade infantil</i>	<i>Fecundidade total</i>
Canadá	116	1986	1989	1985*	1986*	1986*
Chade	9	1964	1978			1963-64
Chile	71	1982	1989	1981-83	1986	1986
China	21	1990	1990	1981	1981*	1986*
◊ Cingapura	105	1980	1989	1984-86*	1986-87*	1986*
Colômbia	63	1985	1988	1983	1983*	1981-86*
Congo	55	1984	1984		1970	1984
Coreia, República da	94	1985	1990	1978-79	1971-75*	1985*
Costa do Marfim	49	1975*	1983		1977-81	1975-80
Costa Rica	72	1984	1989	1979-81	1982-84*	1984*
Dinamarca	118	1981	1990	1985-86*	1986*	1986*
Egito	44	1986	1989	1975-77	1984-86*	1984*
El Salvador	62	1971	1989	1970-72	1970-72*	1985*
Equador	59	1982	1989	1982	1982*	1981-86*
Espanha	102	1981	1990	1980-81*	1985*	1984*
Etiópia	2	1984	1990			1981
EUA	119	1980*	1989	1986*	1987*	1986*
Filipinas	48	1980*	1989	1979-81	1979-81*	1984*
Finlândia	121	1985	1990	1986*	1986*	1985*
França	114	1990	1990	1986*	1987*	1986*
Gabão	89	1961*	1985			1960-61
Gana	27	1984	1987		1984*	1981-86*
Grécia	97	1981	1989	1980*	1986*	1985*
Guatemala	54	1981	1990	1980-82	1980-82*	1985*
Guiné	30	1983	1988			1954-55
Haiti	22	1982	1989	1970-71	1980*	1983*
Honduras	53	1974*	1989	1973-75	1977-79*	1981*
◊ Hong Kong	104	1986	1989	1985-86	1985-86*	1985*
Hungria	86	1980	1990	1986*	1987*	1985*
Iêmen, Rep. do	46				*	1981*
Índia	20	1981*	1989	1981-83	1981-83	1984*
Indonésia	33	1980*	1989	1971-80	1976*	1981-86*
Irã	90	1986	1990	1973-76	1973-76*	1971-75*
<i>Iraque</i>	98	1987	1987		1970	1971-75
Irlanda	101	1986	1990	1985*	1986*	1986*
◊ Israel	103	1983	1990	1983*	1986*	1986*
Itália	109	1981	1990	1983*	1986*	1985*
Iugoslávia	88	1981	1990	1984-85*	1987*	1983*
Jamaica	65	1982	1989	1969-71	1976-78	1982
Japão	123	1985	1989	1986*	1986*	1986*
Jordânia	69	1979	1976	1979	1978	1981-86
<i>Kampuchea</i>	37	1962	1969			1982
◊ Kuwait	111	1985	1989	1984-85	1984-85	1985
Laos	6	1985	1985		*	*
Lesoto	32	1976*	1989	1975	1975	1976-80
<i>Líbano</i>	80	1970	1970	1970		1966-70
<i>Libéria</i>	38	1984	1989		1981-86*	1981-86*
<i>Líbia</i>	96	1984	1989		1969	1971-75
Madagascar	12	1974-75	1985			1976-80
Malaísia	77	1980	1989	1971-81	1971-81	1984
Malawi	7	1987	1989	1966-77	1974	1984
Mali	16	1987	1989		1984*	1981-86*
Marrocos	51	1982	1982	1972*	1980*	1981-85*
Maurício	74	1983	1989	1983	1984-86	1985
Mauritânia	34	1977*	1977		1975	1976-80*
México	75	1990	1990	1979-81	1979-81*	1986*
<i>Mianmar (ex-Birmânia)</i>	39	1983	1987		*	1982*
Moçambique	1	1980	1989		1975	1976-80
<i>Mongólia</i>	81	1989	1989		*	*
Namíbia	60	1970	1970		*	*



	<i>Classificação dos países nas tabelas</i>	<i>Censo demográfico</i>	<i>Estimativa oficial de população</i>	<i>Expectativa de vida</i>	<i>Mortalidade infantil</i>	<i>Fecundidade total</i>
Nepal	8	1981	1989	1974-76	1972-76*	1985*
Nicarágua	82	1971	1986		*	*
Níger	17	1988	1988			1960
Nigéria	13	1963	1988		*	1976-80*
Noruega	122	1980	1990	1984-85*	1986*	1985*
Nova Zelândia	106	1986	1990	1985*	1986*	1985*
Omã	95		1985		1985	
Países Baixos	110	1971*	1990	1985*	1987*	1986*
Panamá	70	1980	1990	1970-80	1985-87	1986
Papua Nova Guiné	52	1980	1989			1976-80
Paquistão	24	1981	1990	1972-81	1972-81*	1985
Paraguai	61	1982	1989	1982	1978*	1986*
Peru	58	1981	1990	1972	1981-86*	1981-86*
Polónia	73	1978	1989	1986*	1987*	1986*
Portugal	93	1981	1989	1986*	1986*	1985*
Quênia	23	1979*	1989	1975	1975*	1984*
Reino Unido	108	1981	1989	1983-85*	1987*	1986*
República Centro-africana	26	1975*	1986		1970	1966-70
República Dominicana	50	1981	1988	1980	1981-86*	1981-86*
Romênia	99	1977	1990	1984*	1985*	1985*
Ruanda	19	1978	1985		1980	1981-86
Senegal	45	1988	1988	1970-71	1981-85*	1981-86*
Serra Leoa	11	1985	1985	1964-73	1971	1971-75
Síria	56	1981	1989	1976-78	1976-78	1976-80
Somália	4	1975*	1975			1976-80
Sri Lanka	31	1981	1989	1980-81	1982-83*	1981-86*
Sudão	40	1983	1983		*	1976-80*
Suécia	120	1985	1990	1986*	1987*	1986*
Suíça	124	1980	1989	1985-86*	1987*	1985*
Tailândia	64	1980	1989	1979-81	1983*	1981-86*
Tanzânia	3	1978*	1989	1975	1975	1976-80
Tchecoslováquia	92	1980	1990	1986*	1987*	1985*
Togo	28	1981	1988		1969*	1971-75*
Trinidade e Tobago	91	1980	1988	1979-81	1981-83*	1981-86*
Tunísia	66	1984	1986	1968-69	1981*	1984*
Turquia	67	1985	1989	1970-80	1976*	1983*
Uganda	14	1980	1980		*	1969*
◊ União dos Emirados Árabes	115	1980*	1983		1975	1981
Uruguai	87	1985	1989	1974-76	1985	1976-80
Venezuela	83	1981	1989	1981	1981	1986
Vietnã	41	1989	1989		*	*
Zaire	15	1984	1989		1972*	1971-75*
Zâmbia	29	1980	1989		1970	1976-80
Zimbábue	47	1982	1989		1980*	1984*

\* Os asteriscos indicam que foram utilizadas fontes com dados mais recentes.

Nota: As economias com menos de 1 milhão de habitantes estão incluídas apenas nos totais de grupos de países das tabelas principais, mas são apresentadas mais detalhadamente no Box A.1. Outras economias, não arroladas nas tabelas principais nem no Box A.1, estão também incluídas nos totais e aparecem mais detalhadamente no Box A.2. Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados das tabelas, ver notas técnicas.



## Introdução

Os Indicadores do Desenvolvimento Mundial informam acerca dos principais aspectos do desenvolvimento social e econômico. A maioria dos dados coletados pelo Banco Mundial refere-se a economias de baixa renda e de renda média. Os dados referentes às economias de alta renda, fáceis de se obter, também constam dos Indicadores. Mais informações podem ser encontradas em outras publicações do Banco Mundial, em especial no *World Bank Atlas*, *World Tables*, *World Debt Tables* e *Social Indicators of Development*. Esses dados já estão também disponíveis em disquete, no sistema de recuperação de dados ☆STARS☆ do Banco Mundial.

O termo "país" aqui não implica independência política, mas refere-se a todo território em relação ao qual as autoridades forneçam estatísticas sociais e econômicas em separado. Por motivos operacionais e analíticos, o principal critério de classificação utilizado pelo Banco Mundial foi o produto nacional bruto (PNB) *per capita*, e as economias figuram nessas tabelas em ordem crescente de PNB *per capita*. Outros critérios analíticos e geográficos também foram usados para fins de classificação, e nesta edição há duas mudanças nos grupos de países. Em substituição ao grupo *total de economias informantes*, encontra-se agora a nova classificação *mundo*, e em substituição ao grupo *economias não-membros e não-informantes*, encontra-se o grupo *outras economias*. O que possibilitou essas mudanças foi uma maior disponibilidade de dados no ano passado. Como todos os outros grupamentos de países das tabelas, essas novas categorias abrangem países com menos de 1 milhão de habitantes, além dos 124 países constantes das tabelas. Nas definições e notas sobre os dados, no início do Relatório prin-

cipal, há uma descrição detalhada dos grupamentos de países.

Esforçamo-nos ao máximo para padronizar os dados. Mesmo assim, é impossível garantir uma comparabilidade absoluta, e a interpretação dos indicadores deve ser feita com cautela. As estatísticas foram tiradas das fontes consideradas as mais fidedignas, porém muitas estão sujeitas a margens de erro consideráveis. Como as práticas estatísticas dos países variam, reduz-se também a comparabilidade dos dados, que passam assim apenas a indicar tendências e apontar as maiores diferenças entre as economias, e não a apresentar indicações quantitativas precisas dessas diferenças.

Os indicadores da Tabela 1 traçam um breve perfil das economias. Os dados das demais tabelas referem-se às seguintes áreas gerais: produção, absorção interna, contas fiscal e monetária, principais transações internacionais, financiamento externo, e recursos humanos e naturais.

Na edição deste ano, acrescentou-se uma nova tabela sobre meio ambiente e foram feitas algumas alterações nas tabelas sobre dívida externa e na tabela sobre urbanização. Também foi feita a revisão metodológica dos dados econômicos a preços constantes, o que afeta as taxas de crescimento derivadas dos dados básicos das séries temporais. Essas alterações são descritas resumidamente a seguir e mais detalhadamente nas notas técnicas.

A nova tabela — Tabela 33, Florestas, áreas protegidas e água — baseia-se principalmente em dados extraídos do *World resources 1990-91*, publicado pelo World Resources Institute. A tabela inclui indicadores sobre áreas florestais, desmatamento, áreas protegidas, além de oferta e consumo de recursos hídricos internos renováveis. Todas as economias enfrentam o desafio de usar

seus recursos naturais de forma a prover a suas necessidades atuais e também preservá-los, para garantir um desenvolvimento sustentado. No entanto, pouca atenção se tem dado no âmbito internacional, e sobretudo no âmbito nacional, aos indicadores necessários para monitorar e avaliar tais questões ambientais. Em consequência, os indicadores de que hoje dispomos, inclusive os da Tabela 33, ainda não foram testados e são provavelmente menos confiáveis que os outros indicadores sócio-econômicos desta publicação. Nada obstante, cumpre dar o primeiro passo, se mais não for para demonstrar a necessidade de procedimentos melhores de monitoração global.

Várias tabelas sobre dívida externa foram reorganizadas a fim de refletirem novas informações das *World Debt Tables*, publicação do Banco Mundial. A Tabela 23, Fluxos líquidos globais de recursos e transferências líquidas, salienta a importância das doações oficiais e do investimento externo direto líquido nos fluxos líquidos de recursos. Também foram incluídos nas tabelas sobre dívida externa outros coeficientes do serviço da dívida.

Passaram a figurar na Tabela 31, Urbanização, os dados fornecidos pela Divisão de População das Nações Unidas sobre a população de capitais e o percentual da população residente em cidades de 1 milhão ou mais de habitantes em 1990. Foram eliminadas as séries anteriores, que abrangiam grandes cidades, e não haviam sido atualizadas nos últimos anos.

Os dados sobre dívida externa foram compilados diretamente pelo Banco, a partir de relatórios de países-membros em desenvolvimento, mediante o Sistema de Notificação da Dívida. Os demais dados provêm principalmente das Nações Unidas e de suas agências especializadas, do Fundo Monetário Internacional e de relatórios nacionais feitos ao Banco Mundial. No intuito de obter maior atualização e coerência, foram também utilizadas as estimativas do corpo técnico do Banco. No caso da maioria dos países, as missões econômicas do Banco Mundial receberam dos governos-membros as estimativas de contas nacionais, que vez por outra foram ajustadas pelo corpo técnico do Banco a fim de se adequarem aos conceitos e definições internacionais, ganharem em coerência e incorporar as estimativas mais recentes.

Para facilitar as referências, em geral só são apresentados coeficientes e taxas de crescimento; os valores absolutos podem ser encontrados em outras publicações do Banco Mundial, em especial na edição de 1991 das *World Tables*. A maioria das taxas de crescimento é calculada para dois períodos, 1965-80 e 1980-89, e computada, exceto quando assinalado, pelo método de regressão de mínimos quadrados. Como esse método leva em conta todas as observações num determinado pe-

ríodo, as taxas de crescimento obtidas refletem tendências gerais não influenciadas indevidamente por valores excepcionais, sobretudo nos pontos extremos. Para suprimir os efeitos da inflação, no cálculo dos índices de crescimento são utilizados indicadores econômicos a preços constantes. Fornecemos detalhes dessa metodologia no início das notas técnicas. Os dados em itálico referem-se a anos ou períodos que não os especificados — até dois anos antes no caso dos indicadores econômicos e até três anos, antes ou depois, no caso dos indicadores sociais, que costumam ser coletados com menos regularidade, mas sofrem alterações menos drásticas em curtos períodos de tempo. Todas as cifras em dólares são denominadas em dólares norte-americanos, salvo indicação em contrário. As notas técnicas descrevem os vários métodos utilizados na conversão das cifras em moedas nacionais.

O Banco revê constantemente suas metodologias, no intuito de aperfeiçoar a comparabilidade internacional e o significado analítico dos indicadores. As diferenças entre os dados da edição deste ano e a do ano passado devem-se não só a atualizações no caso dos países, mas também a revisões nas séries históricas e a mudanças de metodologia. A principal mudança metodológica da edição deste ano foi o uso de preços de 1987 nos indicadores econômicos; os índices e taxas de crescimento calculados a partir de dados a preços constantes podem, portanto, diferir dos de edições anteriores. Esse processo foi descrito mais detalhadamente nas notas técnicas.

Tal como no próprio Relatório, o PNB *per capita* é o principal critério utilizado para classificar as economias que constam dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial. Tais agrupamentos de renda distinguem países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico. Várias das economias são também classificadas por localização geográfica. Em outras classificações incluem-se as economias de renda média muito endividadas e todos os exportadores de petróleo. Para uma relação dos países que compõem cada grupamento, ver Definições e notas sobre os dados. Nas tabelas deste ano, as principais classificações utilizadas são as seguintes: 41 economias de baixa renda, com rendas *per capita* de US\$580 ou menos em 1989; 58 economias de renda média, com rendas *per capita* de US\$581-5.999, e 25 economias de alta renda. Quatro novos membros do Banco foram incluídos na categoria de renda média: Bulgária, Mongólia, Namíbia e Tchecoslováquia. Quanto ao grupo rotulado de "outras economias", que compreende Albânia, Cuba, República Democrática Popular da Coreia e URSS, a escassez de dados, as diferenças de método para o cômputo da renda nacional e as dificuldades de conversão só permi-

tem apresentar totais nas tabelas principais. Mas constam do Box A.2 das notas técnicas alguns indicadores selecionados referentes a esses países e à ex-República Democrática Alemã.

As economias com população inferior a 1 milhão de habitantes também não constam em separado nas tabelas principais, porém os indicadores básicos para esses países e territórios, e para Porto Rico, constam de uma tabela em separado no Box A.1 das notas técnicas.

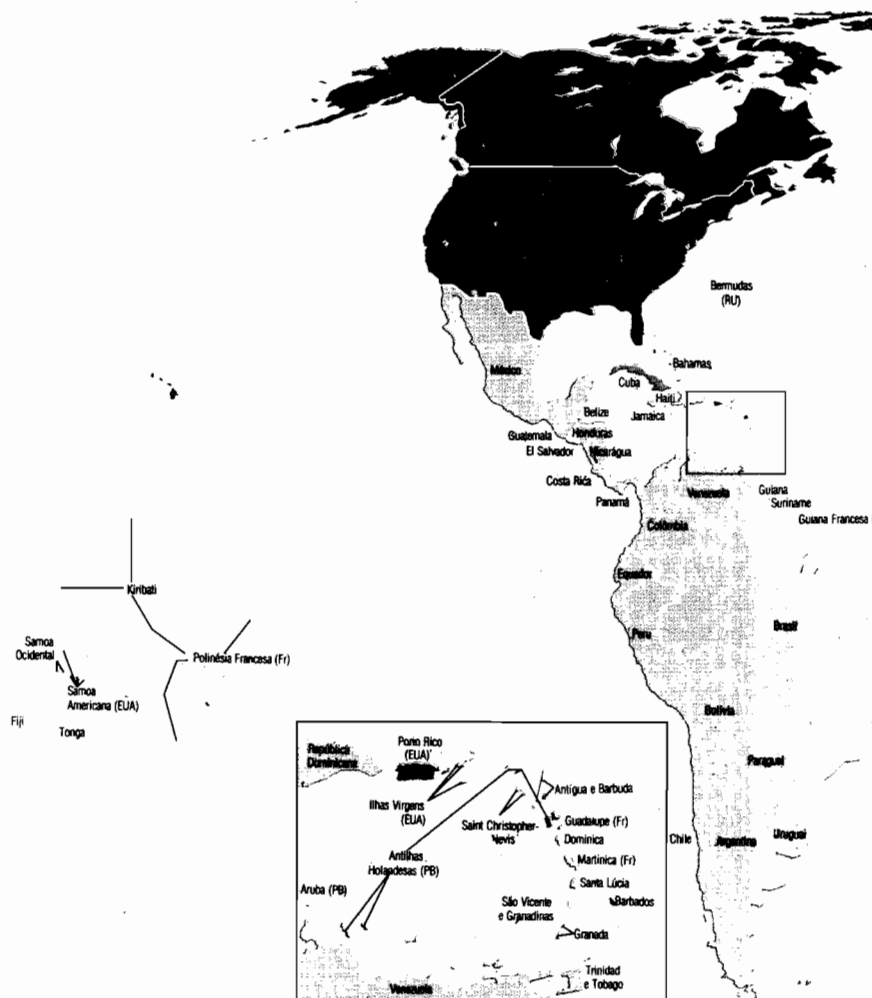
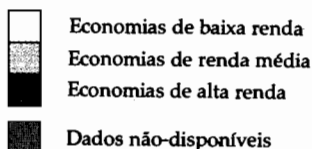
Os indicadores sumários das faixas em cor são totais (indicados pela letra *t*), médias ponderadas (*w*) ou valores medianos (*m*), calculados para grupos de economias. Aí estão incluídos os países para os quais não há estimativas, devido a tamanho, a não-comunicação ou a insuficiência de dados — na suposição de que esses países seguem a tendência dos países que forneceram informações durante os mesmos períodos. Chega-se portanto a uma estimativa global mais consistente, padro-

nizando a cobertura por país para cada período apresentado. Os totais de grupo incluem também os países com menos de 1 milhão de habitantes, mesmo que as tabelas não mostrem dados específicos desses países. Quando a informação não chega a pelo menos um terço da estimativa global, diz-se que a estimativa do grupo não está disponível. As ponderações utilizadas no cálculo dos indicadores estão indicadas em cada nota técnica.

A Alemanha e a República do Lêmen, ambas recentemente unificadas, ainda não unificaram plenamente seus sistemas estatísticos; portanto, em todas as tabelas, os dados para a Alemanha referem-se apenas à antiga República Federal. Os dados para a República do Lêmen, quando apresentados, referem-se a todo o país. Como nas edições anteriores, os dados referentes à China não incluem Taiwan, China, mas as notas de rodapé das Tabelas 14, 15, 16 e 18 fornecem estimativas das transações internacionais para Taiwan.

## Grupos de economias

A cor dos países mostra o grupo de renda a que pertencem; por exemplo, todas as economias de baixa renda (com PNB *per capita* de US\$580 ou menos em 1989) aparecem em amarelo. Os grupos são os mesmos utilizados nas tabelas que se seguem.



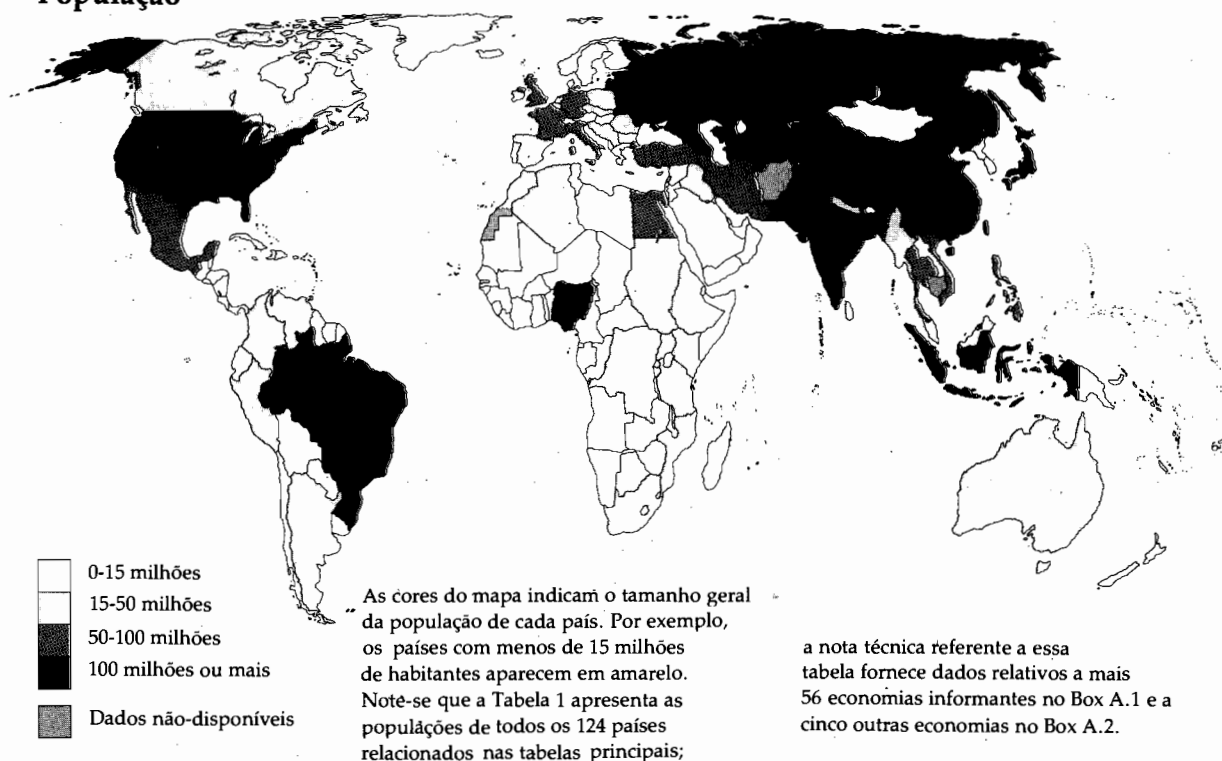
Ao utilizar os dados, o leitor deve sempre consultar as notas técnicas e as notas de rodapé das

Qualquer comentário ou pergunta referente aos Indicadores do Desenvolvimento Mundial deve ser enviado à:

Divisão de Dados Sócio-econômicos  
Departamento de Economia Internacional  
Banco Mundial  
1818 H Street, N. W.,  
Washington, D.C. 20433.



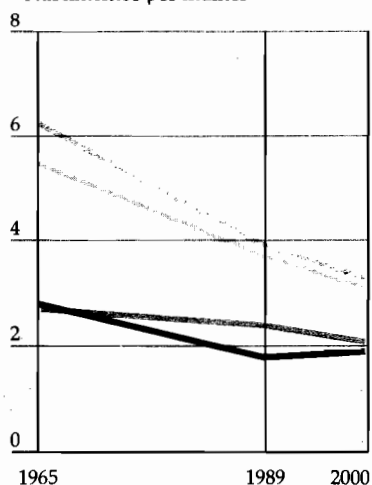
## População



## Fecundidade e mortalidade

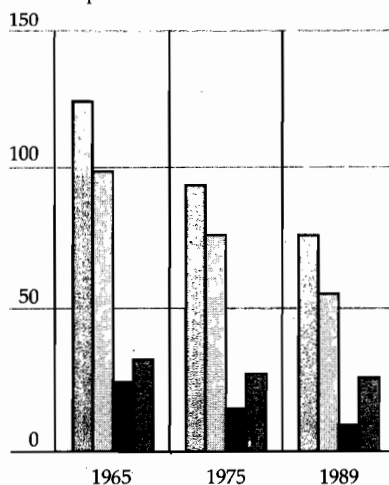
### Fecundidade total,

Nascimentos por mulher



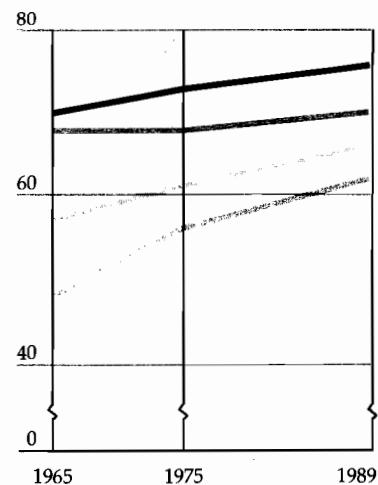
### Mortalidade infantil

Mortes por mil nascidos vivos



### Expectativa de vida

Anos

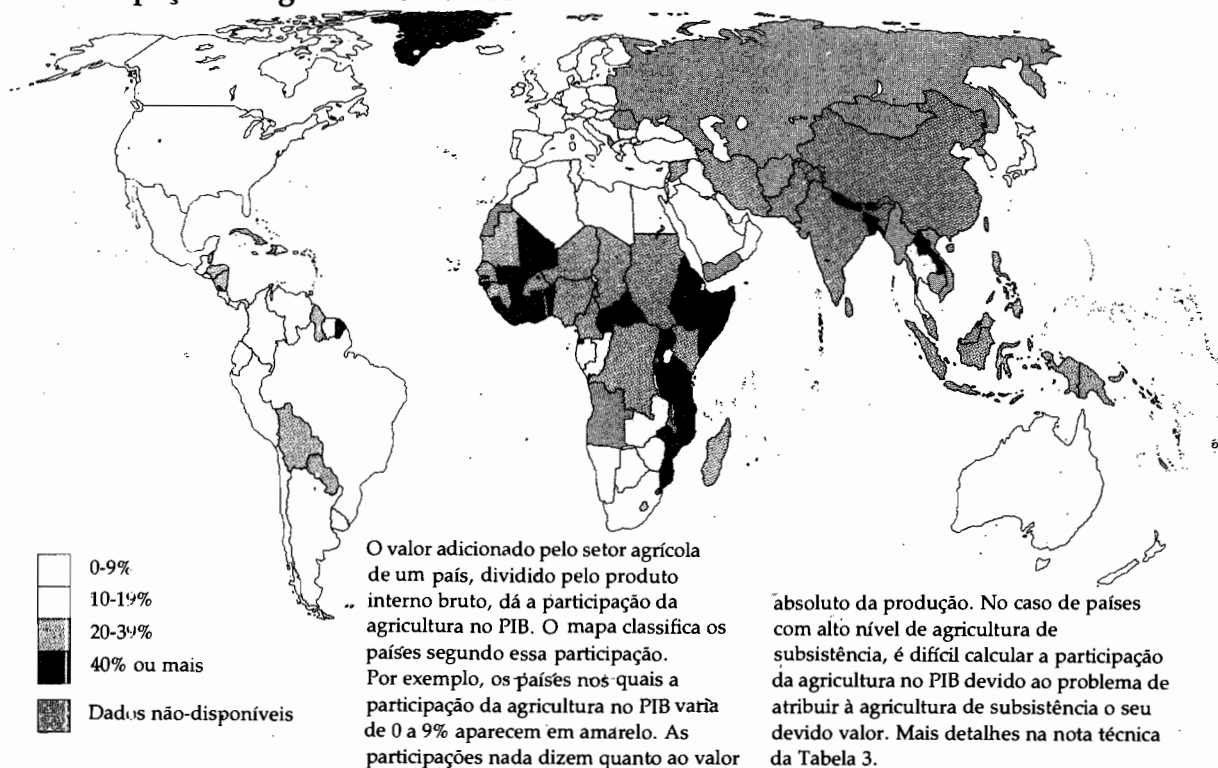


— Economias de baixa renda  
... Economias de renda média

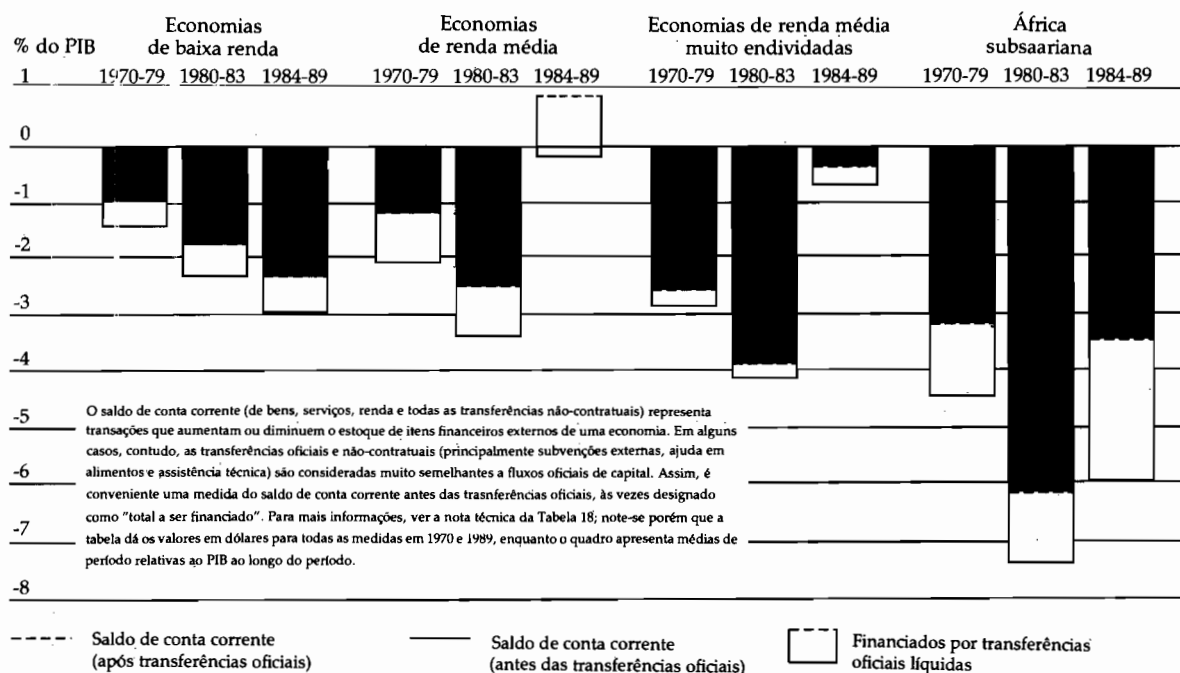
— Economias de alta renda  
— Outras economias

Nota: Para explicações quanto a termos e métodos, ver as notas técnicas das Tabelas 27, 28 e 32.

## Participação da agricultura no PIB



## Saldos externos de economias de rendas média e baixa



Nota: Para explicações de termos e métodos, ver as notas técnicas da Tabela 18.



**Tabela 1. Indicadores Básicos**

		PNB per capita <sup>a</sup>					Expectativa de vida ao nascer (anos) 1989	Analfabetismo entre adultos (%)		
		População (milhões) meados de 1989	Área (milhares de km <sup>2</sup> )	Taxa média de crescimento		Taxa média anual de inflação <sup>a</sup> (%)		Mulheres 1985	Total 1985	
				Dólares 1989	1965-89	1965-80				1980-89
Economias de baixa renda		2.948,4 t	36.664 t	330 w	2,9 w	8,0 w	9,1 w	62 w	58 w	44 w
China e Índia		1.946,4 t	12.849 t	350 w	3,6 w	3,2 w	6,6 w	65 w	56 w	42 w
Outras		1.002,0 t	23.816 t	300 w	1,4 w	19,2 w	14,9 w	55 w	62 w	51 w
1	Moçambique	15,3	802	80	..	..	34,9	49	78	62
2	Etiópia	49,5	1.222	120	-0,1	3,4	2,0	48	..	38
3	Tanzânia <sup>b</sup>	23,8	945	130	-0,1	9,6	26,1	49	..	..
4	Somália	6,1	638	170	0,3	10,2	42,8	48	94	88
5	Bangladesh	110,7	144	180	0,4	14,8	10,6	51	78	67
6	Laos	4,1	237	180	..	..	..	49	24	56
7	Malavi	8,2	118	180	1,0	7,4	14,6	48	69	59
8	Nepal	18,4	141	180	0,6	7,8	9,1	52	88	74
9	Chade	5,5	1.284	190	-1,2	6,2	1,5	47	89	75
10	Burundi	5,3	28	220	3,6	5,0	3,7	49	74	66
11	Serra Leoa	4,0	72	220	0,2	7,9	54,1	42	79	71
12	Madagascar	11,3	587	230	-1,9	7,7	17,8	51	38	33
13	Nigéria	113,8	924	250	0,2	14,7	14,2	51	69	58
14	Uganda	16,8	236	250	-2,8	21,4	108,1	49	55	43
15	Zaire	34,5	2.345	260	-2,0	24,7	59,4	53	55	39
16	Mali	8,2	1.240	270	1,7	9,0	3,6	48	89	83
17	Níger	7,4	1.267	290	-2,4	7,5	3,4	45	91	86
18	Burkina Faso	8,8	274	320	1,4	6,4	4,6	48	94	87
19	Ruanda	6,9	26	320	1,2	12,5	4,0	49	67	53
20	Índia	832,5	3.288	340	1,8	7,5	7,7	59	71	57
21	China	1.113,9	9.561	350	5,7	-0,4	5,8	70	45	31
22	Haiti	6,4	28	360	0,3	7,3	6,8	55	65	62
23	Quênia	23,5	580	360	2,0	7,2	9,0	59	51	41
24	Paquistão	109,9	796	370	2,5	10,3	6,7	55	81	70
25	Benin	4,6	113	380	-0,1	7,4	7,5	51	84	74
26	Rep. Centro-africana	3,0	623	390	-0,5	8,2	6,5	51	71	60
27	Gana	14,4	239	390	-1,5	22,9	43,6	55	57	40
28	Togo	3,5	57	390	0,0	7,1	5,1	54	72	59
29	Zâmbia	7,8	753	390	-2,0	6,3	38,3	54	33	24
30	Guiné	5,6	246	430	..	..	..	43	83	72
31	Sri Lanka	16,8	66	430	3,0	9,4	10,9	71	17	13
32	Lesoto	1,7	30	470	5,0	6,7	12,8	56	16	26
33	Indonésia	178,2	1.905	500	4,4	35,5	8,3	61	35	26
34	Mauritânia	1,9	1.026	500	-0,5	7,6	9,4	46	..	..
35	Afganistão	..	652	..	..	4,9	..	..	..	..
36	Butão	1,4	47	..	..	..	..	48	..	..
37	Kampuchea	..	181	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	2,5	111	..	..	6,3	..	54	77	65
39	Mianmar	40,8	677	..	..	..	..	61	..	..
40	Sudão	24,5	2.506	..	..	11,5	..	50	..	..
41	Vietnã	64,8	330	..	..	..	..	66	..	..
Economias de renda média		1.104,5 t	40.406 t	2.040 w	2,3 w	20,9 w	73,0 w	66 w	31 w	25 w
Renda média baixa		681,8 t	23.921 t	1.360 w	2,0 w	22,2 w	65,7 w	65 w	32 w	26 w
42	Angola	9,7	1.247	610	..	..	..	46	..	59
43	Bolívia	7,1	1.099	620	-0,8	15,9	391,9	54	35	26
44	Egito	51,0	1.001	640	4,2	6,4	11,0	60	70	56
45	Senegal	7,2	197	650	-0,7	6,5	7,3	48	81	72
46	Iêmen, Rep. do	11,2	528	650	..	..	..	48	..	..
47	Zimbábue	9,5	391	650	1,2	5,8	11,0	64	33	26
48	Filipinas	60,0	300	710	1,6	11,7	14,8	64	15	14
49	Costa do Marfim	11,7	322	790	0,8	9,4	3,1	53	69	57
50	Rep. Dominicana	7,0	49	790	2,5	6,7	19,1	67	23	23
51	Marrocos	24,5	447	880	2,3	5,9	7,4	61	78	67
52	Papua Nova Guiné	3,8	463	890	0,2	8,1	5,6	54	65	55
53	Honduras	5,0	112	900	0,6	5,7	4,7	65	42	41
54	Guatemala	8,9	109	910	0,9	7,1	13,4	63	53	45
55	Congo	2,2	342	940	3,3	6,8	0,3	54	45	37
56	Síria	12,1	185	980	3,1	7,9	15,0	66	57	40
57	Camarões	11,6	475	1.000	3,2	9,0	6,6	57	55	44
58	Peru	21,2	1.285	1.010	-0,2	20,6	160,3	62	22	15
59	Equador	10,3	284	1.020	3,0	10,9	34,4	66	20	18
60	Namíbia	1,7	824	1.030	..	..	13,4	57	..	..
61	Paraguai	4,2	407	1.030	3,0	9,3	23,2	67	15	12
62	El Salvador	5,1	21	1.070	-0,4	7,0	16,8	63	31	28
63	Colômbia	32,3	1.139	1.200	2,3	17,5	24,3	69	13	12
64	Tailândia	55,4	513	1.220	4,2	6,2	3,2	66	12	9
65	Jamaica	2,4	11	1.260	-1,3	12,8	18,5	73	..	..
66	Tunísia	8,0	164	1.260	3,3	6,7	7,5	66	59	46

*Nota:* Nas tabelas principais, as economias com menos de 1 milhão de habitantes figuram apenas nos grupos de países, mas são mostradas mais detalhadamente no Box A.1. Embora não estejam arroladas das tabelas principais nem no Box A.1, as outras economias figuram também nos totais de grupos e são mostradas mais detalhadamente no Box A.2. Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados nas tabelas, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		PNB per capita <sup>a</sup>				Expectativa de vida ao nascer		Analfabetismo entre adultos (%)	
		População (milhões)	Área (milhares de km <sup>2</sup> )	Dólares 1989	Taxa média de crescimento anual (%) 1965-1989	Taxa média anual de inflação a(%) 1965-80 1980-89	(anos) 1989	Mulheres 1985	Total 1985
		meados de 1989							
67	Turquia	55,0	779	1.370	2,6	20,8	41,4	66	38
68	Botsuana	1,2	582	1.600	8,5	8,4	12,0	67	31
69	Jordânia <sup>c</sup>	3,9	89	1.640	..	..	..	67	37
70	Panamá	2,4	77	1.760	1,6	5,4	2,5	73	12
71	Chile	13,0	757	1.770	0,3	129,9	20,5	72	..
72	Costa Rica	2,7	51	1.780	1,4	11,2	24,8	75	7
73	Polónia	37,9	313	1.790	..	..	38,1	71	..
74	Maurício	1,1	2	1.990	3,0	11,8	8,5	76	23
75	México	84,6	1.958	2.010	3,0	13,0	72,7	69	12
76	Argentina	31,9	2.767	2.160	-0,1	78,3	334,8	71	5
77	Malásia	17,4	330	2.160	4,0	4,9	1,5	70	34
78	Argélia	24,4	2.382	2.230	2,5	10,5	5,2	65	63
79	Bulgária	9,0	111	2.320	..	..	1,4	72	..
80	Líbano	..	10	..	..	9,3	..	..	..
81	Moróçólia	2,1	1.565	..	..	..	..	62	..
82	Nicarágua	3,7	130	..	..	8,9	..	64	..
<b>Renda média alta</b>		<b>422,7 t</b>	<b>16.485 t</b>	<b>3.150 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>19,8 w</b>	<b>78,7 w</b>	<b>67 w</b>	<b>28 w</b>
83	Venezuela	19,2	912	2.450	-1,0	10,4	16,0	70	15
84	África do Sul	35,0	1.221	2.470	0,8	9,8	14,1	62	..
85	Brasil	147,3	8.512	2.540	3,5	31,3	227,8	66	24
86	Hungria	10,6	93	2.590	..	2,6	7,5	71	d
87	Uruguai	3,1	177	2.620	1,2	57,8	59,2	73	4
88	Iugoslávia	23,7	256	2.920	3,2	15,2	96,9	72	14
89	Gabão	1,1	268	2.960	0,9	12,8	-1,0	53	47
90	Irã	53,3	1.648	3.200	0,5	15,5	13,5	63	61
91	Trinidad e Tobago	1,3	5	3.230	0,4	14,1	5,8	71	5
92	Tchecoslováquia	15,6	128	3.450	..	..	1,6	72	..
93	Portugal	10,3	92	4.250	3,0	11,7	19,1	75	20
94	Coreia, Rep. da	42,4	99	4.400	7,0	18,4	5,0	70	..
95	Oman	1,5	212	5.220	6,4	19,9	-6,6	65	..
96	Líbia	4,4	1.760	5.310	-3,0	15,4	0,2	62	50
97	Grécia	10,0	132	5.350	2,9	10,3	18,2	77	12
98	Iraque	18,3	438	..	..	..	..	63	13
99	Roménia	23,2	238	..	..	..	..	71	d
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>4.052,8 t</b>	<b>77.071 t</b>	<b>800 w</b>	<b>2,5 w</b>	<b>16,7 w</b>	<b>53,7 w</b>	<b>63 w</b>	<b>51 w</b>
<b>África subsaariana</b>		<b>480,4 t</b>	<b>23.066 t</b>	<b>340 w</b>	<b>0,3 w</b>	<b>11,4 w</b>	<b>19,0 w</b>	<b>51 w</b>	<b>65 w</b>
<b>Leste asiático</b>		<b>1.552,2 t</b>	<b>15.582 t</b>	<b>540 w</b>	<b>5,2 w</b>	<b>9,3 w</b>	<b>6,0 w</b>	<b>68 w</b>	<b>41 w</b>
<b>Sul da Ásia</b>		<b>1.130,8 t</b>	<b>5.158 t</b>	<b>320 w</b>	<b>1,8 w</b>	<b>8,2 w</b>	<b>7,9 w</b>	<b>58 w</b>	<b>72 w</b>
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>433,2 t</b>	<b>11.658 t</b>	<b>2.180 w</b>	<b>..</b>	<b>13,1 w</b>	<b>21,8 w</b>	<b>65 w</b>	<b>51 w</b>
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>421,2 t</b>	<b>20.385 t</b>	<b>1.950 w</b>	<b>1,9 w</b>	<b>31,5 w</b>	<b>160,7 w</b>	<b>67 w</b>	<b>19 w</b>
<b>Muito endividados</b>		<b>554,3 t</b>	<b>21.059 t</b>	<b>1.730 w</b>	<b>2,1 w</b>	<b>29,1 w</b>	<b>140,5 w</b>	<b>66 w</b>	<b>28 w</b>
<b>Economias de alta renda</b>		<b>830,4 t</b>	<b>33.875 t</b>	<b>18.330 w</b>	<b>2,4 w</b>	<b>7,6 w</b>	<b>4,6 w</b>	<b>76 w</b>	<b>..</b>
<b>Membros da OCDE</b>		<b>772,6 t</b>	<b>31.165 t</b>	<b>19.090 w</b>	<b>2,5 w</b>	<b>7,5 w</b>	<b>4,3 w</b>	<b>76 w</b>	<b>..</b>
<b>Outras</b>		<b>57,8 t</b>	<b>2.710 t</b>	<b>8.250 w</b>	<b>3,8 w</b>	<b>13,0 w</b>	<b>14,0 w</b>	<b>72 w</b>	<b>..</b>
100	Arábia Saudita	14,4	2.150	6.020	2,6	17,9	-4,4	64	..
101	Irlanda	3,5	70	8.710	2,1	11,6	7,8	74	..
102	Espanha	38,8	505	9.330	2,4	12,3	9,4	77	8
103	Israel	4,5	21	9.790	2,7	25,2	117,1	76	7
104	Hong Kong	5,7	1	10.350 <sup>e</sup>	6,3	8,1	7,1	78	19
105	Cingapura	2,7	1	10.450	7,0	5,1	1,5	74	21
106	Nova Zelândia	3,3	269	12.070	0,8	10,2	11,4	75	d
107	Austrália	16,8	7.687	14.360	1,7	9,3	7,8	77	d
108	Reino Unido	57,2	245	14.610	2,0	10,7	6,1	76	d
109	Itália	57,5	301	15.120	3,0	11,4	10,3	76	d
110	Países Baixos	14,8	37	15.920	1,8	7,4	1,9	77	d
111	Kuweit	2,0	18	16.150	-4,0	15,9	-2,7	74	37
112	Bélgica	10,0	31	16.220	..	..	4,5	76	d
113	Áustria	7,6	84	17.300	2,9	6,0	3,8	76	d
114	França	56,2	552	17.820	2,3	8,6	6,5	77	d
115	União dos Emirados Árabes	1,5	84	18.430	..	..	1,1	71	..
116	Canadá	26,2	9.976	19.030	4,0	5,5	4,6	77	d
117	Alemanha <sup>f</sup>	62,0	249	20.440	2,4	5,2	2,7	75	d
118	Dinamarca	5,1	43	20.450	1,8	9,3	6,0	75	d
119	EUA	248,8	9.373	20.910	1,6	6,5	4,0	76	d
120	Suécia	8,5	450	21.570	1,8	8,0	7,4	77	d
121	Finlândia	5,0	338	22.120	3,2	10,5	7,0	75	d
122	Noruega	4,2	324	22.290	3,4	7,7	5,6	77	d
123	Japão	123,1	378	23.810	4,3	7,6	1,3	79	d
124	Suíça	6,6	41	29.880	4,6	1,6	3,6	78	d
<b>Outras economias</b>		<b>322,8 t</b>	<b>22.663 t</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>70 w</b>	<b>..</b>
<b>Mundo</b>		<b>5.206,1 t</b>	<b>133.609 t</b>	<b>3.980 w</b>	<b>1,6 w</b>	<b>9,1 w</b>	<b>13,2 w</b>	<b>65 w</b>	<b>..</b>
<b>Exportadores de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>265,2 t</b>	<b>12.120 t</b>	<b>1.840 w</b>	<b>1,2 w</b>	<b>14,5 w</b>	<b>7,3 w</b>	<b>58 w</b>	<b>57 w</b>

♦ Economias classificadas como em desenvolvimento pelas Nações Unidas ou assim consideradas por suas autoridades. a. Ver notas técnicas. b. Em todas as tabelas, os dados para PIB e PNB cobrem apenas a parte continental da Tanzânia. c. Em todas as tabelas, os dados para PIB e PNB da Jordânia cobrem apenas a margem oriental. d. Segundo a Unesco, analfabetismo é menos de 5%. e. Em todas as tabelas, os dados do PNB de Hong Kong referem-se ao PIB. f. Em todas as tabelas, os dados referem-se apenas à ex-República Federal da Alemanha; para dados relativos à ex-República Alemã, ver Box A.2.

# Tabela 2. Crescimento da produção

		Taxa média de crescimento anual (%)									
		PIB		Agricultura		Indústria		Manufatura <sup>a</sup>		Serviços etc. <sup>b</sup>	
		1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965-80	1980-89
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>4,8 w</b>	<b>6,2 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>4,0 w</b>	<b>7,6 w</b>	<b>8,6 w</b>	<b>7,2 w</b>	<b>11,5 w</b>	<b>5,5 w</b>	<b>6,2 w</b>
China e Índia		5,0 w	7,6 w	2,7 w	4,8 w	7,2 w	10,6 w	7,3 w	12,4 w	5,7 w	7,5 w
Outras		4,6 w	3,4 w	2,5 w	2,5 w	8,5 w	3,1 w	6,9 w	7,4 w	5,2 w	4,4 w
1	Moçambique	..	-1,4	..	0,7	..	-4,9	..	..	..	-4,4
2	Etiópia	2,7	1,9	1,2	-0,4	3,5	3,3	5,1	3,6	5,2	4,1
3	Tanzânia	3,9	2,6	1,6	4,2	4,2	-1,0	5,6	-1,6	6,7	1,5
4	Somália	3,5	3,0	..	3,8	..	2,5	..	0,2	..	1,2
5	Bangladesh <sup>c</sup>	2,5	3,5	1,5	2,1	3,8	5,0	6,8	2,7	3,4	4,9
6	Laos <sup>c</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
7	Malavi	5,5	2,7	4,1	2,2	6,4	2,4	..	3,1	6,7	3,3
8	Nepal	1,9	4,6	1,1	4,5	..	..	..	..	..	..
9	Chade <sup>c</sup>	0,1	6,5	-0,3	2,5	-0,6	10,5	..	..	0,2	9,3
10	Burundi	7,1	4,3	6,7	3,1	17,4	5,8	6,0	6,1	1,4	6,3
11	Serra Leoa	2,7	0,6	3,9	2,4	-0,8	-3,4	0,7	-3,4	4,3	0,3
12	Madagascar <sup>c</sup>	1,6	0,8	..	2,4	..	0,5	..	..	..	0,0
13	Nigéria	6,1	-0,4	1,7	1,3	13,1	-2,1	14,6	0,8	7,6	-0,4
14	Uganda	0,6	2,5	1,2	2,2	-4,3	4,6	-3,7	4,2	1,1	2,9
15	Zaire <sup>c</sup>	1,8	1,9	..	2,6	..	1,4	..	2,0	..	1,9
16	Mali <sup>c</sup>	4,2	3,8	2,8	1,5	1,8	7,9	..	..	7,6	5,9
17	Níger <sup>c</sup>	0,3	-1,6	-3,4	1,8	11,4	-3,3	..	..	3,4	-6,5
18	Burkina Faso	..	5,0	..	5,8	..	3,9	..	2,4	..	4,8
19	Ruanda <sup>c</sup>	4,9	1,5	..	-1,4	..	1,6	..	1,3	..	4,7
20	Índia	3,6	5,3	2,5	2,9	4,2	6,9	4,5	7,3	4,4	6,5
21	China <sup>c</sup>	6,9	9,7	2,8	6,3	10,0	12,6	9,5 <sup>d</sup>	14,5 <sup>d</sup>	10,3	9,3
22	Haiti <sup>c</sup>	2,9	-0,5	1,0	-0,4	7,1	-1,6	6,2	-2,1	2,7	0,1
23	Quênia	6,8	4,1	5,0	3,2	9,7	3,7	10,5	4,8	6,6	4,9
24	Paquistão	5,2	6,4	3,3	4,4	6,4	7,3	5,7	7,9	5,9	7,1
25	Benin	2,2	1,8	..	4,2	..	5,8	..	7,4	..	-1,0
26	Rep. Centro-africana	2,8	1,4	2,1	2,9	5,3	2,5	..	1,9	2,0	-0,5
27	Gana <sup>c</sup>	1,3	2,8	1,6	0,9	1,4	3,2	2,5	4,3	1,1	5,3
28	Togo <sup>c</sup>	4,3	1,4	1,9	5,7	6,8	0,1	..	-0,2	4,8	-0,5
29	Zâmbia <sup>c</sup>	2,0	0,8	2,2	4,1	2,1	0,3	5,3	2,5	1,5	0,1
30	Guiné <sup>c</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	4,0	4,0	2,7	2,2	4,7	4,4	3,2	6,2	4,6	4,9
32	Lesoto	6,8	3,7	..	-0,8	..	4,8	..	13,4	..	4,8
33	Indonésia <sup>c</sup>	7,0	5,3	4,3	3,2	11,9	5,3	12,0	12,7	7,3	6,6
34	Mauritânia	2,1	1,4	-2,0	1,5	2,2	5,2	..	..	6,5	0,1
35	Afganistão	2,9	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	8,1	..	5,8	..	15,4	..	11,9	..	7,4
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	3,3	..	5,5	..	2,2	..	10,0	..	2,4	..
39	Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Sudão	3,8	..	2,9	..	3,1	..	..	..	4,9	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		<b>6,2 w</b>	<b>2,9 w</b>	<b>3,4 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>6,5 w</b>	<b>3,0 w</b>	<b>..</b>	<b>3,3 w</b>	<b>7,5 w</b>	<b>2,8 w</b>
Renda média baixa		5,5 w	2,5 w	3,4 w	2,1 w	6,2 w	2,6 w	6,1 w	2,5 w	6,1 w	2,3 w
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia <sup>c</sup>	4,4	-0,9	3,8	1,9	3,7	-3,8	5,4	-3,3	5,6	-0,5
44	Egito	7,3	5,4	2,7	2,6	6,9	4,8	..	..	10,4	7,1
45	Senegal <sup>c</sup>	2,1	3,1	1,4	2,9	4,6	3,9	3,0	3,3	1,4	2,9
46	Iêmen, Rep. do <sup>c</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	5,0	2,7	..	2,9	..	2,2	..	2,6	..	2,9
48	Filipinas <sup>c</sup>	5,9	0,7	4,6	2,0	8,0	-0,8	7,5	0,5	5,2	1,2
49	Costa do Marfim	6,8	1,2	3,3	2,3	10,4	-1,7	9,1	8,2	8,6	0,4
50	Rep. Dominicana <sup>c</sup>	8,0	2,4	6,3	1,8	10,8	2,9	8,9	1,1	7,3	2,3
51	Marrocos <sup>c</sup>	5,7	4,1	2,4	6,7	6,1	2,8	..	4,1	6,8	4,2
52	Papua Nova Guiné <sup>c</sup>	4,1	2,1	3,1	1,7	..	3,1	..	1,6	..	1,7
53	Honduras	5,0	2,3	2,0	1,8	6,8	2,7	7,5	3,7	6,2	2,3
54	Guatemala <sup>c</sup>	5,9	0,4	5,1	0,8	7,3	-0,6	6,5	-1,2	5,7	0,6
55	Congo <sup>c</sup>	6,2	3,9	3,1	3,2	9,9	4,7	..	6,8	4,7	3,2
56	Síria <sup>c</sup>	9,1	1,6	5,9	-0,9	12,0	5,2	..	..	9,4	1,2
57	Camarões <sup>c</sup>	5,1	3,2	4,2	1,9	7,8	2,3	7,0	8,1	4,8	4,6
58	Peru <sup>c</sup>	3,9	0,4	1,0	3,6	4,4	-0,5	3,8	0,4	4,3	0,4
59	Equador <sup>c</sup>	8,8	1,9	3,4	4,3	13,7	1,8	11,5	0,2	7,6	1,3
60	Namíbia	..	0,4	..	-1,0	..	-2,0	..	1,4	..	3,0
61	Paraguai <sup>c</sup>	7,0	2,2	4,9	3,4	9,1	-0,1	7,0	1,8	7,5	2,7
62	El Salvador <sup>c</sup>	4,3	0,6	3,6	-1,2	5,3	-0,6	4,6	-0,3	4,3	1,5
63	Colômbia	5,7	3,5	4,5	2,6	5,7	5,0	6,4	3,1	6,4	2,8
64	Tailândia <sup>c</sup>	7,3	7,0	4,6	4,1	9,5	8,1	11,2	8,1	7,6	7,4
65	Jamaica <sup>c</sup>	1,4	1,2	0,5	0,6	-0,1	1,4	0,4	2,1	2,7	1,0
66	Tunísia	6,5	3,4	5,5	1,6	7,4	2,4	9,9	5,9	6,5	4,5

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Taxa média de crescimento anual (%)

		PIB		Agricultura		Indústria		Manufatura <sup>a</sup>		Serviços etc. <sup>b</sup>	
		1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965-80	1980-89
67	Turquia	6,2	5,1	3,2	3,0	7,2	6,3	7,5	7,4	7,6	5,0
68	Botsuana <sup>c</sup>	13,9	11,3	9,7	-4,0	24,0	13,0	13,5	5,3	11,5	11,9
69	Jordânia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
70	Panamá <sup>c</sup>	5,5	0,5	2,4	1,9	5,9	-3,5	4,7	-1,4	6,0	1,3
71	Chile <sup>c</sup>	1,9	2,7	1,6	4,1	0,8	3,1	0,7	2,9	2,7	2,3
72	Costa Rica <sup>c</sup>	6,3	2,8	4,2	2,8	8,7	2,7	..	..	6,0	2,8
73	Polónia <sup>c</sup>	..	2,5	..	..	..	..	..	..	..	..
74	Maurício	5,2	5,9	..	3,0	..	9,1	..	10,9	..	4,9
75	México <sup>c</sup>	6,5	0,7	3,2	0,8	7,6	0,4	7,4	0,7	6,6	0,9
76	Argentina <sup>a</sup>	3,4	-0,3	1,4	0,3	3,3	-1,1	2,7	-0,6	4,0	0,2
77	Malásia <sup>c</sup>	7,4	4,9	..	3,9	..	6,5	..	8,0	..	3,9
78	Argélia <sup>c</sup>	..	3,5	..	5,3	..	3,8	..	7,5	..	2,5
79	Bulgária	..	3,3	..	-2,7	..	5,5	..	..	..	1,9
80	Líbano <sup>c</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua <sup>c</sup>	2,5	-1,6	3,8	-2,7	4,2	-2,4	5,1	-3,3	1,1	-0,5
Renda média alta		6,8 w	3,2 w	..	3,0 w	..	3,2 w	..	..	..	3,1 w
83	Venezuela	3,7	1,0	3,9	3,4	1,5	1,4	5,8	4,9	6,3	0,4
84	África do Sul	4,1	1,5	..	2,7	..	0,4	..	0,5	..	2,5
85	Brasil	9,0	3,0	3,8	3,0	10,1	2,7	9,8	2,2	9,5	3,2
86	Hungria <sup>c</sup>	5,6	1,6	2,7	2,0	6,4	0,6	..	..	6,2	2,2
87	Uruguai	2,4	0,1	1,0	0,5	3,1	-1,2	..	-0,2	2,3	0,7
88	Iugoslávia	6,1	1,3	3,1	1,0	7,8	1,4	..	..	5,5	1,2
89	Gâmbia <sup>c</sup>	9,5	1,2	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Irã	6,1	3,4	4,5	5,7	2,2	2,9	10,0	-1,1	13,5	2,1
91	Trinidade e Tobago	5,0	-5,5	0,0	-6,2	5,0	-6,4	2,6	-8,4	5,8	-3,9
92	Tchecoslováquia <sup>c</sup>	..	1,7	..	0,4	..	2,0	..	..	..	1,4
93	Portugal <sup>c</sup>	5,3	2,5	..	..	..	..	..	..	..	..
94	Coreia, Rep. da <sup>c</sup>	9,9	9,7	3,0	3,3	16,4	12,4	18,7	13,1	9,6	9,1
95	Oman <sup>c</sup>	13,0	12,8	..	5,1	..	13,7	..	27,0	..	10,5
96	Líbia	4,2	..	10,7	..	1,2	..	13,7	..	15,5	..
97	Grecia	5,8	1,6	2,3	0,3	7,1	0,9	8,4	0,2	6,2	2,5
98	Irã <sup>c</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
99	Romênia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendas média e baixa		5,8 w	3,8 w	3,0 w	3,3 w	6,7 w	4,5 w	7,8 w	6,0 w	7,1 w	3,5 w
África subsaariana		4,2 w	2,1 w	1,9 w	2,0 w	7,5 w	0,7 w	..	3,4 w	4,5 w	2,3 w
Leste asiático		7,3 w	7,9 w	3,2 w	5,2 w	10,9 w	10,4 w	10,7 w	12,6 w	8,3 w	7,7 w
Sul da Ásia		3,7 w	5,1 w	2,5 w	2,9 w	4,4 w	6,7 w	4,6 w	7,1 w	4,5 w	6,3 w
Europa, O. Médio e N. da África		..	2,9 w	..	2,9 w	..	3,1 w	..	..	..	2,7 w
América Latina e Caribe		6,1 w	1,6 w	3,1 w	1,9 w	6,7 w	1,6 w	7,2 w	1,5 w	6,8 w	1,6 w
Muito endividados		6,1 w	1,9 w	3,0 w	2,1 w	6,9 w	1,5 w	7,3 w	1,5 w	6,8 w	1,9 w
Economias de alta renda		3,8 w	3,0 w	..	1,5 w	..	2,1 w	..	3,4 w	4,6 w	3,1 w
Membros da OCDE		3,8 w	3,0 w	..	1,3 w	..	2,2 w	..	3,3 w	4,5 w	3,1 w
Outras		8,2 w	2,4 w	..	6,4 w	..	-0,7 w	..	7,7 w	..	5,3 w
100	Arábia Saudita <sup>c</sup>	10,6	-1,8	4,1	14,6	11,6	-4,4	8,1	8,8	10,5	2,4
101	Irlanda	5,3	1,8	2,2 <sup>e</sup>	-8,4	10,1 <sup>e</sup>	-4,3	..	..	5,2 <sup>e</sup>	3,4
102	Espanha <sup>c</sup>	4,6	3,1	..	..	..	..	..	..	..	..
103	Israel <sup>c</sup>	6,8	3,2	..	..	..	..	..	..	..	..
104	Hong Kong	8,6	7,1	..	..	..	..	..	..	..	..
105	Singapura <sup>c</sup>	10,0	6,1	2,8	-5,7	11,9	5,0	13,2	5,9	9,4	7,0
106	Nova Zelândia <sup>c</sup>	2,4	2,2	..	..	..	..	..	..	..	..
107	Austrália <sup>c</sup>	4,0	3,5	..	3,0	..	3,0	..	1,7	..	3,6
108	Reino Unido	2,9	2,6	-2,8 <sup>e</sup>	-7,2	0,8 <sup>e</sup>	-0,6	-0,5 <sup>e</sup>	2,9	3,8 <sup>e</sup>	4,8
109	Itália <sup>c</sup>	4,3	2,4	0,9 <sup>e</sup>	0,9	3,9 <sup>e</sup>	1,6	5,8 <sup>e</sup>	2,3	4,0 <sup>e</sup>	2,8
110	Países Baixos <sup>c</sup>	3,9	1,7	4,3 <sup>e</sup>	3,6	2,3 <sup>e</sup>	1,1	..	..	3,8 <sup>e</sup>	1,6
111	Kuwait <sup>c</sup>	1,6	0,7	..	18,8	..	1,0	..	-0,2	..	0,6
112	Bélgica <sup>c</sup>	..	1,8	0,4	2,5	5,1	1,1	5,9	2,0	4,3	1,6
113	Austria <sup>c</sup>	4,1	1,9	2,1	1,3	4,3	1,3	4,5	1,8	4,2	2,0
114	França <sup>c</sup>	3,8	2,1	..	2,4	..	0,3	..	-0,1	..	2,7
115	União dos Emirados Árabes	..	-4,5	..	9,3	..	-8,7	..	2,7	..	3,7
116	Canadá	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
117	Alemanha <sup>c</sup>	3,3	1,9	1,4	1,6	2,8	0,0	3,3	0,8	3,7	3,0
118	Dinamarca	2,6	2,2	0,8	2,5	1,8	3,6	3,1	2,1	3,2	1,7
119	EUA <sup>c</sup>	2,7	3,3	1,0	3,2	1,7	2,9	2,5	3,8	3,4	3,3
120	Suécia	..	1,8	..	0,9	..	3,1	..	3,0	..	1,0
121	Finlândia	4,1	3,0	0,0	-1,4	4,3	2,9	4,9	3,3	4,8	3,3
122	Noruega	4,4	3,6	-0,4	0,4	5,7	4,8	2,6	1,5	4,1	3,0
123	Japão <sup>c</sup>	6,6	4,0	-0,6	0,4	7,4	5,2	8,2	6,7	6,7	3,2
124	Suíça <sup>c</sup>	5,7	2,1	..	..	..	..	..	..	..	..
Outras economias		..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo		4,1 w	3,1 w	..	2,6 w	..	2,4 w	..	3,7 w	..	3,2 w
Export. de petróleo (exceto URSS)		6,6 w	1,2 w	3,9 w	5,4 w	6,1 w	-1,1 w	8,4 w	3,2 w	10,0 w	1,9 w

a. Como a manufatura é em geral a parte mais dinâmica do setor industrial, sua taxa de crescimento é mostrada em separado. b. Serviços etc. inclui itens não-alocados. c. O PIB e seus componentes estão calculados a preços de compra. d. Estimativa do Banco Mundial. e. Os dados referem-se ao período 1970-80.

**Tabela 3. Estrutura da produção**

		Distribuição do PIB (%)									
		PIB (milhões de dólares)		Agricultura		Indústria		Manufatura <sup>a</sup>		Serviços etc. <sup>b</sup>	
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>163.040 t</b>	<b>956.340 t</b>	<b>44 w</b>	<b>32 w</b>	<b>28 w</b>	<b>37 w</b>	<b>20 w</b>	<b>27 w</b>	<b>28 w</b>	<b>31 w</b>
<b>China e Índia</b>		<b>117.730 t</b>	<b>653.040 t</b>	<b>44 w</b>	<b>31 w</b>	<b>32 w</b>	<b>41 w</b>	<b>24 w</b>	<b>32 w</b>	<b>24 w</b>	<b>28 w</b>
<b>Outras</b>		<b>44.490 t</b>	<b>301.160 t</b>	<b>44 w</b>	<b>33 w</b>	<b>17 w</b>	<b>28 w</b>	<b>8 w</b>	<b>14 w</b>	<b>37 w</b>	<b>39 w</b>
1	Moçambique	..	1.100	..	64	..	22	..	..	..	14
2	Etiópia	1.180	5.420	58	42	14	16	7	11	28	42
3	Tanzânia	790	2.540	46	66	14	7	8	4	40	27
4	Somália	220	1.090	71	65	6	10	3	5	24	26
5	Bangladesh <sup>c</sup>	4.380	20.240	53	44	11	14	5	7	36	41
6	Laos <sup>c</sup>	..	630	..	..	..	..	..	..	..	..
7	Malavi	220	1.410	50	35	13	19	..	11	37	45
8	Nepal	730	2.810	65	58	11	14	3	6	23	28
9	Chade <sup>c</sup>	290	1.020	42	36	15	20	12	16	43	44
10	Burundi	150	960	..	56	..	15	..	10	..	29
11	Serra Leoa	320	890	34	46	28	11	6	6	38	42
12	Madagascar <sup>c</sup>	750	2.280	25	31	14	14	..	12	61	54
13	Nigéria	5.850	28.920	54	31	13	44	6	10	33	25
14	Uganda	1.100	4.460	52	67	13	7	8	5	35	26
15	Zaire <sup>c</sup>	4.150	9.610	22	30	32	32	..	10	46	38
16	Mali <sup>c</sup>	260	2.080	65	50	9	12	5	6	25	38
17	Níger <sup>c</sup>	670	2.040	68	36	3	13	2	8	29	51
18	Burkina Faso	350	2.460	37	35	24	26	11	15	39	39
19	Ruanda <sup>c</sup>	150	2.170	75	37	7	23	2	15	18	41
20	Índia	50.530	235.220	44	30	22	29	16	18	34	41
21	China <sup>c</sup>	67.200	417.830	44	32	39	48	31 <sup>d</sup>	34 <sup>d</sup>	17	20
22	Haiti <sup>c</sup>	350	2.370	..	31	..	38	..	15	..	31
23	Quênia	920	7.130	35	31	18	20	11	12	47	49
24	Paquistão	5.450	35.820	40	27	20	24	14	16	40	49
25	Benin	220	1.600	59	46	8	12	..	5	33	42
26	Rep. Centro-africana	140	1.050	46	42	16	15	4	8	38	43
27	Gana <sup>c</sup>	2.050	5.260	44	49	19	17	10	10	38	34
28	Togo <sup>c</sup>	190	1.340	45	33	21	23	10	8	34	44
29	Zâmbia <sup>c</sup>	1.060	4.700	14	13	54	47	6	24	32	40
30	Guiné <sup>c</sup>	..	2.750	..	30	..	33	..	3	..	38
31	Sri Lanka	1.770	6.340	28	26	21	27	17	16	51	47
32	Lesoto	50	340	65	24	5	30	1	14	30	46
33	Indonésia <sup>c</sup>	3.840	93.970	56	23	13	37	8	17	31	39
34	Mauritânia	160	910	32	37	36	24	4	..	32	38
35	Afganistão	600	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	280	..	45	..	25	..	6	..	30
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	270	..	27	..	40	..	3	..	34	..
39	Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Sudão	1.330	..	54	..	9	..	4	..	37	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		<b>206.000 t</b>	<b>2.118.080 t</b>	<b>19 w</b>	<b>12 w</b>	<b>34 w</b>	<b>36 w</b>	<b>20 w</b>	<b>..</b>	<b>45 w</b>	<b>50 w</b>
<b>Renda média baixa</b>		<b>117.580 t</b>	<b>911.200 t</b>	<b>21 w</b>	<b>14 w</b>	<b>30 w</b>	<b>35 w</b>	<b>20 w</b>	<b>23 w</b>	<b>48 w</b>	<b>51 w</b>
42	Angola	..	7.720	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia <sup>c</sup>	710	4.520	23	32	31	30	15	13	46	38
44	Egito	4.550	31.580	29	19	27	30	..	14	45	52
45	Senegal <sup>c</sup>	810	4.660	25	22	18	31	14	20	56	47
46	Iêmen, Rep. do <sup>c</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	960	5.250	18	13	35	39	20	25	47	49
48	Filipinas <sup>c</sup>	6.010	44.350	26	24	28	33	20	22	46	43
49	Costa do Marfim	760	7.170	47	46	19	24	11	17	33	30
50	Rep. Dominicana <sup>c</sup>	890	6.650	23	15	22	26	16	11	55	59
51	Marrocos <sup>c</sup>	2.950	22.390	23	16	28	34	16	17	49	50
52	Papua Nova Guiné <sup>c</sup>	340	3.520	42	28	18	30	..	10	41	42
53	Honduras	460	4.320	40	21	19	25	12	14	41	54
54	Guatemala <sup>c</sup>	1.330	8.150	..	18	..	26	..	..	..	56
55	Congo <sup>c</sup>	200	2.270	19	14	19	35	..	9	62	51
56	Síria <sup>c</sup>	1.470	11.460	29	22	22	23	..	..	49	55
57	Camarões <sup>c</sup>	810	11.080	33	27	20	27	10	15	47	46
58	Peru <sup>c</sup>	5.020	28.610	18	8	30	30	17	21	53	62
59	Equador <sup>c</sup>	1.150	10.380	27	15	22	39	18	21	50	47
60	Namíbia	..	1.650	..	11	..	38	..	5	..	50
61	Paraguai <sup>c</sup>	440	4.130	37	29	19	22	16	16	45	48
62	El Salvador <sup>c</sup>	800	5.860	29	12	22	21	18	16	49	67
63	Colômbia	5.910	39.410	27	17	27	36	19	21	47	47
64	Tailândia <sup>a</sup>	4.390	69.680	32	15	23	38	14	21	45	47
65	Jamaica <sup>c</sup>	970	3.880	10	5	37	45	17	18	53	50
66	Tunísia	880	8.920	22	14	24	33	9	16	54	53

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Distribuição do PIB (%)									
		PIB (milhões de dólares)		Agricultura		Indústria		Manufatura <sup>a</sup>		Serviços etc. <sup>b</sup>	
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989
67	Turquia	7.660	71.600	34	17	25	35	16	23	41	48
68	Botsuana <sup>c</sup>	50	2.500	34	3	19	57	12	4	47	40
69	Jordânia <sup>c</sup>	..	3.910	..	6	..	29	..	16	..	65
70	Panamá	660	4.550	18	11	19	15	12	7	63	75
71	Chile <sup>c</sup>	5.940	25.250	9	..	40	..	24	..	52	..
72	Costa Rica <sup>c</sup>	590	5.220	24	17	23	27	..	..	53	56
73	Polônia <sup>c</sup>	..	68.290	..	..	..	..	..	..	..	..
74	Maurício	190	1.740	16	13	23	32	14	24	61	56
75	México <sup>c</sup>	21.640	200.730	14	9	27	32	20	23	59	59
76	Argentina <sup>c</sup>	16.500	53.070	17	14	42	33	33	35	42	53
77	Malásia <sup>c</sup>	3.130	37.480	28	..	25	..	9	..	47	..
78	Argélia <sup>c</sup>	..	39.780	..	16	..	44	..	14	..	40
79	Bulgária	..	15.570	..	11	..	59	..	..	..	29
80	Líbano <sup>c</sup>	1.150	..	12	..	21	..	..	..	67	..
81	Monçólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	570	3.430	25	29	24	23	18	19	51	48
Renda média alta		88.730 t	..	18 w	..	38 w	..	..	..	42 w	..
83	Venezuela <sup>c</sup>	9.820	43.830	6	6	40	46	..	28	55	48
84	África do Sul	10.540	80.370	10	6	42	44	23	24	48	50
85	Brasil	19.450	319.150	19	9	33	43	26	31	48	48
86	Hungria <sup>c</sup>	..	29.060	..	14	..	36	..	..	..	50
87	Uruguai	930	7.170	15	11	32	28	..	22	53	61
88	Iugoslávia	11.190	71.760	23	10	42	42	..	..	35	48
89	Gabão <sup>c</sup>	230	3.440	26	10	34	47	7	10	40	43
90	Irã	6.170	150.250	26	23	36	15	12	7	38	62
91	Trinidad e Tobago	690	4.200	8	3	48	41	..	8	44	56
92	Tchecoslováquia <sup>c</sup>	..	50.470	..	6	..	57	..	..	..	36
93	Portugal <sup>c</sup>	3.740	44.880	..	9	..	37	..	..	..	54
94	Coreia, Rep. da <sup>c</sup>	3.000	211.880	38	10	25	44	18	26	37	46
95	Oman <sup>c</sup>	60	7.700	61	3	23	80	0	4	16	18
96	Líbia	1.500	22.990	5	5	63	50	3	7	33	45
97	Grécia	5.270	39.910	24	16	26	29	16	18	49	55
98	Iraque	2.430	..	18	..	46	..	8	..	36	..
99	Romênia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendas média e baixa		374.030 t	3.078.460 t	30 w	19 w	31 w	38 w	21 w	..	37 w	44 w
África subsaariana		29.120 t	161.820 t	41 w	32 w	20 w	27 w	8 w	11 w	39 w	38 w
Leste Asiático		90.700 t	895.230 t	42 w	24 w	35 w	44 w	27 w	33 w	23 w	34 w
Sul da Ásia		64.510 t	317.170 t	44 w	32 w	21 w	26 w	15 w	17 w	35 w	41 w
Europa, O. Médio e N. da África		..	787.990 t	..	..	..	..	..	..	..	..
América Latina e Caribe		95.470 t	809.230 t	16 w	..	33 w	..	23 w	..	51 w	..
Muito endividados		109.860 t	934.670 t	17 w	..	33 w	..	22 w	..	50 w	..
Economias de alta renda		1.413.280 t	14.764.510 t	5 w	..	42 w	..	32 w	..	54 w	..
Membros da OCDE		1.389.560 t	14.292.220 t	5 w	..	43 w	..	32 w	..	54 w	..
Outras		17.580 t	477.340 t	8 w	4 w	45 w	41 w	14 w	..	46 w	54 w
100	Arábia Saudita <sup>c</sup>	2.300	80.890	8	8	60	45	9	8	31	48
101	Irlanda <sup>c</sup>	2.340	29.570	..	11	..	10	..	3	..	79
102	Espanha <sup>c</sup>	23.750	379.360	..	5	..	9	..	18	..	86
103	Israel <sup>c</sup>	3.590	46.030	..	..	..	..	..	..	..	..
104	Hong Kong	2.150	52.540	2	0	40	28	24	21	58	72
105	Cingapura <sup>c</sup>	970	28.360	3	0	24	37	15	26	74	63
106	Nova Zelândia <sup>c</sup>	5.470	41.360	..	8	..	28	..	17	..	64
107	Austrália <sup>c</sup>	23.700	281.940	9	4	39	32	26	15	51	64
108	Reino Unido	89.750	717.870	3	2	46	37	34	20	51	62
109	Itália <sup>c</sup>	66.700	865.720	..	4	..	34	..	22	..	63
110	Países Baixos <sup>c</sup>	19.910	221.680	..	4	..	31	..	20	..	65
111	Kuwait <sup>c</sup>	2.100	23.530	0	1	70	56	3	9	29	43
112	Bélgica <sup>c</sup>	16.840	156.830	5	2	41	31	30	22	53	67
113	Austria <sup>c</sup>	9.480	126.480	9	3	46	37	33	27	45	60
114	França <sup>c</sup>	99.300	955.790	..	3	..	29	..	21	..	67
115	União dos Emirados Árabes	..	28.270	..	2	..	55	..	8	..	43
116	Canadá	46.570	488.590	6	..	40	..	26	13	54	..
117	Alemanha <sup>c</sup>	114.820	1.189.100	4	2	53	37	40	32	43	62
118	Dinamarca	8.880	89.140	9	4	36	29	23	20	55	67
119	EUA <sup>c</sup>	698.990	5.156.440	3	2	38	29	28	17	59	69
120	Suécia	19.610	166.520	..	3	..	34	..	23	..	63
121	Finlândia	7.540	100.860	16	6	37	36	23	22	47	58
122	Noruega	7.080	95.000	8	3	33	34	21	15	59	63
123	Japão <sup>c</sup>	91.290	2.818.520	10	3	44	41	34	30	46	56
124	Suíça <sup>c</sup>	13.920	174.960	..	..	..	..	..	..	..	..
Outras economias		..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo		2.003.700 t	19.981.540 t	10 w	..	40 w	..	30 w	..	51 w	..
Export. de petróleo (exceto URSS)		34.470 t	453.320 t	20 w	14 w	37 w	35 w	10 w	9 w	42 w	49 w

a. Como a manufatura é em geral a parte mais dinâmica do setor industrial, sua participação no PIB é mostrada em separado. b. *Serviços etc.* inclui itens não-alocados. c. O PIB e seus componentes estão calculados a preços de compra. d. Estimativa do Banco Mundial.

# Tabela 4. Agricultura e alimentos

	Valor adicionado na agricultura (milhões de dólares correntes)		Importações de cereais (milhares de toneladas métricas)		Ajuda alimentar em cereais (milhares de toneladas métricas)		Consumo de fertilizantes (centenas de gramas de nutrientes vegetais por hectare de terra arável)		Índice médio de produção de alimentos per capita (1979-81 = 100) 1987-89
	1970	1989	1974	1989	1974/75	1988/89	1970/71	1987/88	
<b>Economias de baixa renda</b>	<b>89.314 t</b>	<b>305.959 t</b>	<b>22.608 t</b>	<b>28.763 t</b>	<b>6.002 t</b>	<b>5.235 t</b>	<b>171 t</b>	<b>802 t</b>	<b>116 w</b>
China e Índia	60.621 t	205.278 t	11.224 t	15.014 t	1.582 t	531 t	241 t	1.185 t	122 w
Outras	28.269 t	99.716 t	11.314 t	13.749 t	4.420 t	4.704 t	72 t	310 t	103 w
1 Moçambique	..	704	62	400	34	424	22	21	83
2 Etiópia	931	2.254	118	690	54	573	4	39	89
3 Tanzânia	473	1.795	431	83	148	76	31	92	90
4 Somália	167	705	42	186	111	73	29	40	97
5 Bangladesh <sup>a</sup>	3.636	8.962	1.866	2.204	2.076	1.161	157	770	93
6 Laos <sup>a</sup>	..	..	53	64	8	20	2	6	116
7 Malawi	119	498	17	86	0	217	52	203	85
8 Nepal	579	1.633	18	26	0	9	27	232	107
9 Chade <sup>a</sup>	142	364	37	37	20	15	7	17	101
10 Burundi	159	535	7	6	6	6	5	20	98
11 Serra Leoa	108	409	72	145	10	38	17	3	89
12 Madagascar <sup>a</sup>	243	717	114	103	7	76	61	21	93
13 Nigéria	5.080	8.874	389	240	7	0	2	94	96
14 Uganda	929	2.986	36	16	..	17	14	2	87
15 Zaire <sup>a</sup>	805	2.846	343	323	1	55	8	9	94
16 Mali <sup>a</sup>	207	1.048	281	89	107	62	31	59	97
17 Níger	420	744	155	105	73	83	1	8	86
18 Burkina Faso	121	871	99	120	28	49	3	57	115
19 Ruanda <sup>a</sup>	135	799	3	10	19	2	3	20	77
20 Índia	23.916	71.345	5.261	1.014	1.582	308	137	517	113
21 China <sup>a</sup>	36.705	133.934	6.033	14.000	0	223	410	2.361	128
22 Haiti <sup>a</sup>	..	692	83	251	25	49	4	25	93
23 Quênia	484	2.208	15	119	2	112	238	421	101
24 Paquistão	3.352	9.681	1.274	2.171	584	416	146	829	103
25 Benin	121	729	7	104	9	16	36	49	114
26 Rep. Centro-africana	60	442	7	28	1	0	12	4	90
27 Gana <sup>a</sup>	1.030	2.570	177	244	33	46	13	38	109
28 Togo <sup>a</sup>	85	446	6	111	11	11	3	76	89
29 Zâmbia <sup>a</sup>	191	617	93	123	5	66	73	183	97
30 Guiné <sup>a</sup>	..	812	63	183	49	42	19	6	90
31 Sri Lanka	545	1.648	951	1.177	271	272	555	1.094	87
32 Lesoto	23	83	48	140	14	34	10	125	80
33 Indonésia <sup>a</sup>	4.340	22.032	1.919	2.356	301	69	133	1.068	124
34 Mauritânia	58	339	115	207	48	70	11	55	88
35 Afeganistão	..	..	5	260	10	208	24	97	..
36 Butão	..	125	3	20	0	2	..	10	121
37 Kampuchea	..	..	223	50	226	11	11	2	..
38 Libéria	91	..	42	158	3	28	63	94	95
39 Mianmar	..	..	26	..	9	0	21	125	120
40 Sudão	757	..	125	556	46	198	28	40	87
41 Vietnã	..	..	1.854	258	64	100	513	651	111
<b>Economias de renda média</b>	<b>50.052 t</b>	<b>258.932 t</b>	<b>42.817 t</b>	<b>80.767 t</b>	<b>1.926 t</b>	<b>4.548 t</b>	<b>370 t</b>	<b>703 t</b>	<b>101 w</b>
Renda média baixa	31.154 t	129.238 t	24.693 t	49.426 t	1.654 t	4.510 t	309 t	592 t	99 w
42 Angola	..	..	149	248	0	79	33	29	84
43 Bolívia <sup>a</sup>	202	1.440	209	172	22	95	7	19	102
44 Egito	1.942	5.858	3.877	8.543	610	1.427	1.312	3.505	109
45 Senegal <sup>a</sup>	208	1.028	341	515	27	53	17	40	106
46 Iêmen, Rep. do <sup>a</sup>	..	..	306	1.378	33	85	..	63	..
47 Zimbábue	214	664	56	52	0	10	446	505	90
48 Filipinas <sup>a</sup>	1.996	10.429	817	1.626	89	135	287	612	86
49 Costa do Marfim	462	3.295	172	693	4	19	74	90	96
50 Rep. Dominicana <sup>a</sup>	345	1.012	252	601	16	228	334	556	94
51 Marrocos <sup>a</sup>	789	3.679	891	1.329	75	238	117	376	120
52 Papua Nova Guiné <sup>a</sup>	240	1.000	71	243	..	0	58	381	97
53 Honduras	212	890	52	172	31	67	156	190	88
54 Guatemala <sup>a</sup>	..	1.472	138	214	9	277	298	656	103
55 Congo <sup>a</sup>	49	311	34	82	2	2	114	25	98
56 Síria <sup>a</sup>	435	2.475	339	1.578	47	31	68	404	86
57 Camarões <sup>a</sup>	364	2.978	81	345	4	6	34	71	96
58 Peru <sup>a</sup>	1.351	2.177	637	1.065	37	146	300	622	101
59 Equador <sup>a</sup>	401	1.526	152	536	13	89	133	232	106
60 Namíbia	..	187	..	0	..	..	..	..	95
61 Paraguai <sup>a</sup>	191	1.217	71	5	10	1	98	69	115
62 El Salvador <sup>a</sup>	292	685	75	186	4	197	1.043	1.262	90
63 Colômbia	1.806	6.622	502	716	28	12	287	945	102
64 Tailândia <sup>a</sup>	1.837	10.561	97	346	0	83	59	328	104
65 Jamaica <sup>a</sup>	93	210	340	296	1	365	873	914	92
66 Tunísia	245	1.235	307	1.655	59	284	76	222	96

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.



		Valor adicionado na agricultura (milhões de dólares correntes)		Importações de cereais (milhares de toneladas métricas)		Ajuda alimentar em cereais (milhares de toneladas métricas)		Consumo de fertilizantes (centenas de gramas de nutrientes vegetais por hectare de terra arável)		Índice médio de produção de alimentos per capita (1979-81 = 100)
		1970	1989	1974	1989	1974/75	1988/89	1970/71	1987/88	1987-89
67	Turquia	3.383	11.857	1.276	3.061	16	3	157	637	97
68	Botsuana <sup>a</sup>	28	75	21	77	5	33	15	7	68
69	Jordânia	..	241	171	671	79	25	74	362	117
70	Panamá <sup>a</sup>	149	493	63	109	3	..	387	657	92
71	Chile <sup>a</sup>	558	..	1.737	178	323	14	313	544	107
72	Costa Rica <sup>a</sup>	222	897	110	357	1	84	1.001	1.806	89
73	Polónia <sup>a</sup>	..	..	4.185	2.893	..	..	1.678	2.223	106
74	Maurício	30	222	160	209	22	21	2.095	3.075	100
75	México <sup>a</sup>	4.462	18.050	2.881	7.050	..	291	232	753	98
76	Argentina	2.250	7.339	0	4	..	..	26	45	91
77	Malásia <sup>a</sup>	1.198	..	1.023	2.299	1	10	489	1.596	142
78	Argélia <sup>a</sup>	492	6.187	1.816	7.461	54	39	163	320	97
79	Bulgária	..	1.758	649	1.384	..	..	1.411	1.804	100
80	Libano <sup>a</sup>	136	..	354	558	26	32	1.354	671	..
81	Mongólia	..	..	28	59	..	..	22	184	91
82	Nicarágua	199	..	44	140	3	32	215	433	63
<b>Renda média alta</b>		<b>19.594 t</b>	<b>..</b>	<b>18.124 t</b>	<b>31.341 t</b>	<b>271 t</b>	<b>38 t</b>	<b>465 t</b>	<b>865 t</b>	<b>103 w</b>
83	Venezuela <sup>a</sup>	826	2.654	1.270	1.804	..	..	170	1.580	88
84	África do Sul	1.362	4.635	127	296	..	..	422	541	90
85	Brasil	4.392	27.810	2.485	2.015	31	15	186	485	115
86	Hungria <sup>a</sup>	1.010	4.048	408	249	..	..	1.497	2.595	113
87	Uruguai	268	773	70	81	6	..	485	420	106
88	Iugoslávia	2.212	7.229	992	192	..	..	770	1.328	98
89	Galão <sup>a</sup>	60	353	24	50	..	..	..	46	81
90	Irã	2.120	34.563	2.076	6.500	..	23	60	658	87
91	Trinidad e Tobago	40	118	208	284	..	..	880	450	86
92	Tchecoslováquia <sup>a</sup>	..	3.266	1.296	216	..	..	2.404	3.031	121
93	Portugal <sup>a</sup>	..	..	1.861	1.226	..	..	428	1.026	100
94	Coreia, Rep. da <sup>a</sup>	2.311	21.663	2.679	10.267	234	..	2.450	3.920	96
95	Orrã <sup>a</sup>	40	202	52	200	..	..	..	417	..
96	Líbia	93	..	612	1.515	..	..	62	416	109
97	Grécia	1.569	..	1.341	465	..	..	861	1.542	100
98	Iraque	579	..	870	4.891	..	..	34	397	98
99	Roménia	..	..	1.381	556	..	..	565	1.301	109
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>141.602 t</b>	<b>571.792 t</b>	<b>65.426 t</b>	<b>109.529 t</b>	<b>7.928 t</b>	<b>9.783 t</b>	<b>256 t</b>	<b>758 t</b>	<b>112 w</b>
<b>África subsaariana</b>		<b>15.597 t</b>	<b>52.090 t</b>	<b>4.208 t</b>	<b>7.411 t</b>	<b>910 t</b>	<b>2.610 t</b>	<b>34 t</b>	<b>76 t</b>	<b>95 w</b>
<b>Leste asiático</b>		<b>49.792 t</b>	<b>211.600 t</b>	<b>14.938 t</b>	<b>31.795 t</b>	<b>923 t</b>	<b>651 t</b>	<b>365 t</b>	<b>1.712 t</b>	<b>123 w</b>
<b>Sul da Ásia</b>		<b>32.884 t</b>	<b>103.077 t</b>	<b>9.404 t</b>	<b>6.634 t</b>	<b>4.522 t</b>	<b>2.169 t</b>	<b>135 t</b>	<b>541 t</b>	<b>112 w</b>
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>20.496 t</b>	<b>116.812 t</b>	<b>25.193 t</b>	<b>46.909 t</b>	<b>1.010 t</b>	<b>2.394 t</b>	<b>575 t</b>	<b>1.058 t</b>	<b>99 w</b>
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>18.661 t</b>	<b>..</b>	<b>11.556 t</b>	<b>16.484 t</b>	<b>563 t</b>	<b>1.960 t</b>	<b>177 t</b>	<b>464 t</b>	<b>105 w</b>
<b>Muito endividados</b>		<b>23.513 t</b>	<b>..</b>	<b>20.373 t</b>	<b>29.501 t</b>	<b>1.274 t</b>	<b>2.705 t</b>	<b>351 t</b>	<b>647 t</b>	<b>105 w</b>
<b>Economias de alta renda</b>		<b>82.405 t</b>	<b>..</b>	<b>78.976 t</b>	<b>75.503 t</b>			<b>1.032 t</b>	<b>1.238 t</b>	<b>99 w</b>
<b>Membros da OCDE</b>		<b>80.527 t</b>	<b>..</b>	<b>72.941 t</b>	<b>64.224 t</b>			<b>1.029 t</b>	<b>1.221 t</b>	<b>98 w</b>
<b>Outras</b>		<b>1.880 t</b>	<b>18.155 t</b>	<b>6.035 t</b>	<b>11.279 t</b>			<b>1.423 t</b>	<b>3.445 t</b>	<b>123 w</b>
100	Arábia Saudita	219	6.150	482	5.560			54	3.678	..
101	Irlanda	559	3.307	640	379			3.067	6.815	105
102	Espanha <sup>a</sup>	..	18.160	4.675	2.224			593	989	111
103	Israel <sup>b</sup>	295	..	1.176	1.890	53	4	1.401	2.237	106
104	Hong Kong	62	184	657	826			..	..	61
105	Cingapura <sup>a</sup>	44	97	682	925			2.500	18.333	86
106	Nova Zelândia <sup>a</sup>	897	..	92	190			7.745	7.086	107
107	Austrália <sup>a</sup>	2.157	10.402	2	26			232	286	96
108	Reino Unido	2.993	..	7.540	2.908			2.631	3.555	105
109	Itália <sup>a</sup>	8.365	30.579	8.101	7.649			896	1.901	100
110	Países Baixos <sup>a</sup>	1.827	9.155	7.199	5.932			7.493	6.877	110
111	Kuweit <sup>a</sup>	8	238	101	597			..	750	..
112	Bélgica <sup>a</sup>	920	3.165	4.585 <sup>c</sup>	4.004 <sup>c</sup>			5.648 <sup>c</sup>	5.098 <sup>c</sup>	116 <sup>c</sup>
113	Áustria <sup>a</sup>	992	4.042	164	81			2.426	2.214	109
114	França <sup>a</sup>	1.221	31.843	654	917			2.435	2.990	105
115	União dos Emirados Árabes	..	481	132	596			..	1.632	..
116	Canadá	3.265	..	1.513	1.067			191	484	103
117	Alemanha <sup>a</sup>	5.951	18.307	7.164	4.524			4.263	4.208	112
118	Dinamarca	882	3.942	462	171			2.234	2.330	120
119	EUA <sup>a</sup>	27.812	..	460	2.147			816	937	92
120	Suécia	..	4.879	300	120			1.646	1.357	94
121	Finlândia	1.205	5.808	222	214			1.930	2.164	102
122	Noruega	624	2.757	713	545			2.443	2.704	109
123	Japão <sup>b</sup>	12.467	72.773	19.557	27.370			3.547	4.327	97
124	Suiça	..	..	1.458	651			3.831	4.306	102
<b>Outras economias</b>		<b>..</b>	<b>..</b>	<b>10.533 t</b>	<b>41.874 t</b>	<b>..</b>	<b>1 t</b>	<b>464 t</b>	<b>1.209 t</b>	<b>110 w</b>
<b>Mundo</b>		<b>249.704 t</b>	<b>..</b>	<b>154.934 t</b>	<b>226.907 t</b>	<b>7.981 t</b>	<b>9.787 t</b>	<b>497 t</b>	<b>954 t</b>	<b>110 w</b>
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>9.822 t</b>	<b>65.457 t</b>	<b>8.166 t</b>	<b>29.579 t</b>	<b>63 t</b>	<b>143 t</b>	<b>49 t</b>	<b>408 t</b>	<b>101 w</b>

a. Os dados do valor adicionado na agricultura estão calculados a preços de compra. b. Os dados sobre o valor adicionado na agricultura referem-se ao produto interno líquido a custo dos fatores. c. Inclui Luxemburgo.

**Tabela 5. Energia comercial**

		Taxa média anual de crescimento energético (%)				Consumo de energia per capita (quilos de equivalentes de petróleo)		Importações de energia como percentual das exportações de mercadorias	
		Produção de energia		Consumo de energia					
		1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965	1989	1965	1989
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>10,0 w</b>	<b>4,6 w</b>	<b>8,3 w</b>	<b>5,2 w</b>	<b>125 w</b>	<b>330 w</b>	<b>7 w</b>	<b>4 w</b>
China e Índia		9,1 w	5,5 w	8,8 w	5,3 w	146 w	437 w	8 w	3 w
Outras		12,4 w	0,9 w	5,6 w	4,0 w	72 w	124 w	6 w	6 w
1	Moçambique	19,8	-34,7	2,2	1,8	81	84	13	2
2	Etiópia	7,5	6,0	4,1	2,3	10	20	8	25
3	Tanzânia	7,3	3,4	3,7	2,3	37	37	..	4
4	Somália	..	0,0	16,7	1,8	14	78	9	8
5	Bangladesh	..	12,8	..	7,6	..	51	..	4
6	Laos	..	0,4	4,2	2,6	24	38	..	..
7	Malavi	18,2	4,1	8,0	0,3	25	41	7	17
8	Nepal	18,4	11,3	6,2	8,9	6	24	..	2
9	Chade	..	0,0	..	0,2	..	17	23	6
10	Burundi	..	10,2	6,0	7,8	5	21	11	1
11	Serra Leoa	..	0,0	0,8	-0,6	109	76	11	4
12	Madagascar	3,9	8,9	3,5	1,6	34	40	8	2
13	Nigéria	17,3	0,3	12,9	5,5	34	135	7	4
14	Uganda	-0,5	3,2	-0,5	3,7	36	25	1	0
15	Zaire	9,4	2,2	3,6	1,6	74	73	6	4
16	Mali	38,6	8,2	7,0	2,6	14	24	16	2
17	Niger	..	14,0	12,5	3,1	8	40	9	2
18	Burkina Faso	..	0,0	10,5	0,0	7	17	11	2
19	Ruanda	8,8	5,4	15,2	4,0	8	40	10	2
20	Índia	5,6	7,5	5,8	6,1	100	226	8	24
21	China	10,0	5,5	9,8	5,5	178	591	..	3
22	Haiti	..	5,0	8,4	1,9	24	51	..	2
23	Quênia	13,1	7,8	4,5	0,5	110	98	20	4
24	Paquistão	6,5	5,8	3,5	6,2	135	213	7	21
25	Benin	..	7,8	9,9	4,5	21	45	14	6
26	Rep. Centro-africana	6,7	0,7	2,2	6,5	22	36	7	2
27	Gana	17,7	-5,1	7,8	-2,6	76	129	6	4
28	Togo	2,9	10,1	10,7	-1,3	27	51	6	12
29	Zâmbia	25,7	1,5	4,0	0,8	464	372	..	..
30	Guiné	16,5	0,2	2,3	1,2	56	71	..	4
31	Sri Lanka	10,4	8,1	2,2	4,2	106	173	6	5
32	Lesoto	..	0,0	..	0,0	..	0	a	a
33	Indonésia	9,9	0,7	8,4	3,9	91	263	3	6
34	Mauritânia	..	0,0	9,5	0,4	48	114	2	18
35	Afeganistão	15,7	2,2	5,6	7,6	30	..	8	1
36	Butão	..	0,0	..	0,6	..	13	..	..
37	Kampuchea	..	5,6	7,6	2,3	19	..	..	..
38	Libéria	14,6	-0,8	7,9	-7,5	182	165	6	2
39	Mianmar	8,4	3,9	4,9	4,2	39	70	4	4
40	Sudão	17,8	1,7	2,0	1,0	67	57	5	3
41	Vietnã	5,3	1,5	-2,6	2,2	..	97	..	30
<b>Economias de renda média</b>		<b>3,7 w</b>	<b>3,5 w</b>	<b>6,2 w</b>	<b>3,1 w</b>	<b>663 w</b>	<b>1.242 w</b>	<b>9 w</b>	<b>14 w</b>
Renda média baixa		6,4 w	4,1 w	6,0 w	3,2 w	516 w	888 w	9 w	13 w
42	Angola	..	5,3	..	2,3	..	203	2	1
43	Bolívia	9,5	-0,1	7,7	-0,3	156	246	1	2
44	Egito	10,7	5,7	6,2	6,3	313	636	11	10
45	Senegal	..	0,0	7,4	-1,1	79	153	8	10
46	Iêmen, Rep. do	..	1,8	..	23,8	..	234	..	13
47	Zimbábue	-0,7	0,7	5,2	1,2	441	525	..	0
48	Filipinas	9,0	8,9	5,8	-1,9	160	217	12	17
49	Costa do Marfim	11,1	-0,1	8,6	2,4	101	168	5	2
50	Rep. Dominicana	10,9	5,9	11,5	2,4	127	336	7	13
51	Marrocos	2,5	0,0	7,9	2,6	124	244	5	25
52	Papua Nova Guiné	13,7	6,3	13,0	2,3	56	231	7	..
53	Honduras	14,0	4,5	7,6	2,7	111	193	5	3
54	Guatemala	12,5	4,9	6,8	-0,0	150	170	9	6
55	Congo	41,1	6,2	7,8	4,0	90	211	8	0
56	Síria	56,3	3,4	12,4	4,2	212	896	13	3
57	Camarões	13,0	12,5	6,3	5,5	67	141	6	2
58	Peru	6,6	-2,2	5,0	1,5	395	520	3	9
59	Equador	35,0	4,7	11,9	2,0	162	648	11	3
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	a	a
61	Paraguai	..	11,4	9,7	4,6	84	226	14	26
62	El Salvador	9,0	3,7	7,0	2,0	140	226	6	13
63	Colômbia	1,0	9,4	6,0	2,7	413	754	1	4
64	Tailândia	9,0	30,5	10,1	6,1	82	331	11	10
65	Jamaica	-0,9	5,0	6,1	-2,2	703	902	12	24
66	Tunísia	20,4	-0,9	8,5	6,3	170	546	12	14

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Taxa média anual de crescimento energético (%)				Consumo de energia per capita (quilos de equivalentes de petróleo)		Importações de energia como percentual das exportações de mercadorias	
		Produção de energia		Consumo de energia					
		1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965	1989	1965	1989
67	Turquia	4,3	9,2	8,5	7,3	258	837	12	28
68	Botsuana	8,8	2,4	9,5	2,2	191	423	a	a
69	Jordânia	..	16,4	9,3	6,8	226	773	42	49
70	Panamá	6,9	9,2	5,8	4,2	576	1.636	61	54
71	Chile	1,8	2,9	3,0	1,7	652	836	5	9
72	Costa Rica	8,2	6,6	8,8	3,1	267	614	8	5
73	Polónia	4,0	0,8	4,8	0,6	2.027	3.333	..	..
74	Malásia	2,1	5,9	7,2	2,5	160	369	..	1
75	México	9,7	1,9	7,9	0,7	605	1.288	4	4
76	Argentina	4,5	3,3	4,3	3,2	975	1.718	8	5
77	Malásia	36,9	15,2	6,7	7,5	313	920	11	4
78	Argélia	5,3	4,1	11,9	12,5	226	1.906	0	2
79	Bulgária	1,3	3,6	6,1	4,7	1.788	4.719	..	..
80	Libano	2,0	-2,9	2,0	3,6	713	..	50	7
81	Mongólia	..	3,5	..	3,4	..	1.245	..	..
82	Nicarágua	2,6	1,4	6,5	2,1	172	259	6	6
<b>Renda média alta</b>		<b>2,5 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>6,3 w</b>	<b>2,8 w</b>	<b>881 w</b>	<b>1.890 w</b>	<b>8 w</b>	<b>14 w</b>
83	Venezuela	-3,1	-0,4	4,6	3,3	2.319	2.595	0	2
84	África do Sul	5,1	4,6	4,3	3,3	1.744	2.432	10 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>
85	Brasil	8,6	8,1	9,9	4,5	286	897	14	14
86	Hungria	0,8	0,9	3,8	1,0	1.825	3.106	12	11
87	Uruguai	4,7	9,7	1,3	-0,9	765	779	13	12
88	Iugoslávia	3,5	3,0	6,0	3,3	898	2.241	7	21
89	Gabão	13,7	3,4	14,7	3,0	153	1.155	3	0
90	Irã	3,6	8,0	8,9	4,2	537	1.019	0	3
91	Trinidad e Tobago	3,8	-4,4	6,6	0,9	2.776	5.349	59	5
92	Tchecoslováquia	1,0	0,0	3,2	0,6	3.374	4.945	..	..
93	Portugal	3,6	5,5	6,5	3,5	506	1.470	13	16
94	Coreia, Rep. da	4,1	9,5	12,1	7,2	238	1.832	18	12
95	Oman	23,0	8,8	30,5	10,7	14	2.556	..	1
96	Líbia	0,6	-3,7	18,2	6,0	222	3.049	2	2
97	Grécia	10,5	7,3	8,5	2,5	615	2.046	29	14
98	Iraque	6,2	5,4	7,4	5,2	399	752	0	0
99	Roménia	4,3	0,6	6,6	1,0	1.536	3.514	..	..
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>5,4 w</b>	<b>3,9 w</b>	<b>6,9 w</b>	<b>4,0 w</b>	<b>275 w</b>	<b>575 w</b>	<b>8 w</b>	<b>10 w</b>
<b>África subsaariana</b>		<b>15,5 w</b>	<b>1,8 w</b>	<b>5,7 w</b>	<b>2,5 w</b>	<b>72 w</b>	<b>73 w</b>	<b>7 w</b>	<b>28 w</b>
<b>Leste asiático</b>		<b>10,0 w</b>	<b>5,1 w</b>	<b>9,4 w</b>	<b>5,1 w</b>	<b>164 w</b>	<b>487 w</b>	<b>10 w</b>	<b>8 w</b>
<b>Sul da Ásia</b>		<b>5,8 w</b>	<b>6,2 w</b>	<b>5,7 w</b>	<b>6,1 w</b>	<b>99 w</b>	<b>197 w</b>	<b>7 w</b>	<b>..</b>
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>4,1 w</b>	<b>3,1 w</b>	<b>5,7 w</b>	<b>3,1 w</b>	<b>909 w</b>	<b>1.658 w</b>	<b>9 w</b>	<b>19 w</b>
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>1,9 w</b>	<b>2,5 w</b>	<b>6,9 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>514 w</b>	<b>1.010 w</b>	<b>8 w</b>	<b>5 w</b>
<b>Muito-Individuais</b>		<b>2,7 w</b>	<b>2,0 w</b>	<b>6,1 w</b>	<b>1,9 w</b>	<b>642 w</b>	<b>1.017 w</b>	<b>7 w</b>	<b>7 w</b>
<b>Economias de alta renda</b>		<b>3,1 w</b>	<b>0,4 w</b>	<b>3,1 w</b>	<b>1,2 w</b>	<b>3.641 w</b>	<b>4.867 w</b>	<b>11 w</b>	<b>10 w</b>
<b>Membros da OCDE</b>		<b>2,1 w</b>	<b>1,6 w</b>	<b>3,0 w</b>	<b>1,0 w</b>	<b>3.748 w</b>	<b>5.182 w</b>	<b>11 w</b>	<b>10 w</b>
<b>Outras</b>		<b>7,6 w</b>	<b>-5,1 w</b>	<b>6,5 w</b>	<b>6,5 w</b>	<b>1.397 w</b>	<b>2.131 w</b>	<b>6 w</b>	<b>10 w</b>
100	Arábia Saudita	11,5	-8,7	7,2	9,8	1.759	4.307	0	0
101	Irlanda	0,1	4,7	3,9	1,4	1.504	2.499	14	5
102	Espanha	3,6	6,5	6,5	2,9	901	2.204	31	19
103	Israel	-15,2	-12,3	4,4	1,6	1.574	2.019	13	10
104	Hong Kong	..	0,0	8,4	4,1	413	1.629	6	6
105	Cingapura	..	0,0	10,8	3,3	670	6.165	17	15
106	Nova Zelândia	4,7	6,8	3,6	5,4	2.622	5.282	7	6
107	Austrália	10,5	6,1	5,0	1,8	3.287	5.291	10	6
108	Reino Unido	3,6	0,2	0,9	0,4	3.481	3.624	13	7
109	Itália	1,3	0,5	3,7	0,5	1.568	2.721	16	13
110	Países Baixos	15,4	-3,6	5,0	0,6	3.134	4.948	12	10
111	Kuwait	-1,6	2,6	2,1	4,3	..	4.944	0	0
112	Bélgica	-3,9	7,5	2,9	0,1	3.402	4.804	..	..
113	Áustria	0,8	-0,4	4,0	0,8	2.060	3.479	10	7
114	França	-0,9	7,2	3,7	0,7	2.468	3.778	16	10
115	União dos Emirados Árabes	14,7	0,3	36,6	10,1	105	10.554	..	1
116	Canadá	5,7	3,7	4,5	1,8	6.007	9.959	7	5
117	Alemanha	-0,1	0,0	3,0	-0,1	3.197	4.383	8	6
118	Dinamarca	2,6	44,0	2,4	-0,2	2.911	3.598	13	7
119	EUA	1,1	0,5	2,3	1,0	6.535	7.794	8	16
120	Suécia	4,9	5,0	2,5	1,6	4.162	6.228	12	7
121	Finlândia	3,8	6,4	5,1	2,5	2.233	5.547	11	10
122	Noruega	12,4	7,7	4,1	2,1	4.650	8.940	11	3
123	Japão	-0,4	4,1	6,1	2,3	1.474	3.484	19	16
124	Suíça	3,7	0,5	3,1	1,1	2.501	3.913	8	4
<b>Outras economias</b>		<b>5,0 w</b>	<b>..</b>	<b>4,6 w</b>	<b>..</b>	<b>2.455 w</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
<b>Mundo</b>		<b>4,1</b>	<b>1,8 w</b>	<b>4,1 w</b>	<b>2,1 w</b>	<b>1.146 w</b>	<b>1.222 w</b>	<b>10 w</b>	<b>10 w</b>
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>5,9 w</b>	<b>-0,3 w</b>	<b>8,1 w</b>	<b>4,1 w</b>	<b>438 w</b>	<b>974 w</b>	<b>3 w</b>	<b>5 w</b>

a. As cifras para a União Alfandegária Sul-africana, que compreende África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, estão incluídas nos dados da África do Sul; exclui-se o comércio entre os territórios componentes.

# Tabela 6. Estrutura da atividade manufatureira

		Distribuição do valor adicionado na manufatura (percentual preços correntes)											
		Valor adicionado na manufatura (milhões de dólares correntes)		Alimentos, bebidas e fumo		Têxteis e vestuário		Máquinas e equipamentos de transporte		Produtos químicos		Outros <sup>a</sup>	
		1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>46.114 t</b>	<b>227.368 t</b>										
<b>China e Índia</b>		<b>38.393 t</b>	<b>185.094 t</b>										
<b>Outras</b>		<b>7.078 t</b>	<b>39.091 t</b>										
1	Moçambique	..	..	51	..	13	..	5	..	3	..	28	..
2	Etiópia	149	579	46	48	31	19	0	2	2	4	21	27
3	Tanzânia	116	111	36	..	28	..	5	..	4	..	26	..
4	Somália	26	53	88	59	6	13	0	2	1	13	6	13
5	Bangladesh <sup>b</sup>	387	1.390	30	22	47	35	3	5	11	22	10	17
6	Laos <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
7	Malawi	..	154	51	..	17	..	3	..	10	..	20	..
8	Nepal	32	165	..	41	..	24	..	3	..	6	..	26
9	Chade <sup>b</sup>	51	163	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
10	Burundi	16	92	53	..	25	..	0	..	6	..	16	..
11	Serra Leoa	22	53	..	65	..	1	..	..	..	4	..	30
12	Madagascar <sup>b</sup>	..	275	36	..	28	..	6	..	7	..	23	..
13	Nigéria	543	2.989	36	..	26	..	1	..	6	..	31	..
14	Uganda	158	213	40	..	20	..	2	..	4	..	34	..
15	Zaire <sup>b</sup>	..	982	38	..	16	..	7	..	10	..	29	..
16	Mali <sup>b</sup>	25	135	36	..	40	..	4	..	5	..	14	..
17	Níger <sup>b</sup>	30	167	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
18	Burkina Faso	65	376	69	..	9	..	2	..	1	..	19	..
19	Ruanda <sup>b</sup>	8	328	86	65	0	3	3	0	2	5	8	28
20	Índia	7.928	43.511	13	10	21	13	20	27	14	17	32	33
21	China <sup>b</sup>	30.465 <sup>c</sup>	141.583 <sup>c</sup>	..	12	..	14	..	25	..	11	..	38
22	Haiti <sup>b</sup>	..	362	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
23	Quênia	174	849	33	40	9	10	16	12	9	9	33	28
24	Paquistão	1.462	5.749	24	34	38	15	6	11	9	10	23	29
25	Benin	19	80	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
26	Rep. Centro-africana	12	87	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
27	Gana <sup>b</sup>	252	528	34	40	16	6	4	1	4	7	41	47
28	Togo <sup>b</sup>	25	106	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
29	Zâmbia <sup>b</sup>	181	1.149	49	..	9	..	5	..	10	..	27	..
30	Guiné <sup>b</sup>	..	85	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	321	984	26	54	19	18	10	1	11	4	33	23
32	Lesoto	3	49	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Indonésia <sup>b</sup>	994	15.574	..	26	..	13	..	3	..	9	..	49
34	Mauritânia	10	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	16	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	15	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
39	Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Sudão	140	..	39	..	34	..	3	..	5	..	19	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		<b>68.813 t</b>	<b>500.413 t</b>										
<b>Renda média baixa</b>		<b>35.612 t</b>	<b>202.745 t</b>										
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia <sup>b</sup>	135	568	33	32	34	8	1	1	6	5	26	54
44	Egito	..	..	17	29	35	20	9	9	12	17	27	25
45	Senegal <sup>b</sup>	141	939	51	48	19	15	2	6	6	7	22	24
46	Iêmen, Rep. do <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	293	1.327	24	35	16	15	9	9	11	10	40	32
48	Filipinas <sup>b</sup>	1.622	9.834	39	41	8	7	8	9	13	10	32	32
49	Costa do Marfim	149	..	27	..	16	..	10	..	5	..	42	..
50	Rep. Dominicana <sup>b</sup>	275	743	74	..	5	..	1	..	6	..	14	..
51	Marrocos <sup>b</sup>	641	3.894	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
52	Papua Nova Guiné <sup>b</sup>	35	340	23	..	1	..	35	..	4	..	37	..
53	Honduras	91	615	58	51	10	7	1	2	4	5	28	35
54	Guatemala <sup>b</sup>	..	..	42	38	14	11	4	4	12	18	27	29
55	Congo <sup>b</sup>	..	198	65	..	4	..	1	..	8	..	22	..
56	Síria <sup>b</sup>	..	..	37	33	40	19	3	5	2	5	20	38
57	Camarões <sup>b</sup>	119	1.708	50	..	15	..	4	..	3	..	27	..
58	Peru <sup>b</sup>	1.430	6.101	25	28	14	14	7	11	7	9	47	38
59	Equador <sup>b</sup>	305	2.156	43	31	14	13	3	7	8	8	32	41
60	Namíbia	..	79	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai <sup>b</sup>	99	662	56	..	16	..	1	..	5	..	21	..
62	El Salvador <sup>b</sup>	194	962	40	36	30	15	3	6	8	17	18	26
63	Colômbia	1.487	8.149	31	30	20	15	8	10	11	13	29	31
64	Tailândia <sup>b</sup>	1.130	14.760	43	29	13	18	9	13	6	7	29	33
65	Jamaica <sup>b</sup>	221	685	46	..	7	..	..	..	10	..	36	..
66	Tunísia	121	1.411	29	20	18	20	4	4	13	9	36	47

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a diferentes daqueles especificados.

		Distribuição do valor adicionado na manufatura (percentual preços correntes)											
		Valor adicionado na manufatura (milhões de dólares correntes)		Alimentos, bebidas e fumo		Têxteis e vestuário		Máquinas e equipamentos de transporte		Produtos químicos		Outros <sup>a</sup>	
		1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
67	Turquia	1.930	16.793	26	18	15	16	8	14	7	11	45	41
68	Botswana <sup>b</sup>	5	99	..	54	..	10	..	0	..	6	..	30
69	Jordânia	..	619	21	25	14	4	7	1	6	8	52	62
70	Panamá	127	329	41	53	9	6	1	2	5	8	44	30
71	Chile <sup>b</sup>	2.092	..	17	23	12	7	11	4	5	8	55	57
72	Costa Rica <sup>b</sup>	..	..	48	47	12	8	6	6	7	8	28	31
73	Polónia <sup>b</sup>	..	..	20	9	19	16	24	32	8	7	28	36
74	Maurício	26	419	75	23	6	51	5	3	3	5	12	18
75	México <sup>b</sup>	8.449	46.932	28	22	15	11	13	13	11	14	34	40
76	Argentina <sup>b</sup>	5.750	18.646	20	22	18	11	17	14	7	12	38	41
77	Malásia <sup>b</sup>	500	..	26	18	3	6	8	23	9	13	54	39
78	Argélia <sup>b</sup>	682	5.446	32	20	20	17	9	13	4	3	35	47
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Líbia <sup>b</sup>	..	..	27	..	19	..	1	..	3	..	49	..
81	Monçólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua <sup>b</sup>	159	642	53	..	14	..	2	..	8	..	23	..
<b>Renda média alta</b>		<b>32.492 t</b>	<b>..</b>										
83	Venezuela <sup>b</sup>	2.140	12.373	30	22	13	9	9	11	8	12	39	46
84	África do Sul	3.914	19.046	15	14	13	8	17	20	10	11	45	48
85	Brasil	10.429	98.880	16	14	13	10	22	21	10	13	39	42
86	Hungria <sup>b</sup>	..	..	12	8	13	10	28	30	8	14	39	38
87	Uruguai	..	1.576	34	31	21	18	7	10	6	10	32	31
88	Iugoslávia	..	..	10	14	15	16	23	25	7	9	45	37
89	Gabão <sup>b</sup>	22	331	37	..	7	..	6	..	6	..	44	..
90	Irã	1.501	10.695	30	..	20	..	18	..	6	..	26	..
91	Trinidad e Tobago	198	357	18	46	3	5	7	8	2	3	70	38
92	Tchecoslováquia <sup>b</sup>	..	..	9	8	12	10	34	36	6	7	39	39
93	Portugal <sup>b</sup>	..	..	18	16	19	23	13	13	10	10	39	38
94	Coreia, Rep. da <sup>b</sup>	1.880	54.212	26	11	17	15	11	32	11	9	36	33
95	Oman <sup>b</sup>	..	319	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
96	Líbano	81	1.500	64	..	5	..	0	..	12	..	20	..
97	Grécia	1.642	7.170	20	21	20	25	13	11	7	8	40	36
98	Iraque	325	..	26	14	14	9	7	10	3	16	50	50
99	Roménia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>116.441 t</b>	<b>728.404 t</b>										
<b>África subsaariana</b>		<b>3.595 t</b>	<b>18.133 t</b>										
<b>Leste asiático</b>		<b>37.466 t</b>	<b>250.728 t</b>										
<b>Sul da Ásia</b>		<b>10.357 t</b>	<b>52.644 t</b>										
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>..</b>	<b>..</b>										
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>34.769 t</b>	<b>211.640 t</b>										
<b>Muito e ndviduados</b>		<b>38.653 t</b>	<b>242.284 t</b>										
<b>Economias de alta renda</b>		<b>644.505 t</b>	<b>..</b>										
<b>Membros da OCDE</b>		<b>637.343 t</b>	<b>..</b>										
<b>Outras</b>		<b>5.631 t</b>	<b>103.254 t</b>										
100	Arábia Saudita	372	6.606	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	Irlanda	785	1.019	31	25	19	4	13	33	7	16	30	22
102	Espanha <sup>b</sup>	..	..	13	19	15	8	16	24	11	10	45	39
103	Israel <sup>b</sup>	..	..	15	15	14	9	23	29	7	8	41	39
104	Hong Kong	1.013	10.781	4	6	41	38	16	22	2	2	36	33
105	Cingapura <sup>b</sup>	379	7.406	12	5	5	4	28	52	4	12	51	27
106	Nova Zelândia <sup>b</sup>	1.777	7.123	24	25	13	10	15	16	4	5	43	45
107	Austrália <sup>b</sup>	9.047	41.697	16	18	9	8	24	19	7	8	43	46
108	Reino Unido	35.739	140.879	13	13	9	6	31	32	10	12	37	38
109	Itália <sup>b</sup>	29.016	192.884	10	8	13	13	24	32	13	10	40	36
110	Países Baixos <sup>b</sup>	8.545	45.236	17	19	8	3	27	25	13	14	36	38
111	Kuwait <sup>b</sup>	120	2.089	5	7	4	5	1	3	4	4	86	81
112	Bélgica <sup>b</sup>	8.226	33.809	17	20	12	8	22	23	9	14	40	36
113	Austria	4.873	33.723	17	16	12	7	19	26	6	7	45	44
114	França <sup>b</sup>	68.201	202.734	12	13	10	7	26	30	8	9	44	42
115	União dos Emirados Árabes	..	2.126	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
116	Canadá	16.924	..	16	14	8	6	23	26	7	9	46	46
117	Alemanha <sup>b</sup>	70.888	377.173	13	9	8	4	32	41	9	13	38	32
118	Dinamarca	2.929	18.088	20	22	8	5	24	23	8	10	40	40
119	EUA <sup>b</sup>	253.711	865.605	12	12	8	5	31	35	10	10	39	38
120	Suécia	..	38.742	10	10	6	2	30	34	5	9	49	46
121	Finlândia	2.588	22.370	13	13	10	5	20	23	6	7	51	53
122	Noruega	2.416	13.941	15	19	7	2	23	23	7	8	49	48
123	Japão <sup>b</sup>	73.339	831.779	8	9	8	5	34	38	11	10	40	38
124	Suíça <sup>b</sup>	..	..	10	..	7	..	31	..	9	..	42	..
<b>Outras economias</b>		<b>..</b>	<b>..</b>										
<b>Mundo</b>		<b>860.368 t</b>	<b>..</b>										
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>6.157 t</b>	<b>46.844 t</b>										

a. Inclui dados não-alocáveis; ver notas técnicas. b. Os dados do valor adicionado na manufatura estão calculados a preços de compra. c. Estimativa do Banco Mundial.

# Tabela 7. Produção e rendimento da atividade manufatureira

		Rendimentos por empregado					Rendimentos totais como percentual do valor adicionado				Produção bruta por empregado (1980 = 100)			
		Taxas de aumento		Índice (1980 = 100)										
		1970-80	1980-88	1986	1987	1988	1970	1986	1987	1988	1970	1986	1987	1988
<b>Economias de baixa renda</b>														
<b>China e Índia</b>														
<b>Outras</b>														
1	Moçambique	..	..	..	..	..	29	..	..	..	..	..	..	..
2	Etiópia	-4,6	0,2	97	106	100	24	19	20	20	61	114	115	118
3	Tanzânia	..	-12,7	..	..	..	42	..	..	..	122	..	..	..
4	Somália	-5,1	..	..	..	..	28	27	..	..	..	..	..	..
5	Bangladesh	-3,0	0,0	99	94	95	26	30	29	28	116	115	122	131
6	Laos	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
7	Malavi	..	1,4	..	..	..	37	..	..	..	126	..	..	..
8	Nepal	..	..	..	..	..	..	22	25	..	..	..	..	..
9	Chade	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
10	Burundi	-7,5	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
11	Serra Leoa	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
12	Madagascar	-0,9	-10,3	..	..	..	36	..	..	..	106	..	..	..
13	Nigéria	-0,8	..	..	..	..	18	..	..	..	105	..	..	..
14	Uganda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
15	Zaire	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
16	Mali	..	..	..	..	..	46	..	..	..	..	..	..	..
17	Níger	..	0,4	61	68	..	..	7	7	6	..	..	..	..
18	Burkina Faso	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
19	Ruanda	..	..	..	..	..	22	10	..	..	..	..	..	..
20	Índia	0,4	3,4	123	130	..	47	49	49	..	83	155	167	..
21	China	..	4,2	124	..	..	..	15	..	..	..	131	..	..
22	Haiti	-3,3	4,6	116	153	157	..	..	..	..	..	..	..	..
23	Quênia	-3,4	-0,1	97	102	106	50	44	44	44	42	165	186	182
24	Paquistão	3,4	5,0	127	..	..	21	19	..	..	51	146	..	..
25	Benin	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
26	Rep. Centro-africana	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	85	..	..
27	Gana	..	7,8	170	..	..	23	14	..	..	193	133	..	..
28	Togo	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
29	Zâmbia	-3,2	..	..	..	..	34	..	..	..	109	..	..	..
30	Guiné	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	..	1,7	102	105	..	..	..	17	..	70	132	130	..
32	Lesoto	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Indonésia	5,0	6,0	144	..	..	26	19	..	..	42	162	..	..
34	Mauritânia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	..	1,7	99	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
39	Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Sudão	..	..	..	..	..	31	..	..	..	..	..	..	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>														
<b>Renda média baixa</b>														
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	0,0	-10,3	41	50	46	43	24	28	26	65	32	35	34
44	Egito	4,1	0,5	103	..	..	54	56	..	..	89	191	..	..
45	Senegal	-4,9	..	..	..	..	..	44	..	..	..	..	..	..
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	1,6	-0,9	100	98	100	43	36	35	34	98	116	115	116
48	Filipinas	-3,7	4,0	120	145	..	21	21	26	25	102	112	121	..
49	Costa do Marfim	-0,9	..	..	..	..	27	..	..	..	52	..	..	..
50	Rep. Dominicana	-1,1	-4,4	..	..	..	35	..	..	..	63	..	..	..
51	Marrocos	..	-3,6	76	80	..	..	..	..	..	..	95	95	..
52	Papua Nova Guiné	2,9	-1,9	..	..	..	40	..	..	..	..	..	..	..
53	Honduras	..	..	..	..	..	..	41	41	40	..	..	..	..
54	Guatemala	-3,2	-2,7	85	89	89	..	22	19	19	..	..	..	..
55	Congo	..	..	..	..	..	34	..	..	..	..	..	..	..
56	Síria	2,6	-5,5	87	70	64	33	35	32	..	70	158	207	..
57	Camarões	3,2	..	..	..	..	30	..	..	..	80	..	..	..
58	Peru	..	-3,0	86	95	..	..	18	18	..	82	63	70	..
59	Equador	3,3	-1,3	103	98	95	27	38	36	35	83	109	114	101
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
62	El Salvador	2,4	-9,4	..	..	..	28	..	..	..	71	87	..	..
63	Colômbia	-0,2	3,2	116	114	115	25	16	17	15	86	127	150	148
64	Tailândia	1,0	6,3	142	..	..	25	23	24	24	68	135	..	..
65	Jamaica	-0,2	..	..	..	..	43	..	..	..	..	..	..	..

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Rendimentos por empregado					Rendimentos totais como percentual do valor adicionado				Produção bruta por empregado (1980 = 100)			
		Taxas de aumento		Índice (1980 = 100)										
		1970-80	1980-88	1986	1987	1988	1970	1986	1987	1988	1970	1986	1987	1988
66	Tunísia	4,2	..	..	..	..	44	..	..	..	95	..	..	..
67	Turquia	6,1	-3,3	81	86	82	26	16	17	16	108	154	169	172
68	Botsuana	2,6	-5,7	71	..	..	..	36	..	..	..	56	..	..
69	Jordânia	..	-1,1	99	99	..	37	28	25	..	..	..	..	..
70	Panamá	0,2	3,2	125	124	123	32	33	32	37	67	84	90	..
71	Chile	8,1	-1,7	98	99	105	19	17	17	17	60	..	..	..
72	Costa Rica	..	..	..	..	..	41	30	33	31	..	..	..	..
73	Polónia	..	..	..	..	..	24	23	22	23	..	..	..	..
74	Maurício	1,8	-1,0	86	93	98	34	44	43	44	139	72	69	68
75	México	1,2	-5,2	70	71	72	44	20	20	20	77	112	106	111
76	Argentina	-1,5	1,4	111	103	97	30	21	19	18	71	103	136	125
77	Malásia	2,0	4,4	133	130	140	29	30	29	30	96	..	..	..
78	Argélia	-1,0	..	..	..	..	45	..	..	..	120	..	..	..
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Líbano	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	..	-10,0	..	..	..	16	..	..	..	210	..	..	..
<b>Renda média alta</b>														
83	Venezuela	3,8	0,1	106	102	98	31	27	25	28	118	121	138	182
84	África do Sul	2,7	0,0	101	100	104	46	49	49	48	..	..	..	..
85	Brasil	4,0	0,0	113	110	109	22	17	15	15	71	114	124	116
86	Hungria	3,6	2,2	111	112	125	28	34	33	39	41	111	112	111
87	Uruguai	..	1,0	108	116	118	..	25	26	26	..	113	120	130
88	Iugoslávia	1,3	-1,5	97	93	88	39	33	30	26	59	98	89	97
89	Gaúcho	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Irã	..	..	..	..	..	25	..	..	..	84	..	..	..
91	Trinidad e Tobago	..	-0,7	..	..	..	..	72	70	..	..	..	..	..
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	49	41	40	39	..	..	..	..
93	Portugal	2,5	0,2	95	100	107	34	39	36	37	..	..	..	..
94	Coreia, Rep. da	10,0	5,9	128	144	153	25	26	27	27	40	146	166	191
95	Onã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
96	Líbia	..	..	..	..	..	37	..	..	..	45	..	..	..
97	Grecia	4,9	1,1	111	103	..	32	43	43	..	56	114	112	..
98	Irãque	..	..	..	..	..	36	25	..	..	..	..	..	..
99	Romênia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Rendas média e baixa</b>														
África subsaariana														
Leste asiático														
Sul da Ásia														
Europa, O. Médio e N. da África														
América Latina e Caribe														
<b>Muito endividados</b>														
<b>Economias de alta renda</b>														
<b>Membros da OCDE</b>														
<b>Outras</b>														
100	Arábia Saudita	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	Irlanda	4,1	2,3	105	111	119	49	33	32	31	..	..	..	..
102	Espanha	4,4	0,8	101	104	107	52	38	37	37	..	112	..	..
103	Israel	8,8	-4,5	65	93	72	36	40	63	43	..	..	..	..
104	Hong Kong	6,4	4,5	124	135	137	..	60	57	56	..	..	..	..
105	Cingapura	3,0	5,2	148	146	148	36	32	29	28	73	111	121	122
106	Nova Zelândia	1,1	-1,0	97	..	..	62	58	..	..	..	124	..	..
107	Austrália	2,9	0,2	104	103	103	53	48	47	47	..	117	119	121
108	Reino Unido	1,7	2,8	115	119	124	52	43	41	41	..	..	..	..
109	Itália	4,3	0,8	102	105	110	41	42	41	41	51	126	129	139
110	Países Baixos	2,5	0,3	100	104	..	52	46	47	..	68	107	110	..
111	Kuwait	..	3,8	123	..	..	12	28	..	..	..	74	..	..
112	Bélgica	4,6	-0,1	100	102	..	46	46	46	..	51	118	126	..
113	Áustria	3,4	1,9	110	113	119	47	56	56	57	65	113	113	118
114	França	..	1,2	..	..	..	..	..	..	..	72	106	108	116
115	União dos Emirados Árabes	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
116	Canadá	1,8	0,4	101	100	104	53	45	44	44	..	..	..	..
117	Alemanha	3,5	1,7	107	110	113	46	43	43	42	60	106	103	108
118	Dinamarca	2,5	0,5	100	103	104	56	53	53	53	..	..	..	..
119	EUA	0,1	1,8	108	107	107	47	39	37	36	63	116	124	..
120	Suécia	0,4	0,6	100	102	103	52	37	35	34	..	..	..	..
121	Finlândia	2,6	2,6	115	118	122	47	49	46	44	..	..	..	..
122	Noruega	2,6	1,7	107	109	110	50	60	59	56	74	117	117	123
123	Japão	3,1	1,9	112	113	117	32	37	35	34	45	116	122	132
124	Suíça	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Outras economias</b>														
<b>Mundo</b>														
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>														



# Tabela 8. Crescimento do consumo e dos investimentos

		Taxa média de crescimento anual (%)					
		Consumo do governo geral		Consumo privado etc.		Investimento interno bruto	
		1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965-80	1980-89
<b>Economias de baixa renda</b>		<i>5,7 w</i>	<i>6,8 w</i>	<i>4,1 w</i>	<i>5,1 w</i>	<i>7,5 w</i>	<i>7,6 w</i>
China e Índia		<i>5,0 w</i>	<i>8,6 w</i>	<i>4,0 w</i>	<i>6,5 w</i>	<i>7,2 w</i>	<i>9,8 w</i>
Outras		<i>6,7 w</i>	<i>3,8 w</i>	<i>4,3 w</i>	<i>2,2 w</i>	<i>8,3 w</i>	<i>1,5 w</i>
1	Moçambique	..	-2,7	..	0,9	..	0,4
2	Etiópia	6,4	..	3,0	..	-0,1	..
3	Tanzânia	a	8,1	3,5	2,4	6,2	2,1
4	Somália	12,7	7,0	4,5	0,9	12,1	-2,7
5	Bangladesh	a	a	2,8	3,9	0,0	-0,1
6	Laos	..	..	..	..	..	..
7	Malavi	5,7	3,9	3,6	2,2	9,1	-4,5
8	Nepal	..	..	..	..	..	..
9	Chade	..	..	..	..	..	..
10	Burundi	7,3	5,4	7,5	2,4	9,0	9,3
11	Serra Leoa	a	0,5	3,0	-2,3	-1,0	-3,3
12	Madagascar	2,0	0,6	1,2	-0,6	1,5	0,1
13	Nigéria	13,9	-2,6	6,9	-4,8	14,7	-12,9
14	Uganda	a	..	1,4	..	-5,7	..
15	Zaire	0,7	4,0	1,8	1,9	6,6	3,3
16	Mali	1,9	3,0	5,2	2,7	1,8	10,8
17	Níger	2,9	1,8	-1,4	-0,9	6,3	-7,7
18	Burkina Faso	8,7	7,3	2,5	3,3	8,5	6,9
19	Ruanda	6,2	4,6	4,5	0,3	9,0	8,8
20	Índia	4,7	8,2	2,6	5,6	4,5	4,5
21	China	5,6	9,3	6,2	7,5	10,7	13,7
22	Haiti	1,9	-1,4	2,4	0,3	14,8	-3,8
23	Quênia	10,6	1,7	5,2	5,1	7,2	0,4
24	Paquistão	4,7	10,9	4,5	4,5	2,4	5,7
25	Berlín	0,7	-0,1	1,9	2,7	10,4	-9,3
26	Rep. Centro-africana	-1,1	-2,5	4,9	2,1	-5,4	5,7
27	Gana	3,8	-2,3	1,2	2,2	-1,3	6,9
28	Togo	9,5	1,7	1,2	5,1	9,0	-2,9
29	Zâmbia	5,1	-5,4	-0,7	4,1	-3,6	-4,5
30	Guiné	..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	1,1	8,3	4,1	3,9	11,5	-0,7
32	Lesoto	12,4	-0,4	9,9	0,6	17,8	4,4
33	Indonésia	11,4	4,4	5,2	4,3	16,1	6,8
34	Mauritânia	10,0	-3,5	1,3	3,5	19,2	-5,4
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	..	..	..	..	..
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	3,4	..	3,2	..	6,4	..
39	Mianmar	..	..	..	..	..	..
40	Sudão	0,2	..	4,4	..	6,4	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		<i>7,2 w</i>	<i>2,3 w</i>	<i>5,9 w</i>	<i>2,8 w</i>	<i>8,5 w</i>	<i>-0,3 w</i>
<b>Renda média baixa</b>		<i>6,7 w</i>	<i>1,9 w</i>	<i>4,9 w</i>	<i>2,4 w</i>	<i>7,5 w</i>	<i>-1,4 w</i>
42	Angola	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	8,2	-1,9	3,1	1,7	4,4	-11,6
44	Egito	a	3,8	6,7	3,6	11,3	0,6
45	Senegal	2,9	1,6	1,7	2,9	3,9	3,9
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	10,6	9,4	5,1	-2,2	0,9	2,7
48	Filipinas	7,7	1,4	4,9	3,1	8,5	-7,8
49	Costa do Marfim	13,2	-6,3	6,9	7,3	10,7	-12,1
50	Rep. Dominicana	0,2	1,8	7,8	0,8	13,5	5,4
51	Marrocos	10,9	4,7	5,4	2,8	11,4	4,5
52	Papua Nova Guiné	0,1	-0,3	5,3	1,3	1,4	-1,7
53	Honduras	6,9	4,8	4,8	2,2	6,8	-0,5
54	Guatemala	6,2	2,4	5,1	0,5	7,4	-2,4
55	Congo	5,5	4,0	1,9	3,7	4,5	-10,7
56	Síria	..	-3,0	..	2,6	..	-5,1
57	Camarões	5,0	6,4	4,1	3,0	9,9	1,7
58	Peru	6,3	-1,5	4,9	1,6	0,3	-4,5
59	Equador	12,2	-2,2	7,2	1,9	9,5	-3,2
60	Namíbia	..	4,3	..	1,1	..	-7,0
61	Paraguai	5,1	4,8	6,6	1,9	13,5	-1,9
62	El Salvador	7,0	3,1	4,2	0,3	6,6	2,7
63	Colômbia	6,7	3,6	5,8	2,9	5,8	0,3
64	Tailândia	9,5	5,6	6,4	7,2	8,0	5,7
65	Jamaica	9,7	0,1	2,9	2,1	-3,1	3,7
66	Tunísia	7,2	3,6	8,8	3,5	4,6	-4,4

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Taxa média de crescimento anual (%)					
		Consumo do governo geral		Consumo privado etc.		Investimento interno bruto	
		1965-80	1980-89	1965-80	1980-89	1965-80	1980-89
67	Turquia	6,1	2,7	5,4	5,6	8,8	3,7
68	Botsuana	12,0	12,5	10,2	6,8	21,0	0,4
69	Jordânia	..	..	..	..	..	..
70	Panamá	7,4	1,0	4,6	1,4	5,9	-15,6
71	Chile	4,0	-0,2	0,9	1,1	0,5	2,7
72	Costa Rica	6,8	0,9	5,1	3,0	9,4	4,9
73	Polónia	a	1,9	5,7	2,1	..	2,1
74	Maurício	7,1	2,8	6,4	4,7	8,3	15,0
75	México	8,5	2,1	5,9	0,7	8,5	-5,0
76	Argentina	3,2	-1,3	2,8	0,3	4,6	-7,8
77	Malásia	8,5	2,5	6,2	3,3	10,4	1,3
78	Argélia	8,6	4,0	5,0	3,1	15,9	-1,1
79	Bulgária	..	6,5	..	2,6	..	4,2
80	Líbano	..	..	..	..	..	..
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	6,1	9,5	2,2	-5,6	..	0,7
<b>Renda média alta</b>		<b>7,5 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>6,8 w</b>	<b>3,2 w</b>	<b>9,4 w</b>	<b>0,6 w</b>
83	Venezuela	..	1,8	..	0,7	..	-3,8
84	África do Sul	5,3	3,7	3,8	2,2	4,1	-4,5
85	Brasil	6,8	7,1	8,7	2,4	11,3	0,7
86	Hungria	a	2,0	5,7	1,5	7,0	-1,2
87	Uruguai	3,2	1,2	2,3	0,0	8,0	-7,9
88	Iugoslávia	3,6	0,8	10,1	-1,8	6,5	-0,4
89	Gabão	10,7	3,3	7,5	-0,2	14,1	-4,9
90	Irã	14,6	-3,5	4,0	6,8	11,5	0,3
91	Trinidad e Tobago	8,9	1,4	3,4	-7,3	12,1	-7,7
92	Tchecoslováquia	..	3,7	..	2,0	..	-1,0
93	Portugal	8,1	2,5	6,6	5,0	4,6	-2,7
94	Coreia, Rep. da	7,7	5,7	8,0	7,8	15,9	11,6
95	Oman	..	a	..	13,6	..	18,4
96	Líbia	19,7	..	19,1	..	7,3	..
97	Grecia	6,6	2,8	5,1	2,9	5,3	-1,7
98	Iraque	..	..	..	..	..	..
99	România	..	..	..	..	..	..
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>6,9 w</b>	<b>3,3 w</b>	<b>5,3 w</b>	<b>3,5 w</b>	<b>8,2 w</b>	<b>2,0 w</b>
<b>África subsaariana</b>		<b>7,0 w</b>	<b>1,1 w</b>	<b>4,0 w</b>	<b>0,7 w</b>	<b>8,6 w</b>	<b>-3,9 w</b>
<b>Leste asiático</b>		<b>7,4 w</b>	<b>5,8 w</b>	<b>6,3 w</b>	<b>6,4 w</b>	<b>11,1 w</b>	<b>9,9 w</b>
<b>Sul da Ásia</b>		<b>4,6 w</b>	<b>8,7 w</b>	<b>2,9 w</b>	<b>5,4 w</b>	<b>4,3 w</b>	<b>4,1 w</b>
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>..</b>	<b>1,2 w</b>	<b>..</b>	<b>3,6 w</b>	<b>..</b>	<b>-0,1 w</b>
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>6,2 w</b>	<b>3,1 w</b>	<b>6,1 w</b>	<b>1,4 w</b>	<b>8,1 w</b>	<b>-2,3 w</b>
<b>Muito endividados</b>		<b>6,4 w</b>	<b>2,9 w</b>	<b>6,1 w</b>	<b>1,8 w</b>	<b>8,3 w</b>	<b>-2,0 w</b>
<b>Economias de alta renda</b>		<b>2,6 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>4,0 w</b>	<b>3,1 w</b>	<b>3,7 w</b>	<b>4,2 w</b>
<b>Membros da OCDE</b>		<b>2,5 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>4,0 w</b>	<b>3,0 w</b>	<b>3,6 w</b>	<b>4,3 w</b>
<b>Outras</b>		<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
100	Arábia Saudita	a	..	20,0	..	27,5	..
101	Irlanda	6,1	-0,4	4,6	1,1	6,3	-2,3
102	Espanha	5,1	4,9	4,7	2,6	3,7	5,3
103	Israel	8,8	0,5	5,9	5,1	5,9	0,9
104	Hong Kong	7,7	5,3	9,0	7,1	8,6	3,0
105	Singapura	10,2	7,1	7,8	5,6	13,3	2,8
106	Nova Zelândia	3,4	0,9	2,2	1,6	1,5	4,8
107	Austrália	5,0	3,5	4,1	3,4	2,7	3,7
108	Reino Unido	2,3	1,0	2,8	3,4	1,3	6,9
109	Itália	3,5	2,9	4,6	2,6	3,4	2,1
110	Países Baixos	3,0	1,1	4,6	1,5	1,6	2,1
111	Kuwait	a	0,5	5,9	0,7	11,9	-5,1
112	Bélgica	..	0,5	..	1,6	..	2,1
113	Austria	3,6	1,3	4,0	2,1	4,6	2,4
114	França	3,6	2,3	3,6	2,4	3,8	1,8
115	União dos Emirados Árabes	..	-3,9	..	-5,0	..	-8,7
116	Canadá	6,9	2,1	7,2	3,6	5,3	5,6
117	Alemanha	3,5	1,5	3,8	1,5	1,7	1,9
118	Dinamarca	4,8	1,0	2,3	2,0	1,2	4,2
119	EUA	0,8	3,3	3,3	3,7	2,8	4,7
120	Suécia	4,1	1,6	2,3	1,9	1,2	4,2
121	Finlândia	5,3	3,6	3,8	4,6	2,9	2,9
122	Noruega	5,5	3,2	4,0	3,0	4,4	2,0
123	Japão	5,2	2,6	6,3	3,2	6,9	5,7
124	Suiça	7,3	2,6	6,2	1,4	3,7	4,7
<b>Outras economias</b>		<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
<b>Mundo</b>		<b>2,9 w</b>	<b>2,7 w</b>	<b>4,2 w</b>	<b>3,1 w</b>	<b>4,4 w</b>	<b>3,7 w</b>
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>

a. Como não existem dados em separado para o consumo do governo geral, eles estão incluídos em consumo privado etc.

# Tabela 9. Estrutura da demanda

Distribuição do produto interno bruto (%)													
		Consumo do governo geral		Consumo privado etc.		Investimento interno bruto		Poupança interna bruta		Exportações de bens e serviços não-fatoriais		Balanço de recursos	
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989
Economias de baixa renda		11 w	9 w	70 w	64 w	19 w	28 w	18 w	26 w	7 w	14 w	-1 w	-2 w
China e Índia		12 w	8 w	68 w	62 w	21 w	31 w	20 w	30	4 w	11 w	0 w	-2 w
Outras		9 w	12 w	77 w	70 w	14 w	21 w	12 w	18 w	16 w	19 w	-2 w	-4 w
1	Moçambique	..	25	..	95	..	33	..	-19	..	16	..	-53
2	Etiópia	11	26	77	69	13	13	12	5	12	12	-1	-8
3	Tanzânia	10	12	74	93	15	21	16	-5	26	16	1	-26
4	Somália	8	23	84	91	11	21	8	-14	17	8	-3	-35
5	Bangladesh	9	8	83	91	11	12	8	1	10	8	-4	-11
6	Laos	..	15	..	87	..	11	..	-2	..	14	..	-13
7	Malavi	16	15	84	81	14	19	0	4	19	19	-14	-15
8	Nepal	a	11	100	82	6	19	0	7	8	13	-6	-12
9	Chade	20	21	74	92	12	9	6	-13	19	22	-6	-22
10	Burundi	7	17	89	78	6	18	4	5	10	12	-2	-13
11	Serra Leoa	8	10	83	85	12	11	8	5	30	13	-3	-6
12	Madagascar	16	8	84	84	7	13	0	8	13	17	-7	-5
13	Nigéria	5	9	83	70	14	13	12	21	13	34	-2	8
14	Uganda	10	7	78	91	11	13	12	2	26	6	1	-11
15	Zaire	10	10	64	75	11	13	26	16	31	27	15	3
16	Mali	10	10	84	79	18	27	5	11	12	16	-13	-15
17	Níger	6	12	90	85	8	10	3	3	9	17	-5	-6
18	Burkina Faso	5	13	90	85	10	19	4	2	6	9	-6	-17
19	Ruanda	14	14	81	80	10	15	5	6	12	9	-5	-9
20	Índia	9	12	76	67	17	24	15	21	4	8	-2	-3
21	China	14	6	61	59	24	36	25	36	4	14	1	-1
22	Haiti	8	10	90	85	7	12	2	5	13	12	-5	-8
23	Quênia	15	19	70	61	14	25	15	20	31	23	1	-6
24	Paquistão	11	17	76	72	21	18	13	11	8	14	-8	-6
25	Benin	11	8	87	87	11	9	3	5	13	20	-8	-4
26	Rep. Centro-africana	22	15	67	87	21	9	11	-1	27	19	-11	-11
27	Gana	14	9	77	84	18	12	8	6	17	19	-10	-6
28	Togo	11	17	65	69	22	21	23	13	32	45	1	-7
29	Zâmbia	15	10	45	85	25	9	40	5	49	28	15	-4
30	Guiné	..	10	..	71	..	18	..	19	..	27	..	1
31	Sri Lanka	13	10	74	78	12	21	13	12	38	27	1	-9
32	Lesoto	18	19	109	136	11	66	-26	-55	16	15	-38	-121
33	Indonésia	5	9	87	53	8	35	8	37	5	26	0	2
34	Mauritânia	19	13	54	79	14	15	27	8	42	50	13	-7
35	Afganistão	a	..	99	..	11	..	1	..	11	..	-10	..
36	Butão	..	14	..	67	..	39	..	19	..	30	..	-20
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	12	..	61	..	17	..	27	..	50	..	10	..
39	Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Sudão	12	..	79	..	10	..	9	..	15	..	-1	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Economias de renda média		11 w	12 w	67 w	62 w	22 w	25 w	21 w	27 w	17 w	25 w	0 w	2 w
Renda média baixa		10 w	12 w	71 w	66 w	19 w	22 w	19 w	23 w	15 w	25 w	-1 w	0 w
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	9	11	74	80	22	13	17	9	21	19	-5	-4
44	Egito	19	13	67	80	18	24	14	7	18	22	-4	-17
45	Senegal	17	16	75	73	12	15	8	11	24	27	-4	-5
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	12	24	65	55	15	21	23	21	..	30	8	1
48	Filipinas	9	9	70	73	21	19	21	18	17	25	0	-1
49	Costa do Marfim	11	18	61	69	22	10	29	13	37	35	7	3
50	Rep. Dominicana	19	6	75	76	10	26	6	18	16	32	-4	-8
51	Marrocos	12	16	76	65	10	24	12	19	18	23	1	-6
52	Papua Nova Guiné	34	25	64	64	22	23	2	11	18	41	-20	-12
53	Honduras	10	16	75	73	15	13	15	11	27	22	0	-2
54	Guatemala	7	8	82	84	13	14	10	8	17	17	-3	-5
55	Congo	14	21	80	60	22	13	5	19	36	51	-17	6
56	Síria	14	15	76	61	10	13	10	24	17	33	0	11
57	Camarões	13	12	75	69	13	18	12	19	24	19	-1	1
58	Peru	10	10	59	68	34	20	31	22	16	13	-3	2
59	Equador	9	9	80	71	14	22	11	20	16	27	-3	-2
60	Namíbia	..	28	..	56	..	17	..	15	..	55	..	-1
61	Paraguai	7	6	79	79	15	21	14	15	15	34	-1	-6
62	El Salvador	9	12	79	82	15	16	12	6	27	13	-2	-10
63	Colômbia	8	10	75	66	16	20	17	24	11	18	1	4
64	Tailândia	10	10	72	61	20	31	19	29	16	36	-1	-2
65	Jamaica	8	14	69	60	27	29	23	26	33	47	-4	-4
66	Tunísia	15	17	71	64	28	23	14	19	19	45	-13	-4

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Distribuição do produto interno bruto (%)													
		Consumo do governo geral		Consumo privado etc.		Investimento interno bruto		Poupança interna bruta		Exportações de bens e serviços não-fatoriais		Balanço de recursos	
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989
67	Turquia	12	11	74	68	15	22	13	21	6	22	-1	-1
68	Botsuana	24	20	89	43	6	24	-13	37	32	64	-19	13
69	Jordânia	..	24	..	78	..	18	..	-2	..	53	..	-20
70	Panamá	11	22	73	67	18	3	16	11	36	34	-2	9
71	Chile	11	10	73	66	15	20	16	24	14	38	1	3
72	Costa Rica	13	16	78	63	20	24	9	21	23	35	-10	-4
73	Polônia	..	a	..	67	..	33	..	33	..	18	..	0
74	Maurício	13	12	74	66	17	29	13	21	36	67	-4	-8
75	México	6	11	75	71	20	17	19	18	8	16	-2	1
76	Argentina	8	10	69	71	19	12	22	19	8	16	3	7
77	Malásia	15	14	61	52	20	30	24	34	42	74	4	4
78	Argélia	15	16	66	53	22	31	19	31	22	21	-3	0
79	Bulgária	..	7	..	63	..	32	..	30	..	31	..	-2
80	Líbano	10	..	81	..	22	..	9	..	36	..	-13	..
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	8	..	74	..	21	..	18	..	29	..	-3	..
Renda média alta		12 w	12 w	61 w	59 w	24 w	27 w	25 w	30 w	20 w	24 w	1 w	4 w
83	Venezuela	10	9	56	64	25	13	34	27	26	34	9	14
84	África do Sul	11	20	62	54	28	21	27	26	26	28	0	6
85	Brasil	11	9	67	65	20	22	22	26	8	7	2	3
86	Hungria	a	11	75	59	26	26	25	30	..	36	-1	3
87	Uruguai	15	13	68	72	11	9	18	15	19	24	7	6
88	Iugoslávia	18	6	52	40	30	48	30	53	22	34	0	5
89	Galão	11	20	52	47	31	26	37	33	43	48	6	7
90	Irã	13	11	63	61	17	30	24	28	20	3	6	-1
91	Trinidad e Tobago	12	18	67	56	26	19	21	26	65	43	-5	7
92	Tchecoslováquia	..	22	..	48	..	28	..	30	..	35	..	2
93	Portugal	12	13	68	66	25	30	20	21	27	36	-5	-10
94	Coreia, Rep. da	9	10	83	52	15	35	8	37	9	34	-7	3
95	Orrã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
96	Líbia	14	..	36	..	29	..	50	..	53	..	21	..
97	Grécia	12	22	73	69	26	18	15	9	9	24	-11	-9
98	Iraque	20	..	50	..	16	..	31	..	38	..	15	..
99	Romênia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendas média e baixa		11 w	11 w	68 w	62 w	20 w	26 w	20 w	27 w	13 w	21 w	-1 w	1 w
África subsaariana		10 w	14 w	73 w	73 w	14 w	15 w	14 w	13 w	23 w	25 w	1 w	-3 w
Leste asiático		13 w	8 w	64 w	57 w	22 w	34 w	23 w	35 w	7 w	25 w	0 w	0 w
Sul da Ásia		8 w	12 w	77 w	69 w	17 w	22 w	14 w	18 w	6 w	9 w	-3 w	-4 w
Europa, O. Médio e N. da África		13 w	14 w	65 w	59 w	22 w	29 w	21 w	28 w	19 w	..	-2 w	-2 w
América Latina e Caribe		9 w	9 w	69 w	67 w	20 w	20 w	21 w	24 w	13 w	14 w	1 w	3 w
Muito endividados		10 w	9 w	68 w	67 w	21 w	21 w	22 w	23 w	14 w	15 w	1 w	2 w
Economias de alta renda		22 w	17 w	61 w	61 w	17 w	22 w	17 w	22 w	13 w	23 w	1 w	1 w
Membros da OCDE		22 w	17 w	61 w	61 w	17 w	22 w	17 w	22 w	13 w	21 w	1 w	0 w
Outras		14 w	19 w	57 w	54 w	25 w	23 w	27 w	28 w	48 w	69 w	2 w	4 w
100	Arábia Saudita	18	32	34	47	14	21	48	21	60	37	34	-1
101	Irlanda	17	14	72	57	22	21	10	29	35	67	-9	10
102	Espanha	13	15	68	63	23	25	19	22	10	19	-3	-3
103	Israel	20	29	65	59	29	16	15	12	19	34	-13	-4
104	Hong Kong	7	7	64	58	36	27	29	35	71	135	-7	8
105	Cingapura	10	11	80	46	22	35	10	43	123	191	-12	8
106	Nova Zelândia	14	14	64	58	23	32	22	28	22	27	-1	-3
107	Austrália	16	18	60	59	26	26	23	23	15	16	-3	-3
108	Reino Unido	23	18	65	64	13	21	12	18	18	24	-1	-4
109	Itália	18	15	61	62	20	24	21	23	13	19	1	-1
110	Países Baixos	21	17	59	60	20	19	19	23	43	58	-1	4
111	Kuweit	13	23	26	46	16	19	60	31	68	56	45	12
112	Bélgica	16	15	64	63	19	20	20	22	36	73	0	3
113	Austria	20	17	59	55	22	27	21	28	25	40	-1	1
114	França	19	18	58	60	21	21	22	22	13	23	1	0
115	União dos Emirados Árabes	..	19	..	41	..	25	..	40	..	55	..	15
116	Canadá	21	19	60	59	20	23	20	23	19	25	0	0
117	Alemanha	21	19	56	54	23	22	23	27	19	35	0	6
118	Dinamarca	19	25	59	53	24	19	22	23	29	35	-2	3
119	EUA	25	20	63	67	12	15	12	13	6	12	1	-1
120	Suécia	21	26	56	52	24	22	23	22	22	33	-1	1
121	Finlândia	18	18	62	54	22	30	21	28	20	24	-2	-2
122	Noruega	16	20	56	48	29	27	28	32	41	41	-1	5
123	Japão	12	9	59	57	28	33	30	34	11	15	1	2
124	Suíça	11	13	60	58	30	30	29	29	29	38	-1	0
Outras economias		..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo		19 w	16 w	63 w	62 w	18 w	23 w	18 w	23 w	12 w	21 w	0 w	1 w
Export. de petróleo (exceto URSS)		11 w	18 w	60 w	54 w	20 w	24 w	28 w	28 w	29 w	26 w	9 w	4 w

a. Como não existem dados em separado para o consumo do governo geral, eles estão incluídos em consumo privado etc.

Tabela 10. Estrutura do consumo

		Distribuição percentual do total do consumo doméstico <sup>a</sup>									
		Alimentos			Aluguéis brutos, combustível e energia			Transportes e comunicações		Outros consumos	
		Total	Cereais e tubérculos	Vestuário e calçados	Total	Combustível e energia	Assistência médica	Educação	Total	Automóveis	Total
											Outros bens duráveis
<b>Economias de baixa renda</b>											
<b>China e Índia</b>											
<b>Outras</b>											
1	Moçambique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
2	Etiópia	50	24	6	14	7	3	2	8	1	17
3	Tanzânia	64	32	10	8	3	3	3	2	0	10
4	Somália	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
5	Bangladesh	59	36	8	17	7	2	1	3	0	10
6	Laos	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
7	Malavi	55	28	5	12	2	3	4	7	2	15
8	Nepal	57	38	12	14	6	3	1	1	0	13
9	Chade	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
10	Burundi	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
11	Serra Leoa	56	22	4	15	6	2	3	12	..	9
12	Madagascar	59	26	6	12	6	2	4	4	1	14
13	Nigéria	52	18	7	10	2	3	4	4	1	20
14	Uganda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
15	Zaire	55	15	10	11	3	3	1	6	0	14
16	Mali	57	22	6	8	6	2	4	10	1	13
17	Níger	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
18	Burkina Faso	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
19	Ruanda	30	11	11	16	6	3	4	9	..	28
20	Índia	52	18	11	10	3	3	4	7	0	13
21	China	61 <sup>b</sup>	..	13	8	3	1	1	1	..	15
22	Haiti	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
23	Quênia	39	16	7	12	2	3	9	8	1	22
24	Paquistão	54	17	9	15	6	3	3	1	0	15
25	Benin	37	12	14	12	2	5	4	14	2	15
26	Rep. Centro-africana	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
27	Gana	50	..	13	11	..	3	5 <sup>c</sup>	3	..	15
28	Togo	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
29	Zâmbia	37	8	10	11	5	7	13	5	1	16
30	Guiné	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	43	18	7	6	3	2	3	15	1	25
32	Lesoto	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Indonésia	48	21	7	13	7	2	4	4	0	22
34	Mauritânia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
39	Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Sudão	60	..	5	15	4	5	3	2	..	11
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>											
<b>Renda média baixa</b>											
42	Angola	..	..	9	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	33	..	..	12	1	5	7	12	..	22
44	Egito	50	10	11	9	3	3	6	4	1	18
45	Senegal	50	15	11	12	4	2	5	6	0	14
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	40	9	11	13	5	4	7	6	1	20
48	Filipinas	51	20	4	19	5	2	4	4	2	16
49	Costa do Marfim	40	14	10	5	1	9	4	10	..	23
50	Rep. Dominicana	46	13	3	15	5	8	3	4	0	21
51	Marrocos	40	12	11	9	2	4	6	8	1	22
52	Papua Nova Guiné	..	..	9	..	..	..	..	..	..	..
53	Honduras	39	..	..	21	..	8	5 <sup>c</sup>	3	..	15
54	Guatemala	36	10	10	14	5	13	4	3	0	20
55	Congo	42	19	6	11	4	3	1	17	1	20
56	Síria	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
57	Camarões	24	8	7	17	3	11	9	12	1	21
58	Peru	35	8	7	15	3	4	6	10	0	24
59	Equador	30	..	10	7 <sup>d</sup>	1 <sup>d</sup>	5	6 <sup>c</sup>	12 <sup>e</sup>	..	30
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	30	6	12	21	4	2	3	10	1	22
62	El Salvador	33	12	9	7	2	8	5	10	1	28
63	Colômbia	29	..	6	12	2	7	6	13	..	27
64	Tailândia	30	7	16	7	3	5	5	13	0	24
65	Jamaica	39	..	4	15	7	3 <sup>f</sup>	..	17	..	22
66	Tunísia	37	7	10	13	4	6	9	7	1	18

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Distribuição percentual do total do consumo doméstico <sup>a</sup>												
		Alimentos			Aluguéis brutos, combustível e energia			Transportes e comunicações			Outros consumos	
		Total	Cereais e tubérculos	Vestúrio e calçados	Total	Combustível e energia	Assistência médica	Educação	Total	Automóveis	Total	Outros bens duráveis
67	Turquia	40	8	15	13	7	4	1	5	..	22	..
68	Botsuana	35	13	8	15	5	4	9	8	2	22	7
69	Jordânia	35	..	5	6	..	5	8	6	..	35	..
70	Panamá	38	7	3	11	3	8	9	7	0	24	6
71	Chile	29	7	8	13	2	5	6	11	0	29	5
72	Costa Rica	33	8	8	9	1	7	8	8	0	28	9
73	Polônia	29	..	9	7	2	6	7	8	2	34	9
74	Maurício	24	7	5	19	3	5	7	11	1	29	4
75	México	35 <sup>b</sup>	..	10	8	..	5	5	12	..	25	..
76	Argentina	35	4	6	9	2	4	6	13	0	26	6
77	Malásia	23	..	4	9	..	5	7	19	..	33	..
78	Argélia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Líbano	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Malásia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Renda média alta</b>												
83	Venezuela	23	..	7	10	..	8	5 <sup>c</sup>	11	..	36	..
84	África do Sul	26	..	7	12	..	4 <sup>d</sup>	..	17	..	34	..
85	Brasil	35	9	10	11	2	6	5	8	1	27	8
86	Hungria	25	..	9	10	5	5	7	9	2	35	8
87	Uruguai	31	7	7	12	2	6	4	13	0	27	5
88	Iugoslávia	27	..	10	9	4	6	5	11	2	32	9
89	Gâmbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Irã	37	10	9	23	2	6	5	6	1	14	5
91	Trinidad e Tobago	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	34	..	10	8	3	6	5	13	3	24	7
94	Coreia, Rep. da	35	14	6	11	5	5	9	9	..	25	5
95	Omã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
96	Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
97	Grécia	30	..	8	12	3	6	5	13	2	26	5
98	Irã (que)	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
99	Romênia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Rendas média e baixa</b>												
<b>África subsaariana</b>												
<b>Leste asiático</b>												
<b>Sul da Ásia</b>												
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>												
<b>América Latina e Caribe</b>												
<b>Muito endividados</b>												
<b>Economias de alta renda</b>												
<b>Membros da OCDE</b>												
♦ Outras												
100	♦ Arábia Saudita	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	Irlanda	22	4	5	11	5	10	7	11	3	33	5
102	Espanha	24	3	7	16	3	7	5	13	3	28	6
103	♦ Israel	21	..	5	20	2	9	12	10	..	23	..
104	♦ Hong Kong	12	1	9	15	2	6	5	9	1	44	15
105	♦ Cingapura	19	..	8	11	..	7	12	13	..	30	..
106	Nova Zelândia	12	2	6	14	2	9	6	19	6	34	9
107	Austrália	13	2	5	21	2	10	8	13	4	31	7
108	Reino Unido	12	2	6	17	4	8	6	14	4	36	7
109	Itália	19	2	8	14	4	10	7	11	3	31	7
110	Países Baixos	13	2	6	18	6	11	8	10	3	33	8
111	♦ Kuwait	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
112	Bélgica	15	2	6	17	7	10	9	11	3	31	7
113	Austria	16	2	9	17	5	10	8	15	3	26	7
114	França	16	2	6	17	5	13	7	13	3	29	7
115	♦ União dos Emirados Árabes	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
116	Canadá	11	2	6	21	4	5	12	14	5	32	8
117	Alemanha	12	2	7	18	5	13	6	13	4	31	9
118	Dinamarca	13	2	5	19	5	8	9	13	5	33	7
119	EUA	13	2	6	18	4	14	8	14	5	27	7
120	Suécia	13	2	5	19	4	11	8	11	2	32	7
121	Finlândia	16	3	4	15	4	9	8	14	4	34	6
122	Noruega	15	2	6	14	5	10	8	14	6	32	7
123	Japão	16	4	6	17	3	10	8	9	1	34	6
124	Suíça	17	..	4	17	6	15	..	9	..	38	..
<b>Outras economias</b>												
<b>Mundo</b>												
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>												

a. Os dados referem-se a 1980 ou 1985. b. Inclui bebidas e fumo. c. Refere-se à despesa pública. d. Exclui combustível. e. Inclui combustível. f. Exclui a despesa pública.

# Tabela 11. Despesa do governo central

		Percentual da despesa total															
		Defesa		Educação		Saúde		Habitação, comodidades, seguridade e bem-estar sociais <sup>d</sup>		Serviços econômicos		Diversos <sup>d</sup>		Despesa total como percentual do PNB		Superávit/déficit global como percentual do PNB	
		1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989
<b>Economias de baixa renda</b>																	
<b>China e Índia</b>																	
<b>Outras</b>																	
1	Moçambique	..	..	14,4	10,6	5,7	3,6	4,4	9,3	22,9	30,1	52,6	46,5	13,7	35,2	-1,4	-6,8
2	Etiópia	..	..	17,3	..	7,2	..	2,1	..	39,0	..	22,6	..	19,7	..	-5,0	..
3	Tanzânia	11,9	..	5,5	..	7,2	..	1,9	..	21,6	..	40,5	..	13,5	..	0,6	..
4	Somália <sup>b</sup>	23,3	..	14,8	..	5,0	..	9,8	..	39,3	..	25,9	..	9,4	..	-1,9	..
5	Bangladesh <sup>b</sup>	5,1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
6	Laos	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
7	Malavi <sup>b</sup>	3,1	5,3	15,8	12,3	5,5	7,3	5,8	0,4	33,1	36,9	36,7	37,9	22,1	29,5	-6,2	-6,0
8	Nepal	7,2	5,2	7,2	10,0	4,7	5,0	0,7	5,0	57,2	49,0	23,0	25,8	8,5	22,0	-1,2	-10,1
9	Chade	24,6	..	14,8	..	4,4	..	1,7	..	21,8	..	32,7	..	14,9	..	-2,7	..
10	Burundi	10,3	..	23,4	..	6,0	..	2,7	..	33,9	..	23,8	..	19,9	..	0,0	..
11	Serra Leoa <sup>b</sup>	3,6	..	15,5	..	5,3	..	2,7	..	24,6	..	48,3	..	23,9	..	-4,4	..
12	Madagascar	3,6	..	9,1	..	4,2	..	9,9	..	40,5	..	32,7	..	16,7	..	-2,0	..
13	Nigéria <sup>b</sup>	40,2	2,8	4,5	2,8	3,6	0,8	0,8	1,5	19,6	35,9	31,4	56,2	8,3	28,1	-0,7	-10,5
14	Uganda	23,1	..	15,3	..	5,3	..	7,3	..	12,4	..	36,6	..	21,8	..	-8,1	..
15	Zaire	11,1	14,0	15,1	6,1	2,4	4,3	2,1	4,6	13,2	25,9	56,2	45,1	13,7	18,4	-2,6	-6,8
16	Mali	..	8,0	..	9,0	..	2,1	..	3,1	..	5,3	..	72,4	..	28,9	..	-4,6
17	Niger	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
18	Burkina Faso	11,5	17,9	20,6	14,0	8,2	5,2	6,6	0,2	15,5	7,0	37,6	55,7	8,4	11,2	0,3	0,3
19	Ruanda	25,6	..	22,2	..	5,7	..	2,6	..	22,0	..	21,9	..	12,5	..	-2,7	..
20	Índia	26,2	17,2	2,3	2,7	1,5	1,7	3,2	5,0	19,9	22,1	46,9	51,3	10,5	17,7	-3,2	-6,7
21	China	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22	Haiti	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	14,5	..	..	..
23	Quênia <sup>b</sup>	6,0	12,2	21,9	22,1	7,9	5,9	3,9	2,6	30,1	17,9	30,2	39,2	21,0	28,0	-3,9	-4,4
24	Paquistão	39,9	..	1,2	..	1,1	..	3,2	..	21,4	..	33,2	..	16,9	21,5	-6,9	-7,0
25	Benin	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
26	Rep. Centro-africana	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	25,7	..	..
27	Gana <sup>b</sup>	7,9	3,2	20,1	25,7	6,3	9,0	4,1	11,9	15,1	19,2	46,6	31,1	19,5	14,0	-5,8	0,4
28	Togo	..	11,1	..	19,9	..	5,2	..	8,5	..	31,2	..	24,1	..	32,5	..	-2,6
29	Zâmbia <sup>b</sup>	0,0	0,0	19,0	8,6	7,4	7,4	1,3	2,0	26,7	24,8	45,7	57,2	34,0	20,0	-13,8	-4,6
30	Guiné	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	3,1	5,4	13,0	10,7	6,4	6,2	19,5	15,1	20,2	20,6	37,7	42,0	25,2	29,8	-5,1	-7,5
32	Lesoto	0,0	..	22,4	..	7,4	..	6,0	..	21,6	..	42,7	..	14,5	..	3,5	..
33	Indonésia	18,6	8,3	7,4	10,0	1,4	1,8	0,9	1,7	30,5	..	41,3	78,2	15,1	20,6	-2,5	-2,1
34	Mauritânia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	33,5	..	-4,2
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	0,0	..	13,0	..	5,7	..	4,4	..	51,4	..	25,5	..	45,1	..	0,9
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	5,3	..	15,2	..	9,8	..	3,5	..	25,8	..	40,5	..	16,7	..	1,1	..
39	Mianmar	31,6	18,7	15,0	13,7	6,1	5,0	7,5	14,8	20,1	31,7	19,7	16,2	..	..	..	..
40	Sudão <sup>b</sup>	24,1	..	9,3	..	5,4	..	1,4	..	15,8	..	44,1	..	19,2	..	-0,8	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>																	
<b>Renda média baixa</b>																	
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	..	11,6	..	20,3	..	6,6	..	14,6	..	24,7	..	22,2	..	16,8	0,0	-1,6
44	Egito	..	14,4	..	11,9	..	2,5	..	17,6	..	9,8	..	43,8	..	40,2	..	-6,9
45	Senegal	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	18,8	..	-2,8	..
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	..	16,5	..	23,4	..	7,6	..	3,9	..	22,4	..	26,2	..	40,8	..	-9,1
48	Filipinas <sup>b</sup>	10,9	13,0	16,3	17,1	3,2	4,3	4,3	2,0	17,6	25,9	47,7	37,7	13,4	15,7	-2,0	-2,8
49	Costa do Marfim	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
50	Rep. Dominicana	8,5	..	14,2	..	11,7	..	11,8	..	35,4	..	18,3	..	17,7	20,4	-0,2	..
51	Marrocos	12,3	15,1	19,2	17,0	4,8	3,0	8,4	7,3	25,6	21,4	29,7	36,0	22,8	29,1	-3,9	-4,6
52	Papua Nova Guiné <sup>b</sup>	..	4,7	..	15,3	..	9,4	..	3,1	..	20,8	..	46,6	..	29,0	..	-0,9
53	Honduras	12,4	..	22,3	..	10,2	..	8,7	..	28,3	..	18,1	..	16,1	..	-2,9	..
54	Guatemala	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	9,9	12,0	-2,2	-1,8
55	Congo	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
56	Síria	37,2	40,4	11,3	10,4	1,4	1,5	3,6	4,5	39,9	25,0	6,7	18,2	29,0	26,7	-3,5	-2,5
57	Camarões	..	6,7	..	12,0	..	3,4	..	8,7	..	48,1	..	21,2	..	20,9	..	-3,3
58	Peru <sup>b</sup>	14,5	20,2	23,6	15,6	5,5	5,5	1,8	..	30,9	18,3	23,6	40,4	16,1	11,6	-0,9	-4,8
59	Equador <sup>b</sup>	15,7	14,9	27,5	23,4	4,5	9,8	0,8	2,0	28,9	17,6	22,6	32,3	13,4	14,2	0,2	0,0
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	13,8	10,4	12,1	11,4	3,5	3,0	18,3	26,7	19,6	9,5	32,7	39,1	13,1	8,9	-1,7	0,8
62	El Salvador <sup>b</sup>	6,6	27,9	21,4	17,6	10,9	7,4	7,6	5,2	14,4	15,0	39,0	26,9	12,8	10,5	-1,0	-1,9
63	Colômbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	13,1	14,6	-2,5	-0,7
64	Tailândia	20,2	17,8	19,9	19,3	3,7	6,3	7,0	5,3	25,6	20,4	23,5	30,9	16,7	15,1	-4,2	3,1
65	Jamaica	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
66	Tunísia	4,9	5,7	30,5	14,6	7,4	5,9	8,8	22,0	23,3	24,4	25,1	27,3	23,1	37,5	-0,9	-4,5

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.



		Percentual da despesa total																Superávit/déficit global como percentual do PNB												
		Defesa				Educação				Saúde				Habituação, comodidades, segurança e bem-estar sociais <sup>a</sup>					Serviços econômicos				Diversos <sup>a</sup>				Despesa total como percentual do PNB			
		1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989		1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989				
67	Turquia	15,5	11,6	18,1	15,7	3,2	2,9	3,1	3,1	42,0	19,8	18,1	46,9	22,7	23,7	-2,2	-4,6													
68	Botswana <sup>b</sup>	0,0	12,4	10,0	20,1	6,0	5,5	21,7	11,5	28,0	20,2	34,5	30,4	33,7	50,1	-23,8	27,1													
69	Jordânia	33,5	25,9	9,4	15,3	3,8	4,1	10,5	12,4	26,6	14,6	16,2	27,7		38,4		-9,9													
70	Panamá	0,0	7,9	20,7	19,1	15,1	19,8	10,8	23,5	24,2	6,1	29,1	23,6	27,6	31,7	-6,5	-5,8													
71	Chile	6,1	8,4	14,5	10,1	10,3	5,9	39,8	33,9	15,3	8,8	16,3	33,0	43,2	32,5	-13,0	-0,2													
72	Costa Rica	2,6	1,7	28,5	17,0	4,0	27,2	26,5	16,7	21,2	11,4	17,2	25,9	19,0	27,8	-4,5	-2,3													
73	Polónia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	40,4		-2,4													
74	Maurício	0,8	1,0	13,5	15,3	10,3	9,2	18,0	18,5	13,9	17,2	43,4	38,8	16,3	24,2	-1,2	-1,5													
75	México	4,5	2,2	16,4	12,3	4,5	1,7	25,4	10,3	35,8	12,4	13,4	61,1	11,4	21,2	-2,9	-4,8													
76	Argentina	10,0	8,6	20,0	9,3	..	2,0	20,0	40,9	30,0	20,5	20,0	18,7	19,6	15,5	0,0	-4,9													
77	Malásia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	26,5	30,1	-9,4	-2,6												
78	Argélia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..													
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..													
80	Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..													
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..													
82	Nicarágua	12,3	..	16,6	..	4,0	..	16,4	..	27,2	..	23,4	..	15,8	..	-4,0	..													
Renda média alta																														
83	Venezuela	10,3	..	18,6	..	11,7	..	9,2	..	25,4	..	24,8	..	18,1	..	-0,2	..													
84	África do Sul	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	21,8	33,0	-4,2	-7,5													
85	Brasil	8,3	4,3	8,3	4,2	6,7	6,1	35,0	21,0	23,3	7,6	18,3	56,7	29,1	30,6	-0,3	-14,9													
86	Hungria	..	3,7	..	2,6	..	2,1	..	29,9	..	25,1	..	36,7	..	58,6	..	-2,0													
87	Uruguai	5,6	8,2	9,5	7,9	1,6	4,5	52,3	50,9	9,8	9,5	21,2	19,1	25,0	25,8	-2,5	-1,7													
88	Iugoslávia	16,7	53,4	..	..	16,7	..	33,3	6,0	16,7	19,6	16,7	21,0	21,1	5,3	-0,4	0,3													
89	Gâmbia <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	37,0	..	-11,9													
90	Irã	24,1	11,7	10,4	19,3	3,6	7,1	6,1	17,2	30,6	13,8	25,2	30,9	30,8	17,5	-4,6	-8,0													
91	Trinidade e Tobago	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	36,9	..	-4,5													
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..													
93	Portugal	..	5,7	..	10,0	..	8,2	..	27,0	..	9,8	..	39,3	..	43,3	..	-5,0													
94	Coreia, Rep. da	25,8	24,9	15,8	18,5	1,2	2,0	5,9	9,9	25,6	19,7	25,7	24,9	18,0	16,9	-3,9	0,2													
95	Oman	39,3	41,9	3,7	10,3	5,9	5,1	3,0	9,9	24,4	11,8	23,6	21,0	62,1	48,6	-15,3	-9,9													
96	Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..													
97	Grécia	14,9	..	9,1	..	7,4	..	30,6	..	26,4	..	11,7	..	27,5	..	-1,7	..													
98	Iraque	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..													
99	Roménia	5,4	9,1	2,9	5,0	0,5	5,1	16,2	31,4	61,8	47,8	13,1	1,6	..	..	..	..													
Rendas média e baixa																														
África subsaariana																														
Leste asiático																														
Sul da Ásia																														
Europa, O. Médio e N. da África																														
América Latina e Caribe																														
Muito endividados																														
Economias de alta renda																														
Membros da OCDE																														
♦ Outras																														
100	♦ Arábia Saudita	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..													
101	Irlanda	..	2,8	..	11,8	..	12,4	..	30,3	..	15,4	..	27,3	32,7	57,9	-5,5	-10,7													
102	Espanha	6,5	6,5	8,3	5,1	0,9	12,5	49,8	37,0	17,5	10,4	17,0	28,5	19,6	34,3	-0,5	-4,0													
103	♦ Israel	42,9	26,1	7,1	10,1	0,0	3,9	7,1	22,3	7,1	10,4	35,7	27,2	43,9	49,1	-15,7	-3,9													
104	♦ Hong Kong	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..													
105	♦ Cingapura	35,3	21,2	15,7	19,0	7,8	5,2	3,9	13,8	9,9	16,0	27,3	24,8	16,7	23,3	1,3	6,9													
106	Nova Zelândia <sup>b</sup>	5,8	4,8	16,9	12,5	14,8	12,7	25,6	33,8	16,5	9,0	20,4	27,1	31,1	45,9	-4,2	2,2													
107	Austrália	14,2	8,9	4,2	7,3	7,0	9,9	20,3	29,3	14,4	6,9	39,9	37,8	20,2	27,0	0,3	0,5													
108	Reino Unido	16,7	12,5	2,6	2,9	12,2	14,3	26,5	34,8	11,1	6,7	30,8	28,8	31,8	34,6	-2,7	1,3													
109	Itália	6,3	3,6	16,1	8,3	13,5	11,3	44,8	38,6	18,4	11,5	0,9	26,6	29,5	47,9	-8,7	-10,6													
110	Países Baixos	6,8	5,0	15,2	11,0	12,1	11,6	38,1	40,6	9,1	8,2	18,7	23,7	41,0	54,5	0,0	-4,5													
111	♦ Kuwait	8,4	19,9	15,0	14,0	5,5	7,4	14,2	20,5	16,6	14,5	40,1	23,7	34,4	31,0	17,4	..													
112	Bélgica	6,7	4,7	15,5	12,1	1,5	1,7	41,0	43,9	18,9	9,8	16,4	27,9	39,3	50,7	-4,3	-7,5													
113	Austria	3,3	2,7	10,2	9,2	10,1	12,8	53,8	48,3	11,2	10,1	11,4	16,8	29,6	39,3	-0,2	-4,1													
114	França	..	6,1	..	6,9	..	21,0	..	40,7	..	6,5	..	18,8	32,3	42,6	0,7	-1,9													
115	♦ União dos Emirados Árabes	24,4	43,9	16,5	15,0	4,3	6,9	6,1	3,6	18,3	4,3	30,5	26,3	3,8	13,0	0,3	-0,6													
116	Canadá	7,6	7,3	3,5	2,9	7,6	5,5	35,3	37,0	19,5	10,8	26,5	36,5	20,1	23,1	-1,3	-2,9													
117	Alemanha	12,4	8,7	1,5	0,7	17,5	18,3	46,9	49,4	11,3	7,5	10,4	15,5	24,2	29,0	0,7	-0,1													
118	Dinamarca	7,3	5,4	16,0	9,2	10,0	1,2	41,6	37,8	11,3	6,9	13,7	39,6	32,6	41,8	2,7	4,2													
119	EUA	32,2	24,6	3,2	1,8	8,6	12,9	35,3	29,3	10,6	8,0	10,1	23,3	19,1	23,0	-1,5	-2,8													
120	Suécia	12,5	6,5	14,8	8,7	3,6	1,0	44,3	55,9	10,6	8,0	14,3	19,8	27,9	40,6	-1,2	4,1													
121	Finlândia	6,1	5,1	15,3	14,1	10,6	10,6	28,4	36,5	27,9	20,6	11,6	13,1	24,3	29,3	1,2	2,1													
122	Noruega	9,7	7,8	9,9	9,1	12,3	10,6	39,9	39,6	20,2	17,5	8,0	15,4	35,0	42,7	-1,5	-1,0													
123	Japão <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	12,7	16,5	-1,9	-2,6												
124	Suíça	15,1	..	4,2	..	10,0	..	39,5	..	18,4	..	12,8	..	13,3	..	0,9	..													
Outras economias																														
Mundo																														
Export. de petróleo (exceto URSS)																														

a. Ver notas técnicas. b. Dados referem-se apenas a contas orçamentárias.

# Tabela 12. Receita corrente do governo central

		Percentual da receita corrente total											
		Receita tributária										Receita corrente total como percentual do PNB	
		Impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital		Contribuições à previdência social		Impostos internos sobre bens e serviços		Impostos sobre comércio e transações internacionais		Outros impostos <sup>a</sup>		Receita não-tributária	
		1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989
<b>Economias de baixa renda</b>													
China e Índia													
Outras													
1	Moçambique	..	..	..	..	29,8	21,0	30,4	19,6	5,6	2,2	11,1	30,7
2	Etiópia	23,0	26,6	0,0	0,0	29,8	21,0	30,4	19,6	5,6	2,2	11,1	30,7
3	Tanzânia	29,9	..	0,0	..	29,1	..	21,7	..	0,5	..	18,8	..
4	Somália <sup>b</sup>	10,7	..	0,0	..	24,7	..	45,3	..	5,2	..	14,0	..
5	Bangladesh <sup>b</sup>	3,7	11,7	0,0	0,0	22,4	33,2	18,0	31,5	3,8	7,1	52,2	16,5
6	Laos	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
7	Malavi <sup>b</sup>	31,4	38,9	0,0	0,0	24,2	35,4	20,0	15,8	0,5	0,5	23,8	9,5
8	Nepal	4,1	11,7	0,0	0,0	26,5	36,1	36,7	30,5	19,0	5,6	13,7	16,2
9	Chade	16,7	20,8	0,0	0,0	12,3	8,6	45,2	46,2	20,5	12,7	5,3	11,6
10	Burundi	18,1	..	1,2	..	18,3	..	40,3	..	15,6	..	6,5	..
11	Serra Leoa <sup>b</sup>	32,7	26,3	0,0	0,0	14,6	25,7	42,4	44,6	0,3	0,3	9,9	3,1
12	Madagascar	13,1	..	7,2	..	29,9	..	33,6	..	5,5	..	10,8	..
13	Nigéria <sup>b</sup>	43,0	44,2	0,0	0,0	26,3	6,4	17,5	16,4	0,2	-14,4	13,0	47,4
14	Uganda	22,1	5,5	0,0	0,0	32,8	19,1	36,3	75,3	0,3	0,0	8,5	0,0
15	Zaire	22,5	35,9	2,3	0,8	12,1	11,9	57,8	45,5	1,6	2,3	3,6	3,6
16	Mali	..	10,8	..	4,4	..	28,6	..	12,0	..	30,8	..	13,5
17	Níger	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
18	Burkina Faso	16,8	15,0	0,0	8,2	18,0	13,4	51,8	38,9	3,2	6,5	10,2	18,1
19	Ruanda	17,9	..	4,4	..	14,1	..	41,7	..	13,8	..	8,1	..
20	Índia	21,3	13,5	0,0	0,0	44,5	35,5	20,1	26,7	0,9	0,4	13,2	23,9
21	China	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22	Haiti	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
23	Quênia <sup>b</sup>	35,6	28,4	0,0	0,0	19,9	43,6	24,3	18,2	1,4	1,1	18,8	8,7
24	Paquistão	13,6	10,8	0,0	0,0	35,9	33,4	34,2	32,9	0,5	0,2	15,8	22,7
25	Benin	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
26	Rep. Centro-africana	..	23,9	..	0,0	..	13,1	..	45,2	..	11,4	..	6,4
27	Gana <sup>b</sup>	18,4	28,7	0,0	0,0	29,4	28,3	40,6	35,2	0,2	0,1	11,5	7,8
28	Togo	..	30,5	..	6,3	..	7,7	..	32,3	..	1,1	..	22,2
29	Zâmbia <sup>b</sup>	49,7	38,1	0,0	0,0	20,2	37,0	14,3	15,8	0,1	4,9	15,6	4,2
30	Guiné	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	19,1	11,0	0,0	0,0	34,7	48,1	35,4	28,5	2,1	4,1	8,7	8,3
32	Lesoto	14,3	10,7	0,0	0,0	2,0	22,3	62,9	55,7	9,5	0,1	11,3	11,2
33	Indonésia	45,5	55,9	0,0	0,0	22,8	24,5	17,6	5,6	3,5	5,7	10,6	8,3
34	Mauritânia	..	32,3	..	0,0	..	19,4	..	36,8	..	1,4	..	10,1
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	9,2	..	0,0	..	18,0	..	0,9	..	0,7	..	71,2
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	40,4	33,9	0,0	0,0	20,3	25,1	31,6	34,6	3,1	2,3	4,6	4,2
39	Mianmar	28,7	9,5	0,0	0,0	34,2	27,7	13,4	15,9	0,0	0,0	23,8	46,8
40	Sudão <sup>b</sup>	11,8	..	0,0	..	30,4	..	40,5	..	1,5	..	15,7	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>													
Renda média baixa													
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	..	4,9	..	8,3	..	34,5	..	8,7	..	6,7	..	37,0
44	Egito	..	14,9	..	14,2	..	11,3	..	13,2	..	10,6	..	35,8
45	Senegal	17,5	..	0,0	..	24,5	..	30,9	..	23,9	..	3,2	..
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	..	45,3	..	0,0	..	25,7	..	17,1	..	1,2	..	10,7
48	Filipinas <sup>b</sup>	13,8	26,1	0,0	0,0	24,3	33,2	23,0	22,7	29,7	4,0	9,3	14,0
49	Costa do Marfim	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
50	Rep. Dominicana	17,9	17,8	3,9	3,8	19,0	21,3	40,4	41,7	1,7	2,1	17,0	13,4
51	Marrocos	16,4	18,9	5,9	5,2	45,7	46,2	13,2	14,3	6,1	7,2	12,6	8,2
52	Papua Nova Guiné <sup>b</sup>	..	44,6	..	0,0	..	10,5	..	24,9	..	1,8	..	18,1
53	Honduras	19,2	..	3,0	..	33,8	..	28,2	..	2,3	..	13,5	..
54	Guatemala	12,7	18,1	0,0	0,0	36,1	23,2	26,2	33,8	15,6	7,2	9,4	17,7
55	Congo	19,4	..	0,0	..	40,3	..	26,5	..	6,3	..	7,5	..
56	Síria	6,8	24,7	0,0	0,0	10,4	8,9	17,3	7,2	12,1	12,2	53,4	47,0
57	Camarões	..	45,2	..	6,4	..	20,2	..	14,0	..	9,1	..	5,1
58	Peru <sup>b</sup>	16,0	16,8	0,0	0,0	34,0	54,5	14,0	18,3	26,0	6,0	10,0	4,5
59	Equador <sup>b</sup>	19,6	48,9	0,0	0,0	19,1	24,8	52,4	18,4	5,1	4,7	3,8	3,1
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	8,8	12,9	10,4	13,2	26,1	25,4	24,8	11,7	17,0	24,3	12,9	12,4
62	El Salvador <sup>b</sup>	15,2	22,4	0,0	0,0	25,6	45,5	36,1	16,8	17,2	11,3	6,0	3,9
63	Colômbia	37,1	25,8	13,7	9,6	15,2	27,7	19,8	17,9	7,1	8,2	7,1	10,7
64	Tailândia	12,1	20,6	0,0	0,0	46,3	45,4	28,7	22,2	1,8	3,2	11,2	8,6
65	Jamaica	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
66	Tunísia	15,9	12,9	7,1	11,1	31,6	20,1	21,8	27,9	7,8	5,1	15,7	22,8

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Percentual da receita corrente total													
		Receita tributária												Receita corrente total como percentual do PNB	
		Impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital		Contribuições à previdência social		Impostos internos sobre bens e serviços		Impostos sobre comércio e transações internacionais		Outros impostos <sup>a</sup>		Receita não-tributária			
		1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989	1972	1989
67	Turquia	30,8	43,3	0,0	0,0	31,0	29,5	14,6	6,3	6,1	3,1	17,5	17,7	20,6	19,0
68	Botsuana <sup>b</sup>	19,9	41,0	0,0	0,0	2,4	0,9	47,2	12,1	0,4	0,1	30,0	46,0	30,7	82,9
69	Jordânia	9,4	9,1	0,0	0,0	15,6	16,2	36,2	35,1	3,1	7,5	35,6	32,1	..	22,5
70	Panamá	23,3	17,2	22,4	30,1	13,2	14,9	16,0	6,2	7,7	3,0	17,3	28,6	21,8	27,8
71	Chile	14,3	23,3	28,6	6,0	28,6	37,1	14,3	9,8	0,0	-0,2	14,3	24,1	30,2	30,8
72	Costa Rica	18,0	9,2	13,9	29,6	37,7	17,0	18,9	32,4	1,6	-2,6	9,8	14,3	15,3	26,1
73	Polónia	..	30,4	..	21,4	..	30,4	..	6,2	..	6,5	..	5,1	..	38,7
74	Maurício	22,7	12,9	0,0	4,4	23,3	20,9	40,2	48,5	5,5	5,2	8,2	8,2	15,6	24,6
75	México	37,3	35,8	18,6	10,5	32,2	56,7	13,6	8,0	-8,5	-19,3	6,8	8,2	10,1	15,8
76	Argentina	..	4,3	..	43,4	..	22,4	..	11,4	..	10,3	..	8,2	..	13,2
77	Malásia	25,2	28,6	0,1	0,8	24,2	20,3	27,9	18,0	1,4	2,5	21,2	29,8	20,3	26,3
78	Argélia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Libano	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	9,5	14,4	14,0	10,5	37,3	48,5	24,4	7,1	9,0	10,6	5,8	8,9	12,8	40,7
<b>Renda média alta</b>															
83	Venezuela	54,2	43,0	6,0	4,2	6,7	8,8	6,1	23,4	1,1	2,3	25,9	18,2	18,5	22,8
84	África do Sul	54,8	52,0	1,2	1,5	21,5	30,7	4,6	3,8	5,0	2,9	12,8	9,2	21,2	27,4
85	Brasil	20,0	9,8	27,7	11,3	35,4	9,5	7,7	1,6	3,1	2,0	6,2	65,8	18,9	42,0
86	Hungria	..	18,2	..	29,4	..	32,4	..	5,3	..	0,2	..	14,5	..	56,5
87	Uruguai	4,7	8,5	30,0	26,7	24,5	43,2	6,1	10,4	22,0	4,9	12,6	6,2	22,7	24,3
88	Iugoslávia	..	..	60,0	..	20,0	66,4	20,0	31,3	..	..	..	2,3	20,7	5,6
89	Gabão <sup>b</sup>	18,2	..	6,0	..	9,5	..	44,9	..	4,2	..	17,2	..	26,1	..
90	Irã	7,9	19,3	2,7	14,7	6,4	7,8	14,6	6,7	4,9	7,6	63,6	43,9	26,2	9,5
91	Trinidad e Tobago	..	53,7	..	0,0	..	20,2	..	7,8	..	1,4	..	16,9	..	30,9
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	..	20,0	..	27,1	..	39,0	..	3,7	..	2,6	..	7,6	..	37,1
94	Coreia, Rep. da	29,0	34,8	0,7	4,4	41,7	32,4	10,7	10,9	5,3	5,5	12,6	12,2	13,1	18,1
95	Oman	71,1	23,7	0,0	0,0	0,0	0,7	3,0	2,6	2,3	0,8	23,6	72,1	47,4	38,2
96	Libia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
97	Grécia	12,2	..	24,5	..	35,5	..	6,7	..	12,0	..	9,2	..	25,4	..
98	Iraque	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
99	Romênia	6,0	0,0	8,2	14,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,6	85,8	75,4	..	..
<b>Rendas média e baixa</b>															
África subsaariana															
Leste asiático															
Sul da Ásia															
Europa O. Médio e N. da África															
América Latina e Caribe															
<b>Muito endividados</b>															
<b>Economias de alta renda</b>															
<b>Membros da OCDE</b>															
♦ Outras															
100	♦ Arábia Saudita	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	Irlanda	28,3	34,0	9,0	13,3	32,1	31,6	16,7	7,6	3,2	3,0	10,6	10,5	30,1	46,8
102	Espanha	15,9	22,7	38,9	38,4	23,4	27,8	10,0	2,8	0,7	1,3	11,1	7,1	19,7	29,4
103	♦ Israel	40,0	38,0	0,0	8,1	20,0	31,2	20,0	2,3	10,0	5,4	10,0	15,0	31,3	40,2
104	♦ Hong Kong	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
105	♦ Cingapura	24,4	20,9	0,0	0,0	17,6	19,5	11,1	2,7	15,5	11,1	31,4	45,7	21,5	27,5
106	Nova Zelândia <sup>b</sup>	61,4	53,6	0,0	0,0	19,9	26,2	4,1	2,0	4,5	3,2	10,0	15,0	29,8	43,5
107	Austrália	58,3	62,7	0,0	0,0	21,9	22,0	5,2	4,6	2,1	0,6	12,5	10,0	22,2	27,1
108	Reino Unido	39,4	38,8	15,6	18,2	27,1	31,1	1,7	0,1	5,4	2,3	10,8	9,6	32,6	35,6
109	Itália	16,6	36,3	39,2	29,3	31,7	29,3	0,4	0,0	4,3	2,3	7,7	2,9	24,9	38,2
110	Países Baixos	32,5	27,4	36,7	39,1	22,3	21,9	0,5	0,0	3,4	2,8	4,7	8,7	43,4	49,0
111	♦ Kuwait	68,8	0,6	0,0	0,0	19,7	0,4	1,5	1,3	0,2	0,0	9,9	97,7	55,2	66,1
112	Bélgica	31,3	36,4	32,4	34,7	28,9	23,3	1,0	0,0	3,3	2,8	3,1	2,8	35,1	43,7
113	Austria	20,7	17,9	30,0	37,0	28,3	26,2	5,4	1,6	10,2	8,5	5,5	8,7	29,7	34,9
114	França	16,8	17,4	37,0	43,5	37,9	28,8	0,3	0,0	3,0	3,4	4,9	6,9	33,4	40,9
115	♦ União dos Emirados Árabes <sup>b</sup>	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0	39,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	57,2	0,2	1,3
116	Canadá	54,0	53,7	8,8	14,2	15,9	19,6	11,0	3,5	-0,6	0,0	10,9	9,0	21,1	20,2
117	Alemanha	19,7	18,1	46,6	53,0	28,1	23,0	0,8	0,0	0,8	0,2	4,0	5,8	25,3	29,0
118	Dinamarca	40,0	39,4	5,1	2,8	42,1	40,3	3,1	0,1	2,8	3,3	6,8	14,2	35,5	42,3
119	EUA	59,4	52,5	23,6	33,9	7,1	3,2	1,6	1,6	2,5	0,8	5,7	8,0	17,6	20,1
120	Suécia	27,0	19,6	21,6	30,1	34,0	27,6	1,5	0,5	4,7	8,9	11,3	13,4	32,4	44,4
121	Finlândia	30,0	33,0	7,8	9,4	47,7	45,5	3,1	1,1	5,8	4,4	5,5	6,6	26,5	31,1
122	Noruega	22,6	14,6	20,6	26,0	48,0	36,6	1,6	0,5	1,0	1,5	6,2	20,9	36,8	43,3
123	Japão	64,8	67,2	0,0	0,0	22,6	15,0	3,5	1,4	6,8	11,2	2,4	5,3	11,2	14,1
124	Suíça	13,9	..	37,3	..	21,5	..	16,7	..	2,6	..	8,0	..	14,5	..
<b>Outras economias</b>															
<b>Mundo</b>															
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>															

a. Ver notas técnicas. b. Os dados referem-se apenas a contas orçamentárias.

# Tabela 13. Dinheiro e taxas de juros

		Haveres monetários amplamente definidos					Inflação anual média (deflator do PIB) 1980-89	Taxas de juros nominais dos bancos (percentual médio anual)			
		Taxa média anual de crescimento nominal (%)		Média em circulação como percentual do PIB				Taxa de depósito		Taxa de empréstimo	
		1965-80	1980-89	1965	1980	1989		1980	1989	1980	1989
Economias de baixa renda											
China e Índia											
Outras											
1	Moçambique						35,0				
2	Etiópia	12,7	11,9	12,5	25,3	45,4	2,0	..	6,70	..	6,00
3	Tanzânia	19,7	21,5	..	37,2	..	25,9	4,00	17,00	11,50	31,00
4	Somália	20,4	50,0	12,7	17,8	17,6	42,8	4,50	25,00	7,50	33,67
5	Bangladesh	..	22,0	..	16,9	27,3	10,6	8,25	12,00	11,33	16,00
6	Laos	..	..	..	..	8,7	..	7,20	14,00	4,80	15,00
7	Malavi	15,4	17,7	17,6	20,5	..	14,6	7,92	12,75	16,67	23,00
8	Nepal	17,9	19,6	8,4	21,9	33,4	9,1	4,00	8,50	14,00	15,00
9	Chade	12,5	12,2	9,3	20,0	21,6	1,5	5,50	4,25	11,00	11,50
10	Burundi	15,7	9,8	10,1	13,3	17,5	3,6	2,50	4,00	12,00	12,00
11	Serra Leoa	15,9	53,2	11,7	20,6	18,6	54,2	9,17	20,00	11,00	29,67
12	Madagascar	12,2	17,5	15,8	22,3	21,4	17,8	5,63	11,50	9,50	..
13	Nigéria	28,5	12,7	9,9	21,5	18,6	14,6	5,27	13,09	8,43	35,00
14	Uganda	23,2	77,8	..	12,7	7,8	108,1	6,80	36,17	10,80	40,00
15	Zaire	28,2	62,7	8,4	6,2	6,4	59,4	..	..	..	..
16	Mali	14,4	10,9	..	17,9	21,3	3,6	13,71	9,53	9,38	8,75
17	Níger	18,3	6,1	3,8	13,3	18,1	3,8	6,19	5,25	9,38	8,00
18	Burkina Faso	17,1	12,5	6,9	13,8	18,5	4,7	13,55	9,49	9,38	8,75
19	Ruanda	19,0	9,7	15,8	13,6	17,8	4,0	6,25	6,31	13,50	12,00
20	Índia	15,3	17,0	23,7	36,2	45,6	7,7	..	..	16,50	16,50
21	China	..	25,5	..	33,5	66,7	5,7	5,40	..	..	..
22	Haiti	20,3	7,8	9,9	26,1	33,2	6,8	10,00	..	..	..
23	Quênia	18,6	14,6	..	36,8	37,8	9,1	5,75	12,00	10,58	17,25
24	Paquistão	14,7	13,7	40,7	38,7	37,5	6,7	..	..	..	..
25	Benin	17,3	4,2	10,6	21,1	18,8	7,5	13,71	9,53	9,38	7,13
26	Rep. Centro-africana	12,7	5,9	13,5	18,9	17,8	6,7	5,50	7,50	10,50	12,50
27	Gana	25,9	45,9	20,3	16,2	13,9	43,9	11,50	16,50	19,00	25,58
28	Togo	20,3	7,3	10,9	29,0	34,0	5,2	12,71	9,53	9,38	8,75
29	Zâmbia	12,7	28,9	..	32,6	..	38,3	7,00	11,44	9,50	18,39
30	Guiné	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	15,4	15,5	32,3	35,3	36,6	10,8	14,50	16,43	19,00	13,17
32	Lesoto	..	18,5	..	..	43,9	13,2	9,60	12,82	11,00	18,75
33	Indonésia	54,4	24,6	..	13,2	30,2	8,3	6,00	18,60	..	21,70
34	Mauritânia	20,7	11,3	5,7	20,5	21,9	9,2	..	6,00	..	12,00
35	Afganistão	14,0	22,0	14,4	26,8	..	..	9,00	9,00	13,00	13,00
36	Butão	..	20,0	..	..	..	..	..	6,50	..	15,00
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	..	..	..	..	..	..	10,30	6,77	18,40	13,82
39	Mianmar	11,5	11,1	..	..	..	..	1,50	1,50	8,00	8,00
40	Sudão	21,6	37,0	14,1	32,5	17,0	..	6,00	..	..	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Economias de renda média											
Renda média baixa											
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	24,3	306,0	10,9	16,2	21,7	392,2	18,00	..	28,00	..
44	Egito	17,7	21,8	35,3	52,2	91,7	11,1	8,33	11,67	13,33	18,33
45	Senegal	15,6	7,2	15,3	26,6	23,6	7,3	6,19	5,25	9,38	6,96
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	..	18,1	..	54,6	50,7	10,9	3,52	8,85	17,54	13,00
48	Filipinas	17,7	16,1	19,9	19,0	21,1	14,8	12,25	14,13	14,00	19,27
49	Costa do Marfim	20,4	5,7	21,8	25,8	30,5	3,7	13,55	9,53	9,38	8,75
50	Rep. Dominicana	18,5	25,8	18,0	21,8	23,9	19,1	..	..	..	..
51	Marrocos	15,7	14,5	29,4	..	50,5	7,4	4,88	8,50	7,00	9,00
52	Papua Nova Guiné	..	8,4	..	32,9	33,6	5,6	6,90	8,23	11,15	14,62
53	Honduras	14,8	12,0	15,4	22,8	33,8	4,8	7,00	8,63	18,50	15,38
54	Guatemala	16,3	15,0	15,2	20,5	22,8	13,4	9,00	13,00	11,00	16,00
55	Congo	14,2	10,0	16,5	14,7	19,3	0,6	6,50	8,00	11,00	12,50
56	Síria	21,9	19,8	24,6	40,9	..	15,1	5,00	..	..	..
57	Camarões	19,0	9,2	11,7	18,3	20,8	6,6	7,50	7,50	13,00	14,00
58	Peru	25,9	193,0	18,8	16,5	9,2	160,2	..	..	..	..
59	Equador	22,6	31,8	15,6	20,2	16,1	34,5	..	40,24	9,00	30,08
60	Namíbia	..	..	..	..	..	13,2	..	..	..	..
61	Paraguai	21,3	20,0	12,1	19,8	..	23,2	..	..	..	..
62	El Salvador	14,3	16,5	21,6	28,1	26,9	16,7	..	..	..	..
63	Colômbia	26,5	..	19,8	23,7	..	24,3	..	27,70	19,00	28,21
64	Tailândia	17,9	18,0	23,6	37,6	65,0	3,2	12,00	9,50	18,00	15,00
65	Jamaica	17,2	25,1	24,3	35,4	56,8	18,5	10,29	19,04	13,00	25,56
66	Tunísia	17,4	15,5	30,2	42,1	..	7,5	2,50	7,37	7,25	9,87

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Haveres monetários amplamente definidos											
		Taxa média anual de crescimento nominal (%)		Média em circulação como percentual do PIB			Inflação anual média (deflator do PIB) 1980-89	Taxas de juros nominais dos bancos (percentual médio anual)			
		1965-80	1980-89	1965	1980	1989		Taxa de depósito		Taxa de empréstimo	
								1980	1989	1980	1989
67	Turquia	27,5	55,0	23,0	17,2	22,6	41,4	10,95	53,45	25,67	50,00
68	Botsuana	..	27,1	..	30,7	30,3	12,1	5,00	5,58	8,48	7,67
69	Jordânia	19,1	13,0	..	88,8	119,1	2,2	..	..	..	..
70	Panamá	..	..	..	..	..	2,6	..	..	..	..
71	Chile	116,0	..	16,3	22,6	..	20,5	37,46	26,60	47,14	38,28
72	Costa Rica	24,6	25,9	19,3	38,8	38,2	24,8	..	15,62	..	29,17
73	Polônia	..	53,0	..	58,4	42,0	38,1	3,00	21,00	8,00	16,67
74	Maurício	21,8	21,7	27,3	41,1	60,6	8,5	9,25	11,06	12,90	16,13
75	México	21,9	62,0	25,1	27,5	15,3	72,8	20,63	36,25	28,10	54,00
76	Argentina	86,0	342,0	..	22,2	12,4	334,5	79,40	432,75	..	430,38
77	Malásia	21,5	12,6	26,3	69,8	117,4	1,5	6,23	3,00	7,75	7,00
78	Argélia	22,3	14,9	32,1	58,5	96,9	5,2	..	..	..	..
79	Bulgária	..	..	..	..	..	1,5	..	..	..	..
80	Líbano	16,2	64,0	83,4	176,1	..	..	..	17,54	..	39,86
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	15,0	..	15,4	22,1	..	..	7,50	..	..	..
Renda média alta											
83	Venezuela	22,9	15,1	17,4	43,0	32,0	16,0	..	29,23	..	22,57
84	África do Sul	14,0	16,5	56,6	49,5	54,0	14,0	5,54	18,13	9,50	19,83
85	Brasil	43,4	..	20,6	18,4	..	227,9	115,00	5.922,36	..	..
86	Hungria	..	7,6	..	46,5	43,0	7,5	3,00	9,00	9,00	13,00
87	Uruguai	65,8	61,4	28,0	31,2	40,7	59,2	50,30	84,70	66,62	127,58
88	Iugoslávia	25,7	133,0	43,6	59,1	50,5	96,8	5,88	5.644,83	11,50	4.353,75
89	Galão	25,2	5,8	16,2	15,2	24,0	-1,0	7,50	8,75	12,50	12,50
90	Irã	28,4	..	21,6	54,5	..	14,0	..	..	..	..
91	Trinidad e Tobago	23,1	9,0	21,3	32,0	..	5,4	6,57	6,28	10,00	13,31
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	1,5	2,67	2,48	..	..
93	Portugal	19,5	21,4	77,7	96,3	98,7	19,2	19,00	13,00	18,75	19,59
94	Coreia, Rep. da	35,5	20,4	11,1	31,7	50,3	5,1	19,50	10,00	18,00	11,25
95	Oman	..	12,4	..	13,8	28,6	-6,6	..	8,66	..	10,01
96	Líbia	29,2	2,3	14,2	34,7	75,8	0,2	5,13	5,50	7,00	7,00
97	Grécia	21,4	25,1	35,0	61,6	..	18,2	14,50	17,14	21,25	23,26
98	Iraque	..	..	19,7	..	..	..	..	..	..	..
99	Romênia	..	7,5	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendas média e baixa											
África subsaariana											
Leste asiático											
Sul da Ásia											
Europa, O. Médio e N. da África											
América Latina e Caribe											
Muito endividados											
Economias de alta renda											
Membros da OCDE											
♦ Outras											
100	♦ Arábia Saudita	32,1	9,4	16,4	18,6	63,7	-5,2	..	..	..	..
101	Irlanda	16,1	6,1	..	58,1	42,7	8,1	12,00	4,54	15,96	9,42
102	Espanha	19,7	10,0	59,2	75,2	64,7	9,4	13,05	9,55	16,85	15,84
103	♦ Israel	60,0	106,0	15,3	56,4	64,4	117,1	..	14,10	176,93	31,63
104	♦ Hong Kong	..	..	..	69,3	..	7,1	..	..	..	..
105	♦ Singapura	17,6	12,8	58,4	74,4	117,5	1,5	9,37	3,21	11,72	6,21
106	Nova Zelândia	12,8	16,4	56,5	53,4	11,5	11,4	11,00	16,32	12,63	20,84
107	Austrália	15,9	12,9	50,0	61,8	70,2	7,8	8,58	15,29	10,58	21,69
108	Reino Unido	13,8	23,0	47,8	45,9	..	6,1	14,13	6,07	16,17	13,92
109	Itália	17,9	12,2	69,0	81,8	75,7	10,3	12,70	6,92	19,03	14,21
110	Países Baixos	14,7	5,8	54,4	79,0	87,7	1,9	5,96	3,49	13,50	10,75
111	♦ Kuwait	17,8	5,1	28,1	33,1	74,8	-2,9	4,50	4,50	6,80	6,80
112	Bélgica	10,4	6,8	59,2	57,0	58,0	4,8	7,69	5,13	..	11,08
113	Austria	13,3	7,3	48,9	72,5	84,9	3,8	5,00	2,98	..	..
114	França	15,0	9,9	53,7	69,7	76,2	6,5	6,25	5,92	18,73	16,01
115	♦ União dos Emirados Árabes	..	11,1	..	19,0	59,9	1,1	9,47	..	12,13	..
116	Canadá	15,3	8,3	40,2	64,3	66,7	4,6	12,87	12,09	14,25	13,33
117	Alemanha	10,1	5,6	46,1	60,4	64,3	2,7	7,95	5,50	12,04	9,94
118	Dinamarca	11,5	15,6	46,0	42,6	..	6,0	10,80	8,27	17,20	13,44
119	EUA	9,2	8,9	64,1	58,9	66,2	3,9	13,07	9,09	15,27	10,92
120	Suécia	10,7	10,4	46,8	46,5	49,6	7,4	11,25	9,21	15,12	14,05
121	Finlândia	14,7	14,2	39,1	39,5	52,1	7,0	..	5,75	9,77	10,31
122	Noruega	12,8	11,4	51,9	52,9	59,9	5,6	5,00	9,63	12,63	14,39
123	Japão	15,0	8,8	106,7	134,0	..	1,3	5,50	2,32	8,35	5,29
124	Suíça	7,1	7,8	101,1	107,4	123,8	3,6	7,75	8,08	5,56	5,85
Outras economias											
Mundo											
Export. de petróleo (exceto URSS)											

**Tabela 14. Crescimento do comércio de mercadorias**

		Comércio de mercadorias (milhões de dólares)		Taxa média de crescimento anual <sup>a</sup> (%)				Relações comerciais (1987 = 100)	
		Exportações 1989	Importações 1989	Exportações		Importações		1985	1989
				1965-80	1980-89	1965-80	1980-89		
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>120.136 t</b>	<b>131.918 t</b>	<b>5,6 w</b>	<b>5,2 w</b>	<b>4,3 w</b>	<b>3,0 w</b>	<b>107 m</b>	<b>102 m</b>
China e Índia		68.061 t	78.355 t	..	10,0 w	..	9,1 w	103 m	103 m
Outras		52.075 t	53.563 t	6,2 w	0,8 w	5,3 w	-3,2 w	107 m	102 m
1	Moçambique	92	680	..	-12,6	..	0,4	94	91
2	Etiópia	420	1.100	-0,5	0,4	-0,9	6,4	117	107
3	Tanzânia	260	840	-4,2	-8,2	1,7	-2,9	101	108
4	Somália	82	133	4,4	-4,6	4,4	-9,0	107	111
5	Bangladesh	1.305	3.524	..	7,6	..	7,8	109	94
6	Laos	..	..	..	..	..	..	..	..
7	Malavi	267	505	5,1	2,9	3,3	-0,8	104	101
8	Nepal	156	580	..	11,2	..	11,6	98	100
9	Chade	137	435	..	..	..	..	..	..
10	Burundi	78	187	..	2,6	..	6,9	133	86
11	Serra Leoa	137	189	-2,4	-2,5	..	-4,2	106	78
12	Madagascar	312	340	0,6	-2,2	-0,4	-2,9	98	108
13	Nigéria	9.000	3.600	11,1	-2,3	14,6	-19,5	167	86
14	Uganda	273	652	-2,9	4,3	..	1,7	143	88
15	Zaire	2.302	1.993	..	0,6	..	1,6	111	98
16	Mali	271	500	9,5	5,6	..	4,6	95	102
17	Níger	250	370	12,8	-3,8	6,6	-8,2	126	79
18	Burkina Faso	75	410	3,6	0,8	5,7	-1,5	108	98
19	Ruanda	88	333	7,9	-0,8	..	10,9	116	121
20	Índia	15.523	19.215	3,0	5,8	1,2	3,5	96	101
21	China*	52.538	59.140	..	11,5	..	11,7	109	104
22	Haiti	240	330	5,5	-6,9	7,0	-5,1	89	97
23	Quênia	1.110	2.100	3,9	1,6	2,2	1,0	114	107
24	Paquistão	4.642	7.119	-1,8	8,5	0,4	4,2	90	99
25	Benin	111	431	..	..	..	..	..	..
26	Rep. Centro-africana	92	88	-1,3	-3,7	-4,8	3,2	107	113
27	Gana	1.020	940	-2,6	5,6	-1,4	-1,5	106	82
28	Togo	245	472	..	3,1	8,5	-1,0	118	107
29	Zâmbia	1.347	873	-0,7	-3,2	-7,6	-4,5	71	90
30	Guiné	430	465	..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	1.554	2.229	0,2	6,7	-1,2	2,3	103	100
32	Lesoto <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Indonésia	21.773	16.360	9,6	2,4	..	-0,4	134	97
34	Mauritânia	360	370	4,0	3,4	..	1,6	113	114
35	Afeganistão	466	765	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	..	..	..	..	..	..	..
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	370	217	4,4	0,3	1,5	2,2	97	115
39	Mianmar	215	191	-2,0	-11,7	..	-15,9	106	124
40	Sudão	520	1.390	-0,3	0,0	2,3	-3,7	106	106
41	Vietnã	1.320	1.670	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		<b>396.324 t</b>	<b>400.367 t</b>	<b>2,6 w</b>	<b>5,5 w</b>	<b>5,1 w</b>	<b>0,9 w</b>	<b>110 m</b>	<b>103 m</b>
<b>Renda média baixa</b>		<b>172.262 t</b>	<b>183.853 t</b>	<b>4,3 w</b>	<b>5,2 w</b>	<b>4,4 w</b>	<b>0,2 w</b>	<b>111 m</b>	<b>103 m</b>
42	Angola	2.187	1.073	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	817	615	2,7	-0,8	5,0	-2,4	167	117
44	Egito	2.565	7.434	-0,1	9,2	3,6	6,5	131	82
45	Senegal	600	1.150	2,6	2,5	..	0,7	106	103
46	Îemen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	1.300	1.090	..	3,1	..	-7,4	100	95
48	Filipinas	7.747	10.732	4,6	1,3	2,9	4,0	93	107
49	Costa do Marfim	2.970	2.380	5,5	3,1	7,6	-1,1	110	91
50	Rep. Dominicana	911	2.241	0,3	1,2	5,0	4,4	109	117
51	Marrocos	3.337	5.492	3,7	5,7	6,5	2,2	88	80
52	Papua Nova Guiné	1.281	1.535	14,1	6,4	..	2,7	111	81
53	Honduras	1.100	1.000	3,1	2,1	2,5	0,1	111	120
54	Guatemala	323	404	4,8	-11,7	4,6	-15,6	108	107
55	Congo	830	590	10,3	6,2	0,6	-1,5	145	90
56	Síria	3.006	2.097	11,4	5,7	8,5	-8,4	125	84
57	Camarões	900	1.320	4,9	-3,3	5,6	-1,8	139	101
58	Peru	3.714	1.839	1,6	0,4	-1,4	-6,7	111	88
59	Equador	2.354	1.860	15,1	5,0	6,3	-3,2	153	102
60	Namíbia <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	670	600	6,5	7,0	3,7	1,4	108	120
62	El Salvador	610	1.140	1,0	-1,6	2,7	0,0	126	114
63	Colômbia	5.739	5.010	1,4	9,8	5,3	-3,3	140	84
64	Tailândia	20.059	25.768	8,6	12,8	4,1	8,4	91	99
65	Jamaica	982	1.806	-0,4	-2,1	-1,9	1,1	95	106
66	Tunísia	2.932	4.366	10,8	4,1	10,4	-0,1	105	99
*	Dados para Taiwan, China:	66.475	50.523	15,6	13,4	12,2	9,6	105	112

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Comércio de mercadorias (milhões de dólares)		Taxa média de crescimento anual <sup>a</sup> (%)				Relações comerciais (1987 = 100)	
		Exportações	Importações	Exportações		Importações		1985	1989
		1989	1989	1965-80	1980-89	1965-80	1980-89		
67	Turquia	11.626	15.788	5,5	11,4	7,7	7,4	82	96
68	Botsuana	..	..	..	..	..	..	..	..
69	Jordânia <sup>b</sup>	926	2.119	11,2	9,1	9,7	-1,0	95	112
70	Panamá	297	964	-5,7	0,1	-1,9	-4,8	130	152
71	Chile	8.190	6.496	8,0	4,9	1,4	-1,5	102	126
72	Costa Rica	1.362	1.743	7,0	3,1	6,0	4,7	111	109
73	Polônia	13.155	10.085	..	2,4	..	1,4	94	120
74	Maurício	987	1.326	3,1	10,5	5,2	10,7	83	108
75	México	22.975	22.084	7,7	3,7	5,7	-4,7	133	98
76	Argentina	9.567	4.200	4,7	0,6	1,8	-8,2	110	110
77	Malásia	25.053	22.496	4,6	9,8	2,2	3,7	117	97
78	Argélia	8.600	8.380	1,8	2,9	13,0	-5,8	174	88
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Libano	700	2.281	..	..	..	..	..	..
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	250	1.000	2,8	-7,8	1,3	-4,2	111	110
<b>Renda média alta</b>		<b>224.062 t</b>	<b>216.515 t</b>	<b>8,5 w</b>	<b>5,7 w</b>	<b>5,8 w</b>	<b>1,6 w</b>	<b>104 m</b>	<b>103 m</b>
83	Venezuela	12.953	7.837	-9,5	11,3	8,1	-4,3	174	118
84	África do Sul <sup>b</sup>	13.500	16.952	7,8	-8,0	-0,1	-6,6	105	94
85	Brasil	34.392	18.281	9,3	5,6	8,2	-1,6	92	124
86	Hungria	9.605	8.818	..	5,7	..	1,6	104	87
87	Uruguai	1.599	1.203	4,6	2,8	1,2	-2,6	89	110
88	Iugoslávia	13.343	14.799	5,6	0,4	6,6	-0,7	95	121
89	Gabão	1.160	950	8,6	-0,2	..	-1,7	140	96
90	Irã	13.000	9.550	..	21,6	..	6,5	160	68
91	Trinidad e Tobago	1.578	1.222	-5,5	-5,1	-5,8	-14,2	156	92
92	Tchecoslováquia	14.455	14.277	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	12.798	19.043	3,4	11,7	3,7	8,2	85	105
94	Coreia, Rep. da	62.283	61.347	27,2	13,8	15,2	10,4	103	108
95	Omã	3.933	2.255	..	..	..	..	..	..
96	Líbia	6.760	5.100	3,3	-1,3	11,7	-9,0	196	91
97	Grecia	7.353	16.103	11,9	4,1	5,2	3,5	94	97
98	Iraque	11.400	11.000	..	..	..	..	..	..
99	Romênia	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>516.460 t</b>	<b>532.285 t</b>	<b>3,3 w</b>	<b>5,4 w</b>	<b>5,0 m</b>	<b>1,4 m</b>	<b>108 m</b>	<b>103 m</b>
<b>África subsaariana</b>		<b>30.884 t</b>	<b>31.805 t</b>	<b>6,1 w</b>	<b>-0,6 w</b>	<b>5,7 m</b>	<b>-5,9 m</b>	<b>109 m</b>	<b>104 m</b>
<b>Leste asiático</b>		<b>195.268 t</b>	<b>202.642 t</b>	<b>10,0 w</b>	<b>10,0 w</b>	<b>7,2 w</b>	<b>7,6 w</b>	<b>106 m</b>	<b>102 m</b>
<b>Sul da Ásia</b>		<b>23.395 t</b>	<b>32.858 t</b>	<b>2,2 w</b>	<b>6,2 w</b>	<b>1,3 w</b>	<b>3,8 w</b>	<b>101 m</b>	<b>100 m</b>
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>141.379 t</b>	<b>163.596 t</b>	<b>3,7 w</b>	<b>5,8 w</b>	<b>6,7 w</b>	<b>1,7 w</b>	<b>104 m</b>	<b>96 m</b>
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>112.034 t</b>	<b>84.433 t</b>	<b>-1,0 w</b>	<b>3,6 w</b>	<b>4,1 w</b>	<b>-3,7 w</b>	<b>111 m</b>	<b>110 m</b>
<b>Muito endividados</b>		<b>140.081 t</b>	<b>114.839 t</b>	<b>-0,2 w</b>	<b>3,9 w</b>	<b>5,1 w</b>	<b>-1,2 w</b>	<b>110 m</b>	<b>108 m</b>
<b>Economias de alta renda</b>		<b>2.385.816 t</b>	<b>2.513.829 t</b>	<b>7,4 w</b>	<b>3,9 w</b>	<b>4,6 w</b>	<b>4,9 w</b>	<b>98 m</b>	<b>100 m</b>
<b>Membros da OCDE</b>		<b>2.173.621 t</b>	<b>2.280.495 t</b>	<b>7,3 w</b>	<b>4,1 w</b>	<b>4,2 w</b>	<b>5,1 w</b>	<b>94 m</b>	<b>100 m</b>
<b>Outras</b>		<b>212.195 t</b>	<b>233.334 t</b>	<b>8,8 w</b>	<b>2,4 w</b>	<b>11,7 w</b>	<b>3,3 w</b>	<b>117 m</b>	<b>100 m</b>
100	♦ Arábia Saudita	26.200	21.500	8,8	-11,3	25,9	-9,9	176	92
101	Irlanda	20.693	17.419	10,0	7,4	4,8	3,3	97	100
102	Espanha	44.450	71.298	12,4	7,4	4,4	8,4	91	107
103	♦ Israel	10.735	13.101	8,9	7,7	6,2	4,8	105	102
104	♦ Hong Kong	28.731	72.154	9,1	6,2	8,3	11,0	97	100
105	♦ Cingapura	44.600	49.605	4,7	8,1	7,0	5,8	99	98
106	Nova Zelândia	8.586	8.757	3,8	3,5	1,1	3,4	88	100
107	Austrália	33.205	39.869	5,4	4,1	1,0	5,0	111	122
108	Reino Unido	152.403	197.714	5,1	2,7	1,4	5,0	103	103
109	Itália	140.691	149.503	7,7	3,7	3,5	4,3	84	95
110	Países Baixos	107.799	104.220	8,0	4,5	4,4	3,3	101	100
111	♦ Kuwait	11.476	6.295	18,5	1,2	11,8	-6,3	175	77
112	Bélgica <sup>c</sup>	100.737	99.336	7,8	4,7	5,2	3,0	94	97
113	Austria	32.444	38.854	8,2	5,1	6,1	4,5	87	90
114	França	172.561	190.186	8,5	3,3	4,3	2,9	96	102
115	♦ União dos Emirados Árabes	15.000	9.600	..	0,8	..	-3,6	171	96
116	Canadá	114.066	113.230	5,4	6,0	2,5	8,8	110	110
117	Alemanha	340.628	268.601	7,2	4,4	5,3	3,4	82	96
118	Dinamarca	27.997	26.592	5,4	5,3	1,7	4,5	93	102
119	EUA	346.948	491.512	6,4	2,3	5,5	8,2	100	102
120	Suécia	51.497	48.920	4,9	4,9	1,8	3,5	94	101
121	Finlândia	23.265	24.611	5,9	3,2	3,1	4,9	85	104
122	Noruega	27.030	23.632	8,2	6,8	3,0	2,9	130	89
123	Japão	275.040	207.356	11,4	4,6	4,9	5,4	71	96
124	Suíça	51.444	58.150	6,2	3,8	4,5	4,1	86	99
<b>Outras economias</b>		<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
<b>Mundo</b>		<b>2.902.276 t</b>	<b>3.046.114 t</b>	<b>6,7 w</b>	<b>4,1 w</b>	<b>4,7 w</b>	<b>4,3 w</b>	<b>106 m</b>	<b>101 m</b>
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>119.130 t</b>	<b>86.874 t</b>	<b>2,0 w</b>	<b>-2,4 w</b>	<b>11,4 w</b>	<b>-7,4 w</b>	<b>171 m</b>	<b>91 m</b>

a. Ver notas técnicas. b. Cifras para a União Alfandegária Sul-africana, que compreende África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Exclui-se o comércio entre os territórios componentes. c. Inclui Luxemburgo.



**Tabela 15. Estrutura das importações de mercadorias**

Distribuição percentual das importações de mercadorias											
		Alimentos		Combustíveis		Outros produtos primários		Máquinas e equipamentos de transporte		Outras manufaturas	
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>19 w</b>	<b>10 w</b>	<b>5 w</b>	<b>6 w</b>	<b>6 w</b>	<b>9 w</b>	<b>34 w</b>	<b>33 w</b>	<b>34 w</b>	<b>42 w</b>
<b>China e Índia</b>		<b>..</b>	<b>8 w</b>	<b>..</b>	<b>5 w</b>	<b>..</b>	<b>10 w</b>	<b>..</b>	<b>32 w</b>	<b>..</b>	<b>45 w</b>
<b>Outras</b>		<b>17 w</b>	<b>14 w</b>	<b>5 w</b>	<b>7 w</b>	<b>3 w</b>	<b>6 w</b>	<b>33 w</b>	<b>36 w</b>	<b>42 w</b>	<b>37 w</b>
1	Moçambique	17	35	8	1	7	3	24	34	45	26
2	Etiópia	7	17	6	10	5	3	37	44	44	26
3	Tanzânia	12	8	9	1	1	4	34	45	44	43
4	Somália	33	29	5	3	5	2	24	38	33	29
5	Bangladesh	..	31	..	2	..	4	..	27	..	36
6	Laos	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
7	Malavi	16	10	5	12	2	1	21	43	57	35
8	Nepal	..	9	..	1	..	5	..	44	..	41
9	Chade	13	16	20	2	3	3	21	46	42	33
10	Burundi	18	7	6	5	7	3	15	42	55	44
11	Serra Leoa	19	25	9	3	1	3	29	39	41	31
12	Madagascar	20	16	5	2	2	4	25	40	48	38
13	Nigéria	9	10	6	7	3	3	34	38	48	43
14	Uganda	8	9	1	0	3	1	37	50	51	40
15	Zaire	19	15	7	6	4	3	33	46	37	30
16	Mali	21	20	6	1	3	2	23	36	47	42
17	Níger	13	16	6	2	4	3	21	39	55	41
18	Burkina Faso	25	16	4	0	12	2	19	46	40	36
19	Ruanda	12	8	7	0	4	2	28	53	50	36
20	Índia	22	8	5	17	14	12	37	18	22	45
21	China*	..	9	..	3	..	10	..	31	..	47
22	Haiti	31	23	6	1	5	2	14	26	44	47
23	Quênia	13	9	11	2	2	4	32	44	42	40
24	Paquistão	20	16	3	14	5	8	38	32	34	30
25	Benin	23	29	6	2	2	6	17	17	53	47
26	Rep. Centro-africana	13	15	7	1	2	4	29	39	49	40
27	Gana	13	11	4	5	2	7	33	40	48	37
28	Togo	18	26	4	6	2	2	32	25	45	41
29	Zâmbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
30	Guiné	..	22	..	5	..	2	..	36	..	35
31	Sri Lanka	41	19	8	4	4	4	12	27	34	46
32	Lesoto	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Indonésia	6	8	3	8	2	10	39	38	50	37
34	Mauritânia	9	23	4	18	1	1	56	29	30	29
35	Afeganistão	17	9	4	1	1	1	8	26	69	63
36	Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	18	3	8	1	1	1	33	81	39	15
39	Mianmar	15	4	4	2	5	1	18	52	58	41
40	Sudão	24	20	5	2	3	3	21	33	47	43
41	Vietnã	..	8	..	23	..	2	..	37	..	30
<b>Economias de renda média</b>		<b>16 w</b>	<b>11 w</b>	<b>9 w</b>	<b>10 w</b>	<b>11 w</b>	<b>9 w</b>	<b>30 w</b>	<b>35 w</b>	<b>34 w</b>	<b>35 w</b>
<b>Renda média baixa</b>		<b>17 w</b>	<b>13 w</b>	<b>8 w</b>	<b>8 w</b>	<b>9 w</b>	<b>8 w</b>	<b>30 w</b>	<b>31 w</b>	<b>37 w</b>	<b>40 w</b>
42	Angola	18	29	2	3	2	1	24	39	54	28
43	Bolívia	20	18	1	2	2	3	34	38	42	40
44	Egito	28	27	7	3	10	8	23	26	31	36
45	Senegal	37	21	6	5	4	3	15	34	38	37
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	..	3	..	1	..	5	..	55	..	36
48	Filipinas	20	11	10	13	7	7	33	20	30	50
49	Costa do Marfim	18	20	6	4	2	2	28	30	46	44
50	Rep. Dominicana	25	14	10	6	2	3	23	30	40	47
51	Marrocos	36	13	5	15	9	11	18	28	31	33
52	Papua Nova Guiné	25	16	4	11	1	1	25	37	45	36
53	Honduras	12	12	6	4	1	2	26	29	56	53
54	Guatemala	11	8	7	9	2	3	29	34	50	45
55	Congo	15	17	6	0	1	2	34	40	44	41
56	Síria	22	21	10	2	8	3	16	32	43	42
57	Camarões	12	16	5	1	3	2	28	36	51	44
58	Peru	17	22	3	10	5	5	41	26	34	36
59	Equador	10	9	9	4	4	7	33	34	44	46
60	Namíbia*	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	14	12	14	23	2	2	37	30	33	33
62	El Salvador	16	16	5	7	3	5	28	32	48	40
63	Colômbia	8	9	1	4	10	7	45	37	35	43
64	Tailândia	7	6	9	8	5	9	31	39	49	38
65	Jamaica	22	19	9	14	4	4	23	21	42	42
66	Tunísia	16	15	6	9	6	10	31	24	41	41
* Dados para Taiwan, China:		14	7	5	9	17	13	36	37	28	34

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Distribuição percentual das importações de mercadorias											
		Alimentos		Combustíveis		Outros produtos primários		Máquinas e equipamentos de transporte		Outras manufaturas	
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989
67	Turquia	6	8	10	21	10	13	37	26	37	33
68	Botsuana <sup>a</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
69	Jordânia	30	19	6	16	5	4	18	23	42	38
70	Panamá	12	15	21	17	1	2	21	18	45	48
71	Chile	20	5	6	12	9	5	35	41	30	37
72	Costa Rica	9	8	5	4	2	4	29	28	54	57
73	Polónia	..	11	..	17	..	10	..	32	..	29
74	Maurício	35	9	5	1	2	3	15	40	42	48
75	México	5	16	2	4	10	8	50	34	33	37
76	Argentina	7	4	10	9	21	9	25	35	38	43
77	Malásia	27	11	12	5	7	6	22	45	32	33
78	Argélia	27	28	0	2	5	8	15	28	52	35
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Libano	29	26	9	2	9	3	17	19	36	50
81	Monçólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	13	14	5	3	1	1	30	39	51	42
Renda média alta		14 w	10 w	10 w	12 w	14 w	10 w	31 w	34 w	32 w	35 w
83	Venezuela	12	12	1	1	5	9	44	47	39	31
84	África do Sul <sup>a</sup>	5	6	5	1	10	4	42	52	37	38
85	Brasil	20	5	21	30	9	8	22	29	28	28
86	Hungria	12	7	11	12	21	9	27	33	28	38
87	Uruguai	10	7	17	14	14	7	24	33	36	39
88	Iugoslávia	16	8	6	19	19	11	28	26	32	36
89	Gabão	16	17	5	1	1	2	37	43	40	38
90	Irã	16	22	0	4	6	4	36	34	42	37
91	Trinidad e Tobago	12	21	49	6	2	6	16	27	21	40
92	Tchecoslováquia	..	6	..	28	..	10	..	36	..	20
93	Portugal	16	12	8	11	18	7	27	37	30	34
94	Coreia, Rep. da	15	6	7	13	26	17	13	34	38	30
95	Oman	..	20	..	2	..	2	..	34	..	43
96	Libéria	14	14	4	4	3	1	36	34	43	47
97	Grécia	16	16	8	6	11	7	35	31	30	40
98	Iraque	24	27	0	0	7	5	25	29	44	39
99	Romênia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendas média e baixa		17 w	11 w	8 w	10 w	10 w	8 w	31 w	34 w	35 w	37 w
África subsaariana		17 w	16 w	6 w	4 w	2 w	3 w	29 w	40 w	45 w	37 w
Leste asiático		16 w	7 w	9 w	9 w	7 w	10 w	28 w	36 w	38 w	38 w
Sul da Ásia		25 w	10 w	4 w	17 w	11 w	11 w	35 w	18 w	26 w	44 w
Europa, O. Médio e N. da África		19 w	15 w	9 w	11 w	15 w	9 w	26 w	33 w	31 w	33 w
América Latina e Caribe		13 w	9 w	9 w	11 w	8 w	7 w	34 w	35 w	36 w	38 w
Muito endividados		16 w	12 w	8 w	10 w	12 w	8 w	32 w	33 w	33 w	37 w
Economias de alta renda		20 w	10 w	11 w	9 w	19 w	8 w	20 w	34 w	31 w	39 w
Membros da OCDE		20 w	10 w	11 w	9 w	19 w	8 w	20 w	34 w	31 w	39 w
Outras		23 w	9 w	6 w	6 w	12 w	7 w	20 w	35 w	38 w	45 w
100	Arábia Saudita	31	15	1	0	4	2	27	37	37	45
101	Irlanda	19	11	8	6	9	4	25	38	39	42
102	Espanha	20	11	10	12	14	8	27	38	28	31
103	Israel	16	9	6	8	11	5	28	24	38	54
104	Hong Kong	26	8	3	2	11	5	13	26	46	59
105	Singapura	24	7	13	14	18	5	14	42	30	33
106	Nov. Zelândia	8	7	7	6	9	4	33	40	43	42
107	Austrália	6	5	8	5	9	4	37	45	41	42
108	Reino Unido	32	10	11	5	24	9	11	37	23	37
109	Itália	24	13	16	12	24	12	15	29	21	34
110	Países Baixos	16	13	10	10	12	6	25	29	37	41
111	Kuwait	26	16	1	0	2	2	32	43	39	40
112	Bélgica <sup>b</sup>	14	10	9	8	21	10	24	24	32	48
113	Austria	15	5	7	6	12	8	31	37	35	44
114	França	20	10	15	9	18	8	20	33	27	40
115	União dos Emirados Árabes	..	13	..	1	..	2	..	38	..	46
116	Canadá	10	6	7	5	9	5	40	53	34	32
117	Alemanha	24	11	8	8	20	9	13	31	35	42
118	Dinamarca	15	12	11	7	10	6	25	30	39	44
119	EUA	20	6	10	11	20	5	14	41	36	36
120	Suécia	12	6	11	8	11	7	30	40	36	40
121	Finlândia	10	5	10	10	11	8	35	40	34	37
122	Noruega	11	6	7	4	12	8	38	43	32	39
123	Japão	23	16	20	21	38	18	9	14	11	31
124	Suíça	17	6	6	4	9	6	24	31	43	53
Outras economias		..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo		19 w	10 w	10 w	9 w	17 w	8 w	22 w	34 w	32 w	39 w
Export. de petróleo (exceto URSS)		17 w	15 w	6 w	3 w	4 w	4 w	31 w	35 w	42 w	43 w

a. Cifras para a União Alfandegária Sul-africana, que compreende África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Exclui-se o comércio entre os territórios componentes. b. Inclui Luxemburgo.

**Tabela 16. Estrutura das exportações de mercadorias**

Distribuição percentual das exportações de mercadorias										
		Combustíveis, minerais e metais		Outros produtos primários		Máquinas e equipamentos de transporte		Outras manufaturas		Têxteis e vestuário <sup>a</sup>
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965 1989
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>16 w</b>	<b>25 w</b>	<b>60 w</b>	<b>23 w</b>	<b>1 w</b>	<b>6 w</b>	<b>23 w</b>	<b>46 w</b>	<b>12 w 22 w</b>
<b>China e Índia</b>		<b>..</b>	<b>11 w</b>	<b>..</b>	<b>18 w</b>	<b>..</b>	<b>10 w</b>	<b>..</b>	<b>62 w</b>	<b>.. 28 w</b>
<b>Outras</b>		<b>22 w</b>	<b>43 w</b>	<b>65 w</b>	<b>30 w</b>	<b>1 w</b>	<b>1 w</b>	<b>11 w</b>	<b>26 w</b>	<b>4 w 12 w</b>
1	Moçambique	14	9	84	43	0	1	2	47	1 0
2	Etiópia	0	3	100	94	0	0	0	3	0 1
3	Tanzânia	1	4	86	84	0	1	13	11	0 6
4	Somália	0	0	86	96	4	1	10	3	.. 0
5	Bangladesh	..	1	..	28	..	0	..	71	.. 58
6	Laos	..	..	..	..	..	..	..	..	.. ..
7	Malavi	0	0	99	94	0	0	1	5	0 5
8	Nepal	..	0	..	13	..	3	..	84	.. 73
9	Chade	5	4	92	90	0	1	3	4	0 3
10	Burundi	0	0	94	93	0	0	6	6	1 1
11	Serra Leoa	25	41	14	21	0	0	60	38	0 0
12	Madagascar	4	6	90	85	1	0	4	9	1 6
13	Nigéria	32	94	65	5	..	0	2	1	0 0
14	Uganda	13	0	86	99	0	0	1	0	0 0
15	Zaire	72	85	20	6	0	0	8	9	0 0
16	Mali	1	0	96	90	1	2	2	8	1 1
17	Níger	0	..	95	..	1	..	4	..	1 ..
18	Burkina Faso	1	0	94	88	1	1	4	10	2 1
19	Ruanda	40	1	60	98	0	0	1	1	.. 0
20	Índia	10	8	41	19	1	7	47	66	36 23
21	China*	..	11	..	19	..	7	..	63	.. 25
22	Haiti	14	0	62	14	3	16	20	70	3 43
23	Quênia	13	2	77	85	0	1	10	12	0 1
24	Paquistão	2	1	62	33	1	0	35	66	29 54
25	Benin	1	26	94	71	2	0	3	3	0 0
26	Rep. Centro-africana	1	0	45	47	0	0	54	52	0 0
27	Gana	13	29	86	63	0	0	1	8	0 0
28	Togo	33	53	62	38	1	1	4	7	0 0
29	Zâmbia	..	92	..	3	..	1	..	5	.. 0
30	Guiné	..	83	..	6	..	0	..	11	.. 0
31	Sri Lanka	0	3	99	43	0	4	1	50	0 38
32	Lesoto <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	.. ..
33	Indonésia	43	47	53	21	3	1	1	31	0 9
34	Mauritânia	94	45	5	54	1	0	0	0	0 0
35	Afganistão	0	43	87	40	..	1	13	17	12 13
36	Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	.. ..
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	.. ..
38	Libéria	72	35	25	24	1	21	3	19	0 0
39	Myanmar	5	11	94	73	0	1	0	15	0 4
40	Sudão	1	1	99	95	..	2	0	2	0 1
41	Vietnã	..	12	..	75	..	2	..	10	.. 5
<b>Economias de renda média</b>		<b>27 w</b>	<b>26 w</b>	<b>46 w</b>	<b>21 w</b>	<b>14 w</b>	<b>20 w</b>	<b>13 w</b>	<b>33 w</b>	<b>3 w 11 w</b>
<b>Renda média baixa</b>		<b>22 w</b>	<b>29 w</b>	<b>62 w</b>	<b>32 w</b>	<b>8 w</b>	<b>12 w</b>	<b>8 w</b>	<b>28 w</b>	<b>2 w 9 w</b>
42	Angola	6	95	76	2	1	0	17	3	0 0
43	Bolívia	93	80	3	15	0	1	4	4	0 1
44	Egito	8	46	71	18	0	0	20	35	15 27
45	Senegal	9	19	88	72	1	1	2	8	1 1
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..	.. ..
47	Zimbábue	..	17	..	40	..	1	..	43	.. 3
48	Filipinas	11	12	84	26	0	10	6	52	1 7
49	Costa do Marfim	2	1	93	91	1	0	4	7	1 2
50	Rep. Dominicana	10	2	88	28	0	5	2	65	0 35
51	Marrocos	40	23	55	30	0	4	5	42	1 20
52	Papua Nova Guiné	0	54	90	37	..	1	10	8	.. 0
53	Honduras	6	1	90	87	0	1	4	11	1 7
54	Guatemala	0	2	86	81	1	0	13	16	4 11
55	Congo	4	76	45	15	2	1	49	7	0 0
56	Síria	1	77	89	16	1	1	9	6	7 3
57	Camarões	17	48	77	49	3	0	2	3	0 1
58	Peru	45	55	54	26	0	1	1	17	0 9
59	Equador <sup>b</sup>	2	49	96	48	0	0	2	2	1 0
60	Namíbia <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	.. ..
61	Paraguai	0	0	92	92	0	0	8	8	0 1
62	El Salvador	2	1	82	79	1	5	16	15	6 11
63	Colômbia	18	26	75	49	0	1	6	24	2 6
64	Tailândia <sup>333</sup>	11	3	86	43	0	15	3	39	0 17
65	Jamaica	28	16	41	26	0	1	31	58	4 13
66	Tunísia	31	23	51	11	0	6	19	60	2 29
*	Dados para Taiwan, China:	2	2	28	6	15	36	54	57	25 15

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Distribuição percentual das exportações de mercadorias											
		Combustíveis, minerais e metais		Outros produtos primários		Máquinas e equipamentos de transporte		Outras manufaturas		Têxteis e vestuário <sup>a</sup>	
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989
67	Turquia	9	8	89	26	0	5	2	61	1	35
68	Botsuana <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
69	Jordânia	33	45	60	10	2	1	5	44	1	5
70	Panamá	35	2	63	78	0	0	2	19	1	7
71	Chile	89	57	7	33	1	1	4	9	0	1
72	Costa Rica	0	1	84	69	1	4	15	27	2	18
73	Polônia	..	19	..	14	..	32	..	34	..	6
74	Maurício	0	0	100	38	0	1	0	61	0	51
75	México	22	41	62	14	1	24	15	21	3	2
76	Argentina	1	4	93	64	1	6	5	26	0	3
77	Malásia	34	19	60	37	2	27	4	17	0	5
78	Argélia	57	96	39	0	2	2	2	2	0	0
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Líbano	14	6	52	24	14	8	19	63	2	8
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	4	1	90	96	0	1	6	2	0	0
Renda média alta		32 w	25 w	28 w	13 w	22 w	25 w	18 w	37 w	5 w	12 w
83	Venezuela	97	91	1	1	0	1	2	7	0	0
84	África do Sul <sup>b</sup>	24	46	44	20	3	3	29	31	1	2
85	Brasil	9	15	83	33	2	20	7	32	1	3
86	Hungria	5	8	25	24	32	30	37	38	9	6
87	Uruguai	0	0	95	61	0	3	5	35	2	14
88	Iugoslávia	10	8	33	12	24	28	33	52	8	8
89	Gabão	52	69	37	21	1	1	10	9	0	0
90	Irã	88	89	8	5	0	1	4	6	4	5
91	Trinidad e Tobago	84	62	9	7	0	1	7	30	0	0
92	Tchecoslováquia	..	4	..	5	..	55	..	36	..	6
93	Portugal	4	6	34	15	3	19	58	59	24	29
94	Coreia, Rep. da	15	2	25	5	3	38	56	55	27	23
95	Oma	..	87	..	3	..	7	..	3	..	0
96	Líbia	99	97	1	0	..	0	0	3	0	0
97	Grécia	8	13	78	35	2	3	11	48	3	27
98	Iraque	95	98	4	0	0	1	1	1	0	0
99	Romênia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendas média e baixa		25 w	26 w	49 w	21 w	11 w	17 w	15 w	36 w	6 w	13 w
África subsaariana		24 w	53 w	68 w	36 w	0 w	1 w	7 w	10 w	0 w	2 w
Leste asiático		22 w	12 w	67 w	19 w	1 w	22 w	10 w	47 w	2 w	20 w
Sul da Ásia		6 w	6 w	57 w	24 w	1 w	5 w	35 w	65 w	28 w	33 w
Europa, O. Médio e N. da África		21 w	34 w	35 w	12 w	21 w	20 w	23 w	33 w	8 w	12 w
América Latina e Caribe		43 w	33 w	50 w	33 w	1 w	12 w	6 w	24 w	1 w	3 w
Muito endividados		33 w	29 w	45 w	29 w	11 w	15 w	11 w	28 w	3 w	5 w
Economias de alta renda		12 w	9 w	20 w	12 w	30 w	40 w	38 w	40 w	7 w	5 w
Membros da OCDE		9 w	7 w	21 w	12 w	31 w	41 w	39 w	40 w	7 w	4 w
Outras		59 w	27 w	17 w	6 w	3 w	26 w	23 w	40 w	10 w	12 w
100	Arábia Saudita	98	91	1	1	1	2	1	7	0	0
101	Irlanda	3	2	63	26	5	32	29	40	7	4
102	Espanha	9	8	51	18	10	36	29	37	6	4
103	Israel	6	2	28	10	2	27	63	60	9	6
104	Hong Kong	1	1	5	2	7	23	87	73	52	39
105	Cingapura	21	18	44	9	10	47	24	26	6	5
106	Nova Zelândia	1	9	94	67	0	5	5	19	0	2
107	Austrália	13	32	73	35	5	5	10	27	1	1
108	Reino Unido	7	10	9	8	42	40	42	40	7	3
109	Itália	8	3	14	7	30	37	47	52	15	12
110	Países Baixos	12	12	32	25	21	21	35	42	9	4
111	Kuwait	98	96	1	0	1	1	0	3	0	0
112	Bélgica <sup>c</sup>	13	9	11	11	20	25	55	55	12	7
113	Austria	8	5	17	8	20	34	55	52	12	8
114	França	8	5	21	18	26	35	45	41	10	5
115	União dos Emirados Árabes	..	91	..	2	..	2	..	5	..	1
116	Canadá	28	19	35	19	15	39	22	24	1	1
117	Alemanha	7	4	5	6	46	49	42	41	5	5
118	Dinamarca	2	4	55	32	22	25	21	39	4	4
119	EUA	8	6	27	16	37	43	28	34	3	2
120	Suécia	9	6	23	10	35	43	33	41	2	2
121	Finlândia	3	5	40	14	12	29	45	52	2	3
122	Noruega	21	56	28	10	17	13	34	21	2	1
123	Japão	2	1	7	1	31	65	60	32	17	2
124	Suíça	3	3	7	4	30	32	60	61	10	5
Outras economias		..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo		15 w	12 w	26 w	14 w	25 w	35 w	34 w	39 w	7 w	6 w
Export. de petróleo (exceto URSS)		80 w	92 w	16 w	2 w	0 w	1 w	3 w	5 w	..	1 w

a. Têxteis e vestuário é um subgrupo de outras manufaturas. b. As cifras para a União Alfanegária Sul-africana, que compreende África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, estão incluídas nos dados da África do Sul. Exclui-se o comércio entre os territórios componentes. c. Inclui Luxemburgo.

**Tabela 17. Importações de manufaturados da OCDE: origem e estrutura**

		Valor das importações de manufaturados, por origem (milhões de dólares) <sup>a</sup>		Estrutura das importações de manufaturados de 1989 (%) <sup>a</sup>				
		1969	1989 <sup>a</sup>	Têxteis e vestuário	Produtos químicos	Máquinas elétricas e eletrônicos	Equipamentos de transporte	Outros
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>1.484 t</b>	<b>47.562 t</b>	<b>40 w</b>	<b>6 w</b>	<b>6 w</b>	<b>3 w</b>	<b>45 w</b>
China e Índia		865 t	34.903 t	40 w	6 w	8 w	1 w	45 w
Outras		19 t	12.659 t	42 w	4 w	1 w	9 w	43 w
1	Moçambique	7	7	23	2	20	3	52
2	Etiópia	4	62	13	8	3	3	74
3	Tanzânia	30	52	40	3	2	8	48
4	Somália	0	2	2	2	7	10	78
5	Bangladesh	0	882	84	0	0	0	16
6	Laos	0	3	79	4	0	1	16
7	Malawi	0	13	70	0	2	1	28
8	Nepal	2	177	93	0	1	0	5
9	Chade	0	1	27	3	6	1	62
10	Burundi	2	2	9	1	3	2	86
11	Serra Leoa	89	82	0	0	0	0	99
12	Madagascar	8	40	64	12	1	0	23
13	Nigéria	17	160	3	28	2	4	64
14	Uganda	1	5	1	0	3	63	33
15	Zaire	51	312	0	1	0	0	98
16	Mali	0	17	2	1	3	1	94
17	Níger	0	283	0	98	0	1	1
18	Burkina Faso	0	6	10	1	3	1	85
19	Ruanda	0	1	0	4	5	4	88
20	Índia	608	8.125	40	5	1	1	54
21	China	257	26.778	39	7	10	1	43
22	Haiti	13	389	54	2	15	0	29
23	Quênia	17	124	5	3	5	16	71
24	Paquistão	193	2.357	81	1	0	1	18
25	Benin	0	4	1	0	1	1	97
26	Rep. Centro-africana	11	67	0	0	0	0	99
27	Gana	17	68	0	2	1	0	96
28	Togo	1	17	1	0	0	2	96
29	Zâmbia	6	36	17	1	1	11	70
30	Guiné	31	124	0	35	0	0	64
31	Sri Lanka	8	913	70	1	0	0	28
32	Lesoto <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..
33	Indonésia	22	4.612	33	3	1	0	62
34	Mauritânia	3	3	6	1	2	55	36
35	Afganistão	9	46	91	0	0	1	8
36	Butão	0	2	0	0	3	2	95
37	Kampuchea	0	1	24	0	4	3	70
38	Libéria	46	1.670	0	0	0	63	37
39	Mianmar	4	27	32	1	1	1	65
40	Sudão	0	8	7	2	4	6	82
41	Vietnã	1	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		<b>4.307 t</b>	<b>155.938 t</b>	<b>25 w</b>	<b>7 w</b>	<b>17 w</b>	<b>7 w</b>	<b>44 w</b>
Renda média baixa		1.291 t	64.526 t	24 w	6 w	23 w	7 w	40 w
42	Angola	2	250	0	0	0	1	99
43	Bolívia	1	32	19	6	0	0	75
44	Egito	31	570	61	5	2	7	25
45	Senegal	10	68	9	7	2	1	81
46	Iêmen, Rep. do	0	5	4	3	18	12	63
47	Zimbábue	0	331	13	0	1	0	86
48	Filipinas	111	4.291	34	3	28	1	34
49	Costa do Marfim	7	231	18	3	1	0	78
50	Rep. Dominicana	5	1.474	48	1	6	0	46
51	Marrocos	22	1.672	64	17	7	1	11
52	Papua Nova Guiné	13	31	5	3	2	5	85
53	Honduras	3	136	68	2	0	0	29
54	Guatemala	5	206	77	7	0	1	16
55	Congo	4	126	0	2	0	0	97
56	Síria	3	28	52	4	2	4	38
57	Camarões	3	60	28	1	1	7	63
58	Peru	13	452	19	9	3	1	38
59	Equador	3	72	13	3	1	8	75
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	4	77	27	14	0	0	59
62	El Salvador	1	116	57	1	25	0	17
63	Colômbia	41	903	23	7	0	0	70
64	Tailândia	30	8.197	24	2	14	1	59
65	Jamaica	62	765	33	63	0	0	4
66	Tunísia	15	1.494	62	16	7	1	14

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Valor das importações de manufaturados, por origem (milhões de dólares) <sup>a</sup>		Estrutura das importações de manufaturados de 1989 (%) <sup>a</sup>				
		1969	1989 <sup>a</sup>	Têxteis e vestuário	Produtos químicos	Máquinas elétricas e eletrônicos	Equipamentos de transporte	Outros
67	Turquia	35	5.313	70	5	3	2	21
68	Botsuana <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	..	..
69	Jordânia	1	83	5	37	5	23	30
70	Panamá <sup>c</sup>	19	1.276	4	1	0	73	21
71	Chile	14	497	11	36	1	1	51
72	Costa Rica	4	561	64	1	11	1	23
73	Polônia	230	2.880	20	16	7	9	48
74	Maurício	1	663	81	0	0	0	18
75	México	393	21.306	4	4	35	13	43
76	Argentina	89	1.658	12	18	1	3	66
77	Malásia	34	7.761	15	4	55	1	25
78	Argélia	19	226	0	27	1	3	69
79	Bulgária	44	374	21	24	6	1	49
80	Líbano	15	147	15	4	3	3	76
81	Mongólia	0	5	73	4	2	0	21
82	Nicarágua	3	4	8	11	14	5	63
<b>Renda média alta</b>		<b>3.016 t</b>	<b>91.412 t</b>	<b>26 w</b>	<b>7 w</b>	<b>12 w</b>	<b>7 w</b>	<b>48 w</b>
83	Venezuela	19	653	3	15	4	6	71
84	África do Sul <sup>b</sup>	565	3.505	3	14	1	3	78
85	Brasil	136	11.674	7	9	5	14	65
86	Hungria	163	2.504	23	20	10	4	44
87	Uruguai	18	324	53	3	0	1	43
88	Iugoslávia	380	7.195	28	10	9	10	44
89	Gabão	8	89	0	67	1	1	31
90	Irã	127	511	90	0	1	0	9
91	Trinidad e Tobago	37	313	1	73	0	0	26
92	Tchecoslováquia	390	2.642	16	18	4	5	57
93	Portugal	390	9.803	39	6	8	9	38
94	Coreia, Rep. da	365	42.601	26	2	19	6	46
95	Oma	1	152	5	0	21	15	59
96	Líbia	5	307	0	93	1	1	6
97	Grécia	138	3.893	55	5	3	7	31
98	Iraque	5	142	1	19	2	9	69
99	Romênia	124	2.102	28	7	3	3	59
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>5.792 t</b>	<b>203.500 t</b>	<b>28 w</b>	<b>6 w</b>	<b>14 w</b>	<b>6 w</b>	<b>45 w</b>
<b>África subsaariana</b>		<b>385 t</b>	<b>5.043 t</b>	<b>15 w</b>	<b>9 w</b>	<b>1 w</b>	<b>22 w</b>	<b>53 w</b>
<b>Leste asiático</b>		<b>911 t</b>	<b>96.190 t</b>	<b>30 w</b>	<b>4 w</b>	<b>18 w</b>	<b>3 w</b>	<b>45 w</b>
<b>Sul da Ásia</b>		<b>815 t</b>	<b>12.497 t</b>	<b>54 w</b>	<b>3 w</b>	<b>1 w</b>	<b>1 w</b>	<b>42 w</b>
<b>Europa, O, Médio e N. da África</b>		<b>2.167 t</b>	<b>42.841 t</b>	<b>40 w</b>	<b>10 w</b>	<b>7 w</b>	<b>6 w</b>	<b>37 w</b>
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>949 t</b>	<b>43.424 t</b>	<b>11 w</b>	<b>9 w</b>	<b>19 w</b>	<b>13 w</b>	<b>49 w</b>
<b>Muito endividados</b>		<b>1.273 t</b>	<b>49.712 t</b>	<b>14 w</b>	<b>8 w</b>	<b>20 w</b>	<b>10 w</b>	<b>48 w</b>
<b>Economias de alta renda</b>		<b>103.679 t</b>	<b>1.364.833 t</b>	<b>6 w</b>	<b>13 w</b>	<b>11 w</b>	<b>19 w</b>	<b>51 w</b>
<b>Membros da OCDE</b>		<b>100.844 t</b>	<b>1.262.684 t</b>	<b>5 w</b>	<b>13 w</b>	<b>11 w</b>	<b>20 w</b>	<b>51 w</b>
<b>Outras</b>		<b>2.835 t</b>	<b>102.149 t</b>	<b>17 w</b>	<b>5 w</b>	<b>18 w</b>	<b>4 w</b>	<b>56 w</b>
100	Arábia Saudita	5	1.697	0	59	1	19	21
101	Irlanda	426	12.883	7	25	11	2	56
102	Espanha	601	23.799	5	10	7	30	48
103	Israel	295	7.247	8	14	10	3	65
104	Hong Kong	1.605	23.814	41	1	14	1	44
105	Singapura	63	16.815	6	6	31	4	54
106	Nova Zelândia	94	1.727	9	22	7	4	58
107	Austrália	437	5.901	3	37	4	8	48
108	Reino Unido	9.381	88.190	5	18	10	12	55
109	Itália	6.749	95.052	16	8	8	10	58
110	Países Baixos	4.857	59.605	7	30	9	9	46
111	Kuwait <sup>d</sup>	6	225	1	40	6	27	26
112	Bélgica <sup>d</sup>	6.557	65.999	9	20	6	19	47
113	Austria	1.379	22.605	10	9	12	5	63
114	França	7.448	108.863	6	17	8	23	46
115	União dos Emirados Árabes	..	607	27	25	3	6	39
116	Canadá	7.499	70.015	1	8	6	40	45
117	Alemanha	19.517	236.407	5	14	10	21	49
118	Dinamarca	1.219	14.952	7	15	11	4	62
119	EUA	19.238	184.431	2	12	13	20	53
120	Suécia	3.314	36.500	2	9	10	19	61
121	Finlândia	972	14.432	4	8	8	5	75
122	Noruega	886	7.845	2	21	7	12	58
123	Japão	7.064	174.094	1	3	19	30	46
124	Suíça	3.201	39.230	6	22	10	2	61
<b>Outras economias</b>		<b>722 t</b>	<b>12.725 t</b>	<b>4 w</b>	<b>15 w</b>	<b>12 w</b>	<b>11 w</b>	<b>58 w</b>
<b>Mundo</b>		<b>110.193 t</b>	<b>1.581.058 t</b>	<b>9 w</b>	<b>12 w</b>	<b>12 w</b>	<b>17 w</b>	<b>51 w</b>
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>243 t</b>	<b>5.576 t</b>	<b>12 w</b>	<b>36 w</b>	<b>2 w</b>	<b>9 w</b>	<b>40 w</b>

Nota: Inclui somente economias de alta renda da OCDE. a. Os dados de comércio exterior baseiam-se na base de dados Comtrade, da ONU, Revisão 1 da SITC para o ano de 1969 e Revisão 2 da SITC para o ano de 1989. b. As cifras para Botsuana e Lesoto estão incluídas na África do Sul. c. Exclui a Zona do Canal. d. Inclui Luxemburgo.

**Tabela 18. Balanço de pagamentos e reservas**

		Saldo em conta corrente (milhões de dólares)				Remessas líquidas de trabalhadores (milhões de dólares)		Reservas internacionais brutas		
		Após as transferências oficiais		Antes das transferências oficiais				Milhões de dólares		Em meses de cobertura de importações
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1989
<b>Economias de baixa renda</b>								<b>3.613 t</b>	<b>50.839 t</b>	<b>3,5 w</b>
China e Índia								<b>1.023 t</b>	<b>34.663 t</b>	<b>4,4 w</b>
Outras								<b>2.590 t</b>	<b>16.176 t</b>	<b>2,5 w</b>
1	Moçambique	..	-405 <sup>a</sup>	..	-793 <sup>a</sup>	..	..	..	..	..
2	Etiópia	-32	-169 <sup>a</sup>	-43	-378 <sup>a</sup>	..	..	72	123	1,1
3	Tanzânia	-36	-158	-37	-628	..	0	65	54	0,5
4	Somália	-6	-151 <sup>a</sup>	-18	-482 <sup>a</sup>	..	..	21	23	0,5
5	Bangladesh	-114 <sup>a</sup>	-729	-234 <sup>a</sup>	-1.402	0 <sup>a</sup>	771	..	929	2,8
6	Laos	..	-67 <sup>a</sup>	..	-107 <sup>a</sup>	..	0 <sup>a</sup>	6	16	1,3
7	Malavi	-35	-118 <sup>a</sup>	-46	-173 <sup>a</sup>	-4	..	29	105	2,1
8	Nepal	-1 <sup>a</sup>	-254	-25 <sup>a</sup>	-308	..	0	94	276	4,3
9	Chade	2	-5 <sup>a</sup>	-33	-242 <sup>a</sup>	-6	-21 <sup>a</sup>	2	133	3,4
10	Burundi	2 <sup>a</sup>	-29	-2 <sup>a</sup>	-161	..	..	15	107	4,5
11	Serra Leoa	-16	-3	-20	-11	..	0	39	4	0,5
12	Madagascar	10	-128	-42	-283	-26	-11	37	245	3,7
13	Nigéria	-368	-143	-412	-254	..	-19	223	2.041	2,8
14	Uganda	20	-240 <sup>a</sup>	19	-418 <sup>a</sup>	-5	..	57	14	0,2
15	Zaire	-64	-460 <sup>a</sup>	-141	-736 <sup>a</sup>	-98	..	189	282	1,1
16	Mali	-2	-81	-22	-317	-1	39	1	123	2,1
17	Níger	0	-111	-32	-243	-3	-40	19	217	4,6
18	Burkina Faso	9	-91 <sup>a</sup>	-21	-327 <sup>a</sup>	16	147 <sup>a</sup>	36	270	4,4
19	Ruanda	7	-105 <sup>a</sup>	-12	-233 <sup>a</sup>	-4	-17	8	70	2,1
20	Índia	-380 <sup>a</sup>	-7.538 <sup>a</sup>	-590 <sup>a</sup>	-8.038 <sup>a</sup>	80	2.650	1.023	8.048	3,0
21	China*	-81 <sup>a</sup>	-4.530	-81 <sup>a</sup>	-4.701	0 <sup>a</sup>	138	..	23.053	4,4
22	Haiti	11	-63	4	-169	13	59	4	20	1,1
23	Quênia	-49	-587	-86	-868	..	-3	220	317	1,3
24	Paquistão	-667	-1.351	-705	-1.943	86	1.902	195	1.302	1,6
25	Benin	-3	-3 <sup>a</sup>	-23	-58 <sup>a</sup>	0	57 <sup>a</sup>	16	8	0,2
26	Rep. Centro-africana	-12	-8 <sup>a</sup>	-24	-159 <sup>a</sup>	-4	-29	1	118	4,1
27	Gana	-68	-98	-76	-311	-9	3	43	436	3,7
28	Togo	3	-46	-14	-118	-3	4	35	290	5,7
29	Zâmbia	108	5	107	-67	-48	-21	515	139	1,1
30	Guiné	..	-126	..	-223	..	0	..	..	..
31	Sri Lanka	-59	-372 <sup>a</sup>	-71	-546 <sup>a</sup>	3	338 <sup>a</sup>	43	269	1,2
32	Lesoto	18 <sup>a</sup>	-37	-1 <sup>a</sup>	-174	29 <sup>a</sup>	..	..	49	0,9
33	Indonésia	-310	-1.368	-376	-1.540	..	125	160	6.444	2,9
34	Mauritânia	-5	111 <sup>a</sup>	-13	-158 <sup>a</sup>	-6	4 <sup>a</sup>	3	87	1,6
35	Afganistão	..	-217	..	-305	..	..	49	631	10,4
36	Butão	..	-3 <sup>a</sup>	..	-66 <sup>a</sup>	..	0 <sup>a</sup>	..	66	..
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	-16 <sup>a</sup>	-118	-27 <sup>a</sup>	-163	-18 <sup>a</sup>	51	..	8	..
39	Mianmar	-63	-204 <sup>a</sup>	-81	-204	..	0	98	364	4,7
40	Sudão	-42	-945 <sup>a</sup>	-43	-1.216 <sup>a</sup>	..	297 <sup>a</sup>	22	176	0,9
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	243	..	..
<b>Economias de renda média</b>								<b>15.855 t</b>	<b>153.347 t</b>	<b>3,1 w</b>
Renda média baixa								<b>7.076 t</b>	<b>71.910 t</b>	<b>2,8 w</b>
42	Angola	..	-20 <sup>a</sup>	..	-20 <sup>a</sup>	..	..	..	..	..
43	Bolívia	4	-264	2	-399	..	-1	46	563	5,2
44	Egito	-148	-1.691 <sup>a</sup>	-452	-2.828 <sup>a</sup>	29	4.254 <sup>a</sup>	165	2.495	1,7
45	Senegal	-16	-180 <sup>a</sup>	-66	-397 <sup>a</sup>	-16	30	22	31	0,2
46	Iêmen, Rep. do	-34 <sup>a</sup>	-423	-52 <sup>a</sup>	-531	39 <sup>a</sup>	190	..	280	1,7
47	Zimbábue	-14 <sup>a</sup>	-107 <sup>a</sup>	-26 <sup>a</sup>	-185 <sup>a</sup>	..	..	59	274	1,7
48	Filipinas	-48	-1.465	-138	-1.822	..	360	255	2.398	2,0
49	Costa do Marfim	-38	-983 <sup>a</sup>	-73	-1.044	-56	0 <sup>a</sup>	119	33	0,1
50	Rep. Dominicana	-102	-205 <sup>a</sup>	-103	-285 <sup>a</sup>	25	306 <sup>a</sup>	32	171	0,8
51	Marrocos	-124	-790	-161	-1.055	27	1.325	142	771	1,2
52	Papua Nova Guiné	-89 <sup>a</sup>	-445	-239 <sup>a</sup>	-662	..	46	..	410	2,4
53	Honduras	-64	-275	-68	-331	..	..	20	28	0,2
54	Guatemala	-8	-313	-8	-418	..	40	79	524	3,0
55	Congo	-45 <sup>a</sup>	-65	-53 <sup>a</sup>	-127	-3 <sup>a</sup>	-55	9	21	0,2
56	Síria	-69	784 <sup>a</sup>	-72	-578 <sup>a</sup>	7	225	57	533	2,2
57	Camarões	-30	-295 <sup>a</sup>	-47	-295 <sup>a</sup>	-11	3 <sup>a</sup>	81	92	0,5
58	Peru	202	508	146	353	..	..	339	1.597	4,5
59	Equador	-113	-532 <sup>a</sup>	-122	-629 <sup>a</sup>	..	..	76	707	2,4
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	-16	-86 <sup>a</sup>	-19	-86 <sup>a</sup>	..	..	18	447	3,7
62	El Salvador	9	-186	7	-463	..	242	64	454	3,6
63	Colômbia	-293	42	-333	42	6	459	207	3.862	5,4
64	Taiilândia	-250	-2.455	-296	-2.652	..	..	911	10.508	4,3
65	Jamaica	-153	-213	-149	-369	29	71	139	108	0,5
66	Tunísia	-53	-159	-88	-374	20	482	60	1.037	2,3
*	Dados para Taiwan, China:	1	11.384	2	11.392	..	..	627	78.652	14,2

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.



		Saldo em conta corrente (milhões de dólares)				Remessas líquidas de trabalhadores (milhões de dólares)		Reservas internacionais brutas		
		Após as transferências oficiais		Antes das transferências oficiais				Milhões de dólares		Em meses de cobertura de importações
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1989
67	Turquia	-44	966	-57	543	273	3.040	440	6.298	3,5
68	Botswana	-30 <sup>a</sup>	366 <sup>a</sup>	-35 <sup>a</sup>	173 <sup>a</sup>	-9 <sup>a</sup>	..	..	2.841	19,5
69	Jordânia	-20	-82 <sup>a</sup>	-130	-704 <sup>a</sup>	..	561 <sup>a</sup>	258	771	2,5
70	Panamá	-64	39 <sup>a</sup>	-79	-69 <sup>a</sup>	..	..	16	119	0,6
71	Chile	-91	-905	-95	-1.087	..	..	392	3.500	3,9
72	Costa Rica	-74	-382	-77	-503	..	..	16	746	3,7
73	Polónia	..	-985	..	-1.872	..	..	..	2.504	1,5
74	Maurício	8	-71	5	-80	..	..	46	542	4,1
75	México	-1.068	-5.447	-1.098	-5.603	..	321	756	6.740	1,9
76	Argentina	-163	-1.292	-160	-1.292	..	0	682	3.217	2,9
77	Malásia	8	-145	2	-239	..	..	667	8.733	3,6
78	Argélia	-125	-1.254	-163	-1.254	178	355	352	3.086	3,1
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Litua	..	..	..	..	..	..	405	4.636	..
81	Monçólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	-40	-448	-43	-617	..	..	49	..	..
<b>Renda média alta</b>								<b>8.779 t</b>	<b>81.437 t</b>	<b>3,5 w</b>
83	Venezuela	-104	2.496	-98	2.512	-87	-368	1.047	8.702	8,0
84	África do Sul	-1.215	1.579	-1.253	1.507	..	..	1.057	2.195	1,1
85	Brasil	-837	1.040 <sup>a</sup>	-861	1.040 <sup>a</sup>	..	..	1.190	10.505	3,5
86	Hungria	-25	-572 <sup>a</sup>	-25	-572 <sup>a</sup>	..	0	..	1.846	1,6
87	Uruguai	-45	153 <sup>a</sup>	-55	145 <sup>a</sup>	..	..	186	1.548	9,1
88	Iugoslávia	-372	2.427	-378	2.430	441	6.290	143	4.899	2,5
89	Gabão	-3	-175 <sup>a</sup>	-15	-194 <sup>a</sup>	-8	-151	15	40	0,2
90	Irã	-507	-2.476	-511	-2.476	..	..	217	..	..
91	Trinidad e Tobago	-109	-141 <sup>a</sup>	-104	-141 <sup>a</sup>	3	0 <sup>a</sup>	43	268	1,6
92	Tchecoslováquia	146	1.038	156	1.060	..	..	113	3.609	2,5
93	Portugal	-158 <sup>a</sup>	-575	-158 <sup>a</sup>	-1.404	504 <sup>a</sup>	3.379	1.565	16.389	9,4
94	Coreia, Rep. da	-623	5.056	-706	5.008	..	0	610	15.342	2,7
95	Oman	..	852	..	844	..	..	13	1.470	..
96	Líbia	645	-1.823	758	-1.786	-134	-496	1.596	5.776	8,9
97	Grécia	-422	-2.573	-424	-5.175	333	1.350	318	4.585	3,1
98	Iraque	105	..	104	..	..	..	472	..	..
99	Roménia	-23	..	-23	..	..	..	..	2.731	..
<b>Rendas média e baixa</b>								<b>19.468 t</b>	<b>204.186 t</b>	<b>3,2 w</b>
<b>África subsaariana</b>								<b>2.028 t</b>	<b>9.707 t</b>	<b>2,4 w</b>
<b>Leste asiático</b>								<b>2.885 t</b>	<b>67.513 t</b>	<b>3,4 w</b>
<b>Sul da Ásia</b>								<b>1.453 t</b>	<b>14.874 t</b>	<b>3,5 w</b>
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>								<b>6.581 t</b>	<b>65.836 t</b>	<b>3,3 w</b>
<b>América Latina e Caribe</b>								<b>5.464 t</b>	<b>44.062 t</b>	<b>3,3 w</b>
<b>Muito endividados</b>								<b>5.510 t</b>	<b>47.950 t</b>	<b>2,7 w</b>
<b>Economias de alta renda</b>								<b>75.667 t</b>	<b>858.580 t</b>	<b>3,1 w</b>
<b>Membros da OCDE</b>								<b>72.921 t</b>	<b>801.066 t</b>	<b>3,1 w</b>
<b>Outras</b>								<b>2.746 t</b>	<b>57.515 t</b>	<b>4,0 w</b>
100	♦ Arábia Saudita	71	-6.774	152	-4.275	-183	-6.158	670	18.590	7,6
101	Irlanda	-198	517	-228	-1.153	..	..	698	4.201	2,0
102	Espanha	79	-10.934	79	-12.378	469	1.425	1.851	47.770	6,5
103	♦ Israel	-562	1.148	-766	-2.162	..	..	452	5.684	3,3
104	♦ Hong Kong	225	..	225	..	..	..	..	..	..
105	♦ Cingapura	-572	2.338	-585	2.407	..	..	1.012	20.345	4,3
106	Nov. Zelândia	-232	-2.039	-222	-1.999	16	300	258	3.027	2,5
107	Austrália	-777	-16.181	-682	-16.005	..	..	1.709	16.961	3,0
108	Reino Unido	1.985	-31.159	2.393	-24.227	..	..	2.918	42.381	1,5
109	Itália	800	-10.632	1.096	-7.094	446	1.227	5.547	73.455	5,1
110	Países Baixos	-588	6.962	-617	8.105	-49	-72	3.362	34.129	3,0
111	♦ Kuwait	853 <sup>a</sup>	9.323	853 <sup>a</sup>	9.534	..	-1.287	209	4.120	4,6
112	Bélgica <sup>b</sup>	717	3.197	904	4.962	38	-213	2.963	23.059	1,8
113	Austria	-75	-94	-73	-22	-7	293	1.806	16.882	3,6
114	França	-204	-4.299	18	1.420	-641	-1.782	5.199	57.434	2,6
115	♦ União dos Emirados Árabes	90 <sup>a</sup>	2.700	100 <sup>a</sup>	2.800	..	..	..	4.776	..
116	Canadá	1.008	-14.091	960	-13.722	..	..	4.733	22.512	1,7
117	Alemanha	852	55.477	1.899	67.721	-1.366	-3.992	13.879	98.877	3,4
118	Dinamarca	-544	-1.414	-510	-1.192	..	..	488	7.054	1,9
119	EUA	2.330	-110.060	4.680	-96.630	-650	-1.050	15.237	168.584	2,9
120	Suécia	-265	-5.179	-160	-3.922	..	28	775	11.993	2,1
121	Finlândia	-240	-5.128	-233	-4.663	..	..	455	5.914	2,1
122	Noruega	-242	226	-200	1.007	..	-23	813	14.260	4,3
123	Japão	1.990	56.990	2.170	60.280	..	..	4.876	93.673	5,8
124	Suíça	161	8.495	203	8.511	-313	-1.549	5.317	58.510	8,9
<b>Outras economias</b>										
<b>Mundo</b>								<b>95.135 t</b>	<b>1.062.766 t</b>	<b>3,1 w</b>
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>								<b>4.750 t</b>	<b>46.736 t</b>	<b>4,5 w</b>

a. Estimativa do Banco Mundial. b. Inclui Luxemburgo.

**Tabela 19. Assistência oficial ao desenvolvimento por membros da OCDE e da OPEP**

OCDE: fluxos líquidos totais <sup>a</sup>	1965	1970	1975	1980	1985	1986	1987	1988	1989
<i>US\$ milhões</i>									
101 Irlanda	0	0	8	30	39	62	51	57	49
106 Nova Zelândia	..	14	66	72	54	75	87	104	87
107 Austrália	119	212	552	667	749	752	627	1.101	1.020
108 Reino Unido	472	500	904	1.854	1.530	1.737	1.871	2.645	2.587
109 Itália	60	147	182	683	1.098	2.404	2.615	3.193	3.613
110 Países Baixos	70	196	608	1.630	1.136	1.740	2.094	2.231	2.094
112 Bélgica	102	120	378	595	440	547	687	601	703
113 Áustria	10	11	79	178	248	198	201	301	283
114 França	752	971	2.093	4.162	3.995	5.105	6.525	6.865	7.450
116 Canadá	96	337	880	1.075	1.631	1.695	1.885	2.347	2.320
117 Alemanha	456	599	1.689	3.567	2.942	3.832	4.391	4.731	4.949
118 Dinamarca	13	59	205	481	440	695	859	922	937
119 EUA	4.023	3.153	4.161	7.138	9.403	9.564	9.115	10.141	7.676
120 Suécia	38	117	566	962	840	1.090	1.375	1.534	1.799
121 Finlândia	2	7	48	110	211	313	433	608	706
122 Noruega	11	37	184	486	574	798	890	985	917
123 Japão	244	458	1.148	3.353	3.797	5.634	7.342	9.134	8.949
124 Suíça	12	30	104	253	302	422	547	617	558
Total	6.480	6.968	13.855	27.296	29.429	36.663	41.595	48.114	46.697
<i>Como percentual do PNB do doador</i>									
101 Irlanda	0,00	0,00	0,09	0,16	0,24	0,28	0,19	0,20	0,17
106 Nova Zelândia	..	0,23	0,52	0,33	0,25	0,30	0,26	0,27	0,22
107 Austrália	0,53	0,59	0,65	0,48	0,48	0,47	0,34	0,46	0,38
108 Reino Unido	0,47	0,41	0,39	0,35	0,33	0,31	0,28	0,32	0,31
109 Itália	0,10	0,16	0,11	0,15	0,26	0,40	0,35	0,39	0,42
110 Países Baixos	0,36	0,61	0,75	0,97	0,91	1,01	0,98	0,98	0,94
112 Bélgica	0,60	0,46	0,59	0,50	0,55	0,48	0,48	0,39	0,46
113 Áustria	0,11	0,07	0,21	0,23	0,38	0,21	0,17	0,24	0,23
114 França	0,76	0,66	0,62	0,63	0,78	0,70	0,74	0,72	0,78
116 Canadá	0,19	0,41	0,54	0,43	0,49	0,48	0,47	0,50	0,44
117 Alemanha	0,40	0,32	0,40	0,44	0,47	0,43	0,39	0,39	0,41
118 Dinamarca	0,13	0,38	0,58	0,74	0,80	0,89	0,88	0,89	0,94
119 EUA	0,58	0,32	0,27	0,27	0,24	0,23	0,20	0,21	0,15
120 Suécia	0,19	0,38	0,82	0,78	0,86	0,85	0,88	0,86	0,97
121 Finlândia	0,02	0,06	0,18	0,22	0,40	0,45	0,49	0,59	0,63
122 Noruega	0,16	0,32	0,66	0,87	1,01	1,17	1,09	1,13	1,04
123 Japão	0,27	0,23	0,23	0,32	0,29	0,29	0,31	0,32	0,32
124 Suíça	0,09	0,15	0,19	0,24	0,31	0,30	0,31	0,32	0,30
<i>Moedas nacionais</i>									
101 Irlanda (milhões de libras)	0	0	4	15	37	46	34	37	35
106 Nova Zelândia (milhões de dólares)	..	13	55	74	109	143	146	158	145
107 Austrália (milhões de dólares)	106	189	402	591	966	1.121	895	1.404	1.287
108 Reino Unido (milhões de libras)	169	208	409	798	1.180	1.194	1.142	1.485	1.578
109 Itália (bilhões de liras)	38	92	119	585	2.097	3.578	3.389	4.156	4.954
110 Países Baixos (milhões de florins)	253	710	1.538	3.241	3.773	4.263	4.242	4.400	4.436
112 Bélgica (milhões de francos)	5.100	6.000	13.902	17.399	26.145	24.525	25.648	21.949	27.677
113 Áustria (milhões de xelins)	260	286	1.376	2.303	5.132	3.023	2.541	3.717	3.743
114 França (milhões de francos)	3.713	5.393	8.971	17.589	35.894	35.357	39.218	40.814	47.482
116 Canadá (milhões de dólares)	104	353	895	1.257	2.227	2.354	2.500	2.888	2.747
117 Alemanha (milhões de marcos)	1.824	2.192	4.155	6.484	8.661	8.323	8.004	8.292	9.292
118 Dinamarca (milhões de coroas)	90	443	1.178	2.711	4.657	5.623	5.848	6.196	6.844
119 EUA (milhões de dólares)	4.023	3.153	4.161	7.138	9.403	9.564	9.115	10.141	7.659
120 Suécia (milhões de coroas)	197	605	2.350	4.069	7.226	7.765	8.718	9.742	11.599
121 Finlândia (milhões de marcos)	6	29	177	414	1.308	1.587	1.902	2.550	3.026
122 Noruega (milhões de coroas)	79	264	962	2.400	4.946	5.901	5.998	6.412	6.329
123 Japão (bilhões de ienes)	88	165	341	760	749	950	1.062	1.169	1.232
124 Suíça (milhões de francos)	52	131	268	424	743	759	815	900	912
<i>Resumo</i>									
<i>Bilhões de US\$</i>									
AOD (preços correntes)	6,5	7,0	13,9	27,3	29,4	36,7	41,6	48,1	46,7
AOD (preços de 1987)	27,4	24,7	29,1	36,6	39,3	41,2	41,6	44,8	43,6
PNB (preços correntes)	1.350,3	2.040,0	3.959,3	7.393,5	8.490,0	10.387,0	12.050,0	13.480,0	13.950,0
<i>Percentual</i>									
AOD como parcela do PNB	0,48	0,34	0,35	0,37	0,35	0,35	0,35	0,36	0,33
<i>Índice (1987 = 100)</i>									
Deflator do PIB <sup>c</sup>	23,66	28,24	47,65	74,62	74,92	89,06	100,00	107,36	106,99

OCDE: fluxos bilaterais líquidos para economias de baixa renda		1965	1970	1975	1980	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Como percentual do PNB do doador											
101 Irlanda	..	..	..	..	..	0,03	0,05	0,06	0,07	-0,07	0,06
106 Nova Zelândia	..	..	0,14	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,03	..
107 Austrália	0,08	0,10	0,04	0,06	0,05	0,04	0,05	0,05	0,11	0,08	..
108 Reino Unido	0,23	0,09	0,11	0,11	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,10	0,10
109 Itália	0,04	0,06	0,01	0,01	0,09	0,12	0,16	0,16	0,16	0,16	0,15
110 Países Baixos	0,08	0,24	0,24	0,30	0,29	0,27	0,32	0,31	0,31	0,31	0,28
112 Bélgica	0,56	0,30	0,31	0,24	0,20	0,23	0,20	0,14	0,10	0,10	0,14
113 Áustria	0,06	0,05	0,02	0,03	0,01	0,02	0,01	0,04	-0,04	0,05	0,05
114 França	0,12	0,09	0,10	0,08	0,14	0,14	0,13	0,14	0,14	0,14	0,15
116 Canadá	0,10	0,22	0,24	0,11	0,15	0,15	0,12	0,14	0,14	0,14	0,08
117 Alemanha	0,14	0,10	0,12	0,08	0,11	0,14	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11
118 Dinamarca	0,02	0,10	0,20	0,28	0,28	0,32	0,32	0,32	0,36	0,40	0,40
119 EUA	0,26	0,14	0,08	0,03	0,03	0,04	0,03	0,03	0,03	0,04	0,02
120 Suécia	0,07	0,12	0,41	0,36	0,30	0,31	0,38	0,29	0,31	0,29	0,29
121 Finlândia	..	..	0,06	0,08	0,13	0,17	0,18	0,18	0,23	0,22	0,22
122 Noruega	0,04	0,12	0,25	0,31	0,34	0,40	0,47	0,38	0,42	0,40	0,40
123 Japão	0,13	0,11	0,08	0,08	0,07	0,09	0,10	0,07	0,07	0,06	0,06
124 Suíça	0,02	0,05	0,10	0,08	0,12	0,12	0,12	0,10	0,10	0,10	0,11
Total	0,20	0,13	0,11	0,07	0,07	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,08

OPEP: fluxos líquidos totais <sup>d</sup>		1976	1980	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Milhões de US\$											
13 Nigéria	80	35	58	35	51	45	52	30	14	..	..
Catar	180	277	139	20	10	8	18	0	4	1	1
78 Argélia	11	81	129	37	52	54	114	39	13	41	41
83 Venezuela	109	135	125	142	90	32	85	24	49	..	..
90 Irã	751	-72	-193	10	52	-72	69	-10	39	..	..
96 Líbia	98	376	44	144	24	57	68	63	129	82	82
98 Iraque	123	864	52	-10	-22	-32	-21	-37	-28	37	37
100 Arábia Saudita	2.791	5.682	3.854	3.259	3.194	2.630	3.517	2.888	2.098	1.171	1.171
111 Kuwait	706	1.140	1.161	997	1.020	771	715	316	108	169	169
115 União dos Emirados Árabes	1.028	1.118	406	351	88	122	87	15	-17	25	25
Total OPEP	5.877	9.636	5.775	4.985	4.559	3.615	4.704	3.328	2.409	..	..
Total OPAEP <sup>e</sup>	4.937	9.538	5.785	4.798	4.366	3.610	4.498	3.284	2.307	..	..
Como percentual do PNB do doador											
13 Nigéria	0,19	0,04	0,08	0,04	0,06	0,06	0,11	0,13	0,03	..	..
Catar	7,35	4,16	2,13	0,40	0,18	0,15	0,47	0,00	0,08	..	..
78 Argélia	0,07	0,20	0,31	0,08	0,10	0,10	0,19	0,06	0,02	..	..
83 Venezuela	0,35	0,23	0,19	0,22	0,16	0,00	0,08	0,02	0,04	..	..
90 Irã	1,16	-0,08	-0,15	0,01	0,03	-0,04	0,04	-0,01	0,02	..	..
96 Líbia	0,66	1,16	0,15	0,51	0,10	0,24	0,34	0,25	0,52	..	..
98 Iraque	0,76	2,36	0,13	-0,02	-0,05	-0,07	-0,05	-0,08	-0,05	..	..
100 Arábia Saudita	5,95	4,87	2,50	2,69	3,20	2,98	4,67	3,88	2,70	1,46	1,46
111 Kuwait	4,82	3,52	4,34	3,83	3,95	3,17	2,91	1,23	0,41	0,54	0,54
115 União dos Emirados Árabes	8,95	4,06	2,22	1,26	0,32	0,45	0,41	0,07	-0,07	0,10	0,10
Total OPEP	2,32	1,85	0,96	0,82	0,76	0,61	0,95	0,63	0,45	..	..
Total OPAEP <sup>e</sup>	4,23	3,22	1,81	1,70	1,60	1,39	1,80	1,10	0,86	..	..

a. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. b. Estimativas preliminares. c. Ver notas técnicas. d. Organização dos Países Exportadores de Petróleo. e. Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo.

**Tabela 20. Assistência oficial ao desenvolvimento: receita**

<i>Desembolsos líquidos de AOD provenientes de todas as fontes</i>									
<i>Milhões de dólares</i>								<i>Per capita (dólares) 1989</i>	<i>Como percentual do PNB 1989</i>
	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989		
<b>Economias de baixa renda</b>	<b>12.338 t</b>	<b>12.397 t</b>	<b>13.833 t</b>	<b>16.781 t</b>	<b>18.517 t</b>	<b>21.865 t</b>	<b>21.467 t</b>	<b>7,3 w</b>	<b>2,2 w</b>
<b>China e Índia</b>	<b>2.509 t</b>	<b>2.471 t</b>	<b>2.532 t</b>	<b>3.254 t</b>	<b>3.300 t</b>	<b>4.086 t</b>	<b>4.101 t</b>	<b>2,1 w</b>	<b>0,6 w</b>
<b>Outras</b>	<b>9.829 t</b>	<b>9.926 t</b>	<b>11.301 t</b>	<b>13.528 t</b>	<b>15.216 t</b>	<b>17.779 t</b>	<b>17.366 t</b>	<b>17,4 w</b>	<b>5,6 w</b>
1 Moçambique	211	259	300	422	651	893	759	49,4	59,2
2 Etiópia	339	364	715	636	634	970	702	14,2	11,6
3 Tanzânia	594	558	487	681	882	982	918	38,5	32,0
4 Somália	343	350	353	511	580	433	440	72,2	38,9
5 Bangladesh	1.049	1.200	1.152	1.455	1.635	1.592	1.791	16,2	8,9
6 Laos	30	34	37	48	58	77	141	34,8	22,5
7 Malavi	117	158	113	198	280	366	394	47,9	24,9
8 Nepal	201	198	236	301	347	399	488	26,5	16,0
9 Chade	95	115	182	165	198	264	239	43,2	23,5
10 Burundi	140	141	142	187	202	188	198	37,3	18,6
11 Serra Leoa	66	61	66	87	68	102	99	24,5	10,5
12 Madagascar	183	153	188	316	321	304	320	28,4	12,6
13 Nigéria	48	33	32	59	69	120	339	3,0	1,1
14 Uganda	137	163	182	198	279	363	397	23,7	8,4
15 Zaire	315	312	325	448	627	576	637	18,5	6,6
16 Mali	215	321	380	372	366	427	470	57,2	22,6
17 Níger	175	161	304	307	353	371	296	39,8	14,5
18 Burkina Faso	184	189	198	284	281	298	284	32,4	11,1
19 Ruanda	150	165	181	211	245	252	238	34,5	11,0
20 Índia	1.840	1.673	1.592	2.120	1.839	2.097	1.874	2,3	0,7
21 China	669	798	940	1.134	1.462	1.989	2.227	2,0	0,5
22 Haiti	134	135	153	175	218	147	198	31,1	8,4
23 Quênia	400	411	438	455	572	809	967	41,1	11,7
24 Paquistão	735	749	801	970	879	1.408	1.119	10,2	2,8
25 Benin	86	77	95	138	138	162	247	53,8	14,7
26 Rep. Centro-africana	93	114	104	139	176	196	189	64,0	17,1
27 Gana	110	216	203	371	373	474	543	37,6	10,3
28 Togo	112	110	114	174	126	199	182	51,9	13,6
29 Zâmbia	217	239	328	464	430	478	388	49,6	8,3
30 Guiné	68	123	119	175	213	262	346	62,2	12,6
31 Sri Lanka	473	466	484	570	502	598	558	33,2	7,9
32 Lesoto	108	101	94	88	107	108	118	68,5	26,0
33 Indonésia	744	673	603	711	1.246	1.632	1.830	10,3	1,9
34 Mauritânia	176	175	209	225	182	184	195	101,8	19,4
35 Afeganistão	14	7	17	2	45	72	95	..	..
36 Butão	13	18	24	40	42	41	40	28,5	..
37 Kampuchea	37	17	13	13	14	19	25	..	..
38 Libéria	118	133	90	97	78	65	58	23,3	..
39 Mianmar	302	275	356	416	367	451	220	5,4	..
40 Sudão	962	622	1.128	945	898	937	760	31,0	..
41 Vietnã	106	109	114	147	111	148	138	2,1	..
<b>Economias de renda média</b>	<b>11.180 t</b>	<b>11.432 t</b>	<b>11.760 t</b>	<b>13.317 t</b>	<b>14.547 t</b>	<b>13.722 t</b>	<b>11.628 t</b>	<b>12,0 w</b>	<b>0,6 w</b>
<b>Renda média baixa</b>	<b>9.620 t</b>	<b>9.982 t</b>	<b>10.156 t</b>	<b>11.142 t</b>	<b>12.115 t</b>	<b>11.337 t</b>	<b>10.973 t</b>	<b>17,4 w</b>	<b>1,3 w</b>
42 Angola	75	95	92	131	135	159	140	14,4	1,8
43 Bolívia	174	172	202	322	318	394	432	60,8	9,6
44 Egito	1.463	1.794	1.791	1.716	1.773	1.537	1.578	30,9	4,7
45 Senegal	323	368	295	567	641	568	652	90,5	14,0
46 Iêmen, Rep. do	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47 Zimbábue	208	298	237	225	294	273	266	27,9	4,5
48 Filipinas	429	397	486	956	770	854	831	13,8	1,9
49 Costa do Marfim	156	128	125	186	254	439	409	34,9	4,4
50 Rep. Dominicana	100	188	207	93	130	118	141	20,2	2,1
51 Marrocos	398	352	785	403	447	481	443	18,1	2,0
52 Papua Nova Guiné	333	322	259	263	322	380	334	87,5	9,5
53 Honduras	190	286	272	283	258	321	256	51,5	5,2
54 Guatemala	76	65	83	135	241	235	256	28,7	3,1
55 Congo	108	98	71	110	152	89	91	41,3	4,0
56 Síria	813	641	610	728	684	191	139	11,5	1,2
57 Camarões	129	186	159	224	213	284	470	40,7	4,2
58 Peru	297	310	316	272	292	272	300	14,2	1,0
59 Equador	64	136	136	147	203	136	162	15,7	1,6
60 Namíbia	0	0	6	15	17	23	44	25,5	2,3
61 Paraguai	51	50	50	66	81	75	91	21,7	2,2
62 El Salvador	290	261	345	341	426	420	446	86,8	7,6
63 Colômbia	86	88	62	63	78	62	62	1,9	0,2
64 Tailândia	431	475	481	496	504	563	697	12,6	1,0
65 Jamaica	181	170	169	178	168	193	258	108,3	6,6
66 Tunísia	205	178	163	222	274	316	247	30,9	2,5

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

Desembolsos líquidos de AOD provenientes de todas as fontes										
		Milhões de dólares							Per capita (dólares) 1989	Como percentual do PNB 1989
		1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989		
67	Turquia	356	242	179	339	376	269	122	2,2	0,2
68	Botsuana	104	102	96	102	156	151	162	133,1	6,5
69	Jordânia	787	687	538	564	579	415	280	71,8	6,3
70	Panamá	47	72	69	52	40	22	17	7,2	0,4
71	Chile	0	2	40	-5	21	44	61	4,7	0,2
72	Costa Rica	252	218	280	196	228	187	224	81,9	4,3
73	Polónia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
74	Maurício	41	36	28	56	65	59	57	53,8	2,7
75	México	132	83	144	252	155	173	97	1,1	0,0
76	Argentina	48	49	39	88	99	152	215	6,7	0,4
77	Malásia	177	327	229	192	363	104	139	8,0	0,4
78	Argélia	95	122	173	165	214	171	153	6,3	0,3
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Libano	127	77	83	62	101	141	132	..	..
81	Mongólia	..	..	..	..	..	3	4	1,9	..
82	Nicarágua	120	114	102	150	141	213	227	60,8	..
<b>Renda média alta</b>		<b>1.560 t</b>	<b>1.451 t</b>	<b>1.604 t</b>	<b>2.175 t</b>	<b>2.432 t</b>	<b>2.386 t</b>	<b>655 t</b>	<b>2,0 w</b>	<b>0,1 w</b>
83	Venezuela	10	14	11	16	19	18	21	1,1	0,0
84	África do Sul	..	..	..	..	..	..	..	..	..
85	Brasil	101	161	123	178	289	210	189	1,3	0,0
86	Hungria	..	..	..	..	..	..	..	..	..
87	Uruguai	3	4	5	27	18	41	38	12,3	0,5
88	Iugoslávia	3	3	11	19	35	44	43	1,8	0,1
89	Gabão	64	76	61	79	82	106	134	121,3	3,9
90	Irã	48	13	16	27	71	82	89	1,7	0,1
91	Trinidad e Tobago	5	5	7	19	34	9	6	4,8	0,1
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	43	97	101	139	64	106	79	7,6	0,2
94	Coreia, Rep. da	8	-37	-9	-18	11	10	-9	-0,2	0,0
95	Omã	71	67	78	84	16	1	16	10,8	..
96	Líbia	6	5	5	11	6	6	11	2,5	0,1
97	Grécia	13	13	11	19	35	37	33	3,3	0,1
98	Iraque	13	4	26	33	91	10	5	0,3	..
99	Romênia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>23.518 t</b>	<b>23.829 t</b>	<b>25.593 t</b>	<b>30.098 t</b>	<b>33.063 t</b>	<b>35.587 t</b>	<b>33.095 t</b>	<b>8,5 w</b>	<b>1,1 w</b>
<b>África subsaariana</b>		<b>7.716 t</b>	<b>7.941 t</b>	<b>9.006 t</b>	<b>11.093 t</b>	<b>12.492 t</b>	<b>14.079 t</b>	<b>13.148 t</b>	<b>27,7 w</b>	<b>7,9 w</b>
<b>Leste asiático</b>		<b>3.428 t</b>	<b>3.553 t</b>	<b>3.577 t</b>	<b>4.529 t</b>	<b>5.548 t</b>	<b>6.411 t</b>	<b>6.357 t</b>	<b>4,1 w</b>	<b>0,7 w</b>
<b>Sul da Ásia</b>		<b>4.623 t</b>	<b>4.585 t</b>	<b>4.655 t</b>	<b>5.888 t</b>	<b>5.630 t</b>	<b>6.613 t</b>	<b>6.090 t</b>	<b>5,4 w</b>	<b>1,7 w</b>
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>4.934 t</b>	<b>4.749 t</b>	<b>5.028 t</b>	<b>4.888 t</b>	<b>5.247 t</b>	<b>4.268 t</b>	<b>3.803 t</b>	<b>11,4 w</b>	<b>0,6 w</b>
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>2.818 t</b>	<b>3.001 t</b>	<b>3.328 t</b>	<b>3.700 t</b>	<b>4.146 t</b>	<b>4.216 t</b>	<b>3.697 t</b>	<b>8,8 w</b>	<b>0,4 w</b>
<b>Muito endividados</b>		<b>4.266 t</b>	<b>4.684 t</b>	<b>5.222 t</b>	<b>5.861 t</b>	<b>6.079 t</b>	<b>6.129 t</b>	<b>6.226 t</b>	<b>12,3 w</b>	<b>0,6 w</b>
<b>Economias de alta renda</b>		<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
<b>Membros da OCDE</b>		<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
<b>♦ Outras</b>		<b>1.929 t</b>	<b>1.831 t</b>	<b>2.405 t</b>	<b>2.498 t</b>	<b>1.840 t</b>	<b>1.675 t</b>	<b>1.324 t</b>	<b>42,8 w</b>	<b>0,5 w</b>
100	♦ Arábia Saudita	44	36	29	31	22	19	16	1,1	0,0
101	Irlanda	..	..	..	..	..	..	..	..	..
102	Espanha	..	..	..	..	..	..	..	..	..
103	♦ Israel	1.345	1.256	1.978	1.937	1.251	1.241	1.192	264,4	2,6
104	♦ Hong Kong	9	14	20	18	19	22	23	4,0	0,0
105	♦ Singapura	15	41	24	29	23	22	95	35,4	0,3
106	Nova Zelândia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
107	Austrália	..	..	..	..	..	..	..	..	..
108	Reino Unido	..	..	..	..	..	..	..	..	..
109	Itália	..	..	..	..	..	..	..	..	..
110	Países Baixos	..	..	..	..	..	..	..	..	..
111	♦ Kuwait	5	4	4	5	3	6	4	2,0	0,0
112	Bélgica	..	..	..	..	..	..	..	..	..
113	Áustria	..	..	..	..	..	..	..	..	..
114	França	..	..	..	..	..	..	..	..	..
115	♦ União dos Emirados Árabes	4	3	4	34	115	-12	-6	-3,9	0,0
116	Canadá	..	..	..	..	..	..	..	..	..
117	Alemanha	..	..	..	..	..	..	..	..	..
118	Dinamarca	..	..	..	..	..	..	..	..	..
119	EUA	..	..	..	..	..	..	..	..	..
120	Suécia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
121	Finlândia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
122	Noruega	..	..	..	..	..	..	..	..	..
123	Japão	..	..	..	..	..	..	..	..	..
124	Suíça	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Outras economias</b>		<b>13 t</b>	<b>12 t</b>	<b>18 t</b>	<b>18 t</b>	<b>30 t</b>	<b>20 t</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
<b>Mundo</b>		<b>25.459 t</b>	<b>25.673 t</b>	<b>28.016 t</b>	<b>32.614 t</b>	<b>34.932 t</b>	<b>37.282 t</b>	<b>34.419 t</b>	<b>8,7 w</b>	<b>1,1 w</b>
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>750 t</b>	<b>706 t</b>	<b>648 t</b>	<b>847 t</b>	<b>966 t</b>	<b>692 t</b>	<b>881 t</b>	<b>3,3 w</b>	<b>0,2 w</b>

Tabela 21. Total da dívida externa

		Dívida de longo prazo (milhões de dólares)								Total da dívida externa (milhões de dólares)	
		Pública e garantida pelo governo		Privada não-garantida		Uso do crédito do FMI (milhões de dólares)		Dívida de curto prazo (milhões de dólares)			
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989
<b>Economias de baixa renda</b>											
<b>China e Índia</b>											
<b>Outras</b>											
1	Moçambique	..	3.885	..	245	0	56	..	551	..	4.737
2	Etiópia	169	2.876	0	0	0	30	..	107	..	3.013
3	Tanzânia	250	4.505	15	13	0	129	..	272	..	4.918
4	Somália	77	1.814	0	0	0	150	..	173	..	2.137
5	Bangladesh	15	9.926	0	0	0	719	..	68	..	10.712
6	Laos	8	939	0	0	0	8	..	2	..	949
7	Malawi	122	1.242	0	4	0	101	..	48	..	1.394
8	Nepal	3	1.290	0	0	0	52	..	18	..	1.359
9	Chade	33	317	0	0	3	24	..	28	..	368
10	Burundi	7	810	0	0	8	40	..	17	..	867
11	Serra Leoa	59	512	0	0	0	105	..	440	..	1.057
12	Madagascar	89	3.345	0	0	0	165	..	97	..	3.607
13	Nigéria	452	31.668	115	406	0	0	..	759	..	32.832
14	Uganda	138	1.489	0	0	0	225	..	95	..	1.809
15	Zaire	311	7.571	0	0	0	628	..	643	..	8.843
16	Mali	238	2.055	0	0	9	55	..	46	..	2.157
17	Níger	32	1.127	0	259	0	85	..	108	..	1.578
18	Burkina Faso	21	685	0	0	0	1	..	71	..	756
19	Ruanda	2	606	0	0	3	1	..	45	..	652
20	Índia	7.838	54.776	100	1.478	0	1.566	..	4.689	..	62.509
21	China	..	37.043	0	0	0	908	..	6.907	..	44.857
22	Haiti	40	684	0	0	3	41	..	77	..	802
23	Quênia	319	4.001	88	632	0	415	..	641	..	5.690
24	Paquistão	3.064	14.669	5	138	45	933	..	2.770	..	18.509
25	Benin	41	1.046	0	0	0	10	..	121	..	1.177
26	Rep. Centro-africana	24	642	0	0	0	35	..	38	..	716
27	Gana	488	2.279	10	33	46	737	..	29	..	3.078
28	Togo	40	946	0	0	0	75	..	164	..	1.186
29	Zâmbia	624	4.095	30	0	0	900	..	1.879	..	6.874
30	Guiné	312	1.967	0	0	3	61	..	148	..	2.176
31	Sri Lanka	317	4.238	0	103	79	366	..	394	..	5.101
32	Lesoto	8	312	0	0	0	10	..	2	..	324
33	Indonésia	2.497	40.851	461	4.626	139	608	..	7.026	..	53.111
34	Mauritânia	27	1.777	0	0	0	69	..	165	..	2.010
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	77	0	0	0	0	..	2	..	79
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	158	1.091	0	0	4	299	..	371	..	1.761
39	Mianmar	106	4.045	0	0	17	2	..	124	..	4.171
40	Sudão	298	8.261	0	496	31	884	..	3.324	..	12.965
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>											
<b>Renda média baixa</b>											
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	480	3.605	11	200	6	252	..	302	..	4.359
44	Egito	1.781	39.751	0	1.081	49	161	..	7.806	..	48.799
45	Senegal	102	3.508	31	33	0	316	..	282	..	4.139
46	Iêmen, Rep. do	..	4.775	0	0	0	1	..	909	..	5.685
47	Zimbábue	229	2.568	0	68	0	29	..	423	..	3.088
48	Filipinas	625	22.992	919	783	69	1.177	..	3.951	..	28.902
49	Costa do Marfim	256	8.156	11	4.071	0	370	..	2.816	..	15.412
50	Rep. Dominicana	212	3.281	141	105	7	123	..	558	..	4.066
51	Marrocos	712	19.507	15	200	28	850	..	294	..	20.851
52	Papua Nova Guiné	36	1.370	173	958	0	3	..	165	..	2.496
53	Honduras	90	2.823	19	84	0	35	..	407	..	3.350
54	Guatemala	106	2.089	14	110	0	73	..	330	..	2.601
55	Congo	119	3.535	0	0	0	12	..	770	..	4.316
56	Síria	233	3.934	0	0	10	0	..	1.268	..	5.202
57	Camarões	131	3.708	9	378	0	113	..	545	..	4.743
58	Peru	856	12.669	1.799	1.589	10	758	..	4.859	..	19.875
59	Equador	193	9.421	49	158	14	325	..	1.407	..	11.311
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	112	2.098	0	27	0	0	..	365	..	2.490
62	El Salvador	88	1.657	88	39	7	5	..	149	..	1.851
63	Colômbia	1.297	14.001	283	1.272	55	0	..	1.614	..	16.887
64	Tailândia	324	12.424	402	4.658	0	273	..	6.112	..	23.466
65	Jamaica	160	3.594	822	42	0	383	..	303	..	4.322
66	Tunísia	541	6.085	0	225	13	270	..	319	..	6.899

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Dívida de longo prazo (milhões de dólares)									
		Pública e garantida pelo governo		Privada não-garantida		Uso do crédito do FMI (milhões de dólares)		Dívida de curto prazo (milhões de dólares)		Total da dívida externa (milhões de dólares)	
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989
67	Turquia	1.846	34.781	42	795	74	48	..	5.977	..	41.600
68	Botswana	17	509	0	0	0	0	..	4	..	513
69	Jordânia	120	6.404	0	0	0	97	..	918	..	7.418
70	Panamá	194	3.575	0	0	0	320	..	1.906	..	5.800
71	Chile	2.067	10.850	501	3.148	2	1.270	..	2.973	..	18.241
72	Costa Rica	134	3.480	112	304	0	35	..	650	..	4.468
73	Polónia	24	34.747	0	0	0	0	..	8.577	..	43.324
74	Maurício	32	631	0	106	0	63	..	32	..	832
75	México	3.196	76.257	2.770	3.999	0	5.091	..	10.295	..	95.642
76	Argentina	1.880	51.429	3.291	1.800	0	3.100	..	8.416	..	64.745
77	Malásia	390	14.461	50	1.377	0	0	..	2.738	..	18.576
78	Argélia	945	23.609	0	0	0	619	..	1.840	..	26.067
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Líbano	64	234	0	0	0	0	..	286	..	520
81	Monégaco	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	147	7.546	0	0	8	0	..	1.659	..	9.205
<b>Renda média alta</b>											
83	Venezuela	718	25.339	236	4.523	0	998	..	2.284	..	33.144
84	África do Sul	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
85	Brasil	3.421	84.284	1.706	6.008	0	2.423	..	18.576	..	111.290
86	Hungria	0	16.843	0	0	0	456	..	3.307	..	20.605
87	Uruguai	269	2.967	29	105	18	202	..	477	..	3.751
88	Iugoslávia	1.199	14.303	854	3.481	0	686	..	1.181	..	19.651
89	Gabão	91	2.478	0	0	0	135	..	562	..	3.175
90	Irã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Trinidad e Tobago	101	1.680	0	0	0	205	..	127	..	2.012
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	485	14.644	268	696	0	0	..	2.950	..	18.289
94	Coreia, Rep. da	1.816	17.351	175	5.961	0	0	..	9.800	..	33.111
95	Omã	..	2.626	0	0	0	0	..	348	..	2.974
96	Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
97	Grécia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
98	Iraque	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
99	România	..	0	0	0	0	0	..	500	..	500
<b>Rendas média e baixa</b>											
<b>África subsaariana</b>											
<b>Leste asiático</b>											
<b>Sul da Ásia</b>											
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>											
<b>América Latina e Caribe</b>											
<b>Muito endividados</b>											
<b>Economias de alta renda</b>											
<b>Membros da OCDE</b>											
<b>♦ Outras</b>											
100	♦ Arábia Saudita										
101	Irlanda										
102	Espanha										
103	♦ Israel										
104	♦ Hong Kong										
105	♦ Cingapura										
106	Nova Zelândia										
107	Austrália										
108	Reino Unido										
109	Itália										
110	Países Baixos										
111	♦ Kuwait										
112	Bélgica										
113	Austria										
114	França										
115	♦ União dos Emirados Árabes										
116	Canadá										
117	Alemanha										
118	Dinamarca										
119	EUA										
120	Suécia										
121	Finlândia										
122	Noruega										
123	Japão										
124	Suíça										
<b>Outras economias</b>											
<b>Mundo</b>											
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>											



**Tabela 22. Fluxo de capital externo público e privado**

		Desembolsos (milhões de dólares)				Amortização do principal (milhões de dólares)				Pagamentos de juros (milhões de dólares)			
		A longo prazo públicos e garantidos pelo governo		Privados não-garantidos		A longo prazo pública e garantida pelo governo		Privada não-garantida		A longo prazo públicos e garantidos pelo governo		Privados não-garantidos	
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989
<b>Economias de baixa renda</b>													
<b>China e Índia</b>													
<b>Outras</b>													
1	Moçambique	..	177	..	14	..	13	..	4	..	31	..	3
2	Etiópia	28	297	0	0	15	174	0	0	6	72	0	0
3	Tanzânia	51	158	8	0	10	37	3	0	7	28	1	0
4	Somália	4	75	0	0	1	7	0	0	0	10	0	0
5	Bangladesh	0	1.015	0	0	0	174	0	0	0	139	0	0
6	Laos	6	134	0	0	1	9	0	0	0	2	0	0
7	Malawi	40	114	0	1	3	27	0	1	4	29	0	0
8	Nepal	1	241	0	0	2	29	0	0	0	25	0	0
9	Chade	6	80	0	0	3	3	0	0	0	2	0	0
10	Burundi	1	88	0	0	0	19	0	0	0	14	0	0
11	Serra Leoa	8	7	0	0	11	1	0	0	3	1	0	0
12	Madagascar	11	160	0	0	5	59	0	0	2	113	0	0
13	Nigéria	56	1.426	25	99	38	471	30	14	20	1.270	8	10
14	Uganda	27	138	0	0	4	88	0	0	5	28	0	0
15	Zaire	32	283	0	0	28	69	0	0	9	27	0	0
16	Mali	23	183	0	0	0	22	0	0	0	14	0	0
17	Níger	12	127	0	40	2	18	0	37	1	14	0	21
18	Burkina Faso	2	100	0	0	2	16	0	0	0	16	0	0
19	Ruanda	0	68	0	0	0	14	0	0	0	8	0	0
20	Índia	883	5.919	25	223	289	1.613	25	309	187	2.820	6	135
21	China	..	6.902	0	0	..	2.401	0	0	..	2.508	0	0
22	Haiti	4	29	0	0	3	15	0	0	0	9	0	0
23	Quênia	35	471	41	20	17	207	12	34	13	158	4	33
24	Paquistão	489	1.754	3	77	114	779	1	33	77	446	0	10
25	Benin	2	151	0	0	1	7	0	0	0	12	0	0
26	Rep. Centro-africana	2	66	0	0	2	6	0	0	1	7	0	0
27	Gana	42	434	0	9	14	136	0	8	12	61	0	2
28	Togo	5	65	0	0	2	24	0	0	1	33	0	0
29	Zâmbia	351	138	11	0	35	91	6	0	29	63	2	0
30	Guiné	90	257	0	0	11	67	0	0	4	32	0	0
31	Sri Lanka	66	404	0	0	30	183	0	2	12	107	0	1
32	Lesoto	0	52	0	0	0	14	0	0	0	7	0	0
33	Indonésia	441	5.963	195	1.329	59	4.234	61	868	25	2.527	21	454
34	Mauritânia	5	96	0	0	3	55	0	0	0	25	0	0
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	12	0	0	..	2	0	0	..	2	0	0
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	7	1	0	0	11	1	0	0	6	1	0	0
39	Mianmar	22	215	0	0	20	121	0	0	3	69	0	0
40	Sudão	53	237	0	0	22	46	0	0	12	12	0	0
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>													
<b>Renda média baixa</b>													
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	55	327	3	0	17	140	2	0	7	95	1	0
44	Egito	397	2.004	0	142	310	1.270	0	192	56	1.085	0	107
45	Senegal	19	301	1	8	5	122	3	8	2	146	0	1
46	Iêmen, Rep. do	..	532	..	0	..	146	..	0	..	56	..	0
47	Zimbábue	0	619	0	31	5	241	0	13	5	136	0	7
48	Filipinas	141	1.584	276	119	74	950	186	35	26	1.620	19	77
49	Costa do Marfim	78	231	4	900	29	150	2	529	12	192	0	234
50	Rep. Dominicana	38	199	22	0	7	102	20	15	4	76	8	9
51	Marrocos	168	1.053	8	8	37	609	3	8	24	1.061	1	5
52	Papua Nova Guiné	43	292	111	285	0	171	20	183	1	74	8	86
53	Honduras	29	133	10	20	3	68	3	8	3	43	1	3
54	Guatemala	37	182	6	0	20	157	2	3	6	90	1	6
55	Congo	18	134	0	0	6	175	0	0	3	94	0	0
56	Síria	60	249	0	0	31	272	0	0	6	113	0	0
57	Camarões	29	633	11	82	5	62	2	131	4	73	1	39
58	Peru	148	367	240	181	100	107	233	15	43	91	119	5
59	Equador	41	859	7	63	16	437	11	25	7	399	3	12
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	14	202	0	0	7	76	0	1	4	65	0	0
62	El Salvador	8	186	24	0	6	86	16	16	4	53	6	4
63	Colômbia	253	2.079	0	177	78	1.708	59	443	44	1.197	15	187
64	Tailândia	51	1.275	169	2.525	23	1.397	107	883	16	872	17	233
65	Jamaica	15	301	165	0	6	159	164	9	9	211	54	3
66	Tunísia	89	910	0	30	47	667	0	40	18	376	0	11

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Desembolsos (milhões de dólares)				Amortização do principal (milhões de dólares)				Pagamentos de juros (milhões de dólares)			
		A longo prazo públicos e garantidos pelo governo		Privados não-garantidos		A longo prazo pública e garantida pelo governo		Privada não-garantida		A longo prazo públicos e garantidos pelo governo		Privados não-garantidos	
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989
67	Turquia	331	4.276	1	432	128	3.441	3	268	42	2.607	2	60
68	Botsuana	6	64	0	0	0	36	0	0	0	33	0	0
69	Jordânia	15	1.030	0	0	3	200	0	0	2	254	0	0
70	Panamá	67	1	0	0	24	2	0	0	7	1	0	0
71	Chile	408	669	247	846	166	568	41	270	78	1.080	26	207
72	Costa Rica	30	128	30	0	21	131	20	0	7	162	7	0
73	Polónia	30	273	0	0	6	674	0	0	0	767	0	0
74	Maurício	2	52	0	48	1	47	0	5	2	39	0	3
75	México	772	2.880	603	1.086	475	2.440	542	1.800	216	7.104	67	793
76	Argentina	482	1.009	424	70	344	1.443	428	69	121	1.319	217	200
77	Malásia	45	1.456	12	675	47	2.221	9	592	22	1.133	3	88
78	Argélia	313	5.024	0	0	35	5.221	0	0	10	1.851	0	0
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Libano	12	25	0	0	2	20	0	0	1	14	0	0
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	44	282	0	0	16	18	0	0	7	10	0	0
<b>Renda média alta</b>													
83	Venezuela	216	1.239	67	0	42	578	25	160	40	1.987	13	564
84	África do Sul	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
85	Brasil	892	2.185	900	850	256	3.260	200	1.757	135	3.619	89	747
86	Hungria	0	2.245	0	0	0	1.651	0	0	0	1.185	0	0
87	Uruguai	37	295	13	0	47	157	4	55	16	273	2	1
88	Iugoslávia	179	171	465	837	170	797	204	858	73	1.135	32	239
89	Gabão	26	128	0	0	9	63	0	0	3	107	0	0
90	Irã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Trinidad e Tobago	8	56	0	0	10	65	0	0	6	138	0	0
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	18	3.335	20	180	63	2.157	22	99	29	1.012	5	45
94	Coréia, Rep. da	444	2.100	32	1.798	198	3.856	7	1.749	71	1.381	5	562
95	Omã	..	559	0	0	..	375	0	0	..	226	0	0
96	Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
97	Grécia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
98	Iraque	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
99	Romênia	..	26	0	0	..	1.646	0	0	..	105	0	0
<b>Rendas média e baixa</b>													
<b>África subsaariana</b>													
<b>Leste asiático</b>													
<b>Sul da Ásia</b>													
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>													
<b>América Latina e Caribe</b>													
<b>Muito endividados</b>													
<b>Economias de alta renda</b>													
<b>Membros da OCDE</b>													
<b>♦ Outras</b>													
100	♦ Arábia Saudita												
101	Irlanda												
102	Espanha												
103	♦ Israel												
104	♦ Hong Kong												
105	♦ Cingapura												
106	Nova Zelândia												
107	Austrália												
108	Reino Unido												
109	Itália												
110	Países Baixos												
111	♦ Kuwait												
112	Bélgica												
113	Austria												
114	França												
115	♦ União dos Emirados Árabes												
116	Canadá												
117	Alemanha												
118	Dinamarca												
119	EUA												
120	Suécia												
121	Finlândia												
122	Noruega												
123	Japão												
124	Suiça												
<b>Outras economias</b>													
<b>Mundo</b>													
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>													

**Tabela 23. Fluxos líquidos globais de recursos e transferências líquidas**

		Fluxos líquidos sobre a dívida de longo prazo (milhões de dólares)											
		Pública e garantida pelo governo		Privada não-garantida		Doações oficiais		Investimento externo direto líquido		Fluxos líquidos globais de recursos		Transferências globais líquidas	
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989
<b>Economias de baixa renda</b>													
<b>China e Índia</b>													
<b>Outras</b>													
1	Moçambique	..	164	0	10	0	553	..	0	..	727	..	693
2	Etiópia	13	123	0	0	6	422	4	..	23	545	10	473
3	Tanzânia	40	120	5	0	6	544	..	0	52	664	44	636
4	Somália	4	68	0	0	9	278	5	..	17	347	16	336
5	Bangladesh	0	841	0	0	..	767	..	0	0	1.607	0	1.469
6	Laos	4	125	0	0	28	48	..	..	33	173	32	171
7	Malavi	37	87	0	1	7	187	9	..	52	275	41	246
8	Nepal	-2	213	0	0	16	163	..	0	14	375	14	351
9	Chade	3	77	0	0	11	132	1	-12	15	197	13	195
10	Burundi	1	68	0	0	7	60	0	1	8	129	8	112
11	Serra Leoa	-3	5	0	0	1	51	8	..	7	57	-1	56
12	Madagascar	5	101	0	0	20	136	10	6	36	243	29	130
13	Nigéria	18	955	-5	85	40	79	205	2.082	259	3.201	-207	900
14	Uganda	23	50	0	0	2	165	4	0	29	215	11	188
15	Zaire	3	214	0	0	37	134	42	12	83	360	44	272
16	Mali	23	161	0	0	12	203	..	-3	34	361	32	344
17	Níger	11	109	0	3	15	155	0	18	26	285	23	249
18	Burkina Faso	0	84	0	0	13	130	0	2	13	215	11	195
19	Ruanda	0	54	0	0	10	95	0	16	10	164	10	146
20	Índia	594	4.307	0	-86	157	756	0	425	751	5.402	559	2.447
21	China	..	4.500	0	0	..	311	..	1.400	..	6.211	..	3.696
22	Haiti	1	14	0	0	2	78	3	9	6	102	2	85
23	Quênia	17	264	30	-14	4	384	14	69	64	703	-2	405
24	Paquistão	375	975	2	44	79	408	23	170	479	1.597	395	1.099
25	Benin	1	144	0	0	9	95	7	1	17	241	13	228
26	Rep. Centro-africana	-1	60	0	0	6	76	1	..	7	137	5	129
27	Gana	28	297	0	1	9	193	68	15	104	507	79	437
28	Togo	3	41	0	0	7	65	0	..	11	106	4	58
29	Zâmbia	316	48	5	0	2	215	-297	..	26	263	-65	200
30	Guiné	80	191	0	0	1	109	..	10	80	310	76	278
31	Sri Lanka	36	222	0	-2	14	200	0	27	50	447	30	317
32	Lesoto	0	38	0	0	8	42	..	13	8	93	7	86
33	Indonésia	383	1.730	134	461	84	212	83	735	683	3.137	510	-1.647
34	Mauritânia	1	41	0	0	3	126	1	3	5	171	-8	146
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	10	0	0	0	17	..	..	..	26	..	24
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	-4	0	0	0	1	24	28	..	25	24	19	23
39	Mianmar	2	94	0	0	16	76	..	154	17	323	14	254
40	Sudão	30	190	0	0	2	458	..	0	32	648	16	636
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>													
<b>Renda média baixa</b>													
42	Angola	..	..	..	..	..	..	200	..	200	..	..	200
43	Bolívia	38	187	1	0	..	171	-76	-25	-37	333	-61	223
44	Egito	87	734	0	-50	150	504	..	1.586	238	2.773	182	1.548
45	Senegal	14	178	-2	0	16	244	5	-20	33	402	16	254
46	Iêmen, Rep. do	..	386	0	0	10	106	0	0	..	492	..	386
47	Zimbábue	-5	378	0	18	..	135	..	-9	-5	522	-9	379
48	Filipinas	67	634	90	84	16	304	-29	482	144	1.505	76	-487
49	Costa do Marfim	49	80	2	371	12	220	31	..	94	672	33	218
50	Rep. Dominicana	31	97	2	-15	10	42	72	110	115	234	102	149
51	Marrocos	131	444	5	0	23	99	20	167	179	710	134	-412
52	Papua Nova Guiné	43	121	91	102	144	275	..	186	278	684	268	314
53	Honduras	26	65	7	12	0	115	8	37	41	230	17	109
54	Guatemala	17	25	4	-3	4	130	29	80	55	232	18	136
55	Congo	13	-41	0	0	5	22	30	0	48	-20	45	-213
56	Síria	29	-23	0	0	11	24	..	..	41	1	35	-112
57	Camarões	24	571	9	-49	21	117	16	31	70	670	61	559
58	Peru	48	259	7	166	20	114	-70	59	4	598	-231	480
59	Equador	26	421	-4	39	2	34	89	80	112	574	83	44
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	7	126	0	-1	2	13	4	21	13	159	5	79
62	El Salvador	2	99	8	-16	2	235	4	0	15	318	-1	261
63	Colômbia	174	371	-59	-266	21	34	39	546	175	685	22	-1.503
64	Tailândia	28	-122	62	1.642	6	123	43	1.650	139	3.293	87	1.946
65	Jamaica	9	143	1	-9	3	113	161	28	174	274	5	-48
66	Tunísia	42	243	0	-10	42	110	16	74	99	416	61	-75

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Fluxos líquidos sobre a dívida de longo prazo (milhões de dólares)											
		Pública e garantida pelo governo		Privada não-garantida		Doações oficiais		Investimento externo direto líquido		Fluxos líquidos globais de recursos		Transferências globais líquidas	
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989
67	Turquia	203	835	-2	163	21	68	58	663	280	1.729	202	-1.041
68	Botsuana	6	29	0	0	9	68	6	129	21	226	20	-122
69	Jordânia	12	830	0	0	41	102	..	0	53	932	51	679
70	Panamá	44	-1	0	0	..	5	33	12	77	16	51	-20
71	Chile	242	101	206	576	11	30	-79	259	380	966	172	-706
72	Costa Rica	9	-3	10	0	4	134	26	115	49	245	31	38
73	Polónia	24	-402	0	0	..	..	..	-7	24	-409	24	-1.176
74	Maurício	1	5	0	42	3	19	2	26	5	92	3	33
75	México	297	440	61	-714	11	59	323	2.241	692	2.026	50	-7.123
76	Argentina	139	-435	-4	1	1	27	11	1.028	147	621	-264	-1.572
77	Malásia	-2	-765	3	83	4	18	94	1.846	99	1.182	-92	-1.481
78	Argélia	279	-197	0	0	56	55	45	-59	379	-201	219	-2.052
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Líbano	10	5	0	0	2	73	..	..	12	78	11	64
81	Monçólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	28	264	0	0	2	163	15	..	45	428	15	418
<b>Renda média alta</b>													
83	Venezuela	174	662	41	-160	..	4	-23	77	192	583	-429	-2.193
84	África do Sul	..	..	..	..	..	..	318	7	..	..	..	..
85	Brasil	636	-1.076	700	-908	26	41	407	782	1.770	-1.160	1159	-7.725
86	Hungria	0	594	0	0	..	..	..	125	0	719	0	-466
87	Uruguai	-10	138	9	-55	2	13	..	1	1	98	-18	-177
88	Iugoslávia	9	-626	261	-21	-8	4	..	..	262	-643	158	-2.017
89	Gabão	17	66	0	0	10	27	-1	80	26	172	15	116
90	Irã	..	..	..	..	..	..	25	..	..	..	..	..
91	Trinidad e Tobago	-3	-10	0	0	1	6	83	36	81	32	16	-106
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	-45	1.178	-1	81	..	65	15	1.546	-31	2.870	-65	1.744
94	Coreia, Rep. da	246	-1.756	25	49	119	1	66	453	456	-1.253	374	-3.417
95	Oman	..	184	0	0	0	0	..	..	..	184	..	-42
96	Líbia	..	..	..	..	..	..	139	..	..	..	..	..
97	Grécia	..	..	..	..	..	..	50	752	..	..	..	..
98	Iraque	..	..	..	..	..	..	24	..	..	..	..	..
99	Roménia	..	-1.620	0	0	..	..	..	..	..	-1.620	..	-1.725
<b>Rendas média e baixa</b>													
<b>África subsaariana</b>													
<b>Leste asiático</b>													
<b>Sul da Ásia</b>													
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>													
<b>América Latina e Caribe</b>													
<b>Muito endividados</b>													
<b>Economias de alta renda</b>													
<b>Membr os da OCDE</b>													
♦ <b>Outras</b>													
100	♦ Arábia Saudita												
101	Irlanda												
102	Espanha												
103	♦ Israel												
104	♦ Hong Kong												
105	♦ Cingapura												
106	Nova Zelândia												
107	Austrália												
108	Reino Unido												
109	Itália												
110	Países Baixos												
111	♦ Kuwait												
112	Bélgica												
113	Austria												
114	França												
115	♦ União dos Emirados Árabes												
116	Canadá												
117	Alemanha												
118	Dinamarca												
119	EUA												
120	Suécia												
121	Finlândia												
122	Noruega												
123	Japão												
124	Suíça												
<b>Outras economias</b>													
<b>Mundo</b>													
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>													

**Tabela 24. Coeficiente da dívida externa total**

		Dívida externa total como percentual de				Total do serviço da dívida como percentual das exportações de bens e serviços		Pagamentos de juros como percentual das exportações de bens e serviços	
		Exportações de bens e serviços		PNB					
		1980	1989	1980	1989	1980	1989	1980	1989
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>95,3 w</b>	<b>214,1 w</b>	<b>13,7 w</b>	<b>32,3 w</b>	<b>9,8 w</b>	<b>20,2 w</b>	<b>4,7 w</b>	<b>9,8 w</b>
<i>China e Índia</i>		<i>70,5 w</i>	<i>130,8 w</i>	<i>5,3 w</i>	<i>15,9 w</i>	<i>6,5 w</i>	<i>14,7 w</i>	<i>2,6 w</i>	<i>8,1 w</i>
<b>Outras</b>		<b>106,9 w</b>	<b>322,2 w</b>	<b>27,0 w</b>	<b>71,0 w</b>	<b>11,4 w</b>	<b>27,4 w</b>	<b>5,7 w</b>	<b>12,0 w</b>
1	Moçambique	..	1.744,7	..	426,8	..	23,1	..	17,1
2	Etiópia	136,2	416,8	19,6	50,6	7,6	38,7	4,7	11,6
3	Tanzânia	334,1	931,4	50,2	186,1	21,1	16,5	9,7	7,7
4	Somália	252,0	2.253,4	109,5	202,8	4,9	34,1	0,9	14,7
5	Bangladesh	345,6	437,6	31,7	53,3	23,2	19,9	6,4	7,8
6	Laos	..	1.116,4	..	152,6	..	15,6	..	3,2
7	Malavi	260,8	411,3	72,1	91,4	27,7	28,0	16,7	11,8
8	Nepal	85,5	330,5	10,3	43,5	3,2	16,0	2,1	6,9
9	Chade	305,9	163,3	30,2	36,7	8,3	5,2	0,7	1,7
10	Burundi	180,1	754,3	18,1	81,9	9,5	32,9	4,8	13,8
11	Serra Leoa	155,6	..	40,2	119,5	22,9	..	5,7	..
12	Madagascar	242,3	779,8	31,5	154,1	17,2	52,0	10,9	27,8
13	Nigéria	32,2	389,6	9,0	119,3	4,2	21,3	3,3	15,6
14	Uganda	221,7	664,9	42,7	39,0	13,2	77,0	3,3	17,0
15	Zaire	202,2	371,0	33,5	96,6	22,5	21,5	11,0	4,2
16	Mali	227,5	488,7	45,5	105,2	5,1	15,0	2,3	4,8
17	Níger	132,8	416,7	34,5	79,4	21,7	32,1	12,9	12,6
18	Burkina Faso	88,8	182,2	19,6	29,6	5,9	9,4	3,1	5,1
19	Ruanda	103,4	415,2	16,3	30,2	4,2	18,5	2,8	7,9
20	Índia	135,7	259,5	11,9	24,0	9,1	26,4	4,1	14,3
21	China	22,1	77,3	1,5	10,8	4,6	9,8	1,6	5,5
22	Haiti	72,9	203,0	20,9	34,2	6,2	13,1	1,8	4,3
23	Quênia	171,3	294,1	50,2	71,7	22,3	33,3	11,7	14,1
24	Paquistão	208,9	242,4	42,5	46,9	18,0	23,2	7,6	9,7
25	Benin	100,8	303,5	36,5	71,9	4,9	6,7	3,5	4,4
26	Rep. Centro-africana	94,8	336,0	24,4	65,8	4,9	14,2	1,6	5,2
27	Gana	108,3	343,8	29,7	59,9	12,5	48,9	4,3	12,3
28	Togo	180,1	239,2	93,4	91,2	9,0	18,2	5,8	8,6
29	Zâmbia	201,0	453,6	90,9	158,8	25,3	11,3	8,8	4,2
30	Guiné	201,9	292,8	..	85,3	19,8	15,2	6,0	5,0
31	Sri Lanka	123,4	223,0	46,1	73,5	12,0	17,8	5,7	6,7
32	Lesoto	19,5	65,0	11,2	39,0	1,5	4,5	0,6	1,5
33	Indonésia	94,2	210,7	28,0	59,4	13,9	35,2	6,5	14,9
34	Mauritânia	306,7	394,8	125,7	213,2	17,3	20,1	7,9	7,2
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	..	..	..	..	..	..	..
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	111,8	..	62,8	..	8,8	..	5,8	..
39	Mianmar	269,9	643,7	..	..	25,4	30,4	9,4	10,9
40	Sudão	499,4	1.234,4	65,7	..	25,5	9,2	12,8	4,8
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		<b>148,6 w</b>	<b>184,4 w</b>	<b>36,1 w</b>	<b>46,1 w</b>	<b>26,1 w</b>	<b>23,1 w</b>	<b>13,3 w</b>	<b>11,1 w</b>
<b>Renda média baixa</b>		<b>155,4 w</b>	<b>227,4 w</b>	<b>37,7 w</b>	<b>67,7 w</b>	<b>25,4 w</b>	<b>26,6 w</b>	<b>12,8 w</b>	<b>12,9 w</b>
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	258,2	488,9	93,3	102,2	35,0	31,3	21,1	14,3
44	Egito	208,4	333,6	95,0	159,0	20,8	20,5	9,0	10,3
45	Senegal	162,2	320,7	50,3	93,2	28,6	29,4	10,4	14,6
46	Iêmen, Rep. do	78,5	253,6	38,6	70,6	3,4	11,6	2,0	4,7
47	Zimbábue	45,4	169,7	14,9	53,9	3,8	26,0	1,5	9,9
48	Filipinas	212,5	226,4	49,5	65,3	26,5	26,3	18,2	17,1
49	Costa do Marfim	160,7	463,9	58,8	182,2	28,3	40,9	13,0	15,6
50	Rep. Dominicana	133,8	165,5	31,5	63,3	25,3	13,0	12,0	4,6
51	Marrocos	223,8	328,4	53,1	98,4	32,7	32,2	17,0	18,4
52	Papua Nova Guiné	66,1	161,5	29,2	73,7	13,8	34,3	6,6	11,2
53	Honduras	152,0	303,0	61,5	72,5	21,4	13,1	12,4	6,2
54	Guatemala	63,6	171,1	14,9	32,6	7,9	19,0	3,7	7,7
55	Congo	145,2	363,9	97,0	215,0	10,5	27,0	6,6	11,9
56	Síria	82,3	..	21,0	47,1	11,4	..	4,7	..
57	Camarões	136,7	224,3	36,8	44,2	15,2	17,3	8,1	7,9
58	Peru	207,7	432,2	51,0	73,5	46,5	6,8	19,9	3,6
59	Equador	201,6	392,3	53,8	117,0	33,9	36,2	15,9	17,1
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	121,8	183,1	20,7	61,1	18,6	11,9	8,5	6,2
62	El Salvador	71,1	177,3	25,9	32,1	7,5	16,6	4,7	6,3
63	Colômbia	117,1	208,3	20,9	45,8	16,0	45,9	11,6	19,3
64	Tailândia	96,3	87,1	25,9	34,1	18,7	15,9	9,4	6,1
65	Jamaica	129,3	188,0	76,5	133,8	19,0	26,4	10,8	11,8
66	Tunísia	96,0	136,7	41,6	71,9	14,8	22,6	6,9	8,5

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Dívida externa total como percentual de				Total do serviço da dívida como percentual das exportações de bens e serviços		Pagamentos de juros como percentual das exportações de bens e serviços	
		Exportações de bens e serviços		PNB					
		1980	1989	1980	1989	1980	1989	1980	1989
67	Turquia	332,9	190,0	34,3	53,8	28,0	32,1	14,9	14,1
68	Botsuana	17,8	26,5	16,2	23,2	1,9	3,5	1,1	1,7
69	Jordânia	79,2	246,0	..	181,2	8,4	19,6	4,3	11,7
70	Panamá	70,3	257,8	92,3	142,5	11,5	0,1	6,0	0,0
71	Chile	192,5	187,7	45,2	78,3	43,1	27,5	19,0	16,8
72	Costa Rica	224,5	236,2	59,5	91,2	29,0	19,2	14,6	10,5
73	Polónia	54,9	262,9	16,4	66,3	17,9	9,4	5,2	5,3
74	Maurício	80,6	57,2	41,5	41,0	9,1	9,8	5,9	3,7
75	México	259,2	264,0	30,3	51,2	49,5	39,6	27,4	25,7
76	Argentina	242,4	537,0	48,4	119,7	37,3	36,1	20,8	17,7
77	Malásia	44,6	64,5	28,0	51,6	6,3	14,6	4,0	4,8
78	Arábia	130,0	248,8	47,1	56,8	27,1	68,9	10,4	19,1
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Líbano	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Moçambique	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	422,3	2.652,9	104,9	..	21,5	8,6	12,7	3,4
<b>Renda média alta</b>		<b>139,4 w</b>	<b>127,7 w</b>	<b>34,0 w</b>	<b>26,5 w</b>	<b>27,1 w</b>	<b>18,5 w</b>	<b>14,0 w</b>	<b>8,7 w</b>
83	Venezuela	131,9	211,5	42,1	79,9	27,2	25,0	13,8	20,3
84	África do Sul	..	..	..	..	..	..	..	..
85	Brasil	304,8	301,6	31,2	24,1	63,1	31,3	33,8	15,5
86	Hungria	95,9	161,0	44,8	74,5	18,5	26,3	10,5	11,7
87	Uruguai	104,4	170,5	16,5	46,5	18,8	29,4	10,6	15,3
88	Iugoslávia	103,1	76,5	25,6	26,2	20,8	14,5	7,2	5,8
89	Gabão	62,2	169,1	39,2	101,8	17,7	11,9	6,3	8,6
90	Irã	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Trinidad e Tobago	24,6	107,0	14,0	53,9	6,8	12,3	1,6	8,9
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	99,2	94,3	40,4	41,4	18,3	18,2	10,5	6,6
94	Coreia, Rep. da	130,6	44,7	48,7	15,8	19,7	11,4	12,7	3,8
95	Oman	15,4	..	11,2	39,0	6,4	..	1,8	..
96	Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..
97	Grécia	..	..	..	..	..	..	..	..
98	Irãque	..	..	..	..	..	..	..	..
99	Roménia	80,3	..	..	..	12,6	..	4,9	..
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>134,4 w</b>	<b>191,7 w</b>	<b>27,6 w</b>	<b>41,2 w</b>	<b>21,8 w</b>	<b>22,4 w</b>	<b>11,0 w</b>	<b>10,7 w</b>
<b>África subsaariana</b>		<b>96,8 w</b>	<b>362,0 w</b>	<b>26,8 w</b>	<b>96,9 w</b>	<b>10,9 w</b>	<b>22,1 w</b>	<b>5,7 w</b>	<b>10,2 w</b>
<b>Leste asiático</b>		<b>89,5 w</b>	<b>90,2 w</b>	<b>16,7 w</b>	<b>23,7 w</b>	<b>13,6 w</b>	<b>15,5 w</b>	<b>7,7 w</b>	<b>6,7 w</b>
<b>Sul da Ásia</b>		<b>162,7 w</b>	<b>272,8 w</b>	<b>17,3 w</b>	<b>29,6 w</b>	<b>12,1 w</b>	<b>24,8 w</b>	<b>5,1 w</b>	<b>12,3 w</b>
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>115,3 w</b>	<b>185,9 w</b>	<b>35,7 w</b>	<b>55,5 w</b>	<b>19,0 w</b>	<b>24,1 w</b>	<b>8,1 w</b>	<b>9,9 w</b>
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>202,8 w</b>	<b>288,5 w</b>	<b>35,1 w</b>	<b>45,8 w</b>	<b>38,5 w</b>	<b>31,0 w</b>	<b>20,3 w</b>	<b>17,6 w</b>
<b>Muito endividados</b>		<b>195,8 w</b>	<b>292,7 w</b>	<b>37,9 w</b>	<b>54,0 w</b>	<b>36,0 w</b>	<b>28,5 w</b>	<b>18,6 w</b>	<b>16,3 w</b>
<b>Economias de alta renda</b>									
<b>Membros da OCDE</b>									
<b>Outras</b>									
100	Arábia Saudita	..	..	..	..	..	..	..	..
101	Irlanda	..	..	..	..	..	..	..	..
102	Espanha	..	..	..	..	..	..	..	..
103	Israel	..	..	..	..	..	..	..	..
104	Hong Kong	..	..	..	..	..	..	..	..
105	Singapura	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Nova Zelândia	..	..	..	..	..	..	..	..
107	Austrália	..	..	..	..	..	..	..	..
108	Reino Unido	..	..	..	..	..	..	..	..
109	Itália	..	..	..	..	..	..	..	..
110	Países Baixos	..	..	..	..	..	..	..	..
111	Kuwait	..	..	..	..	..	..	..	..
112	Bélgica	..	..	..	..	..	..	..	..
113	Austria	..	..	..	..	..	..	..	..
114	França	..	..	..	..	..	..	..	..
115	União dos Emirados Árabes	..	..	..	..	..	..	..	..
116	Canadá	..	..	..	..	..	..	..	..
117	Alemanha	..	..	..	..	..	..	..	..
118	Dinamarca	..	..	..	..	..	..	..	..
119	EUA	..	..	..	..	..	..	..	..
120	Suécia	..	..	..	..	..	..	..	..
121	Finlândia	..	..	..	..	..	..	..	..
122	Noruega	..	..	..	..	..	..	..	..
123	Japão	..	..	..	..	..	..	..	..
124	Suíça	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Outras economias</b>									
<b>Mundo</b>									
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>									

**Tabela 25. Termos dos empréstimos públicos externos**

		Compromissos (milhões de dólares)		Taxa média de juros (%)		Prazo médio de vencimento (anos)		Período médio de carência (anos)		Empréstimos públicos com taxas de juros variáveis como percentuais da dívida pública	
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989
<b>Economias de baixa renda</b>		..	32.958 t	..	5,6 w	..	22 w	..	7 w	..	20,5 w
China e Índia		..	14.587 t	..	7,0 w	..	17 w	..	5 w	..	25,5 w
<b>Outras</b>		3.331 t	18.371 t	3,2 w	4,4 w	29 w	26 w	9 w	8 w	0,2 w	17,9 w
1	Moçambique	..	294	..	1,0	..	40	..	10	..	4,9
2	Etiópia	21	601	4,4	2,8	32	29	7	8	0,1	5,2
3	Tanzânia	284	106	1,2	0,8	39	43	11	10	1,6	2,4
4	Somália	22	128	0,0	0,8	20	40	16	10	0,0	1,1
5	Bangladesh	0	1.023	0,0	1,2	0	37	0	10	0,0	0,0
6	Laos	12	163	3,0	0,6	28	41	4	21	0,0	0,0
7	Malavi	14	113	3,8	0,7	29	39	6	10	0,0	3,7
8	Nepal	17	341	2,8	1,3	27	38	6	10	0,0	0,6
9	Chade	10	182	5,7	1,2	8	40	1	10	0,0	0,0
10	Burundi	1	81	2,9	1,2	5	37	2	10	0,0	0,2
11	Serra Leoa	25	111	2,9	1,5	27	22	6	12	10,6	1,2
12	Madagascar	23	86	2,3	0,7	39	29	9	10	0,0	7,3
13	Nigéria	65	1.613	6,0	7,1	14	19	4	5	2,7	38,3
14	Uganda	12	261	3,8	2,4	28	24	6	7	0,0	0,4
15	Zaire	258	292	6,5	1,1	12	41	4	10	0,0	5,3
16	Mali	34	272	1,1	1,0	25	33	9	9	0,0	0,4
17	Niger	19	143	1,2	3,8	40	27	8	9	0,0	9,5
18	Burkina Faso	9	246	2,3	2,1	36	31	8	8	0,0	0,3
19	Ruanda	9	136	0,8	1,5	50	35	10	9	0,0	0,0
20	Índia	954	7.771	2,5	6,4	34	20	8	6	0,0	17,1
21	China	..	6.817	..	7,8	..	15	..	4	..	37,8
22	Haiti	5	60	4,8	1,4	10	35	1	9	0,0	0,8
23	Quênia	50	716	2,6	2,7	37	31	8	8	0,1	4,3
24	Paquistão	951	2.125	2,8	5,6	31	21	12	6	0,0	10,7
25	Benin	7	189	1,8	1,6	32	32	7	9	0,0	0,8
26	Rep. Centro-africana	7	104	2,0	1,2	36	38	8	10	0,0	0,0
27	Gana	51	567	2,0	2,8	37	33	10	9	0,0	1,5
28	Togo	3	86	4,5	1,4	17	36	4	9	0,0	3,9
29	Zâmbia	557	56	4,2	9,1	27	7	9	2	0,0	14,3
30	Guiné	68	249	2,9	1,8	13	32	5	9	0,0	8,2
31	Sri Lanka	81	258	3,0	3,7	27	29	5	7	0,0	3,5
32	Lesoto	0	21	5,5	3,2	20	28	2	8	0,0	0,0
33	Indonésia	530	7.068	2,6	6,1	34	21	9	7	0,0	31,0
34	Mauritânia	7	183	6,0	2,5	11	27	3	7	0,0	5,7
35	Afganistão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	2	..	1,0	..	39	..	10	..	0,0
37	Kampuchea	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	12	0	6,7	0,0	19	0	5	0	0,0	11,3
39	Mianmar	48	13	4,1	0,0	16	20	5	8	0,0	0,0
40	Sudão	98	216	1,8	1,1	17	38	9	10	0,0	15,0
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		8.092 t	47.810 t	6,2 w	7,6 w	16 w	15 w	5 w	5 w	2,7 w	52,6 w
<b>Renda média baixa</b>		5.402 t	34.279 t	5,9 w	7,4 w	17 w	15 w	5 w	5 w	1,4 w	48,2 w
42	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	24	323	1,9	4,0	48	28	4	8	0,0	25,5
44	Egito	771	1.464	5,3	6,5	21	15	9	5	0,0	9,1
45	Senegal	7	297	3,9	1,7	23	32	7	9	0,0	1,6
46	Iêmen, Rep. do	..	202	..	2,4	..	27	..	7	..	2,0
47	Zimbábue	0	435	0,0	7,6	0	13	0	3	0,0	26,0
48	Filipinas	171	2.572	7,3	5,0	11	20	2	6	0,8	43,0
49	Costa do Marfim	71	512	5,8	7,3	19	19	5	6	9,0	53,1
50	Rep. Dominicana	20	137	2,4	5,2	28	14	5	6	0,0	29,2
51	Marrocos	187	1.410	4,6	7,1	20	17	3	4	0,0	40,1
52	Papua Nova Guiné	91	312	6,4	5,8	22	19	8	5	0,0	28,0
53	Honduras	23	75	4,1	6,3	30	19	7	3	0,0	19,5
54	Guatemala	50	153	3,7	7,5	26	14	6	3	10,3	10,9
55	Congo	31	93	2,8	5,9	18	16	6	6	0,0	31,7
56	Síria	14	260	4,4	6,8	9	20	2	5	0,0	1,7
57	Camarões	42	685	4,7	7,4	29	17	8	5	0,0	10,7
58	Peru	125	608	7,4	5,7	14	15	4	5	0,0	32,3
59	Equador	78	590	6,2	7,5	20	13	4	3	0,0	64,3
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	14	60	5,7	5,2	25	17	6	2	0,0	34,0
62	El Salvador	12	33	4,7	5,4	23	21	6	6	0,0	3,8
63	Colômbia	363	2.893	6,0	9,0	21	14	5	5	0,0	46,0
64	Tailândia	106	1.344	6,8	7,5	19	14	4	5	0,0	34,3
65	Jamaica	24	222	6,0	7,9	16	15	3	4	0,0	24,1
66	Tunísia	144	1.388	3,5	7,2	28	16	6	4	0,0	20,2

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.



		Compromissos (milhões de dólares)		Taxa média de juros (%)		Prazo médio de vencimento (anos)		Período médio de curência (anos)		Empréstimos públicos com taxas de juros variáveis como percentuais da dívida pública	
		1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989	1970	1989
67	Turquia	489	4.674	3,6	7,9	19	13	5	6	0,9	30,5
68	Botsuana	38	77	0,6	5,0	39	24	10	6	0,0	13,8
69	Jordânia	36	436	3,7	5,2	16	18	5	5	0,0	27,3
70	Panamá	111	0	6,9	0,0	15	0	4	0	0,0	60,2
71	Chile	361	736	6,8	8,2	12	16	3	5	0,0	69,5
72	Costa Rica	58	244	5,6	8,1	28	19	6	1	7,5	47,5
73	Polónia	0	247	0,0	9,3	0	6	0	3	0,0	64,0
74	Maurício	14	76	0,0	5,4	24	18	2	8	6,0	19,8
75	México	858	2.994	7,9	8,3	12	15	3	5	5,7	79,3
76	Argentina	494	234	7,3	8,5	12	8	3	2	0,0	83,2
77	Malásia	84	1.451	6,1	7,9	19	12	5	7	0,0	48,1
78	Arménia	378	6.500	5,7	8,2	12	13	3	3	2,8	32,3
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Líbano	7	15	2,9	7,3	21	29	1	5	0,0	15,3
81	Mongólia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	23	265	7,1	4,9	18	17	4	3	0,0	18,4
Renda média alta		2.691 t	13.531 t	6,7 w	8,0 w	15 w	14 w	4 w	4 w	6,0 w	63,8 w
83	Venezuela	188	1.582	7,6	8,9	8	12	2	4	2,6	87,1
84	África do Sul	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
85	Braçil	1.439	3.063	7,0	8,5	14	13	3	3	11,8	71,0
86	Hungria <sup>a</sup>	0	2.323	0,0	8,5	0	9	0	5	0,0	64,4
87	Uruguai	71	453	7,9	8,8	12	12	3	4	0,7	72,9
88	Iugoslávia	199	34	7,1	8,7	17	10	6	4	3,3	69,4
89	Gabão	33	135	5,1	7,1	11	16	1	5	0,0	10,5
90	Irã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Trinidad e Tobago	3	40	7,4	6,1	10	24	1	6	0,0	47,2
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	59	3.705	4,3	6,7	17	18	4	5	0,0	31,2
94	Coreia, Rep. da	691	1.409	5,8	8,3	19	20	6	2	1,2	27,1
95	Oman	..	731	..	7,7	..	12	..	5	..	54,1
96	Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
97	Grecia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
98	Irã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
99	Roménia	..	0	..	0,0	..	0	..	0	..	0,0
Rendas média e baixa		12.377 t	80.768 t	5,1 w	6,7 w	21 w	18 w	6 w	5 w	1,7 w	43,3 w
África subsaariana		1.903 t	9.663 t	3,6 w	3,9 w	26 w	27 w	8 w	7 w	0,9 w	19,5 w
Leste asiático		1.689 t	21.213 t	5,0 w	6,8 w	23 w	18 w	6 w	6 w	0,5 w	35,7 w
Sul da Ásia		2.052 t	11.556 t	2,7 w	5,6 w	32 w	22 w	10 w	7 w	0,0 w	12,5 w
Europa, O. Médio e N. da África		2.363 t	23.501 t	4,8 w	7,5 w	19 w	14 w	6 w	4 w	1,0 w	36,8 w
América Latina e Caribe		4.370 t	14.835 t	7,0 w	8,2 w	14 w	14 w	4 w	4 w	4,0 w	68,3 w
Muito endividados		4.979 t	20.083 t	6,8 w	7,4 w	15 w	15 w	4 w	5 w	3,8 w	61,3 w
Economias de alta renda											
Membros da OCDE											
♦ Outras:											
100	♦ Arábia Saudita										
101	Irlanda										
102	Espanha										
103	♦ Israel										
104	♦ Hong Kong										
105	♦ Cingapura										
106	Nova Zelândia										
107	Austrália										
108	Reino Unido										
109	Itália										
110	Países Baixos										
111	♦ Kuwait										
112	Bélgica										
113	Austria										
114	França										
115	♦ União dos Emirados Árabes										
116	Canadá										
117	Alemanha										
118	Dinamarca										
119	EUA										
120	Suécia										
121	Finlândia										
122	Noruega										
123	Japão										
124	Suiça										
Outras economias											
Mundo											
Export. de petróleo (exceto URSS)											

a. Inclui somente a dívida em moedas conversíveis.

**Tabela 26. Aumento populacional e projeções**

		Aumento médio anual da população (%)			População (milhões)			Tamanho hipotético da população estacionária (milhões)	Estrutura etária da população (%)			
									0-14 anos		15-64 anos	
		1965-80	1980-89	1989-2000 <sup>a</sup>	1989	2000 <sup>a</sup>	2025 <sup>a</sup>		1989	2025 <sup>a</sup>	1989	2025 <sup>a</sup>
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>2,3 w</b>	<b>2,0 w</b>	<b>1,9 w</b>	<b>2.948 t</b>	<b>3.633 t</b>	<b>5.201 t</b>		<b>35,5 w</b>	<b>26,9 w</b>	<b>60,0 w</b>	<b>65,3 w</b>
<b>China e Índia</b>		<b>2,2 w</b>	<b>1,7 w</b>	<b>1,5 w</b>	<b>1.946 t</b>	<b>2.300 t</b>	<b>2.950 t</b>		<b>31,4 w</b>	<b>22,3 w</b>	<b>63,3 w</b>	<b>67,3 w</b>
<b>Outras</b>		<b>2,5 w</b>	<b>2,7 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>1.002 t</b>	<b>1.333 t</b>	<b>2.251 t</b>		<b>43,3 w</b>	<b>32,8 w</b>	<b>53,6 w</b>	<b>62,6 w</b>
1	Moçambique	2,5	2,7	3,1	15	21	41	87	44,0	37,7	52,9	59,0
2	Etiópia	2,7	3,0	3,4	49	72	159	435	46,6	43,2	50,6	54,3
3	Tanzânia	2,9	3,1	3,3	24	34	66	140	46,7	37,7	50,3	59,2
4	Somália	2,6	3,0	3,1	6	9	17	39	45,9	39,7	51,2	57,2
5	Bangladesh	2,7	2,6	2,1	111	139	196	295	44,6	26,3	52,7	69,1
6	Laos	1,9	2,7	3,1	4	6	10	21	44,0	37,0	53,1	59,5
7	Malawi	2,9	3,4	3,6	8	12	27	72	46,5	43,0	50,8	54,4
8	Nepal	2,4	2,6	2,5	18	24	37	60	43,0	29,0	54,9	65,9
9	Chade	2,0	2,4	2,7	6	7	14	29	41,8	37,2	54,7	58,9
10	Burundi	1,9	2,9	3,5	5	8	16	39	46,3	41,4	50,8	56,2
11	Serra Leoa	2,0	2,4	2,6	4	5	10	24	43,2	40,5	53,7	56,3
12	Madagascar	2,5	2,9	3,1	11	16	29	54	46,2	35,1	50,3	61,7
13	Nigéria	2,5	3,4	3,2	114	160	298	580	47,6	35,2	50,2	61,3
14	Uganda	2,9	3,2	3,5	17	25	51	119	48,6	40,6	49,1	57,0
15	Zaire	2,8	3,1	3,0	34	48	86	164	46,1	34,4	51,3	62,0
16	Mali	2,1	2,5	3,0	8	11	24	60	46,6	41,3	50,4	56,1
17	Níger	2,6	3,4	3,3	7	11	24	76	47,1	44,7	50,4	52,9
18	Burkina Faso	2,1	2,6	2,9	9	12	23	51	45,3	38,5	51,7	58,7
19	Ruanda	3,3	3,2	4,1	7	11	24	74	48,3	44,3	49,4	53,4
20	Índia	2,3	2,1	1,7	833	1.007	1.350	1.876	37,1	24,1	58,6	68,4
21	China	2,2	1,4	1,4	1.114	1.294	1.597	1.890	27,2	20,7	66,9	66,4
22	Haiti	1,7	1,9	2,1	6	8	12	21	40,1	31,0	55,8	64,0
23	Quênia	3,6	3,9	3,4	24	34	62	114	50,3	31,9	46,7	64,6
24	Paquistão	3,1	3,2	3,2	110	155	279	518	45,3	33,9	52,2	62,4
25	Benin	2,7	3,2	3,0	5	6	11	21	47,4	33,4	49,8	63,2
26	Rep. Centro-africana	1,9	2,7	2,7	3	4	7	13	42,3	33,7	54,8	62,6
27	Gana	2,2	3,4	3,1	14	20	35	63	46,7	32,8	50,2	63,5
28	Togo	3,0	3,5	3,3	4	5	9	18	47,9	35,4	49,1	61,4
29	Zâmbia	3,0	3,7	3,6	8	12	24	52	49,2	38,5	48,6	58,8
30	Guiné	1,5	2,5	2,8	6	8	15	34	46,2	40,4	51,3	56,8
31	Sri Lanka	1,8	1,5	1,1	17	19	24	28	32,5	21,0	62,3	66,0
32	Lesoto	2,3	2,7	2,7	2	2	4	6	43,2	29,2	53,2	66,0
33	Indonésia	2,4	2,1	1,6	178	213	282	371	36,8	23,3	59,3	68,2
34	Mauritânia	2,4	2,4	2,8	2	3	5	14	44,4	42,4	52,4	55,0
35	Afganistão	2,4	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
36	Butão	1,6	2,1	2,4	1	2	3	5	40,1	32,8	56,7	62,9
37	Kampuchea	0,3	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	3,0	3,2	3,0	2	3	6	11	44,8	32,6	51,9	63,2
39	Mianmar	2,3	2,1	2,1	41	51	70	96	37,5	24,0	58,4	68,5
40	Sudão	3,0	2,8	2,8	24	33	57	106	44,8	33,7	52,1	62,5
41	Vietnã	..	2,1	2,2	65	83	119	167	40,1	24,2	55,7	68,8
<b>Economias de renda média</b>		<b>2,3 w</b>	<b>2,1 w</b>	<b>1,9 w</b>	<b>1.104 t</b>	<b>1.354 t</b>	<b>1.954 t</b>		<b>36,2 w</b>	<b>26,4 w</b>	<b>58,7 w</b>	<b>65,0 w</b>
<b>Renda média baixa</b>		<b>2,5 w</b>	<b>2,3 w</b>	<b>2,0 w</b>	<b>682 t</b>	<b>842 t</b>	<b>1.224 t</b>		<b>37,9 w</b>	<b>26,3 w</b>	<b>57,5 w</b>	<b>65,8 w</b>
42	Angola	2,8	2,6	3,0	10	14	27	65	44,8	40,1	52,3	56,8
43	Bolívia	2,5	2,7	2,8	7	10	16	27	43,9	31,1	52,9	64,6
44	Egito	2,1	2,5	1,8	51	62	86	120	39,2	24,4	56,5	67,6
45	Senegal	2,9	3,0	3,2	7	10	20	46	46,9	39,6	50,6	57,9
46	Iêmen, Rep. do	2,3	3,4	3,7	11	17	38	113	48,2	44,1	48,8	54,1
47	Zimbábue	3,1	3,5	2,7	10	13	20	29	45,8	25,4	51,5	68,7
48	Filipinas	2,8	2,5	1,8	60	73	101	137	40,1	23,9	56,4	68,4
49	Costa do Marfim	4,1	4,1	3,8	12	18	37	85	48,9	39,5	48,8	57,6
50	Rep. Dominicana	2,7	2,3	1,8	7	9	11	15	38,1	23,2	58,4	68,0
51	Marrocos	2,5	2,6	2,3	25	32	48	72	41,0	25,9	55,2	67,9
52	Papua Nova Guiné	2,4	2,5	2,4	4	5	7	11	41,2	27,6	56,3	67,8
53	Honduras	3,2	3,5	2,9	5	7	11	18	45,0	28,1	51,7	66,9
54	Guatemala	2,8	2,9	2,8	9	12	20	33	45,7	28,9	51,5	66,4
55	Congo	2,8	3,4	3,4	2	3	7	16	45,0	39,2	51,0	57,8
56	Síria	3,4	3,6	3,7	12	18	36	69	48,3	34,9	49,0	61,3
57	Camarões	2,7	3,2	3,2	12	16	33	69	46,9	37,0	49,3	59,5
58	Peru	2,8	2,3	2,1	21	27	37	50	38,4	23,8	58,1	68,4
59	Equador	3,1	2,7	2,2	10	13	19	26	40,1	24,0	56,3	68,4
60	Namíbia	2,4	3,1	3,0	2	2	4	7	45,6	31,2	51,2	64,4
61	Paraguai	2,8	3,2	2,8	4	6	10	16	41,1	30,2	55,4	63,7
62	El Salvador	2,8	1,4	2,1	5	6	10	16	44,7	27,7	52,1	67,4
63	Colômbia	2,5	2,0	1,6	32	38	51	64	35,9	22,2	60,0	67,9
64	Tailândia	2,9	1,9	1,3	55	64	83	103	33,4	21,6	61,9	68,2
65	Jamaica	1,3	1,3	0,5	2	3	3	4	33,8	20,9	59,2	67,9
66	Tunísia	2,1	2,5	2,1	8	10	14	19	38,4	23,7	57,5	68,3

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Aumento médio anual da população (%)			População (milhões)			Tamanho hipotético da população estacionária (milhões)	Estrutura etária da população (%)			
		1965-80	1980-89	1989-2000 <sup>a</sup>	1989	2000 <sup>a</sup>	2025 <sup>a</sup>		0-14 anos		15-64 anos	
									1989	2025 <sup>a</sup>	1989	2025 <sup>a</sup>
67	Turquia	2,4	2,4	2,0	55	68	92	121	35,1	23,1	60,7	67,6
68	Botsuana	3,5	3,4	2,6	1	2	2	4	47,3	25,3	48,9	68,9
69	Jordânia	2,6	3,3	2,8	4	5	9	16	35,6	32,7	40,4	63,1
70	Panamá	2,6	2,2	1,6	2	3	4	5	35,4	21,9	59,9	67,2
71	Chile	1,7	1,7	1,3	13	15	19	23	30,7	21,3	63,4	65,7
72	Costa Rica	2,7	2,4	1,9	3	3	5	6	36,2	22,1	59,6	66,3
73	Polónia	0,8	0,7	0,4	38	39	44	49	25,1	19,7	65,1	62,3
74	Maurício	1,6	1,0	0,9	1	1	1	2	29,8	18,9	65,1	66,8
75	México	3,1	2,1	1,8	85	103	142	185	38,1	22,9	58,3	68,3
76	Argentina	1,6	1,4	1,1	32	36	44	54	29,9	21,5	61,1	65,0
77	Malásia	2,5	2,6	2,2	17	22	31	43	37,8	23,6	58,2	67,4
78	Argélia	3,1	3,0	2,8	24	33	52	78	44,0	25,7	52,1	68,5
79	Bulgária	0,5	0,2	-0,4	9	8	8	9	19,4	17,9	64,5	61,1
80	Líbano	1,7	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Monstólia	2,6	2,7	2,6	2	3	4	6	40,9	25,9	55,6	67,9
82	Nicarágua	3,1	3,4	3,1	4	5	9	14	46,1	28,4	51,3	66,4
Renda média alta		2,0 w	1,9 w	1,8 w	423 t	512 t	730 t		33,4 w	26,6 w	60,7 w	63,6 w
83	Venezuela	3,5	2,8	2,2	19	24	34	45	38,5	23,3	57,9	67,5
84	África do Sul	2,4	2,4	2,3	35	45	65	96	38,2	25,3	57,9	67,1
85	Brasil	2,4	2,2	1,7	147	178	236	304	35,5	22,8	60,1	66,9
86	Hungria	0,4	-0,2	-0,1	11	10	10	11	19,7	17,7	66,9	61,6
87	Uruguai	0,4	0,6	0,6	3	3	4	4	25,9	20,0	62,7	63,9
88	Lugoslávia	0,9	0,7	0,6	24	25	28	30	23,1	18,6	67,7	62,1
89	Gabão	3,6	3,7	2,8	1	1	3	6	38,7	38,2	56,5	57,5
90	Irã	3,1	3,5	3,3	53	77	158	420	44,0	38,8	53,0	56,9
91	Trinidad e Tobago	1,2	1,7	1,3	1	1	2	2	33,6	22,2	60,7	65,8
92	Tchecoslováquia	0,5	0,3	0,3	16	16	18	19	23,4	19,1	64,9	62,9
93	Portugal	0,4	0,6	0,4	10	11	11	11	21,3	16,5	65,9	63,4
94	Coreia, Rep. da	2,0	1,2	0,9	42	47	53	56	26,4	18,0	68,7	66,0
95	Omã	3,6	4,7	3,9	1	2	5	10	45,9	36,8	51,7	58,5
96	Líbia	4,3	4,2	3,6	4	6	14	36	46,0	39,5	51,4	56,7
97	Grécia	0,7	0,4	0,2	10	10	10	9	19,5	15,4	66,6	60,6
98	Iraque	3,4	3,6	3,4	18	26	48	85	46,6	32,0	50,7	63,6
99	Roménia	1,1	0,4	0,5	23	24	27	31	23,5	20,0	66,2	63,6
Rendas média e baixa		2,3 w	2,1 w	1,9 w	4.053 t	4.987 t	7.155 t		35,7 w	26,7 w	59,7 w	65,2 w
África subsaariana		2,7 w	3,2 w	3,2 w	480 t	679 t	1.311 t		46,8 w	37,4 w	50,6 w	59,4 w
Leste asiático		2,2 w	1,6 w	1,5 w	1.552 t	1.822 t	2.307 t		29,8 w	21,5 w	64,8 w	66,9 w
Sul da Ásia		2,4 w	2,3 w	1,9 w	1.131 t	1.396 t	1.959 t		38,7 w	25,8 w	57,4 w	67,5 w
Europa, O. Médio e N. da África		1,9 w	2,0 w	2,0 w	433 t	533 t	813 t		35,4 w	29,5 w	58,3 w	62,5 w
América Latina e Caribe		2,5 w	2,1 w	1,8 w	421 t	513 t	700 t		36,6 w	23,6 w	58,9 w	67,1 w
Muito endividados		2,4 w	2,1 w	1,8 w	554 t	673 t	926 t		36,6 w	24,4 w	58,6 w	66,4 w
Economias de alta renda		0,9 w	0,7 w	0,6 w	830 t	884 t	965 t		20,5 w	17,8 w	66,8 w	60,7 w
Membros da OCDE		0,8 w	0,6 w	0,5 w	773 t	813 t	862 t		19,7 w	16,8 w	67,1 w	60,6 w
Outras		2,8 w	2,4 w	1,8 w	58 t	71 t	103 t		32,1 w	26,4 w	61,9 w	61,9 w
100	Arábia Saudita	4,6	5,0	3,7	14	21	43	89	45,1	36,3	51,8	59,1
101	Irlanda	1,2	0,4	0,3	4	4	4	5	27,2	19,7	61,6	64,9
102	Espanha	1,0	0,4	0,4	39	41	43	41	20,9	16,2	66,8	63,0
103	Israel	2,8	1,7	1,8	5	6	7	9	31,8	21,2	60,2	65,1
104	Hong Kong	2,0	1,5	0,9	6	6	7	6	21,6	15,9	69,6	61,3
105	Singapura	1,6	1,2	1,0	3	3	3	4	23,7	18,0	70,8	61,5
106	Nova Zelândia	1,3	0,7	0,8	3	4	4	4	23,4	18,7	67,4	62,7
107	Austrália	1,8	1,4	1,4	17	19	23	24	22,4	18,1	66,9	63,0
108	Reino Unido	0,2	0,2	0,3	57	59	61	62	19,0	17,5	65,5	61,2
109	Itália	0,5	0,2	0,0	58	58	55	46	17,0	14,3	68,7	61,0
110	Países Baixos	0,9	0,5	0,4	15	16	16	14	17,8	15,4	69,2	59,7
111	Kuwait	7,1	4,4	3,1	2	3	4	5	36,1	21,3	62,5	64,9
112	Bélgica	0,3	0,1	0,2	10	10	10	9	18,2	15,9	67,1	59,8
113	Austria	0,3	0,1	0,1	8	8	8	7	17,8	15,3	67,3	60,5
114	França	0,7	0,4	0,4	56	59	63	63	20,3	17,3	66,1	60,6
115	União dos Emirados Árabes	16,5	4,6	2,3	2	2	3	3	30,9	22,2	67,4	60,7
116	Canadá	1,3	0,9	0,8	26	29	32	31	21,1	16,9	67,9	60,7
117	Alemanha	0,3	0,0	-0,1	62	62	57	61	15,1	14,3	69,5	58,8
118	Dinamarca	0,5	0,0	0,0	5	5	5	4	17,2	15,3	67,5	60,2
119	EUA	1,0	1,0	0,8	249	272	309	319	21,6	18,0	66,1	61,1
120	Suécia	0,5	0,2	0,4	8	9	9	9	17,5	17,6	64,6	59,3
121	Finlândia	0,3	0,4	0,2	5	5	5	5	19,4	16,3	67,6	58,8
122	Noruega	0,6	0,4	0,4	4	4	5	5	19,2	17,1	64,4	61,0
123	Japão	1,2	0,6	0,4	123	129	131	121	19,0	15,7	69,3	58,8
124	Suíça	0,5	0,5	0,4	7	7	7	6	16,9	15,8	68,2	58,3
Outras economias		1,0 w	1,0 w	0,7 w	323 t	349 t	404 t		25,8 w	20,2 w	64,8 w	63,5 w
Mundo		2,0 w	1,8 w	1,6 w	5.206 t	6.220 t	8.524 t		32,6 w	25,4 w	61,1 w	64,6 w
Export. de petróleo (exceto URSS)		3,0 w	3,4 w	3,1 w	265 t	373 t	692 t		44,9 w	34,8 w	51,9 w	60,9 w

a. Quanto às premissas usadas nas projeções, ver notas técnicas.

Tabela 27. Demografia e fecundidade

		Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes)		Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes)		Mulheres em idade de procriar como percentual da população		Taxa de fecundidade total			Ano em que supostamente a taxa líquida de reprodução de 1 seria atingida	Mulheres casadas em idade de procriar, usando contraceptivo <sup>a</sup> (%) 1987
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	2000 <sup>b</sup>		
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>42 w</b>	<b>31 w</b>	<b>16 w</b>	<b>10 w</b>	<b>46 w</b>	<b>51 w</b>	<b>6,3 w</b>	<b>3,9 w</b>	<b>3,3 w</b>		
<b>China e Índia</b>		<b>41 w</b>	<b>26 w</b>	<b>14 w</b>	<b>8 w</b>	<b>46 w</b>	<b>53 w</b>	<b>6,3 w</b>	<b>3,2 w</b>	<b>2,5 w</b>		
<b>Outras</b>		<b>46 w</b>	<b>40 w</b>	<b>21 w</b>	<b>13 w</b>	<b>46 w</b>	<b>46 w</b>	<b>6,3 w</b>	<b>5,5 w</b>	<b>4,7 w</b>		
1	Moçambique	49	46	27	17	47	45	6,8	6,4	6,2	2040	..
2	Etiópia	43	52	20	18	46	43	5,8	7,5	7,3	2050	..
3	Tanzânia	49	47	23	17	45	45	6,6	6,5	6,1	2040	..
4	Somália	50	48	26	18	45	44	6,7	6,8	6,6	2045	..
5	Bangladesh	47	37	21	14	44	46	6,8	4,9	3,6	2015	32
6	Laos	45	47	23	17	47	45	6,1	6,7	6,0	2040	..
7	Malavi	56	54	26	19	46	45	7,8	7,6	7,4	2050	..
8	Nepal	46	41	24	15	50	47	6,0	5,7	4,6	2025	15
9	Chade	45	44	28	19	47	46	6,0	5,9	6,6	2040	..
10	Burundi	47	48	24	15	44	45	6,4	6,8	6,6	2045	9
11	Serra Leoa	48	47	31	23	47	46	6,4	6,5	6,5	2045	..
12	Madagascar	47	46	22	16	47	44	6,6	6,5	5,8	2030	..
13	Nigéria	51	47	23	15	45	44	6,9	6,6	5,6	2035	..
14	Uganda	49	51	19	16	44	43	7,0	7,3	6,6	2045	5
15	Zaire	47	45	21	14	47	45	6,0	6,1	5,4	2035	..
16	Mali	50	50	27	19	46	45	6,5	7,0	7,0	2050	5
17	Níger	48	51	29	20	45	44	7,1	7,1	7,3	2055	..
18	Burkina Faso	48	47	26	18	47	45	6,4	6,5	6,3	2045	..
19	Ruanda	52	52	17	17	45	43	7,5	8,3	7,6	2055	..
20	Índia	45	31	20	11	48	49	6,2	4,1	3,0	2015	40
21	China	38	22	10	7	45	56	6,4	2,5	2,1	2000	74
22	Haiti	41	36	21	13	45	48	6,1	4,9	4,2	2035	11
23	Quênia	52	46	20	10	41	41	8,0	6,7	5,2	2035	27
24	Paquistão	48	46	21	12	43	45	7,0	6,6	5,4	2035	..
25	Benin	49	46	24	15	44	44	6,8	6,4	5,2	2035	..
26	Rep. Centro-africana	34	42	24	15	47	46	4,5	5,8	5,3	2035	..
27	Gana	47	45	18	13	45	44	6,8	6,3	5,1	2030	13
28	Togo	50	49	22	14	46	44	6,5	6,7	5,5	2035	..
29	Zâmbia	49	49	20	13	46	44	6,6	6,7	6,1	2040	..
30	Guiné	46	48	29	21	45	45	5,9	6,5	6,5	2045	..
31	Sri Lanka	33	21	8	6	47	53	4,9	2,5	2,1	1995	62
32	Lesoto	42	41	18	12	47	45	5,8	5,7	4,5	2025	..
33	Indonésia	43	27	20	9	47	51	5,5	3,3	2,4	2005	45
34	Mauritânia	47	48	26	19	47	45	6,5	6,8	6,8	2050	..
35	Afganistão	53	..	29	..	49	..	7,1	..	..	..	..
36	Butão	42	39	23	17	48	48	5,9	5,5	5,4	2035	..
37	Kampuchea	44	..	20	..	47	..	6,2	..	..	..	..
38	Libéria	46	44	20	14	47	44	6,4	6,4	5,2	2035	6
39	Mianmar	40	30	18	9	46	50	5,8	3,9	2,9	2010	..
40	Sudão	47	44	24	15	46	45	6,7	6,4	5,4	2035	..
41	Vietnã	..	32	..	7	..	48	..	4,0	2,9	2015	58
<b>Economias de renda média</b>		<b>37 w</b>	<b>29 w</b>	<b>13 w</b>	<b>8 w</b>	<b>45 w</b>	<b>49 w</b>	<b>5,5 w</b>	<b>3,7 w</b>	<b>3,1 w</b>		
<b>Renda média baixa</b>		<b>40 w</b>	<b>30 w</b>	<b>14 w</b>	<b>8 w</b>	<b>45 w</b>	<b>49 w</b>	<b>5,9 w</b>	<b>3,9 w</b>	<b>3,2 w</b>		
42	Angola	49	47	29	19	47	45	6,4	6,5	6,6	2045	..
43	Bolívia	46	42	21	13	46	46	6,6	5,9	4,8	2030	30
44	Egito	43	32	19	10	43	48	6,8	4,2	3,1	2015	38
45	Senegal	47	45	23	16	45	44	6,4	6,5	6,3	2045	12
46	Iêmen, Rep. do	49	53	27	18	47	43	7,0	7,7	7,5	2055	..
47	Zimbábue	55	37	17	7	42	46	8,0	5,1	3,4	2015	43
48	Filipinas	42	30	12	7	44	50	6,8	3,9	2,7	2010	44
49	Costa do Marfim	52	50	22	14	44	42	7,4	7,3	6,4	2045	..
50	Rep. Dominicana	47	30	13	6	43	51	6,9	3,6	2,7	2010	50
51	Marrocos	49	36	18	9	45	48	7,1	4,7	3,6	2020	36
52	Papua Nova Guiné	43	36	20	11	47	48	6,2	5,1	4,0	2020	..
53	Honduras	51	39	17	8	44	46	7,4	5,3	4,1	2025	41
54	Guatemala	46	39	17	8	44	45	6,7	5,5	4,3	2025	23
55	Congo	42	48	18	15	45	43	5,7	6,5	6,3	2045	..
56	Síria	48	45	16	7	..	43	7,7	6,6	5,5	2035	..
57	Camarões	40	44	20	12	47	42	5,2	6,5	5,9	2040	..
58	Peru	45	31	16	9	44	50	6,7	3,9	2,8	2010	46
59	Equador	45	32	13	7	43	49	6,8	4,1	3,0	2015	44
60	Namíbia	46	43	22	12	46	44	6,1	6,0	4,8	2030	..
61	Paraguai	41	36	8	6	41	48	6,6	4,7	4,0	2030	45
62	El Salvador	46	35	13	8	44	46	6,7	4,7	3,8	2025	47
63	Colômbia	43	25	11	6	43	53	6,5	2,9	2,2	2000	63
64	Tailândia	41	22	10	7	44	54	6,3	2,5	2,1	1995	66
65	Jamaica	38	22	9	7	42	51	5,7	2,5	2,1	1995	55
66	Tunísia	44	30	16	7	43	49	7,0	4,0	2,8	2010	50

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes)		Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes)		Mulheres em idade de procriar como percentual da população		Taxa de fecundidade total			Ano em que supostamente a taxa líquida de reprodução de 1 seria atingida	Mulheres casadas em idade de procriar, usando contraceptivos* (%) 1987
		1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	2000 <sup>a</sup>		
67	Turquia	41	29	15	8	45	50	5,7	3,6	2,7	2010	77
68	Botswana	53	36	19	6	45	44	6,9	4,9	3,1	2015	33
69	Jordânia	53	43	21	6	45	45	8,0	6,3	5,2	2035	..
70	Panamá	40	25	9	5	44	52	5,7	2,9	2,2	2000	..
71	Chile	34	23	11	6	45	53	4,8	2,6	2,1	2000	..
72	Costa Rica	45	26	8	4	42	52	6,3	3,1	2,3	2005	68
73	Polônia	17	15	7	10	47	48	2,5	2,1	2,1	2030	..
74	Maurício	36	18	8	6	45	55	4,8	1,9	1,8	2030	78
75	México	45	28	11	6	43	51	6,7	3,4	2,4	2005	53
76	Argentina	23	20	9	9	50	47	3,1	2,8	2,3	2005	..
77	Malásia	40	30	12	5	44	51	6,3	3,7	3,0	2015	..
78	Argélia	50	36	18	8	44	45	7,4	5,2	3,7	2020	..
79	Bulgária	15	12	8	12	51	46	2,1	1,9	1,9	2030	..
80	Libano	40	..	12	..	42	..	6,2	..	..	..	..
81	Monçólia	43	35	16	9	46	48	5,9	4,8	3,7	2020	..
82	Nicarágua	49	40	16	7	43	46	7,2	5,4	4,2	2025	..
<b>Renda média alta</b>		<b>33 w</b>	<b>27 w</b>	<b>12 w</b>	<b>8 w</b>	<b>46 w</b>	<b>50 w</b>	<b>4,8 w</b>	<b>3,4 w</b>	<b>3,0 w</b>		
83	Venezuela	42	29	8	5	44	50	6,1	3,6	2,7	2010	..
84	África do Sul	40	34	16	10	46	49	6,1	4,3	3,4	2020	..
85	Brasil	39	27	11	8	45	51	5,6	3,3	2,4	2005	65
86	Hungria	13	12	11	13	48	47	1,8	1,8	1,8	2030	73
87	Uruguai	21	17	10	10	49	47	2,8	2,3	2,1	1995	..
88	Iugoslávia	21	15	9	9	50	49	2,7	2,0	2,0	2030	..
89	Gabão	31	42	22	15	48	47	4,1	5,7	6,1	2045	..
90	Irã	46	44	18	9	42	47	7,1	6,1	5,4	2055	..
91	Trinidade e Tobago	33	25	8	6	46	52	4,3	2,8	2,3	2005	53
92	Tchecoslováquia	16	14	10	11	46	48	2,4	2,0	2,0	2030	..
93	Portugal	23	12	10	9	48	49	3,1	1,6	1,7	2030	..
94	Coreia, Rep. da	35	16	11	6	46	57	4,9	1,8	1,8	2030	70
95	Oman	50	44	24	6	47	43	7,2	7,1	5,9	2040	..
96	Líbia	49	44	17	9	45	44	7,4	6,7	5,8	2050	..
97	Grécia	18	11	8	9	51	47	2,3	1,5	1,6	2030	..
98	Iraque	49	42	18	8	45	44	7,2	6,2	5,1	2030	..
99	Romênia	15	16	9	10	50	48	1,9	2,1	2,1	1985	..
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>41 w</b>	<b>30 w</b>	<b>15 w</b>	<b>10 w</b>	<b>46 w</b>	<b>50 w</b>	<b>6,1 w</b>	<b>3,9 w</b>	<b>3,3 w</b>		
<b>África subsaariana</b>		<b>48 w</b>	<b>47 w</b>	<b>23 w</b>	<b>15 w</b>	<b>45 w</b>	<b>44 w</b>	<b>6,6 w</b>	<b>6,6 w</b>	<b>6,0 w</b>		
<b>Leste asiático</b>		<b>39 w</b>	<b>23 w</b>	<b>11 w</b>	<b>7 w</b>	<b>45 w</b>	<b>54 w</b>	<b>6,2 w</b>	<b>2,7 w</b>	<b>2,3 w</b>		
<b>Sul da Ásia</b>		<b>45 w</b>	<b>33 w</b>	<b>20 w</b>	<b>11 w</b>	<b>47 w</b>	<b>48 w</b>	<b>6,3 w</b>	<b>4,4 w</b>	<b>3,4 w</b>		
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>33 w</b>	<b>30 w</b>	<b>14 w</b>	<b>10 w</b>	<b>46 w</b>	<b>47 w</b>	<b>4,8 w</b>	<b>4,1 w</b>	<b>3,7 w</b>		
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>40 w</b>	<b>28 w</b>	<b>12 w</b>	<b>7 w</b>	<b>45 w</b>	<b>50 w</b>	<b>5,8 w</b>	<b>3,5 w</b>	<b>2,6 w</b>		
<b>Muito endividados</b>		<b>37 w</b>	<b>28 w</b>	<b>12 w</b>	<b>8 w</b>	<b>45 w</b>	<b>49 w</b>	<b>5,6 w</b>	<b>3,6 w</b>	<b>2,8 w</b>		
<b>Economias de alta renda</b>		<b>20 w</b>	<b>14 w</b>	<b>10 w</b>	<b>9 w</b>	<b>47 w</b>	<b>50 w</b>	<b>2,8 w</b>	<b>1,8 w</b>	<b>1,9 w</b>		
<b>Membros da OCDE</b>		<b>19 w</b>	<b>13 w</b>	<b>10 w</b>	<b>9 w</b>	<b>47 w</b>	<b>50 w</b>	<b>2,7 w</b>	<b>1,7 w</b>	<b>1,8 w</b>		
<b>Outras</b>		<b>34 w</b>	<b>24 w</b>	<b>8 w</b>	<b>6 w</b>	<b>45 w</b>	<b>51 w</b>	<b>5,0 w</b>	<b>3,5 w</b>	<b>3,2 w</b>		
100	♦ Arábia Saudita	48	42	20	8	45	42	7,3	7,1	5,9	2040	..
101	Irlanda	22	16	12	9	42	49	4,0	2,2	2,1	1990	..
102	Espanha	21	12	8	8	49	49	2,9	1,4	1,6	2030	59
103	♦ Israel	26	22	6	7	46	49	3,8	2,9	2,3	2005	..
104	♦ Hong Kong	27	14	6	5	45	56	4,5	1,6	1,6	2030	72
105	♦ Cingapura	31	18	6	5	45	59	4,7	1,9	1,9	2030	..
106	Nova Zelândia	23	16	9	8	45	52	3,6	2,0	2,0	2030	..
107	Austrália	20	15	9	7	47	53	3,0	1,9	1,9	2030	..
108	Reino Unido	18	14	12	11	45	48	2,9	1,8	1,9	2030	..
109	Itália	19	10	10	10	48	49	2,7	1,3	1,4	2030	..
110	Países Baixos	20	12	8	9	47	53	3,0	1,5	1,6	2030	76
111	♦ Kuwait	48	27	7	3	45	52	7,4	3,7	2,7	2010	..
112	Bélgica	17	12	12	11	44	48	2,6	1,6	1,6	2030	..
113	Áustria	18	11	13	11	43	48	2,7	1,5	1,5	2030	..
114	França	18	14	11	10	43	48	2,8	1,8	1,8	2030	..
115	♦ União dos Emirados Árabes	41	23	14	4	47	47	6,8	4,6	3,7	2020	..
116	Canadá	21	14	8	7	47	53	3,1	1,7	1,7	2030	..
117	Alemanha	18	10	12	11	45	48	2,5	1,4	1,4	2030	78
118	Dinamarca	18	11	10	12	47	50	2,6	1,5	1,6	2030	..
119	EUA	19	15	9	9	46	52	2,9	1,9	1,9	2030	..
120	Suécia	16	13	10	12	47	47	2,4	2,0	2,0	2030	..
121	Finlândia	17	12	10	10	48	49	2,4	1,7	1,7	2030	..
122	Noruega	18	13	10	10	45	48	2,9	1,8	1,8	2030	..
123	Japão	19	11	7	7	56	50	2,0	1,7	1,7	2030	..
124	Suíça	19	12	10	10	48	50	2,6	1,6	1,7	2030	..
<b>Outras economias</b>		<b>20 w</b>	<b>18 w</b>	<b>8 w</b>	<b>10 w</b>	<b>47 w</b>	<b>47 w</b>	<b>2,7 w</b>	<b>2,4 w</b>	<b>2,1 w</b>		
<b>Mundo</b>		<b>35 w</b>	<b>27 w</b>	<b>14 w</b>	<b>9 w</b>	<b>46 w</b>	<b>50 w</b>	<b>5,2 w</b>	<b>3,5 w</b>	<b>3,0 w</b>		
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>49 w</b>	<b>43 w</b>	<b>20 w</b>	<b>11 w</b>	<b>44 w</b>	<b>45 w</b>	<b>6,9 w</b>	<b>6,1 w</b>	<b>5,2 w</b>		

a. Quanto às premissas usadas nas projeções, ver notas técnicas da tabela 26. Os números incluem mulheres cujos maridos usam contraceptivos; ver notas técnicas.

**Tabela 28. Saúde e nutrição**

		População por				Partos assistidos por equipe médica (%) 1985	Recém- nascidos de pouco peso (%) 1985	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)		Consumo diário de calorias (per capita)	
		Médico		Enfermeiro				1965	1989	1965	1988
		1965	1984	1965	1984						
Economias de baixa renda		3.750 w	5.890 w	6.050 w	2.180 w			124 w	70 w	1.988 w	2.331 w
China e Índia		2.930 w	1.650 w	4.420 w	1.650 w			114 w	58 w	2.001 w	2.407 w
Outras		28.130 w	14.890 w	10.300 w	3.670 w			146 w	94 w	1.960 w	2.182 w
1	Moçambique	18.000	..	5.370	..	28	15	179	137	1.704	1.632
2	Etiópia	70.190	78.770	5.970	5.390	58	..	165	133	1.802	1.658
3	Tanzânia	21.700	24.980	2.100	5.490	74	14	138	112	1.800	2.151
4	Somália	36.840	16.080	3.950	1.530	2	..	165	128	1.410	1.736
5	Bangladesh	8.100	6.730	..	8.980	..	31	144	106	1.984	1.925
6	Laos	24.320	1.360	4.880	530	..	39	148	105	2.133	2.637
7	Malavi	47.320	11.340	40.980	..	59	10	200	147	2.196	2.009
8	Nepal	46.180	30.220	87.650	4.680	10	..	171	124	1.887	2.078
9	Chade	72.480	38.360	13.610	3.390	..	11	183	127	2.374	1.852
10	Burundi	55.910	21.030	7.320	4.380	12	14	142	70	2.383	2.253
11	Serra Leoa	16.840	13.620	4.470	1.090	25	14	208	149	1.976	1.806
12	Madagascar	10.620	9.780	3.650	..	62	10	201	117	2.375	2.101
13	Nigéria	29.530	6.440	6.160	900	..	25	166	100	2.166	2.039
14	Uganda	11.110	..	3.130	..	..	10	121	99	2.343	2.013
15	Zaire	34.740	12.940	..	1.800	..	..	141	94	2.135	2.034
16	Mali	51.510	25.390	3.360	1.350	27	17	207	167	1.843	2.181
17	Níger	65.540	39.670	6.210	460	47	20	180	130	1.930	2.340
18	Burkina Faso	73.960	265.250	4.150	1.680	..	18	190	135	1.841	2.061
19	Ruanda	72.480	35.090	7.450	3.690	..	17	141	118	1.660	1.786
20	Índia	4.880	2.520	6.500	1.700	39	30	150	95	2.103	2.104
21	China	1.600	1.010	3.000	1.610	..	6	90	30	1.931	2.632
22	Haiti	14.350	7.130	13.210	2.280	20	17	158	94	2.045	1.911
23	Quênia	13.280	10.050	1.930	..	..	13	112	68	2.169	1.973
24	Paquistão	..	2.910	9.910	4.900	24	25	149	106	1.797	2.200
25	Benin	32.390	15.940	2.540	1.750	34	10	166	112	1.976	2.145
26	Rep. Centro-africana	34.020	..	3.000	..	..	15	157	100	2.016	1.980
27	Gana	13.740	20.460	3.730	1.670	73	17	120	86	1.912	2.209
28	Togo	23.240	8.700	4.990	1.240	..	20	156	90	2.345	2.133
29	Zâmbia	11.380	7.150	5.820	740	..	14	121	76	2.042	2.026
30	Guiné	47.050	..	4.110	..	..	18	191	140	2.006	2.042
31	Sri Lanka	5.820	5.520	3.220	1.290	87	28	63	20	2.164	2.319
32	Lesoto	20.060	18.610	4.700	..	28	10	142	96	2.024	2.307
33	Indonésia	31.700	9.460	9.490	1.260	43	14	128	64	1.796	2.670
34	Mauritânia	36.530	11.900	..	1.180	23	10	178	123	1.796	2.528
35	Afganistão	15.770	..	24.430	..	..	..	206	..	2.304	..
36	Butão	..	9.730	..	..	3	..	171	125	..	..
37	Kampuchea	22.410	..	3.670	..	..	..	134	..	2.271	..
38	Libéria	12.560	9.350	2.330	1.380	89	..	176	137	2.110	2.270
39	Mianmar	11.860	3.740	11.370	900	97	16	122	66	1.917	2.572
40	Sudão	23.500	10.190	3.360	1.260	20	15	160	104	1.853	1.996
41	Vietnã	..	950	..	590	..	18	..	43	..	2.233
Economias de renda média		3.800 w	2.180 w	2.110 w	980 w			97 w	51 w	2.482 w	2.834 w
Renda média baixa		5.010 w	2.910 w	2.150 w	1.020 w			104 w	51 w	2.407 w	2.738 w
42	Angola	13.150	17.790	3.820	1.020	15	17	192	132	1.843	1.725
43	Bolívia	3.300	1.540	3.990	2.480	36	15	160	106	1.854	2.086
44	Egito	2.300	770	2.030	..	24	7	145	68	2.336	3.213
45	Senegal	19.490	..	2.440	2.030	..	10	160	82	2.452	1.989
46	Iêmen, Rep. do	31.580	..	..	1.970	..	..	197	125	1.994	2.322
47	Zimbábue	8.010	6.700	990	1.000	69	15	103	46	2.044	2.232
48	Filipinas	..	6.570	1.140	2.680	..	18	72	42	1.896	2.255
49	Costa do Marfim	20.640	..	2.000	..	20	14	149	92	2.334	2.365
50	Rep. Dominicana	1.700	1.760	1.640	1.210	57	16	110	61	1.834	2.357
51	Marrocos	12.120	4.760	2.290	1.050	..	9	145	69	2.066	2.820
52	Papua Nova Guiné	12.640	6.070	620	880	34	25	143	59	1.903	2.236
53	Honduras	5.370	1.510	1.530	670	50	20	128	66	1.972	2.164
54	Guatemala	3.690	2.180	8.250	850	19	10	112	55	2.046	2.352
55	Congo	14.210	..	950	..	..	12	129	115	2.236	2.512
56	Síria	5.400	1.260	..	890	37	9	114	44	2.195	3.168
57	Camarões	26.720	..	5.830	..	..	13	143	90	1.990	2.161
58	Peru	1.650	1.040	900	..	55	9	130	79	2.325	2.269
59	Equador	3.000	820	2.320	610	27	10	112	61	2.123	2.338
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	145	101	1.882	1.889
61	Paraguai	1.850	1.460	1.550	1.000	22	6	73	32	2.586	2.816
62	El Salvador	..	2.830	1.300	930	35	15	120	55	1.859	2.415
63	Colômbia	2.500	1.240	890	660	51	15	86	38	2.175	2.561
64	Tailândia	7.160	6.290	4.970	710	33	12	88	28	2.134	2.287
65	Jamaica	1.990	2.050	340	490	89	8	49	16	2.232	2.572
66	Tunísia	8.000	2.150	..	370	60	7	145	46	2.150	2.964

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		População por				Partos assistidos por equipe médica (%)	Recém- nascidos de pouco peso (%)	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)		Consumo diário de calorias (per capita)	
		Médico		Enfermeiro				1965	1989	1965	1988
		1965	1984	1965	1984						
67	Turquia	2.900	1.390	..	1.030	78	7	172	61	2.670	3.080
68	Botsuana	27.450	6.900	17.710	700	52	8	112	39	1.982	2.269
69	Jordânia	4.690	1.120	1.800	1.270	75	7	114	53	2.277	2.907
70	Panamá	2.130	1.000	1.600	390	83	8	56	22	2.254	2.468
71	Chile	2.120	1.230	600	370	97	7	101	19	2.588	2.584
72	Costa Rica	2.010	960	630	450	93	9	72	17	2.367	2.782
73	Polónia	800	490	410	190	..	8	42	16	3.292	3.451
74	Maurício	3.930	1.900	2.030	..	90	9	65	21	2.212	2.679
75	México	2.080	1.242	980	880	..	15	82	40	2.570	3.135
76	Argentina	600	370	610	980	..	6	58	30	3.207	3.118
77	Malásia	6.200	1.930	1.320	1.010	82	9	55	22	2.307	2.686
78	Argélia	8.590	2.340	11.770	300	..	9	154	69	1.683	2.726
79	Bulgária	600	280	410	160	100	..	31	13	3.440	3.614
80	Libão	1.010	..	2.030	..	..	..	56	..	2.494	..
81	Mongólia	730	..	320	..	99	10	113	64	2.333	2.458
82	Nicarágua	2.560	1.500	1.390	530	..	15	121	57	2.398	2.361
Renda média alta		2.190 w	1.160 w	2.070 w	930 w			87 w	50 w	2.593 w	2.990 w
83	Venezuela	1.210	700	560	..	82	9	65	35	2.319	2.547
84	África do Sul	2.050	..	490	..	..	12	124	68	2.615	3.035
85	Brasil	2.500	1.080	3.100	1.210	73	8	104	59	2.415	2.709
86	Hungria	630	310	240	170	99	10	39	17	3.170	3.601
87	Uruguai	880	510	590	..	..	8	47	22	2.812	2.770
88	Iugoslávia	1.200	550	850	260	..	7	72	24	3.244	3.505
89	Gabão	..	2.790	760	270	92	16	153	98	1.805	2.396
90	Irã	3.890	2.840	4.270	1.110	..	9	152	90	2.219	3.100
91	Trinidad e Tobago	3.810	950	560	260	90	..	42	15	2.497	2.960
92	Tchecoslováquia	540	280	200	140	100	6	26	12	3.396	3.564
93	Portugal	1.240	410	1.160	..	..	8	65	13	2.567	3.382
94	Coréia, Rep. da	2.680	1.160	2.970	580	65	9	62	23	2.254	2.878
95	Orrã	23.790	1.700	6.420	390	60	14	191	36	..	..
96	Libia	3.860	690	850	..	76	5	138	77	1.803	3.384
97	Grécia	710	350	600	450	..	6	34	11	3.045	3.699
98	Iraque	5.000	1.740	2.910	1.660	50	9	119	67	2.150	2.962
99	Romênia	760	570	400	..	99	6	44	27	2.988	3.357
Rendas média e baixa		8.150 w	4.990 w	5.010 w	1.880 w			117 w	65 w	2.122 w	2.468 w
África subsaariana		33.200 w	26.640 w	5.410 w	2.170 w			157 w	107 w	2.034 w	2.011 w
Leste asiático		5.600 w	2.400 w	4.130 w	1.530 w			95 w	35 w	1.943 w	2.596 w
Sul da Ásia		6.220 w	3.510 w	8.380 w	2.720 w			147 w	95 w	2.058 w	2.116 w
Europa, O. Médio e N. da África		4.100 w	1.640 w	3.130 w	1.200 w			106 w	58 w	2.668 w	3.131 w
América Latina e Caribe		2.380 w	1.230 w	2.100 w	1.020 w			94 w	50 w	2.451 w	2.724 w
Muito endividados		2.940 w	1.830 w	1.660 w	1.180 w			93 w	51 w	2.513 w	2.805 w
Economias de alta renda		940 w	470 w	470 w	140 w			25 w	9 w	3.082 w	3.398 w
Membros da OCDE		870 w	450 w	420 w	130 w			24 w	8 w	3.100 w	3.417 w
Outras		4.430 w	810 w	2.440 w	280 w			65 w	27 w	2.323 w	2.945 w
100	♦ Arábia Saudita	9.400	740	6.060	340	78	6	148	67	1.842	2.832
101	Irlanda	950	680	170	140	..	4	25	8	3.569	3.699
102	Espanha	800	320	1.220	260	96	..	38	8	2.768	3.543
103	♦ Israel	400	350	300	110	99	7	27	10	2.791	3.138
104	♦ Hong Kong	2.520	1.070	1.250	240	..	4	27	7	2.537	2.899
105	♦ Cingapura	1.900	1.310	600	..	100	7	26	8	2.286	2.892
106	Nova Zelândia	820	580	570	80	99	5	20	10	3.266	3.459
107	Austrália	720	440	150	110	99	6	19	8	3.015	3.322
108	Reino Unido	870	..	200	..	98	7	20	9	3.350	3.252
109	Itália	1.850	230	790	..	..	7	36	9	3.104	3.566
110	Países Baixos	860	450	270	..	..	4	14	7	3.090	3.354
111	♦ Kuwait	790	640	270	200	99	7	64	15	2.796	3.132
112	Bélgica	700	330	590	..	100	5	24	9	..	..
113	Áustria	720	390	350	180	..	6	28	8	3.239	3.478
114	França	830	320	380	..	..	5	22	7	3.218	3.310
115	♦ União dos Emirados Árabes	..	1.020	..	390	96	..	103	24	2.709	3.552
116	Canadá	770	510	190	..	99	6	24	7	3.128	3.447
117	Alemanha	640	380	500	230	..	5	24	8	3.103	3.514
118	Dinamarca	740	400	190	60	..	6	19	8	3.393	3.577
119	EUA	670	470	310	70	100	7	25	10	3.236	3.666
120	Suécia	910	390	310	..	100	4	13	6	2.880	3.007
121	Finlândia	1.300	440	180	60	..	4	17	6	3.125	3.170
122	Noruega	790	450	340	60	100	4	17	8	3.036	3.253
123	Japão	970	660	410	180	100	5	18	4	2.679	2.848
124	Suíça	710	700	270	..	..	5	18	7	3.504	3.547
Outras economias		510 w	530 w	300 w	290 w			30 w	24 w	3.129 w	3.358 w
Mundo		6.060 w	4.200 w	3.720 w	1.630 w			92 w	54 w	2.390 w	2.669 w
Export. de petróleo (exceto URSS)		16.870 w	4.490 w	5.450 w	900 w			149 w	86 w	2.114 w	2.491 w



# Tabela 29. Educação

		Percentual do grupo etário matriculado em escolas										Matriculas líquidas no primário (%)		Coeficiente aluno/professor no primário	
		Primário				Secundário				Terciário (total)					
		Total		Mulheres		Total		Mulheres							
		1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1975	1988	1965	1988
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>73 w</b>	<b>105 w</b>	<b>..</b>	<b>95 w</b>	<b>20 w</b>	<b>37 w</b>	<b>..</b>	<b>29 w</b>	<b>2 w</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
<b>China e Índia</b>		<b>83 w</b>	<b>119 w</b>	<b>..</b>	<b>108 w</b>	<b>25 w</b>	<b>43 w</b>	<b>..</b>	<b>34 w</b>	<b>2 w</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
<b>Outras</b>		<b>49 w</b>	<b>75 w</b>	<b>37 w</b>	<b>68 w</b>	<b>9 w</b>	<b>25 w</b>	<b>5 w</b>	<b>20 w</b>	<b>1 w</b>	<b>3 w</b>	<b>..</b>	<b>67 w</b>	<b>42 w</b>	<b>40 w</b>
1	Moçambique	37	68	26	59	3	5	2	4	0	0	..	45	..	61
2	Etiópia	11	36	6	28	2	15	1	12	0	1	..	26	41	43
3	Tanzânia	32	66	25	66	2	4	1	3	0	0	..	50	52	33
4	Somália	10	..	4	13	2	..	1	..	0	3	16	..	26	..
5	Bangladesh	49	59	31	49	13	18	3	11	1	5	..	62	45	58
6	Laos	40	110	30	98	2	27	1	22	0	2	..	70	37	27
7	Malavi	44	72	32	65	2	4	1	3	0	1	..	55	..	63
8	Nepal	20	86	4	57	5	30	2	17	1	5	..	64	..	..
9	Chade	34	51	13	29	1	6	0	2	..	1	..	38	83	..
10	Burundi	26	70	15	50	1	4	1	3	0	1	..	46	40	62
11	Serra Leoa	29	53	21	40	5	18	3	..	0	1	..	..	32	..
12	Madagascar	65	97	59	95	8	19	5	19	1	4	..	66	71	40
13	Nigéria	32	62	24	48	5	16	3	7	0	..	..	..	33	39
14	Uganda	67	77	50	50	4	8	2	8	0	1	..	53	..	30
15	Zaire	70	76	45	65	5	22	2	14	0	..	..	..	37	37
16	Mali	24	23	16	17	4	6	2	4	0	1	..	18	46	38
17	Níger	11	30	7	21	1	7	0	4	..	1	..	..	42	41
18	Burkina Faso	12	32	8	24	1	6	1	4	0	1	..	27	47	65
19	Ruanda	53	64	43	66	2	6	1	5	0	0	..	64	67	57
20	Índia	74	99	57	83	27	41	13	29	5	..	..	..	42	..
21	China	89	134	..	126	24	44	..	37	0	2	..	100	..	23
22	Haiti	50	83	44	80	5	19	3	17	0	..	..	44	..	..
23	Quênia	54	93	40	91	4	23	2	19	0	2	88	..	34	33
24	Paquistão	40	40	20	28	12	19	5	11	2	5	..	..	42	41
25	Berlín	34	63	21	43	3	16	2	9	0	3	..	50	41	35
26	Rep. Centro-africana	56	67	28	51	2	11	1	6	..	1	..	49	54	70
27	Gana	69	73	57	66	13	39	7	30	1	2	..	..	32	24
28	Togo	55	101	32	78	5	24	2	12	0	3	..	73	50	52
29	Zâmbia	53	97	46	92	7	..	3	..	..	2	..	..	51	47
30	Guiné	31	30	19	19	5	9	2	4	0	1	..	23	..	40
31	Sri Lanka	93	107	86	105	35	71	35	74	2	4	..	100	..	14
32	Lesoto	94	112	114	123	4	25	4	30	0	4	..	..	57	56
33	Indonésia	72	119	65	117	12	48	7	43	1	..	72	100	..	28
34	Mauritânia	13	52	6	43	1	16	0	10	..	3	..	..	20	50
35	Afganistão	16	..	5	..	2	..	1	..	0	..	..	..	53	..
36	Butão	7	26	1	20	0	5	..	2	..	..	..	..	..	37
37	Kampuchea	77	..	56	..	9	..	4	..	1	..	..	..	48	..
38	Libéria	41	35	23	..	5	..	3	..	1	3	..	..	..	..
39	Mianmar	71	103	65	100	15	..	11	23	1	..	..	..	..	..
40	Sudão	29	49	21	..	4	20	2	..	1	2	..	..	48	..
41	Vietnã	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		<b>92 w</b>	<b>104 w</b>	<b>86 w</b>	<b>102 w</b>	<b>26 w</b>	<b>55 w</b>	<b>23 w</b>	<b>56 w</b>	<b>7 w</b>	<b>17 w</b>	<b>..</b>	<b>89 w</b>	<b>36 w</b>	<b>28 w</b>
<b>Renda média baixa</b>		<b>89 w</b>	<b>103 w</b>	<b>81 w</b>	<b>101 w</b>	<b>25 w</b>	<b>54 w</b>	<b>22 w</b>	<b>54 w</b>	<b>7 w</b>	<b>17 w</b>	<b>..</b>	<b>89 w</b>	<b>38 w</b>	<b>29 w</b>
42	Angola	39	..	26	..	5	..	4	..	0	..	..	..	28	27
43	Bolívia	73	91	60	85	18	37	15	35	5	18	73	83	..	..
44	Egito	75	90	60	79	26	69	15	58	7	20	..	..	39	30
45	Senegal	40	59	29	49	7	16	3	10	1	3	..	50	43	54
46	Iêmen, Rep. do	13	..	3	..	3	..	1	..	..	..	..	..	42	..
47	Zimbábue	110	128	92	126	6	51	5	42	0	4	..	100	..	39
48	Filipinas	113	110	111	111	41	71	40	71	19	28	95	98	31	33
49	Costa do Marfim	60	..	41	..	6	19	2	12	0	..	..	..	47	..
50	Rep. Dominicana	87	101	87	103	12	74	12	..	2	..	..	73	53	33
51	Marrocos	57	67	35	53	11	36	5	30	1	10	47	55	39	26
52	Papua Nova Guiné	44	71	35	65	4	13	2	9	..	2	..	..	19	32
53	Honduras	80	106	79	108	10	32	9	..	1	9	..	91	..	39
54	Guatemala	50	77	45	70	8	21	7	..	2	9	53	..	33	35
55	Congo	114	..	94	..	10	..	5	..	1	8	..	..	60	66
56	Síria	78	110	52	104	28	57	13	47	8	18	87	99	36	26
57	Camarões	94	111	75	102	5	27	2	21	0	3	69	80	47	51
58	Peru	99	..	90	..	25	..	21	..	8	26	..	..	36	..
59	Equador	91	117	88	116	17	56	16	57	3	26	78	..	37	31
60	Namíbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	102	104	96	102	13	29	13	29	4	9	83	90	30	25
62	El Salvador	82	80	79	81	17	29	17	31	2	17	..	72	34	45
63	Colômbia	84	114	86	115	17	56	16	56	3	14	..	73	36	29
64	Tailândia	78	87	74	..	14	28	11	..	2	16	..	..	35	19
65	Jamaica	109	103	106	105	51	63	50	68	3	4	90	97	..	34
66	Tunísia	91	116	65	105	16	44	9	38	2	7	..	85	56	30

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Percentual do grupo etário matriculado em escolas										Matrículas líquidas no primário (%)		Coeficiente aluno/professor no primário	
		Primário				Secundário				Terciário (total)					
		Total		Mulheres		Total		Mulheres							
		1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1965	1988	1975	1988	1965	1988
67	Turquia	101	117	83	113	16	46	9	34	4	11	..	84	46	31
68	Botsuana	65	116	71	119	3	33	3	33	..	3	58	97	40	32
69	Jordânia	95	..	83	..	38	..	23	..	2	..	..	..	38	18
70	Panamá	102	106	99	104	34	59	36	63	7	28	87	90	30	22
71	Chile	124	102	122	101	34	74	36	76	6	18	94	90	52	..
72	Costa Rica	106	100	105	99	24	41	25	42	6	24	92	85	27	32
73	Polónia	104	100	102	99	69	81	69	83	18	20	96	99	28	16
74	Maurício	101	105	97	105	26	53	18	53	3	2	82	95	34	23
75	México	92	117	90	115	17	53	13	53	4	15	..	99	47	31
76	Argentina	101	111	102	114	28	74	31	78	14	41	96	..	20	..
77	Malásia	90	102	84	102	28	57	22	57	2	7	..	..	..	21
78	Argélia	68	96	53	87	7	62	5	53	1	9	77	89	43	28
79	Bulgária	103	104	102	103	54	75	55	76	17	25	96	91	23	17
80	Libano	106	..	93	..	26	..	20	..	14	..	..	..	..	..
81	Mongólia	98	102	97	103	66	92	66	96	8	22	..	95	32	31
82	Nicarágua	69	99	69	104	14	43	13	58	2	8	65	76	34	32
Renda média alta		98 w	104 w	94 w	103 w	28 w	58 w	24 w	58 w	6 w	16 w	80 w	90 w	32 w	26 w
83	Venezuela	94	106	94	107	27	54	28	59	7	27	81	89	34	26
84	África do Sul	90	..	88	..	15	..	14	..	4	..	..	..	..	..
85	Braíl	108	104	108	..	16	38	16	45	2	11	71	84	28	24
86	Hungria	101	96	100	97	..	71	..	72	13	15	..	93	23	14
87	Uruguai	106	109	106	108	44	77	46	..	8	48	..	77	..	23
88	Iugoslávia	106	94	103	94	65	80	59	79	13	18	..	..	31	..
89	Gabão	134	..	122	..	11	..	5	..	..	5	..	..	39	46
90	Irã	63	116	40	109	18	53	11	44	2	7	..	96	32	29
91	Trinidade e Tobago	93	100	90	100	36	82	34	85	2	5	87	88	34	24
92	Tchecoslováquia	99	94	97	94	29	85	35	88	14	18	..	..	23	21
93	Portugal	84	126	83	127	42	59	34	63	5	18	91	100	32	..
94	Coreia, Rep. da	101	104	99	104	35	87	25	84	6	37	99	100	62	36
95	Oman	..	100	..	95	..	42	..	34	..	4	32	82	..	27
96	Libia	78	..	44	..	14	..	..	..	1	..	..	..	31	..
97	Grécia	110	102	109	102	49	95	41	93	10	28	97	97	36	23
98	Iraque	74	96	45	87	28	47	14	37	4	14	79	84	22	23
99	Roménia	101	97	100	..	39	79	32	80	10	10	..	..	23	..
Rendas média e baixa		78 w	105 w	63 w	97 w	22 w	42 w	14 w	36 w	3 w	8 w	..	89 w	39 w	29 w
África subsaariana		41 w	67 w	31 w	60 w	4 w	18 w	2 w	14 w	0 w	2 w	..	47 w	42 w	42 w
Leste asiático		88 w	128 w	..	123 w	23 w	46 w	..	41 w	1 w	5 w	..	100 w	..	24 w
Sul da Ásia		68 w	90 w	52 w	76 w	24 w	37 w	12 w	26 w	4 w	..	..	..	42 w	..
Europa, O. Médio e N. da África		85 w	98 w	73 w	92	32 w	60 w	27 w	55 w	8 w	14 w	..	84 w	35 w	27 w
América Latina e Caribe		98 w	107 w	96 w	108 w	19 w	48 w	19 w	52 w	4 w	17 w	..	86 w	34 w	28 w
Muito endividados		97 w	103 w	93 w	100 w	27 w	54 w	25 w	55 w	8 w	19 w	81 w	89 w	34 w	27 w
Economias de alta renda		104 w	103 w	105 w	102 w	61 w	93 w	59 w	94 w	21 w	40 w	88 w	96 w	25 w	19 w
Membros da OCDE		104 w	103 w	106 w	103 w	63 w	95 w	61 w	96 w	21 w	41 w	88 w	96 w	25 w	19 w
Outras		88 w	89 w	75 w	86 w	37 w	62 w	32 w	59 w	7 w	17 w	72 w	65 w	28 w	20 w
100	Arábia Saudita	24	71	11	65	4	44	1	35	1	13	42	56	22	16
101	Irlanda	108	101	108	101	51	98	50	102	12	25	91	89	..	27
102	Espanha	115	111	114	110	38	105	29	111	6	32	100	100	34	25
103	Israel	95	95	95	97	48	83	51	87	20	34	..	..	..	19
104	Hong Kong	103	106	99	105	29	74	25	76	5	..	92	..	29	27
105	Singapura	105	111	100	110	45	69	41	70	10	..	100	..	29	26
106	Nova Zelândia	106	106	104	105	75	87	74	88	15	36	100	100	22	19
107	Austrália	99	106	99	106	62	99	61	101	16	29	98	98	28	17
108	Reino Unido	92	107	92	107	66	83	66	84	12	23	97	100	..	20
109	Itália	112	95	110	95	47	76	41	76	11	26	97	..	22	13
110	Países Baixos	104	117	104	117	61	104	57	102	17	32	92	100	31	17
111	Kuwait	116	93	103	92	52	81	43	79	..	17	68	79	23	18
112	Bélgica	109	100	108	100	75	99	72	100	15	33	..	83	21	15
113	Austria	106	102	105	101	52	80	52	82	9	31	89	91	20	11
114	França	134	114	133	113	56	94	59	98	18	35	98	100	30	21
115	União dos Emirados Árabes	..	104	..	104	..	62	..	68	0	9	..	93	..	18
116	Canadá	105	105	104	104	56	105	55	106	26	62	..	97	26	17
117	Alemanha	..	105	..	105	..	94	..	92	11	32	..	90	24	17
118	Dinamarca	98	97	99	99	83	107	67	108	14	31	..	..	11	11
119	EUA	100	100	..	100	..	98	..	99	40	60	72	95	25	21
120	Suécia	95	101	96	101	62	90	60	92	13	31	100	100	20	16
121	Finlândia	92	100	89	100	76	108	80	116	11	40	..	..	23	..
122	Noruega	97	97	98	97	64	94	62	96	11	35	100	96	21	16
123	Japão	100	102	100	101	82	95	81	96	13	30	99	100	29	22
124	Suíça	87	..	87	..	37	..	35	..	8	25	..	..	..	..
Outras economias		103 w	105 w	103 w	100 w	70 w	98 w	77 w	90 w	29 w	23 w	..	96 w	12 w	10 w
Mundo		85	104 w	74 w	98 w	31 w	54 w	29 w	46 w	9 w	16 w	84 w	91 w	33 w	26 w
Export. de petróleo (exceto URSS)		50 w	87 w	37 w	81 w	11 w	40 w	7 w	34 w	1 w	12 w	73 w	88 w	33 w	27 w

**Tabela 30. Distribuição de renda e PIB estimado do PCI**

		PIB per capita estimado do PCP <sup>a</sup>			Distribuição percentual da renda familiar, por grupos centis de famílias <sup>b</sup>						
		EUA = 100		Dólares correntes internacionais de 1989							
		1985	1989		Anos	Os 20% inferiores	Segundo quintil	Terceiro quintil	Quarto quintil	Os 20% superiores	Os 10% superiores
<b>Economias de baixa renda</b>											
<b>China e Índia</b>											
<b>Outras</b>											
1	Moçambique	..	..	..		..	..	..	..	..	..
2	Etiópia	1,6	1,6	330		..	..	..	..	..	..
3	Tanzânia	2,6	2,3	490		..	..	..	..	..	..
4	Somália	..	..	..		..	..	..	..	..	..
5	Bangladesh	5,0	4,7	960	1985-86 <sup>c</sup>	10,0	13,7	17,2	21,9	37,2	23,2
6	Laos	..	..	..		..	..	..	..	..	..
7	Malavi	3,6	3,2	660		..	..	..	..	..	..
8	Nepal	..	..	..		..	..	..	..	..	..
9	Chade	..	..	..		..	..	..	..	..	..
10	Burundi	..	..	..		..	..	..	..	..	..
11	Serra Leoa	3,0	2,6	540		..	..	..	..	..	..
12	Madagascar	3,9	3,4	700		..	..	..	..	..	..
13	Nigéria	7,2	6,2	1.290		..	..	..	..	..	..
14	Uganda	..	..	..		..	..	..	..	..	..
15	Zaire	..	..	..		..	..	..	..	..	..
16	Mali	2,4	2,5	520		..	..	..	..	..	..
17	Níger	..	..	..		..	..	..	..	..	..
18	Burkina Faso	..	..	..		..	..	..	..	..	..
19	Ruanda	3,8	3,0	620		..	..	..	..	..	..
20	Índia	4,5	4,7	980	1983 <sup>c</sup>	8,1	12,3	16,3	22,0	41,4	26,7
21	China	..	..	..		..	..	..	..	..	..
22	Haiti	..	..	..		..	..	..	..	..	..
23	Quênia	5,3	5,2	1.070		..	..	..	..	..	..
24	Paquistão	8,1	8,2	1.700	1984-85 <sup>d</sup>	7,8	11,2	15,0	20,6	45,6	31,3
25	Benin	6,5	5,0	1.040		..	..	..	..	..	..
26	Rep. Centro-africana	..	..	..		..	..	..	..	..	..
27	Gana	..	..	..	1987-88 <sup>c</sup>	6,5	10,9	15,7	22,3	44,6	29,1
28	Togo	..	..	..		..	..	..	..	..	..
29	Zâmbia	4,7	4,3	900		..	..	..	..	..	..
30	Guiné	..	..	..		..	..	..	..	..	..
31	Sri Lanka	11,2	10,5	2.160	1985-86 <sup>e</sup>	4,8	8,5	12,1	18,4	56,1	43,0
32	Lesoto	..	..	..		..	..	..	..	..	..
33	Indonésia	..	..	..	1987 <sup>c</sup>	8,8	12,4	16,0	21,5	41,3	26,5
34	Mauritânia	..	..	..		..	..	..	..	..	..
35	Afganistão	..	..	..		..	..	..	..	..	..
36	Butão	..	..	..		..	..	..	..	..	..
37	Kampuchea	..	..	..		..	..	..	..	..	..
38	Libéria	..	..	..		..	..	..	..	..	..
39	Mianmar	..	..	..		..	..	..	..	..	..
40	Sudão	..	..	..		..	..	..	..	..	..
41	Vietnã	..	..	..		..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>											
<b>Renda média baixa</b>											
42	Angola	..	..	..		..	..	..	..	..	..
43	Bolívia	..	..	..		..	..	..	..	..	..
44	Egito	15,8	15,3	3.160		..	..	..	..	..	..
45	Senegal	7,0	6,5	1.340		..	..	..	..	..	..
46	Iêmen, Rep. do	..	..	..		..	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	9,9	8,8	1.830		..	..	..	..	..	..
48	Filipinas	10,8	11,0	2.280	1985 <sup>d</sup>	5,5	9,7	14,8	22,0	48,0	32,1
49	Costa do Marfim	10,2	8,2	1.700	1986-87 <sup>c</sup>	5,0	8,0	13,1	21,3	52,7	36,3
50	Rep. Dominicana	..	..	..		..	..	..	..	..	..
51	Marrocos	13,1	12,5	2.590	1984-85 <sup>d</sup>	9,8	13,0	16,4	21,4	39,4	25,4
52	Papua Nova Guiné	..	..	..		..	..	..	..	..	..
53	Honduras	..	..	..		..	..	..	..	..	..
54	Guatemala	..	..	..	1979-81	5,5	8,6	12,2	18,7	55,0	40,8
55	Congo	16,4	12,8	2.650		..	..	..	..	..	..
56	Síria	..	..	..		..	..	..	..	..	..
57	Camarões	14,0	10,0	2.070		..	..	..	..	..	..
58	Peru	..	..	..	1985-86 <sup>c</sup>	4,4	8,5	13,7	21,5	51,9	35,8
59	Equador	..	..	..		..	..	..	..	..	..
60	Namíbia	..	..	..		..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	..	..	..		..	..	..	..	..	..
62	El Salvador	..	..	..		..	..	..	..	..	..
63	Colômbia	..	..	..	1988 <sup>e</sup>	4,0	8,7	13,5	20,8	53,0	37,1
64	Tailândia	16,0	20,2	4.190		..	..	..	..	..	..
65	Jamaica	..	..	..	1988 <sup>c</sup>	5,4	9,9	14,4	21,2	49,2	33,4
66	Tunísia	19,8	18,0	3.720		..	..	..	..	..	..

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

PIB per capita estimado do PCI <sup>a</sup>											
		EUA = 100		Dólares correntes internacionais de 1989	Distribuição percentual da renda familiar, por grupos centis de famílias <sup>b</sup>						
		1985	1989		Anos	Os 20% inferiores	Segundo quintil	Terceiro quintil	Quarto quintil	Os 20% superiores	Os 10% superiores
67	Turquia	21,8	22,3	4.610	1985-86	..	..	..	..	..	..
68	Botsuana	16,1	19,3	3.990		2,5	6,5	11,8	20,2	59,0	42,8
69	Jordânia	..	..	..		..	..	..	..	..	..
70	Panamá	..	..	..		..	..	..	..	..	..
71	Chile	..	..	..		..	..	..	..	..	..
72	Costa Rica	..	..	..	1986 <sup>c</sup>	3,3	8,3	13,2	20,7	54,5	38,8
73	Polónia	24,5	24,0	4.980	1987 <sup>e</sup>	9,7	14,2	18,0	22,9	35,2	21,0
74	Maurício	24,8	29,1	6.030	..	..	..	..	..	..	..
75	México	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Argentina	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Malásia	..	..	..	1987 <sup>e</sup>	4,6	9,3	13,9	21,2	51,2	34,8
78	Argélia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
80	Líbano	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Monzília	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Nicarágua	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Renda média alta</b>											
83	Venezuela	..	..	..	1987 <sup>e</sup>	4,7	9,2	14,0	21,5	50,6	34,2
84	África do Sul	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
85	Brasil	..	..	..	1983	2,4	5,7	10,7	18,6	62,6	46,2
86	Hungria	31,2	30,0	6.200	1983 <sup>e</sup>	10,9	15,3	18,7	22,8	32,4	18,7
87	Uruguai	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
88	Iugoslávia	29,2	25,7	5.320	1987 <sup>e</sup>	6,1	11,0	16,5	23,7	42,8	26,6
89	Gabão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Irã	27,9	21,4	4.430	..	..	..	..	..	..	..
91	Trinidad e Tobago	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
92	Tchecoslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
93	Portugal	33,8	37,2	7.700	..	..	..	..	..	..	..
94	Coreia, Rep. da	24,1	32,5	6.720	..	..	..	..	..	..	..
95	Oma	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
96	Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
97	Grécia	35,5	34,2	7.090	..	..	..	..	..	..	..
98	Iraque	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
99	Roménia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Rendas média e baixa</b>											
<b>África subsaariana</b>											
<b>Leste asiático</b>											
<b>Sul da Ásia</b>											
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>											
<b>América Latina e Caribe</b>											
<b>Muito endividados</b>											
<b>Economias de alta renda</b>											
<b>Membros da OCDE</b>											
<b>Outras</b>											
100	♦ Arábia Saudita	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	Irlanda	40,9	41,3	8.540	1980-81	..	..	..	..	..	..
102	Espanha	46,0	51,2	10.600		6,9	12,5	17,3	23,2	40,0	24,5
103	♦ Israel	..	..	..	1979	6,0	12,1	17,8	24,5	39,6	23,5
104	♦ Hong Kong	61,7	75,7	15.660	1980	5,4	10,8	15,2	21,6	47,0	31,3
105	♦ Cingapura	..	..	..	1982-83	5,1	9,9	14,6	21,4	48,9	33,5
106	Nova Zelândia	60,9	56,9	11.780	1981-82	5,1	10,8	16,2	23,2	44,7	28,7
107	Austrália	71,1	69,0	14.290	1985	4,4	11,1	17,5	24,8	42,2	25,8
108	Reino Unido	66,1	68,0	14.070	1979	5,8	11,5	18,2	25,0	39,5	23,3
109	Itália	65,6	67,3	13.920	1986	6,8	12,0	16,7	23,5	41,0	25,3
110	Países Baixos	68,2	65,9	13.630	1983	6,9	13,2	17,9	23,7	38,3	23,0
111	♦ Kuwait	..	..	..	1978-79	..	..	..	..	..	..
112	Bélgica	64,7	66,1	13.680		7,9	13,7	18,6	23,8	36,0	21,5
113	Austria	66,1	66,3	13.710		..	..	..	..	..	..
114	França	69,3	70,0	14.480	1979	6,3	12,1	17,2	23,5	40,8	25,5
115	♦ União dos Emirados Árabes	..	..	..	1987	..	..	..	..	..	..
116	Canadá	92,5	92,9	19.230		5,7	11,8	17,7	24,6	40,2	24,1
117	Alemanha	73,8	73,5	15.220	1984	6,8	12,7	17,8	24,1	38,7	23,4
118	Dinamarca	74,2	69,3	14.340	1981	5,4	12,0	18,4	25,6	38,6	22,3
119	EUA	100,0	100,0	20.690	1985	4,7	11,0	17,4	25,0	41,9	25,0
120	Suécia	76,9	75,7	15.670	1981	8,0	13,2	17,4	24,5	36,9	20,8
121	Finlândia	69,5	73,6	15.230	1981	6,3	12,1	18,4	25,5	37,6	21,7
122	Noruega	84,4	83,5	17.280	1979	6,2	12,8	18,9	25,3	36,7	21,2
123	Japão	71,5	75,9	15.710	1979	8,7	13,2	17,5	23,1	37,5	22,4
124	Suíça	..	..	..	1982	5,2	11,7	16,4	22,1	44,6	29,8
<b>Outras economias</b>											
<b>Mundo</b>											
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>											

a. PCI refere-se ao Programa de Comparação Internacional, da ONU. Os dados para 1985 são resultados preliminares da Fase V; os para 1989 são estimativas a partir dos valores de 1985. b. Essas estimativas devem ser consideradas com cautela; ver as notas técnicas para maiores detalhes sobre diferentes indicadores de distribuição. c. Os dados referem-se à despesa per capita. d. Os dados referem-se à despesa familiar. e. Os dados referem-se à renda per capita.

**Tabela 31. Urbanização**

		População urbana				População das capitais como percentual da		População em cidades de 1 milhão de habitantes, ou mais, como percentual da			
		Como percentual da população total		Taxa média de aumento anual (%)		Urbana	Total	Urbana		Total	
		1965	1989	1965-80	1980-89			1965	1990	1965	1990
<b>Economias de baixa renda</b>		<i>17 w</i>	<i>36 w</i>	<i>3,5 w</i>	<i>..</i>	<i>10 w</i>	<i>3 w</i>	<i>41 w</i>	<i>31 w</i>	<i>7 w</i>	<i>9 w</i>
China e Índia		<i>18 w</i>	<i>42 w</i>	<i>2,9 w</i>	<i>..</i>	<i>3 w</i>	<i>1 w</i>	<i>42 w</i>	<i>29 w</i>	<i>8 w</i>	<i>9 w</i>
Outras		<i>14 w</i>	<i>25 w</i>	<i>4,9 w</i>	<i>..</i>	<i>25 w</i>	<i>6 w</i>	<i>37 w</i>	<i>34 w</i>	<i>5 w</i>	<i>9 w</i>
1	Moçambique	5	26	10,2	10,7	38	10	68	38	3	10
2	Etiópia	8	13	4,9	5,3	29	4	27	30	2	4
3	Tanzânia	5	31	11,3	10,8	21	7	38	18	2	6
4	Somália	20	36	5,2	5,5	31	11	..	..	..	..
5	Bangladesh	6	16	6,9	6,6	36	6	50	47	3	8
6	Laos	8	18	5,3	6,1	52	10	..	..	..	..
7	Malawi	5	12	7,4	6,3	31	4	..	..	..	..
8	Nepal	4	9	6,4	7,4	20	2	..	..	..	..
9	Chade	9	29	8,0	6,5	43	13	..	..	..	..
10	Burundi	2	5	6,9	5,6	82	4	..	..	..	..
11	Serra Leoa	15	32	5,2	5,4	52	17	..	..	..	..
12	Madagascar	12	24	5,2	6,3	23	6	..	..	..	..
13	Nigéria	17	35	5,7	6,2	19	7	23	24	4	8
14	Uganda	7	10	4,7	5,1	38	4	..	..	..	..
15	Zaire	26	39	4,6	4,6	25	10	17	25	5	10
16	Mali	13	19	4,4	3,6	41	8	..	..	..	..
17	Níger	7	19	7,2	7,7	39	8	..	..	..	..
18	Burkina Faso	5	9	4,1	5,4	51	5	..	..	..	..
19	Ruanda	3	7	7,5	8,1	54	4	..	..	..	..
20	Índia	19	27	3,7	3,8	4	1	32	32	6	9
21	China	18	53	2,3	..	2	1	49	27	9	9
22	Haiti	18	28	3,7	3,7	56	16	47	56	8	16
23	Quênia	9	23	8,1	8,2	26	6	41	27	4	6
24	Paquistão	24	32	4,3	4,6	1	0	44	42	10	13
25	Benin	13	37	8,9	5,2	12	4	..	..	..	..
26	Rep. Centro-africana	27	46	4,3	4,9	51	24	..	..	..	..
27	Gana	26	33	3,2	4,2	22	7	27	22	7	7
28	Togo	11	25	6,6	6,9	55	14	..	..	..	..
29	Zâmbia	23	49	6,6	6,2	24	12	..	..	..	..
30	Guiné	12	25	4,9	5,7	89	23	47	88	5	23
31	Sri Lanka	20	21	2,3	1,3	17	4	..	..	..	..
32	Lesoto	6	20	7,5	7,1	17	4	..	..	..	..
33	Indonésia	16	30	4,8	5,4	17	5	42	33	7	10
34	Mauritânia	9	45	10,6	7,7	83	39	..	..	..	..
35	Afeganistão	9	..	6,0	..	..	..	41	..	4	..
36	Butão	3	5	3,9	5,2	22	1	..	..	..	..
37	Kampuchea	11	..	-0,5	..	..	..	..	..	..	..
38	Libéria	22	45	6,2	6,1	57	26	..	..	..	..
39	Mianmar	21	25	3,2	2,4	32	8	23	32	5	8
40	Sudão	13	22	5,9	3,9	35	8	30	35	4	8
41	Vietnã	..	22	..	3,4	22	5	..	30	..	7
<b>Economias de renda média</b>		<i>42 w</i>	<i>58 w</i>	<i>3,8 w</i>	<i>3,4 w</i>	<i>26 w</i>	<i>14 w</i>	<i>42 w</i>	<i>41 w</i>	<i>18 w</i>	<i>25 w</i>
Renda média baixa		<i>40 w</i>	<i>53 w</i>	<i>3,7 w</i>	<i>3,5 w</i>	<i>31 w</i>	<i>16 w</i>	<i>41 w</i>	<i>41 w</i>	<i>17 w</i>	<i>23 w</i>
42	Angola	13	28	6,4	5,8	61	17	49	61	6	17
43	Bolívia	40	51	3,1	4,3	33	17	28	33	11	17
44	Egito	41	46	2,7	3,1	37	17	53	52	22	24
45	Senegal	33	38	3,3	4,0	52	20	40	53	13	20
46	Iêmen, Rep. do	11	28	6,6	7,3	11	3	..	..	..	..
47	Zimbábue	14	27	6,0	6,0	31	9	..	..	..	..
48	Filipinas	32	42	4,0	3,8	32	14	28	32	9	14
49	Costa do Marfim	23	40	7,6	4,7	44	18	30	45	7	18
50	Rep. Dominicana	35	59	5,2	4,2	51	31	46	51	16	31
51	Marrocos	32	47	4,3	4,3	9	4	39	36	12	17
52	Papua Nova Guiné	5	16	8,2	4,5	32	5	..	..	..	..
53	Honduras	26	43	5,5	5,5	35	15	..	..	..	..
54	Guatemala	34	39	3,5	3,4	23	9	..	..	..	..
55	Congo	32	40	3,5	4,8	68	28	..	..	..	..
56	Síria	40	50	4,5	4,4	32	16	58	60	23	30
57	Camarões	16	40	7,6	6,1	16	6	..	..	..	..
58	Peru	52	70	4,3	3,1	41	29	37	41	19	29
59	Equador	37	55	4,7	4,5	21	12	50	49	19	28
60	Namíbia	17	27	4,6	5,3	30	8	..	..	..	..
61	Paraguai	36	47	3,8	4,6	47	22	..	..	..	..
62	El Salvador	39	44	3,2	2,0	25	11	..	..	..	..
63	Colômbia	54	69	3,7	3,0	21	15	38	39	20	27
64	Tailândia	13	22	5,1	4,7	57	13	66	57	8	13
65	Jamaica	38	52	2,8	2,4	51	27	..	..	..	..
66	Tunísia	40	54	4,0	2,9	37	20	35	37	14	20

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em *itálico* referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		População urbana				População das capitais como percentual da		População em cidades de 1 milhão de habitantes, ou mais, como percentual da			
		Como percentual da população total		Taxa média de aumento anual (%)		Urbana	Total	Urbana		Total	
		1965	1989	1965-80	1980-89			1965	1990	1965	1990
67	Turquia	34	60	4,1	6,0	8	5	41	35	14	22
68	Botsuana	4	26	12,5	10,1	38	10	..	..	..	..
69	Jordânia	46	67	4,4	4,6	53	32	33	38	15	26
70	Panamá	44	53	3,4	2,9	37	20	..	..	..	..
71	Chile	72	85	2,6	2,3	42	36	39	42	28	36
72	Costa Rica	38	47	3,5	3,3	77	36	62	72	24	34
73	Polónia	50	61	1,9	1,4	10	6	32	28	16	18
74	Maurício	37	41	2,5	0,4	36	15	..	..	..	..
75	México	55	72	4,4	3,0	32	23	41	45	22	32
76	Argentina	76	86	2,2	1,8	41	36	53	49	40	42
77	Malásia	26	42	4,6	4,9	22	10	16	22	4	10
78	Arábia	38	51	3,9	4,9	23	12	24	23	9	12
79	Burúndi	46	67	2,5	1,2	20	14	21	19	10	13
80	Libano	50	..	4,5	..	..	..	..	..	..	..
81	Moçambique	42	52	4,0	2,9	42	22	..	..	..	..
82	Nicarágua	43	59	4,6	4,6	44	26	36	44	15	26
Renda média alta		44 w	66 w	4,1 w	3,3 w	17 w	11 w	43 w	40 w	19 w	28 w
83	Venezuela	70	84	4,8	2,7	25	21	34	29	24	27
84	África do Sul	47	59	3,2	3,7	11	6	40	30	19	18
85	Brasil	50	74	4,3	3,5	2	2	48	47	24	35
86	Hungria	43	61	1,9	1,2	33	20	43	33	19	20
87	Uruguai	81	85	0,7	0,8	45	39	53	45	43	39
88	Iugoslávia	31	55	3,5	2,9	12	7	11	12	3	7
89	Gabão	21	45	7,3	6,4	57	26	..	..	..	..
90	Irã	37	56	5,2	4,9	22	12	43	41	16	23
91	Trinidad e Tobago	30	68	5,6	3,8	12	8	..	..	..	..
92	Tchecoslováquia	51	77	2,4	1,7	11	8	15	11	8	8
93	Portugal	24	33	1,8	2,0	46	15	44	46	11	16
94	Coreia, Rep. da	32	71	5,8	3,6	36	26	74	69	24	50
95	Oman	4	10	7,5	8,7	41	4	..	..	..	..
96	Líbia	26	69	9,8	6,5	..	..	55	65	14	45
97	Grecia	48	62	2,0	1,2	55	34	59	55	28	34
98	Iraque	51	71	5,3	4,4	30	21	40	29	20	21
99	Roménia	38	52	2,9	1,2	18	9	21	18	8	9
Rendas média e baixa		24 w	42 w	3,7 w	6,8 w	15 w	6 w	41 w	33 w	10 w	13 w
África subsaariana		14 w	28 w	5,8 w	6,0 w	31 w	9 w	30 w	29 w	4 w	9 w
Leste asiático		19 w	47 w	3,0 w	..	9 w	3 w	48 w	30 w	9 w	11 w
Sul da Ásia		18 w	26 w	3,9 w	3,9 w	8 w	2 w	35 w	34 w	6 w	9 w
Europa, O. Médio e N. da África		38 w	54 w	3,4 w	3,4 w	22 w	11 w	36 w	36 w	14 w	19 w
América Latina e Caribe		53 w	71 w	3,9 w	3,1 w	23 w	16 w	44 w	45 w	24 w	33 w
Muito endividados		49 w	64 w	3,7 w	3,0 w	24 w	15 w	42 w	43 w	21 w	28 w
Economias de alta renda		71 w	77 w	1,4 w	0,9 w	11 w	9 w	37 w	37 w	27 w	28 w
Membros da OCDE		72 w	77 w	1,2 w	0,8 w	10 w	8 w	37 w	36 w	26 w	28 w
Outras		63 w	77 w	3,8 w	3,0 w	45 w	39 w	54 w	53 w	42 w	47 w
100	Arábia Saudita	39	76	8,5	6,6	17	13	23	29	9	23
101	Irlanda	49	57	2,1	0,7	46	26	..	..	..	..
102	Espanha	61	78	2,2	1,2	17	13	26	28	16	22
103	Israel	81	91	3,5	2,0	12	11	43	45	34	41
104	Hong Kong	89	94	2,1	1,7	100	94	90	100	81	94
105	Cingapura	100	100	1,6	1,2	100	100	100	100	100	100
106	Nova Zelândia	79	84	1,6	0,8	12	10	..	..	..	..
107	Austrália	83	86	2,0	1,4	2	1	60	59	50	51
108	Reino Unido	87	89	0,3	0,2	14	13	33	26	28	23
109	Itália	62	69	1,0	0,6	8	5	42	37	26	25
110	Países Baixos	86	89	1,2	0,5	8	7	18	16	16	14
111	Kuwait	78	95	8,2	5,0	53	50	100	55	78	53
112	Bélgica	93	97	0,4	0,2	10	10	..	..	..	..
113	Austria	51	58	0,8	0,7	47	27	51	47	26	28
114	França	67	74	1,3	0,6	20	15	30	26	20	19
115	União dos Emirados Árabes	41	78	23,7	4,1	..	..	..	..	..	..
116	Canadá	73	77	1,5	1,1	4	3	37	39	27	30
117	Alemanha	79	86	0,7	0,2	1	1	19	15	15	13
118	Dinamarca	77	87	1,1	0,4	31	27	38	31	29	27
119	EUA	72	75	1,2	1,2	2	1	49	48	35	36
120	Suécia	77	84	0,9	0,3	23	19	17	23	13	20
121	Finlândia	44	60	2,6	0,4	34	20	27	34	12	20
122	Noruega	58	75	1,9	1,0	21	16	..	..	..	..
123	Japão	67	77	2,1	0,7	19	15	37	36	25	27
124	Suíça	53	60	1,0	1,0	7	4	..	..	..	..
Outras economias		52 w	65 w	2,3 w	1,5 w	6 w	4 w	25 w	23 w	13 w	15 w
Mundo		36 w	49 w	2,6 w	4,5 w	14 w	6 w	39 w	33 w	14 w	16 w
Export. de petróleo (exceto URSS)		30 w	50 w	5,5 w	5,1 w	23 w	11 w	30 w	30 w	10 w	16 w

Tabela 32. As mulheres e o desenvolvimento

		Saúde e bem-estar						Educação								
		Taxa de mortalidade abaixo dos 5 anos, (por mil nascidos vivos)		Expectativa de vida ao nascer (anos)				Mortalidade de materna (por 100 mil nascidos vivos)	Percentual da coorte que permanece até o 4º ano				Mulheres por 100 homens			
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Primário	Secundário <sup>d</sup>	1965	1988	
		1989	1989	1965	1989	1965	1989	1980	1970	1984	1970	1984	1965	1988	1965	1988
<b>Economias de baixa renda</b>		<b>92 w</b>	<b>98 w</b>	<b>50 w</b>	<b>63 w</b>	<b>48 w</b>	<b>61 w</b>								<b>40 w</b>	<b>61 w</b>
<b>China e Índia</b>		<b>71 w</b>	<b>74 w</b>	<b>52 w</b>	<b>66 w</b>	<b>50 w</b>	<b>64 w</b>								<b>42 w</b>	<b>61 w</b>
<b>Outras</b>		<b>134 w</b>	<b>145 w</b>	<b>45 w</b>	<b>56 w</b>	<b>43 w</b>	<b>54 w</b>		<b>63 w</b>	<b>75 w</b>	<b>72 w</b>	<b>73 w</b>	<b>49 w</b>	<b>76 w</b>	<b>34 w</b>	<b>60 w</b>
1	Moçambique	193	214	39	50	36	47	479 <sup>b</sup>	..	..	..	..	..	78	85	54
2	Etiópia	188	208	43	49	42	46	2.000 <sup>b</sup>	57	45	56	50	38	64	28	67
3	Tanzânia	176	197	45	51	41	47	370 <sup>b</sup>	82	88	88	89	60	99	33	54
4	Somália	204	227	40	49	37	46	1.100	46	59	51	65	27	..	11	..
5	Bangladesh	162	146	44	51	45	52	600	..	..	..	30	44	77	14	46
6	Laos	163	183	42	51	39	48	..	..	..	..	..	59	78	59	73
7	Malavi	237	251	40	48	38	47	250	55	64	60	65	..	80	40	60
8	Nepal	187	178	40	51	41	52	..	..	..	..	..	..	..	17	..
9	Chade	203	225	38	48	35	45	700	..	..	..	..	23	40	6	18
10	Burundi	102	118	45	51	42	48	..	47	84	45	84	42	75	10	52
11	Serra Leoa	239	264	34	44	31	40	450	..	..	..	..	55	..	37	..
12	Madagascar	162	180	45	52	42	50	300	65	..	63	..	83	95	64	94
13	Nigéria	155	174	43	54	40	49	1.500	64	..	66	..	63	..	43	..
14	Uganda	151	171	47	50	44	47	300	..	..	..	..	..	82	30	54
15	Zaire	143	161	45	54	42	51	800 <sup>b</sup>	56	..	65	..	48	78	15	..
16	Mali	210	239	39	49	37	46	..	52	68	89	75	49	59	30	42
17	Níger	208	231	38	47	35	43	420 <sup>b</sup>	75	76	74	88	46	56	19	42
18	Burkina Faso	190	210	40	49	37	46	600	71	84	68	82	48	59	27	46
19	Ruanda	188	209	45	51	42	47	210	63	82	65	81	69	97	37	35
20	Índia	134	118	44	59	46	58	500	42	..	45	..	57	..	35	51
21	China	31	41	59	71	56	69	44	..	76	..	77	..	84	47	69
22	Haiti	125	142	47	57	44	54	340	..	..	..	..	..	..	44	..
23	Quênia	98	114	50	61	46	57	510 <sup>b</sup>	84	75	84	73	57	94	38	70
24	Paquistão	139	133	45	55	47	55	600	56	..	60	..	31	49	27	39
25	Benin	154	173	43	53	41	49	1.680 <sup>b</sup>	59	64	67	63	44	51	44	39
26	Rep. Centro-africana	154	173	41	52	40	49	600	67	67	67	74	34	62	19	40
27	Gana	130	148	49	56	46	53	1.070 <sup>b</sup>	77	..	82	..	71	80	34	66
28	Togo	136	154	44	55	40	52	476 <sup>b</sup>	85	77	88	70	42	63	26	32
29	Zâmbia	112	128	46	56	43	52	110	93	97	99	..	78	90	39	..
30	Guiné	224	249	36	44	34	43	..	..	62	..	67	..	45	19	31
31	Sri Lanka	22	28	64	73	63	69	90	94	97	73	99	86	93	102	106
32	Lesoto	128	146	50	58	47	54	..	87	86	70	75	157	125	100	153
33	Indonésia	80	95	45	63	43	60	800	67	78	89	99	..	93	..	79
34	Mauritânia	196	218	39	48	36	45	119	..	91	..	96	31	70	11	44
35	Afganistão	..	..	35	..	35	..	..	64	..	71	..	17	..	23	..
36	Butão	187	180	40	48	41	49	..	..	26	..	29	..	59	..	41
37	Kampuchea	..	..	46	..	43	..	..	..	..	..	..	56	..	26	..
38	Libéria	170	195	46	55	43	53	173	..	..	..	..	..	..	33	..
39	Mianmar	82	98	49	63	46	59	140	39	..	58	..	..	..	57	..
40	Sudão	161	181	41	52	39	49	607 <sup>b</sup>	..	81	..	80	55	..	30	..
41	Vietnã	48	61	..	69	..	64	110	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Economias de renda média</b>		<b>60 w</b>	<b>72 w</b>	<b>59 w</b>	<b>68 w</b>	<b>56 w</b>	<b>63 w</b>		<b>78 w</b>	<b>85 w</b>	<b>78 w</b>	<b>90 w</b>	<b>83 w</b>	<b>89 w</b>	<b>81 w</b>	<b>104 w</b>
<b>Renda média baixa</b>		<b>63 w</b>	<b>74 w</b>	<b>58 w</b>	<b>68 w</b>	<b>54 w</b>	<b>63 w</b>		<b>79 w</b>	<b>82 w</b>	<b>79 w</b>	<b>87 w</b>	<b>80 w</b>	<b>89 w</b>	<b>71 w</b>	<b>100 w</b>
42	Angola	211	234	37	47	34	44	..	..	..	..	..	..	..	89	..
43	Bolívia	144	162	47	56	42	52	480	..	..	..	..	68	87	57	..
44	Egito	99	114	50	61	48	59	500	85	..	93	..	64	75	41	68
45	Senegal	123	140	42	50	40	47	530 <sup>b</sup>	..	88	..	92	57	69	35	51
46	Iêmen, Rep. do	175	194	41	49	39	48	..	..	..	..	..	14	29	..	..
47	Zimbábue	60	72	50	66	46	62	150 <sup>b</sup>	74	87	80	87	..	95	..	88
48	Filipinas	47	60	57	66	54	62	80	..	82	..	76	94	97	96	..
49	Costa do Marfim	141	159	44	55	40	51	..	77	82	83	83	51	..	19	44
50	Rep. Dominicana	75	83	57	69	54	65	56	..	52	..	70	..	162	104	..
51	Marrocos	87	103	51	63	48	60	327 <sup>b</sup>	78	77	83	79	42	63	31	66
52	Papua Nova Guiné	72	87	44	55	44	54	1.000	76	..	84	..	61	79	27	60
53	Honduras	73	87	51	67	48	63	82	38	63	35	59	..	100	69	..
54	Guatemala	66	80	50	65	48	60	110	33	62	73	73	80	82	67	..
55	Congo	170	183	47	57	41	51	..	86	82	89	89	71	95	29	76
56	Síria	58	70	54	68	51	64	280	92	96	95	97	47	87	28	70
57	Camarões	119	136	47	59	44	55	303	59	85	58	86	66	85	28	64
58	Peru	91	107	52	64	49	60	310	..	..	..	..	82	..	69	..
59	Equador	75	82	57	68	55	64	220	69	..	70	..	91	96	46	91
60	Namíbia	121	141	47	59	44	56	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61	Paraguai	34	45	67	69	63	65	469	70	75	71	76	88	93	89	99
62	El Salvador	66	80	56	67	53	59	74	56	..	56	..	86	102	75	92
63	Colômbia	40	50	61	72	57	66	130	57	75	51	67	102	100	57	99
64	Tailândia	29	39	58	68	54	64	270	71	..	69	..	89	..	68	..
65	Jamaica	16	23	67	75	64	71	100	..	..	..	..	..	97	121	..
66	Tunísia	53	66	52	67	51	66	1.000 <sup>c</sup>	..	90	..	94	52	82	37	74

Nota: Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.



		Saúde e bem-estar							Educação							
		Taxa de mortalidade abaixo dos 5 anos (por mil nascidos vivos)		Expectativa de vida ao nascer (anos)				Mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)	Percentual da coorte que permanece até o 4º ano				Mulheres por 100 homens			
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	1980	Mulheres	Homens	1970	1984	1965	1988	1965	1988
		1989	1989	1965	1989	1965	1989	1980	1970	1984	1970	1984	1965	1988	1965	1988
67	Turquia	76	83	55	69	52	64	207	76	97	81	98	66	89	37	60
68	Botsuana	42	55	49	69	46	65	300	97	95	90	95	129	107	77	103
69	Jordânia	64	71	52	69	49	65	..	90	99	92	..	72	94	40	96
70	Panamá	22	30	65	75	62	70	90	97	90	97	89	93	92	100	105
71	Chile	20	26	63	75	57	68	55	86	96	83	97	96	96	106	106
72	Costa Rica	19	23	66	77	63	73	26	93	92	91	90	94	94	110	103
73	Polónia	17	22	72	75	66	67	12	99	..	97	..	93	95	217	262
74	Maurício	21	30	63	72	59	67	99	97	99	97	99	90	88	53	97
75	México	43	53	61	73	58	66	92	..	72	..	95	91	94	53	89
76	Argentina	31	42	69	74	63	68	85	92	..	69	..	96	..	60	172
77	Malásia	22	31	60	72	56	68	59	..	100	..	99	..	95	..	101
78	Argélia	87	95	51	66	49	64	129	90	..	95	..	62	80	45	76
79	Bulgária	14	19	73	75	66	70	22	91	95	100	98	93	94	..	180
80	Líbano	..	..	64	..	60	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Mongólia	79	94	51	63	49	61	140	..	..	..	..	100	..	..	107
82	Nicarágua	69	84	52	66	49	63	65	48	64	45	58	99	107	69	168
<b>Renda média alta</b>		<b>57 w</b>	<b>68 w</b>	<b>61 w</b>	<b>72 w</b>	<b>58 w</b>	<b>65 w</b>		<b>77 w</b>	<b>90 w</b>	<b>76 w</b>	<b>97 w</b>	<b>88 w</b>	<b>89 w</b>	<b>95 w</b>	<b>111 w</b>
83	Venezuela	36	46	65	73	61	67	65	84	82	61	89	98	96	109	119
84	África do Sul	85	100	54	65	49	58	550 <sup>c</sup>	..	..	..	..	..	..	87	..
85	Brasil	64	78	59	69	55	63	150	56	..	54	..	98	..	93	..
86	Hungria	17	23	72	74	67	67	28	90	97	99	97	94	96	197	194
87	Uruguai	23	29	72	76	65	69	56	..	99	..	99	..	95	110	..
88	Iugoslávia	27	32	68	75	64	69	27	91	..	99	..	91	..	86	94
89	Galão	151	171	44	55	41	51	124 <sup>b</sup>	73	80	78	78	84	98	39	81
90	Irã	105	124	52	63	52	63	..	75	79	74	99	46	80	44	68
91	Trinidad e Tobago	16	21	67	74	63	69	81	78	99	74	96	97	98	107	100
92	Tchecoslováquia	12	17	73	75	67	68	8	96	97	98	97	93	97	195	159
93	Portugal	15	19	68	78	62	72	15	92	..	92	..	95	..	92	114
94	Coreia, Rep. da	23	32	58	73	55	67	34	96	100	96	99	91	94	59	87
95	Orrã	38	50	45	67	43	63	..	82	96	82	99	..	87	..	71
96	Líbia	88	104	51	64	48	60	..	92	..	95	..	39	..	13	..
97	Grécia	13	16	72	80	69	74	12	97	98	96	99	90	94	86	101
98	Irãque	83	91	53	65	51	61	..	84	90	90	92	42	79	29	63
99	Romênia	25	34	70	73	66	68	180	90	..	89	..	94	..	147	233
<b>Rendas média e baixa</b>		<b>84 w</b>	<b>91 w</b>	<b>52 w</b>	<b>65 w</b>	<b>50 w</b>	<b>62 w</b>		<b>61 w</b>	<b>78 w</b>	<b>65 w</b>	<b>79 w</b>	<b>66 w</b>	<b>83 w</b>	<b>52 w</b>	<b>70 w</b>
<b>África subsaariana</b>		<b>159 w</b>	<b>178 w</b>	<b>43 w</b>	<b>53 w</b>	<b>41 w</b>	<b>49 w</b>		<b>66 w</b>	<b>73 w</b>	<b>69 w</b>	<b>74 w</b>	<b>56 w</b>	<b>78 w</b>	<b>36 w</b>	<b>59 w</b>
<b>Leste asiático</b>		<b>39 w</b>	<b>50 w</b>	<b>55 w</b>	<b>70 w</b>	<b>52 w</b>	<b>67 w</b>		<b>..</b>	<b>78 w</b>	<b>..</b>	<b>81 w</b>	<b>..</b>	<b>86 w</b>	<b>50 w</b>	<b>72 w</b>
<b>Sul da Ásia</b>		<b>127 w</b>	<b>121 w</b>	<b>45 w</b>	<b>58 w</b>	<b>46 w</b>	<b>58 w</b>		<b>45 w</b>	<b>..</b>	<b>48 w</b>	<b>..</b>	<b>54 w</b>	<b>..</b>	<b>34 w</b>	<b>50 w</b>
<b>Europa, O. Médio e N. da África</b>		<b>74 w</b>	<b>85 w</b>	<b>60 w</b>	<b>68 w</b>	<b>56 w</b>	<b>64 w</b>		<b>86 w</b>	<b>90 w</b>	<b>89 w</b>	<b>95 w</b>	<b>70 w</b>	<b>80 w</b>	<b>88 w</b>	<b>104 w</b>
<b>América Latina e Caribe</b>		<b>56 w</b>	<b>67 w</b>	<b>60 w</b>	<b>70 w</b>	<b>56 w</b>	<b>64 w</b>		<b>64 w</b>	<b>75 w</b>	<b>59 w</b>	<b>86 w</b>	<b>95 w</b>	<b>98 w</b>	<b>77 w</b>	<b>110 w</b>
<b>Muito endividados</b>		<b>60 w</b>	<b>72 w</b>	<b>60 w</b>	<b>68 w</b>	<b>56 w</b>	<b>63 w</b>		<b>75 w</b>	<b>79 w</b>	<b>72 w</b>	<b>87 w</b>	<b>88 w</b>	<b>90 w</b>	<b>90 w</b>	<b>119 w</b>
<b>Economias de alta renda</b>		<b>10 w</b>	<b>13 w</b>	<b>74 w</b>	<b>79 w</b>	<b>67 w</b>	<b>73 w</b>		<b>95 w</b>	<b>97 w</b>	<b>94 w</b>	<b>96 w</b>	<b>95 w</b>	<b>94 w</b>	<b>93 w</b>	<b>99 w</b>
<b>Membros da OCDE</b>		<b>9 w</b>	<b>11 w</b>	<b>74 w</b>	<b>80 w</b>	<b>68 w</b>	<b>73 w</b>		<b>96 w</b>	<b>97 w</b>	<b>94 w</b>	<b>96 w</b>	<b>95 w</b>	<b>94 w</b>	<b>94 w</b>	<b>100 w</b>
<b>Outras</b>		<b>30 w</b>	<b>37 w</b>	<b>67 w</b>	<b>74 w</b>	<b>62 w</b>	<b>70 w</b>		<b>94 w</b>	<b>94 w</b>	<b>94 w</b>	<b>94 w</b>	<b>59 w</b>	<b>89 w</b>	<b>66 w</b>	<b>87 w</b>
100	♦ Arábia Saudita	75	89	50	66	47	62	52	93	93	91	93	29	80	8	66
101	Irlanda	9	12	73	77	69	71	7	..	..	..	..	..	95	113	101
102	Espanha	9	11	74	80	69	74	10	76	97	76	96	93	93	70	101
103	♦ Israel	11	15	74	78	71	74	5	96	98	96	98	..	98	127	121
104	♦ Hong Kong	8	10	71	80	64	75	4	94	..	92	..	85	92	72	104
105	♦ Cingapura	8	10	68	77	64	71	11	99	..	99	..	85	..	91	..
106	Nova Zelândia	11	15	74	78	68	72	..	..	98	..	98	94	95	..	98
107	Austrália	8	11	74	80	68	73	11	..	97	..	94	95	95	92	99
108	Reino Unido	9	12	74	79	68	73	7	..	..	..	..	..	..	94	96
109	Itália	10	13	73	80	68	73	13	..	..	..	..	93	..	80	..
110	Países Baixos	8	10	76	81	71	74	5	99	..	96	..	95	..	93	111
111	♦ Kuwait	15	21	65	76	61	71	18	96	92	98	93	66	..	63	67
112	Bélgica	10	12	74	80	68	73	10	..	87	..	85	94	96	85	103
113	Áustria	9	13	73	79	66	72	11	95	99	92	100	95	94	95	94
114	França	8	11	75	81	68	73	13	97	96	90	99	95	94	108	108
115	♦ União dos Emirados Árabes	24	33	59	73	56	69	..	97	95	93	92	..	94	..	101
116	Canadá	8	10	75	81	69	74	2	95	97	92	93	94	93	94	95
117	Alemanha	8	11	73	79	67	72	11	97	97	96	96	..	96	82	97
118	Dinamarca	9	11	75	78	70	72	4	98	100	96	100	96	96	104	105
119	EUA	11	13	74	79	67	72	9	..	96	..	94	..	94	..	..
120	Suécia	7	8	76	80	72	75	4	98	..	96	..	96	95	104	107
121	Finlândia	7	9	73	79	66	72	5	..	99	..	98	90	95	115	112
122	Noruega	9	11	76	81	71	74	..	99	99	98	99	96	95	95	103
123	Japão	6	7	73	82	68	76	15	100	100	100	100	96	95	101	99
124	Suíça	7	9	75	81	69	74	5	94	99	93	99	..	96	..	99
<b>Outras economias</b>		<b>24 w</b>	<b>33 w</b>	<b>72 w</b>	<b>74 w</b>	<b>65 w</b>	<b>66 w</b>		<b>..</b>	<b>100 w</b>	<b>..</b>	<b>99 w</b>	<b>95 w</b>	<b>93 w</b>	<b>109 w</b>	<b>102 w</b>
<b>Mundo</b>		<b>68 w</b>	<b>75 w</b>	<b>58 w</b>	<b>67 w</b>	<b>55 w</b>	<b>64 w</b>		<b>67 w</b>	<b>83 w</b>	<b>70 w</b>	<b>83 w</b>	<b>85 w</b>	<b>86 w</b>	<b>58 w</b>	<b>74 w</b>
<b>Export. de petróleo (exceto URSS)</b>		<b>119 w</b>	<b>135 w</b>	<b>48 w</b>	<b>59 w</b>	<b>46 w</b>	<b>56 w</b>		<b>74 w</b>	<b>84 w</b>	<b>74 w</b>	<b>85 w</b>	<b>59 w</b>	<b>83 w</b>	<b>47 w</b>	<b>77 w</b>

a. Ver notas técnicas. b. Os dados referem-se à mortalidade materna somente em hospitais e outras instituições médicas. c. Inclui apenas dados comunitários de áreas rurais.

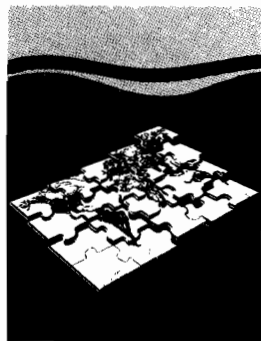
**Tabela 33. Florestas, áreas protegidas e água**

		Área florestal (milhares de km <sup>2</sup> )				Áreas protegidas		Recursos hídricos inter- nos renováveis: aproveita- mento anual (1970-87)			Per capita (m <sup>3</sup> )		
		Área total 1980		Desmatamento anual 1981-85		Área (milha- res de km <sup>2</sup> )	Número	Como percen- tual da área total	Como percentual do total de recursos hídricos	Per capita (m <sup>3</sup> )			
		Total	Cerrada	Total	Cerrada					Total	Domés- tico	Indus- trial e agrícola	
													Total
Economias de baixa renda													
China e Índia													
Outras													
1	Moçambique	154	9	1,20	0,10	0,00	0	0,0	0,76	1	53	13	40
2	Etiópia	272	44	0,88	0,08	68,73	25	6,2	2,21	2	48	5	43
3	Tanzânia	420	14	1,30	0,10	119,13	20	13,4	0,48	1	36	7	28
4	Somália	91	15	0,14	0,04	0,00	0	0,0	0,81	7	167	5	162
5	Bangladesh	9	9	0,08	0,08	0,97	8	0,7	22,50	1	211	6	205
6	Laos	136	84	1,30	1,00	0,00	0	0,0	0,99	0	228	18	210
7	Malavi	43	2	1,50	..	10,67	9	11,3	0,16	2	22	7	15
8	Nepal	21	19	0,84	0,84	9,59	11	7,0	2,68	2	155	6	149
9	Chade	135	5	0,80	..	1,14	1	0,1	0,18	0	35	6	29
10	Burundi	0	0	0,01	0,01	0,00	0	0,0	0,10	3	20	7	13
11	Serra Leoa	21	7	0,06	0,06	1,01	3	1,4	0,37	0	99	7	92
12	Madagascar	132	103	1,56	1,50	10,31	31	1,8	16,30	41	1.675	17	1.658
13	Nigéria	148	60	4,00	3,00	9,60	4	1,1	3,63	1	44	14	30
14	Uganda	60	8	0,50	0,10	13,32	18	6,7	0,20	0	20	7	14
15	Zaire	1.776	1.058	3,70	1,82	88,27	9	3,9	0,70	0	22	13	9
16	Mali	73	5	0,36	..	8,76	6	0,7	1,36	2	159	3	156
17	Níger	26	1	0,67	0,03	16,54	4	1,3	0,29	1	44	9	35
18	Burkina Faso	47	3	0,80	0,03	7,39	7	2,7	0,15	1	20	6	14
19	Ruanda	2	1	0,05	0,03	2,62	2	10,5	0,15	2	23	6	17
20	Índia	640	378	0,48 <sup>a</sup>	..	131,70	288	4,4	380,00	18	612	18	594
21	China	1.150	978	0,00	..	79,04	179	0,8	460,00	16	462	28	434
22	Haiti	0	0	0,02	0,02	0,08	2	0,3	0,04	0	46	11	35
23	Quênia	24	11	0,39	0,19	30,95	30	5,4	1,09	7	48	13	35
24	Paquistão	25	22	0,09	0,07	75,83	57	9,8	153,40	33	2.053	21	2.032
25	Benin	39	0	0,67	0,01	8,44	2	7,6	0,11	0	26	7	19
26	Rep. Centro-africana	359	36	0,55	0,05	39,04	7	6,3	0,07	0	27	6	21
27	Gana	87	17	0,72	0,22	11,75	8	5,1	0,30	1	35	12	23
28	Togo	17	3	0,12	0,02	4,63	6	8,5	0,09	1	40	25	15
29	Zâmbia	295	30	0,70	0,40	63,59	19	8,6	0,36	0	86	54	32
30	Guiné	107	21	0,86	0,36	0,13	1	0,1	0,74	0	115	12	104
31	Sri Lanka	17	17	0,58	0,58	7,40	38	11,4	6,30	15	503	10	493
32	Lesoto	0	0	..	..	0,07	1	0,2	0,05	1	34	7	27
33	Indonésia	1.169	1.139	9,20 <sup>a</sup>	9,00 <sup>a</sup>	140,67	141	7,8	16,59	1	96	12	84
34	Mauritânia	6	0	0,13	0,01	14,83	2	1,4	0,73	10	473	57	417
35	Afganistão	12	8	..	..	1,42	4	0,2	26,11	52	1.436	14	1.422
36	Butão	21	21	0,01	0,01	8,76	5	18,6	0,02	0	15	5	10
37	Kampuchea	126	75	0,30	0,25	0,00	0	0,0	0,52	0	69	3	66
38	Libéria	20	20	0,46	0,46	1,31	1	1,4	0,13	0	54	15	39
39	Mianmar	319	319	6,77 <sup>a</sup>	6,77 <sup>a</sup>	1,73	2	0,3	3,96	0	103	7	96
40	Sudão	477	7	5,04	0,04	81,16	13	3,4	18,60	14	1.089	11	1.079
41	Vietnã	101	88	1,73 <sup>a</sup>	1,73 <sup>a</sup>	8,58	56	2,6	5,07	1	81	11	70
Economias de renda média													
Renda média baixa													
42	Angola	536	29	0,94	0,44	8,90	3	0,7	0,48	0	43	6	37
43	Bolívia	668	440	1,17	0,87	48,37	12	4,5	1,24	0	184	18	166
44	Egito	0	0	..	..	6,85	9	0,7	56,40	97	1.202	84	1.118
45	Senegal	110	2	0,50	..	21,77	9	11,3	1,36	4	201	10	191
46	Iêmen, Rep. do	0	0	0,00	..	0,00	0	0,0	..	..	..	..	..
47	Zimbábue	198	2	0,80	0,00	27,60	19	7,1	1,22	5	129	18	111
48	Filipinas	95	95	1,43 <sup>a</sup>	1,43 <sup>a</sup>	5,21	32	1,7	29,50	9	693	125	568
49	Costa do Marfim	98	45	5,10	2,90	19,58	10	6,2	0,71	1	68	15	53
50	Rep. Dominicana	6	6	0,04	0,04	5,50	13	11,4	2,97	15	453	23	430
51	Marrocos	32	15	0,13	..	2,98	10	0,7	11,00	37	501	30	471
52	Papua Nova Guiné	382	342	0,23	0,22	0,07	3	0,0	0,10	0	25	7	18
53	Honduras	40	38	0,90	0,90	5,80	15	5,2	1,34	1	508	20	487
54	Guatemala	45	44	0,90	0,90	0,99	13	0,9	0,73	1	139	13	127
55	Congo	213	213	0,22	0,22	13,53	10	4,0	0,04	0	20	12	8
56	Síria	2	1	0,00	..	0,00	0	0,0	3,34	9	449	31	418
57	Camarões	233	165	1,90 <sup>a</sup>	1,00 <sup>a</sup>	17,02	12	3,6	0,40	0	30	14	16
58	Peru	706	697	2,70	2,70	54,83	22	4,3	6,10	15	294	56	238
59	Equador	147	143	3,40	3,40	106,19	13	38,4	5,56	2	561	39	522
60	Namíbia	184	..	0,30	..	..	..	..	0,14	2	77	5	72
61	Paraguai	197	41	2,12	1,90	11,21	9	2,8	0,43	0	111	17	94
62	El Salvador	1	1	0,05	0,05	0,22	7	1,1	1,00	5	241	17	224
63	Colômbia	517	464	8,90	8,20	56,14	35	5,4	5,34	0	179	73	105
64	Tailândia	157	92	2,40 <sup>a</sup>	1,58 <sup>a</sup>	46,77	75	9,1	31,90	18	599	24	575
65	Jamaica	1	1	0,02	0,02	0,00	0	0,0	0,32	4	157	11	146
66	Tunísia	3	2	0,05	..	0,45	6	0,3	2,30	53	325	42	283

*Nota:* Quanto a comparabilidade e cobertura dos dados, ver notas técnicas. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados.

		Área florestal (milhares de km <sup>2</sup> )				Áreas protegidas				Recursos hídricos inter- nos renováveis: aproveita- mento anual (1970-87)			Per capita (m <sup>3</sup> )		
		Área total 1980		Desmatamento anual 1981-85		Área (milha- res de km <sup>2</sup> )	Número	Como percent- ual da área total	Total (km <sup>3</sup> )	Como percentual do total de recursos hídricos	Per capita (m <sup>3</sup> )				
		Total	Cerrada	Total	Cerrada						Total	Domés- tico	Indus- trial e agrícola		
67	Turquia	202	89	..	..	2,46	15	0,3	15,60	8	317	76	241		
68	Botsuana	326	0	0,20	..	100,25	9	17,7	0,09	1	98	5	93		
69	Jordânia	1	0	..	..	0,93	7	1,0	0,45	41	173	50	123		
70	Panamá	42	42	0,36	0,36	13,11	14	17,3	1,30	1	744	89	654		
71	Chile	76	76	0,50	..	119,83	69	16,0	16,80	4	1.625	98	1.528		
72	Costa Rica	18	16	0,42 <sup>a</sup>	0,42 <sup>a</sup>	6,10	25	12,0	1,35	1	779	31	748		
73	Polónia	87	86	..	..	21,93	75	7,2	16,80	30	472	76	397		
74	Maurício	0	0	0,00	0,00	0,04	1	2,0	0,36	16	415	66	348		
75	México	484	463	6,15	5,95	55,83	47	2,9	54,20	15	901	54	847		
76	Argentina	445	445	..	..	109,75	69	4,0	27,60	3	1.059	95	964		
77	Malásia	210	210	2,55	2,55	11,01	39	3,4	9,42	2	765	176	589		
78	Argélia	18	15	0,40	..	4,97	17	0,2	3,00	16	161	35	125		
79	Bulgária	37	33	..	..	1,29	39	1,2	14,18	7	1.600	112	1.488		
80	Lib. no	0	0	0,00	..	0,04	1	0,3	0,75	16	271	30	241		
81	Mongólia	95	95	..	..	3,18	13	0,2	0,55	2	272	30	242		
82	Nicarágua	45	45	1,21	1,21	0,43	6	0,4	0,89	1	370	92	277		
Renda média alta															
83	Venezuela	339	319	2,45	1,25	86,19	43	9,8	4,10	0	387	166	221		
84	África do Sul	3	3	..	..	58,02	152	4,8	9,20	18	404	65	340		
85	Brasil	5.145	3.575	b	b	200,96	160	2,4	35,04	1	212	91	121		
86	Hungria	16	16	..	..	5,11	46	5,5	5,38	5	502	45	457		
87	Uruguai	5	5	..	..	0,30	7	0,2	0,65	1	241	14	227		
88	Iugoslávia	105	91	..	..	10,36	76	4,1	8,77	3	393	63	330		
89	Gabão	206	205	0,15	0,15	17,53	6	6,8	0,06	0	51	37	14		
90	Irã	38	28	0,20	..	36,26	30	2,2	45,40	39	1.362	54	1.307		
91	Trinidad e Tobago	2	2	0,01	0,01	0,16	6	3,1	0,15	3	149	40	109		
92	Tchecoslováquia	46	44	..	..	19,86	66	15,8	5,80	6	379	87	292		
93	Portugal	30	26	..	..	6,20	27	6,8	10,50	16	1.062	159	903		
94	Coreia, Rep. da	49	49	..	..	5,58	17	5,7	10,70	17	298	33	265		
95	Omã	0	0	..	..	0,54	2	0,3	0,43	22	561	17	545		
96	Líbia	2	1	..	..	1,55	3	0,1	2,62	374	262	39	222		
97	Grcia	58	25	..	..	5,34	61	4,1	6,95	12	721	58	663		
98	Iraque	12	1	..	..	0,00	0	0,0	42,80	43	4.575	137	4.437		
99	Romênia	67	63	..	..	1,52	18	0,7	25,40	12	1.144	92	1.053		
Rendas média e baixa															
África subsaariana															
Leste asiático															
Sul da Ásia															
Europa, O. Médio e N. da África															
América Latina e Caribe															
Muito endividados															
Economias de alta renda															
Membros da OCDE															
♦ Outras															
100	♦ Arabia Saudita	2	0	..	..	8,08	5	0,4	2,33	106	321	145	177		
101	Irlanda	4	3	..	..	0,24	5	0,4	0,79	2	267	43	224		
102	Espanha	108	69	..	..	25,61	110	5,1	45,25	41	1.174	141	1.033		
103	♦ Israel	1	1	..	..	2,36	19	11,6	1,90	88	447	71	375		
104	♦ Hong Kong	..	..	..	..	0,00	..	..	..	..	..	..	..		
105	♦ Cingapura	0	0	..	..	0,03	1	4,8	0,19	32	84	38	46		
106	Nova Zelândia	95	72	..	..	28,28	122	10,5	1,20	0	379	174	204		
107	Austrália	1.067	417	..	..	364,81	625	4,8	17,80	5	1.306	849	457		
108	Reino Unido	22	20	..	..	25,69	84	10,6	28,35	24	507	101	405		
109	Itália	81	64	..	..	12,66	100	4,3	56,20	30	983	138	845		
110	Países Baixos	4	3	..	..	1,51	47	4,4	14,47	16	1.023	51	972		
111	♦ Kuwait	0	0	..	..	0,00	0	0,0	0,01	..	10	6	4		
112	Bélgica	8	7	..	..	0,84	5	2,6	9,03	72	917	101	816		
113	Áustria	38	38	..	..	15,94	129	19,3	3,13	3	417	79	338		
114	França	151	139	..	..	45,01	73	8,2	40,00	22	728	116	612		
115	♦ União dos Emirados Árabes	0	0	..	..	0,00	0	0,0	0,42	140	429	47	381		
116	Canadá	4.364	2.641	..	..	338,85	311	3,7	42,20	1	1.752	196	1.556		
117	Almanha	72	70	..	..	27,57	86	11,3	41,22	26	668	67	601		
118	Dinamarca	5	5	..	..	2,82	58	6,7	1,46	11	289	87	202		
119	EU'A	2.960	2.096	1,59	..	790,40	396	8,6	467,00	19	2.162	259	1.903		
120	Suécia	278	244	..	..	17,07	68	4,1	3,98	2	479	172	307		
121	Finlândia	232	199	..	..	8,06	34	2,6	3,70	3	774	93	681		
122	Noruega	87	76	..	..	47,62	65	15,5	2,00	0	489	98	392		
123	Japão	253	239	..	..	24,01	61	6,4	107,80	20	923	157	766		
124	Suíça	11	9	..	..	1,21	19	3,0	3,20	6	502	115	387		
Outras economias															
Mundo															
Export. de petróleo (exceto URSS)															

a. Os dados referem-se aos seguintes períodos: Índia, 1983-87; Indonésia, 1979-84; Mianmar, 1975-81; Vietnã, 1976-81; Filipinas, 1981-88; Camarões, 1976-86; Tailândia, 1985-88; Costa Rica, 1973-89. b. Ver as notas técnicas para estimativas alternativas.



## Notas técnicas

Esta décima-quarta edição dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial contém indicadores econômicos, sociais e de recursos naturais para períodos ou anos selecionados, relativos a 184 economias e a vários grupos analíticos e geográficos de economias.

O principal critério de classificação dos países é o produto nacional bruto (PNB) *per capita*. Com a inclusão de quatro novos membros do Banco Mundial, Bulgária, Mongólia, Namíbia e Tchecoslováquia, as tabelas principais desta vez contêm dados por país sobre 124 economias. Como são escassos os dados disponíveis sobre as quatro novas economias, estas não estão incluídas nas tabelas principais; constam apenas em forma resumida, sob a denominação *outras economias*, sempre que houver dados disponíveis. Para elas são apresentados dados selecionados, da mesma forma que para a antiga República Democrática Alemã, no Box A.2. O Box A.1, Indicadores básicos para economias com menos de 1 milhão de habitantes, cobre outras 56 economias. Outras modificações estão descritas na introdução.

Fez-se considerável esforço no sentido de padronizar os dados; há, porém, uma grande diferença entre métodos, cobertura, práticas e definições estatísticas. Além disso, os sistemas estatísticos de muitas economias em desenvolvimento ainda são deficientes, o que afeta a disponibilidade e confiabilidade dos dados. Ademais, comparações entre períodos e entre países sempre envolvem problemas técnicos complexos, os quais não podem ser resolvidos completa e inequivocamente. Os dados foram extraídos de fontes consideradas bastante fidedignas, mas muitas estão sujeitas a considerável margem de erro. Os dados demográficos e sociais provenientes de

fontes nacionais são, em sua maioria, extraídos de arquivos administrativos regulares, mas alguns foram obtidos de levantamentos especiais ou censos periódicos. No caso de dados oriundos de censos e pesquisas, as cifras para anos intermediários tiveram de ser interpoladas ou então estimadas a partir das estatísticas básicas de referência. Do mesmo modo, como nem todos os dados são atualizados, algumas cifras — sobretudo as relacionadas a períodos correntes — podem ser extrapoladas. Várias estimativas (expectativa de vida, por exemplo) derivam de modelos baseados em premissas quanto a comportamento e condições dominantes. A fidedignidade dos indicadores demográficos foi analisada nas *World population trends and policies*, das Nações Unidas. Pe-de-se aos leitores que levem em conta essas limitações ao interpretar os indicadores, sobretudo ao fazer comparações entre economias.

A principal mudança metodológica introduzida nesta edição foi a utilização de séries a preços constantes de 1987 no cálculo das taxas de crescimento, ao invés das séries a preços constantes de 1980, até então utilizadas.

A fim de possibilitar análises de tendências a longo prazo, facilitar comparações entre países e levar em conta os efeitos de alterações nos preços relativos intersetoriais, mudou-se em parte a base para os dados a preços constantes da maioria das economias, adotando-se três anos-base e vinculando os dados entre si. Para os dados relativos ao período 1960-75, o ano-base é 1970; para 1976-82, é 1980; e para 1983 em diante, é 1987. Esses períodos são "vinculados em cadeia" para se obter preços de 1987 nos três.

**BoxA.1 Indicadores básicos para economias com menos de 1 milhão de habitantes**

	População (milhares) meados de 1989	Área (milhares de km <sup>2</sup> )	PNB per capita <sup>a</sup>			Expectativa de vida ao nascer (anos) 1989	Analfabetismo entre adultos (%)		
			Em dólares de 1989	Taxa média de crescimento anual (%) 1965-89	Taxa média anual de inflação <sup>c</sup> (%)		Mulheres 1985	Total 1985	
					1965-80				1980-89
1 Guiné Bissau	960	36	180	..	..	53,2	40	83	69
2 Gâmbia	849	11	240	0,7	8,1	14,1	44	85	75
3 Guiné Equatorial	407	28	330	..	..	..	46	..	63
4 Guiana	796	215	340	-1,6	7,9	20,0	64	5	4
5 São Tomé e Príncipe	120	1	340	..	..	18,3	66	..	..
6 Maldivas	210	b	420	2,5	..	6,4	61	..	..
7 Comores	458	2	460	0,5	..	5,3	55	..	..
8 Ilhas Salomão	313	29	580	..	7,7	10,5	64	..	..
9 Kiribati	69	1	700	..	..	5,5	55	..	..
10 Samoa Ocidental	163	3	700	..	..	9,7	66	..	..
11 Cabo Verde	361	4	780	..	..	9,7	66	61	..
12 Vanuatu	152	12	860	..	..	4,3	64	..	..
13 Suazilândia	761	17	900	2,1	9,0	11,9	56	34	32
14 Tonga	98	1	910	..	..	7,5	67	..	..
15 Fiji	740	18	1.650	1,8	10,3	5,6	67	19	15
16 Felize	184	23	1.720	2,5	7,1	2,4	68	..	..
17 Santa Lúcia	148	1	1.810	..	..	3,6	71	..	..
18 Granada	94	b	1.900	..	..	..	69	..	..
19 Suriname	437	163	3.010	1,2	..	6,2	67	10	10
20 Seychelles	67	b	4.230	3,2	12,2	3,4	70	..	..
21 Malta	350	b	5.830	7,2	3,5	2,0	73	18	16
22 Barbados	256	b	6.350	2,4	11,0	5,5	75	..	..
23 Chipre	695	9	7.040	..	..	6,0	76	..	..
24 Bahamas	249	14	11.320	1,1	6,4	6,1	68	..	..
25 Catar	422	11	15.500	..	..	..	70	..	..
26 Islândia	254	103	21.070	3,4	26,8	34,8	78	..	..
27 Luxemburgo	377	3	24.980	6,1	4,3	4,4	75	..	..
28 Andorra	50	..	c	..	..	..	..	..	..
29 Antígua e Barbuda	78	b	d	..	..	6,7	74	..	..
30 Antilhas Holandesas	189	1	c	..	..	..	77	..	..
31 Aruba	60	b	c	..	..	..	..	..	..
32 Barein	489	1	c	..	..	-1,3	69	36	27
33 Bermudas	60	b	c	..	8,1	9,1	..	..	..
34 Brunei	249	6	c	..	..	-5,1	75	..	..
35 Djibuti	411	23	e	..	..	..	48	..	..
36 Dominica	82	1	e	0,5	12,6	6,1	75	..	..
37 Gibraltar	31	b	d	..	..	..	..	..	..
38 Groenlândia	56	342	c	..	..	..	..	..	..
39 Guadalupe	341	2	c	..	..	..	74	..	..
40 Guam	134	1	c	..	..	..	73	..	..
41 Guiana Francesa	90	90	d	..	..	..	..	..	..
42 Ilha de Man	67	..	c	..	..	..	..	..	..
43 Ilhas do Canal	142	..	c	..	..	..	77	..	..
44 Ilhas do Pacífico, Territórios de Fideicomisso	169	2	d	..	..	..	..	..	..
45 Ilhas Feroé	47	1	c	..	..	..	..	..	..
46 Ilhas Virgens (EUA)	109	b	c	..	..	..	74	..	..
47 Macau	448	b	d	..	..	..	72	..	..
48 Martinica	338	1	d	..	..	..	76	..	..
49 Mayotte	69	..	c	..	..	..	..	..	..
50 Nova Caledônia	162	19	d	..	..	..	69	..	..
51 Polinésia Francesa	193	4	c	..	..	..	72	..	..
52 Porto Rico <sup>f</sup>	3.301	9	c	..	..	..	75	..	..
53 Reunião	584	3	d	..	..	..	72	..	..
54 Samoa norte-americana	38	b	c	..	..	..	72	..	..
55 São Vicente e Granadinas	113	b	e	1,9	10,9	5,8	70	..	..
56 St. Christopher-Nevis	41	b	d	..	..	6,4	69	..	..

*Nota:* As economias em itálico são aquelas para as quais não se pode calcular o PNB per capita de 1989; os números em itálico referem-se a anos diferentes dos especificados. a. Ver notas técnicas da Tabela 1. b. Menos de 500 km<sup>2</sup>. c. Calcula-se que o PNB per capita esteja na faixa de renda alta. d. Calcula-se que o PNB per capita esteja na faixa de renda média alta. e. Calcula-se que o PNB per capita esteja na faixa de renda média baixa. f. População superior a 1 milhão de habitantes.

### Box A.2. Indicadores selecionados de outras economias

	Albânia		Cuba		Ex-Rep. Dem. Alemanha <sup>a</sup>		Rep. Dem. Pop. da Coreia		URSS	
	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989	1965	1989
População (milhões)	2	3	8	11	17	17	12	21	232	288
População urbana (% do total)	32	35	58	74	73	77	45	60	52	66
Expectativa de vida ao nascer (anos)	66	72	67	76	70	74	57	70	69	70
Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes)	35	24	34	18	17	12	44	22	18	18
Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes)	9	6	8	7	14	13	12	5	7	10
Número de habitantes por médico	2.100	..	1.150	530	870	440	..	420	480	270
Taxa de fecundidade total	5,4	3,0	4,4	1,9	2,5	1,8	6,5	2,4	2,5	2,4
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	87	26	38	12	25	8	63	27	28	24
Recém-nascidos de pouco peso (%)	..	..	..	8	..	6	..	..	..	..
Mortalidade até os 5 anos (por mil nascidas vivas, mulheres)	..	28	..	14	..	9	..	27	..	25
Mortalidade até os 5 anos (por mil nascidos vivos, homens)	..	34	..	17	..	12	..	36	..	33
Consumo diário de calorias ( <i>per capita</i> )	2.376	2.741	2.373	3.103	3.203	3.890	2.298	3.193	3.205	3.386
Índice de produção alimentícia <i>per capita</i> (1979-81 = 100)	84	96	82	108	72	113	73	108	86	113
Educação primária (mulheres)	87	98	119	101	111	105	..	100	103	..
Educação primária (total)	92	99	121	104	109	105	..	100	103	105
Área (milhares de km <sup>2</sup> )	..	29	..	111	..	108	..	121	..	22.402
População projetada para o ano 2000 (milhões)	..	4	..	12	..	15	..	25	..	307

*Nota:* Quanto à comparabilidade e cobertura dos dados, ver as notas técnicas da tabela principal apropriada. Os números em itálico referem-se a anos diferentes daqueles especificados. a. Não incluída no grupo de países "outras economias" das tabelas principais.

A vinculação em cadeia para cada um dos subperíodos foi obtida por reescalonamento; para tanto, mudou-se o ano em que as versões em preços correntes e em preços constantes das mesmas séries temporais têm o mesmo valor, sem alterar as tendências de ambas. Os componentes do PIB foram transformados um por um e somados para calcular o PIB e seus subagregados. Nesse processo, pode haver um desvio entre o PIB por ramo de atividade a preços constantes e o PIB por categoria de despesa. Tais desvios são absorvidos no item *consumo privado etc.*, porque o PIB por ramo de atividade costuma ser a estimativa mais confiável.

Uma vez que o consumo privado é calculado como residual, as identidades nas contas nacionais foram mantidas. Isso no entanto requer incorporar no consumo privado quaisquer discrepâncias estatísticas que surjam na despesa em função da mudan-

ça de base. O valor adicionado no setor de serviços também inclui uma discrepância estatística como descrito pelas fontes originais.

Salvo algumas exceções, o uso de valores de 1987 ao invés de 1980 como coeficientes de ponderação nacionais não altera em muito os índices de grupo e as taxas de crescimento aqui registrados. As maiores exceções dizem respeito aos exportadores de petróleo e refletem as participações declinantes quanto a PNB, comércio exterior etc. do grupo entre 1980 e 1987. Isso é mais sentido em relação à África subsaariana, com o drástico declínio do coeficiente de ponderação da Nigéria. Por outro lado, é provável que a troca do ano-base para as séries de países, como descrito acima, produza significativas alterações de tendência. Podem ocorrer com frequência diferenças de meio ponto percentual ao ano nas taxas de crescimento; e talvez se verifiquem grandes variações no

caso de economias que empreenderam mudanças estruturais expressivas, como os exportadores de petróleo.

Os indicadores sumários são calculados por simples adição quando uma variável é expressa em unidades de conta de razoável comparabilidade. Os indicadores econômicos que parecem não se adicionar naturalmente são em geral combinados por um sistema de ponderação de preços. Os indicadores sumários referentes a indicadores sociais são ponderados pela população.

Os Indicadores do Desenvolvimento Mundial, ao contrário das *World Tables*, apresentam dados (normalmente) para dois pontos de referência, e não séries de tempo anuais. Para os indicadores sumários que abrangem muitos anos, os cálculos baseiam-se na mesma composição de países quanto à cobertura do período e aos diferentes itens. Assim é feito nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial, porque eles permitem que os cálculos por grupo só sejam compilados se os dados por país disponíveis para determinado ano forem representativos de pelo menos dois terços de todo o grupo, conforme definido nas referências de nível de 1987. Enquanto esses critérios não forem atingidos, supõe-se que os informantes desatualizados (e aqueles que não fornecem um histórico mais amplo), que não dispõem de dados durante muitos anos, se comportem da mesma forma que a amostra do grupo que de fato fornece estimativas. O leitor deve ter em mente que o propósito é manter uma relação apropriada entre os tópicos, apesar dos inúmeros problemas relacionados com os dados por país, e que não se pode inferir nada de significativo sobre o comportamento no nível de país trabalhando-se em cima de antigos indicadores de grupo. Além disso, o processo de ponderação pode redundar em discrepância entre as cifras que totalizam os subgrupos e os totais globais. Para maiores detalhes, ver a introdução das *World Tables*.

Todas as taxas de crescimento são indicadas a preços constantes e, salvo indicação em contrário, foram calculadas pelo método dos mínimos quadrados. A taxa de crescimento,  $c$ , é estimada ajustando-se uma curva de tendência regressiva de mínimos quadrados aos valores logarítmicos anuais da variável no período em questão. Mais especificamente, a equação de regressão assume a forma de:  $\log X_t = a + bt + e_t$ , que equivale à transformação logarítmica da equação composta da taxa de crescimento,  $X_t = X_0 (1 + c)^t$ . Nessas equações,  $X$  é a variável,  $t$  é o tempo, e  $a = \log X_0$  e  $b = \log (1 + c)$  são os parâmetros a serem estimados;  $e$  é o termo de erro. Se  $b^*$  é a estimativa de  $b$  pelo método dos mínimos quadrados, então a taxa média anual de crescimento,  $c$ , é obtida como  $[\text{antilog}(b^*)] - 1$ , e multiplicada por 100 para ser expressa em termos percentuais.

## Tabela 1. Indicadores básicos

Indicadores básicos para economias com menos de 1 milhão de habitantes, ver Box A.1. Indicadores selecionados para outras economias e para a antiga República Democrática Alemã, ver Box A.2.

Os números de população referentes a meados de 1989 são estimativas do Banco Mundial. Estas são normalmente projeções baseadas nos dados mais recentes de levantamentos ou censos demográficos; são, na maioria dos casos, dos anos 80, e para alguns, dos anos 60 ou 70. Note-se que os refugiados não estabelecidos permanentemente no país de asilo são em geral considerados parte da população de seus países de origem.

Os dados sobre área provêm da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Área é a superfície total, calculada em  $\text{km}^2$ , que compreende superfície terrestre e águas internas.

Os números em dólares dos EUA do PNB *per capita* são calculados pelo método do *World Bank Atlas*, que é descrito mais adiante.

O PNB *per capita*, por si só, não representa ou mede o bem-estar ou o êxito no desenvolvimento. Não faz distinção entre os objetivos e os usos finais de um determinado produto, nem indica se este apenas compensa algum obstáculo natural ou de outra ordem, nem ainda se contribui para o bem-estar ou o prejudica. Por exemplo, o PNB é mais alto em países mais frios, onde as pessoas gastam dinheiro em aquecimento e roupas quentes, do que em climas amenos, onde as pessoas se sentem confortáveis usando roupas leves ao ar livre.

Em geral, o PNB desconsidera questões ambientais, especialmente o uso de recursos naturais. O Banco se associou a outras instituições para verificar como as contas nacionais podem esclarecer de certa forma essas questões. A possibilidade de elaborar contas "satélite" vem sendo considerada; tais contas poderiam sondar algumas dificuldades de ordem prática e conceptual, como a atribuição de um valor econômico significativo a recursos que os mercados ainda não consideram "escassos" e a alocação de custos, em essência globais, num contexto inerentemente nacional.

O PNB mede o valor adicionado interno e externo total creditado a residentes. Abrange o PIB (definido na nota da Tabela 2) mais a renda líquida de fatores proveniente do exterior, que é a receita percebida, de fontes externas, por residentes, relativa a serviços fatoriais (mão-de-obra e capital), menos os pagamentos similares feitos a não-residentes que tenham contribuído para a economia interna.

O Banco reconhece que é impossível uma comparação perfeita entre países das estimativas do PNB *per capita*. Além do clássico problema do número-in-



dice, absolutamente incontornável, dois obstáculos impedem uma comparação adequada. Um deles diz respeito às próprias estimativas do PNB e de população.

Existem diferenças nos sistemas nacionais de contabilidade e de registro demográfico, e na cobertura e confiabilidade das informações estatísticas básicas entre os vários países. O outro obstáculo refere-se à conversão dos dados referentes ao PNB, expressos em diferentes moedas nacionais, em uma denominação comum — que se convencionou ser o dólar norte-americano —, a fim de permitir comparações entre países.

Reconhecendo que essas deficiências afetam a comparabilidade entre as estimativas do PNB *per capita*, o Banco Mundial introduziu vários aperfeiçoamentos nos métodos de cálculo. Através de sua análise regular das contas nacionais dos países-membros, o Banco avalia sistematicamente as estimativas do PNB, com ênfase na cobertura e nos conceitos empregados, e, quando necessário, faz ajustes para melhorar a comparabilidade. Como parte da análise, as estimativas do PNB (e às vezes da população) realizadas pela equipe do Banco podem ser aplicadas a períodos mais recentes.

Além disso, o Banco faz uma análise sistemática para avaliar a adequação das taxas de câmbio oficiais como fatores de conversão. Usa-se um fator de conversão alternativo (apresentado nas *World Tables*) quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge, por uma margem excepcionalmente grande, da taxa efetivamente aplicada a transações externas. Isso só vale para um número reduzido de países. Para todos os demais países o Banco calcula o PNB *per capita* usando o método do *Atlas*.

O fator de conversão do *Atlas* para qualquer ano é a média da taxa de câmbio para esse ano e as taxas cambiais para os dois anos anteriores, que devem ser ajustadas devido às diferenças na inflação relativa entre o país e os EUA. Essa média de três anos atenua as flutuações de preços e de taxas cambiais de cada país. O PNB resultante em dólares norte-americanos é dividido pela população em meados do ano para obter o PNB *per capita* do último ano.

Cerca de 60 economias de renda média e baixa tiveram uma queda do PNB real *per capita* a preços constantes nos anos 80. Além disso, as mudanças nas relações de troca, assim como as flutuações das moedas, afetaram os níveis de renda relativos. Portanto, os níveis e a classificação das estimativas do PNB *per capita*, calculadas pelo método do *Atlas*, por vezes se modificaram de vários modos, não necessariamente relacionados com o desempenho do crescimento interno relativo das economias.

As fórmulas a seguir descrevem o processo de cálculo do fator de conversão para o ano  $t$ :

$$(e_{t-2,t}^*) = \frac{1}{3} [e_{t-2} \left( \frac{P_t}{P_{t-2}} \right) \left( \frac{P_t^*}{P_{t-2}^*} \right) + e_{t-1} \left( \frac{P_t}{P_{t-1}} \right) \left( \frac{P_t^*}{P_{t-1}^*} \right) + e_t]$$

e para o cálculo do PNB *per capita* em dólares dos EUA para o ano  $t$ :

$$(Y_t^*) = (Y_t / N_t \div e_{t-2,t}^*)$$

onde:

$Y_t$  = PNB corrente (em moeda local) para o ano  $t$

$P_t$  = deflator do PNB para o ano  $t$

$e_t^*$  = taxa de câmbio média anual (moeda local/US\$) para o ano  $t$

$N_t$  = população em meados do ano para o ano  $t$

$P_t^*$  = deflator do PNB dos EUA para o ano  $t$ .

Devido aos problemas associados à disponibilidade de dados comparáveis e à determinação dos fatores de conversão, não há informações sobre o PNB *per capita* para algumas economias.

O uso de taxas de câmbio oficiais para converter em dólares dos EUA os valores expressos em moedas nacionais não significa uma tentativa de medir o poder de compra interno relativo das moedas. O Programa de Comparação Internacional (PCI), da ONU, estabeleceu estimativas do PIB real numa escala comparável internacionalmente, utilizando como fatores de conversão as paridades de poder de compra (PPC) em vez de taxas de câmbio; para as estimativas mais recentes do PCI, ver Tabela 30. As informações sobre o PCI foram publicadas em quatro estudos e em vários outros relatórios. O estudo mais recente é a Fase V, que já foi publicado em parte pela Comunidade Européia (CE) — cobrindo a Europa e a África — e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os números do PCI que constam da Tabela 30 são preliminares e estão sujeitos a revisão. As Nações Unidas e suas comissões econômicas regionais, assim como outros órgãos internacionais, como a CE, a OCDE e o Banco Mundial, estão trabalhando para aperfeiçoar a metodologia e para estender a todos os países as comparações anuais sobre poder de compra. No entanto, as taxas cambiais continuam sendo o único meio disponível de converter em dólares dos EUA o PNB expresso em moedas nacionais.

A taxa média anual de inflação é medida pela taxa de crescimento do deflator implícito do PIB para cada período indicado. Calcula-se inicialmente o deflator do PIB dividindo-se, para cada ano do período, o valor do PIB em valores correntes pelo valor do PIB em valores constantes, ambos em moeda nacional. Em seguida, usa-se o método dos mínimos quadrados para calcular a taxa de crescimento do deflator do PIB para o período. Essa medida da inflação, como qualquer outra, tem

suas limitações. Para certas finalidades, porém, é usada como indicador da inflação por ser o indicador de base mais ampla, mostrando variações anuais de preços para todos os bens e serviços produzidos numa economia.

A *expectativa de vida ao nascer* indica o número de anos que um recém-nascido viveria se os padrões de mortalidade vigentes à época do seu nascimento permanecessem inalterados durante toda a sua existência. Os dados provêm da Divisão de População da ONU, suplementados por estimativas do Banco Mundial, mas ainda não refletem o impacto provavelmente significativo da epidemia do vírus da imunodeficiência humana (HIV).

A *analfabetismo entre adultos* é aqui definido como a parcela da população maior de 15 anos que não consegue ler e escrever, compreendendo, uma frase curta e simples no cotidiano. Essa é apenas uma das três definições mais aceitas, e sua aplicação está sujeita a ressalvas em muitos países.

Nesta tabela, os indicadores sumários para o PNB *per capita*, a expectativa de vida e o analfabetismo entre adultos são ponderados pela população. Os indicadores sumários para as taxas médias anuais de inflação são ponderados pela participação do PIB do país em 1987, avaliado em dólares correntes dos EUA.

### **Tabelas 2 e 3. Crescimento e estrutura da produção**

Em sua maioria, as definições usadas são as do *System of National Accounts* (SNA), Série F, nº 2, Revisão 3, da ONU. As estimativas foram obtidas de fontes nacionais, às vezes conseguidas pelo Banco Mundial através de outros órgãos internacionais, mas em sua maioria coletadas durante as missões da equipe do Banco Mundial.

A equipe do Banco Mundial verifica a qualidade dos dados sobre contas nacionais e, em alguns casos, por meio de assistência técnica ou do trabalho das missões, ajuda a adaptar as séries nacionais. Devido às limitações de alguns órgãos estatísticos e a problemas com os dados básicos, não se consegue obter uma rigorosa comparabilidade internacional, sobretudo em atividades econômicas difíceis de ser mensuradas, como transações do mercado paralelo, o setor informal ou a agricultura de subsistência.

O *PIB* mede a produção total de bens e serviços para uso final produzidos por residentes e não-residentes, independentemente da alocação como interna ou externa. É calculado sem deduções por depreciação de ativos "artificiais" ou por esgotamento e degradação de recursos naturais. Enquanto o SNA considera as estimativas do PIB por ramo de atividade

de como sendo a preços ao produtor, muitos países ainda prestam informações com base no custo fatorial. A comparabilidade internacional das estimativas é afetada pelo fato de que os países usam diferentes sistemas de avaliação na declaração do valor adicionado por setores de produção. Como solução parcial, as estimativas do PIB são mostradas em valores de compra, se os componentes são calculados nessa base, caso em que aparecem em notas de rodapé. Mas para alguns países das Tabelas 2 e 3, o PIB a valores de compra foi substituído pelo PIB a custo fatorial.

Os números do PIB são valores em dólar convertidos a partir de moedas nacionais, usando-se a taxa de câmbio oficial para um único ano. Para alguns países em que a taxa oficial de câmbio não reflete a taxa efetivamente aplicada a transações reais em moedas estrangeiras, usou-se um fator alternativo de conversão (informado nas *World Tables*). Note-se que esta tabela não utiliza o cálculo de médias trianuais usado para o cálculo do PNB *per capita* na Tabela 1.

A *agricultura* compreende — além da agricultura propriamente dita — silvicultura, caça e pesca. Nos países em desenvolvimento com alto nível de agricultura de subsistência, grande parte da produção agrícola ou não é permutada, ou não é trocada por dinheiro. Isso torna mais difícil medir a contribuição da agricultura para o PIB e reduz a confiabilidade e comparabilidade de tais números. A *indústria* abrange o valor adicionado na mineração; manufatura (também informado como um subgrupo); construção; bem como eletricidade, água e gás. O valor adicionado em todos os outros ramos da atividade econômica, inclusive taxas de serviços bancários, impostos de importação e algumas discrepâncias estatísticas, assinaladas por compiladores nacionais, está categorizado como *serviços etc.*

Séries de 1987 vinculadas em cadeia, em moedas nacionais, parcialmente em novas bases, como explicado no início das notas técnicas, foram utilizadas para calcular as taxas de crescimento da Tabela 2. As participações setoriais do PIB na Tabela 3 basearam-se em séries a preços correntes.

Ao calcular os indicadores sumários para cada indicador na Tabela 2, os valores constantes em dólares dos EUA de 1987, parcialmente em nova base para cada economia, foram calculados para cada ano dos períodos cobertos; os valores são agregados entre os países para cada ano, e o método dos mínimos quadrados é usado para calcular as taxas de crescimento. As participações percentuais médias por setor da Tabela 3 são calculadas a partir de agregados de grupo de PIB setorial em dólares correntes dos EUA.

**Tabela 4. Agricultura e alimentos**

Os dados básicos para o *valor adicionado na agricultura* provêm das séries de contas nacionais do Banco Mundial a preços correntes em moedas nacionais. O valor adicionado a preços correntes em moedas nacionais é convertido em dólares norte-americanos aplicando-se o procedimento de conversão para um único ano, descrito nas notas técnicas das Tabelas 2 e 3.

Os demais números da tabela provêm da FAO. As *importações de cereais* são medidas em equivalentes de grãos e definidas como abrangendo todos os cereais incluídos nos Grupos 041-046 da Revisão 2 da *Standard International Trade Classification* (SITC). *Ajuda alimentar em cereais* abrange trigo e farinha de trigo, farinhas torradas, arroz, grãos integrais e misturas de cereais. Os números não admitem comparação direta, devido a diferenças no tocante a fontes de informações e períodos de tempo. As importações de cereais têm por base o ano civil informado pelo país importador, ao passo que a ajuda em cereais baseia-se em dados para os anos de safra informados pelo país doador e por organizações internacionais, entre elas o Conselho Internacional do Trigo e o Programa Mundial de Alimentos. Além disso, as informações sobre ajuda alimentar fornecidas pelos doadores podem não corresponder ao que foi realmente recebido pelos beneficiários durante determinado período devido a atrasos de transporte e de registro, ou devido ao fato de às vezes não serem passadas à FAO ou a outras organizações internacionais pertinentes. As importações decorrentes de ajuda alimentar podem também não constar dos registros alfandegários. Os dados mais recentes disponíveis sobre ajuda alimentar são de 1974. O período de referência para a ajuda alimentar é o ano agrícola, julho-junho.

O *consumo de fertilizantes* mede os nutrientes vegetais consumidos em relação à terra agricultável. Os produtos fertilizantes abrangem os fertilizantes nitrogenados, de potassa e de fosfato (entre os quais o fosfato de pedra moída). A terra agricultável é definida como terra com culturas temporárias (áreas com duas culturas são contadas uma só vez), prados temporários para sega ou pastagem, terra utilizada para horticultura de mercado ou uso próprio, terra temporariamente alqueivada ou ociosa, e terra com culturas permanentes. O período de referência para o consumo de fertilizantes é o ano agrícola, julho-junho.

O *índice médio de produção de alimentos per capita* mostra a quantidade média anual de alimentos produzidos *per capita* em 1987-89 em relação à média produzida anualmente em 1979-81. As estimativas

são calculadas dividindo-se a quantidade de produção de alimentos pela população total. Para esse índice, alimentos abrangem castanhas, leguminosas, frutas, cereais, legumes, cana-de-açúcar, beterraba açucareira, raízes amiláceas, óleos comestíveis, animais de corte e derivados de carne. As quantidades de produção de alimentos são mensuradas descontando-se as rações animais, as sementes usadas em agricultura e a quantidade perdida no beneficiamento e distribuição.

Os indicadores sumários para o consumo de fertilizantes são ponderados pela terra agricultável total; os indicadores sumários para a produção de alimentos são ponderados pela população.

**Tabela 5. Energia comercial**

Os dados sobre energia provêm basicamente de fontes da ONU. Referem-se a formas comerciais de energia primária — petróleo e formas líquidas de gás natural, gás natural, combustíveis sólidos (carvão-de-pedra, linhita etc.) e eletricidade primária (energia nuclear, geotérmica e hidrelétrica) — todas convertidas em equivalentes de petróleo. Os números referentes ao consumo de combustível líquido incluem os derivados de petróleo consumidos em usos não-energéticos. Para a conversão de eletricidade primária em equivalentes de petróleo, pressupõe-se uma eficiência térmica de 34%. O uso de lenha, de estrume seco e de outros combustíveis tradicionais, embora substancial em alguns países em desenvolvimento, não foi levado em conta dada a inexistência de dados confiáveis e abrangentes.

As *importações de energia* referem-se ao valor em dólares das importações de energia — Seção 3 da Revisão 1 da SITC — e são expressas como percentual das receitas de exportação de mercadorias. Como os dados sobre importação de energia não permitem distinguir entre o petróleo importado para servir de combustível e o importado para uso na indústria petroquímica, essas percentagens podem superestimar a dependência em relação à energia importada.

Os indicadores sumários da produção e consumo de energia são computados agregando-se os respectivos volumes para cada um dos anos abrangidos nos períodos e, em seguida, aplicando-se o método de taxa de crescimento por mínimos quadrados. No caso do consumo de energia *per capita*, usaram-se pesos populacionais para o cômputo dos indicadores sumários relativos aos anos especificados.

Os indicadores sumários de importação de energia como percentual das exportações de mercadorias são computados a partir de agregados de grupo para importação de energia e exportação de mercadorias em dólares correntes.

**Tabela 6. Estrutura da atividade manufatureira**

Os dados básicos de *valor adicionado na manufatura* provêm das séries de contas nacionais do Banco Mundial a preços correntes em moedas nacionais. O valor adicionado a preços correntes em moedas nacionais é convertido em dólares norte-americanos utilizando-se o procedimento de conversão para um único ano, como descrito nas notas técnicas das Tabelas 2 e 3.

Os dados para *distribuição do valor adicionado na manufatura* entre as indústrias foram fornecidos pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) e estão em moedas nacionais a preços correntes.

A classificação de indústrias manufatureiras segue a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC)*, Revisão 2, da ONU. Alimentos, bebidas e fumo abrange a Divisão 31 da ISIC; têxteis e vestuário, a Divisão 32, máquinas e equipamentos de transporte, os Grupos Principais 382-84; e produtos químicos, os Grupos Principais 351 e 352. Outros compreende madeira e produtos correlatos (Divisão 33), papel e produtos correlatos (Divisão 34), petróleo e produtos correlatos (Grupos Principais 353-56), metais e minerais básicos (Divisões 36 e 37), produtos de metal e artigos profissionais (Grupos Principais 381 e 385) e outras indústrias (Grupo Principal 390). Não havendo dados para têxteis, máquinas e produtos químicos, estes foram também incluídos em outros.

Os indicadores sumários do valor adicionado na manufatura são totais calculados pelo método de agregação mencionado no início das notas técnicas.

**Tabela 7. Produção e rendimento da atividade manufatureira**

Esta tabela apresenta quatro indicadores — dois dizem respeito aos rendimentos reais por empregado, um à participação da mão-de-obra no total do valor adicionado gerado, e outro à produtividade da mão-de-obra no setor manufatureiro —, sendo que todos se baseiam em dados da ONUDI, embora os deflatores sejam de outras fontes, como explicado mais adiante.

Os *rendimentos por empregado* são dados a preços constantes. Obtêm-se esses rendimentos deflacionando-se os rendimentos nominais por empregado pelo índice de preços ao consumidor (IPC) do país. O IPC provêm das *International Financial Statistics*, do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os *rendimentos totais como percentual do valor adicionado* são obtidos dividindo-se a receita total dos empregados pelo valor adicionado em preços correntes, a fim de mostrar a participação da mão-de-obra na renda ge-

rada no setor manufatureiro. A *produção bruta por empregado* está em preços constantes e vem apresentada como um índice da produtividade global da mão-de-obra na manufatura, tomando-se 1980 como o ano-base. Para obter esse indicador, os dados da ONUDI sobre produção bruta por empregado a preços correntes são ajustados usando-se deflatores implícitos para o valor adicionado na manufatura ou na indústria, que provêm do arquivo de dados sobre contas nacionais do Banco Mundial.

A fim de melhorar a comparabilidade entre os países, a ONUDI, sempre que possível, padronizou a cobertura dos estabelecimentos, agrupando aqueles com cinco ou mais empregados.

Os conceitos e definições seguem as *International Recommendations for Industrial Statistics*, publicadas pela ONU. Os rendimentos (salários e remunerações) abrangem todas as remunerações pagas aos empregados pelo empregador durante o ano. Tais pagamentos incluem (a) todos os pagamentos, regulares e extras, à vista, gratificações e reposições por custo de vida; (b) salários e remunerações pagos durante férias e licenças médicas; (c) impostos, contribuições previdenciárias etc., pagos pelos empregados e deduzidos pelo empregador; e (d) pagamentos em espécie.

O valor da produção bruta é calculado com base ou na produção ou nas remessas. No primeiro caso, consiste em (a) valor de todos os produtos do estabelecimento; (b) valor dos serviços industriais prestados a terceiros; (c) valor das mercadorias remetidas nas mesmas condições em que foram recebidas; (d) valor da energia elétrica vendida; e (e) variação líquida do valor da produção em curso entre o início e o fim do período de referência. No caso de estimativas calculadas com base nas remessas, também está incluída a variação líquida entre o valor dos estoques dos produtos acabados no início e no fim do período de referência. O "valor adicionado" é definido como o valor corrente da produção bruta menos o custo corrente de (a) matérias-primas, combustíveis e outros suprimentos consumidos; (b) trabalho contratado e comissionado realizado por terceiros; (c) trabalho de reparo e manutenção feito por terceiros; e (d) mercadorias remetidas nas mesmas condições em que foram recebidas.

Nesta tabela, o termo "empregados" combina duas categorias definidas pela ONU: empregados regulares e pessoal contratado. Juntas, essas categorias abrangem empregados regulares, proprietários que trabalham, sócios atuantes e famílias de trabalhadores não-remunerados; excluem os trabalhadores domésticos. Os dados se referem ao número médio de empregados em atividade durante o ano.

## Tabelas 8 e 9. Crescimento do consumo e dos investimentos; estrutura da demanda

O PIB é definido na nota referente às Tabelas 2 e 3, mas para essas duas tabelas está em valores de compra.

O *consumo do governo geral* inclui todas as despesas correntes para compras de bens e serviços por todos os níveis de governo. O dispêndio de capital com defesa e segurança nacional é considerado despesa de consumo.

O *consumo privado etc.* é o valor de mercado de todos os bens e serviços, inclusive produtos duráveis (como automóveis, máquinas de lavar e computadores domésticos), comprados ou recebidos como receita em espécie por famílias e instituições sem fins lucrativos. Não inclui compras de residências, mas inclui o aluguel imputado no caso de residências ocupadas pelos proprietários (para maiores detalhes, ver nota da Tabela 10). Na prática, isso inclui qualquer discrepância estatística no uso de recursos. A preços constantes, também inclui o desvio resultante da transformação parcial da nova base, explicado no início das notas técnicas.

O *investimento interno bruto* consiste nos desembolsos para acréscimos dos haveres fixos da economia, somados às alterações líquidas do nível dos estoques.

A *poupança interna bruta* é calculada deduzindo-se o consumo total do PIB.

As *exportações de bens e serviços não-fatoriais* representam o valor de todos os bens e serviços não-fatoriais fornecidos ao resto do mundo; incluem mercadoria, frete, seguro, transporte e outros serviços não-fatoriais. O valor de serviços fatoriais, tais como renda de investimentos, juros e renda de trabalho, é excluído. As transferências correntes também são excluídas.

O *balanço de recursos* é a diferença entre as exportações e as importações de bens e de serviços não-fatoriais.

No cálculo dos indicadores da Tabela 8 foram usadas as séries de 1987 parcialmente em nova base, em unidades constantes de moedas nacionais. A distribuição do PIB na Tabela 9 utilizou-se das séries de contas nacionais em unidades correntes de moeda nacional.

Os indicadores sumários são calculados pelo método exposto na nota das Tabelas 2 e 3.

## Tabela 10. Estrutura do consumo

A distribuição percentual dos itens selecionados no total das despesas de consumo doméstico foi calculada pelos componentes do PIB (despesa a preços de mercado nacional), tal como definidos no *System of*

*National Accounts* (SNA), da ONU, quase sempre conforme coletados para as Fases IV (1980) e V (1985) do Programa de Comparação Internacional (PCI). Para os países não cobertos pelo PCI, foram incluídas estimativas das contas nacionais menos detalhadas, sempre que disponíveis, para dar uma idéia geral da estrutura ampla do consumo. Os dados abrangem 84 países (inclusive estimativas da equipe do Banco para a China) e referem-se às estimativas mais recentes, em geral para 1980 e 1985. Em certos casos, referem-se a outros anos e por isso aparecem em itálico. O *consumo* aqui refere-se ao consumo privado (não-governamental) tal como definido no SNA e nas notas das Tabelas 2, 3, 4 e 9, exceto no caso da educação e assistência médica, que fazem parte tanto da despesa privada quanto da pública. O conceito de consumo do PCI reflete mais quem usa do que quem paga pelos bens de consumo e aperfeiçoa a comparabilidade internacional porque é menos sensível às diferenças de práticas nacionais quanto ao financiamento dos serviços de saúde e educação.

*Cereais e tubérculos*, um subitem principal de alimentos, compreende os principais gêneros de primeira necessidade: arroz, farinha, pão e outros cereais ou misturas de cereais, batatas, inhames e outros tubérculos. Para os membros de alta renda da OCDE, porém, esse subitem não inclui tubérculos. *Aluguéis brutos, combustível e energia* compreende aluguéis imputados e reais, despesas de reparo e manutenção, assim como o subitem *combustível e energia* (para aquecimento, iluminação, cozinha, ar condicionado e assim por diante). Note-se que esse item exclui a energia utilizada para transporte (raramente mais de 1% do consumo total, nas economias de renda média e baixa). Como já citado, *assistência médica e educação* incluem despesas de consumo público e privado. *Transportes e comunicações* inclui também a compra de *automóveis*, o que está apresentado como um subitem. *Outros consumos*, um grupo residual, inclui bebidas e fumo, bens perecíveis de uso doméstico e serviços domésticos, serviços recreativos, serviços (inclusive refeições) fornecidos por hotéis e restaurantes; registrando-se também aqui as "quentinhas". Inclui também um subitem apresentado separadamente como *outros bens duráveis*, que compreende aparelhos domésticos, móveis, tapetes, aparelhos de lazer, relógios e jóias.

A estimativa da estrutura de consumo é um dos aspectos mais deficientes das contas nacionais nas economias de renda média e baixa. A estrutura é estimada através de levantamentos de gastos domésticos e técnicas semelhantes de amostragem. Apresenta, portanto, as distorções porventura existentes na estrutura da amostra. Como, conceptualmente, a despesa não é idêntica ao consumo, ocorrem outras discrepâncias e os dados para alguns



países devem ser tratados com cautela. Por exemplo, alguns países limitam seus levantamentos às áreas urbanas ou mesmo às capitais. Isso tende a produzir parcelas mais baixas que a média para alimentos e parcelas altas para transportes e comunicações, alugueiros brutos, combustíveis e energia e outros consumos. Os preços de alimentos controlados e a contabilidade nacional incompleta para atividades de subsistência também contribuem para parcelas baixas de alimentação.

#### Tabela 11. Despesa do governo central

Os dados sobre as finanças do governo central das Tabelas 11 e 12 provêm do *Government Finance Statistics Yearbook* (1990), do FMI, e de arquivos de dados do FMI. As contas de cada país são divulgadas usando-se o sistema de definições e classificações comuns contido no *Manual on Government Finance Statistics* (1986), do FMI.

Para explicações completas e fidedignas de conceitos, definições e fontes de dados, recorrer a essas fontes do FMI. Os comentários que se seguem têm por objetivo principal situar esses dados no contexto mais amplo dos indicadores desta edição.

As participações da *despesa total* e da *receita corrente* por categoria são calculadas a partir de séries em moedas nacionais. Devido à diferença de cobertura dos dados disponíveis, os componentes da receita corrente e da despesa do governo central indicados nestas tabelas podem não ser rigorosamente comparáveis entre todas as economias.

Além disso, a cobertura estatística inadequada de governos estaduais, municipais e locais impõe o uso de dados referentes ao governo central, o que pode reduzir ou distorcer gravemente a descrição estatística da alocação de recursos para vários fins, especialmente nos países onde os escalões inferiores de governo gozam de considerável autonomia e são responsáveis por muitos serviços econômicos e sociais. Ademais, "governo central" pode significar um desses dois conceitos contábeis: consolidado ou orçamentário. Para a maior parte dos países, os dados sobre finanças do governo central foram consolidados numa conta global, mas para outros, só se dispõe das contas orçamentárias do governo central. Como nem todas as unidades do governo central estão incluídas nas contas orçamentárias, o panorama geral das atividades do governo central é comumente incompleto. Os países que informaram dados orçamentários estão nas notas de rodapé.

Convém salientar que, por esses e outros motivos, os dados apresentados, especialmente aqueles referentes a educação e saúde, não são comparáveis de um país para outro. Em muitas economias, existem muitos serviços particulares de saúde e educação;

em outras, os serviços públicos representam o principal componente da despesa total, mas podem ser financiados por escalões inferiores do governo. Portanto, deve-se ter muito cuidado ao usar esses dados para comparar uma economia com outra. A despesa do governo central abrange as despesas feitas por todos os órgãos, departamentos, estabelecimentos e outras entidades do governo que funcionam como agências ou instrumentos da autoridade central de um país. Inclui tanto os gastos correntes como os de capital (desenvolvimento).

*Defesa* abrange todos os gastos feitos pelo Ministério da Defesa ou outros ministérios para a manutenção das forças armadas, inclusive compra de suprimentos e equipamentos militares, recrutamento e treinamento de pessoal, e também construções. Ainda nessa categoria estão intimamente relacionados itens como programas de ajuda militar. Defesa não inclui gastos com ordem e segurança públicas, que são classificadas em separado.

*Educação* abrange os gastos com provisão, administração, inspeção e manutenção de escolas pré-primárias, primárias e secundárias, universidades e faculdades, instituições profissionalizantes, técnicas e outros estabelecimentos de formação. Inclui ainda despesas com a administração geral e a regulamentação do sistema educacional; com a pesquisa dos seus objetivos, organização, administração e métodos; e com serviços subsidiários como transporte, merendas escolares e serviços médico e dentário nas escolas. Note-se que a Tabela 10 fornece um indicador alternativo da despesa com educação, pública ou privada, em relação ao consumo doméstico.

*Saúde* abrange gastos públicos com hospitais, postos médicos e dentários, maternidades e clínicas; com sistemas nacionais de saúde e seguro médico; e com planejamento familiar e profilaxia. Note-se que a Tabela 10 fornece um indicador mais abrangente da despesa com atendimento médico (público e privado) em relação ao consumo doméstico.

*Habitação e comodidades comunitárias; seguridade e bem-estar sociais* abrangem gastos com habitação (excluídas subvenções de juros, normalmente classificadas como "diversos"), tais como planos vinculados à renda; com provisão e manutenção de atividades habitacionais e de erradicação de favelas; com o desenvolvimento comunitário; e com serviços sanitários. Também abrangem a compensação, por perda de renda, a doentes e inválidos temporários; pagamentos feitos a idosos, inválidos permanentes e desempregados; subsídios para família, maternidade e filhos; o custo de serviços de bem-estar, como a assistência aos idosos, inválidos e crianças. Também estão incluídas indistintamente nessa categoria muitas despesas relativas a defesa ambiental, como com-

bate à poluição, abastecimento de água, questões sanitárias e coleta de lixo.

*Serviços econômicos* abrange despesas associadas a regulamentação, apoio e operação mais eficaz do setor comercial, desenvolvimento econômico, correção de desequilíbrios regionais e criação de oportunidades de emprego. Entre as atividades aqui incluídas estão pesquisa, promoção comercial, levantamentos geológicos, e inspeção e regulamentação de determinados grupos industriais.

*Diversos* abrange pagamentos de juros e itens não incluídos nas outras categorias; no caso de algumas economias, inclui também quantias que não poderiam ser alocadas a outros componentes (ou ajustes das contas acumuladas para as contas de caixa).

*Despesa total* é definida de modo mais restrito que a medida do consumo do governo geral, da Tabela 9, porque exclui a despesa de consumo dos governos estaduais e municipais. Ao mesmo tempo, a despesa do governo central é mais amplamente definida, pois inclui os pagamentos de transferência e o investimento interno bruto do governo.

*Superávit/déficit global* é definido como doações oficiais e receitas correntes e de capital recebidas, deduzidas as despesas totais e deduzidos os empréstimos concedidos menos as amortizações.

#### **Tabela 12. Receita corrente do governo central**

A nota da Tabela 11 presta informações quanto às fontes e à comparabilidade dos dados. A receita corrente por fonte é expressa como percentual da *receita corrente total*, que é a soma da receita tributária com a receita não-tributária e calculada a partir de moedas nacionais.

A *receita tributária* compreende os recebimentos compulsórios, unilaterais e irreembolsáveis para fins públicos, inclusive juros cobrados sobre impostos atrasados e multas cobradas pelo não-pagamento ou pagamento atrasado de imposto, deduzidas as devoluções e outras transações corretivas. Os *impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital* são impostos incidentes sobre a renda líquida real ou presumível de pessoas físicas, sobre os lucros das empresas e sobre ganhos de capital percebidos em vendas de terra, de títulos ou de outros bens. Eliminam-se na consolidação os pagamentos intragovernamentais. *Contribuições à previdência social* incluem as contribuições à previdência social feitas por empregadores e empregados, bem como por autônomos ou desempregados. *Impostos internos sobre bens e serviços* incluem impostos sobre venda, circulação de mercadorias ou valor adicionado, impostos seletivos sobre o consumo de bens, impostos seletivos sobre serviços, impostos sobre o uso de bens ou propriedades, e lucros de monopólios fiscais. *Impostos sobre comércio*

*e transações internacionais* incluem impostos sobre importação, impostos sobre exportação, lucros de monopólios de exportação ou importação, lucros cambiais e impostos cambiais. *Outros impostos* incluem impostos sobre folha de pagamento de empregadores ou sobre mão-de-obra, impostos sobre propriedades e outros impostos não atribuíveis a outras categorias. Podem também incluir valores negativos que são ajustes; por exemplo, impostos arrecadados em nome de governos estaduais e locais não atribuíveis a determinadas categorias de impostos.

A *receita não-tributária* compreende toda a receita que não seja pagamento compulsório e irreembolsável para fins públicos, como multas, gratificações a pessoal administrativo, receitas de empresas públicas e a renda de propriedades. Não são incluídos lucros de doações e tomadas de empréstimos, fundos decorrentes de amortização de empréstimos concedidos anteriormente pelo governo, obrigações e lucros da venda de bens de capital.

#### **Tabela 13. Dinheiro e taxas de juros**

Os dados relativos a haveres monetários baseiam-se nas *International Financial Statistics (IFS)*, do FMI. Os *haveres monetários amplamente definidos* abrangem as obrigações monetárias e quase-monetárias das instituições financeiras de um país para com residentes, excluído o governo central. Para a maioria dos países, os haveres monetários são a soma de dinheiro (IFS linha 34) e quase-dinheiro (IFS linha 35). Dinheiro inclui os meios de pagamento da economia: moedas não depositadas em bancos e depósitos à vista. Quase-dinheiro inclui depósitos a prazo fixo e de poupança, e contas bancárias similares que o emissor pode converter imediatamente em dinheiro. Quando instituições financeiras não-monetárias são emittentes importantes de obrigações quase-monetárias, elas também se incluem na avaliação dos haveres monetários.

As taxas de crescimento dos haveres monetários são calculadas a partir das cifras do fim do ano, enquanto que a relação haveres monetários/PIB baseia-se na média entre as cifras do fim do ano para o ano especificado e o precedente.

As *taxas de juros nominais dos bancos*, também segundo as IFS, representam as taxas pagas por bancos comerciais ou similares a portadores de títulos de seus passivos quase-monetários (taxas de depósito) e cobradas pelos bancos sobre empréstimos a seus clientes preferenciais (taxas de empréstimo). Contudo, sua comparabilidade internacional é limitada, em parte porque a cobertura e as definições variam, mas também porque os países têm perspectivas diferentes quanto à disponibilidade dos bancos para



ajustar as taxas de juros a fim de refletir as condições de mercado.

Como as taxas de juros (e as taxas de crescimento para os haveres monetários) são expressas em termos nominais, grande parte da variação entre países deriva de diferenças na inflação. Para facilitar a referência, o indicador de inflação recente, da Tabela 1, é repetido nesta tabela.

#### **Tabela 14. Crescimento do comércio de mercadorias**

A principal fonte de dados para os valores do comércio exterior corrente é o arquivo de dados de Comércio de Mercadorias da ONU (Comtrade), complementada por dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio Exterior e Desenvolvimento (UNCTAD) e por estimativas do Banco Mundial. As estatísticas sobre o comércio exterior de mercadorias baseiam-se nos rendimentos aduaneiros dos países.

As exportações e importações de mercadorias abrangem, salvo algumas exceções, as trocas internacionais de bens que cruzam fronteiras alfandegárias. Exclui-se o comércio externo de serviços. As exportações são expressas em seu valor FOB (*free on board*) e as importações, em seu valor CIF (*cost, insurance and freight*), salvo indicação em contrário nas fontes já citadas. Esses valores são dados em dólares correntes.

As taxas de crescimento de exportação e importação de mercadorias baseiam-se em dados a preços constantes, obtidos a partir de dados do valor de exportação ou importação, deflacionado pelo índice de preços correspondente. O Banco Mundial utiliza seus próprios índices de preços, que se baseiam nos preços internacionais de produtos primários e nos índices do valor unitário para produtos manufaturados. Tais índices de preços são específicos de países e desagregados por grandes grupos de produtos, o que assegura coerência entre os dados para um grupo de países e para cada país. Essa coerência aumentará à medida que o Banco Mundial for aperfeiçoando seus índices de preços de comércio exterior, estendendo-os a um número maior de países. Essas taxas de crescimento podem diferir daquelas decorrentes de práticas nacionais, porque os índices nacionais de preços podem usar anos-base e procedimentos de ponderação diferentes dos empregados pelo Banco Mundial.

As relações comerciais, ou termos líquidos de troca direta comercial, medem o movimento relativo dos preços de exportação comparados aos preços de importação. Calculado como o quociente do índice de preços médios de exportação de um país em relação a seu índice de preço médio de importação, esse indicador mostra as variações, durante o ano-base,

do nível dos preços de exportação como percentuais dos preços de importação. Os números do índice de relações comerciais são indicados para 1985 e 1989, sendo 1987 = 100. Os índices de preços provêm das mesmas fontes já citadas para as taxas de crescimento das exportações e importações.

Os indicadores sumários para as taxas de crescimento são calculados agregando-se as séries de preços em dólares norte-americanos constantes de 1987 para cada ano, aplicando-se em seguida o método de taxa de crescimento por mínimos quadrados para os períodos indicados.

#### **Tabelas 15 e 16. Estrutura das importações e exportações de mercadorias**

Os percentuais indicados nestas tabelas provêm de valores do comércio exterior, em dólares correntes, tal como constam do sistema de dados sobre comércio exterior da ONU e do *Yearbook of International Trade Statistics*, da ONU, complementados por outras fontes secundárias e estimativas do Banco Mundial, como explicado na nota da Tabela 14.

As exportações e importações de mercadorias estão definidas na mesma nota.

A categorização de exportações e importações segue a *Standard International Trade Classification* (SITC), Série M, nº 34, Revisão 1. Estimativas de fontes secundárias geralmente também seguem essa definição. No caso de alguns países, não se dispõe de dados para certas categorias de *commodities* e a distribuição completa não pode ser apresentada.

Na Tabela 15, os alimentos são aqueles das Seções 0, 1 e 4 e da Divisão 22 da SITC (alimentos e animais vivos, bebidas, óleos e gorduras, bem como sementes oleaginosas, castanhas e cocos). Ao contrário de anos anteriores, a Divisão 12 (fumo) está incluída em alimentos, e não em outros produtos primários; assim, é impossível uma comparação rigorosa com os dados dos anos anteriores, sobretudo se o fumo for um item importante de importação. Combustíveis são os produtos da Seção 3 da SITC (combustíveis minerais, lubrificantes e similares). Outros produtos primários compreendem a Seção 2 da SITC (matérias-primas não-beneficiadas, excluindo combustíveis), menos a Divisão 22 (sementes oleaginosas, castanhas e cocos), mais a Divisão 68 (metais não-ferrosos). Máquinas e equipamentos de transporte são os produtos da Seção 7 da SITC. Outras manufaturas, calculadas como o residual do valor total das importações de manufaturados, representam as Seções 5 a 9 da SITC, menos a Seção 7 e a Divisão 68.

Na Tabela 16, combustíveis, minerais e metais são os produtos incluídos na Seção 3 da SITC (combustíveis minerais, lubrificantes e similares), nas Divisões 27 e 28 (minerais e fertilizantes não-beneficiados e

minérios metalíferos) e na Divisão 68 (metais não-ferrosos). *Outros produtos primários* abrangem as Seções 0, 1, 2 e 4 da SITC (alimentos e animais vivos, bebidas e fumo, matérias-primas não-beneficiadas e não-comestíveis, óleos, gorduras e ceras), menos as Divisões 27 e 28. *Máquinas e equipamentos de transporte* são os produtos incluídos na Seção 7 da SITC. *Outras manufaturas* representam as Seções 5 a 9, menos a Seção 7 e a Divisão 68 da SITC. *Têxteis e vestuário*, que representam as Divisões 65 e 84 da SITC (têxteis, fios, tecidos e vestuário), compõem um subgrupo de *outras manufaturas*.

Os indicadores sumários da Tabela 15 são ponderados pelas importações totais de mercadorias de cada país em dólares correntes; os da Tabela 16, pelas exportações totais de mercadorias de cada país em dólares correntes. (Ver nota técnica da Tabela 14.)

#### **Tabela 17. Importações de manufaturados da OCDE: origem e estrutura**

Os dados provêm da ONU e foram fornecidos pelas economias de alta renda da OCDE, ou seja, os membros da OCDE, excluindo-se Grécia, Portugal e Turquia.

A tabela apresenta o valor das *importações de manufaturados* dos países de alta renda da OCDE pela economia de origem e a estrutura de tais importações pelos principais grupos de produtos manufaturados.

A atual tabela substitui uma anterior sobre origem e destino das exportações de manufaturados, que se baseava nas exportações informadas por cada economia. Como havia uma defasagem de vários anos nas informações prestadas por muitas economias em desenvolvimento, eram usadas estimativas baseadas em várias fontes para preencher as lacunas. Até que se possa aperfeiçoar essas estimativas, será incluída a atual tabela, baseada em dados coerentes e atualizados, mas menos abrangentes. As importações de manufaturados dos mercados predominantes, provenientes de cada economia, são o melhor meio de representar a magnitude e a estrutura das exportações de manufaturados dessas economias para todos os destinatários tomados em conjunto.

*Manufaturados* são as mercadorias arroladas nas Seções 5 a 9, Revisão 1 da SITC (produtos químicos e similares, manufaturas básicas, artigos manufaturados, máquinas e equipamentos de transporte, e outros artigos e bens manufaturados não incluídos em outras categorias) menos a Divisão 68 (metais não-ferrosos). Essa definição é mais ampla que a usada para definir exportadores de manufaturados.

Os principais grupos de manufaturados incluídos na tabela são assim definidos: *têxteis e vestuário*

(SITC, Seções 65 e 84), *produtos químicos* (SITC, Seção 5), *máquinas elétricas e eletrônicos* (SITC, Seção 72), *equipamentos de transporte* (SITC, Seção 73) e *outros*, definidos como os itens restantes. Para o ano de 1969 são usados os dados da SITC, Revisão 1; para o de 1989 são usados os dados equivalentes da Revisão 2.

#### **Tabela 18. Balanço de pagamentos e reservas**

Os dados estatísticos para esta tabela foram fornecidos basicamente pelo FMI, mas incluímos estimativas recentes da equipe do Banco Mundial e, em casos excepcionais, o Banco forneceu sua cobertura ou ajustes classificatórios para melhorar a comparabilidade internacional. Os valores nesta tabela estão em dólares dos EUA, convertidos pelas taxas de câmbio correntes.

O *saldo em conta corrente após as transferências oficiais* é a diferença entre (a) exportações de bens e serviços (fatoriais e não-fatoriais) assim como os influxos de transferências sem contrapartida (privadas e oficiais) e (b) as importações de bens e serviços, e também as transferências unilaterais para o resto do mundo.

O *saldo em conta corrente antes das transferências oficiais* corresponde ao saldo em conta corrente que trata as transferências oficiais líquidas unilaterais como semelhantes a movimentos de capital oficial. A diferença entre esses dois indicadores de balanço de pagamentos está essencialmente na ajuda externa sob a forma de doações, assistência técnica e ajuda alimentar, que, para a maior parte dos países em desenvolvimento, tende a criar déficits de conta corrente menores do que as necessidades de financiamento.

As *remessas líquidas de trabalhadores* abrangem pagamentos feitos e as rendas auferidas por migrantes empregados ou que esperam estar empregados por mais de um ano em sua nova economia, onde são considerados residentes. Essas remessas são classificadas como transferências privadas unilaterais e estão incluídas no saldo em conta corrente do balanço de pagamentos, embora aquelas que se originam de períodos de permanência mais curtos incluam-se em serviços, como renda do trabalho. Essa distinção está de acordo com as diretrizes convencionadas internacionalmente, embora muitos países em desenvolvimento classifiquem as remessas de trabalhadores como um ingresso de renda fatorial (e por isso um componente do PNB). O Banco Mundial concorda com as diretrizes internacionais na definição do PNB e, portanto, pode divergir das práticas nacionais.

As *reservas internacionais brutas* compreendem haveres em ouro monetário, direitos especiais de saque (DES), a posição de reserva dos membros no FMI e haveres em moeda estrangeira sob o controle das

autoridades monetárias. Os dados sobre haveres em reservas internacionais provêm dos arquivos de dados do FMI. O componente em ouro dessas reservas é avaliado a preço de fim de ano (31 de dezembro) no mercado de Londres: isto é, US\$37,37 a onça em 1970 e US\$401 a onça em 1989. Os níveis das reservas de 1970 e 1989 referem-se ao final do ano indicado e são expressos em dólares correntes às taxas de câmbio em vigor. Devido a diferenças na definição de reservas internacionais, na avaliação do ouro e em práticas de administração de reservas, os níveis de haveres em reservas divulgados por fontes nacionais não são rigorosamente comparáveis. Os haveres em reservas em fins de 1989 são também expressos em termos do número de meses de importação de bens e serviços pelos quais poderiam pagar.

Os indicadores sumários são computados a partir de agregados de grupo para as reservas internacionais brutas e importações totais de bens e serviços em dólares correntes.

**Tabela 19. Assistência oficial ao desenvolvimento por membros da OCDE e da OPEP**

A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) consiste em desembolsos líquidos de empréstimos e doações feitos em condições financeiras concessionais por agências oficiais dos membros da Comissão de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar econômicos. Embora essa definição pretenda excluir a assistência puramente militar, a linha divisória às vezes fica imprecisa; geralmente prevalece a definição usada pelo país de origem. A AOD inclui também o valor da cooperação e assistência técnicas. Todos os dados indicados foram fornecidos pela OCDE, e todos os valores em dólares norte-americanos foram convertidos a taxas oficiais de câmbio.

Os fluxos líquidos totais são desembolsos líquidos em favor de países em desenvolvimento e instituições multilaterais. Atualmente, os desembolsos feitos em favor de instituições multilaterais são divulgados para todos os membros da CAD com base na data da emissão dos títulos; anteriormente, alguns membros da CAD os divulgavam com base na data da conversão em dinheiro. Os fluxos bilaterais totais para economias de baixa renda excluem fluxos bilaterais não-alocados e todos os desembolsos em favor de instituições multilaterais.

Os valores nominais indicados no resumo da AOD prestada por países de alta renda da OCDE foram convertidos a preços de 1987 usando-se o deflator do PIB em dólares. Esse deflator baseia-se

em aumentos de preços nos países da OCDE (exceto Grécia, Portugal e Turquia), medidos em dólares, e leva em conta as variações de paridade entre o dólar e as moedas nacionais. Por exemplo, quando há uma desvalorização do dólar, as alterações de preços medidas em moedas nacionais têm de ser ajustadas para mais pelo montante da desvalorização, para que se obtenham as variações dos preços em dólares.

Além de mostrar os totais referentes à OPEP, a tabela indica os totais para a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP). Os membros doadores da OPAEP são Arábia Saudita, Argélia, Catar, Iraque, Kuwait, Líbia e União dos Emirados Árabes. Os dados da AOD para a OPEP e a OPAEP foram também fornecidos pela OCDE.

**Tabela 20. Assistência oficial ao desenvolvimento: receita**

Os desembolsos líquidos de AOD de todas as fontes consistem em empréstimos e doações feitos em condições financeiras concessionais por todas as agências oficiais bilaterais e por fontes multilaterais, com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar econômicos. Incluem o valor da cooperação e assistência técnicas. Os desembolsos indicados nesta tabela não são rigorosamente comparáveis aos da Tabela 19, pois as receitas provêm de todas as fontes; os desembolsos indicados na Tabela 19 são aqueles feitos apenas por membros de alta renda da OCDE e por membros da OPEP. Os desembolsos líquidos equivalem aos desembolsos brutos menos os pagamentos aos que concederam ajuda, para a amortização de receitas de ajudas passadas. Os desembolsos líquidos da AOD são indicados *per capita* e como percentual do PNB.

Os indicadores sumários de AOD *per capita* são computados a partir de agregados de grupo para população e AOD. Para AOD como percentual do PNB são computados a partir de totais de grupo para AOD e PNB em dólares correntes dos EUA.

**Tabela 21. Total da dívida externa**

Nesta e nas tabelas seguintes, os dados sobre a dívida provêm do Sistema de Notificação da Dívida, do Banco Mundial, complementados por estimativas do Banco. Esse sistema cuida apenas de economias em desenvolvimento e não coleta dados sobre a dívida externa de outros grupos de tomadores de empréstimos, nem de economias que não sejam membros do Banco Mundial. Os números em dólares da dívida indicados nas Tabelas 21 a 25 são em dólares norte-americanos, convertidos a taxas de câmbio oficiais.

Os dados relativos à dívida incluem a dívida privada não-garantida declarada por 27 países em desenvolvimento, e também estimativas totais ou parciais para outros 20 países que não declaram sua dívida, mas para os quais esse tipo de dívida é sabidamente importante.

Os *empréstimos públicos* são as obrigações externas de devedores públicos, inclusive o governo nacional, seus órgãos, e entidades públicas autônomas. Os *empréstimos garantidos pelo governo* são as obrigações externas de devedores privados cuja amortização é garantida por uma entidade pública. Essas duas categorias estão agregadas nas tabelas. Os *empréstimos privados não-garantidos* são obrigações externas de devedores privados cuja amortização não é garantida por uma entidade pública.

O *uso do crédito do FMI* indica obrigações de recompra ao FMI para todos os que utilizam recursos do FMI, com exceção dos recursos provenientes de saques da cota de reserva. Refere-se ao fim do ano especificado. Contam-se aí compras pendentes dentro das cotas de crédito, inclusive acesso ampliado aos recursos, e todos os programas especiais (estoque regulador, financiamento compensatório, programa ampliado e serviços financeiros do petróleo), além de empréstimos do Fundo Fiduciário e operações dentro do programa ampliado de ajuste estrutural. A utilização de crédito pendente do FMI no fim do ano (por estoque) é convertida em dólares dos EUA à taxa de câmbio dólar/DES vigente no fim do ano.

A *dívida de curto prazo* é a dívida com prazo original de vencimento de um ano ou menos. Os dados disponíveis não permitem que se façam distinções entre as dívidas de curto prazo pública e privada não-garantida.

O *total da dívida externa* é definido, para os fins a que se propõe este Relatório, como a soma das dívidas de longo prazo pública, garantida pelo governo e privada não-garantida, com o uso do crédito do FMI e com a dívida de curto prazo.

#### **Tabela 22. Fluxo de capital externo público e privado**

Os dados sobre desembolsos e amortização do principal e pagamentos de juros referem-se aos empréstimos de longo prazo públicos, garantidos pelo governo e privados não-garantidos.

*Desembolsos* representam saques de compromissos de empréstimo de longo prazo no ano especificado.

*Amortizações do principal* são os montantes do principal realmente pagos (amortizados) em divisas, bens ou serviços, no ano especificado.

*Pagamentos de juros* são os montantes de juros realmente pagos em divisas, bens ou serviços, no ano especificado.

#### **Tabela 23. Fluxos líquidos globais de recursos e transferências líquidas**

*Fluxos líquidos sobre a dívida de longo prazo* são os desembolsos, deduzida a amortização do principal das dívidas de longo prazo pública, garantida pelo governo e privada não-garantida. *Doações oficiais* são as transferências feitas por agências oficiais em moeda corrente ou em mercadorias que não constituem dívidas legais para os que as recebem. Os dados sobre doações oficiais não incluem assistência técnica.

*Investimento externo direto líquido* é definido como o investimento feito no intuito de obter participação permanente (comumente 10% das ações com direito de voto) numa empresa que opera em outro país que não o do investidor (definido segundo o local de residência), sendo o objetivo do investidor ter voz ativa na administração da empresa. *Fluxos líquidos globais de recursos* representam os fluxos líquidos sobre a dívida de longo prazo (excluído o FMI), acrescidos das doações oficiais (excluída a assistência técnica) e do investimento externo direto líquido. *Transferências globais líquidas* equivalem aos fluxos líquidos globais de recursos, deduzidos os pagamentos de juros incidentes sobre os empréstimos de longo prazo e os lucros provenientes do investimento direto externo.

#### **Tabela 24. Coeficientes da dívida externa total**

*Dívida externa total como percentual de exportações de bens e serviços* representa as dívidas de longo prazo pública, garantida pelo governo e privada não-garantida, o uso de crédito do FMI e a dívida de curto prazo, computados no fim do ano, deduzidas as amortizações do principal e as dívidas incobráveis. Na tabela, bens e serviços compreende as remessas de trabalhadores. Para estimar a *dívida externa total como percentual do PNB*, as cifras referentes à dívida foram convertidas das moedas de amortização para dólares norte-americanos, às taxas de câmbio oficiais de fim do ano. A conversão do PNB de moedas nacionais para dólares norte-americanos seguiu o procedimento descrito na nota técnica das Tabelas 2 e 3.

*Total do serviço da dívida como percentual de bens e serviços* é a soma das amortizações do principal com os pagamentos de juros sobre o total da dívida externa (tal como definido na nota da Tabela 21). Esse é um dos muitos indicadores convencionais utilizados para avaliar a capacidade de serviço da dívida de um país.

*Pagamentos de juros como percentual das exportações de bens e serviços* representam os pagamentos realmente efetuados sobre o total da dívida externa.

Os indicadores sumários são ponderados pelas exportações de bens e serviços em dólares correntes e pelo PNB em dólares correntes, respectivamente.

**Tabela 25. Termos dos empréstimos públicos externos**

*Compromissos* referem-se a empréstimos públicos e garantidos pelo governo, contratados durante o ano especificado. São divulgados na moeda em que é feita a amortização e convertidos em dólares norte-americanos a taxas de câmbio oficiais anuais médias.

Os números para *taxas de juros, prazos de vencimento e período de carência* são médias ponderadas pelos montantes dos empréstimos. Os juros constituem o principal encargo incidente sobre um empréstimo e geralmente são computados sobre o montante do principal sacado e pendente. O prazo de vencimento de um empréstimo é o intervalo entre a data do acordo, quando um acordo de empréstimo é assinado ou os títulos são emitidos, e a data da amortização final do principal. O período de carência é o intervalo entre a data do acordo e a data da primeira amortização do principal.

Os *empréstimos públicos com taxas variáveis de juros, como percentual da dívida pública*, referem-se às taxas de juros que flutuam com as oscilações de uma taxa básica de mercado; por exemplo, a taxa de oferta interbancária de Londres (LIBOR) ou a taxa preferencial dos EUA. Essa coluna mostra o quanto os tomadores de empréstimos estão expostos a variações nas taxas internacionais de juros.

Os indicadores sumários desta tabela são ponderados pelos montantes dos empréstimos.

**Tabela 26. Aumento populacional e projeções**

As taxas de aumento da população são médias para o período calculadas a partir da população em meados do ano.

As estimativas de *população* para meados de 1989 e as estimativas de fecundidade e mortalidade foram feitas pelo Banco Mundial a partir de dados fornecidos pela Divisão de População da ONU, do órgão estatístico da ONU e de órgãos estatísticos dos países. As estimativas levam em conta os resultados dos censos demográficos mais recentes, que, em alguns casos, não são nem recentes nem acurados. Note-se que os refugiados não estabelecidos permanentemente no país de asilo são geralmente considerados parte da população de seus países de origem.

As projeções de população para os anos 2000, 2025 e o ano em que pode vir a tornar-se estacionária

(ver definição mais adiante) foram feitas separadamente para cada economia. As informações sobre a população total por idade e sexo, fecundidade, mortalidade e migração internacional foram projetadas com base em hipóteses generalizadas, até que a população se torne estacionária.

População estacionária é aquela em que as taxas de mortalidade específicas para sexo e idade não mudam por um longo período de tempo, no decorrer do qual as taxas de fecundidade permanecem no nível de reposição; ou seja, quando é igual a 1 a taxa líquida de reprodução (definida na nota da Tabela 27). Em tal população, a taxa de natalidade é constante e igual à taxa de mortalidade, a estrutura etária é também constante e a taxa de aumento populacional é zero.

As projeções de população são feitas coorte etária por coorte etária. A mortalidade, a fecundidade e a migração são projetadas separadamente, e os resultados aplicados iterativamente à estrutura etária do ano-base de 1985. Para o período da projeção, 1985-2005, as mudanças na mortalidade são específicas por país: os aumentos na expectativa de vida e os declínios na mortalidade infantil baseiam-se em tendências anteriores para cada país. Quando a matrícula feminina na escola secundária é alta, presume-se que a mortalidade decline mais rapidamente. A mortalidade infantil é projetada à parte da mortalidade adulta. Note-se que os dados ainda não refletem o impacto, provavelmente significativo, da epidemia do vírus da imunodeficiência humana (HIV).

As taxas de fecundidade projetadas também baseiam-se em tendências anteriores. Nos países em que a fecundidade começou a declinar (transição de fecundidade), presume-se que essa tendência permaneça. Já se observou que nos países em que a expectativa de vida está aquém dos 50 anos, não há declínio de fecundidade; nesses países a transição de fecundidade é retardada e então se aplica o declínio médio do grupo de países em transição de fecundidade. Presume-se que os países que estão abaixo da fecundidade de reposição tenham taxas de fecundidade total constantes até 1995-2000, e atinjam o nível de reposição por volta de 2030.

As taxas de migração internacional baseiam-se em tendências passadas e atuais do fluxo migratório e da política de migração. Entre as fontes consultadas estão estimativas e projeções feitas por órgãos estatísticos nacionais, agências internacionais e instituições de pesquisa. Como as tendências da migração futura são incertas, presume-se nas projeções que as taxas de migração líquida serão iguais a zero em 2025.

As estimativas do tamanho da população estacionária são especulativas. Não devem ser tomadas como previsões. São incluídas para mostrar as implicações



das recentes tendências de fecundidade e mortalidade com base em premissas generalizadas. Uma descrição mais completa dos métodos e premissas adotados no cálculo das estimativas pode ser encontrada em *World Population Projections, 1989-1990*.

#### Tabela 27. Demografia e fecundidade

A taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade indicam, respectivamente, o número de crianças nascidas vivas e o número de mortes ocorridas por mil habitantes em determinado ano. Esses dados provêm das fontes mencionadas na nota da Tabela 26.

*Mulheres em idade de procriar* refere-se a mulheres na faixa etária dos 15 aos 49 anos.

A taxa de fecundidade total representa o número de crianças que nasceriam por mulher, caso esta vivesse até o fim dos seus anos fecundos e tivesse filhos, a cada idade, de acordo com as taxas de fecundidade predominantes específicas para a idade. As taxas indicadas provêm das fontes mencionadas na nota da Tabela 26.

A taxa líquida de reprodução (TLR), que calcula o número de filhas que uma recém-nascida geraria durante a vida, pressupondo-se taxas fixas de fecundidade e mortalidade específicas por idade, reflete o grau em que uma coorte de recém-nascidas se reproduzirá. Uma TLR de 1 indica que a fecundidade fica ao nível de reposição; a essa taxa, as mulheres têm, em média, somente o número de filhas suficiente para substituí-las na população. Do mesmo modo que o tamanho da população estacionária, o ano em que seria atingida a fecundidade do nível de reposição é especulativo e não deve ser tomado como uma previsão.

*Mulheres casadas, em idade de procriar, usando contraceptivo* refere-se a mulheres que praticam, ou cujos maridos praticam, alguma forma de contracepção. O uso de contraceptivos é em geral calculado para mulheres entre 15 e 49 anos. Alguns países usam cálculos relativos a outras faixas etárias, como 15-44.

Os dados provêm principalmente de levantamentos demográficos e sanitários, levantamentos sobre o uso de contracepção, dados nacionais, do Banco Mundial e do artigo de Mauldin e Segal, *Prevalence of contraceptive use: trends and issues*, encontrado no volume 19 dos *Studies in family planning* (1988). No caso de alguns países para os quais não há dados de levantamento, e de vários países africanos, usaram-se estatísticas de programas. As estatísticas de programas podem subestimar o uso de contraceptivos, pois não medem a incidência do uso de métodos tais como a tabela, coito interrompido ou abstinência, nem de contraceptivos não obtidos através do programa oficial de planejamento familiar. Os dados

referem-se às taxas em vigor em diferentes anos, geralmente com uma defasagem de não mais de dois anos antes do ano especificado na tabela.

Todos os indicadores sumários são dados por país ponderados pela participação de cada país na população global.

#### Tabela 28. Saúde e nutrição

As estimativas de população por médico e por enfermeiro provêm de dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), complementados por dados obtidos diretamente pelo Banco Mundial de fontes nacionais. Os dados referem-se a vários anos, em geral não mais do que dois anos antes do ano especificado. Os números para médicos, além de se referirem ao número total de médicos registrados no país, abrangem também os médicos assistentes, cuja formação está aquém da dos médicos qualificados, mas que prestam serviços médicos semelhantes, inclusive cirurgias simples. Enfermeiros inclui enfermeiros formados, não-formados, assistentes e auxiliares, e ainda paramédicos, como pessoal da área sanitária, de primeiros socorros, parteiras tradicionais etc. A inclusão de auxiliares e paramédicos permite estimativas mais realistas dos serviços de enfermagem disponíveis. Uma vez que variam as definições de pessoal médico e de enfermagem — e como os dados indicados referem-se a diversos anos — os dados referentes a esses dois indicadores não são rigorosamente comparáveis entre um país e outro.

Os dados sobre partos assistidos por equipe médica revelam o percentual de partos registrados, assistidos por profissional de saúde autorizado. Os dados são da OMS, complementados por dados do UNICEF e baseiam-se em fontes nacionais. Os dados provêm principalmente de relatórios comunitários oficiais e registros hospitalares, e alguns restringem-se apenas a partos em hospitais e outras instituições médicas. Às vezes foram excluídos hospitais particulares e rurais de pequeno porte, e às vezes incluídos serviços locais relativamente precários. A cobertura, portanto, nem sempre é abrangente e os números devem ser tratados com extrema cautela.

O percentual de recém-nascidos de pouco peso refere-se a crianças nascidas com peso inferior a 2,5kg. O nascimento de crianças de pouco peso é frequentemente associado à subnutrição materna e tende a aumentar o risco de mortalidade infantil e a conduzir a um crescimento deficiente na infância, aumentando assim a incidência de outras formas de desenvolvimento retardado. Os números provêm de fontes da OMS e do UNICEF e baseiam-se em dados nacionais. Os dados não são exatamente comparáveis entre os países pois são compilados a partir da combinação de levantamentos e registros adminis-

trativos que podem não ter uma cobertura nacional representativa.

A taxa de mortalidade infantil é o número de crianças que morrem antes de completar um ano, por mil nascidas vivas, em determinado ano. Os dados provêm da publicação da ONU *Mortality of children under age 5: projections, 1950-2025*, e também do Banco Mundial.

O consumo diário de calorias (*per capita*) foi calculado dividindo-se o equivalente calórico do suprimento de alimentos de uma economia por sua população. O suprimento de alimentos abrange produção interna, importações menos exportações e variações de estoques, mas exclui rações animais, sementes para uso agrícola e alimentos perdidos no beneficiamento e na distribuição. As estimativas são da FAO.

Os indicadores sumários desta tabela são os números de cada país ponderados pela sua participação na população global.

#### Tabela 29. Educação

Os dados desta tabela referem-se a vários anos, geralmente com uma diferença de não mais de dois anos em relação ao ano indicado; no entanto, os números para mulheres às vezes se referem a um ano anterior ao dos totais gerais. Os dados provêm quase todos da Unesco.

Os dados sobre matrícula no *primário* são estimativas do número de crianças, de todas as idades, matriculadas em escolas primárias. Os números estão expressos como a relação entre o número de alunos e a população de crianças em idade escolar. Embora muitos países considerem a idade de frequentar escola primária como sendo de seis a 11 anos, outros não adotam esse critério. No caso de alguns países onde o ensino primário é universal, os coeficientes brutos de matrícula podem ser superiores a 100%, pois alguns alunos estão acima ou abaixo da idade-padrão adotada pelo país para frequência em escola primária.

Os dados sobre matrícula no *secundário* foram calculados da mesma maneira, mas a idade de frequência em escola secundária também varia conforme o país e em geral foi considerada como sendo de 12 a 17 anos. O ingresso tardio de estudantes mais velhos, assim como a repetência e o fenômeno das "turmas grandes" nas séries finais podem influenciar esses coeficientes.

O coeficiente de matrícula no *terciário* é calculado dividindo-se o número de alunos matriculados em todas as escolas pós-secundárias e universidades pela população dos 20 aos 24 anos. Os alunos de escolas profissionalizantes, programas de educação de adultos, escolas comunitárias de dois anos e centros de educação à distância (principalmente cursos por

correspondência) estão incluídos. A distribuição de alunos por esses diferentes tipos de instituições varia de acordo com o país. A população jovem — entre 20 e 24 anos — foi adotada pela Unesco como denominador, pois representa a média da coorte de nível terciário, embora pessoas acima e abaixo dessa faixa etária possam estar registradas em instituições terciárias.

Matrículas líquidas no *primário* é o percentual de crianças em idade escolar matriculadas em escolas primárias. Ao contrário das matrículas brutas, os coeficientes líquidos correspondem ao grupo em idade de frequentar escola primária de cada país. Esse indicador dá uma idéia muito mais clara do número de crianças, da faixa etária, que está realmente matriculado na escola, não o inflacionando com crianças acima (ou abaixo) da idade.

O coeficiente *aluno/professor no primário* é o número de alunos matriculados no curso primário em um país, dividido pelo número de professores do sistema educacional.

Os indicadores sumários desta tabela são os índices de matrícula do país ponderados pela participação de cada país na população global.

#### Tabela 30. Distribuição de renda e PIB estimado do PCI

Os dados contidos nesta tabela referem-se às estimativas do PCI para o PIB e à distribuição de renda ou despesa atribuíveis a grupos centis de famílias, classificados segundo a renda familiar total, a renda *per capita* ou a despesa.

A primeira coluna apresenta resultados preliminares do Programa de Comparação Internacional (PCI), da ONU, Fase V, para 1985. O PCI refaz as contas nacionais tradicionais através de coletas especiais de preços e da desagregação do PIB por componentes da despesa. Espera-se contar com resultados mais abrangentes do PCI em fins de 1991. Os números aqui fornecidos estão sujeitos a mudança e devem ser considerados apenas como indicativos. Os dados pormenorizados da Fase V do PCI são elaborados por órgãos estatísticos nacionais sob a coordenação do Órgão Estatístico das Nações Unidas (UNSO), com o apoio de outras agências internacionais, particularmente do Órgão Estatístico da Comunidade Européia (Eurostat) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Banco Mundial, a Comissão Econômica para a Europa e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico também contribuíram nesse trabalho.

Participaram do PCI Fase V um total de 64 países, mas só há resultados preliminares para 57. Não se dispõe de dados do PIB total para um desses países



(Nepal), e as comparações foram feitas apenas para consumo; dois países com menos de 1 milhão de habitantes — Luxemburgo, com 81,3 de índice estimado de PIB *per capita*; e Suazilândia, com 13,6 — foram omitidos desta tabela. Os dados para os sete países restantes, todos do Caribe, são esperados para breve.

Embora os números para o PIB *per capita* sejam apresentados como índices para o valor nos EUA, os dados básicos estão expressos em dólares norte-americanos. No entanto, esses valores em dólar, que são diferentes dos apresentados nas Tabelas 1 e 3 (ver as notas técnicas dessas tabelas), são obtidos por meio de fatores especiais de conversão destinados a equalizar os poderes de compra das moedas nos respectivos países. Esse fator de conversão, comumente conhecido como paridade de poder de compra (PPC), é definido como o número de unidades da moeda de um país de que se necessita para comprar as mesmas quantidades de bens e serviços no mercado interno que seriam compradas por US\$1 nos EUA. O cômputo da PPC envolve a obtenção de quantidades implícitas a partir de dados da despesa de contas nacionais e de dados de preços especialmente coletados, e a atribuição de novos valores às quantidades implícitas de cada país, levando-se em conta um único conjunto de preços médios. Assim, a taxa da PPC iguala os preços em dólar de todos os países, e as comparações do PIB entre países que neles se baseiam refletem diferenças nas quantidades de bens e serviços sem quaisquer diferenciais de níveis de preços. Esse método destina-se a equiparar as comparações entre países com as comparações de valor real entre períodos, que se baseiam em séries a preços constantes.

Os números aqui apresentados resultam de um método de trabalho em duas etapas. Primeiro, comparam-se os países de uma região ou grupo, como a OCDE, usando seus próprios preços médios de grupo. A seguir, como os preços médios de grupo podem diferir uns dos outros, tornando incomparáveis os países que pertencem a grupos diferentes, os preços do grupo são ajustados a fim de que fiquem comparáveis a nível mundial. Os ajustes, feitos pelo UNSO, baseiam-se nos diferenciais de preços observados numa rede de "países-vínculo" representantes de cada grupo. Mas o vínculo é feito de modo a manter na comparação mundial os níveis relativos de PIB observados nas comparações de grupo.

O método em duas etapas foi adotado porque os níveis relativos de PIB e a classificação de dois países podem variar quando se inserem mais países na comparação. Percebeu-se que não se poderia deixar isso acontecer dentro de regiões geográficas; ou seja, que a relação entre, digamos, Gana e Senegal, não

deveria ser afetada pelos preços vigentes nos EUA. Assim, os níveis globais de PIB *per capita* são calculados a preços "regionais", e então vinculados. O vínculo é feito atribuindo-se novos valores aos PIB de todos os países pelos preços médios "mundiais" e alocando os novos totais regionais tendo por base a participação de cada país na comparação original.

Tal método não permite a comparação de quantidades mais detalhadas (por exemplo, consumo de alimentos). Assim, esses subagregados e categorias de despesa mais detalhados são calculados pelos preços mundiais. Essas quantidades prestam-se realmente a comparações internacionais, mas não se prestam para chegar aos PIB indicados por serem calculadas com base num conjunto de preços diferentes.

Alguns países pertencem a vários grupos regionais. Alguns grupos são prioritários; outros se equivalem. Por isso, sempre se mantêm fixos os membros da Comunidade Européia, mesmo dentro da comparação mundial e da OCDE. No entanto, para Áustria e Finlândia, a relação bilateral que prevalece na comparação da OCDE é a mesma utilizada na comparação global. Porém, uma relação bastante diferente (baseada nos preços da Europa Central) prevalece na comparação daquele grupo, e essa é a relação apresentada na publicação em separado da comparação européia.

As estimativas da segunda coluna foram calculadas a partir dos resultados reais do PCI indicados na primeira coluna, aplicando-se taxas médias anuais de crescimento do PNB computadas a partir dos arquivos de dados do Banco Mundial. Os números não refletem variações nas relações comerciais. As estimativas da terceira coluna foram calculadas a partir daquelas da segunda, expressando-se os valores em "dólares internacionais" de 1985 e multiplicando-os pela taxa de inflação dos EUA, calculada pelo deflator implícito do PNB. As estimativas do PCI são expressas em "dólares internacionais", que têm o mesmo poder de compra em relação ao PIB total dos EUA que o dólar norte-americano de um dado ano, embora o poder de compra em relação a subagregados seja determinado pelos preços internacionais médios e não pelos preços relativos dos EUA.

Para maiores informações acerca dos métodos do PCI, os leitores podem consultar o relatório do PCI Fase IV: *World comparisons of purchasing power and real product for 1980* (New York, United Nations, 1986).

Os dados de distribuição de renda abrangem zonas rurais e urbanas de todos os países e referem-se a anos diferentes dentro do período 1979-89. Os dados provêm de várias fontes, inclusive da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, do Estudo sobre Renda de Luxemburgo, da OCDE, das

*National account statistics: compendium of income distribution statistics*, 1985, da ONU, do Banco Mundial e de fontes nacionais. Os dados de muitos países foram atualizados e alguns dados sobre distribuição de renda anteriormente publicados foram suprimidos por serem de muitos anos atrás.

Como em muitos países a coleta de dados sobre a distribuição de renda não tem sido sistematicamente organizada ou integrada ao sistema oficial de estatísticas, os dados foram obtidos de levantamentos que visavam a outras finalidades, quase sempre levantamentos de gastos de consumidores, os quais também coletam informações sobre a renda. Esses levantamentos empregam diferentes conceitos de renda e formas de amostra. Além disso, a cobertura geográfica de muitos deles é demasiado limitada para fornecer estimativas nacionais confiáveis de distribuição de renda. Assim, embora as estimativas indicadas sejam consideradas as melhores disponíveis, não evitam todos esses problemas e devem ser interpretadas com cautela.

Do mesmo modo, o alcance do indicador é limitado para alguns países, e os dados para outros países não são totalmente comparáveis. Como as famílias variam de tamanho, uma distribuição em que as famílias são classificadas pela renda familiar *per capita*, e não pela renda familiar total, é mais adequada por muitas razões. A distinção é importante porque as famílias com baixa renda *per capita* são frequentemente famílias numerosas com uma renda total às vezes alta. Inversamente, muitas famílias com baixa renda familiar podem ser famílias pequenas com rendas *per capita* elevadas. Só no caso de alguns países existem informações sobre a distribuição da renda familiar *per capita*, mas raramente estão atualizadas.

Sempre que possível, as distribuições são classificadas pela renda *per capita*; mas o mais comum é serem classificadas pela renda familiar; e outras, pela despesa familiar ou pela despesa *per capita*. Como o tamanho da família tende a ser pequeno no caso de famílias de baixa renda (por exemplo, famílias de uma só pessoa e casais sem filhos), a distribuição da renda familiar pode superestimar a desigualdade de renda. Do mesmo modo, como a poupança familiar tende a crescer com mais rapidez quando os níveis de renda aumentam, a distribuição da despesa pode subestimar a desigualdade de renda. O Estudo de Medição do Padrão de Vida, do Banco Mundial, e o projeto das Dimensões Sociais do Ajuste, que cobre os países da África subsaariana, estão ajudando alguns países a aperfeiçoarem seu trabalho de coleta e análise de dados sobre distribuição da renda.

### Tabela 31. Urbanização

Os dados sobre população urbana e concentração em grandes cidades provêm de *Prospects of world urbanization*, da ONU, complementados por dados do Banco Mundial. As taxas de aumento da população urbana foram calculadas a partir de estimativas populacionais do Banco Mundial; as estimativas das proporções de população urbana foram calculadas a partir das fontes já citadas.

Como as estimativas desta tabela baseiam-se em diferentes definições nacionais do que é urbano, as comparações entre países devem ser interpretadas com cautela.

Os indicadores sumários para população urbana como percentual da população total são calculados a partir dos percentuais de cada país ponderados por sua participação na população global; os outros indicadores sumários desta tabela são ponderados da mesma forma, mas pela população urbana.

### Tabela 32. As mulheres e o desenvolvimento

Esta tabela estabelece alguns indicadores básicos desagregados, que mostram as diferenças entre sexos para ilustrar a condição da mulher na sociedade. Reflete sua posição demográfica e seu acesso a serviços de saúde e educação. Discrepâncias estatísticas tornam-se mais visíveis quando os indicadores sociais são analisados por sexo, porque os sistemas de informação são ineficientes em áreas relacionadas especificamente à mulher. Os indicadores extraídos de censos e levantamentos, como os de população, tendem a ser quase tão confiáveis para mulheres quanto para homens; os indicadores baseados sobretudo em registros administrativos, tais como mortalidade materna e infantil, são menos confiáveis. Ainda há muito por fazer para criar uma estrutura estatística nessa área, e a confiabilidade dos dados, mesmo nas séries mostradas nesta tabela, varia significativamente.

A taxa de mortalidade abaixo dos 5 anos mostra a probabilidade de um recém-nascido morrer antes de completar cinco anos. As taxas provêm de tabelas de mortalidade baseadas em estimativas atuais da expectativa de vida ao nascer e em taxas de mortalidade infantil.

Em geral, em todo o mundo nascem mais homens do que mulheres. Em boas condições de saúde e nutrição e em tempos de paz, a taxa de mortalidade entre meninos de menos de cinco anos é mais alta do que entre meninas. Essas colunas mostram que são grandes as diferenças homem-mulher no que se refere ao risco de morte até os cinco anos. Nas economias industrializadas de mercado, o risco de morrer até os cinco anos é 23% menor entre meninas do que

entre meninos; em algumas economias de baixa renda, esse risco é mais alto entre meninas do que entre meninos. Isso indica tratamento diferente no tocante a alimentação e atendimento médico.

Tal discriminação afeta sobretudo as meninas de tenra idade, que às vezes recebem menos alimentos quando estes são escassos ou custam mais a obter atendimento médico quando este é caro. Esse tipo de discriminação não está uniformemente associado ao desenvolvimento. Em certos países de renda média e baixa (e em certas regiões de países), o risco de morte de mulheres até os cinco anos em relação a homens aproxima-se do padrão registrado em países industrializados. Em muitos outros países, porém, os números demonstram claramente a necessidade de integrar mais as mulheres ao desenvolvimento. Os indicadores de saúde e bem-estar da Tabela 28 e da coluna de mortalidade materna desta tabela chamam a atenção, em particular, para as condições associadas à idade fértil da mulher. O parto implica ainda riscos mais altos de óbito para mulheres em idade de procriar nos países em desenvolvimento. Os indicadores podem refletir, mas não mensuram, a disponibilidade de serviços de saúde para mulheres, assim como o bem-estar geral e o estado nutricional das mães.

A expectativa de vida ao nascer é definida na nota da Tabela 1.

A mortalidade materna refere-se ao número de mortes de mulheres ocorrido ao dar à luz, por 100 mil filhos nascidos vivos. Uma vez que em alguns países a morte durante o parto é definida mais amplamente do que em outros — a fim de incluir as complicações da gestação, do puerpério e do aborto — e já que muitas mulheres grávidas morrem em decorrência da falta de assistência médica adequada, torna-se difícil calcular a mortalidade materna de forma coerente e confiável em diversos países. Os dados nessas duas séries foram extraídos de diversas fontes nacionais e coletados pela OMS, apesar de muitos sistemas administrativos nacionais serem deficientes e de não registrarem ocorrências vitais de modo sistemático. Os dados provêm em sua maioria de relatórios comunitários e de documentos hospitalares oficiais, e alguns informam somente os óbitos ocorridos em hospitais e outras instituições médicas. Às vezes, pequenos hospitais privados e rurais são excluídos, e às vezes certos serviços locais rudimentares são incluídos. A cobertura dos dados por essa razão nem sempre é abrangente e os números devem ser considerados com extrema cautela.

Evidentemente, muitos óbitos maternos não são registrados, em particular nos países com povoados rurais remotos; essa é a razão de serem encontrados números muito baixos na tabela, especialmente para vários países africanos. Além disso, não fica claro se

um aumento no número de mães nos hospitais reflete um atendimento médico à mulher mais extensivo, ou maiores complicações na gravidez e no parto devido à deficiência de nutrição, por exemplo. (Ver Tabela 28 para dados de recém-nascidos de pouco peso.)

Estas séries de tempo são uma tentativa de reunir informações de fácil acesso, nem sempre apresentadas em publicações internacionais. A OMS alerta para a existência de lacunas inevitáveis nas séries, e tem solicitado aos países o fornecimento de números mais abrangentes. Estes são aqui reproduzidos, conforme a publicação da OMS de 1986, *Maternal mortality rates*, e complementados pela publicação do UNICEF, *The state of the world's children 1989*, como parte de um esforço internacional para esclarecer dados nesse campo. Os dados referem-se a qualquer ano do período 1977-84.

Os indicadores de educação, baseados em fontes da Unesco, mostram até que ponto as mulheres têm acesso equânime à educação formal.

O percentual da coorte que permanece até o 4º ano é o percentual de crianças que ingressaram na escola primária em 1970 e 1984, respectivamente, e que prosseguiram até o 4º ano em 1973 e 1987. Os números em itálico representam coortes anteriores ou posteriores. Os dados baseiam-se em registros de matrículas. Os coeficientes de permanência ligeiramente mais altos para mulheres em alguns países africanos podem indicar a participação masculina em atividades como o pastoreio.

Havendo igualdade de condições e de oportunidades, os coeficientes de *mulheres por 100 homens* estariam próximos de 100. Entretanto, as desigualdades podem fazer com que esses coeficientes variem em vários sentidos. Por exemplo, o número de mulheres por 100 homens tenderia a aumentar no nível secundário se a frequência de homens declinasse mais rapidamente nos últimos anos escolares devido às maiores oportunidades de emprego para os homens, ao recrutamento militar, ou à migração em busca de trabalho. Além disso, como os números dessas colunas referem-se principalmente ao ensino secundário geral, não abrangem aqueles (na maioria homens) matriculados em escolas técnicas e profissionalizantes ou de aprendizagem de tempo integral, como no Leste europeu.

Todos os indicadores sumários são dados por país, ponderados pela participação de cada país na população global.

### Tabela 33. Florestas, áreas protegidas e água

Esta nova tabela sobre recursos naturais representa um primeiro passo no sentido da inclusão de dados ambientais na avaliação do desenvolvimento e no

planejamento de estratégias econômicas. A tabela apresenta um quadro parcial da condição das florestas, da extensão de áreas reservadas para preservação ou para outros fins ligados ao meio ambiente, e da disponibilidade e do uso de água doce. Os dados aqui apresentados provêm das fontes mais autorizadas de que se dispõe, e constam da publicação *World resources 1990-91*, do Instituto Mundial de Recursos. Talvez mais do que quaisquer outros dados deste Relatório, devem ser usados com cautela. Apesar de os dados caracterizarem com precisão as principais diferenças entre recursos naturais e seus usos em diferentes países, a verdadeira comparabilidade fica limitada por variações na coleta, nos métodos estatísticos, definições e recursos governamentais.

Ainda não se chegou a um conceito que integre dados sobre recursos naturais e dados econômicos tradicionais. Os indicadores apresentados nesta tabela não pretendem ser definitivos quanto a riqueza de recursos naturais, vitalidade ambiental ou esgotamento de recursos. Foram escolhidos por sua disponibilidade para a maioria dos países e também por serem comprováveis e refletirem certas condições gerais do meio ambiente.

A *área total* de florestas refere-se a todas as áreas naturais de vegetação lenhosa onde há predominância de árvores. As estimativas têm por base as estatísticas nacionais compiladas em 1980 pela FAO. Algumas baseiam-se em levantamentos mais recentes ou em avaliações feitas por satélite ao longo dos anos 80. Em 1992, a FAO levará a termo e publicará uma avaliação da extensão e das condições das florestas do mundo, o que talvez modifique muito algumas dessas estimativas. A *área total de florestas cerradas* refere-se a áreas florestais onde as árvores cobrem grande proporção do solo e onde a camada de solo não é contínua. Mas os países-membros da Comissão Econômica Européia (CEE) definem como florestas cerradas as áreas florestais cobertas em mais de 20% por copas de árvores. Não se inclui o reflorestamento nessas áreas naturais.

*Desmatamento anual total* refere-se tanto a florestas cerradas quanto a florestas esparsas. (Define-se como floresta esparsa o solo contínuo que tem pelo menos 10% cobertos por árvores.) Nos países da CEE, de 5 a 20% das florestas esparsas são cobertos por copas de árvores ou por arbustos e árvores pouco desenvolvidas. Desmatamento é definido como a transformação permanente de áreas florestais para usos como pastagens, cultivo itinerante, agricultura mecanizada ou desenvolvimento infra-estrutural. É difícil avaliar o desmatamento anual, tanto de florestas cerradas como de florestas esparsas; tais avaliações costumam ser feitas como estudos especiais. As estimativas aqui apresentadas para 1981-85 foram feitas em 1980, projetando a taxa de desmatamento

nos primeiros cinco anos da década. Os números em itálico são estimativas de outros períodos e baseiam-se em avaliações mais recentes ou melhores do que as usadas nas projeções de 1980.

Convém dar atenção especial ao Brasil, país com a maior floresta tropical cerrada do mundo, que faz agora avaliações anuais do desmatamento. Áreas desmatadas não incluem áreas cortadas mas que se pretende reflorestar, nem áreas deterioradas pelo abate para obtenção de combustível fóssil, pela precipitação ácida ou por incêndios florestais. Nos países industrializados de clima temperado é relativamente raro que as florestas ainda existentes passem a ser usadas para fins não-florestais. O Brasil é o único país a dispor de várias avaliações acerca de extensão e desmatamento florestais, feitas com a mesma metodologia, com base em imagens enviadas por satélites Landsat. Estima-se que o desmatamento de floresta cerrada na Amazônia legal brasileira em 1990 tenha atingido 13.800km<sup>2</sup>; área inferior aos 17.900km<sup>2</sup> estimados em 1989. Entre 1978 e 1988, o desmatamento nessa região foi, em média, de cerca de 21.000km<sup>2</sup>, atingindo o ápice em 1987 e depois entrando em declínio. Em 1990, o desmatamento acumulado (recente e histórico) na Amazônia legal totalizava 415.000km<sup>2</sup>. Também ocorre desmatamento fora da Amazônia legal, mas há muito menos informações acerca da extensão atingida. Segundo a estimativa mais recente disponível, de 1980, o desmatamento de floresta esparsa no Brasil totalizava cerca de 1,05 milhão de hectares.

*Áreas protegidas* são áreas que gozam de proteção nacional, estendem-se pelo menos por mil hectares e incluem-se em alguma das seguintes categorias de gerenciamento: reservas científicas e reservas estritamente naturais; parques nacionais de importância nacional ou internacional (não afetados materialmente pela atividade humana); monumentos naturais e paisagens naturais com características únicas; reservas naturais administradas e santuários de vida animal; e regiões terrestres e marinhas protegidas (nas quais podem incluir-se regiões culturais). Não se incluem na tabela sítios protegidos apenas por leis locais ou estaduais, nem áreas onde é permitido usar a fauna para consumo. Pode haver variações na definição desses dados e em seu relato a organizações que os compilam e divulgam, como o Centro Mundial de Monitoração da Conservação.

Os dados de *recursos hídricos internos renováveis* estão sujeitos a variações nos métodos de coleta e estimativa, mas mostram com precisão o quanto a água é usada, em termos totais e *per capita*. Mas esses dados também mascaram variações talvez significativas no total de recursos hídricos renováveis, de ano para ano. E não distinguem, nem em termos sazonais nem em termos geográficos, a variação da dis-

ponibilidade de água em um país. Como os recursos de água doce baseiam-se em médias de longo prazo, sua estimativa exclui explicitamente ciclos de chuva e de seca com duração de 10 anos. Os dados são compilados de publicações nacionais, internacionais e especializadas, de vários anos. Como não há outros indicadores, modela-se, quando necessário, as estimativas de aproveitamento setorial (com base em informações sobre indústria, prática de irrigação, rebanhos, diferentes cultivos e precipitação). Acredita-se que os dados referentes a países pequenos e regiões áridas sejam menos fidedignos que os referentes a países grandes e zonas de mais umidade. Não se inclui nos dados a água doce gerada em usinas de dessalinização.

*Aproveitamento anual* refere-se aos fluxos anuais médios de rios e águas subterrâneas, derivados da precipitação verificada no país. Tanto o aproveita-

mento *total* quanto o aproveitamento *percentual* dos recursos totais renováveis aparecem na tabela.

O aproveitamento hídrico total para uso pode ser superior aos recursos totais renováveis de um país, por dois motivos. A água pode provir de lagos ou rios que também pertençam a outro país, ou pode provir de aquíferos que não se incluam no ciclo renovável. Uso *doméstico* inclui água potável, uso ou abastecimento municipal e usos para serviços públicos, estabelecimentos comerciais e residências. O aproveitamento direto para uso *industrial*, inclusive refrigeração de usinas termelétricas, combina-se na última coluna da tabela com o aproveitamento para a *agricultura* (irrigação e pecuária).

As estimativas de uso *per capita* baseiam-se em estimativas populacionais de 1987, ano-base da maioria das estimativas de recursos e aproveitamento.

# Fontes de dados

<b>Produção e absorção interna</b>	<p>U.N. Department of International Economic and Social Affairs. <i>Statistical Yearbook</i>. New York. (Vários anos.)</p> <p>_____. <i>Energy Statistics Yearbook</i>. Statistical Papers, series J. New York. (Vários anos.) Relatórios do Programa de Comparação Internacional da ONU, Fases IV (1980) e V (1985) e dados da CEE, CESAP, Eurostat, OCDE e ONU.</p> <p>Dados da FAO, do FMI, da ONUDI e do Banco Mundial; e fontes nacionais.</p>
<b>Contas fiscais e monetárias</b>	<p>International Monetary Fund. <i>Government Finance Statistics Yearbook</i>. v. 11. Washington, D.C.</p> <p>_____. <i>International Financial Statistics</i>. Washington, D.C. (Vários anos.)</p> <p>U.N. Department of International Economic and Social Affairs. <i>World energy supplies</i>. Statistical Papers, series J. New York. (Vários anos.)</p> <p>Dados do FMI.</p>
<b>Principais transações internacionais</b>	<p>International Monetary Fund. <i>International Financial Statistics</i>. Washington, D.C. (Vários anos.)</p> <p>U.N. Conference on Trade and Development. <i>Handbook of International Trade and Development Statistics</i>. Geneva. (Vários anos.)</p> <p>U.N. Department of International Economic and Social Affairs. <i>Monthly Bulletin of Statistics</i>. New York. (Vários anos.)</p> <p>_____. <i>Yearbook of International Trade Statistics</i>. New York. (Vários anos.)</p> <p>Dados da FAO, do FMI, da ONU e do Banco Mundial.</p>
<b>Financiamento externo</b>	<p>Organisation for Economic Co-operation and Development. <i>Development Co-operation</i>. Paris. (Vários anos.)</p> <p>_____. <i>Geographical distribution of financial flows to developing countries</i>. Paris, 1988.</p> <p>Dados do FMI, da OCDE e do Banco Mundial; e Sistema de Notificação da Dívida do Banco Mundial.</p>
<b>Recursos humanos e naturais</b>	<p>Bulatao, Rodolfo A.; Bos, Eduard; Stephens, Patience W. &amp; Vu, My T. <i>World population projections, 1989-90 edition</i>. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1990.</p> <p>Institute for Resource Development/Westinghouse. <i>Child survival: risks and the road to health</i>. Columbia, Md., 1987.</p> <p>Mauldin, W. Parker &amp; Segal, Holden J. Prevalence of contraceptive use: trends and issues. <i>Studies in Family Planning</i>, 19(6):335-53, 1988.</p> <p>Sivard, Ruth. <i>Women — a world survey</i>. Washington, D.C., World Priorities, 1985.</p> <p>U.N. Department of International Economic and Social Affairs. <i>Demographic Yearbook</i>. New York. (Vários anos.)</p> <p>_____. <i>Population and Vital Statistics Report</i>. New York. (Vários anos.)</p> <p>_____. <i>Statistical Yearbook</i>. New York. (Vários anos.)</p> <p>_____. <i>Levels and trends of contraceptive use as assessed in 1988</i>. New York, 1989.</p> <p>_____. <i>Mortality of children under age 5: projections 1950-2025</i>. New York, 1988.</p> <p>_____. <i>Prospects of world urbanization</i>. New York, 1989.</p> <p>_____. <i>World population prospects: 1988</i>. New York, 1989.</p> <p>U.N. Educational, Scientific and Cultural Organization. <i>Statistical Yearbook</i>. Paris. (Vários anos.)</p> <p>_____. <i>Compendium of statistics on illiteracy</i>. Paris, 1988.</p> <p>UNICEF. <i>The state of the world's children 1989</i>. Oxford, Oxford University Press, 1989.</p> <p>World Health Organization. <i>World Health Statistics Annual</i>. Geneva. (Vários anos.)</p> <p>_____. <i>Maternal mortality rates: a tabulation of available information</i>. 2. ed. Geneva, 1986.</p> <p>_____. <i>World Health Statistics Report</i>. Geneva. (Vários anos.)</p> <p>World Resources Institute. <i>World resources 1990-91</i>. New York, 1990.</p> <p>Dados da FAO e do Banco Mundial.</p>

